



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Orçamento Geral do Estado

2015

Planos de Acção Anual

Livro 2



Livro 2 - Plano Anual

Prefácio

A Orgânica do Ministério das Finanças especifica a responsabilidade da Direcção Nacional do Orçamento relativamente à preparação do Orçamento Geral do Estado em recolher e tratar a informação de carácter financeiro relativa ao conjunto do sector público administrativo.

De acordo com esta provisão e com vista a aumentar a transparência das finanças públicas, o Ministério das Finanças publica a versão final dos documentos relativos ao Orçamento Geral do Estado para 2015, promulgada por Sua Excelência o Presidente da República no seguimento do debate na sessão plenária do Parlamento Nacional.

A documentação referente ao Orçamento Geral do Estado para 2015 consiste na Lei do Orçamento Geral do Estado, publicada no *Jornal da República*, bem como em seis livros orçamentais de apoio:

Livro 1 Panorama Orçamental

Livro 2 Planos Anuais

Livro 3 Distritos

Livros 4a e 4b Rubricas Orçamentais

Livro 5 Parceiros de Desenvolvimento

Livro 6 Fundos Especiais

O Livro 2 sobre *Planos Anuais* é um documento fundamental para a responsabilização do Governo perante o Parlamento Nacional e o povo de Timor-Leste. O Livro 2 detalha os objectivos, actividades, resultados esperados e informações de desempenho para ministérios operacionais e instituições estatais. Apresenta também estimativas orçamentais de fontes combinadas para o orçamento actual e para os anos futuros.

A documentação orçamental está disponível no portal electrónico do Ministério das Finanças em www.mof.gov.tl. Quaisquer questões relativas à publicação deverão ser dirigidas ao Director Nacional do Orçamento, Sr. Salomão Yaquim, através do correio electrónico syaquim@mof.gov.tl ou do telefone +670333 9520.

Numa altura em que Timor-Leste diz “*seja um bom cidadão, seja um novo herói para a nossa Nação*”, acredito que este documento servirá para aumentar a sensibilização e a compreensão no que se refere às finanças do Governo, dando ao povo de Timor-Leste, à sociedade civil e aos nossos parceiros de desenvolvimento informações relevantes a respeito do Orçamento Geral do Estado para 2015.

Emília Pires

Ministra das Finanças

Índice

Prefácio	1
Sumário.....	7
Planeamento e monitorização para uma maior transparência e eficiência.....	7
Principais Resultados a 5 anos do V Governo Constitucional	8
Orçamento.....	15
Perfil de Funcionários	16
Presidência da República	17
Papel.....	17
Orçamento.....	17
Perfil de Funcionários	17
Plano Anual da Presidência da República Para o Ano de 2015.....	19
Parlamento Nacional	25
Papel.....	25
Orçamento.....	25
Perfil de Funcionários	26
Plano Anual do Parlamento Nacional para 2015	27
Primeiro-Ministro.....	34
Papel.....	34
Orçamento.....	34
Perfil de Funcionários	34
Plano Anual do Gabinete do Primeiro-Ministro para 2015.....	36
Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais.....	45
Papel.....	45
Orçamento.....	45
Perfil de Funcionários	46
Plano Anual do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro Para 2015.....	47
Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros.....	51
Papel.....	51
Orçamento.....	52
Perfil de Funcionários	52
Plano Anual do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho dos Ministros para 2015	53
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros.....	57
Papel.....	57
Orçamento.....	57
Perfil de Funcionários	57
Plano Anual da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros para 2015.....	59
Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares	63
Papel.....	63
Orçamento.....	63
Perfil de Funcionários	63
Plano Anual da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares Para 2015.....	65
Secretaria de Estado da Comunicação Social	66
Papel.....	66
Orçamento.....	66
Perfil de Funcionários	66
Plano Anual da Secretaria de Estado da Comunicação Social para 2015	68
Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional.....	71
Papel.....	71

Orçamento.....	71
Perfil de Funcionários	71
Plano Anual da Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional para 2015.....	73
Secretaria de Estado de Apoio e Promoção do Sector Privado	74
Papel.....	74
Orçamento.....	74
Perfil de Funcionários	75
Plano Anual da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado Para 2015	76
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade.....	88
Papel.....	88
Orçamento.....	88
Perfil dos Funcionários	89
Plano Anual da Secretária de Estado para a Promoção da Igualdade Para 2015	90
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto.....	97
Papel.....	97
Orçamento.....	97
Perfil de Funcionários	97
Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego	105
Papel.....	105
Orçamento.....	106
Perfil de Funcionários	106
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.....	115
Papel.....	115
Orçamento.....	115
Perfil de Funcionários	116
Plano Anual Ministério Dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Para 2015	117
Ministério da Defesa e Segurança	123
Papel.....	123
Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança.....	124
Papel.....	124
Orçamento.....	124
Perfil de Funcionários	124
Plano Anual do Ministério da Defesa e Segurança Para 2015	125
Secretaria de Estado da Defesa.....	126
Papel.....	126
Orçamento.....	126
Perfil de Funcionários	126
Plano Anual da Secretaria de Estado da Defesa para 2015	128
FALINTIL-Força de Defesa de Timor Leste (F-FDTL).....	133
Papel.....	133
Orçamento.....	133
Perfil de Funcionários	134
Plano Anual da F-FDTL para 2015.....	135
Instituto da Defesa Nacional	137
Papel.....	137
Orçamento.....	138
Perfil de Funcionários	138
Plano Anual do Instituto da Defesa Nacional Para 2015	139
Secretaria de Estado da Segurança.....	141

Papel.....	141
Orçamento.....	142
Perfil de Funcionários	142
Plano Anual da Secretaria de Estado da Segurança Para 2015	143
Policia Nacional de Timor-Leste - PNTL.....	149
Papel.....	149
Orçamento.....	150
Perfil de Funcionarias	150
Plano Anual da Polícia Nacional de Timor Leste – PNTL Para 2015	152
Ministério das Finanças.....	158
Papel.....	158
Orçamento.....	160
Perfil de Funcionários	160
Plano Anual do Ministério das Finanças para 2015	161
Dotações para todo o Governo.....	170
Ministério da Justiça	171
Papel.....	171
Orçamento.....	171
Perfil de Funcionários	171
Plano Anual do Ministério da Justiça para 2015.....	173
Ministério da Saúde	182
Papel.....	182
Orçamento.....	182
Perfil de Funcionários	182
Plano Anual do Ministério da Saúde Para 2015.....	185
Ministério da Educação.....	192
Papel.....	192
Orçamento.....	192
Perfil de Funcionários	193
Plano Anual do Ministério da Educação para 2015	195
Ministério da Administração Estatal	211
Papel.....	211
Orçamento.....	211
Perfil de Funcionários	212
Plano Anual do Ministério da Administração Estatal para 2015	213
Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente	221
Papel.....	221
Orçamento.....	221
Perfil de Funcionários	221
Plano Anual do Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente 2015	222
Ministério da Solidariedade Social.....	234
Papel.....	234
Orçamento.....	234
Perfil de Funcionários	234
Plano Anual do Ministério da Solidariedade Social 2015.....	236
Ministério das Obras Públicas.....	244
Papel.....	244
Orçamento.....	245
Perfil de Funcionários	245

Plano Anual do Ministério das Obras Públicas para 2015	247
Ministério do Transportes e Comunicações	251
Papel.....	251
Orçamento.....	251
Perfil de Funcionários	251
Plano Anual do Ministério dos Transportes e Comunicações para 2015.....	252
Ministério da Agricultura e Pescas	258
Papel.....	258
Orçamento.....	258
Perfil de Funcionários	259
Plano Anual do Ministério da Agricultura e Pescas para 2015.....	261
Ministério do Turismo.....	271
Papel.....	271
MISSÃO :	271
Orçamento.....	271
Perfil de Funcionários	271
Plano Anual do Ministério do Turismo para 2015.....	273
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais.....	282
Papel.....	282
Orçamento.....	282
Perfil de Funcionários	282
Plano Anual do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais para 2015.....	283
Tribunais	289
Papel.....	289
Orçamento.....	289
Perfil de Funcionários	289
Plano Anual dos Tribunais para 2015	291
Procuradoria-Geral da República.....	295
Papel.....	295
Orçamento.....	295
Perfil de Funcionários	295
Plano Anual da Procuradoria-Geral da República Para 2015	297
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça.....	301
Papel.....	301
Orçamento.....	301
Perfil de Funcionários	302
Plano Anual de Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça para 2015	303
Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL).....	308
Papel.....	308
Orçamento.....	308
Perfil de Funcionários	309
Plano Anual da Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL) para 2015	310
Comissão Nacional de Eleições	311
Papel.....	311
Orçamento.....	311
Perfil de Funcionários	311
Plano Anual da Comissão Nacional de Eleições para 2013.....	312
Comissão Anti-Corrupção	317
Papel.....	317

Orçamento.....	317
Perfil de Funcionários	317
Plano Anual da Comissão Anti-Corrupção para 2015	319
Comissão da Função Pública	325
Papel.....	325
Orçamento.....	325
Perfil de Funcionários	325
Plano Anual da Comissão da Função Pública para 2015	326
Universidade Nacional de Timor-Leste	328
Papel.....	328
Orçamento.....	328
Perfil de Funcionários	329
Plano Anual da Universidade Nacional de Timor-Leste Para 2015.....	331

Sumário

Planeamento e monitorização para uma maior transparência e eficiência

O V Governo Constitucional apresenta neste documento, como vem vindo a fazer anualmente, os Planos de cada órgão do Estado para implementar as principais metas a alcançar, as actividades exigidas pelas mesmas, e os resultados esperados e indicadores que permitirão avaliar o seu progresso.

Tem sido prioridade absoluta deste Governo o fortalecimento de um quadro institucional que garanta uma maior transparência e eficiência na condução dos grandes projectos de desenvolvimento de Timor-Leste.

Nesse âmbito e reconhecendo a importância de uma melhor monitorização e planeamento dos mesmos, foi aprovado em Conselho de Ministros a 19 de Março de 2013, um novo Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento. Este tem vindo a ser implantado, tendo como objectivos fundamentais:

1. Aprimorar o processo de planeamento e de monitorização da implementação dos Programas de desenvolvimento de Timor-Leste, com uma abordagem que englobe todo o Governo.
2. Evidenciar as prioridades fundamentais do V Governo Constitucional e melhorar a coordenação interministerial.
3. Facilitar o diálogo e colaboração entre o Governo e os Parceiros de Desenvolvimento, com vista a um maior alinhamento de prioridades.

Este novo Mecanismo dividiu as grandes metas de desenvolvimento em **4 sectores estratégicos: Social, Governação e Desenvolvimento Institucional, Económico e de Infra-estruturas.**

Na primeira fase de implantação deste Mecanismo, começou-se por identificar as principais metas, programas, políticas e projectos a desenvolver até 2017 por cada Ministério e Secretaria de Estado, com base nos compromissos assumidos com o Plano Estratégico de Desenvolvimento, o Programa de Governo e os Planos a 5 anos de cada Ministério. Deste processo emergiram 4 matrizes, correspondendo a cada um dos sectores, onde se podem identificar com clareza as principais metas deste V Governo Constitucional, assim como a responsabilidade de cada uma delas – seja esta partilhada por várias entidades governamentais, seja em colaboração com parceiros de desenvolvimento.

Este novo enquadramento vem assim necessariamente influenciar a elaboração dos Planos Anuais, que agora reflectem as grandes metas inscritas nas matrizes. Cada Plano Anual para 2015 foi assim analisado numa perspectiva de curto e médio prazo, para garantir a conformidade com o Programa de Governo a 5 anos, que não é mais que a primeira grande etapa de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento até 2030.

Além de reflectirem as metas previstas nas matrizes, os Planos Anuais de cada Ministério e Secretaria de Estado responderam igualmente aos grandes objectivos de 2015. Estes assentam numa óptica de continuidade com o Programa do IV Governo Constitucional, assim como num reforço do compromisso de Timor-Leste com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e com o “Novo Acordo”.

De uma forma geral, estes Planos manifestam no seu todo uma aposta estratégica do Governo num crescimento económico inclusivo, numa sociedade mais equitativa, na criação de capacidades produtivas e numa governação transparente e eficaz.

À medida que este novo Mecanismo se for solidificando, tornar-se-á o instrumento privilegiado de monitorização e planeamento do Governo, permitindo analisar com muito mais transparência a progressão, ano a ano, da implementação das metas a que se propôs.

Principais Resultados a 5 anos do V Governo Constitucional

Numa óptica de continuidade com o Programa do Governo que o antecedeu, o V Governo Constitucional apresenta neste documento as metas a que pretende chegar ao fim do primeiro ano de legislatura. Inspirado pelas orientações do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, este Governo reforça a aposta em áreas cruciais, como o seu capital social, as infra-estruturas e o desenvolvimento económico. A aposta nestas áreas, com o fortalecimento das instituições e do sector privado, vai permitir reduzir a pobreza e garantir um Estado sólido, transparente e inclusivo.

O Governo apresenta, assim, neste documento, o plano anual de cada órgão do Estado para 2015, com as grandes metas a alcançar, as actividades que serão implementadas com esses objectivos em vista e os resultados e indicadores que permitirão monitorizar o sucesso das iniciativas.

Com este Plano para 2015, o Governo pretende dispor de uma base de trabalho que permita avaliar o progresso de cada sector, facilitando assim o processo de fiscalização e de prestação de contas sobre o uso de recursos e sobre os resultados obtidos ao longo do mandato. Como os Planos Anuais foram concebidos numa perspectiva de curto prazo, integrados que estão em Planos ministeriais a 5 anos, recuperamos neste sumário aqueles que são os grandes resultados esperados para 2017 para que estes estejam reflectidos no planeamento anual para 2015.

A actuação do Governo vai continuar a gerar ganhos para a sociedade timorense que dificilmente se podem quantificar. Exemplo disso são os eixos do mandato anterior que se mantêm, como a manutenção da paz e da estabilidade nacionais, o combate à corrupção e a reforma da administração pública, a redução da pobreza pela aposta no desenvolvimento humano integral e inclusivo ou as medidas concretas de apoio aos grupos mais vulneráveis. Estas são metas transversais a todos os órgãos do Estado cuja medição não é tão evidente. No entanto, há resultados que se podem medir mais facilmente e a avaliação do seu progresso vai permitir aprender com os sucessos e identificar os desafios a ultrapassar. Vai permitir uma maior transparência nas actividades do Governo e sobretudo vai possibilitar uma melhor compreensão dos cidadãos timorenses de como está o Governo a implementar o mandato que deles recebeu.

Com o propósito de facilitar então o acompanhamento do progresso das iniciativas governamentais deste mandato, propõem-se uma série de grandes resultados previstos para o final da legislatura naqueles que são os mais relevantes sectores para o desenvolvimento de Timor-Leste.

Desenvolvimento do capital social

A melhoria das condições de vida de todos os timorenses é fundamental para fortalecer o pilar prioritário do desenvolvimento do país: o capital social que tem para oferecer. Nesse contexto, a Saúde e a Educação revestem-se de um carácter prioritário. Nestes sectores é dada uma importância particular a um desenvolvimento equilibrado de todo o território pela melhoria dos serviços básicos tanto em Díli como nos distritos.

Saúde

- A taxa de mortalidade materna terá sido reduzida para 278 óbitos /100.000 nascidos vivos.
- Cada Suco contará com o seu posto de saúde, sendo criados no período do mandato um total de 442 no país, incluindo pelo menos um médico, dois enfermeiros, duas parteiras e um técnico de laboratório e de farmácia em cada Suco com pelo menos 2.000 habitantes.
- Nos Sucos localizados em áreas remotas onde habitem entre 1500-2000 habitantes esses postos de saúde prestarão pacotes de serviços completos: serviços curativos básicos, vacinação, cuidados de

saúde materna infantil, programa de nutrição, acompanhamento de Tuberculose, cuidados de saúde mental, promoção e educação sobre saúde.

- As aldeias que fiquem a mais de uma hora de distância a pé dos Sucos beneficiarão de 1 parteira, com estojos de saúde e meio de transporte.

As melhorias serão visíveis igualmente ao nível hospitalar. Os serviços no Hospital Nacional Guido Valadares serão significativamente ampliados até 2017, sendo estabelecido no período do mandato um centro de cuidados paliativos, um centro de trauma e serviços de pulmonologia, hematologia e oncologia.

Educação

No sector basilar da Educação, o Governo vai dar resposta às necessidades dos diferentes graus de ensino, em todo o país. Em 2017 estarão concretizados os seguintes objectivos:

- Construção de 250 novas pré-escolas.
- Implementação do novo currículo da educação pré-escolar.
- Reabilitação das infra-estruturas do ensino básico.
- Todas as crianças com idade adequada estarão matriculadas no 1º ano do ensino básico.
- Revisão do currículo do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico, para melhoria da taxa de literacia nestes ciclos de ensino.
- Constituição de equipa multidisciplinar composta por especialistas nas diversas áreas curriculares que suportem a implementação curricular e a produção de materiais didácticos.
- Conclusão do curso de formação complementar direccionado a 7124 professores para efeitos de posterior integração na carreira docente.
- Construção de uma escola modelo para o Ensino Secundário Geral por cada Distrito (duas em Díli), num total nacional de 14.
- Estabelecimento de 5 novas Escolas Secundárias Técnico-Vocacionais nos Distritos (nas áreas do Turismo, Pescas, agro-pecuária, etc.).
- Constituição do Fórum do Conselho de Reitores.
- Criação do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia.
- Padronização do currículo do Ensino Superior Universitário e Politécnico.
- Estabelecimento de 4 Institutos Superiores Politécnicos.
- Constituição de 65 Centros Comunitários de Aprendizagem do Ensino Recorrente, um por cada subdistrito.

Formação Profissional

A aposta na formação profissional é transversal a todos os órgãos do Governo, que, nomeadamente através dos projectos abrangidos pelo Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, integram nos seus planos uma componente fundamental de capacitação dos seus funcionários.

O **Fundo do Desenvolvimento do Capital Humano** vai assim continuar a assegurar o financiamento do investimento público em programas plurianuais de formação e desenvolvimento dos recursos humanos de Timor-Leste, dando continuidade aos projectos já iniciados e iniciando novas actividades de formação em 2013-2017. Estas acções de capacitação vão ser realizadas tanto em Timor-Leste como no estrangeiro – por exemplo, na Indonésia, na Austrália, em Singapura, na Malásia, no Brasil, na Tailândia, nas Filipinas, em Portugal ou na Noruega – permitindo a muitos profissionais timorenses beneficiar da experiência em centros de excelência em todo o mundo.

- Aumento do número de bolsas atribuídas pelo Fundo.
- Nas escolas, em 2017, 5000 professores do Ensino Básico e 3500 professores do Ensino Secundário terão beneficiado de formação em línguas e conteúdos curriculares.

Respondendo também aos jovens que querem entrar no mercado de trabalho, o Governo vai estabelecer pontes entre os centros de formação e as indústrias para fortalecer a qualificação profissional dos timorenses e ao mesmo tempo facilitar a sua integração no campo laboral.

- Uma média de 20 novos centros de formação profissional comunitários serão reconhecidos por ano.
- Uma média de 2500 jovens por ano beneficiará de formação profissional, sendo que destes 610 a vão receber de forma gratuita, com bolsa de estudo, nos centros de formação estatais.
- Serão criados 13 centros de auto-emprego nos distritos para apoiar jovens empreendedores.
- Existirão igualmente centros da SEPFOPE (de emprego e formação profissional) em Díli e nos restantes distritos.
- 600 pessoas (50 % mulheres 50 % homens) com acesso a formação empresarial /profissional e a capital, criarão ou melhorarão o próprio negócio.
- 360 casos de conflitos laborais serão resolvidos por ano.

Juventude e Desporto

Uma atenção muito especial será dada neste mandato à formação específica da Juventude timorense em áreas diversificadas como as novas tecnologias, a música, o desporto ou a educação vocacional.

- 1000 jovens terão beneficiado de formação específica em inglês e português.
- 490 jovens terão recebido formação na área das novas tecnologias e informática.
- 1000 jovens terão tido acesso a formação na área musical.
- Um mínimo de 300 jovens terá recebido apoio na área empresarial para criação de auto-emprego.
- 780 jovens vão estar envolvidos em actividades com o Parlamento Nacional, para adquirirem conhecimentos nas áreas da liderança, da gestão, dos Direitos Humanos, da gestão de conflitos, da advocacia e da educação cívica.
- Um total de 125 jovens terá recebido formação em fisioterapia (61), medicina desportiva (40), psicologia desportiva (8) e nutricionismo (6).

Outras iniciativas estão orientadas muito directamente para a Juventude:

- 564 estudantes terão participado numa competição de bandas musicais nos 13 distritos.
- 650 jovens terão participado em actividades de educação cívica.
- Terão sido desenvolvidas iniciativas desportivas nas zonas fronteiriças – Soe, Kefa, Atambua, Kupang, Maliana, Suai e Oecusse – para promover uma cultura de paz entre os jovens.

Inclusão Social

No empenho pela melhoria das condições de vida dos timorenses, alguns grupos merecem uma atenção especial, dos grupos mais vulneráveis como os idosos ou as crianças, àqueles que lutaram pela independência de Timor-Leste. Para os próximos cinco anos, o Governo faz questão de reforçar as estruturas de apoio aos mais frágeis. Em 2017, esperam-se os seguintes resultados:

- Implementado o regime permanente de segurança social (contributivo e não-contributivo).
- Estabelecido o Programa de pagamento de pensões a idosos.
- Famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade beneficiarão do Programa Bolsa Mãe.
- Estabelecidos novos centros de apoio às vítimas de violência de género em 6 distritos.
- Construída uma casa de abrigo para as crianças vítimas de abuso em situações de risco.

O Programa de Governo inclui também iniciativas especialmente orientadas para os Combatentes da Libertação Nacional e as suas famílias.

- Atribuídas pensões aos CLN e familiares dos Mártires.
- Aprovado um Decreto-Lei para atribuição de subsídios escolares aos filhos dos CLN que cumprem os requisitos, de forma a terem acesso gratuito às instituições de ensino nacional público.

Habitação Social

O Programa MDG Sucos herdado do mandato anterior terá continuidade no período 2012-2017, com o objectivo de investir significativamente na habitação social em todo o país.

“Construídas 55.000 casas (o equivalente a 5 casas por aldeia, num processo de reordenamento comunitário) que ofereçam melhores condições de vida às famílias timorenses, incluindo energia solar, água e saneamento”.

Ambiente

Na área da protecção ambiental, o investimento será feito ao nível da:

- Protecção de 20 áreas e zonas de conservação ambiental.
- Organização de sistemas de limpeza urbana nas 13 Capitais de Distrito.
- Criação da Indústria da Reciclagem, com estudos previstos para o ano de 2015 e construção para 2015.
- Plantação de 3 milhões de árvores (a partir de 2015, 1 milhão por ano).
- Criação de centros Distritais de Operações de Desastres (CDOD) para minimizar o impacto de desastres naturais.
- Realização do Programa de Reverdejamento do Ministério em cooperação com 50 grupos das comunidades nas 9 zonas críticas: Ramelau, Balibar, Comoro Mota-Ulun, Tasi-tolu, Cristo Rei, Camea, Behau, e plantação de Mangrove nas zonas costeiras de Liquiça e Hera-Metinaro.
- Implementação do programa de NAPA, Protocolo de Montreal e Nagoya, para prevenção das alterações climáticas.

Desenvolvimento de infra-estruturas básicas

O desenvolvimento de infra-estruturas básicas – água, saneamento, electricidade – é um factor fundamental na melhoria das condições de vida dos timorenses. Nessa área, os resultados a alcançar são:

Água, Saneamento e Esgotos

- Instalados 400 sistemas de água em 25000 lares rurais.
- Criadas 9200 novas ligações de casas a sistemas de água potável na capital.
- 275 escolas ligados a sistema de água canalizada.
- Construídos 124 km de esgotos nas 12 Capitais de Distrito fora da capital.
- 87.000 casas vulneráveis nas zonas rurais nos 13 Distritos terão saneamento básico.
- Construção de uma bacia em Caicoli integrada na implementação do Plano Geral de Saneamento e Esgotos em todo o país.

Electricidade

- 6020 km do sistema de distribuição de voltagem média instalados e 225 km do sistema radial de distribuição de Díli convertidos num sistema *spindle*, garantindo que toda a população do país terá acesso fiável a electricidade 24 horas por dia.
- Construção de uma quinta eólica em Lariguto e Bobonaro.
- Instalar 12000 painéis solares em Oecusse, Ataúro e áreas remotas por identificar.
- Construção de uma estação de hydropower em Magapu-Atsabe.
- Instalação fotovoltaic em Ataúro, Bobonaro, Lautém e Oecusse.

Para que seja possível alargar o processo de desenvolvimento e as oportunidades de crescimento económico a todo o país, o Governo vai continuar a implementar os dois Programas que são especialmente orientados para o desenvolvimento dos Distritos: o **Programa de Desenvolvimento Descentralizado I e II**. Como grande medida de estímulo à massa empresarial local, o PDD I e o PDD II continuarão a adjudicar trabalhos de construção civil a empresas locais sediadas nos Distritos.

Se os PDD tratam de investimentos de pequena escala, o **Fundo das Infra-estruturas** (FI) vai continuar a financiar a implementação dos grandes investimentos plurianuais em infra-estruturas. Como noutros anos, o FI vai centrar-se em projectos e programas essenciais como a construção de infra-estruturas rodoviárias, de energia, de água e saneamento ou de edifícios governamentais, concentrando-se naquilo que é mais essencial à melhoria das condições de vida dos timorenses. Só para o ano de 2013, o Fundo das Infra-estruturas vai financiar um total de 145 projectos em áreas tão distintas como, por exemplo:

- 8 projectos do sector agrícola
- 6 relacionados com água e saneamento
- 4 para melhorar o acesso e conectividade à Internet no país
- e 10 no sector da Defesa e Segurança

A melhoria das infra-estruturas no sector dos transportes, – tal como era já prioridade do IV Governo – volta a ser um dos sectores em que a aposta governamental é mais sólida. Prevê-se obter:

Estradas e Pontes

- Qualidade de 866 km de estrada nacional elevada aos standards internacionais.
- 1270 km de estradas rurais reabilitados nos 13 Distritos por construtores locais.
- 23 pontes reabilitadas.
- 368 km de estradas nacionais reabilitadas.
- 397 km de estradas distritais reabilitadas.
- 74 km de estradas urbanas reabilitadas em Díli.
- 572 km de estradas urbanas reabilitadas nas capitais distritais.

Portos e Aeroportos

- Construído um novo Porto multifunções em Tibar e 4 portos nos Distritos.
- Construído um novo terminal, uma torre de controlo e extensão da pista do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato.

Transportes Terrestres

“Construídos 3 postos de tráfego – Covalima, Lospalos e Viqueque – para melhor serviço de atendimento aos clientes com rotas interurbanas”.

Pela inclusão num mundo globalizado, o sector das telecomunicações assume igualmente um importante protagonismo nas opções do Governo, pela dinamização das comunicações.

Telecomunicações

- Todas as Escolas Secundárias públicas estarão ligadas à Internet.
- Construção de novos edifícios dos correios em 11 Distritos (à excepção de Díli e Baucau).

Desenvolvimento Económico e Criação de Emprego

Volta a ser prioridade do Governo o reforço do tecido económico de Timor-Leste pelo aproveitamento dos recursos de que o país dispõe e pelo estímulo de novos sectores. O desafio do crescimento económico deve passar pela criação de emprego e pela maximização da produtividade. Vários resultados foram definidos como prioritários:

- Negócios nacionais viáveis serão apoiados pela SEAPRI.
- 9 Mercados municipais estabelecidos com lojas frigoríficas para conservação de verduras e carnes.
- 12.000 jovens nos distritos beneficiarão dos 571 projectos de trabalho temporário.
- Uma média anual de 19.200 troncos de Bambu terão sido comprados às comunidades para o Centro de Bambu produzir Bambu tratado/alisado.
- Um sistema de “balcão único” para facilitar a criação de empresas terá sido criado – o número de dias necessários para criar uma empresa terá sido reduzido significativamente.
- Terá sido criada a Agência de Promoção de Investimento.
- Terá também sido criada a Agência de Política Económica e Investimento.

- Terá sido criado o Banco Nacional de Desenvolvimento.
- O IADE estabelecerá centros de desenvolvimento de empresas – “Incubadoras de Empresas” – em nove capitais de Distrito para fomentar a criação e a melhoria do sector privado em todo o país.
- 100 grupos industriais, 98 cooperativas e 60 grupos comerciais (micro e pequenas empresas) serão apoiados através de subvenções públicas para auto-emprego e melhoramento da qualidade dos produtos.
- Novos produtos nacionais serão introduzidos no Mercado pelo incentivo ao programa “Povu Kuda Governu Sosa” e produtos de valor acrescentado promovidos e introduzidos através do programa “One product , one Subdistrict” cuja implementação abrange todos os subdistritos.
- Preço dos produtos essenciais tais como, arroz, leite e óleo alimentar, combustíveis e materiais de construção normalizado.
- Criação do Centro Logístico Nacional.
- Estabelecimento das Lojas do Povo nos subdistritos.
- Emissão de certificado de origem para exportação do Café-Timor.

Agricultura, pecuária e pescas

O Governo prevê também o reforço dos sectores económicos tradicionais que são a base de subsistência da grande maioria das famílias timorenses.

- A produção doméstica de arroz, o principal cereal produzido no país, aumentará para 816.373 toneladas para o período 2012-2017.
- Timor-Leste conseguirá exportar 56.000 toneladas de café durante o período 2012-2017.
- E exportar 6.000 cabeças de animais até 2017.

Também no âmbito do desenvolvimento rural, o Governo vai fomentar a criação de Agro-indústrias e de cooperativas.

“Criação de novos grupos de cooperativas ligados a vários sectores (20 de pescas, 10 de pecuária, 30 agrícolas 30) que irão obter benefícios de créditos concedidos para equipamentos, ferramentas, melhoria de infra-estruturas, durante 5 anos”.

Petróleo

O Projecto de Tasi Mane inclui uma série de novas infra-estruturas para o desenvolvimento da Costa Sul. Entre outros, estará concluída em 2017 a construção da refinaria e da fábrica de petroquímica do Betano, a Suai Supply-Base e terá sido iniciado o processo de construção da Fábrica da LNG no Beão.

E porque os benefícios do desenvolvimento de infra-estruturas do Petróleo devem chegar a todos os Timorenses, em 2017 estarão construídas bombas de gasolina em todos os Distritos.

Turismo

Outro sector económico que o Governo vai potenciar pela capitalização dos recursos naturais e culturais de Timor-Leste é o sector do Turismo. Várias iniciativas do Programa do Governo visam a divulgação da cultura e do património timorense tanto no âmbito nacional como internacional.

- Centro de formação em turismo e hotelaria construído.
- 4 Centros de informação turística estabelecidos em Díli, Baucau, Balibo e Lospalos.

No plano internacional, a presença em feiras internacionais de turismo dará a conhecer o potencial turístico nacional, assim como o Pavilhão de Timor-Leste presente na Exposição Mundial Milão 2015.

Cultura e Património

Com uma forte ligação ao desenvolvimento do turismo, de tal forma que na nova orgânica do Governo os dois sectores estão sob a tutela do mesmo Ministério, vários programas vão então insistir na preservação da cultura e do património de Timor-Leste. Serão:

- Criados, até 2017, 6 novos Centros Culturais Regionais – Oecusse, Liquiçá, Ermera, Maliana, Ainaro e Suai – que contribuirão para a dinamização do desenvolvimento local, atraindo turistas.
- Reconstruídas 50 Casas Sagradas para preservação do património arquitectónico tradicional de Timor-Leste.
- Desenvolvido o Museu e Centro Cultural de Timor-Leste em Díli.
- Criada a Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais

Boa Governação do sector público

Garantir o bom funcionamento e a transparência das instituições do Estado permitirá manter um vínculo forte de confiança entre a cidadania e o poder público dela emanado. Nesse campo, o Ministério das Finanças tem uma função fundamental de supervisão da utilização dos recursos Estatais na implementação do Programa de Governo.

- Em 2017, uma reforma fiscal permitirá aumentar consideravelmente a receita Estatal.
- Terão sido realizadas 10 auditorias internas e 24 análises da despesa do Estado numa base sectorial para garantir boas práticas de execução orçamental.
- Terão sido desenvolvidos pelo menos 7 projectos de infra-estruturas através de Parcerias Público-Privadas.
- Terá sido estabelecida uma política e legislação relativa à criação de “Zonas Económicas Especiais”.

Instituições transparentes e eficientes devem estar presentes em todo o território, ao serviço de todos os timorenses. Nesse sentido, a aposta deste Governo na descentralização torna-se especialmente relevante. No período do mandato terão sido:

- Estabelecidos 3 a 5 Municípios no país.
- Realizadas em 2015 eleições de Sucos e Municípios de forma livre, justa e credível.
- O Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente terá visto descentralizados os seus serviços em 5 regiões.

Meios de Comunicação Social

Elemento essencial para uma saudável democracia em Timor-Leste é a liberdade consagrada e os meios necessários aos meios de comunicação para realizarem o seu trabalho.

- Em 2015, terá sido estabelecida a Agência Noticiosa de Timor-Leste.
- Até 2017 terá sido estabelecido o Conselho de Imprensa.
- Em 2015 terá sido estabelecido o Instituto Nacional de Formação de Jornalistas.

Paz e estabilidade nacional

De uma forma geral, a garantia de serviços públicos eficazes e um projecto de desenvolvimento sólido e inclusivo para Timor-Leste favorecem já o bem-estar social e com ele a estabilidade nacional. Ainda assim, o Governo reforça neste mandato um quadro institucional cuja função particular é garantir a segurança, a justiça e o bom funcionamento do Estado de Direito democrático e uma integração no plano internacional que assegure a soberania nacional e um contexto pacífico para todos os timorenses. Alguns dos resultados a obter são:

Defesa

- Profissionalização das F-FDTL.

- Estabelecidos mecanismos de cooperação entre a F-FDTL e a PNTL.
- Aumentar até 2015 a capacidade do C4I (Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e Informação).

Segurança

- Criadas novas esquadras de polícia.
- Criadas novas unidades de patrulhamento.
- Criados Postos comunitários da PNTL, para aumentar a presença policial em todo o país.
- Alargar o serviço de bombeiros, sobretudo nos distritos.

Justiça

A par com a segurança, o princípio do acesso universal à Justiça sairá reforçado do quinquénio que aí vem.

- 10000 parcelas de terra serão cadastradas e registadas para evitar conflitos de terras e garantir o direito da propriedade.
- 15000 famílias receberão assistência jurídica na mediação extrajudicial de conflitos.
- Construídos 9 novos edifícios da Defensoria Pública para melhorar o acesso à Justiça nos Distritos (Ermera, Maliana, Viqueque, Manatuto, Lospalos, Same, Aileu, Ainaro e Liquiçá).

Negócios Estrangeiros

O reforço da representação diplomática de Timor-Leste no Mundo robustece a relação do país com outros parceiros de desenvolvimento, nomeadamente a nível regional. Em 2017 os seguintes resultados terão sido conseguidos:

- Estabelecidas 6 novas Embaixadas para reforçar a representação de Timor-Leste na região e no Mundo.
- Concluído o processo de adesão à ASEAN.
- Timor-Leste assumirá a Presidência da CPLP para o biênio 2015-2016.
- Estabelecido o Instituto Diplomático para formar e capacitar os diplomatas timorenses em relações internacionais e diplomacia.
- Timor-Leste participará no Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015, representado pela Ministra das Finanças.
- Timor-Leste vai igualmente continuar a presidir ao g7+.
- Finalmente, Timor continuará o seu compromisso com o New Deal, nomeadamente dando uma resposta transversal à *avaliação da fragilidade* realizada no âmbito da iniciativa.

Orçamento

O Fundo Consolidado de Timor Leste apresenta um Orçamento no valor de 1,103.9 milhões de dólares americanos para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas							
Orçamento Geral do Estado incluindo Agências Autónomas (\$'000)							
	2013 Actual	2014	2015	2016	2017	2018	2019
		Orçamento	Orçamento	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Oçamento Geral Estado	819,644	1,091,450	1,103,905	1,148,061	1,193,983	1,241,743	1,291,413
Recorrentes	680,420	952,529	996,878	1,036,752	1,078,222	1,121,352	1,166,207
Salário e Vencimento	141,885	176,752	184,051	191,413	199,070	207,032	215,314
Bens e Serviços	341,942	440,275	472,572	491,474	511,133	531,579	552,842
Transferências Públicas	196,593	335,501	340,255	353,865	368,020	382,741	398,050
Capital	139,224	138,921	107,027	111,309	115,761	120,391	125,206
Capital Minor	39,690	52,124	36,713	38,182	39,709	41,297	42,949
Capital Desenvolvimento	99,534	86,797	70,314	73,127	76,052	79,094	82,257
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes							
Capital							
Fontes Combinadas do Orçamento	819,644	1,091,450	1,103,905	1,148,061	1,193,983	1,241,743	1,291,413
Recorrentes	680,420	952,529	996,878	1,036,752	1,078,222	1,121,352	1,166,207
Capital	139,224	138,921	107,027	111,309	115,761	120,391	125,206

Perfil de Funcionários

O período de 2015 apresenta uma estimativa de força de trabalho de cerca de 47.085 pessoas, composto por 15.298 funcionários permanentes (incluindo cargos de direcção e chefias), 667 agentes da administração pública, 1.921 vagas em processo de recrutamento e 20.216 pessoas de regime especial. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 8.983 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

SUMARIO GERAL MAPA PESSOAL REGIME GERAL 2015																									
Força de Trabalho	Categoria/Grav																								
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total	
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	
Funcionarios Publico Actuais	21	3	24	287	77	364	913	362	1,275	1,687	855	2,542	3,139	1,189	4,328	2,336	645	2,981	1,350	483	1,833	9,716	3,614	13,330	
Escala 1o	16	2	18	220	55	275	614	259	873	904	549	1,453	1,955	712	2,667	1,092	421	1,513	788	333	1,121	5,589	2,331	7,920	
Escala 2o	1	-	1	27	4	31	168	41	209	377	190	567	673	349	1,022	885	179	1,064	396	116	512	2,527	879	3,406	
Escala 3o	3	-	3	12	10	22	49	10	59	117	39	156	172	44	216	87	24	111	43	16	59	471	143	614	
Escala 4o	-	-	-	16	4	20	45	28	72	190	43	230	234	48	282	218	17	235	70	14	84	768	154	922	
Escala 5o	1	1	2	12	4	16	36	24	60	99	34	133	105	36	141	54	4	53	53	4	57	360	107	467	
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Agente da Administrasaun Publico Actuais	-	-	-	1	-	1	24	15	39	55	22	77	152	29	181	333	11	344	18	7	25	583	84	667	
Total força de trabalho actuais	95	14	99	584	143	727	1,525	517	2,042	2,160	1,036	3,196	3,464	1,257	4,721	2,673	657	3,330	1,370	490	1,860	11,849	4,110	15,965	
Vagas em processo de Recrutamento	57			197			432			566			455			113			101			1,921			
Nova Proposta de Vagas 2015	-			-			-			-			-			-			-			-			
Total Quadro Pessoal	156			924			2,474			3,762			5,176			3,443			1,961			17,886			
Mapa Pessoal 2016	235			765			1,916			2,338			2,388			1,037			560			8,983			
Mapa Pessoal 2016 - 2018	235			765			1,916			2,338			2,388			1,037			560			8,983			
Detalho Cargo Direcção e Chefias																									
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total	
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F		
Director Geral	54	8	62	38	8	46	3	-	3	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95	16	112	
Inspector Geral	9	1	10	9	4	13	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	5	24	
Director Nacional	9	2	11	142	38	180	84	24	108	25	11	36	2	1	3	-	-	-	-	-	-	261	74	335	
Director Distrital	-	-	-	37	2	39	64	5	69	50	12	62	16	2	18	-	-	-	-	-	-	167	21	188	
Chefe do Departamento	2	-	2	70	14	84	431	111	542	301	119	420	127	28	155	4	1	5	2	-	2	934	271	1,210	
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	5	-	5	41	17	58	28	8	36	-	-	-	-	-	-	74	25	99	
Total Cargo de Direcção e Chefia	74	11	85	296	66	362	588	140	728	418	159	577	173	39	212	4	1	5	2	-	2	1,550	412	1,968	
Resumo Mapa Pessoal do Regime Especial de Ano Fiscal de 2015																									
Categoria do Regime Especial do Ano Fiscal de 2015										Ministério da Educação										15,641					
										Ministério da Saúde										3,388					
										UNTL										418					
										Ministério da Justiça (Defensor Pública, Prisão, Notário e Policia Cientifica de Investigação Criminal)										385					
										Procuradoria Geral da República (Oficial PGR e Procuradores)										131					
										Tribunais										124					
										Ministério da Agricultura										95					
SEFPOPE										34															
Total Força de Trabalho actuais do Regime Especial 2015																									20,216
Grand Total																									47,085

Presidência da República

Papel

O Presidente da República é o Chefe do Estado, Símbolo e garante da Independência Nacional, da Unidade do Estado e do regular funcionamento das Instituições Democráticas e o Comandante Supremo das Forças Armadas, de acordo com a Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Prioridades do Presidente da República:

1. Manter a unidade, a coesão nacional e democracia;
2. Integração Regional e Internacional;
3. Manter a independência, garantir a soberania e a integridade nacional;
4. Fortalecimento da instituição da Presidência da república;
- 5 Apoio Administrativo e Financeiro ao Secretariado Pos-CAVR.
6. Elaboração do Projecto de Arquitetura.

Orçamento

A Presidência da República tem um Orçamento de 8,815 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas Presidência da República (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	5,942	9,538	8,815	9,168	9,534	9,916	10,312
Recorrentes	5,060	7,266	7,518	7,819	8,131	8,457	8,795
Salários e Vencimentos	347	774	848	882	917	954	992
Bens e Serviços	4,586	6,492	6,670	6,937	7,214	7,503	7,803
Transferências Públicas	127	-	-	-	-	-	-
Capital	882	2,272	1,297	1,349	1,403	1,459	1,517
Capital Minor	639	1,772	1,097	1,141	1,187	1,234	1,283
Capital Desenvolvimento	243	500	200	208	216	225	234
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	5,942	9,538	8,815	9,168	9,534	9,916	10,312
Recorrentes	5,060	7,266	7,518	7,819	8,131	8,457	8,795
Capital	882	2,272	1,297	1,349	1,403	1,459	1,517

Perfil de Funcionários

A Presidência da República tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 210 pessoas, composto por 125 funcionários permanentes e 21 de cargo de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 64 pessoas.

GABINETE PRESIDENTE DA REPÚBLICA																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionários Público Actuais	1	-	1	9	4	13	10	4	14	8	-	8	23	14	37	17	12	29	19	4	23	87	38	125
Escala 1o	1	-	1	8	4	12	5	4	9	8	-	8	19	13	32	14	10	24	2	-	2	57	31	88
Escala 2o	-	-	-	1	-	1	5	-	5	-	-	-	2	1	3	2	-	2	13	4	17	23	5	28
Escala 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	-	4	4	2	6
Escala 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	1
Escala 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraun Público Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	4	-	4	10	8	18	11	6	17	9	5	14	25	16	41	17	12	29	19	4	23	95	51	146
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	4	-	-	18	-	-	17	-	-	14	-	-	41	-	-	29	-	-	23	-	-	146
Mapa Pessoal 2016	-	-	9	-	-	15	-	-	7	-	-	10	-	-	15	-	-	8	-	-	-	-	-	64
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	9	-	-	15	-	-	7	-	-	10	-	-	15	-	-	8	-	-	-	-	-	64
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Director Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Inspector Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Director Nacional	1	-	1	1	1	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4
Director Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe do Departamento	-	-	-	-	3	3	1	1	2	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	9	10
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2	4	-	-	-	-	-	-	3	2	5
Total Cargo de Direcção e Chefia	3	-	3	1	4	5	1	2	3	1	5	6	2	2	4	-	-	-	-	-	-	8	13	21

Plano Anual da Presidência da República Para o Ano de 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS+ INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
MANTER A UNIDADE E COESÃO NACIONAL E DEMOCRACIA					
Manter a comunidade (académica, social, profissional, fronteiriça, etc) regularmente informada sobre a política e desenvolvimento nacional.	Comunidades académicas, social, profissional, fronteiriça, etc, informadas/ sensibilizadas e envolvidas no processo de desenvolvimento.	Diálogos contínuos e regulares do Presidente da República com a população e vários segmentos da sociedade, resposta adequada aos problemas nacionais e discussão de mesa redonda e prémios	Número de deslocações aos locais escolhidos pelo Presidente da Republica (180). Número de visitas conjuntas (Presidente da República-Parlamento Nacional; Presidente da República-Governo; Presidente da República-Corpo Diplomático; Presidente da República-Sociedade Civil) (8). Número de diálogos/encontros com grupos profissionais, académicos, sociais, comunidade fronteiriça, etc. (≥100). Número de publicações, informação e disseminação (20).		
Manter o Presidente da República informado sobre as aspirações da população.	Manter informado o Presidente da República através de estudos/ relatórios/levantamentos.	Incentivar actividades de pesquisa/levantamentos/ recolha de informação/ análises. Incrementar as acções de apoio ao Presidente da República no processo de enquadramento das organizações provenientes da resistência, dos combatentes de libertação nacional (veteranos), da juventude no âmbito da actividade produtiva.	Número de pesquisas/ levantamentos/ recolha de informação/ análises realizados (≥140). Número de visitas no âmbito da acção Presidencial (≥280 visitas). Número de iniciativas dos veteranos, juventude, grupos comunitários, grupos sociais, etc (≥150).		
Manter o Presidente da Republica informado sobre as preocupações das organizações da sociedade civil.	Manter o Presidente da República informado através do envolvimento comunitário/ organizações da sociedade civil.	Disseminar a informação recolhida da Acção Presidencial. Acções de apoio ao Presidente da República na valorização da história da resistência e na recuperação e preservação dos restos mortais, locais e documentação.	Número de organizações da sociedade civil enquadradas (por definir). Documentação tratada, restos mortais recolhidos, locais identificados e reabilitados (vários). Número de condecorações (≥200).		
Mitigar as necessidades prementes da população com prioridade nas áreas remotas.	Iniciativas apoiadas.	Acções de apoio ao Presidente da República no que diz respeito ao reforço das comunidades nas áreas remotas no âmbito da coesão social.	Número de iniciativas de promoção da concessão social apoiadas.		
Promover o espírito de solidariedade social.	Iniciativas para promoção do espírito de solidariedade social apoiadas.	Acções de apoio ao Presidente da República no que diz respeito ao reforço das comunidades nas áreas remotas no âmbito da solidariedade social.	Número de iniciativas de solidariedade social apoiadas.		
INTEGRAÇÃO REGIONAL E INTERNACIONAL.					
Reafirmar e promover a soberania nacional e intercâmbio internacional para a paz e o desenvolvimento.	Fortalecer a integração regional e internacional.	Deslocações internacionais do Presidente da República em visitas de Estado, Oficiais e de Trabalho e Visitas de Altos Dignitários a Timor-Leste.	Número de visitas oficiais ao estrangeiro (10 visitas). Número de altos dignitários convidados (15 convidados).		
Desenvolvimento de boas relações diplomáticas com os países parceiros de Timor-Leste.	Fortalecer laços diplomáticos.	Acções na qualidade de Presidência <i>pro-tempore</i> da CPLP, nomeadamente seminários de sensibilização, viagens e mediatização	Número de missões no âmbito da presidência da CPLP e ASEAN Número de seminários temáticos (nacionais e internacionais) no âmbito da CPLP e ASEAN <i>Media mainstreaming</i> com o alvo de elevar o prestígio de Timor-		

			Leste no mundo. Sessões de esclarecimento referentes a temática da Presidência da CPLP/ popularização da CPLP e da ASEAN.		
Fomento de relações de entidades oficiais.	Aprofundar contactos entre as entidades oficiais de Timor-Leste com as de outros países.	Contactos oficiais envolvendo dirigentes de escalão superior. Acções inseridas no processo de adesão de Timor-Leste à ASEAN. Acções do Presidente da República junto do Corpo Diplomático no âmbito das competências consignadas pela Constituição da Republica ao Chefe do Estado, de índole internacional.	Número de visitas (internacionais) dos Chefes da Casa Civil e Militar) (6 visitas). Número de sessões de trabalho do Presidente da República com o Corpo Diplomático (2 sessões). Número de sessões de trabalho, de cariz diplomático, da Presidência da Republica (70 sessões). Número de iniciativas no âmbito do povo-a-povo (3 iniciativas).		
Acompanhar a Política Externa, em particular a “diplomacia de defesa”.	Acompanhar e analisar a evolução da conjuntura regional e internacional e as suas implicações estratégicas na área de segurança e defesa. Conduzir a negociação de Acordos Internacionais na área da defesa e segurança Participar nas reuniões no âmbito bilateral, regionais e multilateral na área da Defesa e Segurança	Assinatura de revistas na área da Def e Seg “ <i>Jane’s Defense Weekly</i> ” “ <i>Asia Military Review</i> ” “ <i>International Security</i> ”. Acordos negociados e assinados no âmbito multilateral e bilateral Participação nas reuniões ARF (Indonésia, “ <i>Disaster Relief</i> ”; “ <i>Maritime Security</i> ”; China “ <i>Confidence Building Measures and Preventive Diplomacy</i> ”: “ <i>Security Policy</i> ”).	Defesa de posições concertadas com o Governo que defendam os interesses de Timor-Leste Participação em seis reuniões	Em coordenação com SED, SES e MNEC	
MANTER A INDEPENDÊNCIA, GARANTIR A SOBERANIA E A INTEGRIDADE NACIONAL					
Desenvolver na sociedade timorense uma maior cultura de Segurança Nacional.	Reforçar a identidade nacional, gerar o orgulho do que é ser timorense e sensibilizar os cidadãos para a natureza global e integrada da política de Segurança Nacional Contribuir para a melhoria da Segurança Nacional. Contribuir para a reflexão do <i>Sidadiania Sivica Patriotica</i> (SSP). Empenhar os cidadãos activamente em actos/acções que reforcem o sentimento de Pátria.	Seminários, Palestras e Workshops de Defesa e Segurança. Palestras sobre: “Vigilância das Fronteiras”, “Segurança Marítima”, “Segurança Regional” e “ZEESM” e Seminário/Workshop (3 dias) sobre “Reflexão da visão estratégica de segurança nacional” Acções concertadas com o Governo com base em informação recebida sobre Segurança Nacional Estudo comparativo de SSP (Visita de 2 países, seminários e divulgação) Realizar encontros periódicos com diplomatas timorenses acreditados no estrangeiro e apoiar iniciativas extra-curriculares a nível do ensino básico e secundário.	Realizar 1 Palestra trimestralmente. Realizar 1 saída mensal. Realizar 2 visitas (Singapura e Malásia), 2 seminários e 1 entrevista RTTL Criação de um observatório da dinâmica do processo do desenvolvimento nacional. Actividade de monitorização socioeconómica e política (vários). Número de diálogos sobre zonas dedicadas aos pólos de desenvolvimento de Oecusse e da Costa Sul (a ser determinado). Número de escolas a beneficiar das actividades extracurriculares em concertação com o Governo.	Convidar 1 orador internacional por palestra/seminário e outras organizações relevantes Em coordenação com Entidades relevantes Convidar oradores internacionais e nacionais, Governo, ONGs e SC	
Contribuir para o reforço da coesão e do prestígio das Forças de Defesa e de Segurança	Proporcionar visibilidade às Forças de Segurança e à Instituição Militar, através de acções do Presidente e Comandante Supremo. Contribuir para a articulação das actividades dos actores do Sistema Integrado de Segurança Nacional Homenagear Unidades, militares e	Visitas aos órgãos que integram o Sistema Integrado de Segurança Nacional. Visita a dois Postos Fronteiriços: Terrestre (Oecusse) e Marítimo (Viqueque) Visita ao Exercício Conjunto "Cobra", "Crocodilo" Cerimónias de Condecoração de Unidades das F-FDTL e PNTL	Realizar 1 por semestre Realizar 1 visita semestral aos Postos Fronteiriços Cerimónias efetuadas de acordo com o calendário, cumprindo os padrões protocolares e de solenidade Número de celebrações dos Dias Nacionais (10 celebrações). Número de cerimónias de agradecimento e outorga de condecorações (≥10 cerimonias).	Em coordenação com as F-FDTL e PNTL	

	agentes policiais que, pela sua atuação, prestigem e honrem Timor-Leste. Cultivar e honrar as datas e os grandes feitos e vultos da história militar e policial da memória colectiva nacional. Reconhecer e homenagear o papel dos veteranos na construção da Nação.	Dignificar as actividades alusivas aos Dias Nacionais Agradecimento/ condecorações com Ordens e Medalhas Honoríficas			
Acompanhar a evolução dos assuntos relativos à Política de Segurança Nacional, alívio da pobreza e desenvolvimento – chaves para a paz e estabilidade	Produção de informação sobre a análise Estratégica Nacional Realização de Estudos, análises e pareceres	Acompanhar a situação de Segurança Nacional. Contribuir para o aperfeiçoamento e implementação dos normativos relativos à Política de Segurança Nacional.			
PROMOVER UMA ECONOMIA INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL					
Estimular e apoiar iniciativas comunitárias para reforçar a inclusão social	Reduzir a exclusão social e desigualdades.	Contribuições e apoio as actividades produtivas de grupos comunitários e ou indivíduos.	Numero de iniciativas (actividades) realizadas por grupos comunitários e ou indivíduos com o apoio da Presidência da República. Número de grupos e de indivíduos equipados com meios de conservação.		
Apoio às acções para a redução do défice da segurança alimentar e da desnutrição no País.	Melhorar a segurança alimentar e nutrição.	Promover e facilitar transmissão de conhecimentos sobre conservação de produtos agrícolas e incentivar o consumo de produtos nutritivos de origem local.	Número de sessões de trabalho com comunidades e promoção através da comunicação social no âmbito de promover uma dieta saudável.		
Assegurar a participação activa dos cidadãos de forma equitativa (género) + empenhamento dos jovens com grau académico, em actividades produtivas.	Promover o auto-emprego e o empreendedorismo.	Em concertação com o Governo e as universidades, promover o auto-emprego e emprego dos jovens e mulheres. Premiar iniciativas distritais de criatividade e de empreendedorismo.	Número de sessões de trabalho no âmbito de promover a sensibilidade do género no processo do desenvolvimento nacional. Número de sessões de trabalho com os jovens e mulheres no âmbito de promover o auto-emprego criativo.		
PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA AO APOIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.					
Estabelecimento de sistema de arquivo digital de todos os documentos da Presidência da República.	Optimização do arquivo e gestão da documentação.	Aquisição de equipamentos necessários e digitalização de documentos.	Sistema digital de arquivo estabelecido.	Plurianual (2015: US\$500.000), incluindo STP-CAVR.	
Desenvolvimento da aplicação do sistema de gestão e monitorização de pessoal e de viaturas.	Criar um sistema de monitorização de pessoal e de viaturas.	Reduzir o consumo de combustível, controlar o movimento de viaturas, manutenção de viaturas e reduzir custos.	Gestão do pessoal e da frota de veículos assente numa base de dados.		
ASSESSORIA E CONSULTADORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA DA CASA CIVIL E MILITAR.					

Prestar assessoria e consultoria técnica em áreas especializadas para as Casas Civil e Militar	Melhoramento do desempenho dos serviços em áreas especializadas e do processo de apoio à decisão do Presidente da República.	Realização de estudos, análises e pareceres Acções de formação e capacitação institucional. Preparação do dossier e <i>briefings</i> a serem discutidos nos Órgãos Consultivos do Presidente da República.	Número de consultores e assessores recrutados nas áreas especializadas (10 consultores). Número de estudos, análises e pareceres (vários). Número de funcionários capacitados e habilitados (15 funcionários).	Áreas especializada: Saúde, Defesa, Segurança, Administração e Finanças, Aprovisionamento, Recursos Humanos, <i>System Analysts</i> .	
CONSELHO DE ESTADO E CONSELHO SUPERIOR DE DEFESA E SEGURANÇA.					
O Presidente da República dispõe de aconselhamento rigoroso dos seus Órgãos de Consulta.	Apoiar o funcionamento do desempenho dos Conselhos.	Apoio no exercício das funções do Presidente da República no que se refere aos Órgãos de Consulta	Reuniões dos Órgãos Consultivos (varias). Estudos levados a efeito. Reuniões realizadas.		
FORTELECIMENTO INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.					
Garantir o apoio técnico operacional ao Presidente da República e o bom funcionamento das instituições ou sectores existentes na Presidência da República de modo a serem atingidos os objectivos planeados	Fortalecer a instituição da Presidência da República. Melhoramento dos serviços do Protocolo e de Relações Públicas da Presidência da República.	Apoiar, mobilizar e implementar técnica e administrativamente todas as actividades inerentes à Presidência da República, em termos de recursos humanos, financeiros, logísticos, documentais e informáticos. Continuação da capacitação do pessoal da Presidência da República em áreas, entre outras, como Recursos Humanos, Finanças, Logística, Aprovisionamento, Media, Protocolo, ICT, Jurídico através do FDCH. Preparação de visitas de Estado, Oficial e de Trabalho. Compras de prendas oficiais Compras de Placas Comemorativas Compra de uniformes para o pessoal do Protocolo de Relações Públicas e Media () Compra de equipamentos para a segurança pessoal do Presidente da República Compra de equipamentos de emergência medica	A Administração está habilitada a responder às várias necessidades da Presidência da República de uma forma mais eficaz e eficiente. Número de acções de formação e capacitação em várias áreas realizadas	FDCH	
	Reestruturação dos órgãos da Presidência da República conforme a nova Lei Orgânica.	Recrutamento de novos funcionários para preenchimento de vagas previstas no mapa de pessoal da Presidência da República. Formação de pessoal no sector dos Media. Observatório	Funcionários recrutados. Equipamentos adquiridos.		
	Melhorar a segurança do sistema integrado de comunicações da Presidência da República. Formação do pessoal da Casa Militar na área de análise estratégica de informação	Acompanhar o estabelecimento de um mecanismo de alerta precoce e de resposta rápida e segura Frequentar 1 Curso de Auditores de Defesa Nacional (PRT) (a definir) Frequentar 2 cursos no APCSS (USA) e 1 curso no	Consolidação do Centro de Comunicações Integrado na Presidência da República. Melhoramento da qualidade do equipamento e sistema de segurança da Presidência da República. Criar capacidade para apoiar a acção do Presidente da República na negociação de Acordos na área da Defesa e Segurança	CADN a ser coordenado com a SED (não existe)	

	Formação sobre legislação e competências do PR na área da defesa e segurança. Formação sobre "Primeiros Socorros" Formação sobre combate aos incêndios	ASPI (AUS). Frequência de cursos, treinos e conferências Frequência de 2 cursos	Formar a Guarda e Segurança Presidencial Formar a Guarda e Segurança Presidencial	valores de referência por nunca ter sido frequentado) Coordenação com o Depart Jurídico-Constitucional da PR Em coordenação com a Proteção Civil	
		Criação de um clube social da Presidência da República.			
APOIO AO PROGRAMA DA PRIMEIRA DAMA					
Garantir o apoio à Primeira Dama no âmbito da realização das prioridades políticas do Presidente da República	Apoiar a implementação das prioridades políticas do Presidente da República.	Deslocações no País, nomeadamente nos Distritos, Sub-Distritos e áreas remotas e ao estrangeiro quer acompanhando o Presidente da República quer individualmente.	Número de deslocações e encontros com comunidade realizadas. Número de viagens às estrangeiras realizadas.		
		Encontros, seminários, reuniões e <i>workshops</i> com entidades (nacionais e internacionais) Prendas para pessoas idosas, grávidas e portadoras de incapacidades. Promover a mobilização das populações para a realização de atividades de horta familiar e horta comunitária.	Números de encontros e reuniões realizados (200 encontros). Seminário internacional da Comemoração dos 19 Anos da Atribuição do Prémio Nobel em cooperação com o Doutor José Ramos-Horta realizado.		
MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA					
Continuação da preparação do <i>Master Plan</i> do Complexo Residencial e dos Espaços de Serviços da Presidência da República.	Garantir e assegurar um complexo residencial condigno e adequado ao Chefe do Estado.	Elaboração da planta do complexo residencial e estudos arquitectónico, geologia e impacto ambiental.	Projecto de arquitectura elaborado e aprovado.	FI	
Manter o serviço da Administração do STP-CAVR - Consolidar a cultura de não violência e assegurar a paz					
Desiminação e Educação ao relatório Chega!	Prevenir a violência no futuro, manter a unidade Nacional e criar o espírito Nacionalismo Timorense.	Distribuição Chega! Inglês, realizar seminário a nível Nacional e Distrital, conduta treinamento exibição, filmagem, transmissão através da media electrónica e jornais, imprimir planfetos, posters sobre o Chega!	Comunidades, jovens e estudantes são informados sobre Chega! no 1º 3º e 4º trimestre		Responsabilidade SoSed e contribuição de especialista.
Distribuição Global do Relatório da CAVR Chega! (Inglês)					
Faça conjuntos (pacote) disponíveis para Instituições relevantes em 60 países	Ter conhecimento sobre Chega! A nível Internacional e em aprender como lição de violência no tempo passado.	Pesquisa as lista das Instituições estratégicas em 60 países para receber conjuntos.	Centenas de pesquisas relevantes Académicos e Organizações de defesa em um terço da comunidade Internacional recebe Chega! Pela primeira vez no 1º – 3º trimestre		Divisão SoSed

Faça plain guias disponível para as Instituições relevantes e indivíduos em 60 países		Pesquisar as listas dos destinatários estratégicos adicionais, Institucionais e individuais, para receber o guia plain / cd	Chega! Está disponível inclusão em cursos treinamento e trabalho de campo		Divisão SoSed
		Versão digital disponível na Internet. Enviar Chega! Inglês por correio Internacional Disseminação do relatório Chega! Inglês em 2 Nações.	Nações recebem livros Chega! Inglês 2 seminários referência Chega! Inglês		Divisão SoSed Divisão SoSed
Prover o Arquivo do CAVR.	Conservar os documentos.	Transferência dos documentos dentro das caixas actualmente usadas para as novas caixas que são adequadas.	Os documentos estão bem protegidos no 1 ^o trimestre		Sob responsabilidade da Divisão Centro Documentação
	Criar <i>website</i> e <i>hosting</i> .	Renovar instalação do <i>network</i> para assegurar os documentos internos.	Acesso ao público no 1 ^o – 4 ^o trimestre		Sob responsabilidade da Divisão Centro Documentação
	Promover biblioteca.	Identifica os livros de história e direitos humanos passados de Timor Leste.	Já tem os documentos histórico passado no 1 ^o – 4 ^o trimestre		Centro Documentação
		Rever o catálogo de acordo com os títulos dos livros.	A biblioteca já tem 1500 livros no 1 ^o – 4 ^o trimestre		Centro Documentação
	Promover o Arquivo.	Recolher objetos da herança histórica passada de Timor-Leste.	STP-CAVR já tem herança histórica acessível ao público no primeiro até quarto trimestre no 1 ^o – 4 ^o trimestre		Centro Documentação

Parlamento Nacional

Papel

O Parlamento Nacional é o órgão de soberania, representativo de todos os cidadãos timorenses, com poderes legislativos, de fiscalização e de decisão política. Compete ao Parlamento legislar nas matérias da sua competência, aprovar o orçamento geral do Estado, deliberar sobre o respectivo relatório de execução e fiscalizar a execução orçamental. A iniciativa de revisão constitucional também pertence ao Parlamento. Tem ainda competência para ratificar a nomeação do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e a eleição do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Fiscal e de Contas, aprovar e denunciar acordos e a ratificar tratados e convenções internacionais. O Parlamento tem ainda competência exclusiva para conceder amnistias, dar assentimento às deslocações do Presidente da República em visitas de Estado, autorizar e confirmar a declaração do estado de sítio e do estado de emergência, e propor ao Presidente da República a sujeição a referendo de questões de interesse nacional.

O Parlamento exerce ainda uma competência de fiscalização relativamente à acção do Governo e da Administração Pública.

Como instituição democrática, o Parlamento representa a vontade do Povo e deve sustentar todas as suas expectativas, procurando dar resposta às suas necessidades e contribuir para a solução dos problemas nacionais.

Os recursos orçamentais e os planos de actividades do Parlamento visam reforçar as suas capacidades para o exercício das suas competências constitucionais, executar as suas funções de fiscalização, contribuir para a promoção da participação da sociedade civil nas actividades parlamentar e legislativa, tornando mais transparente o processo de decisão política e de fiscalização da acção governativa.

Orçamento

O Parlamento Nacional tem um Orçamento de 15,027milhões de dólares para o ano de 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Parlamento Nacional (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	12,341	15,351	15,027	15,628	16,253	16,903	17,579
Recorrentes	10,715	13,253	13,496	14,036	14,597	15,181	15,788
Salários e Vencimentos	3,887	4,337	4,399	4,575	4,758	4,948	5,146
Bens e Serviços	6,393	8,168	8,349	8,683	9,030	9,391	9,767
Transferências Públicas	436	748	748	778	809	841	875
Capital	1,626	2,098	1,531	1,592	1,656	1,722	1,791
Capital Minor	1,626	1,625	1,233	1,282	1,334	1,387	1,442
Capital Desenvolvimento	-	472	298	310	322	335	349
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	12,341	15,351	15,027	15,628	16,253	16,903	17,579
Recorrentes	10,715	13,253	13,496	14,036	14,597	15,181	15,788
Capital	1,626	2,098	1,531	1,592	1,656	1,722	1,791

Perfil de Funcionários

O Parlamento Nacional tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 300 pessoas, composto por 97 funcionários permanentes, 29 Agente da Administração Publico Actuais, 15 de cargo de direcção e chefia e 79 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 80 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

PARLAMENTO NACIONAL																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	1	-	1	19	9	28	13	8	21	14	7	21	6	2	8	10	8	18	63	34	97
Escala 1o			-	1		1	2	3	5	1	-	1	2	4	6	-	1	1	-	-	-	6	8	14
Escala 2o	-		-			-	13	5	18	11	6	17	11	3	14	3	-	3	8	6	14	46	20	66
Escala 3o			-			-	2	-	2	-	2	2	-	-	-	1	1	2	1	1	2	4	4	8
Escala 4o			-			-	2	1	3	1		1	1	-	1	1	-	1	1	1	2	6	2	8
Escala 5o			-			-			-			-			-	1	-	1			-	1	-	1
Escala 6o			-			-			-			-			-			-			-			-
Agente da Administrasaun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	15	12	27		1	1	1		1			-			-	16	13	29
Total forza de trabalho actuais	1	-	1	2	-	2	43	23	66	13	11	24	15	7	22	6	2	8	10	8	18	86	49	141
Vagas em processo de Recrutamento			-			39			26			14			-			-			-			79
Nova Proposta de Vagas 2015			-			-			-			-			-			-			-			-
Total Quadro Pessoal			1			41			92			38			22			8			18			220
Mapa Pessoal 2016			36			26			15			3												80
Mapa Pessoal 2016 - 2018			36			26			15			3			-			-			-			80
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Diretor Geral	1	-	1			-			-			-			-			-			-	-	-	1
Inspector Geral			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-
Diretor Nacional			-			-	2	1	3			-			-			-			-	2	1	3
Diretor Distrital			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-
Chefe do Departamento	-	-	-	1	-	1	7	1	8	-	2	2			-			-			-	5	1	11
Chefe da Secção			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	1	-	1	1	-	1	9	2	11	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	2	15

Plano Anual do Parlamento Nacional para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE
Contribuir para um escrutínio eficaz e competente das propostas e projetos de leis apresentadas ao Parlamento Nacional, e realizar uma efetiva fiscalização da ação do Governo e desempenhar com eficácia as suas funções de representação.					
Assegurar a melhoria qualitativa dos projetos e propostas de lei do Governo e do Parlamento	Leis aprovadas pelo Parlamento Nacional.	Discutir e aprovar as Propostas de Lei do Governo e os Projetos de Lei do Parlamento Nacional; Verificação do cumprimento das disposições constitucionais e legais aplicáveis.	Contribuir para a formação e aperfeiçoamento do quadro legal de Timor-Leste.		Comissão A, B, D, F, G
Identificar as lacunas existentes e melhorar o nível de conhecimento da ordem jurídica (obstáculos, constrangimentos, necessidades de revisão).	Propostas de iniciativa legislativa. Estudos legais.	Acompanhar as atividades legislativas; Elaborar estudos legais e Propostas para iniciativas de legislação própria, ou em articulação com o Governo, para melhoria e aprofundamento do quadro regulamentar.	Contribuir para a identificação das reformas legislativas necessárias.		Comissão A, B, D, E
Acompanhar a implementação do Programa do Governo e a avaliação da execução do OGE (Orçamento Geral do Estado).	Relatórios de visitas. Relatório de auditoria.	Realização de visitas de fiscalização em Díli e aos restantes distritos, sobre a taxa de execução financeira e material dos projetos do Governo em curso; Audiências de acompanhamento da execução do programa de governo; Realização de uma auditoria anual da Câmara de Contas a pedido da Comissão C de emissão de parecer sobre a CGE.	Identificar os problemas durante o processo de fiscalização e garantir a efetiva execução do Programa de Governo e a execução do orçamento; Assegurar o cumprimento pelo Governo das Recomendações formuladas; O PN dispõe de mais mecanismos de fiscalização e controlo financeiro para melhor poder desempenhar as suas funções de fiscalização política sobre a atividade governativa.		Comissão A, B, C, D, E, F
Promover o contacto com a sociedade civil e o cidadão	Relatórios de fiscalização. Recomendações ao Governo e à Administração Pública.	Deslocações do Presidente do Parlamento e das Comissões aos 13 distritos e respetivos subdistritos.	Maior e melhor compreensão direta da evolução da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional e da execução orçamental; Recomendações dirigidas ao Governo e Administração Pública, em resultado dos Relatórios de Fiscalização nos 30 dias seguintes; Elaboração e apresentação de Relatórios de fiscalização para aprovação no Plenário; Identificação de lacunas/obstáculos e adoção de recomendações.		Comissão A, B, C, D, E, F, G, GPPN

Promover a participação da sociedade civil no debate da proposta orçamental	Debates e audiências. Documentação disponibilizada e transcrições de debates.	Realizar debates e audições com os representantes da sociedade civil previamente à aprovação de iniciativas legislativas; Promover audiências temáticas com as entidades como ONG e sociedade civil; Reuniões com a comunidade sobre a ação e desempenho do Governo.	Conhecimento da opinião da sociedade civil para melhoria e valorização da discussão na Comissão e em Plenário. Promover o dialogo e a criação de consensos sobre as grandes matérias de interesse nacional Melhorar o conhecimento das carências e necessidades da população e a capacidade para propor e advogar a favor de soluções adequadas à satisfação dessas necessidades		Comissão B, C, E, F, G
Promover a democracia parlamentar através do reforço da capacidade das bancadas parlamentares e da efetividade do seu desempenho.					
Observar a experiência estrangeira e recolher ensinamentos para melhorar o nosso sistema e o desempenho das comissões nessa matéria.	Relatórios de visita.	Visita de estudo comparativo a países com os quais o Parlamento Nacional de Timor-Leste mantenha relações institucionais para observar a experiência de Comissões Parlamentares no uso de instrumentos e mecanismos de fiscalização do Governo.	Aplicação da informação e dos conhecimentos adquiridos nas visitas às atividades das Comissões.		Comissão A, B, C, D, E, G
Melhorar a capacidade de escrutínio da CGE de 2014 e da proposta de OGE para 2016	Resolução do PN sobre a CGE. Lei do OGE para 2016. Seminário/Workshop.	Realização da audição da Câmara de Contas, do MF e de outros ministérios relevantes no processo de escrutínio das contas do estado e elaboração do relatório e parecer sobre a Conta; Realização de um seminário ou workshop com a presença do MF, parceiros de desenvolvimento, Câmara de Contas, Sociedade civil e entidades relevantes para o processo orçamental.	Aprovação pelo PN da CGE de 2014 com base no Parecer da Câmara de Contas e nas audições realizadas pela Comissão Aprovação pelo PN da proposta de OGE para 2016 tendo como base de trabalho o relatório e parecer das Comissões		Comissão C
Contribuir para a formação e aperfeiçoamento do quadro legal de Timor-Leste na área da ética parlamentar	Estudos. Propostas de iniciativa legislativa.	Realizar estudo comparativo com visitas a parlamentos; Realizar estudos sobre: o exercício do direito de petição no Parlamento Nacional de Timor-Leste; o registo de interesses e declaração patrimonial dos titulares de cargos públicos; o procedimento parlamentar de designação de titulares de cargos exteriores.	Os Deputados são capacitados no mecanismo da fiscalização e execução dos projectos; Identificação de lacunas/obstáculos e adoção de recomendações e propostas de iniciativa legislativa.		Comissão B, F, G
Promover a discussão e partilha de opinião e conhecimento dos especialistas, peritos, financiadores e doadores, Administração Pública e agentes económicos e mercados, bem como da sociedade civil, quanto ao entendimento e procura de consensos para a resolução dos problemas nacionais e locais nos setores em causa.	Conferência/Seminário e documentação disponibilizada. Propostas de iniciativa legislativa.	Conferência/ Seminário sobre os maiores problemas e as principais estratégias de planeamento, desenvolvimento e sustentabilidade nos setores das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.	Melhoria e partilha do conhecimento e experiência pelos deputados; Identificação de lacunas/obstáculos e adoção de recomendações e propostas de iniciativa legislativa.		Comissão A, E
Reforço da capacitação dos Deputados em matéria orçamental e de fiscalização política sobre a atividade governativa	Seminários, <i>workshops</i> e conferências	Mesa redonda para estudar o PIS com o Ministério da tutela; Realização de seminários, workshops, conferências e reuniões sobre matérias de atualidade parlamentar.	Os Deputados são capacitados no mecanismo da fiscalização e execução dos projectos; Deputados devidamente esclarecidos sobre as implicações económicas, sociais e ambientais da sua produção legislativa.		Comissão B, C, D, F, GPPN, CCFP
Promover a sistematização, divulgação e conhecimento das normas transversais e especiais dos setores em causa	Disponibilização de informação on-line	1 Organização e publicação on-line da arquitetura geral existente relativamente a todos os setores especiais	Conhecimento do quadro legal e regulatório, pelos Agentes do Estado e da Administração Pública, Agentes e Operadores económicos (indicador: Número de acessos ao sítio Web do PN).		Comissão E

Assegurar a orientação estratégica do desenvolvimento institucional do Parlamento Nacional. Aumentar a eficiência da administração parlamentar, promover a melhoria do exercício das competências do Conselho de Administração e a supervisão da ação do Secretariado-geral.					
Promover a imagem do Parlamento através da divulgação das suas atividades	Disponibilização de informação on-line. Jornal do Parlamento. Suportes de divulgação da atividade parlamentar	Atualizar de forma permanente e dinamizar o website do Parlamento Nacional; Definir e aprovar o formato do Jornal do Parlamento Nacional e as suas regras de redação e publicitação; Iniciar a publicação do Jornal do Parlamento Nacional; Produção de materiais e conteúdos de divulgação das atividades do Parlamento (brochuras, programa de rádio, newsletter, conferências de imprensa, debates na televisão); Organização de diversas iniciativas de educação cívica (programas nas escolas, produção de materiais de divulgação, livros didáticos e informativos, organização de sessões de debate e esclarecimento).	A população tem acesso a informação sobre a atividade do Parlamento Nacional através de múltiplas fontes; O Jornal do Parlamento Nacional é publicado.		D-PARL
Implementar sistemas e procedimentos de gestão dos processos administrativos que permitam o aumento da eficiência na prestação de serviços internos	Sistema informático de gestão de frotas. Manual de procedimentos.	Implementação de um sistema de gestão de frotas e definição de procedimentos; Implementação de procedimentos de gestão financeira revistos em 2014.	Que os novos procedimentos e sistemas se revelem mais eficazes e sejam conhecidos e sejam aplicados por todas as áreas interessadas.		D-ADMIN
Melhorar os serviços de tecnologias de informação e comunicação do Parlamento	<i>Service desk</i> (novas funcionalidades). Sistema de salvaguarda de dados (backup). Serviços de internet e extranet (melhoria).	Consolidar o sistema de <i>service desk</i> aumentando o número de serviços disponibilizado e melhorando os indicadores de tempo de atendimento aos funcionários e deputados; Assegurar que o processo de salvaguarda de dados (backup), de aplicações e documentos eletrónicos, se realiza numa base diária e é estendido à informação constante dos portáteis dos Deputados; Melhorar os serviços de Internet e extranet.	Mais serviços disponibilizados e tempo de atendimento dos utilizadores reduzido; Salvaguarda de dados (backup) realizada de forma segura numa base diária; Integração de documentos e demais ficheiros dos funcionários e deputados de uma forma centralizada e estruturada; Partilha de informação de forma mais célere e eficaz entre utilizadores; Permitir em tempo real o acesso à extranet.		DITIC
Garantir a qualidade do apoio técnico e administrativo prestado ao Plenário, Mesa do Parlamento, Conferência dos Representantes das Bancadas e Comissões	Pareceres, notas técnicas e instrumentais, acompanhamento de reuniões, redação de atos escritos da atividade parlamentar e acompanhamento da tramitação de processos. Relatórios periódicos. Transcrições de registos sonoros.	Estabelecer canais de comunicação entre as autoridades e as Comissões; Prestação de apoio técnico de elevada qualidade ao Plenário e demais órgãos parlamentares; Produzir os relatórios periódicos de análise dentro dos prazos estabelecidos e com elevados índices de qualidade; Continuação do trabalho de transcrição dos registos sonoros das reuniões da Assembleia Constituinte e da I, II e III legislaturas.	Foram estabelecidos canais de comunicação eficazes com as autoridades; A qualidade e tempestividade do apoio técnico é reconhecido pelo Plenário e demais órgãos parlamentares; Todo o arquivo de áudio transcrito e salvaguardado em suporte apropriado.		D-PARL D-PIT
Melhorar a gestão do Processo Legislativo Comum	Sistema de informação de gestão do processo legislativo.	Avaliar e adquirir um sistema de gestão do processo legislativo comum	Sistema de processo legislativo comum implementado		DITIC

Melhorar o processo de planeamento, execução e monitorização do plano e do orçamento	Plano de ação e orçamento do PN para 2016. Relatórios mensais de execução.	Elaborar o Plano de Ação e Orçamento anual envolvendo todos os órgãos do Parlamento Nacional. Implementar os procedimentos de execução estabelecidos de forma rigorosa; Elaborar o relatório mensal de execução do plano e do orçamento no modelo previamente definido.	Plano e Orçamento anual elaborado dentro do prazo estipulado e dentro dos padrões de qualidade estabelecidos As Direções/Divisões compreendem e cumprem com os procedimentos de execução orçamental definidos Os órgãos de gestão dispõem, dentro dos prazos estabelecidos, de informação pertinente e fiável sobre a execução do Plano e do Orçamento		D-ADMIN
Otimizar o funcionamento integral do sistema de audiovisual	Sistema digital de conferência	Aquisição de um sistema digital de conferência	Instalados os componentes dos sistemas em falta e utilização efetiva do sistema de votação eletrónica e a utilização dispositivo para tradução simultânea, dispensando o uso do recetor utilizado até hoje		D-PARL
Preparar o Parlamento Nacional para o exercício efetivo da autonomia financeira	Aplicação de gestão financeira	Aquisição de uma aplicação de gestão financeira integrada com as demais aplicações de gestão	Aplicação de gestão financeira instalada e parametrizada		DITIC
Assegurar uma atuação eficaz do Parlamento Nacional nas relações internacionais e diplomacia parlamentar					
Desempenhar as funções de membro da ASG-PLP.	Intervenções do PN na ASG-PLP	Participação do Secretário-Geral e dos funcionários do Parlamento nos encontros da ASG-PLP.	Participação nas reuniões da ASG-PLP; Reforço da cooperação interparlamentar.		GSG
Convite a Presidentes de Parlamentos da CPLP e outros a visitarem oficialmente Timor-Leste.	Relatório da visita	Convite ao Presidente da Assembleia Nacional da Guiné-Bissau a visitar oficialmente Timor-Leste. Convite ao Presidente da Dieta do Japão em resposta ao convite efetuado em 2013 para visitar o Japão.	Reforço dos laços de amizade e cooperação entre as instituições parlamentares tendo em vista futuras trocas de experiências entre deputados e funcionários de ambos os Parlamentos.		GPPN
Realização de visitas oficiais a Parlamentos estrangeiros.	Relatório de visita	Visita oficial ao Parlamento da Coreia do Sul; Visita oficial ao Parlamento da Austrália e Nova Zelândia.	Reforço dos laços de amizade e cooperação entre as instituições parlamentares tendo em vista futuras trocas de experiências entre deputados e funcionários de ambos os Parlamentos.		GPPN
Participação na Assembleia Interparlamentar da ASEAN (AIPA), em representação do PN na qualidade de membro observador da AIPA e em reuniões e conferências dos órgãos da CPLP	Relatório da participação.	Deslocação à capital da AIPA a qual, em 2015, ainda não está definida. Será uma cidade de um estado-membro da ASEAN. Deslocação ao Brasil para participação na V Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP).	Promoção de Timor-Leste junto dos países da ASEAN tendo em conta o processo de adesão de Timor-Leste a esta organização. Garantia da continuidade da ação do Parlamento Nacional de Timor-Leste na AP-CPLP contribuindo para uma maior institucionalização do órgão.		GPPN
Cumprir as responsabilidades do Parlamento Nacional enquanto membro da AP-CPLP e da IPU	Intervenções do PN na AP-CPLP e na IPU	Participação do Grupo Nacional nas reuniões dos órgãos da AP-CPLP e da IPU; Instalação do Secretariado Permanente da AP-CPLP no Parlamento Nacional; Representação institucional do Parlamento nacional a convite de terceiros.	Participação nas reuniões da AP-CPLP e da IPU. Funcionamento regular e efetivo dos órgãos da Assembleia Parlamentar. Reforço do papel do Parlamento Nacional		PN

Prestar serviços de qualidade aos Deputados, Plenário, Comissões parlamentares e outros órgãos do Parlamento Nacional.					
Incrementar a capacitação dos funcionários em áreas que contribuam para o aumento do desempenho profissional	Centro de Formação Parlamentar. Plano de Formação. Estudos comparativos.	Criar um Centro de Formação Parlamentar e elaborar um Plano de Formação para os funcionários do Parlamento; Realização de estudos comparativos através da visita a entidades congêneres e preferencialmente a países pertencentes à CPLP; Participação em ações de formação em áreas específicas relacionadas com as funções desempenhadas; Formação em português e inglês. Apoio à realização de pós-graduações em áreas de interesse para o Parlamento Nacional. Aquisição de um sistema digital de conferência	Existência de uma sala de formação devidamente apetrechada. Plano de formação aprovado e início da sua implementação. Melhoria da qualidade do apoio técnico prestado pelo Secretariado. Implementação de novos instrumentos de trabalho que representem aumentos de eficiência e eficácia. Replicação de boas práticas observadas em organizações congêneres da CPLP.		Todas do secretariado + GPPN
Aumentar a capacidade de atrair e reter recursos humanos com elevados índices de competência técnica e comportamental	Estatuto do Funcionário Parlamentar. Alteração da LOFAP. Sistema de informação de gestão de recursos humanos.	Aprovar o Estatuto do Funcionário Parlamentar; Rever a estrutura salarial e de incentivos previstos no novo estatuto; Realizar concurso público para recrutamento de funcionários; Rever a LOFAP; Implementação do novo sistema de informação para a gestão de recursos humanos.	Estatuto do Funcionário Parlamentar aprovado; Nova estrutura salarial aprovada; Entrada em função dos funcionários recrutados; Alterações da LOFAP aprovadas; Disponibilizar informação fidedigna e em tempo sobre todos os funcionários.		D-ADMIN
Dotar o Parlamento Nacional de infraestruturas, equipamentos e meios materiais conducentes a um desempenho mais efetivo das suas funções de legislação, fiscalização e representação					
Melhorar a gestão dos bens patrimoniais do Parlamento Nacional e as condições de gestão logística	Dois novos pré-fabricados.	Construção de dois pré-fabricados destinados a aumentar o espaço de armazenamento de bens patrimoniais e de economato.	Pré-fabricados construídos. Melhoria das condições de conservação e manutenção dos bens patrimoniais do Parlamento Nacional.		D-ADMIN
Melhorar e assegurar a manutenção das instalações do Parlamento Nacional e reforçar as condições de trabalho dos funcionários	Oficina de manutenção. Pré-fabricados reabilitados. Área de estacionamento do presidente e vice-presidentes coberta. Equipamentos de extinção de incêndios e plano de emergência.	Instalação de uma área de oficina para manutenção de equipamentos; Manutenção e reabilitação dos pré-fabricados existentes, das instalações sanitárias e da cafetaria; Construção de área coberta de estacionamento para as viaturas do presidente e vice-presidentes; Aquisição e instalação de equipamentos de extinção de incêndio e elaboração de plano de emergência; Aquisição de mobiliário e equipamentos de escritório para acolher os novos funcionários e proceder às renovações necessárias; Aquisição de meios de transporte (motorizadas).	Oficina de manutenção operacional; Obras de manutenção e reabilitação e construção concluídas; Equipamentos de incêndio operacionais e plano de emergência aprovados; Novos funcionários dispõem de equipamentos para o desempenho das suas tarefas na data de entrada em funções.		D-ADMIN D-PIT
Dar início à implementação do Plano Estratégico para as Tecnologias de Informação e da Comunicação (TIC) 2015-2017	Serviços de manutenção de aplicações e equipamentos de TIC. Sistema de Informação Parlamentar.	Assegurar a manutenção de aplicações e equipamentos de TIC; Adquirir os equipamentos e sistemas previstos no plano, ajustados às reais necessidades e à evolução tecnológica. Implementar um Sistema de Informação Parlamentar; Desenvolver os trabalhos previstos no plano no sentido de caminhar para um Parlamento Eletrónico.	Garantir o bom funcionamento das aplicações e equipamentos de apoio aos serviços parlamentares; Disponibilizar um Sistema de Informação Parlamentar.		DITIC

Elevar a sensibilidade e a compreensão para a construção de consensos entre os membros do Grupo de Mulheres Parlamentares de Timor-Leste e Deputados do Parlamento para promover a importância da abordagem integrada do género no Parlamento					
Reforçar a coordenação e colaboração com outros intervenientes-chave nas questões de género, a nível nacional e internacional, a fim de contribuir para o funcionamento eficaz do Parlamento nas questões relacionadas com o género.	Informação sobre questões essenciais que afetam as mulheres adultas e as raparigas sistematizada. Relatórios de visitas.	Organizar grupos de trabalho regulares com diversas partes interessadas (incluindo a SEPI, ministérios de tutela, sociedade civil, incluindo a Rede Feto, líderes religiosos e comunitários) de modo a reunir informação sobre as questões essenciais que afetam as mulheres adultas e as raparigas; Promover o desenvolvimento da cooperação com as redes das Mulheres dos Parlamentos Nacionais dos Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Visitas de intercâmbio à Tailândia para troca de ideias e estratégias que ajudem a reduzir a mortalidade materna; Promover o desenvolvimento da cooperação e do trabalho com a AFPPD – ETFPPD; Facilitar reuniões de coordenação e consulta pública entre os membros do Parlamento, a Comissão F e departamentos governamentais, da sociedade civil e instituições académicas a nível nacional, distrital, municipal e de suco.	Consciência pública sobre a importância da igualdade de género e uma maior participação e capacitação política das mulheres; Mecanismos estabelecidos para a coordenação com a Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade (SEPI), a sociedade civil / ONGs e instituições académicas para um avanço nas questões nacionais relacionadas com a igualdade de género e o empoderamento das mulheres.		GMPTL D-PIT
Controlo parlamentar sobre a alocação efetiva de fundos no OGE às questões do género	Relatório de recomendações sobre a proposta de OGE para 2016.	Incorporação das recomendações do GMPTL no relatório e parecer da Comissão C sobre a proposta de OGE.	Maior sensibilização do Governo e dos cidadãos em geral para as matérias relacionadas com o género e a alocação e distribuição de recursos para a sua promoção.		Comissão C
Aumentar a consciencialização e apoio da igualdade de género e o empoderamento das mulheres a todos os membros do Parlamento (homens e mulheres) e ao Secretariado do Parlamento	<i>Workshops.</i> Disponibilização de informação on-line. Boletim do Género. Relatórios anuais.	Realizar uma série de <i>workshops</i> sobre diversas questões relacionadas com o género, a fim de reforçar o conhecimento dos Deputados sobre a abordagem integrada e igualdade de género; Apoiar a adoção de normas e regulamentos apresentados ao Parlamento Nacional para regular o processo judicial e legal; Iniciativas de apoio e promoção da criação de políticas, leis e regulamentos apresentados ao Parlamento Nacional para a proteção da igualdade do género, incluindo a reintrodução da Lei sobre Igualdade do Género; Organizar sessões e habilidades de socialização no mandato do CEGEN para os membros e funcionários da Secretaria do Parlamento; Incluir o CEGEN como uma página do portal eletrónico do Parlamento Nacional; Desenvolver e produzir o Boletim do Género bimensal e dois relatórios anuais sobre questões relacionadas com o género em Timor-Leste: Violência contra a Mulher e Saúde Reprodutiva.	Capacitação e um maior conhecimento de todos os Deputados e membros do secretariado relativamente às questões relacionadas com o género; Consenso entre os membros do GMPTL e os Deputados sobre a importância da integração de uma perspetiva e política de género no Parlamento Nacional.		GMPTL D-PIT

Prestar assessoria e parecer ao Parlamento em relação à utilização do Fundo Petrolífero para financiamento do OGE, em obediência ao estatuído na Lei do Fundo Petrolífero.					
Educar o público sobre o Fundo do Petróleo de Timor-Leste e disponibilizar informação ao público, comunidade e toda a sociedade civil sobre o fundo	Centro de Informação do Fundo Petrolífero.	Sensibilização e disseminação de informação sobre o fundo petrolífero Abertura do Centro de Informação do Fundo do Petróleo.	Assegurar que todo o cidadão Timorense obtém informação e pode participar nos assuntos relacionados com as suas necessidades e prioridades sobre a utilização do Fundo do Petróleo.		CCFP
Conhecer o impacto da utilização do Fundo do Petróleo.	Relatórios.	Efetuar as atividades de pesquisa sobre a utilização Fundo do Petróleo juntamente com os peritos nacionais e internacionais.	Conhecer os impactos da utilização do Fundo Petrolífero para a sobrevivência do povo de Timor-Leste especialmente no aspeto socioeconómico.		CCFP
Aconselhar e dar parecer ao Parlamento Nacional sobre a utilização do fundo petrolífero no OGE de acordo com a Lei do Fundo Petrolífero em vigor.	Audições.	Audição do CCFP sobre a proposta de OGE para 2016 para recolha da sua opinião; Encontros Regulares do Conselho Consultivo Fundo Petrolífero.	A utilização da receita petrolífera para financiamento das despesas do Estado é mais comedida, realista e cautelosa e é realizada em conformidade com a estimativa de rendimento sustentável a fim de poder garantir a vida de todos os cidadãos timorenses de hoje bem como da geração futura.		Comissão C, CCFP
Assegurar o funcionamento efetivo do Conselho de Fiscalização do Serviço de Inteligência.					
Assegurar os meios necessários ao cumprimento das atribuições legais do Conselho de Fiscalização do Serviço de Inteligência	Documentos produzidos	Disponibilizar ao Conselho de Fiscalização do Serviço de Inteligência os meios financeiros e materiais necessários ao exercício das suas funções.	O Conselho de Fiscalização do Serviço de Inteligência cumpre com as suas obrigações legais.		CFSNI-TL

Primeiro-Ministro

Papel

O Primeiro-Ministro como Chefe do Governo é responsável pela condução e execução da política geral do País e o Órgão superior da Administração Pública.

Assim, para o ano de 2015, o Gabinete do Primeiro-Ministro irá continuar a ter como principal prioridade zelar pelo cumprimento dos objectivos e tarefas a que o Governo se propôs realizar, adoptando as medidas necessárias e coordenando os vários domínios de actividades governamental que garantam a estabilidade e o desenvolvimento nacional.

Orçamento

O Gabinete do Primeiro Ministro tem um Orçamento de 86,766 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Primeiro-Ministro (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	81,646	102,803	86,766	90,237	93,846	97,600	101,504
Recorrentes	23,859	54,250	47,146	49,032	50,993	53,033	55,154
Salários e Vencimentos	557	842	842	876	911	947	985
Bens e Serviços	7,846	11,448	12,304	12,796	13,308	13,840	14,394
Transferências Públicas	15,456	41,960	34,000	35,360	36,774	38,245	39,775
Capital	57,787	48,553	39,620	41,205	42,853	44,567	46,350
Capital Minor	1,171	9,193	5,229	5,438	5,656	5,882	6,117
Capital Desenvolvimento	56,616	39,360	34,391	35,767	37,197	38,685	40,233
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	81,646	102,803	86,766	90,237	93,846	97,600	101,504
Recorrentes	23,859	54,250	47,146	49,032	50,993	53,033	55,154
Capital	57,787	48,553	39,620	41,205	42,853	44,567	46,350

Perfil de Funcionários

O Gabinete do Primeiro-Ministro tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 395 pessoas, composto por 102 funcionários permanentes, 31 cargos de direcção e chefia, 20 agente da administração publico actuais e 72 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 170 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

Plano Anual do Gabinete do Primeiro-Ministro para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS+ INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Gestão efectiva, eficaz e responsável do Sector Público					
Fortalecer e consolidar a Comissão Nacional de Aprovisionamento com recursos humanos formados e qualificados de modo a garantir que os projectos sejam transparentes e apresentem uma boa relação entre qualidade e custo.	Promoção de formação profissional em exercício para a capacitação de pessoal timorense na área de aprovisionamento.	Formação teórico-prática diária ministrada pelos assessores e especialistas internacionais de aprovisionamento de forma a capacitar os oficiais nacionais na área.	4 Oficiais nacionais de aprovisionamento (1 mulher e 3 homens) em formação contínua. Início de formação para mais 4 oficiais nacionais (em preparação para recrutamento) e 4 assistentes.	Cada oficial recebe acompanhamento do seu supervisor directo e do Director da CNA; A contratação e formação de oficiais e assistentes de aprovisionamento decorrerão até 2017 conforme as necessidades da instituição.	Sector Governação Responsável pela Comissão Nacional de Aprovisionamento (CAN)
Realização de procedimentos de aprovisionamento de forma a garantir transparência e boa relação qualidade/preço dos projectos.	Seleção dos melhores candidatos para a adjudicação de contratos ao nível de construção, prestação de serviços de consultoria e fornecimento de bens e serviços acima de 1 milhão de dólares, com base na relação qualidade/preço	Coordenar com a ADN e linhas ministeriais (donos dos projectos) a finalização de documentos de concurso; Dar entrada de todos os dados relativos aos concursos para o sistema <i>FreeBalance</i> e lançar os concursos em coordenação com o Ministério das Finanças; Publicação de concursos em jornais locais e <i>websites</i> internacionais como o DG Market; Conduzir actividades que incluem: emissão de documentos de concurso; responder a consultas de potenciais candidatos; recebimento e avaliação de propostas; negociação de contratos conforme o caso; recomendação de adjudicações, preparação dos contratos; submissão de todos os documentos referentes a cada concurso ao Tribunal de Contas; entrega dos contratos visados às linhas ministeriais para implementação dos projectos.	Procedimentos em curso seguindo os regimes jurídicos de aprovisionamento e de contratos públicos em vigor; Tradução dos documentos de concurso para língua tétum de forma a facilitar a compreensão dos candidatos ao nível dos concursos nacionais.		
Fornecer assistência técnica ao futuro escritório distrital em apoio à descentralização.	Estabelecimento de escritórios distritais da CNA de forma a facilitar os processos de aprovisionamento localmente em apoio à descentralização (com especial urgência para a Zona Económica Especial do Oecusse).	Contratação de novos oficiais de aprovisionamento para os distritos com especial urgência para a ZEE do Oecusse; Promoção de treinamento para os oficiais de aprovisionamento que irão desempenhar funções nos distritos; Realização de processos de aprovisionamento conforme as necessidades.	Preparação para a criação da unidade móvel na ZEE do Oecusse. Criação de unidades móveis da CNA em outros distritos (Aileu, Liquiçá, Ermera)	Actividades a desenvolver conforme orientações do GPM. (inclui aluguer de edifício em Oecusse)	Sector Governação Responsável pela Comissão Nacional de Aprovisionamento (CAN)
		Contratação de mais 5 especialistas internacionais; Formação contínua para todos os funcionários da CNA a vários níveis: Aprovisionamento, TI, Línguas, Administração, Finanças, Logística, etc; Esclarecimento do público em geral relativamente aos procedimentos de aprovisionamento em vigor através de <i>workshops</i> ; Criação de um manual de operações de aprovisionamento da CNA com base no novo regime jurídico de aprovisionamento (assim que aprovado); Criação do <i>website</i> da CNA; Identificação de um novo edifício adaptado ao exercício de funções da CNA.	Aumento da capacidade de resposta às diversas situações/ solicitações com celeridade; Redução do tempo actual de duração dos processos de aprovisionamento. - Capacitação do pessoal da CNA através de trabalho de formação, sessões de <i>coaching</i> ou oficina formal/treino adequado, fornecido por especialistas internacionais ou no estrangeiro.	Contratos com duração de 12 meses; Actividades a desenvolver em parceria com instituições acreditadas de formação.	Sector Governação Responsável pela Comissão Nacional de Aprovisionamento (CAN)

Reforçar a capacidade de planeamento e monitorização das políticas do Governo	Reforçar a capacidade de coordenação, planeamento e monitorização das políticas e actividades do Governo e garantir a implementação das mesmas.	Realização de <i>workshops</i> e “ <i>on job training</i> ” para formação sobre processos de planeamento e monitorização, em articulação com o Ministério das Finanças e linhas ministeriais;	Realização de <i>workshops</i> e sessões de formação sobre planeamento e monitorização para todas as linhas ministeriais (4 <i>workshops</i> por ano). Formação contínua dos pontos focais de todas as linhas ministeriais nas áreas de planeamento e monitorização.	Em coordenação com o MdF e linhas Ministeriais	Sector Governação Responsável GPM, Unidade de Planeamento.
		Análise e compilação dos planos anuais e relatórios trimestrais e anuais do Governo e prestação de contas ao Parlamento Nacional e Tribunal de Contas.	Planos Anuais de todo o Governo analisados e compilados para o Ano Fiscal de 2016, com vista à produção do Livro 2 do OGE. Articulação entre os planos e respectivos orçamentos melhorada. Criação de um grupo de trabalho entre GPM, ADN, FDCH e FI, o MdF e MAE para garantir a implementação e monitorização do Programa do Governo (reuniões mensais); Análise e compilação dos relatórios trimestrais do Governo, garantindo a respectiva monitorização da implementação das actividades, a serem enviados para o Parlamento Nacional e Câmara de Contas (4 relatórios produzidos e enviados).	Em coordenação com o MdF e linhas Ministeriais	
		Monitorização da implementação do PED e Programa do Governo através dos instrumentos de planeamento e do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento (MCPD)	MCPD instrumentalizado. Análise efectuada à implementação do PED para a revisão do PED prevista (Mid term review).	Em coordenação com o MdF e linhas Ministeriais	
A medida que a Agência de Desenvolvimento Nacional aumenta a sua capacidade e experiência e desenvolve os seus recursos humanos.	Supervisão e monitorização periódica para a implementação de projetos de infra-estrutura do governo. Desenvolvimento da capacidade da ADN	Avaliação técnica prévia dos projectos e todas as propostas para o projecto de infraestruturas de 2014-2015 avaliadas e incluídos no PDID e LM.	Efetuada a avaliação do custo dos projectos de edificação, pontes, estradas, irrigação, protecção de cheias, electricidade, etc; Pelo menos 500 projectos avaliados antes de implementação.		Sector Governação Responsável Agência de Desenvolvimento Nacional
		Avaliar desenhos e termos de referência de projectos de edificação, pontes, estradas, irrigação, protecção de cheias, electricidade, etc.	Pelo menos 500 desenhos e 30 termos de referência avaliados antes de implementação.		
		Realizar reuniões regulares com a CNA.	Pelo menos uma reunião por mês com a CNA.		
		Inspecionar os projectos de edificação, pontes, estradas, irrigação, protecção de cheias, electricidade, etc. em todo o território de Timor-Leste e emissão dos seus relatórios de Inspecção.	Pelo menos 500 projectos inspecionados; Nr. de relatórios elaborados.		
		Realizar formação técnica de engenharia civil regularmente na A.D.N.	Pelo menos 12 formações técnicas de engenharia civil na A.D.N. realizadas; Número de formações realizadas; Número de participantes (homens e mulheres)		
		Realizar formação técnica de engenharia civil no Estrangeiro.	Pelo menos 5 formações técnicas de engenharia civil no estrangeiro realizadas;		

			Número de formações realizadas; Número de participantes (homens e mulheres).		
		Realizar formação nas áreas de administração, gestão e línguas na A.D.N.	Pelo menos 2 formações nas áreas de administração, gestão e línguas na A.D.N. realizadas; Número de formações realizadas; Número de participantes (homens e mulheres)		
		Realizar formação nas áreas de administração, gestão, planeamento, política e economia no estrangeiro	Pelo menos 2 formações nas áreas de administração, gestão, planeamento, política e economia realizadas no estrangeiro; Número de formações realizadas; Número de participantes (homens e mulheres)		
		Realizar formação através de visita actual ao terreno entre técnicos superiores internacionais juntamente com engenheiros juniores locais.	Pelo menos 13 formações no terreno realizadas; Número de formações realizadas; Número de participantes (homens e mulheres)		
		Recrutar novos técnicos quer a nível distrital quer a nível nacional	Pelo menos 13 técnicos recrutados; Número de técnicos recrutados (homens e mulheres).		
	Estabelecer a standardização de preço unitário e padrões normativos para melhorar o controlo da implementação dos projectos infraestruturas.	Cria um padrão de preço unitário.	Manual de preço unitário produzido, Numero de manuais produzidos.		
		Criar padrões normativos para a implementação dos projectos de infraestruturas.	Padrões normativos criados e implementados.		
	Implementar o programa de Desenvolvimento de Milénio (MDG's).	Socialização das informações através de encontros comunitários e disseminação de brochuras.	Realizados dois encontros em cada distrito e 150,000 brochuras produzidas e distribuídas às comunidades.		
		Identificar o terreno e desenvolver o desenho para construção de novas localidades habitacionais nas áreas rurais	Pelo menos três terrenos identificados e três desenhos desenvolvidos em cada distrito.		
		Construção física de novas localidades habitacionais nas áreas rurais, a serem entregues às comunidades identificadas	Pelo menos 2 novas localidades habitacionais estabelecidas nas áreas rurais em cada distrito		
	Completar as matérias escolares em todo território em cooperação com o Ministério da Educação.	Continuar a fornecer as mesas e cadeiras às escolas públicas.	Número de cadeiras e mesas compradas e distribuídas às escolas públicas; Número de escolas públicas que recebem cadeiras e mesas; Número de estudantes e professores que utilizam as cadeiras e mesas.	Esta actividade teve início em 2014.	
		Inspecionar os projectos de reabilitação das escolas e das instalações de saúde.	Pelo menos 5 inspeções realizadas por cada projecto; Relatório sobre inspeção finalizado e apresentado aos superiores.		

			Pagamento efetuado.		
Estabelecer a Agência de Política Económica e Investimento (APEI) .	Estabelecimento da Agência de Política Económica e Investimento (APEI).	Elaboração da nota conceptual que define o papel, funções e estrutura funcional da APEI, incluindo recursos humanos e estrutura física e tecnológica; Elaboração do quadro legal que viabiliza a criação e funcionamento da APEI.	Nota conceptual elaborada e aprovada; Estrutura definida e orgânica de funcionamento aprovada; Diploma legal elaborado e aprovado.		Sector Governação Responsável GPM
		Recrutamento e formação dos técnicos necessários ao funcionamento da instituição; Criação das condições físicas, logísticas e tecnológicas para o funcionamento da APEI.	Recursos humanos contratados; Recursos humanos formados; Estrutura montada e em funcionamento.	Dependendo da definição conceptual e estrutura orgânica aprovada será definido o quadro de recursos humanos necessários.	
		Disseminação das atribuições e funcionamento da APEI aos ministérios e em cooperação com o MAE para os distritos.	Os dirigentes dos ministérios e nos distritos têm conhecimento das atribuições e procedimentos da APEI.	EM cooperação com MAE	
		Criação de um mecanismo de coordenação entre a APEI e as outras instituições relevantes de forma a consolidar a estratégia de desenvolvimento nacional; Definição de funções e plano de acção integrado com as linhas ministeriais para o desenvolvimento sectorial do país.	Mecanismo de coordenação criado com quadro legal e procedimentos criados; Plano de acção sectorial em implementação, articulando com as respectivas linhas ministeriais.		
Promover a Transparência, Eficiência e Eficácia na gestão da Administração Pública					
Exercer as actividades técnicas de fiscalização e controlo na gestão das instituições públicas.	Completar auditorias de rotina e extraordinárias nas Instituições Públicas.	Realizar auditorias extraordinárias e auditorias de rotina a 8 instituições públicas.	3 Auditorias extraordinárias e 5 auditorias de rotina realizadas a 8 instituições públicas. Relatórios sobre auditorias finalizados e apresentados.		
	Completar investigações e averiguações sobre denúncias e irregularidades na gestão das Instituições Públicas.	Efetuar investigações ou verificações às instituições do Estado.	Investigações efetuadas às instituições de estado, relatórios de investigação finalizados e apresentados ao superior e às instituições relevantes.		
	Completar inspeções e verificações de rotina e extraordinárias nas Instituições Públicas.	Efetuar inspeções de rotina e extraordinários às instituições do estado.	5 Inspeções de rotina e extraordinárias efetuadas. Relatórios sobre inspeções finalizados e apresentados ao superior e às respetivas instituições.		
Promover ação de boa governação em todas instituições de Estados.	Executar as actividades de promoção e difusão de actividades de boa governação.	Promover e disseminar informações relacionadas com transparência e boa governação.	4 Actividades sobre prevenção de má administração e corrupção realizada a nível nacional.	Realização de actividades entre IGE,CAC,PDHJ e CFP.	Sector Boa Governação. Inspeção geral do Estado
		Realização do primeiro seminário nacional com o tema “ Promoção e difusão da boa governação e disciplina funcional nas instituições públicas”.	Seminário realizado com a participação de todos líderes de instituições do estado.	Incluir como oradores pessoas reconhecidas na luta contra a corrupção.	
	Elevar os conhecimentos e capacidades dos funcionários da IGE e de todos os inspetores das linhas ministeriais.	Formação técnica em auditoria, investigação e inspeção.			
		Participação da IGE em conferências internacionais sobre fiscalização e luta contra corrupção em Austrália, China, EUA e Hong-Kong.	Membros da IGE participaram na reunião.		
		Realizar estudo comparativo aos órgãos supremos de auditoria da Malásia e das Filipinas.	Membros da IGE participaram na reunião.		
	Assegurar e eficiente gestão das actividades técnicas e administrativas da IGE.	Elaborar o Plano Estratégico da IGE de curto prazo 2015-2020 e elaboração de manuais e procedimentos internos de gestão do controlo.	Plano estratégico, manuais e procedimentos internos da IGE elaboradas e implementadas.		

		Continuação o processo de recrutamento da IGE a fim de completar o quadro de funcionários da IGE.			
Apoiar o Primeiro-Ministro nas suas funções de Chefe do Governo					
Realizar actividades de apoio às visitas oficiais, cerimónias e celebrações (eventos) nacionais e deslocações ao estrangeiro	Todas decisões políticas do Governo disseminadas a nível nacional e nível internacional.	Visitas de trabalho do Primeiro-Ministro aos distritos para coordenação das políticas de desenvolvimento	Visitas realizadas com sucesso Número de visitas realizadas conforme o programa planeado		
		Visitas oficiais e de trabalho do Primeiro-Ministro ao estrangeiro no sentido de reforçar a boa relação entre Timor-Leste e outros países	Visitas realizadas com sucesso; Número de visitas realizadas conforme o programa planeado.		
		Participação do Primeiro-Ministro nas reuniões, cerimónias e comemorações que têm impacto no desenvolvimento do país	Primeiro-Ministro participou nas reuniões, comemorações e cerimónias (número e local)		
Desenvolvimento recursos humanos do GPM através de recrutamentos e formações.	Quadro pessoal do GPM preenchidos.	Proceder ao recrutamento de novos funcionários; Proceder à promoção de alguns funcionários; Efectuar a avaliação de desempenho dos funcionários permanentes.	Processos desenvolvidos com vista ao recrutamento de 12 funcionários (5F/7H) 14 Funcionários foram promovidos de nível 4 Funcionários promovidos para cargos de chefia (Director Nacional 2 pessoas e 2 pessoas para o Chefe do departamento composto por 2H e 2M).	O processo de recrutamento é continuação de 2014.	
	Elevar os conhecimentos dos funcionários através de várias formações enquanto em Timor-Leste e no Estrangeiros.	Formação de língua portuguesa e língua Inglesa.	Efectuada a formação aos funcionários; Número de funcionários que participam na formação	Orçamento considerado no FDCH.	
		Formação sobre administração para 20 funcionários (Arquivo, correspondência, atendimento publico e gestão).	20 Funcionários participam na formação.	Orçamento considerado no FDCH.	
		Workshop sobre disseminação das leis da CFP, Inspeção da Auditoria Interna, CAC e PDHJ.	Workshop realizado e contou com a participação de todos funcionários do GPM.		
		Estudo comparativo sobre Gestão de liderança, Atendimento público e Protocolo em Portugal, Malásia e Indonésia.	Estudo comparativo realizado com a participação de 9 dirigentes do GPM (4 directores e 5 chefes de departamento)	Orçamento considerado no FDCH.	
Assegurar o sistema de informações do Estado pelo Serviço Nacional de Inteligência (SNI)					
Reforçar os serviços do SNI para melhor execução da sua missão.	Quadro pessoal do SNI preenchido.	Recrutar 20 novos oficiais/funcionários técnicos e 2 assessores nacionais e internacionais. Proceder à promoção de alguns funcionários; Efetuar a avaliação de desempenho dos funcionários permanentes.	20 Novos funcionários; 2 Assessores nacionais e 2 assessores internacionais recrutados e desempenham as suas funções no SNI. Efetuada a avaliação de desempenho de todos funcionários permanentes.	A realização da actividade em cooperação entre SNI e Comissão da Função Pública.	
	Reforçar a linha de coordenação entre o SNI, os ministérios relevantes e outras instituições para fortificar partilha de informações	Elaborar um Plano de acção integrado entre as linhas ministeriais para partilha de informações. Realizar reuniões trimestrais como todas linhas ministeriais relevantes de forma a avaliar os tipos de ameaças.	Criada uma comissão técnica presidida pelo SNI para elaboração do Plano de acção integrado segundo o decreto-lei. Plano de acção integrado elaborado, aprovado e implementado. 4 Reuniões realizadas por ano; Tipos de ameaças identificados ou detectados.	SIM-F/FDTL, SIP da PNTL, Migração, Serviços de Alfândegas, Unidade Marítima da PNTL, Unidade da Polícia da Fronteira – UPF, da PNTL,MNEC,CACSEFOPE,MCIA, PGR,PR,MJ, serviço de quarentena.	
	Reforçar os serviços de informações a nível Internacional, Nacional e regional.	Estabelecer o Subcentro de coordenação de serviço informações a nível regional em Oecusse, Baucau e Suai.	Preparar as condições e colocar os funcionários/técnicos de serviços. Serviços de informações a nível regional estabelecidos e totalmente operacionais.		

		Participação em conferências, Workshops e Reuniões a nível Internacional, Nacional e Regional.	Números de conferências, reuniões e <i>workshops</i> participados pelo SNI a nível Internacional, Nacional e Regional.		
	Continuar a desenvolver a cooperação bilateral e multilateral com os países Asiáticos, CPLP (Portugal e Brasil) , Médio Oriente, Austrália e Estados Unidos.	Continuar a implementar os Memorandos de Entendimento (MdE) com as agências de informações através das embaixadas acreditadas.	Timor-Leste continua a partilhar informações com países Asiáticos, CPLP (Portugal e Brasil), Médio Oriente, Austrália e Estados Unidos.		
	Desenvolver os recursos humanos através de várias formações.	10 Funcionários do SNI (8H e 2M) vão estudar no nível superior. Atribuir bolsas de estudo a 5 funcionários.	15 Funcionários da SNI elevam os seus conhecimentos através da frequência de cursos no ensino superior.		
		Efetuar curso de pesquisa, análise e elaborar as informações em Díli, Portugal, Brasil, Austrália e Indonésia.	15 Funcionários da SNI participam na formação (12H e 3M).		
		Continuar a realizar formações e cursos de informática e telecomunicações em Díli, Portugal, Brasil, Austrália e Indonésia.	8 Oficiais do SNI participam na formação.		
		Continuar a realizar formações e curso na área de terrorismo, Contra-Terrorismo em Díli, Portugal, Austrália e Indonésia.	35 Oficiais do SNI participam na formação (2M e 33H).	35 Oficiais compostos por SNI, MNEC, serviço de imigração, serviço de informações-SIP/PNTL, serviço de investigação PNTL, e Alfândegas.	
		Continuar a realizar o curso na área de drogas e psicotrópicos e terrorismo, em Díli, Portugal, Austrália e Indonésia.	6 Oficiais participam na formação.	6 Oficiais compostos por SNI, MNEC, serviço de imigração, serviço de informações-SIP/PNTL, serviço de investigação PNTL, e Alfândegas.	
		Continuar a realizar o curso na área de tráfico ilegal de seres humanos Terrorismo em Díli, Portugal, Austrália e Indonésia.	10 Oficiais receberam formação.	10 Oficiais do SNI, MNEC, serviço de imigração, serviço de informações-SIP/PNTL, serviço de investigação PNTL, e Alfândegas.	
		Continuar a realizar o curso na área de Imigração Ilegal em Díli, Portugal, Austrália e Indonésia.	10 Oficiais receberam formação.	10 Oficiais do SNI, MNEC, serviço de imigração, serviço de informações-SIP/PNTL, serviço de investigação PNTL, e Alfândegas.	
		Efectuar o curso na área de branqueamento de capitais através de cooperação com Austrália, Indonésia, Portugal, Brasil e Estados Unidos.	5 Oficiais participam na formação.	A realização da actividade em cooperação com CAC, PGR e Bancos para monitorizar a circulação do dinheiro.	
		Efectuar o curso de Média, documentação, Arquivo e base de dados, Liderança e Protocolo em Díli, Portugal, Austrália e Indonésia.	6 Funcionários participam a formação na área de Media. 10 Funcionários participam na formação em documentação, Arquivo e base de dados. 6 Funcionários participam em formação na área de Liderança e Protocolo.		
		Efectuar o curso de línguas através de cooperação com Portugal e Austrália.	25 Funcionários elevam os seus conhecimentos em língua portuguesa e Inglesa.		

Promover a participação de Confissões Religiosas - católica, protestante e muçulmana, no processo de desenvolvimento nacional (Assessoria de Sociedade Civil)					
Confissões Religiosas - católica, protestante e muçulmana: Promoção de actividades de interesse público e nacional	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e as 3 Dioceses (Díli, Baucau e Maliana).	Transferir fundos no primeiro trimestre para as 3 Dioceses Calendariza e efectua a organização do trabalho técnico para o acompanhamento e fiscalização de projectos de construção ou acompanhamento de projectos comunitários/sociais/religiosos e culturais. Elaboração de relatório.	Construção ou reabilitação de edifícios de utilidade pública. Educação e formação técnica-profissional, formação religiosa de religiosos/leigos. Tratamento hospitalar de padres, Irmãs e/ou população em geral. Atribuição de bolsas de estudo para estudantes/seminaristas. .Organização de eventos religiosos	A sua intervenção complementa o serviço público nas áreas da educação e social, para além da vertente religiosa.	Coordenador da Assessoria da Sociedade Civil
	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e a Igreja Protestante.	Calendariza e efectua a organização do trabalho técnico para o acompanhamento e fiscalização de projectos de construção. Elaboração de relatório.	Concluir a construção da Igreja Evangélica da Assembleia de Deus - de Vilaverde – Díli	Pode-se considerar outras iniciativas A sua intervenção complementa o serviço público nas áreas da educação e social, para além da vertente religiosa	Coordenador da Assessoria da Sociedade Civil.
Confissões Religiosas - católica, protestante e muçulmana: promoção de actividades de interesse público e nacional.	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e a Religião Muçulmana	A transferir no primeiro trimestre	Concluir alguma construção referente à Mesquita e apoiar outras actividades religiosas	Podem ser implementadas outras actividades religiosas através da Fundação Annur A sua intervenção complementa o serviço público nas áreas da educação e social, para além da vertente religiosa	
Ordens e Congregações Religiosas Apoio financeiro para promover o atendimento e desenvolvimento educacional e sócio-cultural das Comunidades / construção ou reabilitação de infraestruturas.	Elaboração de Memorandos de Entendimento (MdE) para serem assinados entre o Governo e as respectivas Congregações ou Ordens religiosas.	Continuação da construção da Igreja de Viqueque - projecto plurianual.	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015.		
		Continuação da construção da Igreja de Ermera - projecto plurianual.	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015 segundo o memorando. A obra concluída, inaugurada e entregue à diocese de Díli e comunidade cristã do distrito de Ermera.		
		Continuação da construção da escola secundária da Fundação da Comunidade Amigos de Jesus. Acompanhamento das obras - projecto plurianual.	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. A obra concluída, inaugurada e entregue aos responsáveis da escola, número de alunos e professores que têm acesso à escola.		
		Continuação da construção do Mosteiro das Madres Clarissas de Maliana - projecto plurianual.	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. Continuação da obra segundo o contrato, número de madres que têm acesso ao Mosteiro.	Projecto plurianual e Segundo o contrato a obra será concluir no próximo 2016.	
		Continuação da Reabilitação do Colégio de Sagres - Maliana - projecto plurianual.	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. Continuação da obra segundo o contrato, número de madres que têm acesso ao Mosteiro.	Projecto plurianual e Segundo o contrato a obra será concluir no próximo ano 2016.	
		Início da construção da Igreja de Nartabora.	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. A obra concluída, inaugurada e entregue à diocese de Maliana e comunidade cristã do distrito de Manatuto (Natarbora).		

	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e o Seminário Maior de Fatumeta	Início da construção da escola de Música.	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. A obra concluída, inaugurada e entregue ao Seminário Maior de Fatumeta, Número de alunos que têm acesso à escola de música.		
	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e a Igreja de Zumalai.	Início da construção da Igreja de Zumalai - os custos vão ser avaliados pela ADN e Minist. Das Obras Públicas.	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. Início da construção da obra, número de cristãos que têm acesso à igreja.	Este é um projecto Plurianual 2015-2016 A população está envolvida na sua construção.	
	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e a Catedral de Dili – salão paroquial.	Início da construção do salão paroquial; Os custos vão ser avaliados pela ADN e Minist. Obras Públicas	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. Início da construção da obra, número de cristãos que têm acesso à igreja.	Este é um projecto Plurianual 2015-2016 A população está envolvida na sua construção.	
	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e a igreja de Bobonaro.	Início da reconstrução da Igreja de Bobonaro;	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. A obra concluída, inaugurada e entregue à comunidade de Bobonaro.	O custo para implementação do projecto vai ser avaliados pela ADN e o Ministério das Obras Públicas.	
	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e a Igreja de Letefoho – Nossa Sra. do Carmo.	Início da reconstrução da Igreja de Letefoho;	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. A obra concluída, inaugurada e entregue à comunidade de Letefoho.	O custo para implementação do projecto vai ser avaliados pela ADN e o Ministério das Obras Públicas.	
	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e a Igreja de Bécora.	Início da reconstrução da Igreja de Bécora;	O fundo transferido no primeiro trimestre de 2015, segundo o memorando. A obra concluída, inaugurada e entregue à comunidade de Bécora, número de pessoas que têm acesso à igreja.	O custo para implementação do projecto vai ser avaliados pela ADN e o Ministério das Obras Públicas, e projecto teve também o apoio de comunidade e Diocese no total montante de \$ 600.000.	
	Elaboração do Memorando de Entendimento (ME) para ser assinado entre o Governo e a Congregação Canossiana.	Apoio financeiro para promover actividades educacionais e sócio-culturais, bem como o atendimento da população carenciada;	Reabilitação do convento das madres Canossianas.		
	Elaboração de Memorandos de Entendimento (ME) para serem assinados entre o Governo e outras Congregações ou Ordens religiosas.	Apoio financeiro para promover actividades educacionais e sócio-culturais, bem como o atendimento da população carenciada;	Desenvolvimento de actividades educacionais e sócio-culturais		
	Elaboração de Memorandos de Entendimento (ME) entre o Governo e os representantes de Associações, Fundações e Redes de Grupos Organizados.				
Promover a participação da Sociedade Civil de modo a favorecer todos os sectores de desenvolvimento da população					
O GPM através dos serviços de Assessoria à Sociedade Civil vai continuar a apoiar	Elaboração de Memorandos de Entendimento (ME) entre o Governo e os	Apoiar financeiramente os grupos de jovens que evidenciem iniciativas para cooperar com o processo de desenvolvimento económico e social da Sociedade Civil.	Memorandos assinados e Fundos transferidos. Número de grupos de jovens que recebem		

iniciativas Comunitárias Apoio financeiro a Associações, Fundações, Redes de Grupos Organizados.	Grupos/Associações de Jovens		apoio, número de campos de trabalho criados, número de desempregados reduzido.		
	Elaboração de Memorando de Entendimento (ME) entre o Governo e o representante do Museu e Arquivo da Resistência Timor-Leste.	Apoio financeiro continuado ao Museu e Arquivo da Resistência Timor Leste, como forma de operacionalizar o seu plano de intervenção social e cultural na comunidade.	Memorando assinado e fundos transferidos. Conclusão da obra. Continuação de iniciativas sócio-culturais.		
	Elaboração de Memorando de Entendimento (ME) entre o Governo e a Direcção do Externato S. José – escola secundária em Comoro.	Acompanhamento das suas actividades escolares.	Manutenção do funcionamento deste estabelecimento de ensino, uma referência no ensino em Timor.	É importante continuar a apoiar esta Escola, a fim de esta reunir condições de funcionamento e desenvolvimento de actividades escolares.	
Participação na Presidência da CPLP – organização do Fórum da Sociedade Civil.	Preparativos da Organização do Fórum da Sociedade Civil - CPLP – 2015 com o tema “o valor económico da Identidade Comum da Sociedade Civil da CPLP”	Encontros e reuniões preparatórios do fórum representantes dos estados membros/Secretariado Executivo da CPLP, no início de 2015.	Assinatura da carta de Brasília. Conseguir a resolução de assuntos pendentes desde Brasília (2011).		
		Pagamento de 2/4 estadias de outros representantes dos Estados Membros da CPLP para participarem nessa reunião, criando condições para que se realize o Fórum da Sociedade Civil em 2015, em Timor-Leste.			
		Realização de 3 reuniões – informação sobre a participação no Fórum (Dili, Bacau, Maliana).	3 Encontros preliminares com organizações e entidades da Sociedade Civil timorense, totalizando 150 participantes, em 3 zonas do país.	Providenciar o alojamento, as deslocações a 100 a 150 participantes. Apoio logístico e de secretariado/ comunicação Social	
Organização do Fórum da Sociedade Civil - CPLP – 2015 com o tema “o valor económico da Identidade Comum da Sociedade Civil da CPLP”.	Fórum - local/locais para realizar 1 conferência, 2 a 3 seminários, 7 painéis e 2 a 3 eventos culturais 100 a 200 participantes nacionais e internacionais / pagamento da sua estadia e viagens.	Requerer, arrendar ou contratar infraestruturas e serviços para a realização do Fórum. Envio de convites para 100 a 200 participantes nacionais e internacionais / organizar a sua estadia e viagens/deslocações.	Fórum da Sociedade Civil - 2015 Estabelecer redes entre as diferentes plataformas de ONG / outros intervenientes da sociedade civil dos países da CPLP	O último Fórum da Sociedade Civil decorreu em 2011 - Brasília . Dificuldades financeiras têm impedido a realização de um Fórum, situação que os Estados-Membros gostariam de ver superada.	
	Apoio dos serviços do protocolo Secretariado permanente constituído por 3 pessoas para o apoio administrativo/logístico aos organizadores do evento/pagamento das suas remunerações e ponderação de outras despesas referentes a serviços/custos.	Articular com os serviços do protocolo / acompanhamento dos visitantes e participantes. Acompanhar o trabalho do secretariado e agendar as suas tarefas de modo atempado e célere. Apoiar e verificar as tarefas de organização das infraestruturas e serviços para a realização do Fórum - locais e acções a desenvolver. Garantir a elaboração de um orçamento de acordo com os custos previstos e um fundo para eventuais despesas adicionais.	operacionalizar e garantir a sustentabilidade sócio-económica e cultural da comunidade CPLP . -apoiar a circulação de pessoas envolvidas em projectos multilaterais promovendo a empregabilidade -activar a cooperação económica-empresarial. - Consolidar as plataformas de cooperação solidária/sustentável -a sociedade civil da CPLP deverá reforçar o valor económico da língua portuguesa procurando internacionalizar as suas iniciativas solidárias e/ou empresariais.	Timor-Leste deve organizar o II Fórum da Sociedade Civil	

Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais

Papel

1. Nos termos da Orgânica do V Governo Constitucional, o Vice Primeiro-Ministro tem especial responsabilidade pelos Assuntos Sociais, cabendo-lhe a supervisão da política geral nas áreas da Juventude e do Desporto, da Formação Profissional e Emprego e da Promoção da Igualdade, assim como a coordenação em matéria de Assuntos Sociais, designadamente nas áreas da Educação, Saúde, Solidariedade Social, cabendo-lhe, em estreita articulação com o Primeiro-Ministro e conforme decidido em Conselho de Ministros, coordenar a acção dos Membros do Governo que tutelam cada um dos sectores específicos daquelas áreas da governação.
Assim, o Vice Primeiro-Ministro assume a responsabilidade política específica sobre a acção desenvolvida pelas seguintes Secretarias de Estado:
 - a. Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto
 - b. Secretaria de Estado para Promoção da Igualdade
 - c. Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego
2. São delegados no Vice-Primeiro-Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais, os poderes de coordenação dos seguintes Ministros, em tudo que refere a prestação de serviços:
 - a. Ministro da Saúde
 - b. Ministro da Educação
 - c. Ministro da Solidariedade Social
3. Em caso de desastres naturais, cabe ao Vice-Primeiro-Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais, a responsabilidade pela coordenação interministerial.
4. O Vice-Primeiro-Ministro coordena o Governo, nas ausências e impedimentos do Primeiro-Ministro ou sempre que assim seja por este designado.

Orçamento

O Vice-Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais tem um Orçamento de 1,809 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Vice Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,104	1,629	1,809	1,882	1,957	2,035	2,117
Recorrentes	949	1,616	1,764	1,835	1,908	1,984	2,064
Salários e Vencimentos	143	165	178	185	193	200	208
Bens e Serviços	806	861	886	921	958	997	1,036
Transferências Públicas	-	590	700	728	757	787	819
Capital	155	13	45	47	49	51	53
Capital Minor	155	13	45	47	49	51	53
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,104	1,629	1,809	1,882	1,957	2,035	2,117
Recorrentes	949	1,616	1,764	1,835	1,908	1,984	2,064
Capital	155	13	45	47	49	51	53

Perfil de Funcionários

O Vice-Primeiro-Ministro tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 56 pessoas, composto por 20 funcionários permanentes, 5 cargos de direcção e chefia e 15 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 16 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

Plano Anual do Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
ASSEGURAR AS ACÇÕES COORDENADAS E SUPERVISIONADAS PARA DINAMIZAR AS ACTIVIDADES DOS SECTORES SOCIAIS					
Garantir a Coordenação e Supervisão da implementação dos programas e actividades no âmbito do Sector Social.	Prestar Apoio Técnico Administrativo e Assessoria Especializada ao Vice-Primeiro-Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais.	Identificar as necessidades e prestar a assistência técnica relevante; Divulgação permanente ao Público de informação no domínio social; Criar a Direcção Nacional de Administração e Finanças e respectivo Departamento de Finanças; Adquirir os bens materiais necessários e assegurar a manutenção dos bens móveis e imóveis; Assegurar a promoção dos funcionários permanentes e proceder ao recrutamento dos funcionários temporários; Garantir o aperfeiçoamento do conhecimento das Línguas Portuguesa e Inglesa, bem como o domínio do sistema de base de dados; Assegurar a articulação técnica com os Gabinetes do Primeiro-Ministro e Ministro da Presidência do Conselho de Ministros no domínio dos assuntos Sociais e outros tidos como relevantes; Acompanhar e prestar apoio técnico às reuniões periódicas tidas com os membros do respectivo gabinete; Elaborar os relatórios trimestrais, anuais e plurianuais; Acompanhar as reuniões do Conselho de Ministros.	Taxa de necessidades identificadas e pareceres apresentados à consideração superior; Apoio técnico assegurado; Direcção Nacional de Administração e Finanças e respectivo Departamento criados; Taxa de informação pública das políticas e iniciativas divulgadas; Bens móveis e imóveis disponíveis e suficientes para uso no interesse dos serviços afectos ao Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro; Funcionários qualificados e aptos a exercerem as respectivas tarefas; Documentos, informações e pareceres técnicos e jurídicos produzidos dentro dos prazos estipulados; Articulação técnica de cariz social com GPM e GPCM realizada; Número de reuniões acompanhadas e respectivos relatórios elaborados; Relatórios elaborados dentro dos prazos estipulados.	Direcção Nacional + Assessorias Técnicas.	
	<i>Reforçar o Secretariado do Sector de Desenvolvimento Social.</i>	Supervisionar as actividades em curso no âmbito social, identificar os problemas e apresentar soluções; Apoiar tecnicamente a actividade de coordenação inter-ministerial; Capacitar os funcionários na área do planeamento e da monitorização; Assegurar a realização de encontros periódicos, de carácter técnico, com os pontos focais dos membros do Secretariado DSS e demais Parceiros de Desenvolvimento; Coordenar com o Secretariado do Desenvolvimento Estratégico Nacional todas as matérias respeitantes à área social; Proceder à elaboração das actas das reuniões que se realizem, bem como dos relatórios periódicos.	Taxa de necessidades identificadas e soluções alternativas apresentadas aos membros do Secretariado Estratégico de Desenvolvimento Social; Taxa de funcionários qualificados e aptos para exercerem as suas tarefas; Encontros realizados dentro dos prazos estipulados e actas de reuniões elaboradas e distribuídas; Informação actualizada e difundida.		Sect. Social, DN GVPM +Parceiros de Desenv.
	<i>Garantir a coordenação e supervisão da implementação dos planos de acção anuais e plurianuais do Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério da Solidariedade Social</i>	Coordenar e monitorizar a implementação de programas e actividades dos ministérios que asseguram os assuntos sociais; Realizar reuniões periódicas com os membros do Governo com responsabilidades na área social; Avaliar e apresentar medidas eficientes para o cabal cumprimento	Recolha e análise de informação realizadas; Análise técnico-jurídica dos documentos relevantes realizada; Apoio técnico à actividade de coordenação interministerial realizado;	VPM + ME, MSS, MS e entre outros relevantes	VPM + ME,SEPFOP ,Soc. Civil, SEJD e entre outros

	<i>para atingir as metas previstas.</i>	do Programa do Governo; Assegurar o mecanismo de apoio e de assistência aos Estudantes e Trabalhadores Timorenses no Estrangeiro em situações de grave emergência; Garantir a realização de visitas de trabalho aos estudantes timorenses na diáspora; Apoiar a concepção, implementação e avaliação das políticas definidas pelo Conselho de Ministros, no âmbito das responsabilidades atribuídas ao Vice-Primeiro-Ministro; Promover seminários com a camada juvenil e estudantil sobre questões de relevante interesse nacional.	Número de documentos produzidos dentro dos prazos estipulados; Número de reuniões acompanhadas face ao solicitado. Apoio e assistência prestados aos estudantes timorenses no estrangeiro; Estudantes timorenses no estrangeiro motivados a prosseguirem os seus estudos; Aquisição de maior consciência dos assuntos de interesse nacional; Camada juvenil e estudantil esclarecida sobre os assuntos importantes do país.		relevantes
	<i>Garantir a Coordenação e Supervisão da implementação dos planos de acção anuais e plurianuais da secretaria de Estado para a Promoção de Igualdade, Secretaria de Estado da Juventude e de Desporto, bem como da Secretaria de Estado da Política da Formação Profissional e Emprego, para atingir as metas previstas.</i>	Apoiar a concepção, execução e avaliação das políticas definidas pelo Conselho de Ministros para as Secretarias de Estado que dependem directamente do Vice-Primeiro-Ministro; Acompanhar e monitorizar a implementação das actividades e programas desenvolvidos pelas Secretarias de Estado sob a tutela do Vice-Primeiro-Ministro; Garantir a realização de visitas de trabalho aos trabalhadores timorenses no estrangeiro; Promover reuniões periódicas com os Secretários de Estado que se encontram na dependência do Vice-Primeiro-Ministro.	Apoio técnico assegurado; Apoio à definição e concretização da agenda política e de trabalho; Número de documentos técnicos e propostas produzidos dentro dos prazos estipulados; Taxa de coordenação e supervisão realizadas; Acompanhamento devido prestado aos trabalhadores timorenses no estrangeiro; Taxa de medidas adoptadas com eficiência durante o ano em curso		VPM e GVPM + SEPFOPE, SEJD, SEPI
COADJUVAR O PRIMEIRO-MINISTRO NA GOVERNAÇÃO					
<i>Garantir a Coordenação Governativa, Presidir o Conselho de Ministros e Representar o Governo, inclusive na ausência do Primeiro-Ministro.</i>	<i>Coadjuvar o Primeiro-Ministro, Coordenação Governativa, presidir as Reuniões do Conselho de Ministros, representar o Governo.</i>	Presidir às reuniões do Conselho de Ministros sempre que o Primeiro-Ministro delegue essa competência; Coordenar as actividades de carácter inter-ministerial quando requerido ou por intervenção directa; Garantir a realização de encontros internacionais em Timor-Leste e participar nos encontros internacionais para os quais o Vice-Primeiro-Ministro é convidado; Participar na inauguração dos projectos implementados nos 13 distritos; Coordenar e supervisionar os eventos nacionais; Acompanhar, supervisionar e prestar apoio técnico na preparação de diplomas legais que vão ser submetidos ao Conselho de Ministros; Coordenar e supervisionar a implementação dos programas e das actividades desenvolvidas no âmbito inter-ministerial.	Reuniões do Conselho de Ministros realizadas, em cumprimento com os objectivos traçados; Actividades coordenadas, conforme esperado; Taxa de encontros realizados com sucesso; Governação realizada com sucesso, conforme previsto. Eventos nacionais e internacionais realizados com eficiência; Taxa de diplomas legais aprovado pelo Conselho dos Ministros, conforme previsto.		VPM + Ministérios e SE relevantes
COORDENAÇÃO INTERMINISTERIAL EM MATÉRIA DE PROTECÇÃO CIVIL					
<i>Assegurar a coordenação inter-ministerial em matéria de Protecção Civil.</i>	<i>Estabelecer mecanismos de prevenção e de redução do risco de desastres naturais, bem como propor medidas de apoio social aos cidadãos que se encontrem em situação de grave</i>	Conceber e implementar as acções de prevenção de situações de desastre natural; Articular com os Ministérios, serviços e organismos públicos relevantes o apoio técnico no âmbito da prevenção de desastres naturais;	Apoio técnico assegurado; Taxa de monitorização e coordenação realizada com sucesso na prevenção de desastres naturais e recuperação de danos materiais; Proposta de estratégia elaborada e apresentada;		VPM + MSS, MOP, SEF e SEA e entre os outros

	<i>emergência.</i>	Garantir a disseminação pública de informações relevantes no âmbito da prevenção e ocorrência de situações de emergência, mediante recurso aos meios de comunicação disponíveis (Televisão, rádio, websites do Governo, comunicações fixas e móveis entre outros meios disponíveis).	Número de documentos técnicos produzidos dentro dos prazos estipulados; Situações de emergência resolvidas.		relevantes
DESENVOLVER A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO ÂMBITO SOCIAL					
Assegurar a coordenação em matéria de Cooperação Internacional integrada nas Áreas Sociais.	<i>Garantir as acções apropriadas de cooperação internacional para desenvolver medidas de resolução dos problemas sociais.</i>	Garantir a realização de encontros internacionais em Díli e participar nos encontros para os quais seja convidado; Coordenar e acompanhar os programas de cooperação internacional desenvolvidos pelos Ministérios e Secretarias de Estado dependentes do Vice-Primeiro-Ministro por forma a prestar a devida assistência técnica; Coordenar a implementação dos Memorandos de Entendimento celebrados entre os Ministérios, Secretarias de Estado, serviços e organismos públicos sob a tutela do Vice-Primeiro-Ministro.	Taxa de encontros realizados e participação nos eventos de cariz social internacional; Documentos conceptuais elaborados e propostas técnicas submetidas à aprovação do Membro do Governo dentro dos prazos estipulados; Proposta de mecanismo de coordenação elaborada e submetida à aprovação do Membro do Governo dentro do prazo estipulado; Número de Memorandos de Entendimento celebrados em prol das acções sociais.		VPM+Ministérios, SE com os parceiros inter. de desenvol. Social
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DE COMBATE AO HIV-SIDA					
Prevenir e combater a transmissão do Vírus HIV – SIDA em Timor-Leste.	Reduzir a transmissão do vírus HIV-SIDA em Timor-Leste	Assegurar a socialização de informação quanto à transmissão do HIV-SIDA.	Todas as entidades activamente envolvidas no programa de prevenção do HIV-SIDA.	Actividades implementadas em conjunto com os parceiros implementadores do Programa HIV-SIDA	
	Reduzir a estigmatização e discriminação dos doentes com HIV-SIDA.	Realizar a formação para os Educadores de Pares/ <i>Peer Educator</i> (Estudantes, população em geral).	Os estudantes e a comunidade em geral estão conscientes em relação à prevenção do HIV-SIDA e alertas acerca da importância da não estigmatização e discriminação das pessoas portadoras do vírus HIV-SIDA.		
		Apoiar com pequenas subvenções (<i>Small Grant</i>) as ONG's que prestam apoio na implementação dos programas de HIV-SIDA.	Os parceiros implementadores dão continuidade aos seus programas e reforçam o Programa Nacional de HIV-SIDA.	Coordenação do Secretariado da CNCS-TL com as ONG's registadas no Ministério da Justiça.	
	Aumentar o número de rastreios do HIV-SIDA.	Conceder incentivos aos educadores de pares voluntários a fim de levarem a efeito o seu trabalho.	A comunidade em geral obtém informações claras sobre a transmissão e prevenção do vírus HIV – SIDA, não devendo estigmatizar e discriminar as pessoas que sofrem de HIV-SIDA.		
		Dar formação para elevar a qualidade de atendimento e assistência sobre VCCT, PPTCT, ART, STI.	Boa qualidade de atendimento e assistência para os portadores do vírus HIV-SIDA.	Coordenação da CNCS-TL com o Ministério da Saúde.	

		Reforçar o sistema de rede de serviço entre as organizações de pessoas portadoras de HIV-SIDA e as Clínicas relevantes.	Uma boa assistência é prestada às pessoas portadoras de HIV-SIDA.	Trabalho conjunto com as pessoas portadoras de HIV-SIDA e clínicas relevantes.	
		Apoio social para suportar as necessidades diárias dos que sofrem de HIV-SIDA.	Minimizar os efeitos do HIV-SIDA nas pessoas que sofrem dessa doença.	Trabalho conjunto com as pessoas portadoras de HIV-SIDA e clínicas relevantes.	
	Elevar a qualidade de serviços do Programa Nacional de HIV – SIDA.	Realizar reuniões ordinárias (de 3 em 3 meses) com os membros da CNCS-TL; Realizar reuniões extraordinárias com os membros da CNCS-TL.	A CNCS-TL mantém-se coesa e os seus membros demonstram conhecimento efectivo e pleno relativamente à execução do orçamento e o serviço do Secretariado, em conformidade com o seu mandato.	Implementado pela CNCS-TL	
		Realizar reuniões de coordenação da CNCS – TL com os parceiros implementadores, tendo em vista o reforço do sistema de monitorização e avaliação.	O Programa Nacional de HIV-SIDA é cumprido em conformidade com os planos decididos.	Trabalho coordenado com os parceiros implementadores do Programa HIV-SIDA	
		Desenvolver a Política que visa proteger os direitos das pessoas portadoras de HIV-SIDA; Elaborar um guia para os educadores voluntários.	Protecção dos direitos das pessoas portadoras de HIV-SIDA; Adopção de um guia para os educadores voluntários.	Implementação coordenada com os parceiros implementadores	
		Elevar a capacidade dos funcionários do Secretariado da CNCS – TL.	O serviço do Secretariado da CNCS-TL é executado com qualidade e no cumprimento do plano estabelecido.		
		Prestar assistência técnica no reforço do planeamento e implementação dos programas existentes.	A CNCS-TL implementa e executa com sucesso os programas existentes com o apoio das assessorias técnicas.	Assessorias técnicas prestadas por 1 assessor internacional & 2 assessores nacionais	

Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros

Papel

O Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros coadjuva o Primeiro-Ministro na Presidência do Conselho de Ministros e na coordenação do Governo e assume as funções de porta-voz do Governo.

Além de outras funções que lhe sejam delegadas pelo Conselho de Ministros e pelo Primeiro-Ministro, são delegadas no Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros as seguintes competências:

- Coordenar a preparação e organização do trabalho governamental, bem como o seguimento e a avaliação das decisões tomadas pelo Conselho de Ministros e pelo Primeiro-Ministro;
- Coordenar a divulgação das acções e medidas do Governo e organizar a forma e o modo de intervenção pública do mesmo;
- Coordenar o apoio e consulta jurídica ao Conselho de Ministros, Primeiro-Ministro e demais membros do Governo integrados na Presidência do Conselho de Ministros;
- Coordenar e centralizar o processo legislativo e regulamentar do Governo, no aspecto formal, na uniformização e harmonização legislativa e, bem assim, na avaliação da necessidade de intervenção governamental;
- Promover a modernização do procedimento legislativo, designadamente através do recurso aos instrumentos de *e-government*;
- Analisar e preparar os projectos de diplomas legais e regulamentares do Governo, em coordenação com os ministérios proponentes;
- Assegurar os serviços de contencioso da Presidência do Conselho de Ministros;
- Representar o Estado, através dos respectivos serviços jurídicos, em processos em que o Estado seja parte;
- Responder, em colaboração com o ministério da tutela, aos processos de fiscalização da constitucionalidade e da ilegalidade;
- Traduzir ou acompanhar a tradução de diplomas legais ou outros documentos necessários à acção do Conselho de Ministros ou do Primeiro-Ministro.
- Representar o Conselho de Ministros e o Primeiro-Ministro, quando estes assim decidam, nas comissões especialmente criadas;
- Promover e supervisionar as entidades responsáveis pela formação e valorização dos funcionários públicos,
- Porta-voz do Conselho de Ministros.

É delegada no Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros a tutela dos seguintes Secretários de Estado integrados na Presidência do Conselho de Ministros:

- Secretário de Estado do Conselho de Ministros;
- Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares;
- Secretário de Estado da Comunicação Social;
- Secretário de Estado para o Fortalecimento Institucional;
- Secretário de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado.

É delegada no Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros a tutela sobre os seguintes serviços e organismos, que se integram na Presidência do Conselho de Ministros:

- Centro de Formação Técnica em Comunicação (CEFTEC);
- Comissão da Função Pública, da qual o Instituto Nacional de Administração Pública é parte integrante;

Os serviços que transitam para a Presidência do Conselho de Ministros mantêm, provisoriamente, a mesma estrutura orgânica até ser aprovada a lei orgânica da Presidência do Conselho de Ministros.

Os serviços previstos na orgânica da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros e cuja tutela não seja atribuída a outro membro do Governo, ficam sob a tutela do Ministro de Estado e da Presidência

do Conselho de Ministros e a respectiva orgânica mantém-se, transitoriamente, em vigor, até à aprovação da lei orgânica da Presidência do Conselho de Ministros.

Orçamento

O Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros tem um Orçamento de 14,974 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministro de Estado da Presidência do Conselho dos Ministros (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	4,072	27,193	14,974	15,573	16,195	16,843	17,517
Recorrentes	3,933	26,964	14,956	15,554	16,176	16,823	17,496
Salários e Vencimentos	267	354	341	355	369	384	399
Bens e Serviços	3,666	6,110	4,691	4,879	5,074	5,277	5,488
Transferências Públicas	-	20,500	9,924	10,321	10,734	11,163	11,610
Capital	139	229	18	19	19	20	21
Capital Minor	139	229	18	19	19	20	21
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	4,072	27,193	14,974	15,573	16,195	16,843	17,517
Recorrentes	3,933	26,964	14,956	15,554	16,176	16,823	17,496
Capital	139	229	18	19	19	20	21

Perfil de Funcionários

O Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 131 pessoas, composto por 62 funcionários permanentes, 21 Vagas em processo de Recrutamento e 10 de cargo de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 38 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

Plano Anual do Ministro de Estado e da Presidência do Conselho dos Ministros para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Apoio geral ao Conselho de Ministros e assistência à Presidência do Conselho de Ministros					
Garantir a eficiência do apoio às reuniões do CdM e das actividades administrativas e assegurar a orientação geral de todos os serviços do CdM	Apoio ao CdM e assistência administrativa, contratação de assessores, manutenção do equipamento, gestão do aprovisionamento e gestão financeira Apoio geral, e controlo a administração geral interna	Apoiar e dar assistência administrativa nas reuniões do Conselho de Ministros; Contratar assessores Apoiar, assegurar e acompanhar a administração geral interna.	Qualidade, celeridade e produtividade das reuniões do CdM. - Prestação de apoio técnico ao CdM. - 4 Assessores contratados. Controlado e mantêm-se a eficiência e a eficácia de todas as actividades administrativas da PCM.		MPCM DG DNAACM MPCM DG
Criar condições necessárias para as reuniões do CdM e garantir a eficiência das funções da PCM	Realização das reuniões e implementação das decisões	Criar boas condições para a efectividade das actividades do Conselho de Ministros Fornecimento de consumo para os Membros do Conselho de Ministros nas reuniões e na plenária sobre o debate de orçamentos.	Reuniões de CdM realizadas, diplomas discutidos e aprovados. Decisões implementadas. 48 Reuniões ordinárias 12 Reuniões extraordinárias 100 Diplomas discutidas e aprovadas. 50 decisões implementadas		MPCM DG DNAACM
Desenvolver um sistema de arquivo e documentação	Garantir a inventariação, manutenção e preservação do património do Estado e dos contractos	Estruturação, gestão e conservação do Arquivo da PCM; garantir a Inventariação, manutenção e preservação do património do Estado e dos contratos. Manutenção de gerador eléctrico do Palácio do Governo.	Organização, documentação e inventariação bem conservada Número de documentos tratados no sistema de arquivo e documentação operacional; Relatórios de actividades produzidos Energia eléctrica de todo prédio do Palácio do Governo preservada.		MPCM DG DNAACM
Garantir a igualdade de género no recrutamento dos funcionários/assessorias e atribuição de funções	Debate de questões internas relativas à igualdade de género.	No âmbito da legislação nacional ir-se-ão promover reuniões periódicas para debate das questões internas relativas à igualdade de género; Garantir e manter a boa qualidade de atendimento dos funcionários da PCM com traje de uniformidade	Fortalecimento do conceito de igualdade de género, através da harmonia laboral e igualdade no acesso a oportunidades entre homens e mulheres no exercício das suas funções. Número de reuniões realizadas. Divisão equitativa de tarefas e responsabilidades Relação entre número de mulheres e homens contratados.		MPCM DG DNAACM
Capacitação dos funcionários em todas as áreas relevantes na Administração	Capacitação dos funcionários. Recrutamento dos funcionários.	Capacitar os funcionários públicos em todas as áreas como administração. Recursos humanos, finanças aprovisionamento e logística. Desenvolver o capital humano dentro e fora do país. Recrutamento de novos funcionários para o preenchimento de vagas previstas.	Garantir o profissionalismo no desempenho das actividades dos funcionários capacitados. Garantir o desenvolvimento do atendimento mais eficaz. Elevar o nível de produtividade dos funcionários para a implementação dos programas planeados.	Incluindo os funcionários do MPCM	MPCM DG DNAACM
Porta-voz do Governo	Informar a sociedade	Promover e considerar a imagem e	Recepção de conteúdos produzidos pela	Na elaboração de	PCM

	sobre o trabalho desenvolvido pelo Governo; Promover e considerar a comunicação e imagem do Governo.	comunicação do Governo. Informar a sociedade sobre o trabalho desenvolvido pelo Governo. Receber informações, sugestões e críticas de diferentes intervenientes. População informada Desenvolvimento participativo do progresso político.	SECOMS / DNDI / ministérios e tratamento da informação e confirmação de dados e fontes, produção e redação de conteúdos para disseminar no Portal do Governo. Elaborar e disseminar comunicados do Porta-voz do Governo e do CdM Apoiar o GPM e demais ministérios na divulgação das respectivas actividades e comunicados; Contratação de técnicos especializados de apoio (comunicação,webdesign, traduções, fotografias,etc.) Número de comunicados, notícias e documentos produzidos e disseminados. Relatórios de acesso do público-alvo ao Portal do Governo.	comunicados de imprensa do Porta-Voz do Governo para disseminação em públicos-alvos específicos o Governo conta também, pontualmente, com a colaboração de empresas especializadas em comunicação.	Equipa Portal do Governo SECOMS DNDI
Tradução de Documentos do Governo para as Línguas de acordo com a CRDTL					
Apoio directo na tradução e prestação de serviços linguísticos	Traduzir os documentos do Governo para as línguas oficiais em conformidade com a CRDTL. Contratar assessor linguístico. Aquisição de Equipamentos informáticos e mobiliários. Contratação de companhias para a manutenção de equipamentos Formação de tradutores Recrutar novos funcionários para o preenchimento de vagas.	Tradução de documentos submetidos ao CdM e assistência técnica para a apresentação de documentos nas línguas oficiais. Contratação de assessores linguísticos para a revisão e traduções de documentos. Assegurar os arquivos dos documentos traduzidos e repor os equipamentos informáticos avariados. Capacitação dos tradutores. Recrutamento de novos funcionários para o preenchimento de vagas previstas.	Constitucionalidade de documentos oficiais. Concordância terminológica a nível governamental. Base de dados técnico-jurídica criada. Número de documentos traduzidos e disseminados nas línguas oficiais. Padronização do tétum nas áreas técnicas jurídicas. A celeridade e qualidade dos serviços de tradução garantida. Número de documentos traduzidos.	DNST precisa de equipamentos de informáticas, mobiliários e escritório novos (Capital Menor)	MPCM DG DNST
Apoio Jurídico e Coordenação do Processo Legislativo a Nível de todo o Governo					
Apoio jurídico e coordenação do processo legislativo a nível de todo o Governo	Melhorar as sessões do Conselho de Ministros e aperfeiçoar o trabalho de análise e elaboração legislativa.	Assistência administrativa, contratação de assessores nacionais e internacionais. Estimular uma maior coordenação e interacção entre todos os juristas que trabalham sobre a tutela do Governo.	Produção e publicação de um conjunto de diplomas legislativos harmonizados e em concordância com a realidade nacional e de aplicação mais fácil. Número de diplomas elaborados. Número de diplomas publicados no JN. Assistência técnica jurídica prestada às demais Secretarias de Estado e Ministérios. Serviços da Presidência do Conselho de Ministros. Acção de uniformização e harmonização dos conceitos jurídicos e da linguagem jurídica na		MPCM DG UAJ

			tradução para tétum		
Formação e Preparação de Juristas Timorenses					
Desenvolver um Programa de formação técnica e legislativa. Preparar técnicos juristas timorenses com conhecimentos suficientes para trabalhar no processo legislativo	Capacitação de juristas	Abertura de concursos para juristas timorenses na UAJ. Formação dos juristas timorenses na UAJ.	Formação de 3 técnicos juristas timorenses preparados para trabalhar na área da redacção e análise de legislação. Mais quadros timorenses formados para a área de elaboração legislativa.		MPCM DG UAJ
	Coordenar com a UNTL	Promoção de Estágios para estudantes de Direito em colaboração com as Universidades	5 Estudantes a frequentarem Estágios na área do Direito.		
	Capacitar os funcionários que trabalham no procedimento legislativo	Aumentar a capacidade dos funcionários que trabalham na elaboração das actas do CdM. Aumentar a capacidade dos funcionários que trabalham no procedimento legislativo	Quadros técnicos administrativos formados para trabalhar na elaboração das actas e na transcrição e correcção dos documentos, por forma a qualificar os documentos publicados. Timorenses já aptos e envolvidos no processo de análise e elaboração legislativa Criado um sistema de redacção, revisão e correcção dos diplomas legislativos e das actas antes de serem publicados. Serviços melhorados, diplomas legislativos com mais qualidade e actas bem elaboradas e arquivadas.		
	Contratar assessores jurídicos internacionais e nacionais	Contratação de juristas internacionais e assessores nacionais.	4 assessores juristas internacionais e 5 assessores jurídicas nacionais contratados		
E-Government					
Aumentar a eficácia, eficiência e a prestação de contas sobre a gestão do sector público, através do mecanismo “e-government”	Coordenar e desenvolver a estratégia “e-government”	Estabelecer a unidade “e-government”, preparar a estratégia (Plano Director e-government) e avaliar os pré-requisitos de “e-government”. Formação e capacitação de recursos humanos na área do “e-government”.	Unidade estabelecida e documento sobre a sua estrutura elaborado. Avaliação de pré-requisitos feita e documento sobre os mesmos elaborado. Plano Director E-government elaborado e disseminado. Workshops sobre sensibilização e informação dos funcionários públicos para a questão do “e-government”. Survey sobre influência dos workshops no conhecimento dos funcionários públicos. Dados tratados e disseminados.		PCM Gabinete do Ministro
Sistema de Gestão Legislativo do Conselho de Ministros	Coordenação e gestão do procedimento legislativo	Aquisição e instalação do sistema operativo e equipamento dedicado ao sistema de gestão legislativo do CdM.	Sistema de Gestão e equipamento dedicado a funcionar.		PCM Gabinete do Ministro UAJ
		Aquisição do equipamento informático e instalação na mesa de reuniões do Conselho de Ministros.	Equipamento informático instalado e a funcionar.		

Centro de Formação Técnica em Comunicação (CEFTEC)					
Promover a Formação de Técnicos de Comunicação	Promover e qualificar os técnicos de comunicação da função pública	Qualificação de nível IV em média e comunicação (sector publico)	Cinco (5) módulos de formação periódica, pertencentes ao Quadro Nacional de Qualificações para o sector público, acreditada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento de Mão de Obra (INDMO). Número de formados (homem e mulheres) por ano (Resultado esperado 5 módulos x 12 formandos).		PCM DG CefTec
	Dotar os técnicos e profissionais de comunicação com conhecimentos em novas tecnologias	Desenvolver Qualificação de nível IV em média e comunicação para o público em geral. Submeter para avaliação o Curso de Formação em Comunicação e Novas Tecnologias de Nível IV à INDMO	Desenvolver Quadros técnicos especializados para trabalhar na indústria da comunicação de Timor-Leste. Recorrer a parcerias com entidades e instituições nacionais e internacionais para criar o curso com módulos e unidades de novas tecnologias de informação e comunicação e desenvolver os programas pedagógicos.		PCM DG CefTec
	Seminário de Profissionais de Comunicação de Timor-Leste	Encontro de Profissionais de Comunicação em Timor-Leste. Com este seminário pretende-se transmitir a todos os interessados a experiência de Profissionais e Especialistas, de vários sectores de actividade, com actuação em áreas de responsabilidade da Comunicação e Media. Harmonizar as relações entre os profissionais do sector de comunicação e média Estabelecer Parcerias com entidades e instituições nacionais e internacionais	Partilha de conhecimentos que possa gerar as sinergias necessárias para a criação de novos projectos, em território nacional. Neste encontro todos os participantes podem frequentar Workshops de Jornalismo, Design, Multimédia, Gestão de Projectos entre outros, bem como assistir a palestras de especialistas na área. Número de oradores / apresentações e número de participantes (homens e mulheres).		PCM DG CefTec
	Apoio formativo a outras instituições em Timor-Leste	Os técnicos, assessores e formadores do Ceftec prestam apoio e colaboram com outras instituições em acções formativas e gestão de estágios na área da comunicação.	Realização de workshops práticos, tais como oficinas de multimédia. Realização de programas de estágios curriculares e profissionais na área de comunicação.		
TIA-GT (UMTIA - GT)					
Projecto Unidade de Missão TIA - GT	Conceber, negociar, estabelecer e implementar uma plataforma de desenvolvimento sub-regional integrado entre Timor-Leste, Leste da Indonésia e Norte da Austrália.	Conclusão da constituição da equipa. Continuação da execução dos Programas de Extroversão (interna e externa) que pretendem revelar, divulgar, esclarecer e negociar os objectivos e as linhas de orientação da criação, lançamento e concretização da plataforma de desenvolvimento económico sub-regional integrado, TIA-GT, aos diferentes intervenientes.	Elaboração de Memorando de Entendimento trilateral (T+I+A). Constituição do Grupo de Trabalho. Elaboração e negociação de Acordo Trilateral para a constituição e institucionalização do TIA – GT.		PCM UM TIA - GT

Secretaria de Estado do Conselho de Ministros

Papel

O Secretário de Estado do Conselho de Ministros presta apoio ao Primeiro-Ministro e ao Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito da coordenação do processo legislativo do Governo.

São delegadas no Secretário de Estado do Conselho de Ministros as seguintes competências:

- Prestar apoio técnico-administrativo e logístico às reuniões do Conselho de Ministros;
- Assegurar a publicação da legislação do Governo no Jornal da República;
- Promover a correcta publicação dos diplomas legislativos do Governo e dos restantes órgãos do Estado;
- Garantir o cumprimento das regras e procedimentos do Conselho de Ministros;

É delegada no Secretário de Estado do Conselho de Ministros a tutela sobre a Gráfica Nacional.

Orçamento

A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros tem um Orçamento de 3,647 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado do Conselho de Ministros (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,259	3,944	3,647	3,793	3,945	4,102	4,267
Recorrentes	648	944	1,051	1,093	1,137	1,182	1,230
Salários e Vencimentos	149	152	151	157	163	170	177
Bens e Serviços	499	792	900	936	973	1,012	1,053
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	612	3,000	2,596	2,700	2,808	2,920	3,037
Capital Minor	612	3,000	2,596	2,700	2,808	2,920	3,037
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,259	3,944	3,647	3,793	3,945	4,102	4,267
Recorrentes	648	944	1,051	1,093	1,137	1,182	1,230
Capital	612	3,000	2,596	2,700	2,808	2,920	3,037

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado do Conselho de Ministros tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 103 pessoas, composto por 23 funcionários permanentes, 2 vagas em processo de Recrutamento e 5 de cargo de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 73 pessoas. Esta número não inclui funcionários de nomeação política.

Plano Anual da Secretaria de Estado do Conselho de Ministros para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Fortalecer a cultura democrática através de responsabilização e transparência no sector público					
Eficácia nas reuniões do Conselho de Ministros e capacitação dos jovens juristas.	Melhorar as sessões do CdM e aperfeiçoar o trabalho de análise e elaboração legislativa.	Assistência administrativa, contratação de assessores nacionais e internacionais, manutenção de equipamento, gestão do aprovisionamento e logística e gestão financeira.	Reuniões do Conselho de Ministros a decorrerem com normalidade, equipamento de apoio existente a funcionar e assessores contratados: <ul style="list-style-type: none"> 12 Assessores jurídicos nacionais; 5 Assessores jurídicos internacionais; 1 Assessor coordenador internacional para a administração geral. 		PCM Gabinete do Ministro UAJ SECM
		Estabelecer canal de comunicação claro e regulamentos que melhorem a submissão e a redação de documentos para serem apreciados pelo Conselho de Ministros e a sua circulação pelos Membros do Conselho de Ministros.	Canais de comunicação instituídos – “SMS Studio” e receção de documentos pela SECM conforme o Regimento do Conselho de Ministros. Regras de Legística na Elaboração de Atos Normativos revista.		PCM Gabinete do Ministro UAJ SECM
		Introdução de um sistema <i>online</i> e computadorizado na mesa de reuniões do Conselho de Ministros	Aumentada a celeridade na análise e o acesso aos documentos submetidos; Diminuição dos custos com a logística.		PCM SECM
		Ampliar, reforçar e dotar a UAJ - Unidade de Apoio Jurídico de mais e melhores recursos humanos e técnicos.	Aumento progressivo e gradual da capacidade e autonomia dos juristas e funcionários públicos na execução de tarefas diárias e nas tomadas de decisão; Programa de Formação para Juristas Timorenses concluído. <u>Assessores contratados:</u> <ul style="list-style-type: none"> 12 Assessores jurídicos nacionais; 5 Assessores jurídicos internacionais; 1 Assessor coordenador internacional para a administração geral. Concluída ação de Formação intensiva em legística, formatação de diplomas e bases de direito aos funcionários públicos da UAJ e aos funcionários públicos e assessores jurídicos de outros ministérios.		PCM UAJ CEFTEC SECM
Apoio Jurídico e Coordenação do Processo Legislativo a Nível de Todo o Governo.	Diplomas simplificados e adaptados à realidade nacional e apresentados de modo a que sejam compreendidos por todos os quadrantes da sociedade (Juristas de todos os Ministérios e Instituições autónomas a trabalhar em coordenação e a interagirem sob a tutela do Governo).	Produção e publicação de um conjunto de diplomas harmonizados e em concordância com a realidade nacional e de aplicação mais fácil. Prestação de Serviços de Contencioso da PCM. Ação de uniformização e harmonização dos conceitos jurídicos e da linguagem jurídica na tradução para Tétum.	Diplomas analisados, trabalhados e publicados em Jornal da República; Assistência técnica-jurídica contínua e diária aos Ministérios e demais Secretarias de Estado;		SECM INTL UAJ DNST

Promover a transparência nas Ações do Governo e Melhorar a Gestão Institucional.	Fortalecer a cooperação bilateral com os países da CPLP e outras regiões.	Estabelecer novos protocolos de cooperação e de apoio técnico com a INCM- (Portugal) e outras Instituições.	Protocolo de cooperação e acordos técnicos e financeiros estabelecidos e assinados.		SECM Gabinete do SECM
	Divulgar à sociedade civil do foro jurídico através da consulta pública (Biblioteca Jurídica).	Instalar uma Biblioteca Jurídica com acesso gratuito ao público que trabalha ou desenvolve estudos na área jurídica.	Finalizada a instalação e as obras de reabilitação do edifício; Inauguração, abertura e funcionamento da Biblioteca Jurídica. Efetuadas 200 visitas públicas.		SECM INTL
	Estimular o setor público timorense no debate do processo legislativo nacional.	Elaborar e distribuir gratuitamente coletâneas temáticas de normas jurídicas e revistas jurídicas.	Publicadas 3 coletâneas e 4 revistas periódicas.		SECM INTL UAJ
Recursos humanos especializados, capacitados e autónomos para suportarem a produção legislativa de Timor-Leste.	Desenvolver um programa de formação técnica e legislativa.	Estabelecer programas de educação profissional e jurídica e formação contínua para os juristas e funcionários da Biblioteca Jurídica e da UAJ - Unidade de Apoio Jurídico.	Financiamento conseguido e programa de formação concluído		SECM Gabinete do SECM UAJ
		Desenvolver e implementar estruturas e programas para formação e educação de funcionários qualificados, incluindo bibliotecários e consultores de elaboração legislativa.	Financiamento conseguido e programa de formação concluído.		SECM Gabinete do SECM UAJ
Gestão efectiva, eficaz e responsável do sector público					
Divulgar os atos oficiais à sociedade timorense e fornecer serviços gráficos ao Estado e ao setor privado.	Preparar a INTL para o seu grande desafio - mudança de administração pública para gestão pública.	Reestruturar, gerir e modernizar o sistema de administração pública da INTL para no futuro ser uma instituição autossustentável, empreendedora e inovadora.	Estatuto organizacional e funcional aprovado, divulgado e em funcionamento.		SECM INTL
	Aproximar a INTL dos cidadãos e garantir a identidade das entidades emittentes e a segurança dos atos oficiais para publicação no JR.	Criar o portal da INTL (website) com a finalidade de divulgar a instituição ao público;	Acordo técnico entre a INTL e a INCM (Portugal) assinado; Website em funcionamento e divulgação permanente ao público dos produtos e serviços da INTL.		SECM INTL
		Instalar na INTL um sistema eletrónico para o envio, receção, edição e divulgação dos atos no JR de forma mais célere e fiável.	Acordo técnico entre a INTL e a INCM (Portugal) assinado; Plataforma eletrónica do JR em funcionamento completo e eficaz; Formação especializada dos técnicos da INTL,		SECM INTL
		Melhorar a edição do JR com a implementação de novas regras na publicação dos seus atos.	Aprovadas as normas legais instituídas e edição do JR organizada e eficiente.		SECM INTL
	Garantir a conservação e o bom funcionamento do equipamento.	Manutenção e revisão geral anual do equipamento gráfico da INTL.	Equipamento em funcionamento pleno e sem interrupções e avarias. • 15 Equipamentos de Offset em manutenção e revisão periódica.		SECM INTL
Recursos humanos especializados, capacitados e capazes de	Capacitar o conhecimento e reforçar a gestão e liderança da GN.	Formação do <i>staff</i> dirigente e de chefia nas áreas vocacionadas para o setor gráfico.	Acordo técnico entre a INTL e a INCM (Portugal) assinado; Formação concluída em Portugal (INCM) durante 3 semanas:		SECM INTL

proporcionar a ativação e aplicação dos demais recursos.			1 Diretor Nacional; 2 Chefes de Departamento. Otimização dos recursos humanos e planeamento gráfico mais eficaz e produtivo.		
		Ensino da língua portuguesa.	Funcionários da INTL mais capacitados na compreensão durante as formações em língua portuguesa; Maior autonomia do Departamento da Redação na verificação e correção da edição do JR .		SECM INTL
	Reforçar, especializar e capacitar os recursos humanos da INTL.	Recrutamento de funcionários técnicos, administrativos e de marketing, tradutores, técnicos internacionais de Offset e professores de língua portuguesa.	<u>Contratados:</u> <ul style="list-style-type: none"> • 25 Funcionários técnicos e administrativos; • 1 Assessor internacional na área gráfica e Offset; • 1 Professor de língua portuguesa; 	A contratação dos RH está dependente da aquisição do equipamento gráfico e da evolução produtiva da INTL. Com a aquisição constante de novo equipamento gráfico e um aumento progressivo da produtividade, serão necessários mais RH para a INTL.	SECM INTL
		Formação dos técnicos da área gráfica (Offset e IT), funcionários administrativos na área de administração-geral e marketing.	Acordo técnico entre a INTL e a INCM (Portugal) assinado; Otimização dos recursos humanos e produção gráfica mais eficaz e produtiva; Formação concluída em Timor-Leste através dos formadores da INCM-Portugal: 15 Técnicos do Departamento de Produção (Offset e IT); 5 Funcionários Administrativos; 5 Funcionários de Marketing.		SECM INTL
Tecnologia e inovação para superar a complexidade e a incerteza decorrentes da crescente globalização da economia.	Expandir a INTL e diversificar e melhorar a sua produtividade gráfica e os seus serviços.	Aquisição de diverso equipamento gráfico (Offset e IT) de alta tecnologia para produção de documentos de alta segurança (passaportes, bilhete de identidade, carta de condução) e outros produtos gráficos.	Acordo de cooperação e aconselhamento técnico entre a INTL e a INCM (Portugal) assinado; Visitas efetuadas a Portugal e a outros países para estudo comparativo do equipamento gráfico existente no mercado (funcionalidades, vantagens e preços).	<u>Dependente de:</u> Aprovação em CdM do Estatuto Organizacional e Funcional da INTL já elaborado em Fevereiro de 2014; Aprovação por parte da Tutela do Plano de Reestruturação, Gestão e Modernização da INTL, na sua globalização, elaborado em 2013, como única instituição fornecedora dos serviços ao estado.	SECM INTL
		Divulgar a INTL e os novos produtos gráficos com o intuito de procurar oportunidades de negócio.	Criação de postos de trabalho (emprego jovem); Fornecimento dos bens e serviços ao estado e ao setor público em exclusividade; Sustentabilidade da INTL assegurada; Redução substancial do OGE de TL.	<u>Dependente de:</u> Aprovação em CdM do Estatuto Organizacional e Funcional da INTL já elaborado em Fevereiro de 2014; Aprovação por parte da Tutela do Plano de Reestruturação, Gestão e	SECM INTL

				Modernização da INTL, na sua globalização, elaborado em 2013, como única instituição fornecedora dos serviços ao estado.	
Conservar e aumentar o património nacional de Timor-Leste.	Garantir condições de bem-estar aos funcionários e visitantes da INTL e preservar o património da instituição.	Reabilitar e ampliar o edifício da INTL.	Reabilitado o edifício. Melhores condições de trabalho garantidas aos funcionários com uma maior rentabilidade produtiva.		SECM INTL
		Instalar na INTL um museu cultural.	Finalizada a instalação do museu, com Inauguração, abertura e funcionamento; Recolha do equipamento gráfico antigo e inativo da INTL; Oferta de equipamento variado por partes das instituições públicas e privadas; Efetuadas 200 visitas públicas.		SECM INTL
	Contribuir para o crescimento e sustentabilidade económica da INTL.	Aquisição de terreno com a área de 200.000m² para as novas instalações da INTL.	Processo de concessão do terreno por parte da Secretaria de Estado Terras e Propriedades - MJ concluído e aprovado;	<u>Dependente de:</u> Concessão do terreno apropriado (propriedade do estado) por parte da Secretaria de Estado Terras e Propriedades - MJ; Aprovação em CdM do Estatuto Organizacional e Funcional da INTL já elaborado em Fevereiro de 2014; Aprovação por parte da Tutela do Plano de Reestruturação, Gestão e Modernização da INTL, na sua globalização, elaborado em 2013, como única instituição fornecedora dos serviços ao estado.	SECM INTL
		Projetar novo edifício para instalar a INTL de acordo com o seu Plano Estratégico de Reestruturação, Gestão e Modernização.	Projeto, desenho e B&Q concluído e aprovado; Procedimento legal com o MOP (aprovação e autorização) concluído; Financiamento assegurado para a conclusão integral do projeto; Processo de seleção e contratação do consultant concluído; Início do procedimento de adjudicação da obra; Vedações, fundações e principais infraestruturas planeadas e iniciadas;	<u>Dependente de:</u> Aprovação em CdM do Estatuto Organizacional e Funcional da INTL já elaborado em Fevereiro de 2014; Aprovação por parte da Tutela do Plano de Reestruturação, Gestão e Modernização da INTL, na sua globalização, elaborado em 2013, como única instituição fornecedora dos serviços ao estado.	SECM INTL

Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares

Papel

A Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares coadjuva o Primeiro-Ministro nas relações do Governo com o Parlamento Nacional e com as bancadas parlamentares.

É delegada na Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares a tutela sobre o Gabinete de Apoio Parlamentar.

Orçamento

A Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares tem um Orçamento de 181 mil de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado Assuntos Parlamentares (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	218	241	181	188	196	204	212
Recorrentes	135	241	181	188	196	204	212
Salários e Vencimentos	65	89	88	92	95	99	103
Bens e Serviços	70	153	93	97	101	105	109
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	83	-	-	-	-	-	-
Capital Minor	83	-	-	-	-	-	-
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	218	241	181	188	196	204	212
Recorrentes	135	241	181	188	196	204	212
Capital	83	-	-	-	-	-	-

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 11 pessoas, composto por 3 funcionário permanente, 1 de cargo de direcção e chefia, 7 vagas em processo de recrutamento de funcionários. Esta número não inclui funcionários de nomeação política.

Plano Anual da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS+ INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Fortalecer a Cultura Democrática Através de Responsabilização e Transparência no Sector Público					
Assegurar o relacionamento entre o Governo, Parlamento Nacional e outras entidades.	Submissão de Diplomas ao Parlamento Nacional.	Canal de comunicação Parlamento Nacional vs Membros do Governo. Submeter diplomas e assuntos para agendamento das reuniões dos Lideres das Bancadas.	Apoio nas reuniões dos Líderes das Bancadas, 4 x p/mes x 12 meses	Pode acrescentar o número com a realização de reuniões extraordinárias	SEAP
	Acompanhamento das Comissões, sessões plenárias e audiências públicas dos membros do Governo ao Parlamento Nacional.	Acompanhar e elaborar notas sobre as reuniões plenárias das Comissões. Actualização do calendário de audiências. Prestar e/ou encaminhar esclarecimentos sobre assuntos debatidos. Submeter ao Parlamento Nacional as propostas de Lei.	Apoio nas reuniões plenárias, 8 x p/mes x 12 meses Apoio nas 7 Comissões x 8 p/mes x 12 meses Administração de correspondência (entradas e expedidas)		
	Conta Geral de Estado OGE - Inquérito Parlamentar.	Acompanhar os processos de fiscalização das Comissões e encaminhar os respectivos relatórios.	Os processos de fiscalização das Comissões realizam-se segundo o regimento do PN (<i>semanais e mensais</i>)	Submetidas com a aprovação nas reuniões do CdM.	SEAP MPCM SECM
Disseminação de informação ao público e programação de um ambiente participativo e informado para a vida política do país	Programa de Rádio ACBD-Adeus Conflito Bem-vindo Desenvolvimento. Coordenação entre o CEFTEC e o Gabinete da Secretária de Estado para os Assuntos Parlamentares.	Estabelecimento de memorandos de entendimento entre instituições. Contratação de apresentadores e técnicos operadores para apoio à execução do programa. Aquisição de equipamentos e técnicos.	Acordo entre SEAP e RTTL,EP MAE. Contratos de dois Técnicos Profissionais (Juridico e Comunicação)		SEAP RTTL, EP, MPCM MAE
		Elaboração de conteúdos para o programa de rádio (entrevista, debates e principais assuntos em debate).	O programa vai para o ar às terças-feiras em Tétum, quartas-feiras em português e quintas-feira em inglês e o portal encontra-se online desde o seu início com actualização de conteúdos.		SEAP RTTL,EP MPCM MAE
Gestão Efectiva, Eficaz e Responsável do Sector Público					
Organização, recrutamento, capacitação dos funcionários e garantir a igualdade de género.	Funcionamento da estrutura do Gabinete da SEAP.	Realizar o recrutamento de funcaionários permanentes e preenchimento do quadro pessoal.	Preenchidas as vagas dos diferentes níveis (N: 5,4,3 e 1) Para 2015-2017: Nível 5 – 2 pessoas Nível 4 – 2 pessoas Nível 3 – 2 pessoas Nível 1 – 1 pessoa	O recrutamento será realizado faseadamente. Considerada a igualdade de género e capacitação nas áreas de comunicação e relações públicas.	SEAP CFP

Secretaria de Estado da Comunicação Social

Papel

No Decreto-lei nº 41/2012, de 7 de Setembro de 2012, Orgânica do V Governo Constitucional, concretamente o artigo 14º, define-se o papel do Secretário de Estado da Comunicação Social o qual consiste em ajudar S. E. o Primeiro-Ministro e S. E. o Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros nomeadamente:

1. Propondo uma política e um projecto de regulamentação necessários em todo o sector da comunicação social;
2. Supervisionando os órgãos de comunicação social do Estado;
3. Garantindo a disseminação de informação a nível nacional e internacional;

O mesmo decreto-lei confia à responsabilidade da Secretaria de Estado da Comunicação Social os seguintes:

- a) Direcção Nacional da Disseminação de Informação
- b) Centro Rádio Comunidade

A criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social enquanto departamento do Governo na Orgânica do V Governo Constitucional reflecte os fundamentos ideológicos do IV Governo Constitucional tendo como missão dar continuidade à implementação do programa e reforma iniciado com sucesso pelo Governo anterior ao qual urge dar seguimento através de mecanismos de administração e gestão no âmbito dos programas estabelecidos pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional e de acordo com o objectivo de garantir com eficácia a prestação de um serviço público para o Povo que é responsabilidade do Estado.

Orçamento

A Secretaria de Estado da Comunicação Social tem um Orçamento de 1,971 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado da Comunicação Social (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,543	2,037	1,971	2,049	2,132	2,217	2,306
Recorrentes	1,258	1,912	1,620	1,685	1,753	1,823	1,896
Salários e Vencimentos	129	248	247	257	267	278	289
Bens e Serviços	1,129	1,364	874	909	945	983	1,022
Transferências Públicas	-	300	500	519	540	562	584
Capital	286	126	350	364	379	394	410
Capital Minor	286	126	350	364	379	394	410
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,543	2,037	1,971	2,049	2,132	2,217	2,306
Recorrentes	1,258	1,912	1,620	1,685	1,753	1,823	1,896
Capital	286	126	350	364	379	394	410

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado da Comunicação Social tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 96 pessoas, composto por 18 funcionários permanentes e 14 de cargos de direcção

e chefia. Significa que no regime geral, um total de 29 pessoas serão recrutadas para o período 2015 e a projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 35 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

Plano Anual da Secretaria de Estado da Comunicação Social para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Disseminação de Informação do Programa do Governo					
Porta-voz do Governo.	Promover e consolidar a imagem e comunicação do Governo. Receber informações, sugestões e críticas de diferentes intervenientes. População informada. Desenvolvimento participativo do processo público do Governo. Aumentar a celeridade do processo político de divulgação. Melhorar a qualidade e relevância da informação a nível de textos e imagem. Aumentar a rapidez no processo de recolha de informação interministerial.	<p>Produção e redação de conteúdos para disseminação de informação no Portal do Governo.</p> <p>Implementação do Sistema Integrado de Disseminação de Informação (SIDI) (<i>aquisição de servidor, instalação de rede, programa base de dados, outros equipamentos, etc.</i>).</p> <p>Realização de workshop com vista a desenvolver a estratégia de implementação e formação em SIDI (financiamento de 2 <i>workshops de 1 e 5 dias</i>).</p> <p>Produção e publicação da Página do Governo, do programa “Governo somos nós” e Boletim do Governo.</p>	<p>Estabelecimento de equipa permanente responsável pela operacionalização e manutenção do SIDI</p> <p>Criação de base de dados comuns a todos os ministérios</p> <p>Aumento significativo da qualidade e quantidade das informações do Governo ao público</p>	<p>Atividade deverá ser patrocinada por parceiro estratégico</p> <p>Contratação de técnico de informática para garantir a manutenção do SIDI</p>	DNDI
Garantir a liberdade de expressão e o acesso à informação.	A Lei da Comunicação Social define as liberdades de expressão para os cidadãos timorenses, incluindo a proteção da independência e das fontes, a liberdade editorial e o direito a criar meios de comunicação social. A liberdade de expressão e o direito dos indivíduos a protegerem-se contra difamações e calúnias são igualmente abrangidos.	<p>Campanha de sensibilização e divulgação da Lei da Comunicação Social, Código de Ética dos Jornalistas e do Conselho de Imprensa.</p> <p>Monitorização e avaliação da aplicação da lei da comunicação social.</p> <p>Avaliação semestral dos resultados da monitorização e avaliação.</p> <p>Atribuição de prémios a trabalhos jornalísticos de qualidade.</p> <p>Organização de programa televisivo “Orador Favorito”.</p>	<p>Profissionais e proprietários de órgãos de comunicação social, privados e públicos, jornalistas e sociedade civil informados sobre as especificidades da lei da comunicação social, do código de ética dos jornalistas e do organismo de regulação do sector dos media</p> <p>Garantir a compreensão e aplicabilidade da lei por parte de profissionais e sociedade em geral</p> <p>Promoção do jornalismo de qualidade e do serviço público prestado pelos órgãos de comunicação social</p> <p>Estimular a liberdade de expressão dos cidadãos nos órgãos de comunicação social do Estado</p>		DNDI CRC
Agência Noticiosa de Timor-Leste	O Governo pretende alargar os conteúdos informativos e o alcance dos mesmos a nível internacional através da Agência Noticiosa de Timor-Leste, o programa de rádio “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento” e os conteúdos da Rádio Timor-Leste na internet	<p>Estabelecimento da Comissão instaladora (CI) e preparação de escritório e apoio na concretização dos pressupostos definidos pelo estudo de viabilidade.</p> <p>Reforçar a rede de cooperação com instituições nacionais relevantes</p> <p>Formação de recursos humanos nas áreas de jornalismo, audiovisual, informática e administração e finanças.</p>	O papel da comissão instaladora pretende garantir a independência e eficiência da Agência de Notícias enquanto órgão de comunicação social	Recrutamento de um Assessor Internacional e de um assessor nacional para apoiar o serviço da comissão instaladora	CI CRC DNDI LUSA
Instituto Nacional para Formação de Jornalistas	O Governo apoiará e promoverá o estabelecimento de um Instituto Nacional de Formação de Jornalistas para melhorar a capacidade dos meios de	<p>Estabelecimento de uma equipa para começar a preparar a criação do Instituto Nacional para a Formação de Jornalistas.</p> <p>Realização de um estudo sobre a instituição e programa de formação para os jornalistas de Timor Leste.</p>	<p>Garantir que em 2016 haverá condições para a criação do referido Instituto.</p> <p>Identificação das necessidades de formação para os jornalistas de imprensa, rádio, televisão e online</p>	<p>Parceria com o Programa de Apoio à Comunicação Social da União Europeia</p> <p>Assinatura de Protocolos</p>	

	comunicação social no país, incluindo a rádio, a televisão e os jornais.	<p>Realização de um workshop nacional para efeitos de divulgação do estudo.</p> <p>Desenvolvimento do esboço dos estatutos legais do referido instituto.</p> <p>Reforçar a rede de comunicação e cooperação com instituições homólogas na Indonésia, Portugal, Austrália e outras nações com projetos relevantes nesta área.</p> <p>Financiar bolsas de estudo com vista à formação e capacitação técnica de pessoal qualificado para integrar os quadros do Instituto Nacional para a Formação de Jornalistas (FDCH)</p>	<p>Garantir o enquadramento legal do Instituto e assegurar que os objetivos do mesmo estão de acordo com a lei</p> <p>A cooperação bilateral na área do jornalismo é uma garantia de qualidade e governação democrática</p> <p>Assegurar a qualidade dos formadores e defender o Instituto como organismo de referência na área da formação de jornalismo</p>	<p>com o CENJOR, Portugal, e a LPDS, Indonésia</p> <p>Estabelecimento de protocolo com parceiro estratégico</p>	
Encorajamento da diversidade dos meios de comunicação social.					
Reforçar a capacidade das Rádios Comunitárias	O Governo promoverá a consolidação do papel das Rádios Comunitárias enquanto instrumento de informação e coesão junto das comunidades locais e providenciará a capacitação e os materiais necessários para a profissionalização da organização. O Governo irá também promover programas que tenham como objetivo desenvolver os princípios éticos, morais e de integridade educação cívica na sociedade.	<p>Campanha de divulgação dos estatutos das rádios comunitárias e discussão sobre o plano de ação para responder às necessidades das comunidades (14 rádios).</p> <p>Avaliação da viabilidade de criação de um fórum ou associação para o Conselho Rádio Comunitade.</p> <p>Através das rádios comunitárias, abertura de debate público sobre a política de descentralização.</p> <p>Criação de uma rede de trabalho comum entre a rádio comunitária, a rádio METRO FM e rádio comunitária da Austrália em Darwin.</p> <p>Formação em gestão e liderança para os membros do Conselho Rádio Comunitária.</p> <p>Formação em informática para os gestores das rádios comunitárias.</p> <p>Alocação de um Repórter para cada Suco.</p>	<p>Aumento da informação veiculada especificamente para as comunidades que vivem nos distritos nomeadamente sobre o programa e atividades do Governo</p> <p>O Conselho de Rádio Comunitária servirá de ponte para facilitar a participação ativa das comunidades na emissão diárias das rádios.</p> <p>A escolha de um repórter para cada suco permite que haja um ponto focal para cada grupo comunitário</p>		
Encorajamento à diversidade dos meios de comunicação social	O Governo procurará incentivar o investimento do sector privado nos meios de comunicação social, a fim de fomentar um ambiente competitivo e de conseguir um sector de meios de comunicação social diversificado, responsável e dinâmico.	<p>Através do fundo de transferência pública, apoiar projetos de desenvolvimento institucional e formação profissional nos órgãos de comunicação social.</p> <p>Monitorização e avaliação dos resultados do apoio financeiro concedido a projetos dos órgãos de comunicação social referente ao ano 2014.</p> <p>Realizar novo concurso para financiar projetos de desenvolvimento institucional e formação de recursos humanos nas empresas de comunicação social em 2015.</p> <p>Criação de mecanismo de monitorização e avaliação de resultados relativamente à política de transferência pública.</p> <p>Realizar um fórum trimestral com os órgãos de comunicação social.</p>	<p>Empresas de comunicação social privadas e profissionais de jornalismo têm oportunidade de desenvolver as suas capacidades técnicas aumentando, desta feita, a qualidade do jornalismo que praticam e obtendo resultados financeiros mais favoráveis.</p> <p>O apoio ao desenvolvimento dos media é um meio de garantir viabilidade financeira dos mesmos e assim os postos de trabalho de jornalistas.</p> <p>A independência financeira dos media é determinante para o seu posicionamento como jornalismo isento e, até, de referência.</p> <p>Conceder igualdade de oportunidades para empresas de comunicação social de pequena e média dimensão.</p> <p>Esta experiência servirá de referência para programas de apoio ao desenvolvimento no futuro.</p>		CRC

			Promover o diálogo entre profissionais do sector.		
	O Governo promoverá a consolidação do papel da Radiotelevisão de Timor-Leste, enquanto empresa pública, e providenciará a capacitação e os materiais necessários para a profissionalização da organização	<p>Apoiar o plano anual de atividades da RTTL, EP.</p> <p>Avaliar a necessidade de revisão da lei que enquadra a RTTL, E.P.</p> <p>Participação em reuniões trimestrais com o Conselho de Administração.</p>	<p>Consolidação institucional da RTTL, EP.</p> <p>Criação de legislação para regular o sector antecipando, nomeadamente, a concorrência no sector.</p> <p>Garantir as boas práticas de gestão de verbas públicas.</p>		
	Formação de jornalistas	<p>Fortalecimento de parceria com o departamento de comunicação social da UNTL e as associações de jornalistas para a área da formação de profissionais.</p> <p>Através do fundo de desenvolvimento de capital humano garantir o acesso de jornalistas à informação nomeadamente recorrendo ao uso das novas tecnologias.</p> <p>Protocolo de cooperação com instituições homólogas noutros países tal como a LPDS, na Indonésia, e o CENJOR, em Portugal.</p>	<p>Reforçar a capacidade das organizações de jornalistas, das rádios comunitárias e outras organizações dos media.</p> <p>Profissionais de jornalismo proficientes no uso das novas tecnologias.</p> <p>Jornalistas têm oportunidade de desenvolver as suas capacidades através de experiências no estrangeiro.</p> <p>Contribuir para a profissionalização e aumento da qualidade do sector da média.</p> <p>Promover o contacto de futuros jornalistas com as associações de jornalistas.</p>		

Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional

Papel

A Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional (SEFI) tem como objectivo fortificar as Instituições do Estado através da monitorização e a promoção do sistema para que estas instituições possam alcançar melhor a transparência, responsabilidade e a capacidade para servir a Nação com a eficácia e eficiência.

Orçamento

A Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional tem um Orçamento de 1,587 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretario de Estado do Fortalecimento Institucional (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	646	1,978	1,587	1,651	1,716	1,785	1,856
Recorrentes	563	1,959	1,545	1,607	1,671	1,738	1,807
Salários e Vencimentos	86	114	114	119	123	128	133
Bens e Serviços	478	1,095	931	968	1,007	1,047	1,089
Transferências Públicas	-	750	500	520	541	562	585
Capital	82	19	42	44	45	47	49
Capital Minor	82	19	42	44	45	47	49
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	646	1,978	1,587	1,651	1,716	1,785	1,856
Recorrentes	563	1,959	1,545	1,607	1,671	1,738	1,807
Capital	82	19	42	44	45	47	49

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 31 pessoas, composto por 4 funcionários permanentes, 3 de cargo de direcção e chefia e 12 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 12 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

Plano Anual da Secretaria de Estado para o Fortalecimento Institucional para 2015

Meta Anual	Actividades	Resultados alcançados + indicadores de desempenho	Observações/Informações Adicionais	SE + RESP.
Assegurar a Boa Governação no Sector Público, para um Serviço Eficaz e Efectivo e para o Benefício Máximo do Povo e da Economia de Timor Leste				
Desenhar a política, o projecto-piloto e os procedimentos para o fortalecimento institucional das instituições do Estado	Socializar a política do fortalecimento institucional	Realizar a socialização a política do fortalecimento institucional para todas as instituições do estado.	Trabalho em parceria com a UNDP	
	Elaborar o projecto-piloto da política do fortalecimento institucional em 5 ministérios.	O projecto-piloto será introduzido em 5 ministérios.	Trabalho em parceria com a UNDP	
	Elaborar o projecto-piloto da política do fortalecimento institucional e a implementação sobre uniformização da correspondência formal entre as instituições do Estado.	O projecto-piloto será introduzido em 3 ministérios e implementado nos 10 deles.	Trabalho em parceria com a Comissão Europeia.	
Dar assistência, aconselhamento e a formação regular para melhorar a gestão da administração pública a nível central.	Realizar encontros e o acompanhamento regular aos serviços das instituições do Estado/Ministérios.	Acompanhamento e aconselhamento regular em 5 ministérios.		
Continuar a monitorizar o progresso das instituições através de monitorização e avaliação.	Elaborar a monitorização e a avaliação dos serviços dos ministérios.	5 Ministérios monitorizados. Resultados submetidos aos Ministérios, PCM, PM e PN.		
Todos as componentes ao nível nacional e distrital obtêm informação e estão envolvidos no processo de preparação e debate técnico do quadro legal para descentralização administrativa no poder local (os municípios), incluindo o plano/curso de orientação para a pre-desconcentração administrativa.	Juntamente com o grupo técnico permanente da descentralização administrativa (GTP DA) e o grupo técnico do trabalho interministerial (GTTIM) elaborar, discutir e aprovar o quadro legal para a política da descentralização administrativa e o poder local. O quadro legal para a política descentralização administrativa e o poder local.	O quadro legal para a política descentralização administrativa e o poder local apresentados em reunião de Conselho de Ministros.		SEFI SEDA
	Em conjunto com a SEDA e o GTP DA divulgar o material do quadro legal da política de descentralização administrativa e o poder local a nível nacional e local.	Todos as componentes informadas acerca do quadro legal para a futura descentralização administrativa e o poder local a nível nacional e local.		SEFI SEDA
	Em conjunto com o GTP DA elaborar o acompanhamento nos distritos sobre a implementação da política de descentralização administrativa.	O membro do GTP terá elaborado a estratégia de acompanhamento do processo de implementação nos distritos (mínimo 2 vezes por ano).		SEFI SEDA
	Continuar a implementar o plano do curso de orientação aos funcionários em nível local.	900 Funcionários da estrutura da pre-desconcentração administrativa terão participado no curso de orientação.		
	A socialização do plano do desenvolvimento da capacidade compreensiva para o futuro descentralização em nível nacional e local.	Pelo menos 800 pessoas participaram no <i>workshop</i> nacional e 900 participaram no <i>workshop</i> distrital.		
	A monitorização para a implementação da estrutura de pre-desconcentração administrativa.	Os distritos vão ter a oportunidade para abordarem a implementação da estrutura de pre-desconcentração administrativa e terão sido realizadas visitas (2 vezes por ano em cada distrito terá havido avaliação de desempenho)		
Melhoria no funcionamento do SEFI para o apoio máximo às instituições do Estado a nível local.	Estudo comparativo sobre o Fortalecimento Institucional e o desenvolvimento da capacidade ao nível local	O estudo referido seria realizado. O estudo será efectuo na Malásia e Singapura.		

Secretaria de Estado de Apoio e Promoção do Sector Privado

Papel

A Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado, abreviadamente designada por SEAPRI, é o órgão central do Governo que tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar as políticas e os programas, definidos e aprovados pelo Conselho de Ministros, para as áreas do apoio e promoção do sector privado.

Na prossecução da sua missão, são atribuições da SEAPRI:

- Propor políticas, legislação e estabelecer mecanismos relacionados com a promoção do investimento privado e apoio do Estado com o investimento privado em articulação com outras entidades;
- Propor e implementar o plano de apoio de desenvolvimento do sector privado nacional;
- Promover debates com o sector privado nacional, relativamente à sua participação no desenvolvimento do país e na busca de soluções ao problema de desemprego e ética de trabalho;
- Promover o diálogo com o sector privado para buscar um patamar de actuação, quanto às dificuldades e obstáculos enfrentados, na sua relação com instituições do Estado;
- Apresentar propostas, após ouvido o sector privado, sobre a formulação de políticas e mecanismos de apoio a incentivos, na sua relação com instituições financeiras e bancárias;
- Gerir o orçamento afecto à promoção do desenvolvimento do sector privado empresarial;
- Promover a criação de um Banco de Desenvolvimento Nacional, em articulação com o Ministério das Finanças e o Banco Central.

As seguintes instituições estão sob a tutela da SEAPRI:

- A Agência Especializada de Investimentos (TradeInvest)
- O Instituto para o Apoio e Desenvolvimento Empresarial (IADE)
- O Centro de Bambu de Timor-Leste (CBTL)
- O Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL)

Orçamento

A Secretaria de Estado de Apoio e Promoção do Sector Privado tem um Orçamento de 4,268 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	3,876	2,991	4,268	4,439	4,616	4,801	4,993
Recorrentes	3,368	2,717	4,140	4,306	4,478	4,657	4,843
Salários e Vencimentos	404	509	592	616	640	666	693
Bens e Serviços	1,896	2,108	2,036	2,117	2,202	2,290	2,381
Transferências Públicas	1,068	100	1,513	1,573	1,636	1,701	1,769
Capital	508	274	128	133	138	144	150
Capital Minor	508	274	128	133	138	144	150
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	3,876	2,991	4,268	4,439	4,616	4,801	4,993
Recorrentes	3,368	2,717	4,140	4,306	4,478	4,657	4,843
Capital	508	274	128	133	138	144	150

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado de Apoio e Promoção do Sector Privado tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 203 pessoas, composto por 94 funcionários permanentes, 14 vagas em processo de recrutamento e 26 cargos de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 69 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

Plano Anual da Secretaria de Estado para o Apoio e Promoção do Sector Privado Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Criar ambientes favoráveis que contribuam para o desenvolvimento e crescimento nacional de empreendedorismo e investimento					
Desenvolvimento do sector privado	Realização de diálogo com sector privado nacional com o intuito de identificar obstáculos enfrentados e soluções.	Fortalecer a Câmara de Comércio de Timor-Leste a fim de poder representar e facilitar os empresários Timorenses nas áreas de capacitação e fortalecimento de parcerias com empresários internacionais a fim de estabelecer parcerias para negócios e investimentos em Timor-Leste. Continuar a dialogar com o sector privado nacional Fortalecer a coordenação interministerial relativamente ao apoio ao desenvolvimento do sector privado com apoio de um secretariado técnico.	Participação de Câmara de Comércio de Timor-Leste (CCI-TL) nos eventos de promoção e estudos comparativos internacionais relativamente à actividades de estreitamento de laço de cooperação que gerirão negócios. Providenciar assistências técnicas a CCI-TL com o objetivo de torná-lo capaz de representar nas negociações junto com empresários nacionais e internacionais. Realizar visitas de trabalho aos distritos duas vezes por trimestre a debater assuntos de interesses empresariais com o sector privado. A coordenação entre os ministérios e as secretarias de estado relevantes seja melhorada e reforçada.	OGE Esta prevista a participação de membros de CCI-TL com 50% mulheres.	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI
Crescimento anual de registo de empresas junto do SERVE, 10% em 2015	Socializar o funcionamento do SERVE	Publicação de funcionamento do SERVE através de televisão periodicamente, uma vez por mês e através de rádio comunitários, também, uma vez por mês e jornais, uma vez por semana.	Crescimento de 10% das empresas registadas no SERVE	OGE Pelo menos 50% das empresas de grupo/individual de sexo feminino são registados. <u>Situação Actual:</u> em 2014 houve 4,982 novos registos com 13,000 negócios registados	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI
Crescimento anual de 10% no investimento por parte do sector privado nacional e internacional	Criação da Agência Especializada (AEI) para dar pareceres e informações, emitir certificados de investimentos, monitorizar e avaliar os investimentos, e dar seguimento aos investidores nacionais e internacionais em 2015	SEAPRI e AEI realizarão seminários, bolsas de contactos dentro e fora do país, avaliar, monitorizar, dar seguimento aos investimentos feitos.	Realização de três seminários sobre política e oportunidades e bolsas de contactos de investimentos de seis em seis meses; um em Timor-Leste; dois no estrangeiro. 11º Encontro Empresarial da China e Países de Língua Portuguesa em um dos Países da CPLP. Encontro ordinário do Ponto Focal do Fórum de Macau em Macau duas vezes por ano. Participação dos funcionários da SEAPRI em actividades de investimento ao convite dos organizadores no estrangeiro.	OGE	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI
Aumentar o acesso ao crédito pelo sector privado através da parceria com o Banco de Desenvolvimento Asiático	Criação de sistema de registo electrónico de bens móveis.	Realização do funcionamento do registo electrónico de bens móveis.	Montar e lançar o registo electrónico de bens móveis.	OGE	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI
Aumentar o acesso ao crédito para sector privado nacional.	Construção do Banco de Desenvolvimento Nacional.	Coordenar com as entidades relevantes na realização de tenderização e adjudicação a empresa construtora do Banco de Desenvolvimento Nacional. Preparação de estabelecimento do Banco de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste	A construção do Banco de Desenvolvimento Nacional dará início em meados do ano de 2015. Contratar uma empresa de consultoria a fim de ajudar a estabelecer a legislação e todos procedimentos necessários para o estabelecimento do Banco de Desenvolvimento Nacional.	Fundo de Infra-estrutura OGE	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI

		Preparar os recursos humanos bem capacitados enquanto se espera pela construção do banco nacional de desenvolvimento. Foram previstos 20 funcionários inicialmente.	20 candidatos recebem treinamentos no estrangeiros nas áreas de operações bancárias junto com entidades financeiras com os quais SEAPRI estabelecerá cooperação.	FDCH Esta prevista a participação de 50% mulheres de 20 candidatos aos treinamentos.	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI
Aumentar o acesso ao apoio financeiro ao sector privado nacional.	Apoiar financeiramente as ideias de negócios viáveis do sector privado nacional.	Realização de apoio financeiro ao sector privado nacional nas áreas identificadas como prioritárias como turismo e agricultura e outras áreas que precisam de apoio financeiro.	Sector privado nacional Timorense recebe apoio financeiro após avaliação do plano de negócios de acordo com os critérios estabelecidos.	OGE 50% das propostas de negócio para mulheres sejam avaliados e apoiados.	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI
Fortalecimento e Promoção do Sector Privado	Criação da 1.ª Feira de Produtos “ <i>Made In</i> Timor-Leste”.	Promover a marca “ <i>Made In</i> Timor-Leste”.	Mostra nacional dos produtos produzidos e dos serviços prestados por empresas timorenses para: (i) troca de ideias entre os empresários (ii) atracção de novos processos de produção (iii) atracção de investidores (iv) venda ao público.	OGE 50% Participação de mulheres empresariais na feira.	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI
Estabelecimento de cooperação com o Governo de Nova Zelândia com o objectivo de providenciar perito nas áreas de desenvolvimento e apoio ao sector empresarial nacional.	Estabelecimento de um memorando de entendimento entre SEAPRI e o Governo Nova Zelandês a fim de aumentar a capacidade de gestão de negócios do sector empresarial nacional.	Enviar peritos altamente capacitados no domínio de capacitação do setor privado a Timor-Leste a fim de trabalhar com IADE a ajudar a fortalecer empresas nacionais.	5 peritos de Nova Zelândia com conhecimentos sobre gestão de negócios são convidados para Timor-Leste a fim de capacitar pelo menos 50 empresas nacionais capacitadas.	OGE De 50 empresas Timorenses, 50% é alocada às mulheres empresariais.	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI
Aumentar a capacidade, conhecimento e habilidade dos funcionários da SEAPRI.	Providenciar treinamento a fim de elevar os conhecimentos, capacidades e habilidades dos funcionários.	Formação Intensiva de Inglês, Português, Gestão Financeira/Contabilidade, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de portal eletrónico, Gestão de Monitorização e Avaliação, Gestão da Administração Pública, Gestão de Promoção de Investimento. (FDCH) Participar nos cursos de treinamento sobre gestão de política do sector privado, investimento e outros cursos relacionados a convite da JICA, do Governo da Singapura, Fórum de Macau e dos outros países.	10 Funcionários participam no curso intensivo de Inglês na Austrália por 3 meses. 5 Funcionários a participar no curso intensivo de Português em Portugal por 3 meses. 4 Funcionários participam no curso de gestão financeira/contabilidade na Indonésia por 3 meses. 2 Funcionários participam na gestão de recursos humanos na Indonésia por três meses. 2 Funcionários participam no curso de gestão de portal electrónico na Indonésia por três meses. 3 funcionários participam no curso de gestão de monitorização e avaliação na Indonésia por três meses. 4 funcionários participam no curso de administração pública na Indonésia por três meses. 4 funcionários participam na gestão promoção de investimento na Indonésia por três meses. 5 funcionários participam nos cursos de treinamentos de treinamento em Japão, Singapura, Macau e outros países.	Fundo do Capital de Desenvolvimento Humano 50% dos funcionários que irão participar nos cursos de treinamento seja de sexo feminino. OGE 50% dos participantes nos cursos sejam do sexo feminino.	Sector Económico+Responsável Gabinete SEAPRI

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJECTOS DE INVESTIMENTO					
Monitorização e avaliação de investimento	Efetuar visitas às companhias que investem em Dili e nos distritos.	Para fazer os serviços de acompanhamento e monitorização aos projetos do Investimento e obter dados concretos sobre a realização e progressos alcançados. Encontro com os empresários, investidores e autoridade local onde o projeto é implementado, para obter informações correntes sobre o andamento e obstáculos enfrentados e os seus benefícios para a comunidade local. Visita periódica, de três em três meses.	Para assegurar o verdadeiro plano dos projectos implementados e benefícios esperados. 163 Empresas de investimento: - 51 Investimentos nacionais, e - 112 Investimentos estrangeiros. Locais de investimento: Dili - 137 Distritos - 26	OGE (Orçamento Geral do Estado)	Sector Económico+Responsável AEI
PROMOVER AS OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO DE TIMOR-LESTE					
Atração de Investidores potenciais para Timor-Leste em coordenação com o Gabinete da SEAPRI	Encontro Empresarial para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os PLPs (Países de Língua Portuguesa).	Participação da <i>TradeInvest na XI</i> edição do encontro Empresarial entre a China e os PLPs, na Nação a decidir e data a definir.	Aumentar o número de empresários timorenses no programa de bolsas de contacto e parceria com os empresários da China e PLPs. Participação de empresários timorenses: 50% mulheres e 50% homens.	Este Encontro Empresarial é de carácter rotativo todos os anos, onde a AEI participa chefiando a delegação empresarial de Timor-Leste. OGE.	Sector Económico+Responsável AEI
	Feira Internacional de Macau (MIF)	Participação da <i>TradeInvest</i> na Feira Internacional de Macau.	Promover os produtos económicos de Timor-Leste. Participação de empresários timorenses: 50% mulheres e 50% homens.	A Feira Internacional de Macau (MIF) é realizada todos os anos onde a AEI marca a presença expondo os produtos económicos nacionais. OGE.	Sector Económico+Responsável AEI
	Reuniões ordinárias e do Grupo de Trabalho de Investimento	Participação da <i>TradeInvest</i> Timor-Leste (AEI) na reunião ordinária do Fórum Macau (a realizar duas vezes por ano) e no GTI (a realizar duas vezes por ano), em Macau, China e Portugal.	Elaborar programas concretos para o desenvolvimento económico do país, apoiados pelo Governo da China, principalmente através do envio de funcionários timorenses para participarem em formações e treinamentos em Macau e na China.	Com base na assinatura do Plano de Ação, assinado pelos Ministros dos PLPs e China na Conferência Ministerial realizada consecutivamente em 2003, 2006 e 2010, em que concede poder ao Fórum Macau para o acompanhamento como entidade coordenadora das atividades.	Sector Económico+Responsável AEI

PROMOVER INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO SOBRE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO EM TIMOR-LESTE					
Promoção das oportunidades de Investimento em Timor-Leste	<p>Impressão de pacotes de informação aos investidores</p> <p>Atualização do Portal de Investimento existente www.invest-tl.com</p>	<p>Impressão de 2.500 pacotes de Informação sobre procedimentos de Investimento no País, bem como outras informações relevantes sobre oportunidades de investimento: (boletins, booklet, leaflet e guide book). Com informações mais detalhadas sobre as oportunidades de investimento e os processos de investimento relativamente ao pedido de Certificado de Investidor.</p> <p>Fornecer informações actualizadas sobre o Investimento de Timor-Leste.</p>	<p>Investidores Nacionais e Estrangeiros recebem informações específicas relacionadas com as oportunidades de Investimento em Timor-Leste. Os pacotes de Investimento são distribuídos às embaixadas dos países amigos acreditados em Timor-Leste, às nossas embaixadas no estrangeiro, todas as instituições relevantes, aos nossos representantes nas 4 Regiões, as CDE IADE nos 13 distritos, assim como no Aeroporto, Porto, Hotéis e demais edifícios públicos. Também são expostos em outros eventos nacionais e internacionais como: Feiras, Conferências, Seminários e Encontros. Para elevar os Serviços de Promoção da AEI ao nível tecnológico de informação com o objetivo de melhorar e tornar mais rápido o acesso à informação sobre as oportunidades de Investimento mais relevantes do nosso País.</p>		Sector Económico+Responsável AEI
	<p>Fortalecer a liderança da AEI em tornar-se a primeira linha de contacto para investimentos em Timor-Leste. Estabelecer e aumentar trocas e informações relacionadas para uma melhor assistência aos projectos de investimento. Aumentar a divulgação das informações sobre Timor-Leste através da participação da AEI como membro de WAIPA. Promoção de potencialidades de investimento de Timor-Leste através de jornais internacionais de renome.</p>	<p>Cooperação Estratégica entre AEI e IFC, em que a IFC apoia no desenvolvimento da metodologia e estratégias do plano de ação para atrair potenciais investidores internacionais. Protocolo de Cooperação com as instituições relevantes do investimento (MAE, Impostos, Alfândegas, Imigração, Sepfope, Ambiente, SERVE, Terras e Propriedades, e outras instituições relevantes). Entrada de AEI, como membro, na (WAIPA) Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimento. Publicação periódica sobre Timor-Leste como País de destino para investimento directo externo (Washington Post, New York Times, Times Magazine, Daily Telegraph, The Wall Street Journal e People's Daily).</p>	<p>Criação de um ambiente de investimento favorável para os investidores. Realização concreta de um mínimo de 5 projectos potenciais de grandes investimentos, em Timor-Leste, até ao fim de 2017, com vista à exportação. AIE apresenta um trabalho mais profissional no atendimento aos investidores, com mais eficiência e eficácia.</p> <p>Troca de informações sobre as potencialidades de investimento de Timor-Leste e resultar mais atracção de investimentos ao país. Participação nos encontros anuais da WAIPA.</p> <p>AEI com a expectativa de receber mais pedidos de informação do estrangeiro dos potenciais investidores.</p>	OGE (Orçamento Geral do Estado)	Sector Económico+Responsável AEI
PROMOVER A COORDENAÇÃO INTERMINISTERIAL					
Coordenação interministerial na avaliação dos projetos de investimento	<p>Realização de reuniões formais entre os Ministérios competentes para elaborarem, conjuntamente, os serviços de avaliação sobre o processamento, acompanhamento e monitorização dos projetos de investimento.</p>	<p>Reuniões interministeriais de avaliação dos pedidos de investimento 2 vezes por mês, ou seja, 24 vezes por ano. Reuniões interministeriais extraordinárias: 2 vezes por ano.</p>	<p>Para melhorar o atendimento e simplificar os procedimentos dos investidores no pedido de Certificado de Investidor, bem como, avaliar projetos de investimento com mais qualidade e com grande benefício para a população.</p>	OGE (Orçamento Geral do Estado) Cada Ministério competente ligado aos assuntos de Investimento deve nomear oficialmente um Focal Point.	Sector Económico+Responsável AEI

Aumentar o acesso ao apoio financeiro ao setor privado nacional	Apoiar financeiramente as ideias de negócios viáveis do setor privado nacional.	Realização de apoio financeiro ao setor privado nacional nas áreas identificadas como prioritárias como turismo e agricultura e outras áreas que carecem de apoio financeiro.	Setor privado nacional timorense recebe apoio financeiro após avaliação do plano de negócios de acordo com os critérios estabelecidos.	OGE 50% das propostas de negócio para mulheres sejam avaliados e apoiados.	Sector Económico+Responsável IAEI
Formação e capacitação		Realização do Curso de Formação sobre Gestão de Liderança.	» Aumento e melhoramento do desempenho e profissionalismo dos funcionários e gestores que trabalham no IADE (30 funcionários: Mulheres 50% e homens 50 %).	Orçamento para esta atividade é suportado pelo OGE (Orçamento Geral do Estado)	Sector Económico Responsável pela DNAF (Direção Nacional do Plano e Administração das Finanças e Logística do IADE)
		Realização do Curso de Indução para os novos funcionários permanentes. Orçamento programado no INAP.	- Melhoramento do desempenho e profissionalismo dos funcionários e gestores que trabalham no IADE (30 funcionários: Mulheres 50% e homens 50 %).	O Orçamento e o curso são programados pelo INAP (Instituto Nacional de Administração Pública).	Sector Económico Responsável pelo INAP.
		Realização do Curso de Formação na Língua Inglesa.	Aumento e melhoramento do desempenho e profissionalismo dos funcionários e gestores que trabalham no IADE (30 funcionários: Mulheres 50% e homens 50 %).	Orçamento para esta atividade é suportado pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	Sector Económico Responsável pela DNAF (Direção Nacional do Plano e Administração das Finanças e Logística do IADE)
		Realização do Curso de Formação na Língua Portuguesa.			
		Treinamento aos técnicos de Informação e Promoção nos 4 CDEs novos (Liquiçá, Manatuto, Same e Aileu) com o objectivo de aumentar as suas capacidades como elemento de ligação de negócios, incluindo na preparação e feitura da base de dados.	Técnicos de Informação e Promoção Empresarial nas 4 CDEs de Liquiçá, Manatuto, Same no Aileu, no total de 4 funcionários (Mulheres 2 e Homens 2).	Orçamento para esta atividade é suportado pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	Sector Económico Responsável pela DNIPMAE (Direção Nacional de Informação e Promoção da Pesquisa do Mercado e Apoio Empresarial do IADE).
		Organização de cursos de reciclagem sobre o Sistema Informativo para Concursos de Licitação aos técnicos de informação e Promoção Empresarial nos CDEs para elevar os seus conhecimentos nesta área.	Técnicos de Informação e Promoção Empresarial nos 13 CDEs, 13 distritos. Total de 13 pessoas (5 mulheres e 8 homens) na capacitação para desenvolver o processo para concursos e licitações no SIT e posterior monitorização. Cada CDE identificar no mínimo uma licitação para enviar através do SIT no ano de 2015.	Orçamento para esta atividade é suportado pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	
		Organizar 2 Seminários para partilhar experiências sobre o Programa FIN e aumentar os conhecimentos sobre a implementação das facilidades de Negócios Inovadores.	Aumentar conhecimentos sobre o programa FIN para 30 funcionários (10 mulheres e 20 homens) do IADE central e dos CDEs. Revisão do Manual da FIN. Fazer 50 cópias do Manual do programa FIN e fazer a sua distribuição aos funcionários relevantes. 30 funcionários (10 mulheres e 20 homens) para fazer os serviços de aconselhamento aos clientes potenciais do FIN, desenho e implementação do pacote de apoio aos clientes do FIN.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	

		Os Formadores já com o ToT para o “Rapid Market Apparsial (RMA)” fazerem o treinamento ao Staff do IADE no IADE Central, bem também, nos CDEs.	Técnicos de Informação e Promoção Empresarial, bem como Técnicos de Pesquisa do Mercado, no total mínimo de 25 pessoas (10 mulheres e 15 homens, para obterem conhecimentos sobre a implementação do RMA.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	
		Curso para fazer pesquisas de mercado, incluindo planeamento para a pesquisa, desenho da pesquisa, questionários e análise dos dados da pesquisa.	5 técnicos de Pesquisa de Mercado (2 mulheres e 3 homens) para obter conhecimentos sobre o planeamento, desenho e a análise dos dados da pesquisa. Esta atividade irá ser realizada no 4º trimestre de 2015.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	
		Elaborar o programa de treinamento, orientação e “On The Job Training” aos funcionários do IADE a realizar em Timor-Leste e Indonésia.	10 funcionários do IADE já com capacitação no treinamento, orientação e “On The Job Training” em Timor-Leste e na Indonésia (pelo menos 75% dos conselheiros já estão capacitados para apoiar os empresários). Esta atividade realizar-se-á entre o período do IIº até ao IVº trimestre de 2015.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado) e Agência do ILO.	Sector Económico Responsável pela DNFCCE (Direção Nacional da Formação e Capacitação Empresarial do IADE).
		Programa de monitorização dos funcionários do IADE sobre o sistema de serviços de acompanhamento e aconselhamento.	Chefes dos CDEs juntamente com os funcionários do IADE já estão capacitados para usar o sistema de acompanhamento e aconselhamento. (100% dos Chefes dos CDEs e os funcionários do IADE já usam o sistema de serviço de acompanhamento e aconselhamento).	Apoio de orçamento aos CDEs distritais para estes serviços de acompanhamento e aconselhamento. Esta atividade irá ser complementada em 2015.	
		Certificar os formadores do CDE-IADE segundo o padrão de qualificação nacional do INDMO e competência de implementação do programa de desenvolvimento empresarial do ILO (i.e. GET AHEAD).	Funcionários técnicos (formadores) no total de 15, já com os seus Certificados de Nível III do INDMO, com o programa do desenvolvimento empresarial de ILO. 100% dos funcionários técnicos do IADE fornecem cursos de formação em Díli e nos distritos.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado) e Agência do ILO Esta atividade irá ser complementada em 2015.	
		Treinamento para os formadores já com a formação de Formadores (TOT).	Funcionários técnicos (formadores) no total de 15 pessoas (mulheres 30 % e homens 70 %) recebem instruções dos Mestres Instrutores. 75 % dos funcionários do IADE melhoram as suas habilidades técnicas.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado) e Agência do ILO Esta atividade irá ser complementada em 2015.	
		Desenvolvimento do manual para aconselhamento para os 5 (cinco) sub sectores.	Realização de produção do Manual para Aconselhamento de Negócios. (100% do staff do IADE já tem o manual).	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado) e Agência do ILO	
		Desenvolvimento do treinamento para o sector turismo.	Feitura do Currículo para o Sector Turismo incluindo a produção dos 500 módulos para o Sector do Turismo. 100 % dos funcionários do IADE já devem receber os módulos.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado) e Agência do ILO	
		Produção do Manual “Inicia-se o nosso negócio” – KHIN	Preparado e pronto o Manual do Curso de Formação sobre “inicia-se o Nosso Negócio”. Realização da produção de 9000 módulos.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado) e Agência do ILO	

		Centro de Desenvolvimento Empresarial de IADE irá fornecer serviços de desenvolvimento empresarial nos 13 distritos até ao ano de 2017.	Os serviços de IADE no desenvolvimento das empresas devem ter acesso aos 13 distritos até 2017	Actualmente têm acesso a 9 distritos.	
Fornecimento de formação e capacitação para micro, pequenas e médias empresas no total de 1.520 que têm apoio do IADE.	Formação e capacitação de empresas.	Identificação da necessidade da formação para empresários MKM incluindo os empresários para participarem no treinamento a realizar pelo IADE/CDE.	1600 potenciais interessados (30% mulheres e 70 % homens) recebem formação através de TNA para terem assistência do IADE.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	Sector Económico Responsável pela DNFCE (Direção Nacional da Formação e Capacitação Empresarial do IADE).
		Realização de formação para empresários baseando nas suas próprias necessidades.	1520 empresários (micro, pequenas e médias) devem participar no curso de formação empresarial (30% mulheres e 70% homens). 75% dos empresários que receberam a formação no ano anterior já aplicam os seus novos conhecimentos e capacidades.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	
	Fornecer assistência de consultoria aos empresários com dificuldades.	Identificar as necessidades de aconselhamento aos empresários com dificuldades.	CDE – IADE usam formulários TNA para identificarem as necessidades de aconselhamento para 300 clientes potenciais.	Custos de viagem local para fazer TNA, suportados pelo OGE. (Orçamento Geral do Estado).	Sector Económico Responsável pela DNFCE (Direção Nacional da Formação e Capacitação Empresarial do IADE)
		Implementação do programa de aconselhamento aos empresários.	Total de 200 empresários – 30% mulheres – recebem aconselhamento sobre o desenvolvimento do plano de negócio.	Custos de viagem local para fazer aconselhamento são suportados pelo OGE (Orçamento Geral do Estado). 75% dos empresários que recebem aconselhamento no ano anterior (110 emp. Com 30% mulheres) apresentaram testemunhos em que provam que aplicaram os seus conhecimentos do plano de negocio conforme aconselhamento recebido do IADE.	
	Fazer levantamento sobre o impacto aos empresários clientes que receberam assistência técnica do IADE e estudos de caso dos empresários com sucesso nos 13 distritos.	Fazer pesquisa sobre o impacto nos clientes que tiveram assistência técnica do IADE e CDEs nos distritos.	Seguir o alvo específico dos serviços do IADE para criar um resumo sobre o impacto aos clientes (mínimo 300 clientes, 40% mulheres de diversas áreas) até ao final de 2015.	Esta atividade é apoiada pelo OGE.	Sector Económico Responsável Pela DNIPMAE (Direção Nacional da Informação e Promoção da Pesquisa do Mercado e Apoio Empresarial do IADE).
		Fazer estudos de caso dos empresários com sucesso nos 13 distritos.	Estudos para um máximo de 26 empresários com sucesso (30% mulheres) até aos fins de 2015.		
		Preparação do Boletim Informativo Mensal sobre as atividades realizadas pelo IADE e pelos CDEs nos distritos.	Criação da edição mensal, com total de 12 edições.		

		Realizar pesquisa da cadeia de valores para avaliar impacto nos agricultores.	Avaliação final sobre o impacto na cadeia de valores de horticultura.		
	Desenvolvimento da ideia Inovadora de Negócio através do evento competitivo do Plano de Negócio Inovador.	Realizar diversas promoções para a competição do plano de negócio inovador.	Promoção através de jornais, brochuras e etc. para divulgar informações ao público sobre o programa de competição do plano de negócio inovador. 250 competidores (40% mulheres e 60% homens) que não de se registar para seguir este evento competitivo no ano de 2015. Resultado final, 3 vencedores no ano de 2015.	Esta atividade é apoiada pelo OGE	Sector Económico Responsável Pela DNIPPMMAE (Direção Nacional da Informação e Promoção da Pesquisa do Mercado e Apoio Empresarial do IADE).
	Dar apoio aos empresários nas áreas rurais e desenvolvimento da cadeia de valores através do Programa de Pesquisa.	IADE realiza 2 Rápidas Avaliações de Mercado (RMA) para empresários e agências.	IADE faz 2 relatórios da RAM para identificar oportunidades no mercado. Dois empresários usam os serviços de IADE-RMA para melhorar as suas atividades comerciais. Os Empresários vendem produtos novos ao mercado e com mais quantidade.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	Sector Económico Responsável Pela DNIPPMMAE (Direção Nacional da Informação e Promoção da Pesquisa do Mercado e Apoio Empresarial do IADE).
		IADE realiza pesquisas aos mercados relevantes.	IADE realiza 2 pesquisas, baseadas nas necessidades existentes no suporte aos serviços do IADE. IADE apresenta 2 relatórios das pesquisas realizadas aos mercados.	Esta atividade é apoiada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	
	Dar apoio aos empresários para puderem encontrar compradores e vendedores potenciais através do programa de Bolsa de Contactos.	IADE e CDE facilitam bolsa de contactos entre os compradores e vendedores.	Cada CDE e IADE central realizam no mínimo um evento de Bolsa de Contactos entre os negociantes num total de 13 eventos em Timor-Leste. Cada CDE e IADE central realizam 5 encontros individuais num total de 65 encontros individuais em Timor-Leste. 30% de mulheres participam na bolsa de contatos (evento da ligação de negócios). IADE-CDE conseguem ajudar no resultado de 40 transações nos 13 distritos através da bolsa de contatos. 75% dos clientes que pedem bolsa de contatos devem obter pelo menos uma transação nova.	Este evento é suportado pelo OGE (Orçamento Geral do Estado)	Sector Económico Responsável Pela DNIPPMMAE (Direção Nacional da Informação e Promoção da Pesquisa do Mercado e Apoio Empresarial do IADE).
	Divulgação da informação e promoção para o desenvolvimento do setor privado através do sistema de Informação para o Concurso de Licitação (SIT).	IADE e cada CDE fazem a verificação das empresas que se registaram no Registo da Empresa do IADE.	Registro de empresas no mínimo de 4500 empresas, já com a informação completa até final de 2015.	Esta atividade não usa orçamento porque a sua divulgação é feita através do sistema da Website já estabelecido no IADE. No ano de 2015, 10% das empresas que entregam pedidos de propostas devem ganhar pelo menos um concurso.	Sector Económico Responsável Pela DNIPPMMAE (Direção Nacional da Informação e Promoção da Pesquisa do Mercado e Apoio Empresarial do IADE).
		IADE e cada CDE identificam o concurso e integram o concurso no Sistema de Informação do Concurso do IADE que enviam SMS e Email, com posterior monitorização. Não usa orçamento.	Cada CDE identifica no mínimo 1 concurso para enviar através do SIT no ano de 2015. Agência/Ministério/ Companhias no mínimo 20 para pedir o uso do SIT no ano de 2015. A partir de 2015, todos os concursos do PDID devem ser feitos através do SIT.		

			Até aos fins de 2015, 4.500 empresários já devem receber informações sobre oportunidades do Concurso através de TIS.		
	Promover os serviços do IADE em todo o território de Timor-Leste através de atividades de comercialização	Preparação do Manual das atividades e Orçamento.	Impressão de 26 booklet a serem distribuídos 2 booklet para cada CDE.	Este evento é suportado pelo OGE (Orçamento Geral do Estado)	Sector Económico Responsável Pela DNIPPMMAE (Direção Nacional da Informação e Promoção da Pesquisa do Mercado e Apoio Empresarial do IADE).
		Preparação do material de promoção.	Já prontos e completos os materiais de promoção: 500 Brochuras, 130 poster e 26 banner.		
		IADE /CDE identificam os locais para a realização do evento de comercialização.	Cada CDE realiza 4 eventos, com o total de 100 participantes (Mulheres 25% e homens 75%). Para todo o território estipula-se um total de 1300 participantes. 50 pessoas podem fazer registo nas CDE em que 25% devem ser mulheres. O número total do novo registo na IADE-CDE em Timor Leste, são 650 pessoas.		
	Promover o acesso ao mercado dos investidores nacionais com os investidores internacionais através da realização da Feira sobre “Construção 2015”.	Realização do EXPO Internacional de Obras e Construção de 2015 Timor-Leste entre os dias 1-3 de Abril de 2015.	No mínimo de 25 expositores estrangeiros e 25 empresas nacionais registam as suas empresas na Comissão Organizadora até final de Fevereiro de 2015 – Os donos das empresas, no mínimo 20% são mulheres. Visitantes da EXPO Internacional de Obras e Construção de 2015 Timor-Leste contam, no mínimo, com a presença de 500 empresários (entre eles 30% pertencentes às mulheres) Na participação da EXPO, 30 Expositores encontrarão parcerias de novos negócios.	O Evento é suportado pelo OGE (Orçamento Geral do Estado + Projeto do ILO. Esta atividade realiza-se no 2.º trimestre de 2015.	Sector Económico Responsável Pela DNIPPMMAE (Direção Nacional da Informação e Promoção da Pesquisa do Mercado e Apoio Empresarial do IADE).
		IADE fornece serviços para 25 empresas nacionais.	25 empresas que recebem o apoio dos serviços do IADE, desenvolvem as suas empresas com acesso às finanças até ao ano de 2017.	Actualmente são 3	
	Através do Programa de Facilitação da Inovação do Negócio, desenvolver os empresários que estão realizando atividades de negócios inovadores	Identificar no apoio do arranque, start-up (para os negociantes iniciantes) e empresários (já com os seus negócios existentes) e apoiar para que estes sejam aprovados como clientes do Programa FIN.	23 empresários potenciais (40% mulheres e 60% homens) recebem aconselhamento para serem clientes FIN. Mínimo de clientes potenciais 10 (4 mulheres e 6 homens) a serem apresentados ao Conselho Diretivo para merecer aprovação como clientes FIN.	Este evento é suportado pelo OGE Esta atividade é realizada no 2.º Trimestre de 2015	Sector Económico Responsável Pela DNIPPMMAE (Direção Nacional da Informação e Promoção da Pesquisa do Mercado e Apoio Empresarial do IADE).
		Desenho e implementação do pacote de apoio FIN, incluindo apoio financeiro, tecnologia e capacitação técnica, bem como apoio da gestão de negócios.	8 clientes FIN (3 mulheres e 5 homens) recebem o apoio que faz parte do pacote de apoio. 8 clientes FIN fazem negócios inovadores.		

	Implementação do Sistema dos Serviços de base de dados nos 13 CDEs.	Realização de visitas periódicas à IADE-CDEs para o apoio de manutenção.	Todos os CDEs receberão regularmente visitas de trabalho do Departamento de Plano e Base de Dados. - Iniciado no 1º trimestre e concluído no 4º, em 11 CDEs nos distritos.	Esta atividade é suportada pelo OGE (Orçamento Geral do Estado).	Sector Económico Responsável pela DNPMA (Direção Nacional do Plano de Monitorização e Avaliação do IADE).
Estabelecimento da Estrutura dos Recursos Humanos do Centro de Bambu de Timor-Leste e assegurar os Serviços Extraordinários					
Recursos necessários e suficientes na dinamização dos serviços do Centro de Bambu em todas as áreas	Preparação de 57 contratos do staff antigo (mulheres 10 e homens 47) e recrutar mais 5 pessoas (1 mulher e 4 homens), num total de 62 pessoas.	Renovação dos contratos para o staff antigo no total de 59 pessoas (10 mulheres e 47 homens), já com contratos assegurados e adequados as tarefas de cada um.	Os contratos estarão todos preparados no início de Janeiro de 2015. No 2.º Trimestre de 2015 serão recrutados mais 5 pessoas (1 mulher e 4 homens), conforme estrutura do Centro de Bambu.	As pessoas a serem contratadas devem ser competentes e com conhecimentos sobre contabilidade e administração para assegurar os trabalhos da Administração.	Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Assegura o aumento do Volume da Produção de Tábuas de Bambu					
Assegurar as Matérias Primas (Troncos de Bambu “Au betun” para a Produção de Tábuas de Bambu)	Compra das Matérias Primas (Troncos de Bambu-Au Betun) em Ermera, Aileu no Liquiçá, Baucau & Manatuto	Fazer atividades de aquisição e compras das matérias-primas (tronco de bambu-au betun) no total de 33,600 troncos com a medida de 2,70cm ou 2800 troncos por mês.	Executa-se em cada trimestre 25% ou que seja, faz-se a compra de 8,400 troncos por trimestre relativamente aos custos de US\$ 7,140.00 em que se vai beneficiar diretamente a comunidade que vende os troncos de bambu.	Localidades onde se vendem os troncos de bambu (Ermera, Aileu, Liquica, Baucau e Manatuto), a facilidade de compras nestes sítios baseiam-se muito nas boas condições que apresentam as suas estradas.	Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste -SEAPRI
	Produção de tábuas de bambu	Produção de tábuas de bambu um total 128 m2 por mês ou seja 2957 m2 por ano.	Produção de tábuas de bambu de 512 m2 por trimestre correspondendo ao valor de venda de US\$ US\$ 36,960.00	Pode ultrapassar este montante caso aumentem as encomendas para a compra de mobiliários.	Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
	Produção de persianas/cortinas	Produção de persianas/cortinas com a largura de 1,80m e comprimento de 3000m (5400m2)/por ano	Produt 1,320 m2 de persianas/cortinas por trimestre, correspondendo ao valor de venda de US\$ 15,525.00	Pode ultrapassar este montante caso aumentem as encomendas para a compra de persianas/ cortinas.	Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Assegurar os Acessórios como Cola Phenol , Formaldehyde, Urea Formaldehyde e Adhesive	Contactos com a Aprovisionamento da SEAPRI sobre a compra dos acessórios	Aquisição e compra de 3360 Kg/Ltr de cola por ano	Aquisição e compra de 840 ltr por trimestre para produzir 840 Pcs com a área aproximada de 739.25m2	Pode ultrapassar este montante caso aumentem as encomendas para a compra de mobiliários e artesanatos	Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Assegurar os produtos Químicos (Borax & Boric Acid)	Contactos com a Aprovisionamento da SEAPRI sobre a compra dos produtos químicos	Total de 108 sacos de produtos químicos com a marca Borax e 152 sacos da marca Boric 152 para o tratamento das tábuas e garantir a qualidade do produto.	Realização de compras de 108 sacos de Borax e 152 sacos de Boric para tratamento de produtos químicos para garantir a qualidade de Splits/Ripas na quantidade total de 268.000 unidades.	A quantidade dos químicos é utilizada para tratamento do bambu	Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Capacitação dos Recursos Humanos/ Seminário					
Elevar conhecimentos dos Recursos Humanos na área de carpintaria	Preparação de Contratos com a Companhia PIKA e envio de 4 pessoas técnicas para seguir o curso de treinamento sobre a carpintaria em Semarang.	A equipa do CBTL já teve participantes no treinamento que adquiriram grandes conhecimentos sobre a construção de mobílias segundo os desenhos e encomendas.	Para esta atividade de treinamento são enviados 50% dos participantes em cada semestre; isto é, 2 pessoas por cada semestre.	Depois do treinamento, com a experiência e novas habilidades adquiridas regressam ao CBTL para aplicar na prática a feita da produção mobiliária de bambu com mais qualidade.	Sector de Boa Governação e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI

Participação no cultivo de Bambu, Processamento e Utilização	Envio de 4 pessoas para participarem na China num treinamento sobre ""Bambo Cultivation, Processing, & Utilization"	Contacto com a "China National Bamboo Research Centre-CBRC" e Embaixada da China em Díli.	As 4 pessoas da equipa técnica do CBTL treinados com grandes conhecimentos desde o cultivo do bambu até à sua utilização.	Apoio do Governo da China na aquisição dos bilhetes de avião, estadia e transporte durante o treinamento e o Governo de Timor-Leste no apoio de MOP aos participantes.	Sector de Boa Governação e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Participação no Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento do Bambu	Participação neste evento pelo Diretor Executivo e 1 staff técnico na Província de Zhejiang-China.	Contacto com a "China National Bamboo Research Centre-CBRC" e a Embaixada da China em Díli	Aquisição de novos conhecimentos pelo Diretor Executivo sobre o progresso de desenvolvimento de bambu noutras nações e assim desenvolver a plantação e utilização do bambu em Timor-Leste.	Apoio do Governo da China na aquisição dos bilhetes de avião, estadia e transporte durante o treinamento e o Governo de Timor-Leste no apoio de MOP aos participantes.	Sector de Boa Governação e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI.
Treinamento sobre "Handicrafts and Curving, Curving Letters Training and its Finishing" em Jepara-Java Central	Fazer contactos e contrato com a Companhia Artfurniture em Jepara-Indonesias e envio de 2 pessoas para participarem no treinamento sobre artesanato e escultura.	Realização do contrato com a companhia e envio de 2 pessoas técnicas do CBTL para Jepara.	As 2 pessoas participantes do treinamento adquiriram conhecimentos sobre os serviços de produção de artesanato e como trabalhar com a escultura.	Caso seja possível, esta atividade deveria ter o apoio da Organização do Secretariado da Comunidade Pacífica-SPCs.	Sector de Boa Governação e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI.
Treinamento sobre Artesanato para os Grupos Comunitários já estabelecidos	Convite aos 2 treinadores (1 mulher e 1 homem) da Fundação Bambu da Índia.	Realizar o contrato ao treinador e MOP, bilhetes de avião.	Os grupos comunitários já treinados possuem conhecimentos sobre a utilização do bambu para fazer artesanatos e assim poder aumentar as suas receitas. (Baucau, Aileu, Ermera, Liquiçá & Manatuto)	Caso possível, esta atividade deveria ter o apoio da Organização do Secretariado da Comunidade Pacífica-SPCs	Sector de Boa Governação e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Extensão de plantação de Bambu (Betun & Betar) ou 60,000 pés de bambu em cada 5 anos pela comunidade					
Aumento de mudas de Bambu através de viveiros de bambu (Betun & Betar)	Preparação de viveiros nos locais como: Estado, Humboe, Guico, Salao, Aileu & Venilale	São preparadas 21000 mudas de bambu para serem plantados.	No primeiro trimestre são preparado os viveiros de bambu nas localidades: Estado 4000, Humboe 3000, Guico 4000, Salao 3000 , Aileu 4000 & Venilale 3000	Caso possível, esta atividade deveria ter o apoio da Organização do Secretariado da Comunidade Pacífica-SPCs	Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
			No 4.º Trimestre de 2015 vão ser plantadas 21000 mudas de bambu.		
Cerimónia da Plantação das 2100 em 6 localidades (Estado, Humboe, Guico, Salao, Aileu & Venilale)	Contacto com a comunidade sobre as áreas de plantação e preparação da cerimónia da plantação de bambu, bem como a atribuição de subsídios para a comunidade que está a preparar e plantar as mudas de bambu.	Preparação para a cerimonia da plantação das mudas de bambu e atribuição de subsídios de \$ 0.80 cêntimos/ polly bag para a comunidade que prepara e planta as mudas de bambu.	No 4.º Trimestre de 2015 as 21000 mudas de bambu já devem estar todas plantadas nos distrito onde estão a ser preparados os viveiros. A quantidade é suficiente para fornecer o Centro de Bambu e para outros objectivos como proteção ao ambiente e proteção à erosão.	A quantidade das mudas de bambu podem variar para mais ou menos, conforme as condições climáticas existentes.	Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Viagem local para apoiar os serviços à comunidade	Treinamento sobre a gestão de moitas para os agricultores de bambu e monitorização da plantação de bambu	Treinamento da Gestão de Moitas.	Agricultores em Aileu, Baucau, Ermera, Liquiçá & Manatuto, já treinados, com habilidades próprias para fazer boa manutenção e plantação de bambu.		Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Expansão ou transferência de tecnologia/Máquinas de processamento Preliminar para a comunidade para elevar a produção de ripas de bambu para tábuas de bambu.					
Transferência e instalação de máquinas de processamento preliminar em Baucau-Venilale, Salao-Manatuto, Aileu Villa e Fatukesi-Liquiçá	Compra da máquina de Corte Cruzado & Serra circular através do Aproveitamento da SEAPRI.	As respectivas comunidades das 4 áreas venderão os bambus para a fábrica do processamento preliminar para serem cortas antes de serem levadas ao Centro de Bambu de Tibar.	Por cada duas ou três semanas, são compradas ao CBNTL as ripas de bambus com o preço aproximado de US\$ 0.20 centavos/por ripa.	Caso possível, esta atividade deveria ter o apoio da Organização do Secretariado da Comunidade Pacífica-SPCs.	Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI

Manutenção & Reabilitação do Edifício do Centro de Bambu de Timor Leste					
Desenho do muro do Centro de Bambu em Tibar, estacionamento de viaturas de 4 rodas e motorizadas, 2 Toilete para staff e visitantes & um Jardim	Contrato com uma companhia, através de aprovisionamento, para elaborar o desenho.	Fazer contrato com uma companhia através de aprovisionamento para fazer o desenho	O desenho deve ficar totalmente pronto e completo para ser executado.		Sector de Infraestruturas +Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Construção do muro do Centro de Bambu em Tibar, estacionamento de viaturas de 4 rodas e motorizadas, 2 Toilete para staff e visitantes & um Jardim	Contrato com uma companhia, através de aprovisionamento, para elaborar o desenho.	Fazer contrato com uma companhia através de aprovisionamento para fazer o desenho	O projeto deve ser finalizado no início do 3.º Trimestre.	O CBTL fica mais seguro com o muro que o rodeia. Já há espaço para estacionamento de viatura e o ambiente em geral já apresenta um ambiente saudável e atrativo ao público e funcionários.	Sector de Infraestruturas +Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI
Garantia do rendimento sustentável para CBTL dos seus produtos mobiliários no Mercado					
Promoção dos produtos de bambu	Realizar atividades de promoção através da média escrita e electrónica (brochuras, jornal e televisão)	Promoção com os custos	Deve-se executar em cada Trimestre 25%, e a quantidade da venda dos produtos mobiliários se aumenta, aumentando assim os consumidores potenciais.		Sector Económico e Social+Responsável Centro de Bambu de Timor Leste-SEAPRI

Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade

Papel

A Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade (SEPI) é o órgão central do Governo encarregue de estabelecer, coordenar e avaliar as políticas definidas e aprovadas em Conselho de Ministros na área da promoção e da defesa da igualdade entre os géneros.

As principais actividades da Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade são as seguintes:

- Prestar apoio ao estabelecimento de políticas globais e sectoriais com incidência específica na promoção da igualdade e no fortalecimento do papel da mulher na sociedade;
- Desenvolver propostas, aconselhar e intervir de acordo com a lei em todas as áreas relacionadas com a promoção da igualdade, bem como estabelecer um mecanismo para a análise de legislação, políticas e programas do Governo em cada ministério ou instituição;
- Coordenar com outros ministérios no que diz respeito a actividades que apoiem a promoção da igualdade e o fortalecimento do papel da mulher;
- Desenvolver pareceres e prestar apoio a organizações de mulheres envolvidas na promoção e defesa da igualdade entre os géneros, e por conseguinte assegurar o estabelecimento de um mecanismo de consulta com a sociedade civil e com organizações nacionais e internacionais;
- Manter uma opinião pública informada e sensibilizar o público para questões relacionadas com a igualdade entre os géneros, direitos das mulheres, recursos para meios de comunicação social e publicação e disseminação de informações, bem como com outros meios considerados apropriados;
- Garantir a participação de instituições e ONG na implementação da política de igualdade entre os géneros e providenciar competências técnicas e certificados de qualidade para indivíduos e entidades / organizações que envolvam a promoção e a defesa da igualdade entre os géneros;
- Cooperar com outras organizações a nível local ou internacional e participar em grandes eventos internacionais relacionados com a promoção da igualdade entre os géneros e com a promoção da implementação a nível nacional.

Orçamento

A Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade tem um Orçamento de 2,306 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,550	2,606	2,306	2,399	2,495	2,594	2,698
Recorrentes	1,517	2,545	2,213	2,302	2,394	2,489	2,589
Salários e Vencimentos	234	277	375	390	406	422	439
Bens e Serviços	1,103	1,268	1,088	1,132	1,177	1,224	1,273
Transferências Públicas	181	1,000	750	780	811	844	877
Capital	33	61	93	97	101	105	109
Capital Minor	33	61	93	97	101	105	109
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,550	2,606	2,306	2,399	2,495	2,594	2,698
Recorrentes	1,517	2,545	2,213	2,302	2,394	2,489	2,589
Capital	33	61	93	97	101	105	109

Perfil dos Funcionários

A Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 155 pessoas, composto por 38 funcionários permanentes, 23 cargos de direcção e chefia e 2 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 92 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

Plano Anual da Secretária de Estado para a Promoção da Igualdade Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
A população mais vulnerável em Timor-Leste apoiada e podem preencher o seu potencial através da Abordagem Integrada de Género.					
Desenvolvimento de capacitação institucional.	Reforço na capacitação dos recursos humanos em áreas técnicas de apoio ao fluir eficiente de todas as atividades na área de abordagem integrada de género.	Recrutamento de novos funcionários para gab. Inspeção e Auditoria, DNAF, DNPDG, Direção Nacional da Proteção da Família(DNPF) , Direção Nacional para a Cooperação Internacional(DNCI) e Gabinete de Apoio Jurídico – 20 pessoas baseando na Lei Organica da SEPI e respetivos graus.	20 funcionários recrutados no segundo trimestre: Grau B = 6 (M 3;H 3) Grau C = 4 (M 2 ;H 2) Grau D = 10 (M 7, H3)		DNAF (Rec.Humanos) em coordenação com a Comissão da Função Pública (CFP).
		Recrutamento de 1 assessora para a DNAF.	Assesora recrutada no II trimestre para suportar DNAF.	O sistema das Finanças e Dep de Recursos Humanos estão cada vez mais complexos pelo que é inevitável o contrato de um/assessor/a	DNAF
	Capacitação dos Recursos Humanos	10 Funcionários da SEPI participam no curso de Gestão e Liderança na Indonésia (UGM e UI) e em Dili (INAP).	10 Funcionários da (H,M) tem conhecimento sobre a gestão e liderança.	FDCH	DNAF, DNPDG em coordenação com o FDCH
		1 Técnico Superior (Diretor/a Geral) frequenta o curso de Técnicas de Gestão Administrativa e Recursos Humanos em Portugal (Instituto Nacional da Administração –INA) e simultaneamente, desenvolve contactos junto do Secretariado Executivo da CPLP para preparação da Reunião das Ministas de Igualdade de Género a realizar em Dili, em 2016 (duração de 1 mês)	Aumento de habilidade, conhecimentos e experiências do/da Diretor/a Geral na gestão institucional. Visões claras para a preparação da reunião da CPLP.	FDCH	Gab.DG + Recursos Humanos
		2 Funcionários da SEPI frequentam o curso da Língua Portuguesa em Portugal.	2 funcionários aptos na comunicação e escrita em Português.	FDCH.	DNAF, DNPDG em coordenação com FDCH.
		4 Funcionários da SEPI participam no curso de Inglês (Home stay) na Austrália.	Funcionários da SEPI aptos na escrita e conversação em língua inglesa. (2 meses, M:2, H:2)	FDCH	DNAF, DNPDG em coordenação com o FDCH
		4 Funcionários frequentam o curso de fotografia e o programa “Lightingroom”, Dili, Timor-Leste, 1 semana.	4 funcionários da SEPI (M:2,H:2) tem conhecimentos sobre as técnicas fotográficas e podem produzir materiais informativos na SEPI com maior qualidade.	FDCH	DNAF, DNPDG em coordenação com o FDCH
		2 funcionários frequentam o curso de Result Base Managemnt (RBM) em Dili, Timor-Leste e Yogyakarta, Indonesia, 1 semana.	Conhecimentos de 2 funcionários (H:1;M:1) na área de Monitorização	Com o apoio da UN WOMEN FDCH	DNAF, DNPDG em coordenação com o FDCH
		Frequência de 1 funcionária no curso de bibliotecária na Indonésia.	1 funcionária capacitada na área de base de dados e pode aplicar na Biblioteca da SEPI.	FDCH. SEPI é frequentemente procurada pelos estudantes e organizações da Sociedade Civil para aquisição de dados sobre o género, Orçamento sensível ao género, VD, VBG, etc.	DNAF, DNPDG em coordenação com o FDCH
		Continuação de bolsa de estudos para Mestrado (iniciado em 2014), 2 pessoas na Universidade Indonésia (UI) e mais 1 funcionário/a para Mestrado	SEPI dispõe de recursos adequados na área de género e gestão (M:2;H:1) para a implementação das funções na SEPI.	FDCH	DNAF em coordenação com o FDCH.

		na área de Gestão a iniciar em 2015.			
		Formação na área de gestão, administração pública, recursos Humanos, financeiro e aprovisionamento na Indonésia e Timor-Leste.	5 novos funcionários da DNAF recebem formação sobre gestão financeira.	FDCH	DNAF + FDCH
		Formação na área de informação e Tecnologia (IT – <i>Microtic and Network aministratation</i>)	2 Funcionários (H;M) recebem formação na área.	FDCH	DNAF +FDCH
		Desenvolver os contatos com os centros de formação da Indonésia e esboço do plano/programa para a formação de funcionários do Gab.da Inspeção e Auditoria.	1 Funcionário/a recebe a formação na área de Auditoria financeira na Indonésia e pode aplicar no seu trabalho quotidiano 2 Funcionários (1 homem, 1 mulher) participam na formação organizada pelo Gabinete do Inspetor Geral do Estado e aptos para desenvolver as suas funções com eficácia e eficiência.	FDCH Em 2014, nenhum funcionário/a do Gabinete inclusive a Inspetora beneficiou de qualquer formação na área devido a falta de orçamento.	Sector Social/Gab.da Inspeção e Auditoria
		Em coordenação com o Dep. de Recursos Humanos, desenvolver contactos com INAP e/ou centros de formações para os cursos de Inglês e Português aos funcionários.	5 funcionários/as do Gabinete da I&A frequentam com sucesso os cursos de Português e Inglês em Timor-Leste.	FDCH É importante que o Gabinete de Inspeção e Auditoria possa dominar minimamente o Português e o Inglês, para poder desempenhar as suas funções com rigor.	Sector Social/Gabinete de Inspeção e e Auditoria.
		Frequência no curso de reciclagem/requalificação na área de procedimentos de auditoria administrativa e patrimonial na Direção de Auditoria e Inspeção da Secretaria Geral a Presidência do Conselho de Ministros (SG-PCM) em Portugal.	A Inspetora e Auditora frequenta o curso de reciclagem/requalificação com a duração de 1 mês (30 dias) sobre os conhecimentos adquiridos na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal em 2013 e pode traduzir as boas práticas adaptando-as ao contexto real de Timor-Leste (SEPI).	FDCH A formação contínua e atualização de informações são necessárias para a prestação dos serviços com maior credibilidade e sustentabilidade.	Sector Social/Gab.Inspeção e Auditoria
	Assegurar boa comunicação entre superiores hierárquicos e funcionários da SEPI	Supervisionar as Direções Nacionais no exercício das suas funções de acordo com o estabelecido no PAA 2015.	Até o final do ano financeiro de 2015 SEPI pode implementar 100% das suas atividades traçadas no PAA		Sector Social/DG e Dep.Rec. Humanos
		Criação de 2 dísticos para o Gabinete do DG sobre : “Código Ética da Função Pública” e “Compromisso de Dili”.	2 Dísticos disponíveis no Gabinete do DG que servirão como instrumentos orientadores.		DG e Media
	Assegurar uma Governação efetiva, eficiente e económica na SEPI.	Disseminação de informação sobre as regras financeiras aos funcionários da SEPI.	Os funcionários da SEPI recebem informações adequadas sobre o OGE-2015.		DNAF em coordenação com o MdF.
		Workshop para a preparação do Plano de Ação Annual (PAA).	PAA preparado e aplicado no seu devido tempo.		DNAF
		Retiro anual da SEPI 2015	Os funcionários identificam as dificuldades e desafios durante o ano financeiro.		DNAF
		Realização de auditorias aos grupos de mulheres nos 13 distritos assim como às ONGs que receberam financiamento através do fundo das Transferências Públicas alocado na SEPI.	Pelo menos 48 grupos nos 13 distritos e todas as ONGs beneficiárias das Transferências Públicas são auditadas financeiramente e apresentam um resultado satisfatório (unqualified report).	SEPI desde 2008 tem vindo a ajudar financeiramente muitos grupos de mulheres e, em 2014, também às ONGs e organizações da sociedade civil que trabalham na área de género através do Fundo de Transferências Públicas.	Sector Social/Gabinete de Inspeção e Auditoria e Dep. de Monitorização e Avaliação.
		Realização de auditoria às ONGs que recebem apoio	Os Relatórios financeiros de 5 ONGs são	Através do Memorando de	Sector Social/Gabinete de

		financeiro dos Doadores através da SEPI.	auditadas e SEPI pode assegurar a sua credibilidade e confiança perante os doadores.	Entendimento, entre SEPI e FNUAP, algumas ONGs que trabalham na área de violência baseada no género, violência doméstica e PAN receberam apoio financeiro da SEPI.	Inspeção e Auditoria.
		Realização de inspeções improvisadas aos Pontos Focais da SEPI nos distritos	Pelo menos 4 Pontos Focais dos distritos são inspecionados sem pré-aviso e SEPI pode avaliar o comportamento integral dos seus Pontos Focais enquanto funcionários públicos.		Sector Social/Gabinete de Inspeção e Auditoria.
		Desenvolvimento do Manual de Procedimentos de Inspeção e Auditoria Interna.	Existência de um Manual de Procedimentos de Inspeção e Auditoria interna atualizado.		Sector Social/Gabinete de Inspeção e Auditoria
		Disseminação de informação sobre a função pública aos funcionários da SEPI	Todos os funcionários recebem informações necessárias e atualizadas sobre a função pública.		DNAF
	O Manual de Procedimentos de Inspeção e Auditoria Interna é disseminado a todos os funcionários da SEPI e estes podem aceitá-lo como um dos instrumentos legais reguladores da SEPI.	Realização de workshop de um dia sobre os Procedimentos de Inspeção e Auditoria interna aos funcionários da SEPI inclusive os 13 Pontos Focais da SEPI.	97% dos funcionários da SEPI participam no workshop e podem beneficiar de conhecimentos profundos sobre o papel de inspeção e auditoria interna.		Sector Social/Gabinete de Inspeção e Auditoria
Suportar as Intuições do Governo e as agências do Estado para Promover a Igualdade entre Mulheres e Homens	Promover a formulação e aprovação de políticas e legislação sob a perspectiva de género e refletem também a CEDAW e restantes Tratados internacionais.	Análise e identificação de lacunas nas políticas e legislações nacionais sob a perspectiva de género e CEDAW para apoiar o Conselho de Ministros e o Parlamento Nacional.	As políticas e leis produzidas pelo Governo em 2015 são já sensíveis ao género.		Apoio jurídico e DNCI
		Realização de encontros semestrais com GMPTL para influencias políticas, leis e orçamento que beneficiam as mulheres e homens.	Existência de boa coordenação entre SEPI e GMPTL e podem sensibilizar as políticas, leis e orçamento.		Apoio jurídico e DNPF
		Realização de Consultas com peritos nacionais e estrangeiros para a formulação de políticas para a proteção de famílias.	SEPI dispõe de informações claras e úteis para a adoção na formulação de políticas para a proteção de famílias em Timor-Leste.		DNPROFAM, DNCI e Gabinete da SEPI
		Formular e elaborar o esboço de políticas para a proteção dos direitos da família.	-Existência de 4 encontros com os ministérios chave como MSS, MJ, ME e a Comissão dos Direitos das Crianças. -Realização de 2 workshops com o grupo de trabalho para políticas sobre os direitos da família para a elaboração do esboço para a proteção da família. -2 consultas realizadas; -Existência do esboço para a proteção da família.	Cooperação com MSS, MJ no ME	DNPROFAM e Gab.Apoio Jurídico.
	Fortalecer a implementação de abordagem integrada de género a nível nacional e distrital..	Prestar assistência e facilitar formações aos GTG N e GTGD sobre a abordagem integrada de género e orçamento Sensível ao Género (Checklist para PAA, Comissão de Revisão do Orçamento e Gender Awards).	GTGN e GTGD tem bons conhecimentos para assegurar a implementação de abordagem integrada de género a nível nacional e distrital através de programas, políticas e legislações.		DNPDG
		Reuniões trimestrais com GTG inter-ministeriais e GTG inter-distritais.	Estabelecimento de coordenação e comunicação através da política de abordagem integrada de género a nível		DNPDG

			nacional e distrital.		
		Apoio ao GTGD para o desenvolvimento do Plano de Ação do distrito.	GTGD tem o Plano de Ação e orçamento para implementar.		DNPDPG
		Implementação do Plano de Ação distrital e disseminação do papel e responsabilidades do GTG à comunidade nos distritos.	A Comunidades tem conhecimento da existência dos GTG nos 13 distritos.	Com o apoio técnico da UN-Women.	DNPDPG
		Facilitação do estudo comparativo aos GTGN e GTGD a nível nacional e no estrangeiro.	Aumento de conhecimento dos GTG para melhor implementarem a abordagem integrada de género a nível nacional e distrital.	FDCH	DNAF,DNPDPG FDCH
		Capacitação sobre gestão e género aos 13 Pontos Focais da SEPI para apoiarem os GTGD no desenvolvimento e implementação dos Planos de Ação de Género distritais de 2015.	13 Pontos Focais da SEPI têm capacidade para implementar o plano com eficácia e eficiência.		DNPDPG
		Apoiar os GTGD na realização de encontros inter-distritais trimestralmente.	Fortificar a coordenação dos GTGD nos distritos.		DNPDPG e Pontos Focais da SEPI nos 13 distritos.
	Pesquisa, Monitorização e avaliação para a implementação da Abordagem integrada de género (AIG), PAN sobre a violência baseada no género e Fundos de Transferência Pública.	Apoio a mulheres potenciais nos 13 distritos.	Associação de Mulheres nos 13 distritos beneficiam de apoio e formação da SEPI e ministérios chave.	SEPI, UN Women no PyD	DNPDPG, DNPROFAM e Pontos Focais da SEPI nos 13 distritos.
		Recolha de dados sobre a AIG nas linhas ministeriais e dados sobre violência doméstica para atualização de dados.	Existência de dados completos para fornecer à outras instituições que procuram.		Responsavel DNPDPG
		Monitorização à implementação da AIG aos GTGN e GTGD e produção do relatório.	Existência do Relatório sobre a implementação da AIG a nível nacional e distrital; Publicação do relatório.	Com o apoio da UN Women	Responsavel DNPDPG
		Monitorização a implementação dos fundos de transferência pública pelos grupos de mulheres nas áreas rurais e ONGs.	Identificar os progressos e obstáculos encarados pelos beneficiários; Publicação do Relatório sobre as Transferências Públicas.		Responsavel DNPDPG
		Monitorização à implementação do PAN sobre a violência baseada no género e avaliação final à sua implementação no decurso dos 3 anos.	Relatório anual do PAN e o relatório dos 3 anos produzidos.	Com o apoio do FNUAP e UN Women	Responsavel DNPDPG e Entidades de coordenação do PAN
	Assegurar a participação da Mulher e Promover a Paz e Segurança	Apoiar a SES na implementação, disseminação e coordenação assim como monitorização ao PAN, Res.1325, Mulher, Paz e Segurança nos 4 pilares. Trabalhar em parceria e prestação de apoio à organizações da sociedade civil que trabalham na área de promoção das mulheres a nível nacional e distrital.	SEPI membro do Steering Comité à Res.1325, PF-SEPI 4 encontros com os parceiros para elevar os conhecimentos na área de “Mulher, Paz e Segurança”.	Com o apoio da UN Women	DNPROFAM
	Assegurar a continuação da implementação do PAN sobre VBG e LCVD, promoção dos direitos da família.	Realizar a coordenação da rede referral aos prestadores de serviços que prestam apoio às vítimas de violência baseada no género.	4 encontros da rede referral realizados para prestação de apoio às vítimas de violência baseada no género.	SEPI+UNFPA	DNPROFAM
		Elaborar o esboço para o protocolo do SOP (Standard Operational Procedures) para apoio integrado de VBG.	Existência do SOP entre a SEPI + MS + MSS +MJ +SES e outras instituições que trabalham na área. 5 encontros realizados sobre a matéria.		SEPI + MSS
		Visita de estudo comparativo na Tailândia e Indonésia sobre a implementação do SOP, durante 1 semana.	4 funcionários (H:2, M:2) beneficiam de novas experiências sobre SOP e podem aplicá-las em Timor-Leste		DNPROFAM.

		Revisão do PAN e desenho do Plano para 3-5 anos (2016-2018) do PAN.	Reuniões e consultas duas vezes para discutir sobre a revisão do PAN. Formulação do novo PAN para 3 anos (2016-2018)	SEPI, UNFPA	Dirasaun NasionalProtesaunFamília, SEPI. DNPROFAM
		Providenciar apoio para a realização de campanha para a proteção da Família e promover a participação de jovens rapazes e raparigas na vida familiar.	Uma campanha para a proteção da família realizada.		SEPI
	Assegurar a preparação da apresentação do Relatório da CEDAW e a implementação da recomendação em todos os sectores.	Preparação da delegação de Timor-Leste para apresentação do relatório Periódico (II e III) da CEDAW nas Nações Unidas.	A delegação de Timor-Leste preparada através do Mock Session e pronta para apresentar o relatório.	Em cooperação com a UN WOMEN	DNCI, GTG ministerial.
		Produção e disseminação das Recomendações da CEDAW às linhas ministeriais e a sociedade civil para garantir a sua implementação.	As linhas ministeriais e a sociedade civil tem conhecimentos e prontas para implementar as recomendações finais do Comité da CEDAW.	Em cooperação com a UN WOMEN	Responsavel DNCI
	Desenvolver uma cooperação entre a SEPI e os Parceiros internacionais. Assegurar a participação da SEPI sobre o assunto do Género á nível bilateral, multilateral e Internacional	Fazer a coordenação para a implementação do Protocolo de Cooperação (MoU) estabelecido entre a SEPI e as Instituições estrangeiras	Os Protocolos de Cooperação (MoU) estabelecidos e são aplicados atempadamente.	Secretaria de Estado da Igualdade de Portugal Ministério das Mulheres e Crianças da Indonésia, Universidade Gajah Madah, UNTL, PyD e Ausaid.	Responsavel DNCI no Apoio Juridico
		Estabelecer o Memorando de Entendimento(MOU) com a Universidade Indonésia (UI) e o Ministério do Assunto de Género da Austrália.	Legalização de cooperação com UI, Indonésia e Austrália.	Trabalho em parceria com o MNEC	Responsavel DNCI e Apoio Juridico
		Continuar a desenvolver os acordos anuais e planos de trabalho com os parceiros internacionais que suportam os programas de género em Timor-Leste.	SEPI e os seus parceiros (UN-WOMEN, FNUAP, AUSAID) podem implementar os programas em sintonia com os acordos e planos estabelecidos.	Trabalho em parceria com UN-Women, FNUAP e Ausaid.	Responsavel DNCI e Apoio juridico
		Participação no encontro bilateral na Indonésia dirigido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.	O Ponto Focal da SEPI sobre o assunto, participa no encontro 2 vezes em Timor-Leste e 2 vezes na Indonésia.	Trabalho em parceria com MNEC	Responsavel DNCI
		Participação no encontro da CPLP.	2 Pontos Focais da SEPI participam nesse encontro.	Trabalho em parceria com MNEC	Responsavel DNCI
		Participação no CSW.	A Secretária de Estado, 1 Assessor, 1 Técnico e dois Jornalistas participam no encontro em Nova York.	Trabalho em parceria com MNEC	DNCI
		Participação no encontro da ASEAN sobre Igualdade do género	A Secretária de Estado, 2 Técnicos e 2 Jornalistas participam neste encontro .	Trabalho em parceria com MNEC	DNCI
	Elevar o nível de conhecimento sobre género, CEDAW, VBG e LCVD por parte do público em geral a nível central e local.	Sensibilização da população em geral quanto à implementação da LCVD e a VBG	Os Pontos Focais da SEPI disseminam informações sobre LCVD e VBG às comunidades nos 13 distritos.		Responsavel DNPDPG
		Coordenação da Campanha dos 16 Dias e Ativismo contra a Violência contra as Mulheres nos 13 distritos. Preparação das Mulheres potenciais para a Liderança. Preparação de estudantes/cidadãos que promovem a igualdade de género como voluntários para as eleições dos sucos. Celebração do Dia Nacional da Mulher e Dia Internacional da Mulher Rural. Coordenar com o Ministério da Educação para proteger as crianças vítimas de violência baseada no género para poderem regressar às escolas.	1300 pessoas (PNTL,FFDTL professores, chefes de sucos, estudantes, conselhos de sucos, mulheres potenciais) nos 13 distritos tem conhecimentos sobre LCVD, VBG ; Número de Mulheres preparadas para a eleição de sucos Número de estudantes e cidadãos participam como voluntários nas eleições de sucos. 500 pessoas tem conhecimentos sobre o Dia nacional e internacional da mulher. Número de vítimas e seus filhos tem acesso às escolas.	SEPI, UNFPA UN WOMAN SEPI em coordenação com o Ministério de Educação	DNPROFAM

		Fazer advocacia aos defensores públicos para proteger os direitos das famílias.	Vítimas abandonadas recebem proteção através da Lei.		
		Formações sobre VBG, LCVD, Res.1325 FPS e CEDAW aos Grupos de Trabalho de Género inter-ministerial e distrital, PNTL, F.FDTL, CJF, Anger management aos prisioneiros, comunidade inclusive estudantes a nível unniversitário, TOT e colaboração na elaboração do Manual de formação sobre AIG e orçamento sensível ao género.	GTG-inter-ministerial e distrital dotados de habilidades para desempenharem o papel de “Formador”. Novos cadetes da PNTL e F-FDTL recebem formações na área referida; Os advogados no Centro de Formação Jurídica recebem formação e dotam de profundos conhecimentos na área de LCVD, VBG, CEDAW, Res.1325.	SEPI, FNUAP e UN WOMAN	SEPI.DNPROFAM, SEPI
		Formação sobre Controle de emoções (Anger Management) aos prisioneiros em Becora, Dili e Gleno	50 prisioneiros frequentam a formação e capazes para a mudança de comportamentos.	Apoio de FNUAP	DNPF
		Estabelecer a cooperação com INAP para integrar AIG, CEDAW, LCVD e OSG nos currículos.	Adoção pelo INAP das matérias referidas.		DNPDG, DNPROFAM
	Elevar o conhecimento do público sobre as atividades da SEPI e sobre a Abordagem Integrada de Género em particular	Publicação da Revista da SEPI “Lian Igualdade”.	4 Publicações trimestralmente.		DNPDG
		Produção de brochuras sobre dados estatísticos de VBG, profile dos Pontos Focais da SEPI nos 13 distritos e temáticas para CPLP inclusive progressos da SEPI em 2015.	3000 Brochuras publicadas em 2015.		DNPDG
		Produção de 6 posters com diferentes tópicos.	1500 posters publicados		DNPDG
		Produção de 6 Billboards.	6 biilboards publicados		DNPDG
		Realização de <i>Talk show</i> ina TVTL trimestralmente.	4 Talkshow na TVTL		DNPDG
		Publicações ou mensagens nos dias celebrativos nacionais.	Mensagens da SEPI publicadas nos Jornais.		DNPDG
		Realização de encontros semestrais com Media Nacional.	As publicações dos Media a nível nacional refletem género.		DNPDG
		Realizar a Apreciação do Género às instituições e indivíduos que dedicaram empenho na área de igualdade de género.	10 ministérios e/ou Secretarias de Estado e 26 indivíduos dos 13 distritos nomeados para o prémio “Apreciação do Género de 2015”.		DNPDG
		Produção de materiais em Português sobre VBG, VD e igualdade de género para a disseminação na Reunião dos responsáveis da Igualdade de Género da CPLP a realizar em Dili em 2016.	Pelo menos três brochuras com 3 temas diferentes disponíveis.		Gab. DG e Dep.de Comunicação Estratégica
Promover o empoderamento económico das mulheres.	Assegurar a sustentabilidade económica dos negócios dos grupos de mulheres beneficiários de apoio financeiro (através do programa de fundos de Transferências Públicas) para a promoção do auto-emprego e redução da pobreza.	Coordenação com os ministérios chave para o desenvolvimento de políticas estratégicas para o empoderamento económico das mulheres.	Estabelecidas as linhas de coordenação entre os ministérios chave para a capacitação económica das mulheres.		Sector Económico/SEPSEAPRI (IADE), SEPFOPE, MCIA, MAP
		Continuação de cooperação com a equipa do Ministério das Mulheres e Crianças da Indonésia para a formação dos grupos de mulheres a fim de elevar as suas capacidades na área de economia e gestão financeira.	Pelo menos 4 grupos de mulheres são dotados de habilidades para gerir os seus negócios e mão-de-obra com criatividade e qualidade.	SEPI em parceria com o Ministério das Mulheres e Crianças da Indonésia. Fundos de transferência pública.	DNPROFAM, DNAF

		Continuação de apoio aos pequenos grupos (de mulheres e homens) que desenvolvem as atividades económicas que produzem rendimentos às suas famílias.	Pelo menos 40 grupos novos beneficiários do fundo de transferências públicas.	SEPI em cooperação com SEAPRI (IADE), SEPFOPE, MCIA, MAP Fundos de Transferência Pública.	DNPROFAM
		Continuação de apoio aos grupos de mulheres e mulheres vulneráveis através das ONGs Nacionais que estabeleceram acordos com a SEPI na área de “Mulher na Economia” e redução de violência baseada no género.	Os grupos de mulheres e mulheres vulneráveis recebem apoio para a melhoria das suas condições de vida.	SEPI em parceria com ONGs nacionais e Distritais. Transferência Pública	DNPROFAM, DNPDPG, DNAF
		Identificação de mulheres empresárias estabelecidas podendo servir de role models a outras mulheres da CPLP, bem como animadoras das redes, procurando o estabelecimento de parcerias empresariais de cooperação entre empresárias da CPLP.	Pelo menos, 6 mulheres empresárias identificadas e podem iniciar troca de experiências e disseminar boas práticas sobre a promoção de autonomia económica com estados membros da CPLP.	Em colaboração com SEAPRI	DNPROFAM DNPDPG
		Continuação de apoio ao Centro de Estudo de Género da UNTL para a realização de pesquisas que favorecem o desenvolvimento das economias das famílias e género em geral.	Lançamento do Resultado da Pesquisa e sua utilização para o apoio ao desenvolvimento económico das famílias.	SEPI em parceria com o Centro de Estudo de Género da UNTL. Transferência Pública	DNPROFAM, DNPDPG

Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto

Papel

A Secretaria de Estado da Juventude e Desporto (SEJD) é a agência central do Governo encarregue de estabelecer, executar e avaliar políticas definidas em Conselho de Ministros, bem como de aprovar a promoção do bem-estar e o desenvolvimento da juventude, da educação física e do desporto.

De modo a cumprir a sua missão, a SEJD tem as seguintes competências fundamentais:

- Propor ao Governo as orientações gerais para a SEJD e estabelecer normas e procedimentos a respeito de projectos com relevância para as áreas da Juventude e do Desporto;
- Garantir a implementação e a execução do quadro legal e regular as actividades relacionadas com a Juventude e o Desporto;
- Em colaboração com outras entidades relevantes, promover actividades dirigidas aos jovens, sobretudo nas áreas do desporto, das artes e da cultura;
- Estabelecer, colaborar e coordenar mecanismos com outras entidades governamentais e com organizações da sociedade civil que trabalhem em áreas relacionadas ou semelhantes à implementação da política nacional para a juventude;
- Estabelecer um mecanismo de colaboração com organizações da sociedade civil que trabalhem nas áreas da juventude e do desporto, tanto a nível nacional como internacional, a fim de promover intercâmbios culturais;
- Criar um mecanismo de apoio e financiamento para projectos relacionados com os jovens;
- Implementar outras funções na área da missão da SEJD;
- Implementar outras funções conforme exigido por lei.

Orçamento

A Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto tem um Orçamento de 8,667 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	4,384	8,459	8,667	9,014	9,374	9,749	10,140
Recorrentes	4,285	8,430	8,016	8,337	8,670	9,017	9,378
Salários e Vencimentos	419	472	488	505	528	547	589
Bens e Serviços	1,400	1,431	1,030	1,071	1,114	1,159	1,205
Transferências Públicas	2,467	6,527	6,500	6,760	7,030	7,312	7,604
Capital	99	29	651	677	704	732	762
Capital Minor	99	29	58	58	61	63	66
Capital Desenvolvimento	-	-	595	619	644	669	696
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	4,384	8,459	8,667	9,014	9,374	9,749	10,140
Recorrentes	4,285	8,430	8,016	8,337	8,670	9,017	9,378
Capital	99	29	651	677	704	732	762

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 130 pessoas, composto por 77 funcionários permanentes e 37 cargos de

direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 16 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

SECRETARIA DE ESTADO JOVENTUDE E DESPORTO (SEJD)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	11	12	23	19	8	27	13	7	20	2	1	3	49	28
Escala 1o	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	6	8	14	12	2	14	6	3	9	-	1	1	25	14
Escala 2o	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3	1	-	1	6	5	11	7	4	11	2	-	2	19	9
Escala 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	8	1	1	2	-	-	-	-	-	-	5	5	
Escala 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escala 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Agente da Administrasau Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total forza de trabalho actuais	1	-	1	9	-	9	10	1	11	22	18	40	22	8	30	13	7	20	2	1	3	79	35	
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Quadro Pessoal	-	-	1	-	-	9	-	-	11	-	-	40	-	-	30	-	-	20	-	-	3	-	114	
Mapa Pessoal 2016	-	-	2	-	-	2	-	-	2	-	-	2	-	-	6	-	-	2	-	-	-	-	16	
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	2	-	-	2	-	-	2	-	-	2	-	-	6	-	-	2	-	-	-	-	16	
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcao e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Diretor Geral	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	
Inspector Geral	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	
Diretor Nacional	-	-	-	7	-	7	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	1	
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	5	-	5	11	3	14	1	-	1	-	-	-	-	-	-	17	3	
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	3	3	2	-	2	-	-	-	-	-	-	3	3	
Total Cargo de Direção e Chefia	1	-	1	9	-	9	6	1	7	11	6	17	3	-	3	-	-	-	-	-	-	30	7	

Plano Anual da Secretaria de Estado Juventude e Desporto Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Têm condições mínimas aos jovens para expressarem os seus talentos, promoverem a criatividade produtiva, melhoramento a qualidade da vida para contribuírem à estabilidade social.					
Organização da Juventude, Arte e Desporto (JAD) forte e independente (Eficaz, Eficiente, Responsabilidade).	Entidades da Organização Juventude, Arte e Desporto têm capacidades para gerirem a organização, programas / atividades e habilidade interpessoal.	Facilita o curso / formação às entidades da Organização JAD sobre a Gestão da Organização, a Gestão Financeira e o Planeamento.	Curso de formação realizado em diferentes sítios, cujos participantes (Min. 30% de mulheres) adquiriram conhecimentos; Gestão de organização: 31 participantes das organizações de juventude de 13 distritos; 84 pessoas das organizações desportivas de 13 Distritos; 21 pessoas das organizações de Artes; Gestão Financeira: 31 pessoas das organizações de Juventude de 13 Distritos; 84 participantes das organizações desportivas de 13 Distritos; 21 participantes das organizações de Artes; Método de Planeamento: 31 participantes das organizações de Juventude de 13 Distritos; 84 participantes das organizações desportivas de 13 Distritos; 21 participantes das organizações de Artes.		
		Realiza cursos/ formações às entidades da organização JAD a fim de desenvolver capacidades de empreendedorismo e gestão de negócios.	Curso de formação realizado em diferentes sítios, cujos participantes (Min. 30% de mulheres) adquiriram conhecimentos em <i>Gestão de Negócios</i> - 85 participantes das Organizações / grupo de Juventude de 3 Distritos; 21 participantes das Organizações / Grupos de Artes, de 3 Distritos; 74 participantes das Organizações / Grupos Desportivos de 13 Distritos.		
		Realiza curso/ formação às entidades da organização de JAD na área de informação, comunicação e tecnologia (ICT)	Curso de formação realizado em diferentes sítios, cujos participantes (Min. 30% de mulheres) adquiriram conhecimentos em: Sistema de redes, montagem (rakit) & Manutenção de 130 computadores das Organizações / Grupos de Juventude de 13 Distritos. Formação em Jornalismo básico a 130 participantes das Organizações / Grupos de Juventude de 13 Distritos, Formações realizadas em Baucau, Díli, Maubisse e Oe-Cusse.		
		Realiza o curso / formação às entidades de Organização de Juventude sobre as novas tecnologias (criatividade produtiva)	Cursos / formações realizadas nos Centros de Juventude de 3 Distritos como um projeto piloto com os participantes [Min. 30% Mulheres] que têm conhecimentos suficientes sobre: 30 participantes de Técnicos de Agrícolas Organizações / grupos de Juventude de 3 Distritos; 30 participantes de Técnicos pecuários das Organizações / grupos de juventude de 3 Distritos; 30 participantes de técnico de <i>Automotif</i> das Organizações / grupos de Juventude de 3 Distritos; 30 participantes de turismo / Arte das Organizações / grupo de Juventude de 3 Distritos; 30 participantes de Carpintaria das Organizações / grupo de Juventude de 3 Distritos.	A DNJ coordena e coopera com o sector estratégico do MAP, SEPOFE, MCIA e agência internacional de GIZ	
		Realiza cursos/formações às entidades da organização /grupo de arte a fim de promover a capacidade para produzirem produtos de artesanatos.	Formações realizadas em Díli - Organizações de Artes, no mínimo 8 participantes de 4 Distritos (2 pessoas por cada Distrito) adquirem habilidades para produzir produtos de artesanato: - 10 participantes de criatividade metal; - 10 participantes de Desenho ou de Pintura; - 10 participantes de escultura; - 10 participantes de Vídeos / filmes da Casa de Produção " <i>Production House</i> ".		
		Realiza cursos/formações às entidades da Organização Desportiva a fim de promover a sua capacidade profissional de acordo com a profissão de cada um.	Programa de capacitação de treinadores e árbitros do CDTL realizado - 14 participantes de Federações Desportivas: 6 Federações (Taekwondo, Basquetebol, Atletismo, Boxe, Voleibol e Ciclismo) para obter formação de Treinador; 8 Federações Badminton, Basquetebol, Futebol, karaté, Voleibol, Silat, Xadrez e Taekwondo] recebem formação de arbitragem		
	Apoio operacional à organização JAD para a gestão desta	Disponibilizar apoios e facilidades básicas às organizações da Juventude.	Fundos operacionais e / ou facilidades básicas foram disponibilizadas a organizações da Juventude:		

	organização		<ul style="list-style-type: none"> - Fundos Operacionais ao Centro de Juventude de 13 Distritos; - Fundos Operacionais ao Conselho Nacional de Juventude de Timor-Leste (CNJTL); - Fundos Operacionais à Cruz Vermelha de Timor-Leste (CVTL); - Fundos Operacionais à União Nacional de Escutismo de Timor-Leste (UNE-TL); - Fundos Operacionais à Foinça e Católica (FOSCA) de 3 Dioceses (Díli, Baucau e Maliana); - Fundos operacionais ao Comité de 12 de Novembro (Díli); - Computadores e mobiliário adquiridos para 4 Centros da Juventude em 4 Distritos (Ermera, Maliana, Manufahi, Oe-Cusse, Viqueque, Aileu e Liquiçá) para facilitar o acesso gratuito da juventude à internet. 		
		Disponibilizar apoios e facilidades básicas às organizações de artes	Apoios para as organizações de artes disponibilizados; Fundos Operacionais à Associação Nacional dos Artistas de Timor-Leste (ANATIL); Fundos operacionais à ALMAMOR.		
		Disponibilizar apoios e facilidades básicas às organizações desportivas	Fundos operacionais e / ou facilidades básicas desportivas suficientes para as organizações desportivas desenvolverem as suas actividades; Fornecimento de material desportivo às 52 escolas no território e às 5 Federações em Díli; Fundos Operacionais ao funcionamento de secretariado do CDTL; Fundos Operacionais à Escola de Futebol da Fundação de Real Madrid (EFRM) em Díli, Bobonaro, Manatuto e Aileu; Custo operacional ao centro de Treinamento de Futebol Juvenil (CFJ) em Díli, Bobonaro, Manatuto, Baucau, Lautem e Covalima.		
	Promoção da criatividade produtiva juvenil	Promover através de financiamento a criatividade produtiva juvenil.	3 participantes de organizações / grupos de juventude de 3 distritos (um por distrito) que já tinham recebido formação anteriormente, obterão fundos (<i>working capital</i>) suficientes para promover a criatividade produtiva e produção na área agrícola; Fundos disponibilizados para 3 organizações / grupos de Juventude de 3 distritos; Organizações / grupo de Juventude trabalharam na colheita e vendem os seus produtos; Centros de Juventude de 3 Distritos receberam apoios.		
			3 participantes de organizações / grupos de juventude de 3 distritos (um por distrito) que já tinham recebido formação anteriormente, obterão fundos (<i>working capital</i>) suficientes para promover a criatividade produtiva e produção na área pecuária; Fundos disponibilizados para 3 organizações / grupos de Juventude de 3 distritos; Organizações / grupo de Juventude vendem os seus produtos; Centros de Juventude de 3 Distritos receberam apoios para estabelecer cooperativas a fim de minimizar dependências económicas.		
			3 participantes de organizações / grupos de juventude de 3 distritos (um por distrito) que já tinham recebido formação anteriormente, obterão fundos (<i>working capital</i>) suficientes para promover a criatividade produtiva e criar rendimentos na área Automotif; Fundos para organização / grupo de Juventude distribuídos; Organizações / grupos de juventude estarão a trabalhar e obtêm rendimentos do seu trabalho.		
			3 participantes de organizações / grupos de juventude de 3 distritos (um por distrito) que já tinham recebido formação anteriormente, obterão fundos (<i>working capital</i>) suficientes para promover a criatividade produtiva e criar rendimentos na área do turismo; Fundos alocados para organizações / grupos de juventude; Organizações / grupos de juventude estarão a trabalhar e já obtêm rendimentos dos seus produtos / serviços.		
			Apoio de fundos para promover a criatividade produtiva juvenil na área da arte.		
			3 participantes de organizações / grupos de juventude de 3 distritos (um por distrito) que já tinham recebido formação anteriormente, obterão fundos (<i>working capital</i>) suficientes para promover a criatividade produtiva e estarão a produzir os seus produtos na área das artes; Fundos para organização / grupo de Juventude distribuídos; Organizações / grupos de juventude estarão a trabalhar e já obtêm rendimentos dos seus produtos / serviços.		
		Promover a criatividade produtiva	Mínimo de 3 participantes de 3 distritos promovem a criatividade produtiva e terão tido		

		juvenil na área da Tecnologia Informática.	rendimento na área da tecnologia; Fundos a organizações / grupos de juventude distribuídos;		
Existem eventos regulares para expressar o talento e promover a criatividade da Juventude	Existem infra-estruturas básicas para desenvolver o talento e a prestação de juventude.	Construção de campos de futebol com condições adequadas. Reabilitação de infraestruturas desportivas	4 campos de futebol nos distritos de Bobonaro, Ermera, Baucau e Manatuto (projeto de continuidade) com qualidade, de acordo com os requisitos apresentados. Já está identificado o terreno para fazer teste e finalizá-lo e / ou ajustando BoQ para a construção de novos campos de futebol em 4 distritos (Ainaro, Oe-Cusse, Liquiça e Viqueque; Aumento da construção do tribuna na parte Leste e Oeste do Estádio de Municipal de Díli com qualidade; Finaliza o processo de reabilitação do ginásio de Díli (muro, drenagem e o estacionamento) com qualidade segundo a especificação de requisitos apresentados.		
		Realizar a identificação do terreno, desenho e BoQ para os Centros Multiusos em Bobonaro e Baucau.	Identificação dos terrenos, desenhos e Bill of Quantity (BoQ) adequados para a construção dos Centros Multiuso nos distritos de Bobonaro e Baucau.		
		Construção do Centro de Acampamento Juvenil em Uamori, Viqueque, entre Ailie e Maubisse e Cailaco/Saburai de Bobonaro	Terreno definido, desenho e Bill of Quantity (BoQ) adequado para a construção de um Centro de Acampamento Juvenil em Waimori, Viqueque.		
		Construção do Escritório da SEJD	Bill of Quantity (BoQ) elaborado e desenho adequado para a construção do Escritório da SEJD.		
	Realização dos programas/atividades na área juvenil.	Realização e apoio a programas/atividades através de organizações da Juventude. - Parlamento Foin-Sa'e (PFN); - KRAM e Sub-KRAM nos 12 distritos (socialização na Lei No.10/2008, sobre Arte-Marcial nos 12 Distritos) Celebração dias da Juventude; Atividades de ICT e apoio publicações.	- Parlamento Foin-Sa'e (PFN), com 132 membros, apoiado: Promove a capacidade na área de liderança, meio ambiente, educação cívica, plano e gestão de organização, realiza-se no Distrito de Baucau; visita de estudo aos Distritos de Bobonaro, Viqueque e Oe-Cusse; Serviço comunitário nos 13 distritos; Realização de duas sessões Plenárias em Díli; funcionamento do Secretariado do PFN em Díli apoiado; - KRAM e Sub-KRAM nos 12 distritos apoiado; Programa de socialização na Lei No.10/2008, sobre Arte-Marcial realizado nos 12 Distritos; 6 membros de KRAM e Sub KRAM participam e têm conhecimentos na área do planeamento, monitorização e avaliação; Funcionamento do Secretariado do KRAM e Sub-KRAM apoiado; Dia Internacional de Juventude, 12 de Agosto, realizado no distrito de Oe-Cusse com 1000 participantes [30% de mulheres]; Dia Nacional de Juventude, 12 de Novembro, realizado em Díli com 26000 participantes (30% da Mulheres); Eventos juvenis apoiados no âmbito da comemoração dos 500 anos da entrada dos portugueses em Oe-Cusse, Timor-Leste; Atividade da competição de ICT em Díli apoiada - 50 participantes de jovens de 5 Universidades: UNTL, ITC, IOB, DIT e UNITAL (30% são mulheres); Equipamentos de jornal de parede disponibilizados e apoiados - nível da escola secundária nos 13 distritos com 650 participantes (30% são mulheres); Atividade de acampamento em Oe-Cusse apoiada, com 65 participantes /jovens de 13 distritos (30% são mulheres); Publicação de Jornal de Lian Foin-Sa'e em Díli apoiada – distribuição de mais de 60000 exemplares às escolas secundárias, universidades, instituições do governo, centros de juventude e público em geral; Atividades de Juventude Motivador em 6 distritos realizadas; Programação de rádio e filme de documentário nos 13 distritos financiada, e 4 pacotes para emissão na TVTL, um por semestre, apoiado;		

			Programa de Exposição da Tecnologia Informática em Díli apoiado e realizado – participação da Associação de IT e Departamento de IT, no mínimo 10 participantes do Departamento de IT da Universidade e 5 participantes de lojas electrónicas de IT. Congresso da CNJTL realizado nos 13 distritos.		
		Realização de programas/atividades pelas organizações da área das artes: - Concertos musicais; - Exposições - Concursos de coros; - Festivais de música - Aquisição de instrumentos musicais.	Actividades na área das artes realizadas: - concerto musical em Díli; - Concerto Musical distrital nos 12 Distritos; - Exposição de Criatividade Juvenil em Díli; - Concurso de Coro Comunitário com a participação de 26 grupos dos 13 distritos; - Concurso de coro escolar no distrito de Díli com a participação dos 13 distritos; - Festival musical de Rock na Região 3; - Festival musical de jovens <i>Super Star</i> Diocese de Díli; - Aquisição de 16 materiais musicais de meia-banda para 16 subdistritos.		
		Realização de programas / atividades pelas organizações desportivas: - Desporto comunitário; - Jogo da Fronteira; - Jogos nacional nível escolar; - Competição Nacional Académica em Díli - Festival Nacional do Desporto e Arte - Competição Nacional de Atletismo - Campeonato Ciclismo; - Torneio Nacional de Futebol em Díli; - 2ª Competição Nacional de Basquetebol; - Competição Nacional de Voleibol - Competição Nacional de SILAT em Díli; - Competição Nacional de Karate em Díli; - Competição Nacional de KEMPO; - Competição Nacional de BOXING; - Competição Nacional de TAEKONDO - Competição Nacional de Badminton; - Competição Nacional de Ténis em Díli; - Competição Nacional de Xadrez; - Competição PARA-OLÍMPICOS em Díli; - Competição Nacional dos Jogos Especiais Olímpicos em Díli; - Competição Nacional de	Desporto Comunitário apoiado nos 65 subdistritos -participam 28.730 atletas em 4 modalidades: 21 clubes de futebol, 20 clubes de Basquetbol e 8 clubes de atletismo; 73 participantes seleccionados nos distritos participam e representam nos eventos nacionais em Díli: Participação no jogo da Fronteira que se realiza em Oe-Cusse - 200 participantes do Distrito de Oe-Cusse, Bobonaro e Covalima, e participará também do contingente central de Malaca, Atambua, Cefa e Cupão (NTT, Indonésia), composto por 8 equipas de futebol, realiza-se em Oe-Cusse. Programa de Jogos Nacionais de nível escolar apoiado (nível de ensino secundário) em Díli - 975 participantes (30% de mulheres). Programa de Competição Nacional Académica em Díli realizado - 650 participantes (30% de mulheres), nas modalidades de Futebol, Voleibol, Basquetebol Karate, Taekondo, Xadrez, Atletismo, Silat, Badminton e Ténis de Mesa; Programa de Festival Nacional do Desporto e Arte apoiado (Nível de Ensino Básico em Díli) - 1625 participantes (30% de mulheres); Programa de Competição Nacional de Atletismo apoiado - 13 clubes e 12 classificados (6 homens e 6 mulheres), e 4 pessoas seleccionadas participam em Xanana Champion de 10km e na 2ª Atletismo Nacional (Junior e Sénior) em Díli; Programa Campeonato de Ciclismo apoiado - 10 atletas potenciais (30% de mulheres), 4 pessoas seleccionadas vão participar no evento <i>Mountain Bike International Challenge</i> em Timor-Leste; Programa de Competição de Torneio Nacional de Futebol em Díli apoiado; Programa da 2ª Competição Nacional de Basquetebol apoiado - 24 pessoas de 13 clubes (50% de mulheres e homens) os classificados e 10 pessoas seleccionadas representarão Timor-Leste nos eventos internacionais. Programa de Competição Nacional de Voleibol apoiado - (Praia e Indor) em Díli, participam 30 pessoas de 13 clubes (50% de homens e mulheres) e 12 pessoas seleccionadas representarão Timor-Leste nos eventos internacionais; Programa de Competição Nacional de SILAT em Díli, 20 participantes por 3 organização de Artes Marciais. (50% de homem e mulher), os classificados e 4 pessoas seleccionadas representam TL nos eventos internacionais; Programa de Competição Nacional de Karate em Díli apoiado - 20 participantes de 8 clubes		

		<p>Levantamento de Peso em Dili.</p> <p>(50% de Homem e Mulher) os classificados e 4 pessoas selecionadas representam TL nos eventos internacionais;</p> <p>Programa de Competição Nacional de KEMPO em Díli, por 20 participantes de 6 clubes (50% de homem e Mulher) os classificados e 6 pessoas selecionadas representarão TL nos eventos internacionais;</p> <p>Programa de Competição Nacional de BOXING em Díli apoiado - 10 participantes de 8 clubes (50% de Mulher e Homem) os classificados e 2 pessoas selecionadas representarão TL nos eventos internacionais;</p> <p>Programa de Competição Nacional de TAEKONDO em Díli apoiado - participam por 8 clubes com 20 pessoas (50% de mulheres e homens);</p> <p>Programa de Competição Nacional de Badminton em Dili apoiado - participam 8 Clubes e 20 pessoas (50% de Mulheres e Homens) classificados, serão selecionadas 4 pessoas para representar TL em eventos internacionais;</p> <p>Programa de Competição Nacional de Ténis em Dili apoiado - participam 31 Organizações / Clubes, 8 pessoas (Mulheres e Homens de 50% cada) serão classificadas e 4 pessoas serão selecionadas a representar TL nos eventos internacionais;</p> <p>Programa de Competição Nacional de Xadrez em Dili apoiado - participam 8 Organizações / Clubes, 4 pessoas (Mulheres e Homens de 50% cada) serão classificadas e 2 pessoas serão selecionadas para representarem TL nos eventos internacionais;</p> <p>Programa de Competição PARA-OLÍMPICOS em Dili apoiado - 32 potenciais atletas, 3 da Federação (8 Atletas Deficientes, 8 Halterofilista e 8 tenistas). 6 pessoas serão selecionadas para representar TL nos eventos internacionais;</p> <p>Programa de Competição Nacional dos Jogos Especiais Olímpicos em Dili apoiado - participam 8 clubes e terá 6 pessoas (50% por 50% entre ambos os sexos) classificadas e serão selecionado 4 pessoas para representar TL nos eventos internacionais;</p> <p>Programas de Competição Nacional de Levantamento de Peso em Dili apoiados - participam 6 clubes e 7 pessoas (2 mulheres e 5 homens) são classificadas e 4 pessoas serão selecionadas para representarem TL nos eventos internacionais.</p>		
--	--	---	--	--

	Participação em programas e eventos internacionais na área da Juventude, Arte e Desporto.	<p>Timor-Leste participa em programas e torneios internacionais na área de Desporto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sea Games - World Summer Games Special Olympic USA - Campeonato Mundial de Atletismo em Beijing <p>(no 1o trimestre TdR serão aprovados, no 2o trimestre será estabelecida a Comissão da Preparação, no 4o trimestre será realizado o programa)</p> <p>Participação no Programa Sky;</p> <p>Participação Jogos Ásia Pacífico Voleibol Praia em Palembang – Indonésia</p> <p>Participação na Taça MBC CUP em Korea de Sul</p> <p>Participação jogos de futebol a nível internacional.</p>	<p>Participação no Sea Games em Singapura - 72 atletas qualificados de 9 modalidades e 6 são medalhados (1 medalha de ouro, 3 medalhas de prata e 2 medalhas de bronze);</p> <p>Programa WORLD SUMMER GAMES SPECIAL OLYMPIC EUA nos EUA, apoiado, 12 atletas qualificados de modalidade Five side indoor, boxe e atletismo;</p> <p>Participação de atletas no Campeonato Mundial de Atletismo em Beijing - 4 atletas qualificados;</p> <p>Participação no programa SKI de Timor-Leste</p> <p>Participação no programa Jogos Ásia Pacífico Voleibol Praia em Palembang – Indonésia - 8 atletas qualificados;</p> <p>Centro Treinamento de Futebol Juvenil apoiado - Taça MBC CUP em Korea de Sul - participação 23 oficiais atletas qualificados e 7 atletas ficarão no terceiro lugar da classificação do MBC CUP.</p> <p>Participação em jogos internacionais de Futebol (U-15 Word Cup em Itália, U-22 quallificação AFC em Laos, U-16 AFC em Bangkok, U-19 AFF em Malásia, Senior Team Challenge Cup AFC em Myanmar).</p>		
		<p>Timor-Leste participa em programas e eventos internacionais na área da Juventude:</p> <p>Participação no evento Juventudes Criadoras em Moçambique;</p> <p>Participação no evento Jambore Escuteiros Internacional no Japão;</p> <p>Participação na atividade Kapal Nusantara na Indonésia.</p>	<p>15 pessoas (30% são mulheres) participaram no evento de Juventudes Criadoras em Moçambique;</p> <p>25 pessoas (30% são mulheres) participaram no evento Jambore Escuteiros Internacional no Japão;</p> <p>Participação na atividade Kapal Nusantara na Indonésia - uma jovem e um jovem, acompanhados por duas pessoas.</p>		
SEJD eficaz, eficiente e responsável.	Os funcionários da SEJD estão capacitados e aptos a realizarem um bom trabalho nas suas respectivas áreas.	<p>Realização de actividades formativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Gestão baseada em resultados; - Monitorização e avaliação; - Análise de organização e desenvolvimento estratégico; - Gestão financeira; - Planeamento; - Auditoria Interna. 	<p>Funcionários participam nas formações/cursos;</p> <p>15 Funcionários com cargos de Direção e Chefia participam na formação de “Gestão baseada em resultados” na Indonésia;</p> <p>12 funcionários distritais participam na formação de “Monitorização e Avaliação” em Dili;</p> <p>6 funcionários participam na formação de “Análise da Organização e Desenvolvimento Estratégico” em Bali;</p> <p>6 funcionários participam na formação “Gestão Financeira”;</p> <p>6 funcionários participam na formação “Planeamento de necessidades SDM baseada no cargo de serviço”;</p> <p>5 Funcionários participam no curso de Auditoria Interna do nível básico 1;</p> <p>5 Funcionários participam no curso de Auditoria Interna a continuação do nível 1, na Indonésia.</p>	FDCH	
	Funcionários avaliados e promovidos	Promoção de funcionários.	6 funcionários promovidos do nível 2 para 4, 2 funcionários do nível 3 para 4, 2 funcionários do nível 4 para 5, 2 funcionários do nível 5 para 6 e 2 funcionários do nível 6 para 7.		

Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego

Papel

A Secretaria de Estado Para a Política da Formação Profissional e Emprego – SEPFOPE – é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação, e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do trabalho, formação profissional e emprego. A SEPFOPE é superiormente tutelada pelo Secretário de Estado Para a Política da Formação Profissional e Emprego, que a superintende e por ela responde perante o Vice-Primeiro Ministro, cabendo-lhe diferentes atribuições, nomeadamente:

- a) Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação nas áreas do trabalho, da formação profissional e do emprego;
- b) Promover e regular a formação profissional;
- c) Incentivar a contratação de trabalhadores timorenses no exterior;
- d) Regulamentar e fiscalizar o trabalho de estrangeiros em Timor-Leste;
- e) Fiscalizar o cumprimento das disposições legais em matéria do trabalho;
- f) Promover e fiscalizar a saúde, segurança e higiene no trabalho, entre outras;

A SEPFOPE, incumbida de tais atribuições, desenvolveu, neste quinto ano de governação, actividades relativas ao aperfeiçoamento da sua estrutura organizacional e governativa e implementação do Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste, através dos seguintes serviços da administração directa :

- a) Direcção-Geral;
- b) Direcção Nacional da Administração e Finanças;
- c) Direcção Nacional da Formação Prisional;
- d) Direcção Nacional do Emprego;
- e) Direcção Nacional da Relação do Trabalho;
- f) Direcção Nacional de Aprovisionamento;
- g) Direcção Nacional Para o Apoio ao Secretariado do Conselho Nacional do Trabalho;
- h) Direcção Nacional de Informação do Mercado do Trabalho;
- i) Inspecção-geral do Trabalho, que integra :
 - Direcção Nacional da Segurança e Protecção Social;
 - Direcção Nacional das Condições do Trabalho;
 - Direcção Nacional Para a Prevenção dos Riscos Profissionais;
 - Direcção Nacional Para a Colocação no Emprego e Protecção no Desemprego;
- j) Gabinete Jurídico
- k) Adido da Coreia do Sul
- l) Adido da Austrália

Inspecção-geral do Trabalho – IGT (De Acordo com o Decreto-Lei n.º 19/ 2010, de 1 de Dezembro, que aprovou os Estatutos da Inspecção Geral do Trabalho, Direcção Nacional da Inspecção do Trabalho – DNIT – passou a ser a Inspecção Geral do Trabalho, sendo este um serviço público, na directa dependência do membro do Governo responsável pela área do Trabalho);

A atribuição das áreas do trabalho, emprego e formação profissional a uma Secretaria de Estado reflecte a vontade política em apoiar concretamente, e de forma incisiva, os esforços em relação ao desenvolvimento profissional dos recursos humanos, de forma a atender às necessidades do mercado de trabalho, promovendo o emprego como meio de combate à pobreza, e fazendo deles instrumentos capazes na participação do plano de Desenvolvimento Nacional, previstos no Programa do Governo.

Orçamento

A Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego tem um Orçamento de 15,807 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	11,389	15,322	15,807	16,439	17,096	17,780	18,491
Recorrentes	11,179	15,135	15,289	15,900	16,536	17,197	17,885
Salários e Vencimentos	1,095	1,447	1,447	1,505	1,585	1,628	1,693
Bens e Serviços	1,528	1,665	3,054	3,176	3,303	3,435	3,572
Transferências Públicas	8,556	12,023	10,788	11,220	11,688	12,135	12,620
Capital	210	187	518	539	560	583	606
Capital Minor	48	187	54	56	58	61	63
Capital Desenvolvimento	162	-	464	483	502	522	543
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	11,389	15,322	15,807	16,439	17,096	17,780	18,491
Recorrentes	11,179	15,135	15,289	15,900	16,536	17,197	17,885
Capital	210	187	518	539	560	583	606

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 588 pessoas, composto por 225 funcionários permanentes, 57 cargos de direcção e chefia e 52 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 254 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

Além disso, a SEPFOPE tem cerca de 34 pessoas que trabalham na IGT nos termos do respectivo Decreto-Lei.

SECRETARIA DE ESTADO POLITICA FORMACAO PROFESINAL E EMPREGO (SEPFOPE)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	8	4	12	26	10	36	79	57	136	18	3	21	12	8	20	143	82	225
Escalão 1o	-	-	-	-	-	-	8	3	11	10	10	20	28	22	50	7	3	10	4	3	7	57	41	98
Escalão 2o	-	-	-	-	-	-	1	1	2	7	7	14	51	34	85	11	11	22	8	5	13	77	40	117
Escalão 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Escalão 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7	14	1	1	2	-	-	-	-	-	-	7	1	8
Escalão 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escalão 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraçao Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	1	-	1	3	1	4	14	4	18	50	18	68	88	62	150	18	3	21	12	8	20	186	96	282
Vagas em processo de Recrutamento	3			5			17			8			16			2			1			52		
Nova Proposta de Vagas 2015	-			-			-			-			-			-			-			-		
Total Quadro Pessoal	4			9			35			76			166			23			21			334		
Mapa Pessoal 2016	4			17			50			67			86			20			10			254		
Mapa Pessoal 2016 - 2018	4			17			50			67			86			20			10			254		
Detalho Cargo Direcção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Diretor Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Diretor Nacional	-	-	-	2	1	3	1	-	1	5	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	2	10
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	2	-	2	6	3	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	3	11
Chefe do Departamento	-	-	-	1	-	1	2	-	2	13	4	17	5	3	8	-	-	-	-	-	-	21	7	28
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	6	-	-	-	-	-	-	4	2	6
Total Cargo de Direcção e Chefia	1	-	1	3	1	4	6	-	6	24	8	32	9	5	14	-	-	-	-	-	-	43	14	57

SEPFOPE/Inspeção Geral do Trabalho (Regime Especial 2015)					
Categoria força de trabalho	Categoria Grau/Salário				
	Grau		Sexo		Total
			M	F	
Inspector Geral do Trabalho			1		1
Inspector Geral de Trabalho Regional	A		5	1	6
Inspector de Primeira	A		4		4
Inspector de Segundo	B		6	1	7
Inspector de Estagiário	A		3	1	4
Nova proposta de vagas de 2015	Estagiário				12
Total força de trabalho Regime Especial			19	3	34

Plano Anual da Secretaria de Estado para a Política de Formação Profissional e Emprego para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional e Organizacional					
Reforço do sistema de monitorização e avaliação do plano estratégico tendo em conta a execução do PAA, por Direcção, garantindo a execução financeira e física, de uma forma efectiva e eficiente, a implementação dos programas da SEPFOPE em todo o território.	Reforçar o sistema de monitorização e avaliação	Aplicar o sistema de monitorização e avaliação para acompanhar os progressos de actividades implementadas quer em Formação Profissional tanto como no Emprego.	Sistema aplicado e os resultados serão como previstos no plano.	SEPFOPE	SG
		Visita aos CEOP Regionais com vista a sincronizar os programas realizados na SEPFOPE Nacional quer em Formação Profissional e Emprego.	Os CEOP Regionais têm acesso aos programas da SEPFOPE Nacional.	SEPFOPE/DNE/DNAFOP	SG
	Aumentar o número dos funcionários públicos.	Recrutar os novos candidatos para as novas vagas e promover os existentes.	43 novos funcionários recrutados e 45 funcionários existentes são promovidos.	SEPFOPE/Comissão Função Pública.	SG
		50 Funcionários frequentam curso de Língua Inglesa e Portuguesa.	50 pessoas têm acesso ao curso de Língua Inglesa (25 Mulheres e 25 Homens).	SEPFOPE/ FDCH.	SG
Definir Estratégias em Relação à Formação Profissional					
Responder às necessidades das indústrias através da formação profissional e criação de mão-de-obra intensiva timorense.	Estabelecer as demais sub-comissões conforme as exigências das indústrias locais.	Realizar análise sectoral na área de Saúde, Telecomunicação e Mercadoria.	As três sub-comissões estabelecidas e prontas para atender os pedidos do mercado de trabalho.	SEPFOPE/INDMO/MS/MTT/M CIA	SG; SE
		Realizar a reunião anual para aprovar os novos padrões de competências nacionais.	Númeras reuniões realizadas para a aprovação em si.	SEPFOPE/INDMO	SG; SE
	Estabelecer um mecanismo de trabalho eficiente para acompanhar a implementação de actividades em formação profissional.	Criar um grupo de trabalho para analisar e orientar os padrões de competências nacionais de todas as sub-comissões em vigor.	Grupo de trabalho estabelecido e encontra-se em vigor.	SEPFOPE/INDMO	SG; SE
		Desenvolver diretrizes apropriadas para as qualificações e recursos de aprendizagem no objectivo de atender as exigências do mercado de trabalho.	Pelo menos 20 novas qualificações desenvolvidas sob as sub-comissões existentes.	SEPFOPE/INDMO	SG; SE
		Consultar com as indústrias sobre as sub-comissões existentes de modo a informar das competências nacionais elaboradas conforme o pedido do mercado de trabalho.	Número de consultas realizadas com vista a promover os mecanismos estabelecidos.	SEPFOPE;INDMO	SG; SE
	Monitorização aos Centros de Formação Profissional Acreditados e fornecer os mesmos a política de qualificação nacional no objectivo de reconhecimento de habilidade nacional em todo o território de Timor-Leste.	Prever workshop para disseminar o processo de acreditação estabelecido pelo INDMO.	Workshop realizado com o objectivo de fazer chegar as informações relacionadas ao sistema de acreditação para o conhecimentos dos centros de formação profissional existentes em Timor-Leste.	SEPFOPE/INDMO	SG; SE
Reforçar e melhorar a política de Emprego no Estrangeiro					
Monitorizar a política da SEPFOPE sobre o envio dos trabalhadores timorenses ao estrangeiro, neste caso a Coreia do Sul e a Austrália.	Garantir a implementação do programa de modo a, em primeiro lugar atender o pedido de quota dos mercados internacionais, e por fim, aumentar o número de trabalhadores timorenses nos países estrangeiros.	Realizar a monitorização aos trabalhadores timorenses que estão a trabalhar em estrangeiros.	Monitorização realizada aos trabalhadores timorenses que estão espalhados por Coreia do Sul e Austrália.	SEPFOPE/DNE; Adido em iha Coreia do Sul e Australia;	SG; SE
		Participar na conferência internacional de trabalho organizada por OIT em Genebra.	Participação realizada com 5 participantes dos quais 3 são do Governo; 1 representante dos sindicatos; 1 representante do empregador.	SEPFOPE/IGT; Sindicato/KSTL; Empregador; OIT.	SG

	Implementação do acordo de “Senior Officials’ Meeting” (SOM) entre Timor e Indonésia.	Coordenar com o Governo da Indonésia sobre o pagamento de subsídio de reforma/velhice – THT, TAPERUM e JAMSOSTEK para os ex-funcionários timorenses no tempo da Indonésia.	Os ex-funcionários pagos através da lista enviada pelo Governo da Indonésia com o orçamento alocado bilateralmente.	SEPFOPE/DNRT; Indonésia.	SG
	Criação de um Bilhete de Formação Profissional para acesso a formação profissional gratuita.	- Fortificar o sistema de registo de estudantes para acesso a formação profissional de qualidade em todos os CEOP espalhados por todo o território de Timor-Leste. - Construir 4 edifícios em função de CEOP em Ainaro, Viqueque, Suai dan Lospalos.	100% dos estudantes registados com acesso a formação profissional em todo o território de Timor-Leste. Aumento de mais clientes registados nos novos CEOP dos que se interessam por formação profissional em diversas áreas assim os que se interessam por vagas de emprego.	SEPFOPE/DNAFOP; CEOP Regional. SEPFOPE/DNE; Embaixada da Austrália;	SG; SE
Compromisso Nacional com a Formação Profissional					
Aumentar recursos humanos capacitados e qualificados para o desenvolvimento económico do país.	2.500 posições de formação, constituindo um percurso para os alunos que necessitam de formação para entrarem no mercado de trabalho ou para começarem o seu próprio negócio.	- Apoiar financeiramente os centros acreditados, registados, e comunitários em todo o território de Timor-Leste. - Criação de oportunidades de formação profissional para jovens, homens e mulheres em todo o território nacional. - Centros Nacionais de Formação Profissional fornecem formação de qualidade de forma gratuita e com bolsa de estudo a jovens nas áreas de Construção Civil Geral I; Electricidade II; Pedreiro II; Agronomia; Restauração; Panificação; Costura; Refrigeração; Formação e Avaliação III e IV; Investigação Policial III; Gestão Policial e Investigação Policial IV, Construção Civil III e IV; Automotivo II e III.	- Centros de formação acreditados, registados e comunitários apoiados financeiramente. - Os jovens, homens e mulheres têm acesso ao sistema nacional de formação profissional oferecido pelo Governo. - Pelo menos conforme o alvo do programa de V Governo Constitucional, os 2.500 formandos encontram-se graduados dos centros acreditados, registados e comunitários.	SEPFOPE/DNAFOP; SE FDCH Centros de Formação Profissional Acreditados, Registados e Comunitários ;	SG; SE
	Programa Nacional de Estágios dará aos alunos uma combinação de aprendizagem e experiência teórico-prática. Isto permitirá a introdução de formação prática na indústria timorense, criando ao mesmo tempo a entrada formal dos formandos no mercado de trabalho. Todos os graduados com aproveitamento do Programa Nacional de Estágios obterão um certificado nacional de qualificação.	Fortificar a cooperação entre o Governo, Indústrias locais e Centro de Formação Profissional no objectivo de inserir os formandos no estabelecimento comercial para exercer o programa de estágio.	Os formandos envolvidos no programa nacional de estágio estabelecido pelo Governo em cooperação com as indústrias locais e centros de formação profissional.	SEPFOPE/DNAFOP; SE FDCH Centros de Formação Profissional Acreditados, Registados e Comunitários;	SG; SE
	O Governo aumentará o seu investimento em instalações de ensino e aprendizagem, assim como em recursos humanos, de forma a poder cumprir o desiderato de prestar formação qualificada.	Elevar os conhecimentos dos formadores profissionais através de actualizações técnicas em cada área relevante.	Os formadores aptos para exercer as suas funções em áreas relevantes.	SEPFOPE/DNAFOP/INDMO; ADB – MLSTP/PMU; SE FCDH;	SG; SE
		Estabelecer um Centro de Formação em Petróleo e Gás.	O centro de formação estabelecido e equipado.	SEPFOPE/DNAFOP; MF; MPRM;	SG; SE
		Estabelecer um Centro de Formação Nacional em Hospitalidade e Turismo de padrão internacional.	O centro de formação estabelecido e equipado.	SEPFOPE/DNAFOP; MF;MT;	SG; SE
		Estabelecer um Centro de Formação em Hospitalidade e Turismo, Construção Civil, Automotivo e Maquinaria Pesada em Oecusse.	O centro de formação estabelecido e equipado.	SEPFOPE/INDMO; DNAFOP; MF; ADN;	SG; SE

Criação de Emprego no Exterior					
Ampliar a cobertura de Centros de Emprego e do desenvolvimento de carreira profissional.	Os serviços em função de CEOP fornecem informações aos clientes relevantes.	Registo de clientes interessados em formação profissional e dos que procuram emprego.	Pelo menos 6000 pessoas registadas.	SEPFOPE/DNE; CEOP Regionais; Indústrias locais; Centros de Formação Profissional Acreditados, Registados e Comunitários	SG ; SE
	Sessões de aconselhamento profissional.	Os estudantes terão sessões de aconselhamento de carreira profissional nos CEOP Regionais.	Pelo menos os 6.000 estudantes têm acesso às sessões de aconselhamento.	SEPFOPE/DNE; CEOP Regionais;	SG ; SE
	Exposição carreira profissional para os estudantes.	Realizar o registo de estudantes finalistas do secundário que pretendem participar na exposição de carreiras profissionais com objetivo de obter aconselhamento profissional através do CEOP tanto Nacional como Regional.	Pelo menos os 12.000 estudantes têm acesso às informações sobre a carreira profissional.	SEPFOPE/DNE; CEOP	SG; SE
Criar campo de trabalho e melhorar a economia da família.	Capacitação de Mão-de-Obra para trabalhar na Coreia do Sul ao abrigo do acordo bilateral entre Governo de Timor-Leste e Governo Coreano.	Formação em língua coreana para os candidatos que querem ir trabalhar para a Coreia do Sul.	Pelo menos para os 1.500 jovens.	SEPFOPE/DNE/ Equipa Adido; Embaixada de Coreia do Sul em Timor-Leste; KSLP TL;	SG; SE
	Capacitação de candidatos timorenses em Hospitalidade e Turismo, Agricultura para trabalhar na Austrália.	Ao abrigo do Memorando de Entendimento assinado pelo Governo de Timor-Leste e a Austrália, concordam-se seguintes áreas para a capacitação de candidatos que vão trabalhar para Austrália num período de 6 meses em Hospitalidade e Turismo; Agricultura.	Pelo menos a formação é dirigida a 1.500 jovens.	SEPFOPE/DNE/ Equipa Adido; Embaixada de Austrália em Timor-Leste;	SG; SE
		Realizar o programa de PDT – <i>Pre Departure Training</i> – para os candidatos.	Programa é realizado aos candidatos aptos para irem trabalhar nas indústrias australianas.	SEPFOPE/DNE/ Equipa Adido; Embaixada de Austrália em Timor-Leste;	SG; SE
Programa de Emprego Rural					
Criação de emprego temporário e construção de vias de comunicação com vista a potencializar o emprego nas comunidades.	Criação de oportunidades de emprego temporário nas áreas rurais.	Criação de emprego nas áreas rurais é baseada nas seguintes actividades: Reabilitação das estradas rurais; Serviços de manutenção das estradas rurais; Saneamento público; Turismo comunitário;	Pelo menos 94 projectos implementados em 13 Distritos com total de 106 beneficiários em cada projecto.	SEPFOPE/DNE; ADN;	SE
Programa de Auto-Emprego					
Apoio às iniciativas empreendedoras através da política estabelecida pela SEPFOPE, a chamada de “Programa de Auto-Emprego”. Esta política apoia os desempregados com iniciativa de abrir ou criar o seu negócio próprio tendo em conta também os grupos vulneráveis ou deficientes, graduados dos centros de formação profissional como beneficiários do programa.	Formação em gestão empresarial.	Apresentar as noções básicas aos interessados sobre como gerir o negócio próprio; Educar como elaborar um plano de negócio; Os interessados têm acesso às sessões de aconselhamento profissional; Realizar a monitorização e avaliação;	24 propostas de elaboração de negócio próprio são avaliadas e aprovadas para serem implementadas.	SEPFOPE/DNE; IADE;	SE
		Formação técnica e apoio do <i>kit</i> de ferramentas aos candidatos jovens graduados. Realizar a monitorização e avaliação;	Pelo menos 5 propostas dos candidatos são apoiadas com <i>kit</i> de ferramentas.	SEPFOPE/DNE;	SE
		Registo de propostas dos clientes especiais como os vulneráveis ou deficientes que pretendem criar o seu negócio próprio. Realizar a monitorização e avaliação;	Pelo menos 10 propostas para estes grupos são avaliadas e aprovadas para a sua implementação no campo.	SEPFOPE/DNE;	SE

	Apoiar os graduados empreendedores que pretendem criar o seu negócio próprio.	Registo de propostas dos graduados interessados em criar negócio próprio; Realizar a monitorização e avaliação;	Pelo menos 10 propostas são avaliadas e aprovadas.	SEPFOPE/DNE;	SE
Conselho Nacional do Trabalho					
Implementação da Lei do Trabalho n.º 4/2012 de Timor-Leste através do CNT, CAT e SACNT.	Promover e elevar os conhecimentos dos empregadores, trabalhadores, sociedade civil e comunidade envolvente.	Realizar seminários sobre o poder e as funções atribuídas de CNT, CAT, e SACNT.	Obter um número significativo dos participantes (empregadores, trabalhadores, sociedade civil e comunidade) para o acesso às informações reflectidas em funções e estruturas de CNT, CAT, SACNT, o Processo do Registo de Casos, Pré-Arbitragem e Arbitragem.	SEPFOPE/IGT/ DNRT;	SG
Reforçar a relação com as indústrias de forma sustentável.	Garantir as obrigações e direitos dos empregadores e trabalhadores.	Socializar as informações sobre o Padrão do Salário Mínimo Nacional dos trabalhadores timorenses conforme a recomendação da Comissão Nacional do Salário Mínimo por despacho do Conselho Nacional de Trabalho nº02/CNT/2012.	Informações sobre o Salário Mínimo são transmitidas a trabalhadores e empregadores conforme o despacho.	SEPFOPE/IGT/ DNRT;	SG
Aplicar o sistema nacional das disputas laborais.	Protecção nas áreas de trabalho.	Recolher dados das empresas locais e internacionais assim como os seus trabalhadores nos 13 Distritos.	Pelo menos 700 companhias que comercializam em Timor-Leste são fiscalizadas.	SEPFOPE/DNRT;	SG; SE
	Prevenção das disputas laborais.	Seminário sobre a relação industrial e socialização da Lei do Trabalho n.º 4/2012.	Seminário será realizado em 12 distritos com pelo menos 1.200 participantes entre eles empregadores, trabalhadores e entidades relevantes.	SEPFOPE/DNRT;	SG; SE
		Estabelecer os serviços do sistema das disputas laborais nos CEOP Regionais.	Os serviços estabelecidos e funcionam em vigor.	SEPFOPE/DNRT	SG; SE
	Resolução das disputas laborais.	Registar os casos para disputa laboral.	Pelo menos 200 casos passam pelo processo de mediação e conciliação.	SEPFOPE/ DNRT	SG; SE
Amplificação e Descentralização dos Serviços da SEPFOPE					
Ampliar os serviços da SEPFOPE em termos de formação profissional e emprego em todo o território de Timor-Leste.	Promoção de serviços no 5 CEOP existentes e 4 CEOP novos.	- Registo de clientes interessados em formação profissional e emprego; - Promoção de vagas em formação profissional gratuita aos clientes; - Promoção de emprego; - Aconselhamento profissional;	Pelo menos um número significativo de clientes registados e têm acesso às informações dos serviços da SEPFOPE Nacional.	SEPFOPE/CEOP	SG; SE
Oferta de formação gratuita conforme as necessidades do mercado de trabalho e das comunidades.					
Apoio eficiente e consistente aos Centros de Formação Profissional em todo o território de Timor-Leste.	Assegurar o apoio financeiro aos centros de formação profissional acreditados, registados e comunitários através do FDCH. Responder às exigências das indústrias.	- Apoiar os centros de formação profissional acreditados; - Apoiar os centros de formação profissional registados; - Apoiar os centros de formação profissional comunitários;	Pelo menos 25 centros de formação profissional acreditados recebem apoio financeiro. Pelo menos 15 centros de formação profissional registados recebem apoio financeiro. Pelo menos 10 centros de formação profissional comunitários recebem apoio financeiro.	SEPFOPE/ DNAFOP	SG; SE
		O apoio à formação deve ser feito consoante a colaboração com o OMTN onde se identificam as necessidades do mercado de trabalho.	Pelo menos os centros de formação acreditados, registados, e comunitários tenham acesso aos pedidos do mercado nacional.	SEPFOPE/OMTN;	SG; SE
		Implementar o modelo de fundo conforme o modelo de TVET que já se encontra elaborado, ou seja FEFOP, para uma melhor identificação das necessidades do mercado nacional e serve como apoio para Formação-Produtividade-Emprego.	O modelo de fundo implementado conforme a ordem. O processo de formação decorre conforme os pedidos das indústrias locais e das potencialidades existentes e da inflação no país.	SEPFOPE/ INDMO DNAFOP/ FEFOP / OMTN;	SG; SE
		Descentralizar os serviços de apoio à formação profissional em cada Distrito para melhor atender os	- Encontra-se número significativo de participantes;	SEPFOPE/ DNAFOP/OMTN;	SG; SE

		pedidos do mercado local em linha com a sua potencialidade.	- Os serviços disseminados através de vários meios de comunicação;		
		Promover e encorajar a participação de mulheres na formação profissional.	Pelo menos um número significativo de participantes nos cursos existentes.	SEPFOPE/ DNAFOP;	SG; SE
		Encorajar a participação dos grupos deficientes ou vulneráveis na formação profissional.	Pelo menos um número significativo de participantes nos cursos existentes e adequados a estes grupos devido ao tipo de deficiência.	SEPFOPE/ INDMO/ DNAFOP;	SG; SE
Desenvolver a capacidade dos formadores.	Os formadores dos centros de formação profissional acreditados são os prioritários para o programa de modo a corresponder os seus serviços em linha com o sistema TVET, contudo, os formadores dos centros de formação profissional registados e comunitários, recebem também apoio.	Aumentar os conhecimentos técnico-profissionais e tecnológicos dos mesmos; Realizar sessões de acompanhamento aos seus serviços através de uma equipa de monitorização e avaliação; Apoiar os formadores com equipamentos adequados e actualizado tecnologicamente; Reforço da capacidade dos organismos de formação profissional orientados pela comunidade;	Os conhecimentos dos formadores aumentam conforme programado; Sessões de monitorização e avaliação realizadas; Os formadores são equipados de forma apropriada; A capacidade de recursos humanos dos centros registados e comunitários é apoiada;	SEPFOPE/ INDMO/ DNAFOP;	SG; SE
	Reforçar parceria nacional sobre formação, emprego e productividade seguindo a política estabelecida pelo sistema TVET.	Parceria em vigor para identificar as competências necessitadas das indústrias locais; Elaborar plano do Conselho Nacional de Competências, Emprego e Produtividade para determinar políticas e programa para formação profissional e emprego;	As competências nacionais elaboradas consoante os pedidos das indústrias locais; As políticas e os programas são determinados pelo conselho nacional.	SEPFOPE/INDMO/DNAFOP;	SG; SE
Investimento em estágio nacional.	O estágio nacional é crucial para o desenvolvimento dos recursos humanos timorenses ou formandos dos centros de formação profissional, pois é uma forma de ligar os conhecimentos teóricos a práticos.	Identificar e registar os jovens graduados dos centros de formação profissional (os acreditados como prioritários); Identificar os parceiros industria;	Os jovens prontos para estágio são identificados e apoiados; Os parceiros industriais são identificados e em cooperação com o programa do Governo.	SEPFOPE/ DNAFOP;	SG; SE
Promoção do Trabalho Digno					
Publicar e promover os regulamentos vigentes na Lei de Trabalho nº4/2012.	Promover e elevar os conhecimentos dos empregadores, trabalhadores, sociedade civil e comunidades no território de Timor-Leste.	Realizar seminários para a divulgação do conteúdo da Lei de Trabalho, Lei da Greve, do Estatuto de Inspeção Geral do Trabalho e das Regras de Segurança e Saúde no Trabalho.	Conseguir pelo menos um número significativo de participantes em 13 Distritos.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Realizar publicidade sobre os assuntos relacionados a Segurança e Saúde no Trabalho e Trabalho Infantil.	Publicidade disseminada conforme programada.	SEPFOPE/IGT;	SG
Assegurar o cumprimento da Lei de Trabalho conforme decreta nos seus regulamentos vigentes na área de emprego.	Garantir os direitos e obrigações de empregadores e trabalhadores.	Visitas de inspecção do trabalho para melhorar as condições no local de trabalho.	Pelo menos 300 estabelecimentos comerciais são visitados em 13 Distritos.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Visitas de inspecção do trabalho para evitar os riscos profissionais no trabalho.	Pelo menos 600 estabelecimentos comerciais são visitados em 13 Distritos.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Visitas de inspecção do trabalho no domínio da colocação, emprego e protecção do desemprego, migração e trabalho de estrangeiros.	Pelo menos 400 estabelecimentos comerciais são visitados em 13 Distritos.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Visitas de inspecção do trabalho no domínio da segurança social e protecção social.	Pelo menos 400 estabelecimentos comerciais são visitados em 13 Distritos.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Realizar inspecção conjunta em termos interministeriais sob os comerciantes e trabalhadores estrangeiros ilegais em todo o território de Timor-Leste.	Número de trabalhadores e comerciantes ilegais é identificado e será processado conforme vigora o sistema do país.	SEPFOPE/IGT; Migração; MF; MCI;	SG
Programa da Comissão Nacional do Trabalho Infantil CNTL.	Protecção às crianças e aos adolescentes de menor idade.	Preparar e organizar a reunião ordinária e extraordinária da Comissão Nacional do Trabalho Infantil, CNTL.	Reunião realizada conforme o plano.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Preparar o Plano Nacional contra o Trabalho Infantil.	O referido plano é aprovado e implementado.	SEPFOPE/IGT;	SG

		Aprovar a lista das Piores Formas de Trabalho Infantil.	A lista é aprovada e publicada.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Participar na reunião multilateral no âmbito da coperação dos Estados Membros de CPLP e ASEAN com finalidade de combater o Trabalho Infantil.	Reunião realizada.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Realizar a comemoração do Dia Mundial do Trabalho Infantil.	Os jovens de menor idade têm acesso às informações do assunto referido.	SEPFOPE/IGT;	SG
Propor uma política e regulamentos adicionais sob Lei do Trabalho nº4/2012.	Proteger os direitos e obrigações dos comerciantes e trabalhadores estrangeiros.	- Propor política do emprego para os estrangeiros. - Elaborar o Decreto-Lei do Trabalho Migrante.	- Política elaborada. - Decreto-Lei elaborado.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Criar um regime jurídico sobre contrato do trabalho doméstico.	Regime criado e implementado.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Criar um regime jurídico de acidentes no local de trabalho e doença profissional.	Regime criado e implementado.	SEPFOPE/IGT;	SG
Comemoração do Dia Mundial de Trabalho, 1 de Maio.	Promover os direitos e obrigações dos trabalhadores e empregadores.	Realizar seminários e actividades relacionadas a este dia.	Pelo menos 300 participantes entre eles trabalhadores e empregadores.	SEPFOPE/DNRT	SG; SE
Fortificar a estrutura da Direcção					
Fortificar a capacidade dos inspectores de trabalho.	Aumentar os conhecimentos dos inspectores de trabalho.	Formação focada em condição e segurança, higiene e saúde no trabalho.	Pelo menos 75% inspectores de trabalho tenham acesso a essa formação específica.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Formação no domínio da administração do trabalho, contabilidade e gestão financeira.	Pelo menos 50% de funcionários têm acesso a essa formação.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Incentivar os inspectores do trabalho para frequentar um curso na área de Direito.	Pelo menos 50% de funcionários têm acesso a essa formação.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Realizar um estudo comparativo para os inspectores do trabalho.	Visita de estudo realizada.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Participar na conferência internacional organizada pela OIT – Organização Internacional de Trabalho, em Genebra.	Nesta conferência internacional conta com a presença do Governo, Sindicato e Empregador.	SEPFOPE/IGT;	SG; SE
		Organizar a reunião dos Ministros de Assuntos Sociais e Trabalho no âmbito da CPLP.	Reunião realizada.	SEPFOPE/IGT;	SG; SE
Protecção da Segurança e Saúde no Trabalho para os inspectores do trabalho.	Proteger a vida dos Inspectores do Trabalho.	- Assegurar a protecção sob os 22 inspectores do trabalho; - Oferecer os equipamentos apropriados para a protecção individual durante a inspecção a fim de garantir seguras condições de trabalho.	Os 22 inpectores do trabalho são protegidos e equipados.	SEPFOPE/IGT;	SG
Fortificar o sistema central da IGT no âmbito da descentralização de serviços a nível distrital.	Disseminar informações sobre os serviços da IGT.	Inúmeras reuniões internam para assegurar os serviços da IGT a nível distrital.	- Reuniões realizadas para assegurar uma boa coordenação entre IGT nacional e distritais. - Resultados dos serviços são garantidos.	SEPFOPE/IGT;	SG
		Monitorização e avaliação para garantir os serviços dos inspectores do trabalho a níveis distritais.	Sessões de monitorização realizadas com objectivo de identificar os desafios para uma boa resolução.	SEPFOPE/IGT;	SG
Estudos, Análises e Disseminação do produto preparado por Observatório do Mercado de Trabalho Nacional (OMTN-SIMU WEB)					
Observar e analisar a base de dados do mercado de trabalho.	Recolher as informações de outros Ministérios, Institutos Públicos e Privados para partilhar os dados do mercado de trabalho.	Criar os termos de referência para explicar o organograma do sistema sobre a rede de colecção de dados, e fonte de dados em relatórios.	Termos de referência determinados e entram em vigor.	SEPFOPE/OMTN	SG

		Realizar inquéritos sobre a projecção do emprego nas indústrias específicas.	Acções realizadas.	SEPFOPE/OMTN; MF; BAS (Business Activity Survey);	SG; SE
		Realizar um estudo do mercado de trabalho e as potencialidades existentes em relação à produtividade.	Estudo realizado e disseminação de informações obtidas em vigor, prontas a serem partilhadas e avaliadas.	SEPFOPE/OMTN; MF; BAS (Business Activity Survey);	SG; SE
		Apresentar e partilhar os resultados da pesquisa em relação à força de trabalho de 2013.	Resultados apresentados e partilhados em gráficos e tabelas.	SEPFOPE/OMTN	SG; SE
		Produzir boletim semanal sobre as informações obtidas.	Boletim produzido e divulgado.	SEPFOPE/OMTN;	SG; SE
Desenvolvimento de Base de Dados					
Desenvolver o sistema de informação do Mercado de Trabalho (SIMU – Web)	Recolher e partilhar as informações através da base de dados.	Aperfeiçoar o sistema com objectivo de melhor o sistema da recolha de dados e como partilhar as informações obtidas aos clientes interessados.	Sistema aperfeiçoado e reforçado.	SEPFOPE/ OMTN;	SG; SE
		Actualizar o sistema de informações do mercado de trabalho no SIMU-WEB.	Sistema de SIMU-WEB actualizado e pronto a ser utilizado.	SEPFOPE/OMTN;	SG; SE
		Criar o interface entre sistema SIMU-WEB com os centros de formação acreditados, e centros de gestão empresarial.	Tanto os centros de formação profissional e de gestão empresarial estão em plena colaboração com o sistema SIMU-WEB, onde produzem os relatórios importantes sobre o resultado dos graduados qualificados dos mesmos centros de forma a que esse resultado seja como um indicador para as necessidades do mercado de trabalho nacional.	SEPFOPE/OMTN;	SG; SE
		Prever uma formação do sistema SIMU-WEB aos usuários da SEPFOPE, e CEOP.	Aplicação do sistema SIMU-WEB encontra-se em sucesso para facilitar o registo dos interessados em formação profissional, vagas de emprego e formação empresarial.	SEPFOPE/OMTN;	SG; SE
Assistência Técnica a Gestão Informática.					
Reforçar a assistência técnica da gestão informática.	Elaborar um diploma ministerial no que se refere a partilha de dados em relação as funções do sistema SIMU-WEB.	Divulgar as funções atribuídas no SIMU-WEB.	Dados recolhidos e partilhados a nível ministerial sobre os programas de formação profissional e oportunidades de emprego.	SEPFOPE/OMTN;	SG; SE

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Papel

O artigo 8.º da Constituição da RDTL delinea as orientações das políticas externas de Timor-Leste, as quais serão conduzidas com base nos princípios da independência nacional, protecção dos direitos humanos e respeito pela soberania, integridade territorial e igualdade entre todas as nações.

Timor-Leste está situado numa localização muito estratégica, pelo que os nossos recursos, em especial os nossos recursos naturais, bem como a nossa segurança, dependem em grande medida da manutenção de relações positivas com os nossos vizinhos e com outros países.

De acordo com o Decreto-Lei N.º 41/2012, de 7 de Setembro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação é o órgão central do Governo encarregue de estabelecer, executar, coordenar e avaliar as políticas definidas e aprovadas em Conselho de Ministros para áreas relacionadas com diplomacia e cooperação institucionais, funções de consulados e a promoção de interesses timorenses no estrangeiro. O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação tem as seguintes competências:

- Planear, propor e executar as políticas externas de Timor-Leste e garantir a sua unidade e harmonia;
- Estabelecer legislação e normas de acordo com as suas responsabilidades legais;
- Negociar e propor tratados e acordos internacionais segundo as prioridades de Timor-Leste a nível de políticas externas;
- Promover os interesses de Timor-Leste no estrangeiro e garantir a protecção dos cidadãos timorenses a residir fora de Timor-Leste;
- Garantir a representação de Timor-Leste na Organização das Nações Unidas e noutras organizações internacionais, bem como gerir a rede de embaixadas, missões, consulados e representantes permanentes e temporários, de acordo com as prioridades a nível de políticas externas;
- Planear e executar a adesão de Timor-Leste à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e garantir a representação de Timor-Leste nas reuniões e actividades deste órgão;
- Planear e executar políticas relativas a cooperação internacional, implementar outras funções de diplomacia externa e estabelecer um mecanismo de cooperação e coordenação internacionais.

Orçamento

O Ministério dos Negócios Estrangeiros tem um Orçamento de 28,789 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	21,758	37,071	28,789	29,941	31,138	32,384	33,679
Recorrentes	19,416	35,625	28,413	29,550	30,731	31,961	33,239
Salários e Vencimentos	7,903	11,442	13,438	13,976	14,535	15,116	15,721
Bens e Serviços	11,013	16,676	14,975	15,574	16,197	16,845	17,519
Transferências Públicas	500	7,507	-	-	-	-	-
Capital	2,342	1,446	376	391	407	423	440
Capital Minor	792	1,446	376	391	407	423	440
Capital Desenvolvimento	1,550	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	21,758	37,071	28,789	29,941	31,138	32,384	33,679
Recorrentes	19,416	35,625	28,413	29,550	30,731	31,961	33,239
Capital	2,342	1,446	376	391	407	423	440

Perfil de Funcionários

O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 438 pessoas, composto por 181 funcionários permanentes, 91 cargos de direcção e chefia e 103 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 63 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIRO E COOPERAÇÃO (MNEC)																						
Força de Trabalho	Categoria/Grau																					
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	Total
Funcionários Público Actuais	1	-	1	50	10	60	15	11	26	20	16	36	22	15	37	9	3	12	5	4	9	122
Escala 1o	1	-	1	47	9	56	12	10	22	18	15	33	18	12	30	6	2	8	4	2	6	106
Escala 2o	-	-	-	2	-	2	3	1	4	1	-	1	4	3	7	2	1	3	-	2	2	12
Escala 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	1	-	1	1	-	1	3
Escala 4o	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Escala 5o	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administração Público Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	19	4	23	77	20	97	32	19	51	25	17	42	22	15	37	9	3	12	6	4	10	190
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	7	-	-	8	-	-	19	-	-	30	-	-	39	-	-	-	-	-	-	103
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	30	-	-	105	-	-	70	-	-	72	-	-	76	-	-	12	-	-	10	375
Mapa Pessoal 2016	-	-	12	-	-	5	-	-	6	-	-	10	-	-	10	-	-	10	-	-	10	63
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	12	-	-	5	-	-	6	-	-	10	-	-	10	-	-	10	-	-	10	63
Detalhe Cargo Direcção e Chefias																						
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	Total
Sec. Geral, Directores Geral & Embaixadores	18	4	22	15	3	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	40
Inspector Geral	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Diretor Nacional & Consule	-	-	-	11	7	18	2	2	4	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	15	24
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe do Departamento & Agentes Consulares	-	-	-	-	-	-	15	6	21	3	1	4	-	-	-	-	-	1	-	1	19	26
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	18	4	22	27	10	37	17	8	25	5	1	6	-	-	-	-	-	1	-	1	68	91

Plano Anual Ministério Dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Integração e posicionamento globais de Timor-Leste					
Timor-Leste será membro de organizações e instituições a nível global que sirvam os interesses do povo (Desde 2002 que Timor-Leste já é Membro de pleno direito das Nações Unidas)	Timor-Leste irá participar no Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. Deslocação aos Distritos	Participar na Assembleia Geral das Nações Unidas, Conferências Nacionais e Internacionais: Participar nos seis (6) Comitês das Nações Unidas, Acompanhar os assuntos dos Direitos Humanos, Participar nas Organizações das Nações Unidas - Convenção Rio: UNESCAP, ECOSOC, UNODC; Recolher a informação; Monitorizar os programas nacionais junto das Organizações das Nações Unidas.	Visibilidade de Timor-Leste nos Fóruns Internacionais; Participantes adquirem novos conhecimentos; Contactos estabelecidos; Obtenção de apoio político e económico para o bem-estar da Nação. A comunidade internacional reconhece a contribuição política, económica, logística e de recursos humanos de Timor-Leste.		Sector: Governação e Desenvolvimento Institucional + Responsável DNAM (Direcção Nacional dos Assuntos Multilaterais)
Continuação do aumento do número de funcionários de acordo com as necessidades no serviço central e no exterior, capacitados conforme as exigências do trabalho no MNEC	Continuação de recrutamento de 84 funcionários.	Recrutar 84 (oitenta e quatro) funcionários e promover 12% no serviço central e no exterior, com consideração na questão de balanço de género. Produzir Termos de Referência para 27 vagas identificadas, conforme as necessidades; Disseminar Leis, Curso de Indução e Cursos de Português, Inglês (in-house training) aos novos funcionários.	Perfil de desempenho dos Recursos Humanos alcançados e identificados (graus/nível/escalação) Descrição do trabalho definido e implementado.	Entre as 104 vagas, em 2014, foram recrutados 9 funcionários; promovidos 9. F11 M7 e 2 funcionários do M Estatal foram transferidos para o MNEC. Resta recrutar 84 funcionários. Planeado recrutar em 2015: 56 funcionários.	Sector: Governação e Desenvolvimento Institucional + Responsável DNRH (Direcção Nacional de Recursos Humanos)
Capacitação	Curso de diplomacia e negociações nas áreas: Multilateral, Bilateral, ASEAN, Consular, Curso sobre o estabelecimento de "Treaties Room"; cursos sobre assuntos de Protocolo, Gestão de Administração e Biblioteca, Gestão do Património de Estado, Pesquisa e Plano, Logística, IT. Formação ao nível de mestrado	46 (quarenta e seis) funcionários devem frequentar o curso de formação profissional por etapas e sob a necessidade de cada direcção geral/direcção nacional conforme planeado. 4(quatro) funcionários licenciados devem frequentar curso de educação formal no nível do mestrado na Universidade de Timor-Leste/UNTIL 4(quatro) universitários subsidiados e devem frequentar curso de educação formal ao nível de licenciatura na Universidade UNS Solo Indonésia. Realizar estudo comparativo nos países da CPLP - Equipa do Vice-Ministro, SG, DNRH, DNL, DNA Continuar as formações nas línguas portuguesa, inglesa e francesa no Serviço Central - MNEC	100% dos novos funcionários recrutados, devem frequentar o curso de indução (1 mês) 100% dos funcionários devem frequentar a sessão de disseminação das Leis da Função Pública e de outros novos Decretos-leis. Coordenação com a função pública realizada; TdR submetidos à CFP. Estudo comparativo nos países da CPLP visa conhecer e comparar legislatura no sector, designadamente Lei da Carreira Diplomática e Lei Regime Remuneratório, para possíveis ajustamentos. Cursos de formação linguística realizados.	Curso de indução financiado em cooperação com a NAO Bolsas e formações - FDCH Financiamento conjunto para licenciaturas na Universidade UNS Solo Indonésia (Acordo de Cooperação) Usufruir UNS <i>International Scholarship</i> . MNEC subsidia os custos de vida diária durante 5 anos para 4 universitários seleccionados	Sector: Governação e Desenvolvimento Institucional + Responsável DNRH (Direcção Nacional de Recursos Humanos)
Criar boas relações com os países amigos na região do sudeste Asiático e Oceânia.	Continuação da realização dos trabalhos de delimitação e demarcação da fronteira terrestre	Realizar/participar: 1. Encontro Joint Border Committee (JBC) 2. Encontro TSC-BDR 3. Encontro TSC-BS 4. Encontro TSC-CBMPGC – 5. Encontro TSC-WRM 6. Encontro Joint Border Mapping (JBM) 7. Encontro SWG (Special Working Group) 8. Acompanhamento das visitas oficiais 9. Construção marcos de Fronteira 10. Instalação quadros de aviso de fronteira	1. Ratificação dos trabalhos realizados pelo TSC-BDR, JBM, TSC-BS, TSC-WRM e TSC-CBMPGC. 2. Continuação da realização dos trabalhos de delimitação e demarcação da fronteira 3. Primeiro encontro técnico de TSC-BS realizado 4. Continuação de realização dos trabalhos de implementação de Passe Fronteira e Mercado Tradicional; Revisão do acordo 2003 e lançamento dos mercados tradicionais;		Sector: Governação e Desenvolvimento Institucional + Responsável DNSA (Direcção Nacional para o Sudeste Asiático) – Gabinete Fronteira

		<p>11. Delineamento de Mahata a Bokos e na zona de Passabe</p> <p>12. Contratação de Assessor Sénior para o Gabinete de Fronteira;</p> <p>13. Compra equipamentos para apoiar o trabalho do campo.</p>	<p>Disseminação de informação sobre passe de fronteira-Citrana, Leolbata e Nitibe, fatumea e fatululik</p> <p>5. Encontro técnico de TSC-WRM realizado;</p> <p>Existe um mecanismo de gestão dos recursos de ribeira e águas na área fronteira</p> <p>6. Continuação de realização dos trabalhos de Mapa Conjunto; Mapa impresso;</p> <p>7. Continuação do trabalho de negociação bilateral sobre 2 segmentos não resolvidos</p> <p>8. Todas as visitas oficiais do MNEC, PM ou PR acompanhadas por uma equipa;</p> <p>9. Construção para finalizar demarcação na fronteira principal e enclave (Oecussi);</p> <p>100 marcos construídos;</p> <p>10. Continuação de instalação de quadros de aviso de fronteira cerca de 50 quadros em segmento de Passabe e Citrana;</p> <p>11. Delineamento na área de Mahata a Bokos e na zona Passabe completado;</p>		
	Continuação da realização dos trabalhos de delineação e demarcação da fronteira marítima	<p>Realizar/Participar nas reuniões fronteira marítima com a RI;</p> <p>Contratação de Assessores Externos para o Gabinete de Fronteira;</p> <p>Observador no encontro Seabed Authority,</p> <p>Participar no encontro Timor Sea</p> <p>Acompanhar os assuntos relativos a direitos sobre o fundo marinho;</p> <p>Acompanhar os assuntos relativos a direitos sobre o fundo petrolífero e também possibilidade de negociação fronteira marítima;</p> <p>Formação e qualificação do pessoal do Gabinete de Fronteira.</p>	<p>Encontro bilateral sobre a fronteira marítima iniciado;</p> <p>TdR para negociação da fronteira marítima estabelecidos;</p> <p>Desenvolvimento eficaz e correcto das negociações;</p> <p>Qualificação do pessoal melhorada.</p>		Sector: Governação e Desenvolvimento Institucional + Responsável DNSA(Direksaun Nasional ba Sudeste Asiático) – Gabinete Fronteira
	Fortalecer relações com os países vizinhos e também com outros países da ASEAN como: Singapura, Malásia, Filipinas, Tailândia, Brunei Darussalam, Camboja, Laos, Myanmar e Vietname.	<p>Participar no encontro <i>Joint Ministerial Commission</i> (JMC)</p> <p>SOM-Scorecard</p> <p>Participar no encontro SOM-CTF</p> <p>Participar/acompanhar visitas oficiais</p> <p>Acompanhar visitas bilaterais das altas entidades e realizar consultas políticas.</p> <p>Realizar consultas políticas bilaterais em Dili;</p> <p>Identificar áreas de cooperação bilaterais e possivelmente assinatura de alguns acordos para fortalecer relações institucionais e de cooperação bilateral.</p>	<p>Situação das cooperações bilaterais revista e actividades reforçadas;</p> <p>Actividades avaliadas;</p> <p><i>Stock-taking</i> das cooperações bilaterais completo;</p> <p>Continuação de realização dos trabalhos de implementação / follow-up das recomendações da CVA;</p> <p>Todas as visitas oficiais do MNEC, PM ou PR e visitas bilaterais de altas entidades nas suas visitas oficiais devidamente acompanhadas;</p>	Equipa acompanhará todas as visitas oficiais do MNEC, PM ou PR	Sector: Governação e Desenvolvimento Institucional + Responsável DNSA (Direção Nacional para o Sudeste Asiático)
Estratégias e revitalização das relações bilaterais com os países do Pacífico e Oceânia.	Construir parcerias abrangentes e verdadeiras com os países do Pacífico e Oceânia para explorar a cooperação a nível regional e internacional em áreas de interesse comum.	<p>Prosseguir o intercâmbio de visitas do alto nível;</p> <p>Colaborar com as Embaixadas da Austrália e Indonésia em Díli para o estabelecimento de contactos regulares em vias de networking; Participar periodicamente na reunião trilateral entre Indonésia, Timor-Leste e Austrália para a cooperação sub-regional.</p>	<p>Reuniões bilaterais com os países do Pacífico e Oceânia realizados periodicamente.</p> <p>Relações fortalecidas com os países com representação diplomática em Dili.</p> <p>Familiarização em questões discutidas nas reuniões trilaterais que são muito importantes para Timor-Leste no futuro.</p>		

Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF) / ACP-UE.	Continuar a aumentar o envolvimento e cooperação de TL no Fórum das Ilhas do Pacífico e parceiros relacionados	Fortalecer a relação de TL com a região do Pacífico; Promover a relação de cooperação com as instituições ACP / UE e participar em reuniões, seminários, conferências; Manter contacto com o PIF; Coordenar e manter contactos regulares com a missão TL em Bruxelas e com a representante da UE em Díli; Assegurar a coordenação com os ministérios sectoriais para enviar participantes em programas de formação na região do Pacífico, financiado pela União Europeia ou por outras instituições, Concepção de vistos aos participantes TL.	Número de reuniões e conferências em que MNEC participou; Comunicação e contactos com participantes reforçados; Mantidos contactos regulares com missão TL em Bruxelas e com representante UE em Díli; Número de reuniões / conferências atendidos e de relatórios produzidos e submetidos ao Ministro; Número de programas de treinamento na região do Pacífico em que representantes do governo participaram.		DGIR DNAP Oficiais responsáveis
Diálogo do Sudoeste e do Pacífico (SWPD).	Construir o interesse estratégico de Timor-Leste com o Sul e fortalecer o Diálogo do Fórum do sudeste pacífico com os membros e parceiros.	Participar na cimeira anual do swpd; Fortalecer os laços e desenvolver parcerias genuínas com os países membros de swpd; Produzir e submeter relatórios.	Primeiro trimestre participar nas conferências e apresentação de relatório; Segundo até ao terceiro trimestre participação na Cimeira de swpd e submissão de relatório.		DGAP DNPO DO
Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (PIDF)	Para desenvolver as relações sustentáveis com os membros do PIDF sobre política, sócio-económica, através de um quadro de cooperação bilateral e multilateral	Participar em todas as reuniões de PIDF SOC, GC e líderes da Cimeira; Estabelecer contactos regulares com o secretariado da PIDF no sentido de satisfazer a obrigação financeira de Timor-Leste (taxas de adesão) e outras contribuições finais em caso de necessidade.	Timor-Leste poderá desfrutar de relações frutuosas com os países do Pacífico e Oceânia no longo prazo, tanto a nível bilateral, como multilateral.		
Prestação de serviço ao público com qualidade e eficiência, capaz de garantir transparência	Serviços de inspeção sobre as despesas e receitas das Missões Diplomáticas e Consulares	Melhorar as condições de execução orçamental nas missões.	Problemas na execução do orçamento devidamente acompanhados e inspeccionados.		Sector: Governação e Desenvolvimento Institucional + Responsável INP (Inspeção Geral)
Melhorar os Sistemas Protocolares da Instituição	Sistemas Protocolares melhorados	Preparar uma lista diplomática actualizada e uma lista com os representantes e pessoal das Organizações Internacionais acreditadas em Timor-Leste.	Lista diplomática actualizada, bem como uma lista do pessoal das Organizações Internacionais em Timor-Leste devidamente actualizada.		Sector: Governação e Desenvolvimento Institucional + Responsável (Direção Geral do Protocolo, Direcção Nacional de Privilégios e Imunidades)
	Actualizar o Diploma Ministerial que regulamenta a utilização da sala VIP do aeroporto e desenvolver uma guia de utilização da sala do aeroporto e outros espaços.	Diploma Ministerial publicado e guia prático enviado às instituições do Estado.	Há um guia claro e conciso relativamente à utilização dos espaços VIP e difundido a todos os departamentos ministeriais e instituições do Estado.		
	Em coordenação com a DNAJT finalizar o projeto de Decreto-Lei sobre “Regime de Matrículas Diplomáticas, Consulares e de Organizações Internacionais”	Apresentar ao Conselho de Ministros para aprovação e publicação	1. Há uma lista actualizada do número de carros ou meios de transporte terrestres que utilizam placas diplomáticas ou outro tipo de placas especiais (consulares e de Organizações Internacionais). 2. Decreto-Lei que regule o Regime de Matrículas Diplomáticas, Consulares e de		

			Organizações Internacionais aprovado pelo Conselho de Ministros e publicado no Jornal da República.		
	Em coordenação com a DNAJT, preparar um Diploma Ministerial que regulamente o número de placas diplomáticas, consulares e de Organizações Internacionais que poderão ser concedidos a cada funcionário diplomático, consular e de OI e o número de viaturas operacionais que poderão utilizar uma placa especial.	Diploma aprovado e situação regularizada	1. Há uma política uniforme que regulamenta o número máximo de veículos que podem usufruir de placa especial. 2. Todos os veículos das Missões Diplomáticas e Organizações Internacionais em Timor-Leste estão regularizados nos termos do Diploma Ministerial.		
	Em coordenação com a DNAJT, preparar um Diploma Ministerial que regulamente a emissão de Cartões de acreditação diplomática, Consular e de representantes e funcionários de Organizações Internacionais. Preparar novos modelos de identificação. Adquirir uma máquina apropriada para a emissão de cartões de acreditação.	Diploma Ministerial aprovado e implementado	Há um diploma Ministerial que regulamenta os diferentes tipos de acreditação pessoal e os seus beneficiários e dispor de uma máquina para a emissão de cartões de acreditação apropriados.		
	Em coordenação com a Direcção Nacional de Protocolo e a DNAJT preparar um guia prático para o corpo diplomático e consular acreditado em Timor-Leste	Guia preparada e pronta para distribuição	Há um guia prático que trata de todas as questões relativas a protocolo e imunidades e privilégios do pessoal diplomático e consular e do pessoal das Organizações Internacionais acreditados em Timor-Leste, para ser entregue aos novos diplomáticos à sua chegada a Timor e para uso interno do MNEC		
REUNIÕES DA ASEAN	Participar nas reuniões sectoriais da ASEAN, realizar visitas oficiais e de trabalho a países membros da ASEAN e ao Secretariado da ASEAN em Jakarta, continuando a manifestar o interesse da RDTL em ser membro da ASEAN.	Contribuir com as opiniões e perspectivas da RDTL relativamente á arquitectura regional. Aprender sobre os mecanismos e as melhores práticas da ASEAN, assim como partilhar experiências relativamente à promoção da visão da ASEAN para a construção da comunidade da ASEAN. Realçar o Plano de Acção Anual para a preparação e participação da RDTL de acordo com o Plano de Acção relativamente aos três pilares da ASEAN.	Identificar a Reunião Sectorial da ASEAN e o Plano de Acção Identificar Programas e Estados Membros a serem visitados.		DGAA
AUMENTAR O CONHECIMENTO PÚBLICO	Organizar conferências nacionais e internacionais, seminários e workshops e concursos de escrita sobre	Aumentar o conhecimento e a compreensão de todas as instituições estatais, agências, grupos de interesse, sociedade civil, académicos, estudantes e comunidade sobre o processo de preparação e assuntos da ASEAN em geral.	Identificar o calendário das actividades, tópicos e discursos	200,000/ workshops & acções de formação	DGAA

	assuntos da ASEAN. Universidades, colégios, outras escolas dos Distritos e comunidades para aumento do conhecimento público sobre a ASEAN.				
Fórum Regional da ASEAN (FRA) e outros Eventos Regionais relacionados	Assistir a todas as reuniões obrigatórias e eventos relacionados. (a nível ministerial, SOM, ISG-CBM-PD/DOD e outros oficiais técnicos)	Cumprimento dos compromissos e obrigações enquanto Estado Membro da ASEAN. A participação activa da RDTL assegura junto dos membros do FRA, particularmente dos países membros da ASEAN da capacidade e empenhamento de Timor-Leste em ser membro da ASEAN.	Identificar o calendário das reuniões e assegurar a participação dos ministérios relevantes. Disponibilização de relatórios regulares e recomendações para acompanhamento e melhoria da participação.		DGAA
UNIDADE DE TRADUÇÃO	Tradução de documentos identificados.	Facilitar a obtenção de conhecimentos relativamente aos assuntos da ASEAN por parte das instituições nacionais e da comunidade local. Criar uma Unidade de Tradução que inclua recursos especializados.	Identificar documentos relevantes; Documentos traduzidos.		DGAA
TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS	Levantamento e compilação instrumentos internacionais assinados por Timor-Leste.	Fazer um levantamento dos instrumentos internacionais assinados por Timor-Leste Preparar reuniões bilaterais com as instituições do Estado para recompilar os instrumentos internacionais assinados e que nunca foram enviados ao MNEC; Compilar todos os acordos assinados; Criar uma base de dados informática dos acordos assinados; Preparar anualmente uma compilação dos acordos internacionais assinados por Timor-Leste; Preparar o relatório dos instrumentos que ainda não terminaram os mecanismos necessários para a sua entrada em vigor	Base de dados actualizada com todos os instrumentos internacionais assinados por Timor-Leste e a situação de cada um deles	Levantamento instrumentos depositados no MNEC - Preparação relatório - Base de dados operativa	DNAJT
	Terminar os processos necessários para a entrada em vigor dos instrumentos internacionais que foram assinados mas que ainda não foram devidamente processados	Analisar a situação de cada um dos acordos para determinar se já foram aprovados pelo CM/PN, se já foram publicados no Jornal da República e se já foi enviado o instrumento de depósito/nota verbal à outra parte informando da terminação dos procedimentos internos Enviar pacotes de acordos internacionais ao CdM/PN para aprovação e publicação. Depósito de instrumentos de adesão/envio notas verbais	Todos os instrumentos internacionais estão em vigor nos termos da lei nacional e das Convenções Internacionais sobre Direito dos Tratados		DNAJT
	Renegociar os acordos de sede e outros acordos quadro com parceiros e instituições internacionais acreditadas em Timor-Leste e regularizar a sua situação	Avaliar os acordos de sede contrários à Constituição da República e iniciar a sua renegociação; Contactar com as organizações internacionais/parceiros para a renegociação dos acordos; Fazer um levantamento e avaliação dos acordos de sede e quadros de cooperação já assinados e preparar uma política comum com o Ministério das Finanças a ser aprovada pelo CdM; Analisar os acordos quadros de cooperação para definir uma política comum aplicável a todos os parceiros e preparar, em coordenação com o Ministério das Finanças e outras instituições relevantes um "white paper".	Envio dos acordos ao Conselho de Ministros e para aprovação no Parlamento Nacional		DNAJT
	Revisão da Lei n.º 6/2010, sobre Tratados Internacionais	Preparar uma alteração da Lei sobre Tratados Internacionais que estabeleça os diferentes tipos de tratamento aplicáveis aos acordos internacionais e a outros instrumentos internacionais	Nova Lei aprovada pelo Parlamento Nacional que ordena e clarifica os mecanismos de celebração de instrumentos internacionais em	Submissão ao Conselho de Ministros para discussão e Submissão para aprovação o	DNAJT

		que não são acordos internacionais e que clarifique e facilite a adopção de instrumentos por Timor-Leste, melhorando a sua eficácia e eficiência Preparação "draft" + reuniões com instituições relevantes (incluindo o Parlamento Nacional)	Timor-Leste	Parlamento Nacional	
	Preparar um Seminário sobre a socialização da Lei dos Tratados Internacionais para todas as instituições do Estado	Preparar um guia básico sobre os procedimentos e responsabilidades das instituições do Governo de Timor-Leste para a celebração de instrumentos internacionais; Preparação seminário dirigido às instituições do Estado; Socialização a todas instituições do Estado sobre os procedimentos internos para a negociação, assinatura, e depósito dos acordos internacionais.	As instituições do Estado conhecem os procedimentos para a celebração de instrumentos internacionais	Celebração seminário	DNAJT
	Legislação diplomática em vigor	Estatuto da Carreira Diplomática – Dar seguimento e coordenar com SG a submissão e discussão no CdM	Aprovação no PN e Publicação no jornal da republica		DNAJT
		Preparar proposta de Lei sobre Estatuto Remuneratório da Carreira Diplomática Coordenar SG e DNF para submissão ao CdM			DANJT
		Preparar proposta de lei sobre o Estatuto do Instituto de Estudos Diplomáticos	Estatuto IED aprovado.		DANJT
	Preparar Proposta de Lei sobre as Matrículas Diplomáticas e Diploma Ministerial que desenvolve o Decreto-Lei	Regularizar as placas diplomáticas, consulares e de Organizações Internacionais aprovados; Diploma Ministerial que limita o número de placas especiais disponíveis; Em coordenação com a DG Protocolo, preparar o Decreto-Lei que regulamenta as Matrículas Diplomáticas e Diploma Ministerial que desenvolve o Decreto-Lei; Rever ultima proposta, manter reuniões com as instituições relevantes e preparar proposta para enviar ao CdM.	Diploma Ministerial que determina o número máximo de placas especiais elaborado; Reuniões com as entidades relevantes realizadas.		DNAJT
	Projecto de Lei sobre "Estatuto de Centros de Estudo Diplomático"	Desenvolver o currículo de formação; Seleccionar candidatos; Formar diplomatas confiáveis.			DNAJT
	Envolver activamente o apoio jurídico na posição Timor-Leste sobre a questão do Tratado do Mar de Timor	Pesquisar e procurar as referências Jurídicas (Legislação Nacional e Direito Internacional) para apoiar juridicamente as apresentações do caso no tribunal arbitragem internacional Haia, Holanda			DNAJT
Envolvimento na Revisão do Estatuto da CPLP	Revisão do Estatuto da CPLP	Participar activamente na revisão do estatuto na sede da CPLP em Lisboa.			DNAJT
Actividades Nacionais e Internacionais	Formações	Formações em redacção de textos, elaboração de actas/ minutas de reunião, elaboração de discursos Capacitar os funcionários da direcção	Formações realizadas; Funcionários mais aptos no desempenho das suas funções.		DGAM
Presidência da CPLP 2014-2016	Ser anfitrião da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa) no biénio 2014-2016	Dar visibilidade à CPLP na comunidade Regional e Internacional Enriquecer o conhecimento da população sobre a existência da CPLP Fortalecer as relações Bilaterais e Multilaterais Ponte de ligação de continentes Provar a capacidade de Timor-Leste em organizar eventos internacionais Utilizar a língua portuguesa nas reuniões e intervenções.	Reconhecimento da CPLP, internacional, regional e local, sobre a presidência da CPLP As relações de amizade com CPLP mantêm-se fortes e contínuas A difusão da Língua Portuguesa trás benefícios políticos e culturais aos estados membro da CPLP no cenário nacional e internacional		DGAM

Ministério da Defesa e Segurança

Papel

O Ministério da Defesa e Segurança, abreviadamente designado por MDS, é órgão central do Governo que tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar a política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da Defesa Nacional, cooperação militar, da segurança pública, da investigação criminal e migração.

De acordo com o artigo 2º do Decreto-lei no 31/2008, de 13 Agosto que aprova a Orgânica do Ministério da Defesa e Segurança, o MDS agrega as seguintes atribuições:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamento necessários às suas áreas de tutela;
- Celebrar e coordenar com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, acordos Internacionais em matéria de Defesa e Cooperação Militar;
- Administrar e fiscalizar as forças armadas de Timor-Leste;
- Promover a adequação dos meios militares;
- Fiscalizar a navegação marítima e as áreas com fins militares;
- Exercer a tutela sobre as forças políticas de Timor-Leste;
- Promover a adequação dos meios policiais;
- Exercer a tutela sobre os serviços de Migração;
- Fiscalizar a navegação marítima e áreas com fins civis;
- Velar pela segurança das pessoas e bens de em caso de incêndios;
- Desenvolver programas de educação cívica para fazer face a desastres naturais ou outros, provocados pela acção humana;
- Estabelecer mecanismo de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre as áreas conexas.

O Ministério da Defesa e Segurança, o qual é composto pela Secretaria de Estado da Defesa e pela Secretaria de Estado da Segurança, tendo um Orçamento de 71,348 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Defesa e Segurança (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	62,572	69,447	71,348	74,202	77,170	80,257	83,467
Recorrentes	56,787	61,356	66,986	69,665	72,452	75,350	78,364
Salários e Vencimentos	24,103	25,550	28,597	27,861	28,767	29,918	31,115
Bens e Serviços	32,556	35,508	40,389	42,004	43,685	45,432	47,249
Transferências Públicas	128	300	-	-	-	-	-
Capital	5,786	8,091	4,362	4,537	4,718	4,907	5,103
Capital Minor	5,328	7,266	3,046	3,168	3,295	3,427	3,564
Capital Desenvolvimento	458	825	1,316	1,369	1,423	1,480	1,540
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	62,572	69,447	71,348	74,202	77,170	80,257	83,467
Recorrentes	56,787	61,356	66,986	69,665	72,452	75,350	78,364
Capital	5,786	8,091	4,362	4,537	4,718	4,907	5,103

Estes fundos vão ser alocados a cada instituição baseando-se nas necessidades em conformidade com as prioridades a implementar em 2013, tais como a seguir se enuncia:

Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança

Papel

O Ministério da Defesa e Segurança, como já é do conhecimento de todos, é o Órgão Central do Governo e tem um papel de extrema importância, isto é, na responsabilidade pela Concepção, Execução coordenação e Avaliação da Política, defendida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da Defesa e da Segurança Nacional, da cooperação Militar, da Segurança Pública, da Investigação Criminal, e da Imigração sob a dependência directa do Ministro da Defesa e Segurança;

Orçamento

O Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança tem um Orçamento de 4,579 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministro da Defesa e Segurança (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	3,398	3,541	4,579	4,762	4,953	5,151	5,357
Recorrentes	2,255	2,541	4,579	4,762	4,953	5,151	5,357
Salários e Vencimentos	56	72	72	75	78	81	84
Bens e Serviços	2,071	2,469	4,507	4,687	4,875	5,070	5,273
Transferências Públicas	128	-	-	-	-	-	-
Capital	1,143	1,000	-	-	-	-	-
Capital Minor	1,143	1,000	-	-	-	-	-
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	3,398	3,541	4,579	4,762	4,953	5,151	5,357
Recorrentes	2,255	2,541	4,579	4,762	4,953	5,151	5,357
Capital	1,143	1,000	-	-	-	-	-

Perfil de Funcionários

O Gabinete do Ministério da Defesa e Segurança tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 52 pessoas, composto por 3 funcionários permanentes, 5 cargos de direcção e chefia e 22 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 22 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA (MD&S)																								
Força de Trabalho		Categoria/Grau																						
		TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total	
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1	-	1	2	1	-
Escalão 1o	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	-	2	-	
Escalão 2o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	
Escalão 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escalão 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escalão 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escalão 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Agente da Administraçao Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total força de trabalho actuais	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	3	2	5	-	-	-	1	-	1	5	3
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	3	-	6	-	-	-	-	-	2	
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Quadro Pessoal	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	7	-	8	-	6	-	-	1	-	3	-	
Mapa Pessoal 2016	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	7	-	3	-	6	-	-	-	2	-	-	
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	7	-	3	-	6	-	-	-	-	-	2	
Detalhe Cargo Direcção e Chefias																								
Cargo Direcáo e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total			
Director Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Director Nacional	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	2	1	3		
Director Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	1	1		
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total Cargo de Direcção e Chefia	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	3	1	4	-	-	-	-	-	3	2		

Plano Anual do Ministério da Defesa e Segurança Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Assegurar a Capacidade, Melhorar a Qualidade dos Serviços Públicos no Gabinete do Ministro da Defesa e Segurança.					
Fortalecer as reuniões de trabalho a nível Ministerial de MDS entre as forças armadas e de segurança, F-FDTL e PNTL.	Realizar reuniões duas vezes por ano e reuniões extraordinárias, caso necessário.	Preparar actas da sessão do trabalho; tomar decisões políticas, planos de intervenção.	Duas reuniões a nível Ministerial; 100 Participantes por cada reunião; Actas de reuniões elaboradas Duração de 1 a 2 dias.		Sector da Governação
Apoiar as prestações de serviços nas áreas técnicas nacionais e internacionais no MDS e apoio finanças para as actividades relacionadas com informações da Defesa e da Segurança	Apoio nas áreas de gestão administrativas, prevenção dos conflitos comunitários, serviços de promoções da Polícia, Imigração, currículo e formação da Polícia, Planeamento e monitorização e avaliação, segurança, assessoria nos Gabinetes de apoio directa a S.E. PM/MDS, SES e SED. Recolher informações sobre a segurança e recolha das armas ilegais em todo o território Nacional.	Necessidades de prestações de serviços técnicos; Recolher informações e armas ilegais em todo o território Nacional.	12 Técnicos nacionais. 4 Técnicos internacionais; 6 Pessoas da Casual sendo: 3 Condutores e 3 técnicos da administração e Finanças. Fontes de apoio, nomeadamente SNI, CIA, GSES, GSED, GMDS, GIDN, CSBLR, CAPP, GCEMGFA, GCG-PNTL.		Sector da Governação
Criar e fortalecer o desenvolvimento da paz no seio comunitário.	Seminários nos treze distritos/localidades por um período 3 dias.	442 Participantes da liderança comunitária.	Seminários em treze distritos/localidades Duração de 3 dias. 342 Homens e 100 mulheres dos líderes comunitários.		Sector da Governação
Fortalecer a cooperação internacional nas áreas de Defesa e Segurança	Participar nos encontros bilaterais, regionais, internacionais e reuniões com os países da CPLP.	Ligação com vários países incluindo países da CPLP.	10 Viagens ao estrangeiro de S.E. PM e MDS e da sua comitiva para países da Ásia, Europa, América e da CPLP.		Sector da Governação
Fortalecer as celebrações dos dias das Forças Armadas sendo F-FDTL e PNTL	Cerimónias ligadas aos dias 2 de Fevereiro e 20 de Agosto, dias das F-FDTL, e 27 de Março, dia da PNTL.	Cria e fortalecer a amizade e o espírito do corpo militar.	Participação de todas componentes de militares sendo oficiais, soldados, famílias, veteranos Falintil e comunidades). Participação dos oficiais dos países amigos da ASEAN, CPLP e do Pacífico		Sector da Governação
Reforçar a PNTL com os meios materiais fundamentais para o cumprimento da sua missão.	Complementar as necessidades em equipamentos de ordem pública, de patrulhamento de fronteira, de inactivação de engenhos explosivos e de meios de comunicações.	Equipamentos para o Batalhão de ordem Pública (BOP), para o serviço de inactivação e desmantelamento de engenhos explosivos, para a Unidade de Patrulhamento de Fronteira (UPF) e comunicações rádio.	133 Equipamento diversos de ordem pública; 46 Equipamento diversos de inactivação e desmantelamento de engenhos explosivos 100 Equipamento diversos para patrulhamento de fronteiras; 200 Rádios 100 Bases de Rádios 10 Repetidores e acessórios.		Sector da Governação
Garantir padrões de saúde adequados aos militares das F-FDTL.	Proceder ao rastreio faseado de todos os militares das F-FDTL.	Análises clínicas de despistagem.	Doenças infecto-contagiosas; ECG; RX Torácicos.		Sector da Governação

Secretaria de Estado da Defesa

Papel

Segundo a Lei Orgânica do V governo constitucional a Secretaria de Estado da Defesa tem as suas competências delegado pelo Ministro da Defesa e Segurança para gerir e supervisionar as actividades no setor da defesa.

O Ministério da Defesa e da Segurança define duas secretarias de estado para responsabilizar o assunto da defesa e da segurança nacional, como Secretaria de Estado da Defesa e Secretaria de Estado da Segurança, assim a missão e a responsabilidade da Secretaria de Estado da Defesa é como responsável na concepção, execução, coordenação e avaliação política que define pelo Conselho dos Ministros para o assunto da Defesa Nacional e a cooperação técnica militar.

Administração e fiscalização às Forças Armadas e promove adequação militares são considerados como umas das competências importantes atribuídos à Secretaria de Estado da Defesa.

A responsabilidade principal do Secretário de Estado da Defesa é para Desenvolver a Política da Defesa nacional com a orientação do Conselho dos Ministros para proteger o interesse nacional de Timor-Leste.

Orçamento

A Secretaria de Estado da Defesa tem um Orçamento de 7,931 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Secretaria de Estado da Defesa (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,653	4,532	7,931	8,248	8,578	8,921	9,279
Recorrentes	1,488	3,501	5,873	6,108	6,352	6,606	6,871
Salários e Vencimentos	457	762	1,048	1,089	1,133	1,178	1,225
Bens e Serviços	1,032	2,440	4,826	5,019	5,219	5,428	5,645
Transferências Públicas	-	300	-	-	-	-	-
Capital	165	1,031	2,058	2,140	2,226	2,315	2,408
Capital Minor	-	681	1,404	1,460	1,519	1,579	1,642
Capital Desenvolvimento	165	350	654	680	707	736	765
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,653	4,532	7,931	8,248	8,578	8,921	9,279
Recorrentes	1,488	3,501	5,873	6,108	6,352	6,606	6,871
Capital	165	1,031	2,058	2,140	2,226	2,315	2,408

Perfil de Funcionários

A Secretária de Estado da Defesa tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 128 pessoas, composto por 32 funcionários permanentes, 15

cargos de direcção e chefia e 17 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 64 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA (SED)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	3	1	4	8	1	9	10	3	13	2	3	5	-	1	1	23	9	32
Escalaço 1o	-	-	-	-	-	-	2	1	3	5	-	5	4	2	6	2	2	4	-	1	1	13	6	19
Escalaço 2o	-	-	-	-	-	-	1	-	1	3	1	4	5	1	6	-	1	1	-	-	-	9	3	12
Escalaço 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escalaço 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Escalaço 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escalaço 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraaun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	2	-	2	4	2	6	9	1	10	9	1	10	10	3	13	2	3	5	-	1	1	36	11	47
Vagas em processo de Recrutamento	1			2			-			6			6			2			-			17		
Nova Proposta de Vagas 2015	-			-			-			-			-			-			-			-		
Total Quadro Pessoal	3			8			10			16			19			7			1			64		
Mapa Pessoal 2016	2			6			12			18			19			6			1			64		
Mapa Pessoal 2016 - 2018	2			6			12			18			19			6			1			64		
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcao e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Diretor Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Inspector Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Diretor Nacional	-	-	-	4	2	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	6	
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	6	-	6	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	7	
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Cargo de Direção e Chefia	2	-	2	4	2	6	6	-	6	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	13	2	15	

Plano Anual da Secretaria de Estado da Defesa para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Assegurar a Defesa Nacional, Segurança e Estabilidade					
Desenvolvimento da legislação da Defesa.	Desenvolve quadros legais em vigor para estabelecer o controlo democrático sobre as F-FDTL.	Elaborar Política de Defesa Nacional.	A Política de Defesa Nacional é elaborada no quadro das competências próprias de cada órgão de soberania, observando o disposto na Constituição e na LDN, e consta do programa do Governo aprovado em Conselho de Ministros e apresentado ao Parlamento Nacional.	Não havendo uma Política de Defesa Nacional estabelecida num documento único e em separado (arts.7.º e 8.º da Lei de Defesa Nacional - LDN), esta deve ser deduzida do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e do Programa do V Governo Constitucional. As leis desenvolvidas e a serem desenvolvidas seguem as linhas estabelecidas pela Política de Defesa Nacional.	Órgãos de Soberania
		Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN)	Aprovação do CEDSN em Conselho de Ministros; Elaboração das estratégias gerais por cada Ministério (através de Directivas Ministeriais) para a implementação interministerial do CEDSN; Elaboração da estratégia particular (Conceito Estratégico Militar no caso da Defesa); Adequação das leis nas áreas da defesa e segurança à definição do CEDSN.	Em termos de estratégia de Defesa, o CEDSN vem abaixo da Política de Defesa Nacional (e por isso subordinado à Política), sendo a estratégia global que estabelecerá pilares para estratégias gerais e específicas no domínio da Defesa Nacional para todos os sectores da governação. Por ser documento que exige grande concertação do Governocom a Presidência da República e com o Parlamento Nacional, antes de ser enviado para aprovação em Conselho de Ministros, demanda tempo. Os documentos decorrentes do CEDSN (Directiva Ministerial de Planeamento e Defesa Militar (art.21.º da LDN), Conceito Estratégico Militar (art.22.º LDN), Missões das F-FDTL (art.23.º LDN), Sistemas de Forças e Dispositivo (art.24.º LDN), dependem do CEDSN porque devem estar alinhados com a Política de Defesa Nacional.	SG+Gab. F2020 da SED+F-FDTL
		Directiva Ministerial de Planeamento e Defesa Militar	Espera-se que as linhas orientadoras do planeamento estratégico militar estejam definidas neste documento, para garantir a prossecução das actividades de defesa militar num determinado horizonte temporal, considerando os objectivos a alcançar e as condicionantes funcionais, as ameaças, os riscos do ambiente estratégico.	A ser elaborada logo após aprovação do CEDSN.	SG+MDS
		Conceito Estratégico Militar	Como este documento depende da aprovação do CEDSN, espera-se que o CEDSN seja aprovado ainda em 2014 para em 2015 ser aprovado o CEM.	É aprovado pelo membro do Governo responsável pela área da Defesa, sob proposta do CEMG das F-FDTL e ouvido o Conselho Superior de Defesa e Segurança.	SG+Gab. F2020 da SED+F-FDTL
		Conceito de Emprego das F-FDTL	Face à aprovação do CEDSN e do CEM, há que alterar-se o actual Conceito de Emprego. Espera-se que a alteração seja feita em 2015.		SG+Gab. F2020 da SED+F-FDTL
		Missões específicas das F-FDTL	Como este documento depende da aprovação do CEDSN e do CEM espera-se que esteja elaborado até ao fim de 2015.	É aprovado pelo membro do Governo responsável pela área da Defesa, sob proposta do CEMG das F-FDTL e ouvido o Conselho Superior de Defesa e Segurança.	SG+Gab. F2020 da SED+F-FDTL
		Sistema de Forças e Dispositivo das F-FDTL	Como estes documentos dependem da aprovação do CEDSN e do CEM, e é necessário ao cumprimento das missões das F-FDTL, espera-se que esteja	O Sistema de Forças é aprovado pelo membro do Governo responsável pela área da Defesa, sob proposta do CEMG das F-FDTL e ouvido o Conselho Superior de Defesa e Segurança.	SG+Gab. F2020 da SED+F-FDTL

			elaborado até ao fim de 2015.	O Dispositivo de Forças é aprovado pelo membro do Governo responsável pela área da Defesa, sob proposta do CEMG das F-FDTL e ouvido o Conselho Superior de de Defesa Militar.	
		Lei de Programação Militar	Competência do Parlamento Nacional que orienta e fiscaliza a elaboração e execução das Leis de Programação Militar.	A programação militar, orientada pelas necessidades decorrentes do CEM e do Conceito de Emprego das F-FDTL, serve para orientar e planear as despesas militares a efectuar pelo Estado no equipamento das F-FDTL e nas infra-estruturas da defesa. Deve ser aprovada pelo Parlamento Nacional.	Parlamento Nacional
		Alteração à Orgânica do Ministério da Defesa e Segurança (alteração ao DL 31/2008 de 13 de Agosto)	Aprovação em Conselho de Ministros; Implementação da nova estrutura; Espera-se atingir um nível de excelência na vertente da diplomacia de defesa estratégica para a paz através da Direcção-Geral para a Política Estratégica e Cooperação Internacional da Defesa e serviços criados.	Para fortalecer a vertente da diplomacia da defesa estratégica para a paz, a alteração à Orgânica do MDS/SED prevê a criação da Direcção-Geral para a Política Estratégica e Cooperação Internacional da Defesa – à parte da Direcção-Geral para a Administração, Finanças e Infra-Estruturas, dividindo-se as competências no âmbito da coordenação dos assuntos administrativos internos e os relacionados com a política internacional da defesa. Sob a coordenação da Direcção-Geral para a Política Estratégica e Cooperação Internacional da Defesa, criam-se duas novas Direcções Nacionais: a Direcção Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Defesa e a Direcção Nacional de Assuntos Bilaterais da Defesa, ao lado da já existente Direcção Nacional de Planeamento Estratégico e Política Internacional da Defesa, com o intuito de se fomentar um centro especializado em estudos das relações internacionais e cooperação da defesa, com ênfase na cooperação técnico-militar multilateral e bilateral.	SG+ Gab. Juridico da SED +Gab. F2020 da SED
		Alteração à Orgânica das F-FDTL (alteração ao DL N.º15/2006 de 8 de Novembro)	Espera-se que a nova orgânica das F-FDTL já esteja em vigor, garantindo a devida correspondência da realidade com a lei; Espera-se que o quadro-orgânico funcional das Componentes das F-FDTL esteja em vigor, determinando e orientando a sua estrutura.		SG+Gab. Juridico da SED+ Gab. F2020 da SED+F-FDTL
		Alteração ao Regime Remuneratório das F-FDTL	Espera-se novo quadro remuneratório em vigor para resolver os problemas resultantes da má-aplicação da presente lei; Nivelar os salários de acordo com os postos.		SG+Gab. Juridico da SED+F-FDTL
		Regime Especial de Aprovisionamento Militar	Se o quadro legal geral permitir regimes especiais, espera-se que este regime já esteja em vigor de modo a garantir a legalidade e a segurança na aquisição de material militar sensível; Espera-se que sejam capacitados recursos humanos nesta área específica.		SG+Gab. Juridico da SED+F-FDTL
		Modelo de Sistema de Autoridade Marítima para Timor-Leste.	Espera-se que o modelo de autoridade marítima para Timor-Leste tenha sido determinado pelo Poder Político, e que a elaboração da legislação de criação do Sistema de Autoridade Marítima esteja em curso.		SG+Gab. F2020 da SED+F-FDTL
		Decreto-Lei do Sistema de Autoridade Marítima	Espera-se que no fim de 2015 o Decreto-Lei de criação do SAM esteja em fase de finalização ou, até mesmo, aprovado em		SG+Gab. F2020 da SED+F-FDTL

			Conselho de Ministros.		
		Outros Documentos internos das F-FDTL	Espera-se que os principais documentos estejam internamente aprovados pelo CEMG das F-FDTL.		SG+Gab. F2020 da SED+F-FDTL
Reestruturação e formação de recursos humanos F-FDTL e SED	Desenvolver e profissionalizar Recursos Humanos F-FDTL e SED.	Programas e Desenvolvimento Quadros Falintil-Força Defesa Timor Leste	Melhora a capacidade dos recursos humanos nas diversas áreas de acção e actuação das F-FDTL		SG+Direção Nacional RH da SED+F-FDTL
		F-FDTL Engenheiros continuará a concluir cursos de engenharia através do apoio de DCP.	Aumentar a qualidade da actuação e imagem das F-FDTL junto da população		SG+Direção Nacional RH da SED+F-FDTL
		Desenvolvimento de Recursos Humanos Funcionários da Secretária de Estado da Defesa	Garantir o funcionalismo público na Secretaria de Estado da Defesa		SG+Direção Nacional RH da SED
		Contratar Assessores Internacionais e Nacionais.	Preparação dos termos de referência e concurso concluído no 1º trimestre; Assessores recrutados e a desempenhar as suas funções no 2º trimestre;		SG+Direção Nacional RH da SED
		Bolsas de estudo para funcionários da Secretaria de Estado da Defesa continuarem os seus estudos de nível superior.	29 Funcionários da Secretaria de Estado da Defesa elevam os seus conhecimentos. Licenciatura na UNTL:1 pessoa, mestrado UNTL:4 pessoas e Mestrado <i>Defence management international</i> na Austrália:4 pessoas, licenciatura IOB, UNDIL, UNPAZ, DIT:20 pessoas. (M/ F)	Este programa é continuação do ano anterior. Orçamento alocado ao Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (Ministério Educação)	SG+Direção Nacional RH da SED
		Recrutar novos funcionários (M/F) a fim de garantir os serviços administrativos.	Preparação dos termos de referência e realização de concurso público em cooperação com CFP realizada no 2º trimestre; Nº de funcionários recrutados. (F/M) Serviços administrativos da SED assegurados.	Actividade realizada em cooperação com a Comissão da Função Pública.	SG+Direção Nacional RH da SED
Cooperação Internacional no domínio da Defesa e Cooperação Civil-Militar	Fortalecer e consolidar a política das relações Internacionais e nacionais no âmbito da Defesa e Militar.	Efectuar operações de cooperação civil-militar de âmbito do apoio humanitário nas áreas de saúde e engenharia.	Conduzir missões operacionais para manter boas relações com as populações.		SG+Direção Nacional PEPI da SED+FDTL
		Efectuar operações de cooperação no âmbito do apoio à segurança (SED, SES, F-FDTL, PNTL)	Coordenação e cooperação entre as F-FDTL e a PNTL fortalecidas, com papéis e responsabilidades claramente definidas.		SG+Direção Nacional PEPI da SED+FDTL
		Timor-Leste irá consolidar e fortalecer as relações com parceiros e amigos, ao nível regional e global, e ampliar a participação em exercícios militares regionais e internacionais.	Fortalecer o mecanismo de cooperação mútua na sua harmonização tanto Bilateral como Multilateral.	Os acordos internacionais técnico-militares inserem-na na vertente da diplomacia de Defesa estratégica para a paz, de modo a desencadear e acentuar uma política preventiva e pró-activa de amizade com os diversos países com quem Timor-Leste se relaciona, particularmente os vizinhos. O Ministério da Defesa e Segurança é, neste sentido, um suporte e instrumento da política para a paz e estabilidade de Timor-Leste (e do Mundo).	SG+Direção Nacional PEPI da SED+FDTL
		Desenvolver e estabelecer Adidos de Defesa na Indonésia, Portugal e Austrália.	Estabelecer adidos de Defesa na Indonésia, Portugal e Austrália. Assegurar as missões da SED e das F-FDTL	Actividade conjunta entre MNEC e Secretaria de Estado da Defesa.	SG+Direção Nacional PEPI da SED+FDTL

Monitorização das actividades da Secretaria de Estado da Defesa e Falintil-Força Defesa Timor-Leste	Fiscalização e inspecção da Secretaria de Estado da Defesa e F-FDTL.	Fiscalização interna das actividades da Secretaria de Estado da Defesa e Falintil-Força Defesa Timor-Leste	Fiscalizadas as actividades da Secretaria de Estado da Defesa e Falintil-Força Defesa Timor Leste (<i>Número de fiscalizações realizadas.</i>)	Coordenar com as direcções da SED e F-FDTL sobre os gastos em conformidade com os procedimentos financeiros	SG+Gabinete Inspector Geral SED
			Minimizados os actos de má administração na SED e Falintil-Força Defesa Timor Leste.	Coordenar com as direcções da SED e F-FDTL a forma concreta da gestão dos projectos	
	Informar o público sobre as actividades da Secretaria de Estado da Defesa e das Falintil-Força Defesa Timor-Leste.	Produzir e disseminar o Jornal da Defesa 3000 exemplar.	1ª Edição: produzidos 1500 exemplares, disseminados ao público no 2º trimestre; 2ª Edição: produzidos 1500 exemplares, disseminados ao público no 4º trimestre.	Actividade conjunta entre F-FDTL e SED. O orçamento para financiar esta actividade foi concentrado no orçamento da Secretaria de Estado da Defesa.	SG+Gabinete Inspector Geral SED
		Realizar cobertura exclusiva relacionada com as actividades das forças armadas e com a sua participação no desenvolvimento do país.	Cobertura exclusiva realizada com sucesso e número de coberturas realizadas.	Actividade conjunta entre F-FDTL e SED Orçamento da Secretaria de estado da Defesa.	SG+Gabinete Inspector Geral SED
Desenvolvimento Infra-Estrutura e Equipamento F-FDTL e MdS	Desenvolver Prontidão Operacional.	Aquisição de Viaturas, armamento portátil (nova Pistola), Equipamentos de Comunicações, Equipamento informático, mobiliário, equipamentos individuais e uniformes militares.	Preparar documentos para o processo de concurso e adjudicação (tenderização) concluído no 1º trimestre; Materiais e equipamentos comprados e distribuídos; Serviços administrativos totalmente operacionais.	Aumentar a capacidade operacional da Força	SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+FDTL
		Construção do Novo Edifício do Comando da F-FDTL.	Está em processo de especificação e preparação dos documentos necessários para submeter o processo de tenderização.	Preparação dos documentos concluída no 1º trimestre. Processo de tenderização concluído no 2º trimestre.	SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+ADN+FDTL
		Construção de postos da F-FDTL em: Ainaro, Alas (Same), Atabae (Bobonaro), Ermera, Oecussi, Wuatu-lari (Viqueque), Atauro.ect.	Está em processo de especificação e preparação dos documentos necessários para submeter no processo de tenderização.	Preparação dos documentos concluída no 1º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2º trimestre.	SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+ADN+FDTL
		3ª fase Construção do Edifício da Componente de Apoio a Serviços e Componente de Formação e Treino.	Está em processo de especificação e preparação dos documentos necessários para submeter no processo de tenderização.	Preparação dos documentos concluída no 1º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2º trimestre.	SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+ADN+FDTL
		Nova Construção Edifício Ministério da Defesa em Fatuhada.	Está em processo de especificação e preparação dos documentos necessários para submeter no processo de tenderização.	Preparação dos documentos concluída no 1º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2º trimestre.	SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+ADN+FDTL
		3ª fase Construção do Edifício da Polícia Militar	Está em processo de especificação e preparação dos documentos necessários para submeter no processo de tenderização.	Preparação dos documentos concluída no 1º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2º trimestre.	SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+ADN+FDTL
		Nova Construção Centro de Formação de Língua Portuguesa em Metinaro.	Está em processo de especificação e preparação dos documentos necessários para submeter no processo de tenderização.	Preparação dos documentos concluída no 1º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2º trimestre.	SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+ FDTL
		Construção Caserna Componente Apoio Serviço F-FDTL em Metinaro	Está em processo de especificação e preparação dos documentos necessários para submeter no processo de tenderização.	Preparação dos documentos concluída no 1º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2º trimestre.	SG+Direção Nacional Aprovisionamento

					SED+ FDTL
Desenvolvimento Sistema de Comando e Controle	Sistemas e tecnologias de informação serão integrados num sistema de Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Informação.	Aquisição e instalação de sistemas e tecnologias de informação (hardware e software) que suportem as actividades administrativas e operacionais.	Desenvolver a capacidade de Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Informação (C4I)		SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+FDTL
		Dotadas as unidades com computadores, periféricos e o software necessário à execução eficiente das actividades administrativas e operacionais, com especial relevância para o CSOC e o COMAR. De acordo com o Plano F2020.	Desenvolver a capacidade de Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Informação (C4I)		SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+FDTL
		Instalação de um sistema de controlo de acessos no novo edifício que alojará a SED e o QG/F-FDTL em Fatuhada;	Desenvolver a capacidade de Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Informação (C4I)		SG+Direção Nacional Aprovisionamento SED+FDTL

FALINTIL-Força de Defesa de Timor Leste (F-FDTL)

Papel

Segundo a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, as Forças Armadas timorenses (Falintil-FDTL) são responsáveis por assegurar a defesa militar da República Democrática de Timor-Leste.

As Forças Armadas garantem a independência nacional e salvaguardam a soberania da Nação. Assim sendo, a Secretaria de Estado da Defesa planeou criar e desenvolver as Forças Armadas de Timor-Leste durante o mandato do IV Governo Constitucional, de modo a estabelecer um exército profissional capaz de manter a segurança externa e por conseguinte de proteger todos os cidadãos timorenses contra ameaças internas e externas. Segundo o artigo 46.º da Constituição da RDTL, o objectivo fundamental das F-FDTL é defender a soberania de Timor-Leste. A Política Nacional de Defesa determina os seguintes objectivos a nível de Segurança e Defesa Nacionais:

- Garantir a protecção da soberania de Timor-Leste através da manutenção da integridade territorial.
- Contribuir para a paz, segurança e estabilidade a nível regional e internacional.
- Garantir forças armadas profissionais.
- Garantir a segurança de todos os cidadãos contra ameaças externas.
- Consolidar a segurança externa.
- Consolidar a segurança marítima.

Orçamento

A Força de Defesa de Timor Leste (FDTL) tem um Orçamento de 19,893 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
FALINTIL-Forças de Defesa de Timor-Leste (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	23,648	21,551	19,893	20,688	21,516	22,376	23,271
Recorrentes	21,413	18,951	19,733	20,522	21,343	22,196	23,084
Salários e Vencimentos	7,014	7,645	7,903	8,219	8,548	8,890	9,245
Bens e Serviços	14,398	11,306	11,830	12,303	12,795	13,307	13,839
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	2,235	2,600	160	166	173	180	187
Capital Minor	2,174	2,600	160	166	173	180	187
Capital Desenvolvimento	61	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	23,648	21,551	19,893	20,688	21,516	22,376	23,271
Recorrentes	21,413	18,951	19,733	20,522	21,343	22,196	23,084
Capital	2,235	2,600	160	166	173	180	187

Perfil de Funcionários

As Forças Armadas F-FDTL no período de 2015 tem uma estimativa de forças armadas de cerca de 2,376 pessoas, composto por 1,876 pessoas activos, 500 pessoas que serão recrutadas em 2015 e 227 pessoas serão promovidos em 2015.

Mapa Pessoal F-FDTL		Tabela Chefia FDTL 2014	
Posto	Pessoal	Posto	Total Pessoal
Recruit	500	Maj. Geral	1
Soldado	794	brigadeiro	1
Cabu	228	Coronel	6
Furriel	0	Tenente Coronel	19
Segundo Sargento	437	Major	16
Primeiro Sargento	79	Capitao	53
Sargento Adjudante	46	Total	96
Sargento Chefe	9		
Sargento Mor	2		
Aspirante	0		
Alferes	110		
Tenente	68		
Capitao	67		
Major	15		
Tenente Coronel	10		
Coronel	8		
Brigadeiro	2		
Major General	1		
Total	2,376		

Posto Promocao para 2015		
Posto Original	Posto ba Promosaun	Numero
Soldado	Cabu	3
Soldado	Alferes	2
Cabu	Segundo Sargento	0
Cabu	Alferes	2
Segundo Sargento	Primeiro Sargento	82
Segundo Sargento	Alferes	5
Primeiro Sargento	Sargento Ajudante	10
Primeiro Sargento	Alferes	0
Alferes	Tenente	93
Tenente	Capitao	3
Capitao	Major	15
Major	Tenente Coronel	10
Tenente Coronel	Coronel	1
Coronel	Brigadeiro	1
Total		227

Plano Anual da F-FDTL para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Assegurar a Defesa Nacional, Segurança e Estabilidade.					
Cooperação Internacional no domínio da Defesa e Cooperação Civil-Militar	Desenvolver relações entre Instituições	Desenvolver a Gestão de segurança fronteira	Estabelecida a cooperação interna entre F-FDTL e PNTL nas áreas segurança.	Actividade conjunta entre SES, SED, F-FDTL e PNTL.	SE+F-FDTL
		Estabelecer a Cooperação interna entre F-FDTL e PNTL nas áreas segurança.			SE+F-FDTL
		Realizar a Cooperação entre F-FDTL e PNTL na área de segurança marítima.	Realizada cooperação entre F-FDTL e PNTL na área de segurança marítima.	Actividade conjunta entre SED, SES, F-FDTL e PNTL	SE+F-FDTL
		Participar em reuniões no âmbito da defesa e segurança, com forças de países amigos ou de organizações em que estamos integrados.	Participação 135tiva nas reuniões da Defesa com parceiros próximos (EUA, CPLP, Japão, Indonésia, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Guiné-Bissau, Singapura, etc.)	Actividade conjunta entre MNEC, Secretária de Estado da Defesa e Falintil-Força Defesa Timor-Leste.	SE+SED+F-FDTL
Reestruturação e formação de recursos humanos F-FDTL	Desenvolvimento Recursos Humanos F-FDTL.	Realizar cursos de especialização para os membros das F-FDTL.	Vários cursos realizados para melhorar a proficiência dos militares e a capacidade operacional das Falintil-Força Defesa Timor-Leste, tendo em vista o desempenho dos cargos e os Padrões de Prontidão Operacional.	Acções de formação, ministradas interna e externamente, com apoio de países amigos e cooperantes que têm como finalidade melhorarmos a capacidade operacional e de desempenho nas diversas áreas de emprego das F-FDTL (Operações, Logística, Operações Navais, Operações de Paz, comunicações e Computadores, Gestão de Recursos).	SE+F-FDTL
		Realizar cursos de formação inicial e promoção das F-FDTL	Curso de Formação de Praças CFP (250 novos recrutas), Curso de Formação de Oficiais-QP, Curso de Formação de Sargentos-QP, Cursos de Promoção (CPC, CPOS, CPSA, CPOG) e Curso de Estado-maior.	Actividades conjuntas entre F-FDTL e vários países nomeadamente Portugal, Austrália e Estados Unidos da América.	SE+SED+F-FDTL
		Educação Formal das F-FDTL.	Cursos a realizar na Universidade e Academias de países amigos. (Incluído no Plano de Formação Anual 2013-2017)	Melhorar e aumentar o número de efectivos com habilitações académicas de nível superior, incluindo pós-graduações e mestrados em áreas com interesse para as F-FDTL, preparar os oficiais em assuntos no âmbito da Defesa e Segurança (50 militares, de ambos os sexos, em vários cursos)	SE+SED+F-FDTL
		Efectuar formação aos membros das F-FDTL nas áreas de: CNAVAL, CT, CAS, CFT, PM e QG.	Efectuada a formação aos membros das F-FDTL; Número de elementos das F-FDTL que recebem a formação.	Orçamento FDCH.	
		Atribuir bolsas de estudo aos membros das F-FDTL na área de Defesa.	Membros das F-FDTL continuam os seus estudos em nível superior; Número de membros das forças que recebem bolsas de estudo.	Orçamento FDCH.	
	Assegurar a Missões operacionais das F-FDTL	Efetuar o Treino Operacional	Treinamento operacional efectuado com a participação de todos os membros das F-FDTL. (M/H).	Desenvolver os meios e condições militares adequados ao bom desempenho dos serviços e funções (conforme necessidades básicas e de rotina das Forças Armadas).	SE+F-FDTL

		Efectuar actividades de operações.	Desenvolver um conjunto de actividades que têm como objectivo desenvolver a capacidade operacional e contribuir para o cumprimento das missões atribuídas às F-FDTL.	Envolvimento nas relações Cíveis e Militares, com respectiva formação de exercícios com tropas estrangeiras no apoio das autoridades civis para prestar assistência humanitária.	SE+F-FDTL
	Respeitar e honrar os Ex-Falintil.	Realizar a celebração nacional das FALINTIL no dia 20 de Agosto e dia 2 de Fevereiro.	Cerimónia realizada com sucesso no 1º e 3º trimestre com a participação de todos os membros das F-FDTL.	Esta actividade é actividade conjunta entre Ministério da defesa e Segurança, Ministério Estatal e Falintil-Força Defesa Timor Leste.	SE+SED+F-FDTL
Melhorar Infra-estrutura e equipamentos.	Infra-estrutura	Reparação Caserna e Refeitório Componente CFT, CT, CN.	Preparação dos documentos concluída no 1.º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2.º trimestre e assinado o contrato entre a companhia vencedora e F-FDTL para implementação do projecto.		SG+SED+FDTL+
		Construção nova Caserna e Refeitório Componente CAS em Metinaro.	Preparação dos documentos concluída no 1.º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2.º trimestre e assinado o contrato entre a companhia vencedora e F-FDTL para implementação do projecto.		SG+SED+FDTL+
		Reparação carreiras de tiro em Metinaro	Preparação dos documentos concluída no 1.º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2.º trimestre e assinado o contrato entre a companhia vencedora e F-FDTL para implementação do projecto.		SG+SED+FDTL+
		Manutenção de navios da Componente Naval (sete navios, duas LAR).	Preparação dos documentos concluída no 1.º trimestre; Processo de tenderização concluído no 2.º trimestre e assinado o contrato entre a companhia vencedora e F-FDTL para implementação do projecto.		SG+SED+FDTL+
	Completar Equipamentos	Equipamento de comunicações.	Preparar documentos para o processo de concurso e adjudicação (tenderização) concluída no 1º trimestre; Materiais e equipamentos comprados e distribuídos, Serviços administrativos totalmente operacionais.	Aumentar a capacidade operacional da Força	SG+SED+FDTL+
		Aquisição de viaturas e materiais de escritório para Quartel Geral e comando das componentes.	Preparar documentos para o processo de concurso e adjudicação (tenderização) concluído no 1º trimestre; Materiais e equipamentos comprados e distribuídos ao Quartel Geral e Comandos.	Aumentar a capacidade operacional da Força.	SG+SED+FDTL+

Papel

Na vigência do IV Legislatura, o Governo considerou oportuna e indispensável a criação de condições adequadas à investigação e promoção do ensino e do estudo das matérias de Defesa e Segurança, e paralelamente a criação de uma instituição dedicada à valorização das Forças Armadas, das Forças e Serviços de Segurança, bem como dos Quadros Superiores da Administração Pública e entidades privadas com interesse nas matérias.

Neste sentido, com a publicação do Decreto-Lei n.º 12/2010, de 26 de Agosto, foi criado o Instituto de Defesa Nacional (IDN), instituto público, integrado na Administração Indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tutelado pelo membro do Governo com competência em matéria da Defesa, ao qual compete o estudo, a investigação e o ensino das matérias de Defesa Nacional.

Com a tomada de posse do seu primeiro Director em Maio de 2012, iniciou-se um processo legislativo conducente à redefinição do quadro legal do IDN, configurando-o como um estabelecimento de ensino superior universitário de Defesa Nacional.

A missão do IDN é contribuir para o desenvolvimento do pensamento estratégico nacional através da promoção do ensino e estudo, investigação e debate sobre áreas da Defesa e Segurança Nacional.

O Instituto ministra formação a quadros da Defesa Nacional, nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares e das ciências policiais, necessária ao desempenho das funções de comando, direcção, chefia e estado-maior nas Forças de Defesa Nacional, em forças conjuntas e combinadas e em organizações internacionais.

O IDN pode ministrar formação académica e técnico-profissional a técnicos superiores e dirigentes dos serviços e organismos da Administração Pública e de entidades privadas.

Pode ainda realizar, para esses públicos, cursos não conferentes de grau académico, conducentes à atribuição de diploma, designadamente cursos de promoção, actualização e qualificação, tirocínios e estágios e cursos de formação complementar ao longo da carreira.

O seu papel também se constitui pelo fomento da investigação, do debate e discussão das questões relacionadas com a Defesa e Segurança Nacional, promovendo na sociedade a transferência do conhecimento, da formação cultural, artística, tecnológica e científica.

As linhas de acção e objectivos estratégicos para o desenvolvimento do IDN, o qual consta no Programa do V Governo Constitucional de Timor-Leste para 2012-2017 (página 71), reflectem a vontade de construir uma melhoria na formação e qualificação dos Recursos Humanos preparando os mesmos para acompanhar a evolução científica e tecnológica e para dar respostas eficientes a uma multiplicidade de situações que surgem nas conjunturas nacional e internacional.

Relativamente à linha de acção do Ensino e Estudo, o objectivo estratégico é consolidar o IDN como um pólo de excelência e de referência no âmbito do ensino superior nacional e internacional, qualificando os Recursos Humanos das Forças Armadas, das Forças e Serviços de Segurança, dos Quadros Superiores do Ministério da Defesa e Segurança e da Administração Pública, bem como sectores público, cooperativo e privado.

No que diz respeito à linha de acção da Investigação, o objectivo é consolidar o IDN como Instituto de referência científica em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) nas áreas de Defesa e Segurança, incrementando a produção de trabalho de investigação científica, técnica e doutrinária, aumentando a organização e participação em espaços de discussão científica e técnica nacionais e internacionais e melhorando o acesso a informação científica e técnica a formadores, formandos, convidados externos e conferencistas ligados aos IDN.

Na linha de acção do âmbito do Debate e Discussão, o objectivo é reforçar o posicionamento nacional e internacional do IDN e o incremento da divulgação e debate dos temas nacionais e internacionais no

âmbito da Defesa e Segurança, criando um modelo de construção de identidade do IDN, promoção da sua sustentabilidade e abertura à sociedade.

Finalmente, na linha de acção dos Recursos, o IDN objectiva criar uma cultura organizacional interna orientada para a qualidade e eficácia nas diferentes funções, áreas e serviços no IDN, criando as infra-estruturas adequadas e desenvolvendo os recursos internos.

Orçamento

O Instituto da Defesa Nacional tem um Orçamento de 992 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas Instituto de Defesa Nacional (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,050	1,509	992	1,032	1,073	1,116	1,160
Recorrentes	945	1,355	950	988	1,028	1,069	1,111
Salários e Vencimentos	18	145	145	151	157	163	170
Bens e Serviços	927	1,210	805	837	871	906	942
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	105	154	42	44	45	47	49
Capital Minor	105	154	42	44	45	47	49
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,050	1,509	992	1,032	1,073	1,116	1,160
Recorrentes	945	1,355	950	988	1,028	1,069	1,111
Capital	105	154	42	44	45	47	49

Perfil de Funcionários

O Instituto da Defesa Nacional tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 26 pessoas, composto por 13 cargos de direcção e chefia e projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 13 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL (IDN)																									
Força de Trabalho	Categoria/Grau																								
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total	
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	F	
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escalão 1o			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escalão 2o			-													-	-								-
Escalão 3o						-	-	-	-			-			-		-		-		-		-		-
Escalão 4o	-		-			-			-			-			-	-		-		-		-		-	-
Escalão 5o			-						-						-		-		-		-		-		-
Escalão 6o			-			-			-			-			-		-		-		-		-		-
Agente da Administraçoa Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	1	-	1	2	2	4	2	2	4	2	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	6		13
Vagas em processo de Recrutamento			1			2			4			4			1			1		-					13
Nova Proposta de Vagas 2015			-			-			-			-			-			-		-					-
Total Quadro Pessoal			2			6			8			8			1			1		-					20
Mapa Pessoal 2016			-			-			-			-			-			-		-					-
Mapa Pessoal 2016 - 2018			-			-			-			-			-			-		-					-
Detalho Cargo Direcção e Chefias																									
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total	
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total				
Diretor Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diretor Nacional	-	-	-	2	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4	
Total Cargo de Direcção e Chefia	1	-	1	2	2	4	2	2	4	2	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	6		

Plano Anual do Instituto da Defesa Nacional Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS+ INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Assegurar a Defesa Nacional, Segurança e Estabilidade					
Qualificar os Recursos Humanos das Forças Armadas, das Forças e Serviços de Segurança, os Quadros Superiores do Ministério da Defesa e Segurança e da Administração Pública, os sectores público, cooperativo e privado.	A organização e realização de Ciclos de Estudos com atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários e de cursos de formação pós-graduada.	Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOS); Curso Internacional no National Resilience Institute Lemhanas (Jacarta, Indonésia) Cursos de Defesa e Tecnologia (Cyber Defense). Curso de Reflexão Nacional	Formação e qualificação de um número estimado de cerca de 19 formandos nos vários cursos ministrados.	Em colaboração com entidades nacionais e internacionais, incluindo institutos de defesa e universidades.	
		Definir e recrutar o corpo docente para os ciclos de estudos a serem ministrados no ano letivo 2016-2017	Corpo docente para 2016 recrutado a partir de SET_15		
		Integração, presença e participação em redes nacionais e internacionais de Ensino Superior	Aumentar em 6, o número de parceiros através de assinatura de protocolos de cooperação institucional		
		Realizar visitas e reuniões de trabalho com estabelecimentos de ensino superior universitário	Realizar 6 visitas institucionais comparativas e reuniões de trabalho com instituições de ensino superior		
Consolidar o IDN como Instituto de referência científica em Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) promovendo o conhecimento e o acesso a material científico e técnico nas áreas de Defesa e Segurança.	Incrementar a produção de trabalho de investigação científica, técnica e doutrinária, aumentando a organização e participação em espaços de discussão científica e técnica nacionais e internacionais e melhorando o acesso a informação científica e técnica a formadores, formandos, convidados externos e conferencistas ligados aos IDN	Manutenção e melhoria de um Centro de Recursos do Conhecimento (Biblioteca e Arquivo Digital).	Centro de Recursos do Conhecimento em desenvolvimento - realização de um relatório anual de desenvolvimento do CRC		
		Promover o financiamento e publicação projectos de pesquisa e Investigação científica, Desenvolvimento e Inovação dedicada aos temas da Defesa e Segurança	Promover financiamento a projecto de investigação; Publicação de uma Revista; Publicação de artigos científicos; Publicação de 1 estudo de investigação.		
		Organizar Conferência Internacional dedicada ao tema da Defesa e Segurança	Organização de 1 Conferência		
		Participar com trabalho do IDN em Conferência/Congresso Internacional dedicada ao tema da Defesa e Segurança	1 participação	Inclui participação em <i>ASEAN Regional Forum</i>	
		Realizar visitas e reuniões de trabalho, sobre o desenvolvimento das atividades de I&D+I com estabelecimentos de ensino superior universitário.	Realizar 6 visitas institucionais comparativas e reuniões de trabalho com instituições de ensino superior.		
		Preservar e Consciencializar para os valores históricos da luta de Libertação - Defesa Cultural através ds produção de 1 conjunto de músicas	Organizar um concerto (orquestra) com canções de Luta de Libertação/Comemorar 5.º Aniversário do IDN		
Incremento da divulgação e debate dos temas nacionais internacionais e aumento da consciência nacional no âmbito da Defesa e Segurança.	Criar um modelo de construção de identidade do IDN, promoção da sua sustentabilidade e abertura à sociedade	Promover o IDN, o seu portefólio e divulgação de questão temática de Defesa e Segurança	8 presenças e de divulgação de informação na comunicação social e de ações de promoção para grande público		
		Manter e melhorar a página Web do IDN	Página Web do IDN em desenvolvimento - realização de um		

			relatório anual de desenvolvimento da página Web		
		Disponibilizar informações sobre Defesa e Segurança em Língua Portuguesa, Tétum e Inglesa nas páginas Web e nas redes sociais	12 informações disponibilizadas		
		Organizar conferência/seminários (nacionais e internacionais) sobre temas relevantes para a Defesa e Segurança e no âmbito do CPOS, abertos ao público	10 palestras/ seminários		
		Realizar a iniciativa do “3º Dia do IDN”	Realização do “5º Dia do IDN”		
		Garantir a produção de newsletter do IDN	Publicação de newsletter		
Criar uma cultura organizacional orientada para a qualidade e eficácia nas diferentes funções, áreas e serviços no IDN.	Criar as infraestruturas adequadas e desenvolver os recursos internos do IDN.	Construção/definição das novas instalações do IDN	1 projeto de novas instalações do IDN em desenvolvimento - realização de um relatório de desenvolvimento do projetos das novas instalações		
		Dotar o IDN de bens, equipamentos e materiais necessários ao bom funcionamento das atividades	Aquisições operacionais para garantir qualidade no funcionamento do IDN - realização do 1 relatório anual do IDN com capítulo relativo ao desenvolvimento operacional		
		Implementar o SGQ e o Sistema de Gestão Académica	Utilização de 6 tipos de instrumentos de gestão interna para garantia da qualidade no funcionamento do IDN - realização do relatório anual do IDN com capítulo relativo ao desenvolvimento interno.		
		Implementar o Manual da Qualidade			
		Utilização de instrumentos de monitorização e controlo			
		Emitir normas internas, regulamentos e emitir orientações			
		Implementação do plano de necessidades de formação para Recursos Humanos			
		Recrutamento de recursos humanos para preencher o mapa de pessoal estabelecido.	Recrutar 26 pessoas para cargos efetivos, recrutar/renovar 5 assessores nacionais e recrutar/renovar 3 assessores internacionais.		

Secretaria de Estado da Segurança

Papel

A Secretaria de Estado e Segurança, abreviadamente designada por SES, é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da segurança pública, da investigação criminal e da migração.

No âmbito da missão do MDS, são as seguintes as atribuições da SES:

- a) Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- b) Negociar, sob a condução do Presidente da República e em coordenação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, acordos internacionais em matéria de segurança;
- c) Administrar e fiscalizar a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL);
- d) Administrar e fiscalizar o Serviço de Migração;
- e) Promover a adequação dos meios policiais acompanhar e inspeccionar a respectiva utilização, colaborando com os serviços da Direcção-Geral de Armamento da Defesa e da Segurança;
- f) Fiscalizar a navegação marítima e aérea com fins civis;
- g) Licenciar, controlar e fiscalizar a detenção, uso e porte de armas, munições, explosivos e materiais ou substâncias equiparadas, por civis ou membros das forças policiais fora do tempo de serviço;
- h) Zelar pela segurança do património imobiliário e mobiliário do Estado;
- i) Fiscalizar e controlar o exercício da actividade de segurança privada;
- j) Promover o desenvolvimento das estratégias de prevenção, mediação e resolução de conflitos comunitários;
- k) Velar pela segurança das pessoas e bens em caso de incêndios, inundações, desabamentos, terremotos e em todas as situações que as ponham em risco;
- l) Desenvolver, em coordenação com outras entidades competentes programas de educação cívica para fazer face a desastres naturais ou outros provocados pela acção humana, cimentando a solidariedade social;
- m) Estabelecer mecanismos de colaboração e coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Estrutura da SES

Integram a administração directa do Estado, no âmbito da SES, os seguintes serviços centrais:

- a) Direcção-Geral dos Serviços Corporativos, composta pelas seguintes direcções nacionais, que funcionam na sua directa dependência:
 - i. Direcção Nacional de Administração e Finanças;
 - ii. Direcção Nacional de Aprovisionamento;
 - iii. Direcção Nacional de Planeamento e Orçamento.
- b) Direcção-Geral dos Serviços Operacionais composta pelas seguintes direcções nacionais que funcionam na sua directa dependência:
 - i. Direcção Nacional de Segurança do Património Público;
 - ii. Direcção Nacional de Protecção Civil;
 - iii. Direcção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários.
- c) Gabinete de Apoio Jurídico e Técnico;
- d) Gabinete de Inspeção e Auditoria;
- e) Gabinete de Polícia 2030;
- f) Polícia Nacional de Timor-Leste;
- g) Serviço de Migração.

Orçamento

A Secretária de Estado da Segurança tem um Orçamento de 9,991 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas Secretária de Estado de Segurança (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	7,618	10,465	9,991	10,390	10,806	11,238	11,688
Recorrentes	6,780	9,018	9,062	9,425	9,802	10,194	10,602
Salários e Vencimentos	2,968	3,725	4,037	4,198	4,366	4,541	4,722
Bens e Serviços	3,812	5,293	5,026	5,227	5,436	5,653	5,880
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	838	1,447	928	965	1,004	1,044	1,086
Capital Minor	684	972	406	423	440	457	475
Capital Desenvolvimento	154	475	522	543	565	587	611
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	7,618	10,465	9,991	10,390	10,806	11,238	11,688
Recorrentes	6,780	9,018	9,062	9,425	9,802	10,194	10,602
Capital	838	1,447	928	965	1,004	1,044	1,086

Perfil de Funcionários

A Secretaria de Estado da Segurança tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1.659 pessoas, composto por 1.495 funcionários permanentes, 69 cargos de direcção e chefia e 39 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 56 pessoas. 6 funcionários de nomeação política.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA (SES)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	3	1	4	40	8	48	88	36	124	642	79	721	570	27	597	6	7	13	1.337	158	1.495
Escala 1o	-	-	-	-	-	-	33	5	38	55	31	86	616	72	688	253	12	265	-	-	-	957	120	1.077
Escala 2o	-	-	-	3	-	3	6	3	9	25	5	30	6	6	12	241	13	254	6	7	13	287	34	321
Escala 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	8	-	8	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Escala 4o	-	-	-	-	1	1	-	-	-	4	-	4	9	1	10	74	2	76	-	-	-	87	4	91
Escala 5o	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	-	2	3	-	3	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraçao Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	1	2	3	13	3	16	62	9	71	118	37	155	642	79	721	570	27	597	6	7	13	1.400	164	1.564
Vagas em processo de Recrutamento	-			-			2			8			25			4			-			39		
Nova Proposta de Vagas 2015	-			-			-			-			-			-			-			-		
Total Quadro Pessoal	3			16			73			163			746			601			13			1.603		
Mapa Pessoal 2016	3			-			15			29			102			101			10			260		
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-			-			(9)			(12)			66			1			10			56		
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Diretor Geral	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Inspector Geral	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Diretor Nacional	-	1	1	5	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	7
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe do Departamento	-	-	-	5	-	5	22	1	23	30	1	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57	2	59
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direção e Chefia	1	2	3	10	2	12	22	1	23	30	1	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63	6	69

Plano Anual da Secretaria de Estado da Segurança Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
ASSEGURAR A DEFESA, SEGURANÇA E ESTABILIDADE NACIONAL					
Reforçar e assegurar o funcionamento dos serviços do SES.	Desenvolver PAN-VBJ para promover igualdade de Género e minimizar a Violência Doméstica.	Disseminar informações à comunidade sobre o PAN-VBG nos Distritos e Sub-Distritos,	Socialização realizada com sucesso (200 participantes – 100=H e 100=M)	Cooperação com SEPI, UNWOMEN, UNFPA, ONG Ba Futuru, FOKUPERS, PNTL – VPU e UPC	Gab. DG Corporativo
	Participação em encontros bilaterais na Indonésia, outros países da Ásia e da CPLP.	Participar nos encontros de JMC e SOM sobre assuntos de segurança na linha fronteira, migração – passe fronteira, formação e cooperação na área da segurança; Implementar as recomendações da CVA; Participação noutros encontros de países da Ásia e CPLP.	Encontros de coordenação realizados, recomendações da CVA implementadas e cooperação reforçada (4 participantes – 2=H e 2=M)	Actividade coordenada pelo MNEC	Gab. DG Corporativo
	Estabelecimento de Gabinete para Assuntos de Género	Estabelecer o Gabinete para Assuntos do Género para garantir a coordenação, preparação do plano e implementação das actividades relacionados com o género	Gabinete estabelecido com 4 funcionários (2=M e 2=H)	Atividade Interna da SES	Gab. DG Corporativo
	Disseminação de informação e produção de boletins	Produção de boletins informativos (cada 4 meses) sobre as actividades da SES (Direções Cíveis e PNTL).	Produção de 710 boletins/ano		Gab. DG Corporativo
		Disseminação de informação através de jornais (STL, TP, Diário Nacional e Tempo Semanal) e Rádio Metro FM.	Comunidade informada sobre as actividades da SES		Gab. DG Corporativo
Coordenar a Política de Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos na área da gestão e administração geral da SES.	Formação profissional, documentação e arquivos	Formação/capacitação dos funcionários em ética/moral	Recursos Humanos formados para apoiar a Administração	Orçamento FDCH	DNA
		Formação em documentação e arquivos	Funcionários têm conhecimento sobre a legislação	Com apoio da CFP	DNA
	Construção de Edifícios para Serviços Migração (SM) e DNPCC	Para pagamento retenção de uma construção		Nova construção FI	DNAF
Desenvolvimento Capacidade Institucional, operacional serviço protecção civil Nacional e Distritos (DNPC).	Estabelecimento centro de emergência/socorro para atendimento público nos distritos.	Promover desenvolver e manter um número de emergência 115 (CNCO).	Ter um número permanente para serviços emergência a nível Nacional e Distrital emergência.		DNPC Nacional e Distrital
	Coordenação, supervisão, Inspeção e deslocações em serviço.	Deslocações para supervisão e inspecção dos trabalhos da DNPC e bombeiros nos distritos.	Serviços supervisionados e inspecionados para assegurar a qualidade de serviços prestados ao público.		DNPC
		Deslocações para coordenação dos trabalhos de protecção civil e bombeiros nos distritos com a administração local e outras instituições relevantes e outras deslocações em serviço.	Ter os trabalhos da DNPC coordenados para assegurar o bom funcionamento e prestação de serviços da DNPC e bombeiros.		DNPC
		Deslocação de 3 pessoas a Jakarta -Indonésia para visitar a Instituição Badan Nasional Penanggulangan Bencana” (BNPB)	Estreitar relações de cooperação e intercâmbio de informações e troca de experiências e conhecimentos e sondar possíveis actividades de	Cooperação com Indonésia	DNPC e SNB

	e serviços/Quartéis dos bombeiros na Indonésia.	formação e capacitação na área de Protecção Civil e bombeiros.		
	Deslocação de 2 (duas pessoas) ao estrangeiro para participar nas conferências e reuniões regionais da ASEAN Regional Fórum (ARF).	Para cumprimento do programa e agenda estabelecidas pelo ARF.		DNPC e SNB
	Deslocação de duas pessoas a Singapura para participar no treinamento na área de gestão de emergências em situação de desastres e/ou na área de Busca e salvamento urbano (protecção civil e/ou bombeiros).	2 funcionários elevam os seus conhecimentos.	Governo Singapura – através de Civil Defense de Singapura.	DNPC
	Deslocação de dois bombeiros à Malásia para participar no treinamento em “ <i>Structural Fire Fighting</i> ” e/ou “ <i>Rope Rescue Training</i> ”.	Elevar os conhecimentos e capacidade operacional dos bombeiros.	Governo Malásia através da Academia BOMBA.	DNPC Dili e SNB
	Deslocação de 4 (quatro) Bombeiros para Portugal ou Angola para formação de comandantes e/ou formadores/instrutores.	Elevar os conhecimentos e as capacidades dos bombeiros nessas áreas.		DNPC e SNB
	Deslocação de 8 bombeiros à Indonésia para formação na área de busca e salvamento no quartel ou instalações da equipa SAR.	Elevar os conhecimentos e capacidades de intervenção dos bombeiros no terreno.		DNPC e SNB
	Deslocação de duas (2) pessoas para participar no treinamento na área de gestão de emergências e desastres no Japão – recomendações da JICA.	Elevar os conhecimentos e capacidades de intervenção dos bombeiros e pessoal da protecção civil.	Governo Japonês através da JICA	DNPC Dili e SNB
	Deslocação de duas (2) pessoas ao Japão para participar no treinamento na área de gestão de emergências e desastres – recomendações da JICA.	Elevar os conhecimentos e capacidades de intervenção dos bombeiros e pessoal da protecção civil.	Governo Japonês através da JICA	DNPC Dili e SNB
Recrutamento de novos funcionários para os bombeiros e protecção civil	Concurso público para 22 pessoas (M-16, F-6) para novos bombeiros do CB de Ainaro e 8 pessoas de nível cinco (5) para protecção civil distrital.	Pessoal recrutado para preencher as estruturas da protecção civil e bombeiros.		DNPC e SNB
	Contratação de técnico superior N-6, 1 vaga, e técnico profissional N-5, 1 vaga, e Assistente N-1, 1 vaga, para a DNPC.	Ter pessoal recrutado para preencher as estruturas da protecção civil e bombeiros.		RH DNPC e RH SES
Nomeação para cargos de chefia e comando.	Nomeação dos 3 Três comandantes de nível quatro (4) para os CBs de Lautém, Ainaro e GOI (Grupo operacional de Intervenção	Ter a estrutura de comando preenchida para assegurar o funcionamento dos serviços dos Bombeiros.		DNPC e SNB
	Subsídios renda da casa às 14 (catorze) pessoas para CBs Aileu, Manufahi/Same, Covalima/Suai, Oecusse, Viqueque, Lautém, Ainaro, GOI e 5 (cinco) 20s comandantes para os CBs de Manufahi/Same, Covalima/Suai, Viqueque, Lautém e Ainaro.	Ter a estrutura de comando preenchida para assegurar o funcionamento dos Serviços		DNPC e SNB
1.1.7. Formação e Capacitação para DNPC e Bombeiros	Formação profissional nas áreas: Vigilância e Alerta, Planeamento e Emergências, Prevenção e Gestão de Desastres, Busca e Salvamento em zonas Urbanas,	Bombeiros e funcionários da protecção civil formados e treinados para assegurar uma profissional prestação de serviço ao público.		DNPC

		Desencarceramento e desobstrução, Salvamento e Socorro, Controlo de Acidentes com materiais perigosos e sensibilização sobre protecção e prestação de socorro.			
Veículos para apoio operacional		Aquisição de 10 Motorizadas Mega Pro para CB de Lautém, Ainaro, estação Dili Oeste, GOI, Estação Dili Leste, SNB, CFNB e CNCO	Veículos adquiridos para facilitar os serviços dos bombeiros no terreno.		DNPC
		Aquisição de três (3) viaturas auto -comando para CBs Ainaro, GOI e Estação Dili Oeste.			DNPC
		Aquisição de 3 viaturas ATM 5.000 litros para CB Ainaro, GOI e Estação Dili Oeste.	Veículos para Bombeiros adquiridos para apoiar os trabalhos operacionais dos Bombeiros		DNPC
		Aquisição de 2 viaturas Pronto Socorro Ligeira para CBs (Ainaro, GOI e estação Dili Oeste).			DNPC
	Equipamentos Diversos de Bombeiros e Protecção Civil	Aquisição de equipamentos diversos para Bombeiros (agulhetas, agulhetas de espuma, extintores de pó químico e extintores de CO ₂ , motosserras, Mangueiras, motobombas, etc)	Funcionamento dos serviços operacionais de Bombeiros e Protecção Civil assegurado.		DNPC
		Aquisição de 3 repetidores e acessórios para estação Oecussi, Zona Leste e Zona Sul.	Comunicações asseguradas		DNPC
Construção de Edifícios		Construção do Quartel de bombeiros de Same	Edifício próprio para instalação do quartel e assegurar o bom funcionamento dos serviços dos Bombeiros.	FI	DNPC
Assegurar e Desenvolver o funcionamento serviços auditoria e fiscalização da SES.	Desenvolver acções de auditoria e fiscalização nas áreas financeira, administrativa, logística, formação, operações e disciplina, em todas as estruturas da SES	“Fiscalização” Inspectiva e de Investigação (inspecções, averiguações, sindicâncias e inquéritos).	Actualmente o GIA tem capacidade de execução das actividades de fiscalização em 40%. Pretende-se, em 2015 um aumento para 80%.	-	GIA/Dep Auditoria Fiscalização
		Criação de regulamentação interna (regulamentos, directivas, manuais e formulários).	Propostas criadas a 30%. Propostas aprovadas e iniciada a implementação em 2015 (100%)		GIA
	Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos do GIA	Selecionar, recrutar e admitir 9 novos funcionários para vagas nos departamentos e secção.	Quadro do GIA actualmente deficitário em 59%. Pretendido o preenchimento total das vagas no início de 2015 (+41%) = 100%.		GIA
		Formação e capacitação de quadros.	Formação de auditores/inspectores pela IGE, pela Câmara de Contas e USAID (50%). Em 2015 estará a (100%).	Com apoio de Câmara de Contas e USAID	GIA
	Auditorias ordinárias ou extraordinárias, em todos os níveis funcionais e hierárquicos, designadamente aos sistemas de controlo e gestão financeira e operacional	Controlo interno de todos os organismos da SES, através de auditorias operacionais e financeiras.	Actualmente o GIA tem capacidade de execução das actividades de auditoria em 10%. Pretende-se, em 2015 um aumento para 50%.		GIA/Depa. Auditoria Fiscalização
	Propor, na sequência das acções, as medidas correctivas necessárias e os procedimentos legais aplicáveis	Elaboração dos relatórios de auditoria e inspecção, propondo as medidas adequadas à supressão das irregularidades constatadas.	Actualmente o GIA tem capacidade de execução destas actividades em percentagem coincidentes com as acções de fiscalização e auditoria que leva a efeito 50%. Pretende-se, em 2015 um aumento para 90%		GIA/Departamentos de Auditoria Fiscalização

	Instruir e conduzir quaisquer processos de natureza disciplinar para cuja instauração seja competente o Secretário de Estado da segurança	Condução e conclusão de todos os processos disciplinares com legal despacho do SES.	No ano em curso (2014) foram concluídos 16 dos 18 casos disciplinares mandados instaurar pelo SES, o que corresponde a 88,8%. Pretende-se, em 2015, continuar com o mesmo nível de execução	O nível de conclusão dos processos é considerado elevadamente aceitável	GIA/Dep. Auditoria Fiscalização de Formação, Operações e Disciplina
	Preparar todas as decisões disciplinares da PNTL a serem proferidas pelo SES	Preparação de propostas de decisão disciplinar de 1.ª e 2.ª instâncias a proferir pelo SES.	No ano em curso (2014) foram concluídas já 31 propostas disciplinares correspondendo a uma execução de 90%. Pretende-se, em 2015, continuar com o mesmo nível de execução	O nível de conclusão dos processos é considerado elevadamente adequado, devendo manter-se em 2015	GIA Operações e Disciplina
	Prestar apoio informativo e formativo à direcção-geral e às direcções nacionais da SES, na condução de processos disciplinares.	Apoiar a direcção-geral e as direcções nacionais na prestação de esclarecimentos e de formação sobre forma de organização dos processos disciplinares.	Actualmente esta actividade é realizada a 0%, devido à ausência de processos a serem organizados nos referidos organismos. Pretende-se que o apoio suba para 50% em 2015.	A necessidade de prestação do apoio depende de a direcção geral e direcções nacionais assumirem as competências disciplinares que lhe são conferidas pela Lei 5/2009 de JUL15.	GIA/Departamento de Auditoria Fiscalização
	Desenvolvimento de bens de apoio	Aquisição de mobiliário de escritório.	Pretende-se atingir o objectivo de 100% em 2015.	Os objectivos e actividades previstas neste domínio, são apresentados em função das legais actividades sob responsabilidade do GIA.	GIA
Reforçar e assegurar o funcionamento dos serviços de segurança nos edifícios públicos.	Assegurar o funcionamento eficiente e eficaz dos serviços DNSEP	Colaborar e coordenar com a PNTL e outras actividades atribuídas na área da segurança.	Assegurar a boa coordenação e melhoramento dos serviços		DNSEP
		Deslocações para coordenar os trabalhos da DNSEP nos Distritos e Sub-Distritos com a Administração Local; Deslocações para Supervisionar e Inspeccionar os trabalhos da DNSEP nos Distritos-Sub Distritos.	Trabalhos da DNSEP coordenados para assegurar o bom funcionamento; Serviços supervisionados e inspeccionados.		DNSEP
		Realizar encontros internos mensais e trimestrais ao nível das Chefias.	Para avaliar os serviços a fim de melhorar e desenvolver da DNSEP		DNSEP
	Recrutamento	Contratação de 200 guardas da DNSEP para serviços nacionais e distritais.	Para assegurar as actividades Administrativas e operacionais.		DNSEP
	Formação/Capacitação	Formação básica para guardas (300 pessoas)	Funcionários capacitados para exercer as suas funções com maior responsabilidade.	FDCH	DNSEP
		Formação especialidade para serviços de Informação e ligação e DSAEPS	Ter funcionários capacitados para desenvolverem melhor a instituição.	F-FDTL	DNSEP
		Formação TOT para 15 formadores (SOP)	Funcionários capacitados para exercer as suas funções com maior responsabilidade.		DNSEP
		Formação em língua inglesa	Ter funcionários capacitados para melhor desenvolver a instituição.	FDCH DNAF-SES	DNSEP
	Construção de Edifícios da SES.	Dormitório para guardas femininos em Díli	Ter um dormitório adequado.	Orçamento PDID	DNSEP
		Construção Edifício da DNSEP do Distrito de Ainaro e do Distrito Dili	Ter edifício próprio e adequado para serviços.	Orçamento PDID	DNSEP
		Construção Novo Edifício DNSEP+ Posto segurança completo com canalização de água e instalação de electricidade, vedação (muro), esgotos, pavimento e alcatroamento do recinto.	Ter edifício próprio e adequado para serviços Administrativo da DNSEP	Orçamento PDID	DNSEP
Reforçar e Assegurar Serviços de Aprovisionamento (DNAP).	Formação/Capacitação	Formação na área do aprovisionamento (Jakarta)	Aumentar conhecimento para o bom desempenho das funções		DNAP

Implementação da Política de Promoção da Participação das Mulheres na Paz e Segurança.	Desenvolver o Plano Acção Nacional 1325 (Mulher, Paz e Segurança)	Preparação/Formulação do PAN 1325	Timor-Leste tem um PAN1325 adequado		DNPCC
	Capacitação e aumentar/Recrutamento a força de trabalho da DNPCC através contrato de pesquisador	Contratação de 1 pesquisador nacional	Ter 1 pesquisador para facilitar os serviços de pesquisa nas causas de conflitos no período de 1 ano.		DNPCC
		Formação na área de valores da vida nos 13 Distritos.	No 1.º e 2.º Trimestres formações realizadas		DNPCC
Desenvolve Capacidade Institucional e Capacidade operacional do Serviço Migração (SM).	Implementação efectiva da estratégia do SM nos sectores de operação, fronteira, delegação territorial, serviços de permanência e apoio administrativo. SM já tinha um plano Estratégico a 5 anos.	Proceder ao controlo da circulação (entrada e saída) de pessoas e bens nos postos de fronteira (aeroporto, porto e terrestres).	Para melhor controlo dos cidadãos estrangeiros.		SM
		Controlar e fiscalizar a permanência dos cidadãos estrangeiros no território nacional.	Para controlar e identificar a circulação de cidadãos estrangeiros.	Actividades coordenadas com China e Indonésia	SM
		Controlar e prevenir os crimes de Tráfico Humano, falsificação de documentos	Para assegurar o controlo e minimizar crimes e sua organização.	Actividades coordenadas com a China e Indonésia	SM
		Participação nos seminários na área de Imigração no estrangeiro (Asilo, Tráfico Humano, Direitos Humanos e outros).			SM
		Participação nos encontros de JMC e SOM na Indonésia e outros países da Ásia e CPLP			SM
		Participação de 3 oficiais no Seminário de <i>Bali Process</i>	Para intercâmbio de informações sobre Tráfico Humano, Redes de Tráfico de Pessoas, Fraude Documental e Crimes Transcontinentais		SM
		Participação de 2 Oficiais nos Encontros Bilaterais sobre Inteligência na área dos serviços de Migração na Austrália.	Para intercâmbio de Informações e melhoria dos serviços de inteligência do SM.		SM
		Participação de 2 Oficiais nos Encontros Multilaterais sobre Terrorismo na área dos Serviços de Migração (Estrangeiro)			SM
		Deslocação para coordenação na fronteira com a Indonésia.	Estreitar serviços de coordenação.		SM
		Deslocação ao estrangeiro para acompanhamento do destacamento dos efectivos e inspecção de serviço dos adidos (Indonésia, Singapura e Filipinas) e China	Para avaliação de serviço e desempenho das funções.		SM
		Deslocação para visitas e inspecção de serviços nos postos de migração.			SM
		Realização de Fiscalização de vistos aos cidadãos estrangeiros no Território Nacional (15 pessoas)	Para assegurar e minimizar a violação de vistos		SM
	Destacamento de serviços	Estabelecimento e destacamento de Adidos de Migração na Sede das Embaixadas de Timor-Leste (1 Oficial em Bali, 1 Oficial em Atambua) e 1 Adido na Austrália.	Para melhoria de serviço e apoio de emissão de vistos com objectivo de minimizar entradas ilegais de cidadãos estrangeiros no território.		SM
	Acordos Bilaterais	Estabelecer e assinar acordos bilaterais com os Serviços de Imigração congéneres.	Estreitar relações de cooperação para melhoria dos serviços na área de assistência técnica e intercambio de informações.		SM

Programa Desenvolvimento de Recursos Humanos.	Recrutamento.	Contratar 2 Técnicos Oficiais Internacionais do SEF-Portugal.	Melhoria e apoio aos serviços de Migração.		SM
		Formação básica aos funcionários da Migração nas áreas do atendimento e liderança.	Reforço das competências dos funcionários da Migração.		SM

Polícia Nacional de Timor-Leste - PNTL

Papel

A Polícia Nacional de Timor-Leste foi constituída em 27 de Março de 2000, pela Administração Transitória de Timor-Leste (UNTAET), em cooperação com as altas entidades do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) e Líderes de Timor-Leste, Doadores da Comunidade Internacional, ONG, Confissões Religiosas em Timor-Leste. O processo de reestruturação da instituição e do dispositivo policial visando uma mais efectiva adequação às características da nossa comunidade em sociedade foi ditado pelo Decreto-Lei n.º 8/2004, aprovado em 5 de Maio de 2004. Recentemente, a Lei Orgânica do Ministério da Defesa e Segurança, de n.º 31/2008 de 13 de Agosto, nos termos do artigo 40.º estabelece que a Polícia Nacional de Timor-Leste é a Força de Segurança Interna do Estado com personalidade jurídica própria, subordinada à Secretaria de Estado da Segurança.

A Lei mencionada em epígrafe sublinha-se com a Lei fundamental na qual se expressa no artigo 147.º da CRDTL, que a Polícia Nacional de Timor-Leste é uma Força de Segurança cuja Missão é defender a legalidade democrática, garantir a segurança das pessoas e bens e salvaguardar os direitos dos cidadãos.

Os trágicos acontecimentos ocorridos no mês de Maio de 2006 trouxeram implicações profundas e originaram prejuízos à capacidade da instituição, sendo notória a necessidade de fazer uma revisão da estrutura, modificando as linhas verticais e horizontais que tem a ver com a cadeia de comando e hierarquia, surgindo responsabilidades na aplicação prática da disciplina de serviço e da liderança. O acordo estabelecido pelo Governo liderado pelo Primeiro-Ministro / Ministro da Defesa e Segurança com a UNMIT, através do Representante Especial das Nações Unidas em Timor Leste, (SRSG) realizado no dia 1 de Dezembro de 2006, serve de base fundamental para a reconstituição, reformação, reestruturação e desenvolvimento no seio da PNTL. No entanto, este protocolo, necessita de uma revisão devido à evolução do desenvolvimento do Plano estratégico da PNTL, acompanhando o do Governo da RDTL, sendo que, deste modo, existe uma concordância de desenvolvimento em todas as áreas das Instituições Constitucionais, desde o nível Estadual/Governamental, principalmente na PNTL, atingindo as necessidades dos Comandos subordinados até a base que é considerada como “extremidade aguda da flecha” de desenvolvimento.

É fundamental continuar com a formação e re-treinamento da PNTL dentro do ano financeiro de 2015 de forma a defender e garantir a continuidade da legalidade democrática, garantir a segurança de pessoas e bens e salvaguardar os direitos dos cidadãos nos termos dos dispostos na Constituição e nas leis.

O Comando Geral da PNTL tem previsto um plano de Acção definido para o ano fiscal de 2015. Segundo o programa, iniciará o novo recrutamento destinado a 261 Agentes ao nível de escalão de antiguidade de serviços, promoção antecipada e além deste, abrirá o recebimento de novos candidatos da PNTL. Em relação aos programas mencionados, torna-se absolutamente indispensável a obtenção de um orçamento adequado para a PNTL, com outros fundos complementares relativo ao fundo Consolidado de Timor-Leste, sendo assim poderão reflectir as fontes de financiamento necessário para a efectividade, eficácia na implementação da missão de todos os dez componentes prioritários existentes que se menciona posteriormente na página seguintes.

Os três Componentes adicionais virão a ser prioritários, desde que entrem em funcionamento as suas actividades de acordo com o plano estratégico definido e para assegurar a distribuição do orçamento do Estado em todo o território de Timor-Leste, para apoiar serviços operacionais da PNTL.

O Plano Anual de Acção e a Submissão Orçamental para 2015 reflecte um processo orçamental participado e responsável.

No processo da elaboração da Submissão Orçamental, para além de ser considerada a mais alta posição relevante ao plano de acção da SES, os Departamentos da Administração (Administração e Planeamento, Finanças e Orçamento, Logística e Recursos Humanos), os Comandos das Unidades e Distritais, são submetidos e envolvidos directamente na linha de coordenação em contacto directo com as populações, são conhecedores das necessidades e aspirações da população, conducentes em matéria de segurança e estabilidade em relação com o desenvolvimento socioeconómico do País.

Desta forma, os recursos financeiros restritos, foram distribuídos criteriosamente de forma a garantir a eficiência e a gestão do uso de fundos do Orçamento de Estado tendo sido na medida do possível, reflectidas as necessidades e preocupações das diversas áreas operacionais da PNTL incluindo 13 Comandos Distritais da PNTL.

Privilegiou-se a Academia da Polícia como responsável pela maioria das actividades de formação da PNTL. De facto, apesar do envelope fiscal da PNTL ser limitado, a PNTL prescindiu da parte do seu orçamento para valorizar a capacidade da Academia. Por cada dólar orçamentado e aplicado, pretende a PNTL que na aplicação da missão que foi empenhada seja capaz de exercer a sua função com a máxima eficácia e eficiência no sentido de servir melhor e proteger a população.

Orçamento

A Polícia Nacional de Timor Leste tem um Orçamento de 27,963 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Polícia Nacional de Timor-Leste (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	25,205	27,849	27,963	29,082	30,245	31,454	32,712
Recorrentes	23,905	25,990	26,789	27,861	28,975	30,134	31,339
Salários e Vencimentos	13,590	13,201	13,393	13,929	14,486	15,065	15,668
Bens e Serviços	10,315	12,789	13,396	13,932	14,489	15,069	15,671
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	1,299	1,859	1,174	1,221	1,270	1,320	1,373
Capital Minor	1,221	1,859	1,034	1,075	1,118	1,163	1,209
Capital Desenvolvimento	78	-	140	146	151	157	164
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	25,205	27,849	27,963	29,082	30,245	31,454	32,712
Recorrentes	23,905	25,990	26,789	27,861	28,975	30,134	31,339
Capital	1,299	1,859	1,174	1,221	1,270	1,320	1,373

Perfil de Funcionarias

A Polícia Nacional de Timor-Leste no período de 2015 tem uma estimativa de agentes da segurança cerca de 3.579 pessoas, composto por 3.095 pessoas em áreas não isoladas, 482 pessoas em áreas isoladas, um Comandante Geral e um 2º Comandante Geral. Além disso, o PNTL tem cerca de 73 funcionarios publico actuais que trabalham na PNTL.

Polícia - Chefia Naun Ijolanu									
Staffing Profile PNTL									
Posto	1	2	3	4	5	6	7		
Comissário		12							
Superintendente-Chefe		17							
Superintendente	1	19							
Superintendente-Assistente	5	32							
Inspector-Chefe	35	27	1		2				
Inspector	32	71							
Inspector-Assistente	69	10							
Sargento-Chefe	127	15		2	44				
1° Sargento	38	147							
Sargento	485	714							
Agente-Chefe	393	358		1					
Agente-Principal				13	27				
Agente	359	2	37						
Sub Total Naun Ijoladu (pessoas)	1,544	1,424	38	16	73	-	-		
Total Naun Ijoladu (pessoas)	3,095								
Polícia - Area Ijoladu									
Posto	1	2	3	4	5	6	7		
Comissário	-								
Superintendente-Chefe		1							
Superintendente		2							
Superintendente-Assistente		2							
Inspector-Chefe		2							
Inspector	1	6							
Inspector-Assistente	4								
Sargento-Chefe	18				3				
1° Sargento	6								
Sargento	80	12							
Agente-Chefe	72	104							
Agente-Principal		53							
Agente	107	5			4				
Sub Total Naun Ijoladu (pessoas)	288	182	5	-	7	-	-		
Total Naun Ijoladu (pessoas)	482								
Cargo de Chefia									
Cargo de Chefia (15%)	Comando Geral	Ijoladu							
Comissário	-	-							
Superintendente-Chefe	12	-							
Superintendente	17	-							
Superintendente-Assistente	23	-							
Inspector-Chefe	39	-							
Inspector	71	-							
Inspector-Assistente	207	-							
Sargento-Chefe	206	-							
1° Sargento	56	-							
Sargento	251	-							
Agente-Chefe	-	-							
Agente-Principal	-	-							
Agente	-	-							
Total Chefia	882	-							
Salariu ba PNTL nebe Mate									
Posto/Divisa									
Superintendente-Chefe									1
Superintendente									2
Superintendente-Assistente									3
Inspector-Chefe									1
Inspector									4
Inspector-Assistente									4
Sargento-Chefe									16
1° Sargento									3
Sargento									50
Agente-Chefe									9
Agente-Principal									4
Agente									21
Agente Recruta									
									117
Comadante Geral									
2° Comadante Geral		1							
Adicional PNTL (Plano 2011)		-							
Total PNTL (Naun Ijoladu + Ijoladu)		3,577							
Total Chefia		882							
Grand Total		3,579							

FUNCIONARIO CIVIL DA PNTL																									
Força de Trabalho		Categoria/Grau																							
		TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	F	
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	5	3	8	6	4	10	27	21	48	4	2	6	43	30	73
Escalaço 1o			-	-	-	-	-	-	-	-	4	3	7	6	4	10	20	15	35	-	-	-	30	22	52
Escalaço 2o			-			-			-			-	-		-		7	6	13	4	2	6	11	8	19
Escalaço 3o			-			-			-			-			-			-		-		-	-	-	-
Escalaço 4o	-		-			-			-		1		1	-		-	-		-	-		-	1	-	1
Escalaço 5o						-	1	-	1						-			-				-	1	-	1
Escalaço 6o			-			-			-			-			-		-			-		-	-	-	-
Agente da Administraaun Publico Actuais	-	-	-			-			-		-		-		-		-	-	-		-	-			-
Total forca de trabalho actuais	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	5	3	8	6	4	10	27	21	48	4	2	6	43	30	73
Vagas em processo de Recrutamento			-			-			-			-			-			-		-					-
Nova Proposta de Vagas 2015			-			-			-			-			-			-		-					-
Total Quadro Pessoal			-			-			1			8			10			48			6				73
Mapa Pessoal 2016			-			-			-			-			-			-		-					-
Mapa Pessoal 2016 - 2018			-			-			-			-			-			-		-					-
Detalho Cargo Direção e Chefias																									
Cargo Direcao e Chefias		TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
		M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	F
Diretor Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretor Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direção e Chefia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Plano Anual da Polícia Nacional de Timor Leste – PNTL Para 2015

SUB METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Assegurar Defesa, Segurança e Estabilidade Nacional					
Reformar e desenvolver o sector da Segurança, manter a Segurança e a Ordem Pública.	Desenvolver a capacidade técnica e profissional dos membros da PNTL através de Formação Interna.	Formação básica aos novos recrutas da Polícia.	Formados (260M=250F=10) Novos recrutas da Polícia já têm bons conhecimentos no treino físico, profissional e de especialidade.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Formação básica e avançada na área da Investigação de Drogas, Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro e Tráfico Humano	Formados 30 (F=5/M=25) membros da Polícia na área da investigação: Já têm bons conhecimentos e conseguem identificar substâncias/tipos de droga.	PNTL e Ministério de Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Formação básica e avançada na área da Inteligência.	Formados 20 (M=15/F=5) membros da Polícia já com conhecimento na área de informação (análise, matriks, informação, contra informação).	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Continuação de Formação aos Oficiais da Polícia nos Sucos, na área de Policiamento Comunitário.	Formados 442 (M=342/F=100) Membros da Polícia já com conhecimentos profundos nas áreas da interacção social e psicologia social.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Treinamento básico em policiamento comunitário.	Formados 30 (M=20/F=10) Membros da Polícia já com conhecimento profundo	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Formação técnica de comunicação aos Oficiais da Polícia nos Sucos da PNTL.	Formados 15 (M= 13/F=2) já têm capacidade de falar bem com as comunidades no terreno.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Treinamento à juventude de segurança voluntária nos Sucos para os 13 Comandos Distritais.	Formados 200 (M=175/F=25) Já têm conhecimento adequado para apoiar a Polícia na área de segurança e prevenção de crimes.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Treinamento tático de operação e atendimento aos membros da Força de Reserva da PNTL nos 13 Distritos.	Formados 60 (M=50/F=10) Já se pode aplicar muito bem a disciplina, sequência de ordem unidas com armas ou sem armas.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Curso sobre o regulamento disciplinar da PNTL.	Formados 40 (M=25/F=15) A Policia já tem profundo conhecimento na área de inquéritos, investigação de acusações e defesa.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Formação especializada à Policia efectiva; Unidades (UEP e UPF)	Já formados 150 (M=130/F=20), já com conhecimento profundo nos serviços de segurança e atendimento na ordem pública.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Formação de especialidades aos novos Agentes da Polícia: Unidade Especial da Polícia (UEP=80 pessoas), Unidade da Polícia Marítima (UPM=100 pessoas) e Unidade da Polícia de Fronteiras (UPF=60 pessoas) em Dili.	Formados 240 (M=230/F=10) Pessoal já com profundo conhecimento nos serviços de ordem pública. Esta actividade será realizada conforme o número de recruta de polícias já formados.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Formação de especialidade no uso de força para os serviços de reserva/Task Force para os 13 Distritos. Será realizada no Centro de Formação da PNTL.	Formados 120 (M=90/F=30), pessoal já com profundo conhecimento sobre a tática e técnica no uso de força profissional.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Cursos básicos de trânsito, <i>enforcement</i> , investigação, educação cívica de trânsito, engenharia, patrulhamento e escolta para novos recrutas.	100 (M=50/F=50) pessoas frequentam cursos básicos.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Curso básico e avançado na área de administração, base de dados e gestão de arquivamento da PNTL.	Participantes 80 (M=35/F=45) pessoas. Realiza-se no 2.º e 3.º trimestre para aprofundar o conhecimento de especialidade no sistema de base de dados.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.

		Formação aos membros da PNTL na área de Aprovisionamento.	Formados 10 (M=5/F=5) Já com profundo conhecimento sobre os procedimentos na área referida.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Curso de Inspeção e Auditoria aos membros de GIG da PNTL.	Formados 10 (M=8/F=2). Já com profundo conhecimento na área de inspeção.	Governo Timor-Leste e Indonésia.	PNTL, FDCH
		Curso de Gestão e Liderança da Polícia aos Oficiais, Sargentos da PNTL.	Já formados 80 Oficiais e Sargentos (M=50/F=30) com profundo conhecimento (Academia da PNTL)	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Curso de Gestão de Administração e Planeamento aos membros da PNTL.	Formados 20 (M=10/F=10) já com conhecimento profundo para gerir bem os serviços da Administração.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Curso de especialidade para mecânicos <i>automotif</i> da polícia para PNTL.	Formados 15 (M=10/F=5) já com boas capacidades para gerir a oficina da PNTL.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Curso de TOT com certificado II, III, IV e V na Academia da PNTL.	Formados 20 (M=10/F=10) já com boa habilidade para transferir conhecimento aos outros Polícias.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Curso de ICT, IMS, IT técnico, Indesenha, fotografia e website aos membros da PNTL.	Formados 49 (M=25/F=24) já com bom conhecimento para gerir a função de ICT, IMS e IT técnico.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Curso de Língua Portuguesa e Inglesa aos Oficiais da PNTL.	Já formados 30 (M=20/F=10) já com bom conhecimento, escrita e fala, faz traduções dos documentos.	PNTL, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
		Bolsas de Estudo para Licenciatura em Língua Portuguesa na UNTL.	Já Licenciados 5 (M=3/F=2) já com habilidade na área académica.	PNTL e Ministério da Educação, FDCH.	PNTL, ME.
	Formação Externa e Específica.	Bolsas de Estudo (S1/S2) Gestão de Liderança e Ciência IDN,SESPIN,SESPATI, LEMHANAS aos Oficiais superior da PNTL.	Participantes 15 (M=10/F=5) Oficiais superiores da Polícia na área de gestão de Liderança.	Governo de Timor Leste e Indonésia.	PNTL, ME, FDCH
		Bolsas de estudo com especialidade de Diploma (S1) na área de Capitão de barco, Maquinista, Electricidade, Navegação, <i>brigadier harwal</i> do barco e treinamento para Inspector idik, brigadier idik.	Já formados 40 (M=35/F=5) no estudo de ciências profissionais a fim de gerir os serviços marítimos com eficiência e eficácia. Programado para realizar no 1º trimestre e finalizar no 4º trimestre.	Governo Timor-Leste e (Malásia, Singapura, Brunei, China, Tailândia, Austrália, Coreia, Japão e Indonésia).	PNTL, ME, FDCH
		Bolsas de estudo de Mestrado (S2) em Gestão de Liderança e Ciência.	Formados 10 (M= 8/F= 2) para gerir os serviços da polícia com profissionalismo.	Governo de Timor-Leste e Indonésia	PNTL, ME, FDCH
		Bolsas de Estudo com especialidade de Licenciatura (S1) na área forense, criminologia, patologia e psicologia.	Formados 10 (M=7/F=3), estudo de ciências profissionais para gerir os serviços de polícia com eficiência e eficácia. Programa para realizar no 1.º trimestre de 2015.	Governo de Timor-Leste e Filipinas, Malásia, Indonésia e Austrália.	PNTL, ME, FDCH
		Bolsa de Estudo (S1) para Oficial da Polícia na área de Pilotos.	Continuação de curso para 1 Oficial da Polícia (F=1) na área de piloto. Já formado com bom conhecimento na área referida.	Governo de Timor Leste e Filipinas, Malásia, Austrália.	PNTL, ME, FDCH
		Bolsa de Estudo (S1) para Oficial de Polícia na área de mecânico.	Já formados 2 homens com habilidade para fazer manutenção menor para avião e helicóptero.		
		Continuação de estudo para especialidade (S2) na área de medicina aos 4 membros da Polícia na área de Odontologia, Ultra-sonografia e Electrocardiografia.	2 Medicos da PNTL (M01/F=1) Têm bom conhecimento na área de Odontologia, Ultra-sonografia e Electrocardiograma.	Governo Timor Leste e Indonésia, Malásia, Cuba.	PNTL, ME, FDCH
		Estudo comparativo na área da Administração, Planeamento, Recursos Humanos, Gestão de Administração.	Já formados 30 (M=25/F=5) estudo comparativo para aprofundar o conhecimento.	Governo Timor- Leste e (Malásia, Singapura, Austrália, Coreia, Japão e Indonésia).	PNTL, ME, FDCH
		Estudo comparativo para os médicos da PNTL na área de gestão profissional de saúde.	Já formados 4 (M=1/F=3). Já podem gerir os serviços de saúde na PNTL com profissionalismo.	Governo Timor-Leste e Indonésia, Malásia e Cuba.	PNTL, ME, FDCH
		Formação de Diplomacia aos Oficiais da Polícia que são colocados como adidos de segurança nas embaixadas de TL no Estrangeiro.	8 Oficiais da Polícia (M=4/F=4) 4 do nível de Superintendente e 4 nível de Inspectores já com habilidade de diplomacia para representar a PNTL no estrangeiro.	Governo de Timor Leste e Indonésia, Malásia, Singapura.	PNTL, ME, FDCH
	Desenvolver a capacidade	Recrutamento de novos Agentes da Polícia a fim de corresponder ao	Já existem 520 membros da Polícia recrutadas	PNTL e Ministério de	PNTL, ME.

da PNTL para gerir os Recursos Humanos, Financeiros, Logísticos, infraestruturas e de comunicação adequadamente.	número de casos e mostrar a visibilidade da Polícia no terreno.	(M=370/F=50), na formação básica que se realizou no Centro de Formação da Polícia no 1º trimestre.	Educação, FDCH.	
	Recrutamento de 21 pessoas para assistentes técnicos Cíveis, Mecânicos e de Saneamento	Já existem 21 (M=17/F=4) técnicos cíveis nas áreas: 2 técnicos cíveis, 5 mecânicos, 5 electricistas e 10 saneamento.	PNTL e Ministério ESTATAL	PNTL, ESTATAL
	Colocação de Oficiais de Polícia para Adidos de Segurança na Embaixada de Timor-Leste em Portugal, Austrália, Singapura e Indonésia.	Já existem 8 membros da Polícia (M=6/F=2) como representantes da PNTL exercendo as funções de oficial de ligação no estrangeiro.	PNTL e MNEC	PNTL, MNEC
	Promoção regular aos membros da PNTL efectivos.	Promoção de divisas aos 1.554 membros da PNTL para preencher as vagas e responder às necessidades da Instituição.	PNTL, Ministério de Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
	Colocação de membros nos Distritos e Unidades conforme as necessidades do Comando.	300 Membros da Polícia serão colocados nos Distritos e Unidades para reforçar os membros actuais.	PNTL e Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
Desenvolvimento de Infraestruturas na PNTL através de construção, reabilitação de moradias, estradas e outras instalações.	Nova construção do Edifício do Quartel Geral da PNTL, incluindo muralhas, ajardinamento, drenagem, distribuição de água e electricidade.	No ano de 2018 a PNTL terá um Quartel Geral que pode dar apoio ao serviço de forma institucional e digna.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Construção do Quartel da Polícia do Distrito de Dili, Aileu, Bobonaro e Liquiça incluindo muralhas, ajardinamento, drenagem, distribuição de água e electricidade.	Comando distrito de Díli, Aileu e Bobonaro já têm edifícios com condições para apoiar os serviços institucionais.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Construção do Centro de Formação básico em Pilmo, Bazartete, Liquiça incluindo estudo desenho, muralhas, ajardinamento, drenagem, distribuição de água e electricidade.	Centro de Formação da Polícia adequado para realizar treinamentos básicos para os recrutas.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Construção de 8 postos novos para Unidade da Polícia Marítima (UPM) em: Com, Loré, Batugade, Oecusse, Suai Loro, Betano, Beação e Carabela.	Já existem postos de Polícia Marítima para detectar movimentos ilegais na área costeira.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Construção de Porto permanente, Barreiras e Piscina UPM no sinal de Dili.	Já existe um lugar seguro para atracar os Barcos /Lanchas de patrulha e também já há lugar para treinamento de natação aos novos membros da UPM antes de irem para o mar.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Reconstrução de estradas, drenagem, jardim e reinstalação de água.	Já existem condições básicas no atual Quartel Geral PNTL.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Construção de 38 postos de Polícia nos Sucos (PPS) em 13 Distritos: Distrito de Aileu, (Selo e Fahiria) Distrito de Ainaro (Ruslau, Mausiga e Ainaro), Distrito de Baucau (Ossoqueli e Darlata) Distrito Bobonaro (Batugade e Memo) Distrito Covalima (Dato rua e Dato tolu) Distrito de Dili (Terminal Becora, Bidau masaur, Kampung Baru) Distrito Ermera (Coliati, Fatubessi, Leimea kraik) Distrito Lautem (Lore 1 e Baduru) Distrito Liquiça (Faulara e Leorema) Distrito Manufahi (Dotik e Betano) Distrito Manatuto (Salau e Kribas) Distrito Oecusse (Oekaem e Sakato) Distrito Viqueque (Nahareka e Liaruka) incluindo drenagem e distribuição de água e electricidade.	Já existem Postos de Polícia nos Sucos nas áreas rurais para atendimento e protecção da Comunidade.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Nova construção de bairros de Polícia em 4 Distritos: Covalima, Bobonaro, Viqueque e Academia da PNTL (Kaitehu-Liquiça) incluindo muralhas, ajardinamento, drenagem, electricidade, água e saneamento	Já existem bairros de Polícia que são adequados para facilitar o trabalho dos membros da Polícia.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Construção de 7 casas de guarda nos Distritos de Bobonaro, Baucau, Oecusse, Ainaro, Viqueque, Manufahi, Lautem e no Quartel Geral da PNTL.	Já existe um lugar seguro e com condições para a protecção das instalações do Quartel.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Construção de 2 Esquadras novas no Sub Distrito de Balibo e Maubisse, incluindo muralhas, ajardinamento, electricidade, água e saneamento.	Já há um lugar adequado para fazer atendimento à comunidade.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Reabilitação das Esquadras antigas de Bazartete, Alas e Lospalos.	Tem facilidades de casernas para os membros da Polícia que exercem as actividades no terreno.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Melhoramento das infraestruturas no Quartel do Distrito de Manatuto e	Existe condições seguras e saudáveis nos edifícios dos	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL,

		Covalima que cobre até as muralhas, ajardinamento, electricidade, água e saneamento.	Quartéis nos Distritos.		SES, ADN
		Construção de novas casernas para Esquadra a nível de Sub Distrito no total de 20 casernas: Distrito Lautem (Tutuala, Luro, Iliomar) Distrito Viqueque (Laluta, Uatulari, Uatucarbau) Distrito Baucau (Quelicaí, Bagaia) Distrito Covalima (Fatumea, Fatululik, Fohorem) Distrito Manufahi (Alas, Turiscas, Fatuberliu) Distrito Oecusse (Passabe, Oesilo, Nitibe) Distrito Bobonaro (Cailaco, Lolotoe) Distrito Ainaro (Hatu-udo, Fatubuiliko) Distrito Aileu (Remexio, Lekidoe) Distrito Ermera (Hatulia, Atsabe) Distrito Dili (Ataúro, Metinaro) Distrito Liquiça (Bazartete, Maubara) incluindo muralhas, drenagem, ajardinamento, electricidade, água e saneamento.	Já existem condições favoráveis para os membros exercerem as suas actividades.	PNTL, SES, MOP, CAN, ADN	PNTL, SES, ADN
	Desenvolver a qualidade do trabalho da PNTL através de encontros, avaliações do serviço e monitorização.	Socialização do plano Estratégico e plano de actividades e outras directivas nas Unidades Distritais.	500 Participantes já têm conhecimento suficiente na aplicação do plano estratégico e plano de actividades nas suas instituições.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Socialização e avaliação de desempenho, descrição de serviço e estrutura nos Distritos e Unidades.	Total de 500 participantes (M=400/F=100) tem melhor conhecimento das suas tarefas, deveres e direitos conforme a lei.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Seminário e plano de acção anual, submissão de orçamento.	No total de 200 participantes têm informação suficiente para fazer chegar as necessidades do seu plano.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Fazer monitorização na avaliação do progresso físico e não físico dos projectos da PNTL em cada trimestre.	No total de 10 membros (M=6/F=4) verificam o progresso do programa de implementação no terreno para relatar ao Governo.	PNTL, Ministério ds Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Fazer levantamento dos dados do terreno e património pertencente à PNTL nos Distritos a fim de acumular prioridades para os projectos da PNTL.	10 Membros (M=6/F=4) já têm informação suficiente para desenvolver a infraestrutura da PNTL.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Participar em seminários, convenções internacionais no estrangeiro em relação ao serviço institucional.	Oficiais Superiores, Subalternos, Sargentos e Agentes no total de 200 pessoas já participaram em actividades para manter a cooperação com as Polícias de outras nações.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Encontro regular do Conselho Superior da PNTL para discutir assuntos importantes na área de Disciplina, execução de serviço e leis relevantes.	Membros do conselho superior no total de 25 pessoas com informações adequadas para medir e decidir a designação do Comando e fazer chegar aos membros.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Encontros regulares dos Comandantes do Distrito, Unidades, Departamentos e serviços com o Comando Geral.	Oficiais da PNTL no total de 100 pessoas já receberam orientações do Comando Geral sobre o andamento das tarefas do serviço operacional.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Encontro regular com os doadores estrangeiros para discutir apoios relevantes à PNTL.	A PNTL já tem boas relações com 10 parceiros doadores que dão apoio ao desenvolvimento na capacidade da PNTL.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Aquisição de motorizadas e viaturas para 13 Distritos, Unidades e Comando Geral	Já existem meios de transporte para apoiarem os serviços de Administração e Operação da PNTL.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Aquisição de viaturas, jetsky e boy (marca especial) da Unidade Marítima para patrulhamento e proteger as áreas costeiras.	Unidade Marítima já tem 4 jetsky para o patrulhamento da costa.		
	Melhoramento do serviço de Administração e Operação através da aquisição de material, transportes, armas e comunicações.	Aquisição de armas ligeiras, pistolas, munições e acessórios de armamento para Unidade Patrulhamento Fronteira UPF, UPM e UEP.	Já existe armamento suficiente para os serviços operacionais na área de fronteira e atendimento nas situações de ameaças internas.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Aquisição de equipamentos para IT, mobília para Unidades, Distrito e Comando Geral. Aquisição de materiais de comunicação e equipamentos electrónicos para apoiar os serviços operacionais	Já existem equipamentos de IT para apoiar os serviços de Comunicação no Comando da PNTL. Existe mobília para apoiar os serviços de administração. Já existe um bom sistema de comunicação para apoiar a Comunidade e as necessidades do Comando da	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO

			PNTL.		
		Aquisição de fardamento para o Comando Geral e Unidades (PDH, PDL, PDU, Safari, Civil, Jaquetas, exercício, fardamento para as senhoras grávidas, botas, sapatos para PDH e desporto) e acessórios.	A PNTL realiza performances dignas e profissionais para o atendimento à Comunidade.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Aquisição de mochilas, tenda, cama, esteiras, colchão, materiais para cozinha, anti riot, OC spray, algemas, stick, anti balas, capacetes.	Existem equipamentos adequados para responder a situações de emergência que podem prejudicar a ordem pública.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Aquisição de material electrónico (TV, Pannel Solar, Rádio Comunicação, Binóculos, Lâmpada, pilhas, gravadores).	Existem equipamentos electrónicos suficientes para apoiar os postos de Polícia nos Sucos, UEP, UPM, UPF e Distritos.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Aquisição de placas da PNTL para dar aos convidados/visitas como lembranças quando há visitas que vêm ou saem para o estrangeiro.	Fortificar relações de amizade através destas recordações.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Criar uma equipa de serviço para fazer revisão do decreto-lei orgânica da PNTL número 09/2009 para corresponder com a situação actual dos serviços da PNTL.	Já existe lei orgânica que corresponde no terreno às necessidades operacionais.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
	Legislação. Aumentar a capacidade da PNTL na implementação da lei orgânica da PNTL, estatuto pessoal, regimento interno, Regime de Promoção, Regime salarial, Normas da organização, procedimento e regulamentos internos para Administração, Operação e Unidades.	Criar uma equipa em conjunto com SES para fazer a revisão da Lei de Promoção, Salários, Regimento Interno da Administração, Operação, Regimento interno para Polícia Feminina e Polícia Especial, Disciplina e Leis.	Já existem leis que correspondem às necessidades actuais da PNTL.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Criar uma equipa para revisão de normas da organização e procedimentos (NOP).	Já existem instruções para facilitar os serviços da PNTL	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento	PNTL, MFO
		Desenvolver a lei do Estatuto pessoal para regular direitos e deveres dos membros da PNTL.	Já existe Lei para garantir os serviços da PNTL	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento	PNTL, MFO
		Cooperar com MENEG para criar leis ou regimento para os Adidos de Segurança colocados nas embaixadas de TL no estrangeiro.	Já há regimento para regular o trabalho dos Adidos de segurança no estrangeiro.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Desenvolver um regimento especial para o gabinete de relações internacionais.	Já existe legislação que é suficiente para facilitar os serviços da PNTL.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Desenvolver a nova estrutura orgânica do Centro de Formação da Polícia.	A Instituição da PNTL já tem um Centro da Formação para facilitar a formação de oficiais da PNTL.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		As Esquadras, Distritos, UPF, UPM e UEP fazem patrulhas de motorizada, barco/lancha, carro e a pé no meio das comunidades.	Para prevenir qualquer acção violenta que pode surgir. Já se identificam as áreas em risco de conflitos e bom reconhecimento do terreno.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Colocação de Polícias nos Postos de Polícia nos Sucos em áreas remotas/rurais.	Já existe número de Polícias efectivos para responder a exigência da Comunidade no terreno.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
Consolidar a Ordem Pública e Segurança Comunitária.	Visibilidade do serviço de Policiamento através de Patrulhamento com carros, motorizadas e a pé.	Colocação de Oficiais de Polícia nos Sucos (OPS) como oficial de ligação.	Amizade entre a Polícia e Comunidade. Confiança das Comunidades na polícia. A Comunidade pode ter acesso a informações para se afastar dos conflitos.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Os Polícia nos Distritos, Sub Distritos e Unidades fazem encontros comunitários com grupos de liderança Comunitária, Negociantes, Juventude, ONGs e Igreja.	Pode minimizar o número de acidentes no terreno. Os condutores já têm conhecimento dos sinais de trânsito e cumprem as regras.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Os Polícias nos Distritos, Sub Distritos e Unidades costumam fazer visita às escolas, Sucos e aldeias.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
	Envolvimento da Comunidade no serviço de	Recolha dados demográficos através da polícia que visita a comunidade de casa em casa.	Os estudantes já têm conhecimentos dos sinais de trânsito e já podem cumprir as leis que existem.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO

	Policimento, responder com profissionalíssimo a acidentes e incidentes.	Fazer companhia na prevenção de crime através de divertimentos para a juventude e crianças ao nível de Sub Distritos e Sucos.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Dissemina informações sobre a prevenção de crimes através de jornais, media electrónica, panfletos, stiker e brochuras.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Fazer socialização das leis sobre o código penal, KPP e código civil.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Atender a linha de emergência 112 de forma rápida e responder logo com patrulha no terreno.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Exercer nas áreas que têm mais tráfego durante as horas de ponta.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Fazer investigação aos acidentes através dos procedimentos da PNTL.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
	Exercer os serviços de trânsito e segurança rodoviária de forma eficaz e eficiente.	Estabelecer e colocar os sinais de trânsito, marcação nas ruas em todo o território Nacional.	Os condutores/motoristas já conhecem bem os sinais de trânsito.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Fazer visita às escolas a fim de educar os estudantes para respeitarem os sinais de trânsito e cumprir as leis de trânsito.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Trabalhar em conjunto com a DNTT para educar os condutores/motoristas como se deve tratar da carta de condução.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Promover cumprimento das regras de trânsito e segurança rodoviária, educar a comunidade para o uso de capacete, cinto de segurança, carta de condução e outros documentos.	A comunidade já tem conhecimento dos sinais de trânsito e podem cumprir as leis que existem.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Fazer vigilância, fiscalização e prevenção de contrabando/negócios ilegais no mar e fronteira terrestre.	A Comunidade já pode viver numa situação de paz. Protecção das riquezas marítimas e terrestres do estado. Protecção das instalações importantes garantida.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Intervir em situações de violência complexa e infiltração de crimes organizados.	Apresentar autores de crimes ao tribunal para fins de julgamento.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
	Garantir a tranquilidade e segurança a ordem pública.	Dar segurança às instalações sensíveis, eventos importantes e protecção para as altas entidades.	Já podem exercer as suas funções com eficiência e eficácia.	PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Processar e investigar crimes e envio para o tribunal.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO
		Integrar os serviços de informação da Polícia na linha de todos Policiais.		PNTL, Ministério das Finanças e Orçamento.	PNTL, MFO

Ministério das Finanças

Papel

O Decreto-Lei n.º 41/2012, de 7 de Setembro, que aprova a Orgânica do V Governo Constitucional estabelece, no seu artigo 23.º, que o Ministério das Finanças é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do planeamento e monitorização anual do orçamento e das finanças.

A presente Orgânica estabelece, assim, uma estrutura que visa contribuir, em conformidade com as linhas determinadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento e o Plano Estratégico do Ministério das Finanças, para uma gestão eficaz das finanças públicas, assente em sistemas de tratamento de dados e de prestação de contas transparentes e eficientes, devidamente enquadrada com as necessidades económicas e sociais do País.

A presente estrutura reflecte igualmente as opções legislativas recentes em matéria de financiamento público, tais como parcerias público-privadas e regime de dívida pública, criando os serviços adequados ao seu acompanhamento.

O Ministério das Finanças, abreviadamente designado por MF, é o órgão central do Governo que tem por missão conceber, executar, coordenar e avaliar a política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do planeamento e monitorização anual do orçamento e das finanças.

Na prossecução da sua missão, segue-se as atribuições do Ministério das Finanças em seguida:

- Propor as políticas monetárias e cambiais em colaboração com o Banco Central;
- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários em matéria macroeconómica, de receitas tributárias e não tributárias, enquadramento orçamental, aprovisionamento, contabilidade pública, finanças públicas, auditoria e controlo da tesouraria do Estado, emissão e gestão da dívida pública;
- Administrar o fundo petrolífero de Timor-Leste;
- Coordenar os projectos e programas entre Timor-Leste e os Parceiros de Desenvolvimento, em ligação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;
- Gerir a dívida pública externa, as participações do Estado e as parcerias para o Desenvolvimento, cabendo-lhe a coordenação e definição das vertentes financeira e fiscal;
- Gerir o património do Estado, sem prejuízo das atribuições do Ministério da Justiça em matéria de património imobiliário;
- Promover a política de gestão dos bens móveis do Estado, em colaboração com as demais entidades públicas competentes;
- Gerir o fornecimento de bens aprovisionados para todos os ministérios;
- Negociar, assinar e gerir a implementação de contratos de parcerias público-privadas, em coordenação com as demais entidades públicas competentes, zelando pela sua avaliação financeira com vista a uma partilha adequada de riscos entre o Estado e o parceiro privado e a sustentabilidade do cada projecto;
- Elaborar e publicar as estatísticas oficiais;
- Promover a regulamentação necessária e exercer o controlo financeiro sobre as despesas do Orçamento Geral do Estado que sejam atribuídas aos demais ministérios, no âmbito da prossecução de uma política de maior autonomia financeira dos serviços;
- Velar pela boa gestão dos financiamentos efectuados através do Orçamento Geral do Estado por parte dos órgãos da administração indirecta do Estado e dos órgãos de governação local, através de auditorias e acompanhamento;
- Coordenar a assistência nacional e internacional no domínio da assessoria técnica aos órgãos do Estado, com exclusão das áreas de formação dos recursos humanos;
- Desenvolver sistemas de informação de gestão financeira em todos os serviços e organismos da Administração Pública em articulação com o desenvolvimento do processo do *e-government*;

- Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

A Orgânica do Ministério das Finanças foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 44/2012 de 21 de Novembro.

O MF executa as suas responsabilidades através de serviços e organismos integrados na administração directa e indirecta do Estado como está contemplado no artigo 4.º e 5.º da Lei Orgânica do Ministério das Finanças No 44/2012 de 21 de Novembro como os seguintes:

1. Integram a administração directa do Estado, no âmbito do MF, os seguintes serviços centrais:
 - a) A Direcção-Geral de Impostos, composta pelas seguintes direcções nacionais:
 - Direcção Nacional de Impostos Petrolíferos e Minerais;
 - Direcção Nacional de Impostos Domésticos;
 - b) A Direcção-Geral de Alfândegas, composta pelas seguintes direcções nacionais:
 - Direcção Nacional de Operações;
 - Direcção Nacional de Conformidade;
 - Direcção Nacional de Administração;
 - c) A Direcção-Geral de Finanças do Estado, composta pelas seguintes direcções nacionais:
 - Direcção Nacional de Políticas Económicas;
 - Direcção Nacional do Orçamento;
 - Direcção Nacional para Todo o Governo;
 - Direcção Nacional de Gestão e Fornecimento do Património do Estado;
 - d) A Direcção-Geral do Tesouro, composta pelas seguintes direcções nacionais:
 - Direcção Nacional de Contabilidade e Regulação Financeira;
 - Direcção Nacional de Pagamentos;
 - Direcção Nacional de Desconcentração Financeira;
 - e) A Direcção-Geral de Estatística, composta pelas seguintes direcções nacionais:
 - Direcção Nacional de Metodologia e Recolha de Dados;
 - Direcção Nacional de Estatísticas Económicas e Sociais;
 - Direcção Nacional de Sistemas e Relatórios;
 - f) A Direcção-Geral dos Serviços Corporativos, composta pelas seguintes direcções nacionais:
 - Direcção Nacional de Recursos Humanos;
 - Direcção Nacional de Administração Geral e Financeira;
 - Direcção Nacional de Gestão de Apoio Externo ao MF;
 - Direcção Nacional de Logística e Manutenção.
 - g) A Unidade de Gestão de Parcerias para o Desenvolvimento;
 - h) A Unidade de Administração do Fundo Petrolífero;
 - i) A Unidade de Sistemas de Informação de Gestão Financeira;
 - j) A Unidade de Parcerias Público-Privadas;
 - k) O Gabinete de Inspecção e Auditoria;
 - l) O Gabinete Jurídico.
2. Sob tutela e superintendência do MF, prossegue atribuições do MF a Companhia de Investimentos de Timor-Leste, organismo dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regulada pelos seus Estatutos próprios já aprovados nos termos legais.
3. O MF dispõe dos seguintes órgãos consultivos, de apoio ou recurso:
 - a) Conselho Consultivo do Ministério das Finanças;
 - b) Secretariado dos Grandes Projectos;
 - c) Secretariado do g7+;
 - d) Centro de Capacitação em Gestão das Finanças Públicas;
 - e) Órgão de Recurso.

Orçamento

O Ministério das Finanças tem um Orçamento de 17,655 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas Ministério das Finanças (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	19,789	17,466	17,655	18,361	19,096	19,860	20,654
Recorrentes	17,603	16,266	17,655	18,361	19,096	19,860	20,654
Salários e Vencimentos	2,570	4,063	4,063	4,226	4,395	4,570	4,753
Bens e Serviços	10,189	12,203	13,592	14,136	14,701	15,289	15,901
Transferências Públicas	4,844	-	-	-	-	-	-
Capital	2,186	1,200	-	-	-	-	-
Capital Minor	2,174	1,103	-	-	-	-	-
Capital Desenvolvimento	13	97	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	19,789	17,466	17,655	18,361	19,096	19,860	20,654
Recorrentes	17,603	16,266	17,655	18,361	19,096	19,860	20,654
Capital	2,186	1,200	-	-	-	-	-

Perfil de Funcionários

O Ministério das Finanças tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1.101 pessoas, composto por 718 funcionários permanentes, 44 cargos de direcção e chefia e 113 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 226 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO DA FINANÇAS (MF)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	4	-	4	47	10	57	156	90	246	127	74	201	108	37	145	48	17	65	490	228	718
Escala 1o	-		-	-	-	-	14	-	14	66	53	119	57	47	104	53	28	81		7	7	190	135	325
Escala 2o	-		-	2	-	2	15	1	16	19	10	29	34	21	55	19	4	23	19	5	24	108	41	149
Escala 3o	-		-	1		1	4	-	4	6	-	6	5	2	7	3	-	3	2	-	2	21	2	23
Escala 4o				-	-	-	8	-	8	49	18	67	23	2	25	31	5	36	25	5	30	136	30	166
Escala 5o			-	1		1	6	9	15	16	9	25	8	2	10	2	-	2	2	-	2	35	20	55
Escala 6o			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-
Agente da Administraaun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	2	-	2	10	3	13	65	19	84	159	93	252	127	74	201	108	37	145	48	17	65	519	243	762
Vagas em processo de Recrutamento	18			45			47			-			2			1						113		
Nova Proposta de Vagas 2015	-			-			-			-			-			-			-			-		
Total Quadro Pessoal	20			58			131			252			203			146			65			875		
Mapa Pessoal 2016	8			20			158			30			10						-			226		
Mapa Pessoal 2016 - 2018	8			20			158			30			10			-			-			226		
Detalhe Cargo Direcção e Chefias																								
Cargo Direcao e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Diretor Geral	1	-	1	2	2	4	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	6
Inspector Geral	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Diretor Nacional	-	-	-	3	-	3	5	5	10	-	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8	16
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe do Departamento	1	-	1	-	-	-	12	4	16	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	4	20
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	2	-	2	6	3	9	18	9	27	3	3	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29	15	44

Plano Anual do Ministério das Finanças para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Integração e posicionamento globais de Timor-Leste					
Timor-Leste será membro de organizações e instituições globais relevantes de forma a servir as necessidades do povo.	<p>Timor- Leste continuará a desempenhar o seu papel na organização do g7+ e a conduzir diálogo internacional sobre construção da paz e construção do estado.</p> <p>Timor-Leste mantém o seu compromisso relativamente ao Novo Acordo e garante que este tem uma maior aceitação política no país.</p>	<p>Timor-Leste aumenta a sua visibilidade e solidariedade através da partilha da experiência relativa ao Novo Acordo nas reuniões técnicas e ministeriais do g7+.</p> <p>Timor-Leste aumenta a sua presença através da partilha da sua experiência no 5.º Diálogo Internacional.</p> <p>Fortalecimento do Grupo de Trabalho do Novo Acordo (GTNA) criado em 2014.</p> <p>Aumento da aceitação política através de condução de discussões de mesa redonda sobre o Novo Acordo em 13 distritos.</p>	<p>RE1: Ponto focal de TL no g7+ participa em pelo menos duas reuniões do g7+; Primeiro-Ministro e Ministra das Finanças (ou outro Ministro relevante) de TL participam; partilha das experiências de TL na reunião ministerial do g7+.</p> <p>KPIs1: Participação da delegação de TL em reuniões técnicas do g7+ e na 4ª reunião ministerial no Afeganistão.</p> <p>RE1: Ministra das Finanças e pontos focais do g7+ / Coordenador da Implementação do Novo Acordo participam e partilham o progresso relativamente à implementação do Novo Acordo em Timor-Leste.</p> <p>KPIs1: Participação da delegação de TL no 5.º Diálogo Internacional sobre Construção da Paz e Construção do Estado.</p> <p>RE1: Receção e discussão da versão actualizada sobre o progresso na implementação de cada OCPCE.</p> <p>KPIs1: Reunião ordinária mensal do GTNA conduzida.</p> <p>RE1: 1000 a 1500 participantes (incluindo líderes locais; representantes políticos locais; sociedade civil e representantes do poder local (chefes de sucos)) participam e são expostos ao Novo Acordo e ao grupo do g7+.</p> <p>KPIs1: 13 discussões de mesa redonda conduzidas nos 13 distritos.</p> <p>RE1: Documento de compacto de TL disponível; aprovação e lançamento até ao final de 2015.</p> <p>KPIs1: Equipa englobando representantes da Presidência, Parlamento, Ministérios Operacionais e sociedade civil estabelecida. Equipa trabalha no compacto para TL.</p> <p>RE2: 2ª avaliação de fragilidade conduzida e resultados anunciados até ao final de 2015.</p> <p>KPIs2: Equipa de Investigação estabelecida e matriz do Novo Acordo utilizada para monitorizar o progresso da implementação do Novo Acordo.</p> <p>RE1: Matriz do Novo Acordo relativamente a TL disponível e utilizada para monitorizar o progresso da implementação do Novo Acordo.</p> <p>KPIs1: Matriz do Novo Acordo desenvolvida, incluindo OCPCEs, FOCUS e TRUST.</p>		<p>Sector da Governação-</p> <p>UGPD/ Secretariado do g7+</p>

		<p>Aumento da implementação do Novo Acordo através do desenvolvimento do compacto para TL e da condução da 2ª avaliação de fragilidade.</p> <p>Melhoria da qualidade das ferramentas de monitorização do Novo Acordo.</p>			
Gestão efectiva, eficaz e responsável do sector público					
Reforço da Gestão e Responsabilização Financeira no Sector Público e Coordenação e supervisão da contabilidade e reconciliação de receitas, transferências de fundos, funcionamento das contas actuais e gestão da dívida pública.	<p>Auditoria preliminar aos sistemas funcionais concluída pela auditoria externa.</p> <p>Proposta referente a integração de sistemas e redes através de serviços governamentais (incluindo electrónicos) desenvolvida até Outubro de 2013.</p>	<p>Auditoria preliminar aos Sistemas de Informações (SI) concluída.</p> <p>Proposta referente a integração de sistemas e redes através de serviços governamentais (incluindo electrónicos) desenvolvida.</p> <p><i>Situação Actual: estamos a redigir a política de TIC e as estratégias para a Unidade SI, de modo a concretizar os objectivos principais definidos no nosso plano de desenvolvimento nacional.</i></p>	<p>RE1: Iniciada em princípios de 2014 e em curso.</p> <p>KPIs1: Conclusão da auditoria preliminar aos Sistemas de Informações (SI) até 2015.</p> <p>RE2: 50% da proposta referente a integração de sistemas e redes através de serviços governamentais (incluindo electrónicos) concluídos em 2014.</p> <p>KPIs2: 70% da proposta referente a integração de sistemas e redes através de serviços governamentais (incluindo electrónicos) concluídos em 2015.</p>		Sector da Governação- Unidade de Sistemas de Informação
	<p>Fortalecimento da capacidade de monitorização e avaliação dentro de instituições centrais como o Ministério das Finanças e o GPM, com análise detalhada da despesa pública e reforço de auditorias internas, dando prioridade aos ministérios com orçamentos mais volumosos.</p>	<p>Fornecimento de informações financeiras precisas e atempadas a todos os intervenientes, por via do Portal de Transparência.</p> <p>Facilitação da monitorização e coordenação sistemáticas do PED através do Mecanismo de Coordenação de Políticas de Desenvolvimento (MCPD).</p> <p>Sem custos adicionais, à excepção do reforço de pessoal na UGPD (2015)</p>	<p>RE1: MCPD a funcionar eficazmente, melhorando a coordenação entre instituições governamentais e Parceiros de Desenvolvimento.</p> <p>KPIs1: Reunião de Sectores / Subsectores Estratégicos realizada pelo menos trimestralmente.</p> <p>RE2: Progresso da implementação do PED monitorizado segundo as Matrizes do PED.</p> <p>KPIs2: Progresso reportado na RTLPD.</p>		Sector da Governação- UGPD
		<p>Consolidação e provisão de informações relevantes sobre assistência externa, a fim de apoiar o planeamento e a orçamentação.</p>	<p>RE1: Informações sobre o Portal de Transparência da Ajuda (PTA) actualizadas de forma atempada.</p> <p>KPIs1: Informações sobre PDs actualizadas no PTA segundo o calendário orçamental.</p> <p>RE2: Relatório de ajuda publicado e distribuído de forma ampla entre instituições governamentais e PDs.</p> <p>KPIs2: Relatório de Cooperação de Desenvolvimento publicado no 2.º trimestre e Livro Orçamental N.º 5 preparado no 3.º trimestre.</p> <p>RE3: Sistema do PAT actualizado e melhorado.</p> <p>KPIs3: Análítica avançada (visualização de orçamento de fontes combinadas, etc.) introduzida.</p>	<p>Um Assessor Internacional de Gestão de Informações sobre Ajuda providenciado através do Programa da Austrália / UE de Apoio Orçamental Directo ao MdF.</p>	Sector da Governação- UGPD
Todos os fundos da	Provisão de informações financeiras	Uso obrigatório dos Módulos de	RE1: Módulo de Aprovisionamento Electrónico e		Sector da

<p>RDTL geridos através do Banco Central. - Fundos de PDs reflectidos no Orçamento Nacional capturados e consolidados de forma adequada. - Todas as instituições governamentais utilizam a Unidade de Sistemas de Informação, com um conjunto comum de mapas de contas.</p>	<p>precisas e atempadas a todos os intervenientes, por via do desenvolvimento de portais de transparência.</p> <p>Melhoria da automatização de alguns pagamentos.</p>	<p>Aprovisionamento e Gestão de Contratos.</p> <p>Implementação do novo sistema de localização de pagamentos.</p> <p>Automatização dos pagamentos de Assessores, Consultores e outros elementos temporários.</p> <p>Estabelecimento de interligações entre o STA (Sistema de Transferências Automáticas do BCTL) e o Sistema Financeiro, de modo a apoiar o projecto LBTR (Liquidação Bruta em Tempo Real) no BCTL.</p>	<p>Gestão de Contratos utilizado de forma plena até ao final de 2015.</p> <p>KPIs1: Aprovisionamento Electrónico utilizado a 90% em 2015.</p> <p>RE2: Sistema de localização de pagamentos utilizado de forma plena pelo MDF.</p> <p>KPIs2: Implementação plena e requisitos de reporte relativos ao sistema de localização de pagamentos até ao final de 2015.</p> <p>RE3: Elementos temporários (profissionais subalternos) com pagamentos automatizados a partir de Junho de 2014.</p> <p>KPIs3: Implementação plena de pagamentos para assessores técnicos e consultores utilizando a folha de pagamentos até Junho de 2015.</p> <p>RE4: Análise dos requisitos de sistema iniciada.</p> <p>KPIs4: Interligações entre o STA e o Sistema Financeiro, de modo a apoiar o projecto LBTR, estabelecidas até ao final de 2015.</p>	<p>Governança- DG Serviços Corporativos Unidade de Sistemas de Informação Sector da Governança- DG Tesouro Unidade de Sistemas de Informação DG Serviços Corporativos DG Todo o Governo</p> <p>Sector da Governança- DG Tesouro Unidade SI DG Serviços Corporativos DG Todo o Governo</p> <p>Sector da Governança- Unidade SI DG Serviços Corporativos DG Tesouro</p>
<p>Todos os recibos governamentais contabilizados de forma detalhada e atempada, de acordo com padrões internacionais.</p>	<p>Melhoria do reporte sobre funcionamento e gestão, de acordo com padrões internacionais.</p>	<p>Procedimentos e normas operacionais para Unidades APA estabelecidos.</p> <p>Condução de actividades de formação e sessões de trabalho por parte da DG Tesouro.</p> <p>NICSP – Método de Caixa Pleno adoptado com sucesso.</p>	<p>RE1: Duas unidades APA com procedimentos operacionais produzidos e a funcionar segundo os procedimentos.</p> <p>KPIs1: NOPs estabelecidas em 2015.</p> <p>RE2: 12 actividades de formação e sessões de trabalho conduzidas pela DG Tesouro em 2014.</p> <p>KPIs2: 16 actividades de formação e sessões de trabalho conduzidas pela DG Tesouro em 2015.</p> <p>RE3: Pelo menos duas sessões de trabalho de formação / actividades de capacitação realizadas em 2015. Implementação das NICSP – método de caixa pleno para projectos do CFET, FI, FDCH e empréstimos.</p> <p>KPIs3: Contas segundo as NICSP – método de caixa pleno preparadas para CFET, FI, FDCH e duas APAs em 2015.</p> <p>RE4: Todas as instituições governamentais concluem com sucesso listas de verificação e procedimentos de fecho de ano.</p> <p>KPIs4: 90% dos ministérios operacionais concluem procedimentos de fecho de ano para permitir a preparação de demonstrações financeiras anuais.</p> <p>RE5: Demonstrações financeiras relativas a projectos do CFET, FI, FDCH e empréstimos precisas e</p>	<p>Sector da Governança- DG Tesouro</p> <p>Sector da Governança- DG Tesouro</p> <p>Sector da Governança- DG Tesouro</p>

		Operações de final de ano concluídas com sucesso por todas as instituições.	cumprindo os requisitos de reporte, conforme previsto na lei de orçamento e gestão financeira. KPIs5: Todas as demonstrações financeiras preparadas de forma precisa e cumprindo os requisitos de auditoria até 2015.		Sector da Governação- DG Tesouro
		Demonstrações financeiras precisas e cumprindo os requisitos de reporte da RDTL.			Sector da Governação- DG Tesouro
Dívida reportada de forma precisa. Obrigações contingentes identificadas e reportadas de forma precisa. Comunicações à Ministra feitas de forma atempada e precisa. Pagamentos de dívidas efectuados de forma atempada.	Garantia de que o reporte financeiro das APAs está de acordo com os padrões do MdF.	APAs produzem demonstrações financeiras segundo os padrões do MdF até 2015;	RE1: Apoio de consultores externos ao desenvolvimento de relatórios financeiros em 2 APAs. O relatório financeiro só poderá estar pronto a partir de 2016. Avaliação da prontidão das APAs e reporte para condução de auditorias externas. KPIs1.1: 2 (duas) APAs produzem relatórios financeiros segundo os padrões do MdF até 2015. KPIs1.2: 2 APAs concluem relatórios de avaliação em 2015. RE2: Máximo de 3 ajustes em trimestres posteriores feitos aos números constantes dos relatórios trimestrais. KPIs2: Reporte trimestral preciso por parte de 5 APAs relativamente a receitas e despesas, resultando em menos de 3 ajustes em trimestres posteriores.		Sector da Governação- DG Tesouro Gabinete de Auditoria Interna DG Tesouro Gabinete de Auditoria Interna
		Relatório trimestral preciso sobre receitas e despesas de APAs.			Sector da Governação- DG Tesouro
	Realização de auditoria interna no Ministério das Finanças.	Realização de 10 auditorias internas.	RE1: Melhoria dos controlos internos, processos empresariais e gestão global em áreas / departamentos / agências auditados ou APAs. KPIs1. 10 relatórios de auditoria interna concluídos em 2015.		Sector da Governação- Gabinete de Auditoria Interna
Coordenação e supervisão do pagamento de despesas públicas e realização de operações do tesouro	Até meados de 2014 as solicitações de pagamentos com informações incompletas serão devolvidas aos ministérios operacionais no prazo de trinta dias, acompanhadas de uma nota explicativa do Tesouro.	Implementação de um sistema completo de acompanhamento da gestão de pagamentos no FreeBalance, que será muito importante para receber, devolver e localizar relatórios de liquidação de avanços enviados por ministérios operacionais.	RE1: Ainda por implementar. KPIs1: Sistema de acompanhamento de pagamentos no FreeBalance implementado totalmente em 2015.		Sector da Governação- DG Tesouro
	Contas bancárias reconciliadas mensalmente.	Contas bancárias reconciliadas mensalmente até Setembro de 2014.	RE2. Actualmente funciona numa base semestral. KPIs2: Reconciliação mensal de contas bancárias em 2015.		Sector da Governação- DG Tesouro

	Melhoria da capacidade de planeamento e orçamentação e desenvolvimento de ferramentas de reporte financeiro.	Condução anual da Yellow Road Workshop com vista a informar sobre o tecto orçamental e a discutir prioridades nacionais. Informação do envelope fiscal a todos os ministérios operacionais e instituições estatais relativamente ao orçamento para 2016.	RE1: YRW de 2015 considera o Envelope Fiscal e as Prioridades Nacionais para 2016. KPIs1: Condução da YRW e Tectos em 2015 para todos os ministérios operacionais. RE2: Todos os ministérios operacionais entendem e seguem o envelope fiscal para 2016 que lhes é distribuído. KPIs2: Condução desta actividade com sucesso e dentro do calendário orçamental		Sector da Governação- DG Finanças do Estado DN Política Económica Sector da Governação- DN Orçamento
Descentralização, de forma a tornar as funções e serviços governamentais mais eficientes, responsáveis e atentos às necessidades dos cidadãos, sobretudo dos elementos que vivem em situações de pobreza, vulnerabilidade e marginalização					
Implementação de políticas de descentralização – estabelecimento de 3 a 5 municípios segundo o novo modelo de governo municipal	Gabinetes do Tesouro estabelecidos e preenchidos nos 13 distritos até 2017.	Gabinetes do Tesouro estabelecidos e preenchidos em 13 distritos até 2017 Diploma Ministerial relativo aos Tesouros Distritais redigido, revisto e aprovado.	RE1: Não se encontram estabelecidos quaisquer Tesouros Distritais. KPIs1: 3 Gabinetes do Tesouro estabelecidos em distritos até 2015. RE2: Diploma Ministerial já aprovado pela Ministra das Finanças. KPIs2: Diploma ministerial aprovado de forma plena até 2015.	<i>Tudo isto depende do empenho do MdF em relação ao estabelecimento dos tesouros distritais. É necessário aprovar normas financeiras no presente ano.</i> Situação Actual: de presente não se encontra estabelecido qualquer gabinete distrital do Tesouro.	Sector da Governação- DG Tesouro DN Descen-tralização Financeira Sector da Governação- DG Tesouro DN Descen-tralização Financeira Unidade Jurídica
		Manual de Operações de Tesouro Distrital e normas sobre Processamento de Pagamentos, Pagamentos Avançados e Contabilidade e Reconciliação de Receitas redigidos, aprovados e distribuídos com sucesso.	RE1: Actualmente o Manual de Tesouro Distrital encontra-se redigido e a aguardar aprovação das Normas Financeiras até Agosto de 2014. KPIs1: Manual de Tesouro Distrital aprovado pelo MdF em 2015.		Sector da Governação- DG Tesouro DN Descen-tralização Financeira Unidade Jurídica
Indústria dos recursos naturais desenvolvida de modo a possibilitar uma transformação económica estrutural					
Gestão das receitas petrolíferas	Gestão das receitas petrolíferas de forma transparente, incluindo adesão rigorosa a mecanismos internacionais de transparência como a ITIE	Garantir a conformidade de TL com 7 requisitos da ITIE.	RE1: Actualmente estão a ser produzidos os relatórios de 2012 e 2013. Produção do relatório anual da ITIE referente a 2014 em 2015. KPIs1: Relatório da ITIE referente a 2014 publicado até ao final de 2015. RE2: Análise anual da implementação dos Princípios de Santiago (autoavaliação), a ser incluída no Relatório Anual do FP referente a 2014. Análise (e possível resposta) das questões levantadas nas avaliações independentes de terceiros, incluindo PíEE, Índice de Governação de Receitas e Índice Linaburg-Maduell. KPIs2: Manutenção ou melhoria da classificação de terceiros atribuída à governação do FP. RE3: Continuação da implementação da Alocação de Activos Estratégicos do FP e taxa real esperada do FP acima dos 3%. KPIs3: Taxa real esperada do FP acima dos 3% sobre o IPC dos EUA.		Sector Económico- Unidade de Administração do Fundo Petrolífero DG Impostos
		Governação do Fundo Petrolífero – Garantia de elevado nível de desempenho do Fundo Petrolífero. Investimentos do Fundo Petrolífero – Obtenção			Sector Económico- Unidade de Administração do Fundo Petrolífero Sector Económico- Unidade de Administração do

		de um retorno de investimentos de 3% sobre o IPC dos EUA, ajustado de acordo com o risco.			Fundo Petrolífero
Aumento dos rendimentos dos timorenses através da criação de emprego					
Desenvolvimento do Sector Privado.	Manter e melhorar o sistema de “Balcão Único” (SERVE) para o registo de empresas de forma atempada e eficaz.	Redução do tempo para registo de empresas.	RE1: SERVE introduzido a 4 de Junho de 2013. KPIs1: Redução para 3 dias em 2015 do tempo necessário para registar empresas.		Sector Económico- SERVE DNRD
	Provisão de financiamento público directo e indirecto.	Desenvolvimento de três (3) Projectos de PPPs até 2017, incluindo a Baía de Tibar e o edifício do MdF. Desenvolvimento de projecto para o Porto de Tibar. Conclusão do novo edifício do MdF. Exploração de novas áreas de PPPs.	RE1: O projecto da Baía de Tibar já se encontra em fase de solicitação de propostas. KPIs1: Até 2015 o projecto de Tibar já terá contrato assinado. RE2: Infra-estruturas físicas prontas e desenho interior em curso. KPIs2: A mudança para o novo edifício do MdF ficará concluída até Fevereiro / Março de 2015. RE3: Actualmente a estudar potencial para PPPs na área da saúde. KPIs3: Condução de pelo menos uma avaliação a projectos potenciais de PPPs em TL.		Sector Económico- Unidade de Parcerias Público-Privadas Sector Económico- DGSC Unidade SI Sector Económico- Unidade de Parcerias Público-Privadas
		Banco Nacional de Desenvolvimento criado até 2017: o MdF conduzirá um estudo de viabilidade relativo ao estabelecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento juntamente com entidades relevantes.	RE: TdR referentes ao estudo concluídos, grupo de trabalho estabelecido e estudo iniciado. KPIs: Condução de análise e provisão de resultados preliminares sobre o estabelecimento do BND e/ou diversificação da economia.		Sector Económico- DN Orçamento DN Política Económica
Fomento do Ambiente para a Diversificação Económica					
Estabilidade Macroeconómica e Redução da Pobreza	Desenvolvimento e melhoria de um quadro macroeconómico apropriado e de objectivos políticos a médio e longo prazo	Quadro macroeconómico actualizado e tornado mais intuitivo.	RE1: Quadro macroeconómico abrangente e intuitivo concluído, manual do utilizador desenvolvido e funcionários públicos capazes de utilizar o quadro. KPIs1: Um quadro macroeconómico capaz de projectar o PIB petrolífero e não petrolífero (incluindo PIB per capita), a inflação, a balança de pagamentos, as receitas e o emprego até 2015.		Sector Económico- DG Finanças do Estado DN Política Económica
Concretização do alvo de inflação média anual do PED (4 a 6%) até 2017	Monitorização regular da inflação.	Produção de 4 relatórios de inflação trimestral todos os anos. Previsão da inflação.	RE1: 4 análises de inflação trimestral produzidas e publicadas em 2015. KPIs: Produção e apresentação ao CCGF de 4 análises de inflação trimestral em 2014. RE2: Modelo de projecção da inflação incorporado no quadro macroeconómico. KPIs2: Actualização do coeficiente de inflação do modelo pelo menos uma vez em 2015.	A taxa de inflação média anual em 2013 foi 9,9%)	Sector Económico- DG Finanças do Estado DN Política Económica Sector Económico- DN Política Económica
	Grupo de Trabalho Macroeconómico responsável por ajudar os decisores políticos na área da Macroeconomia.	Grupo de Trabalho Macroeconómico (GTM) estabelecido.	RE1: GTM faz recomendações políticas ao governo relativamente a vários sectores (incluindo género e crianças). KPIs1: GTM reúne-se regularmente, com pelo menos duas reuniões em 2015.		Sector Económico- DN Política Económica

	Avaliação e medição regulares da pobreza em Timor-Leste	Censo de 2015 concluído até 2016/17	RE1: Resultados preliminares a nível nacional. KPIs1: Questionários redigidos, enumeradores formados e levantamento iniciado em 2015.	Recolha regular de dados em TL, incluindo dados socioeconómicos.	Sector Económico-DG Estatística
		ENVTL de 2014 concluído até 2015.	RE1: Recolha de dados iniciada e 11% dos dados já recolhidos. KPIs1: Recolha e limpeza de dados e relatório final concluído em 2015.		Sector Económico-DG Estatística
		Produção de estatísticas-chave e análise com vista a continuar a melhorar a qualidade - Relatório preliminar LFS 2013 lançado durante 2014.	RE1: Relatório preliminar lançado. O relatório final será lançado em Agosto de 2014. KPIs: Relatório final concluído e disseminado ao público até 2015.		Sector Económico-DG Estatística
		BAS 2013 publicado até Outubro de 2014. Nova resolução sobre Registo Civil e Estatísticas Vitais (RCEV) aprovada pelo CdM em 2014.	RE1: Recolha de dados iniciada e em curso. KPIs1: BAS 2014 publicado em 2015. RE1: Condução de levantamento do RCEV. KPIs1: Produção de números de população referentes a 6 meses em 2015.		Sector Económico-DG Estatística
		Produção de relatório mensal sobre IPC.	RE1: Relatórios sobre IPC produzidos de forma atempada em 2013 e até Maio de 2014. KPIs: Produção atempada de 12 relatórios mensais sobre IPC em 2015.		Sector Económico-DG Estatística
		Produção de relatórios mensais sobre comércio.	RE1: Relatórios sobre comércio produzidos de forma atempada em 2013 e até Maio de 2014. KPIs1: Produção atempada de 12 relatórios mensais sobre comércio em 2015.		Sector Económico-DG Estatística
		Produção anual do relatório Timor-Leste em Números.	RE1: Timor-Leste em Números produzido em relação a 2013. KPIs1: Produção em 2015 do TL em Números relativo a 2014.		Sector Económico-DG Estatística
		Produção de um relatório anual sobre comércio.	RE1: Relatório Anual sobre Comércio em Timor-Leste relativo a 2013 em preparação. KPIs1: Produção em 2015 do Relatório Anual sobre Comércio em TL relativo a 2014.		Sector Económico-DG Estatística
		Publicação atempada das Contas Nacionais.	RE1: Contas Nacionais referentes a 2012 aprovadas pelo MdF e a serem publicadas em breve. KPIs1: Produção em 2015 das contas nacionais 2014.		Sector Económico-DG Estatística
Desenvolver uma reforma abrangente de base fiscal e aumentar as receitas do Estado	Cobrança de 50,7 milhões de dólares em impostos directos em 2015.	Resultados preliminares sobre a política fiscal fornecidos ao Governo até 2015.	RE1: TdR para o grupo de trabalho concluídos, grupo de trabalho para revisão da política fiscal estabelecido e análise da revisão da política fiscal iniciada. KPIs1: Prestação ao GTL em 2015 de uma recomendação muito preliminar sobre política fiscal.	181 milhões de dólares cobrados em impostos domésticos até 2015 (Situação actual: 148 milhões em 2013).	Sector Económico-DG Impostos DN Receitas Domésticas DN Política Económica
	Análise abrangente da base fiscal e do IVA.	Pelo menos 100 firmas domésticas auditadas em 2014, incluindo 40 grandes contribuintes.	RE2: Auditoria iniciada em 2014 (previsão de 100 firmas auditadas em 2014). KPIs2: 110 firmas de auditoria em 2015.		Sector Económico-DG Impostos DN Receitas Domésticas
		Conclusão da limpeza de NIFs até ao final de 2015.	RE3: Eliminação de dados incorrectos e de contribuintes a partir da base de dados. KPIs3: Início da fase 3 até ao final de 2014. Todos os NIFs incorrectos que restem no sistema serão eliminados até ao final de 2015.		Sector Económico-DG Impostos DN Receitas Domésticas
		Actualização do ITAS (que substitui o SIGTAS) concluída até 2016.	RE4: Processo fase de concurso. KPIs4: Implementação iniciada em 2015.		Sector Económico-DG Impostos

					DN Receitas Domésticas
	Melhoria do quadro legal para a cobrança de impostos domésticos.	Lei de procedimentos fiscais redigida, aprovada e implementada com sucesso.	RE1: Proposta de lei enviada pela Unidade Jurídica à DNRD para análise. KPIs1: Proposta a ser analisada pela DNRD em 2015. RE2: Aprovação do Conselho de recursos dos impostos e alfândegas . KPIs2: Até ao final de 2015, Conselho de recursos dos impostos e alfândegas estará estabelecido e assumirá a responsabilidade total sobre os recursos de impostos e aduaneiros RA3: Redigida e a aguardar aprovação do CdM. KPIs3: Lei sobre taxas administrativas redigida e a procurar aprovação do CdM para ser enviada ao Parlamento Nacional.		Sector Económico- DG Impostos DN Receitas Domésticas Unidade Jurídica. Sector Económico- DG Impostos DN Receitas Domésticas Unidade Jurídica.
		Conselho de recursos dos impostos e alfândegas estabelecido.			
		Lei sobre taxas administrativas até 2015.			Sector Económico- Unidade Jurídica. DG Impostos DN Receitas Domésticas
		Preparação de proposta de sistemas e leis até 2017	RE: Novo ITAS, apoiando o IVA. KPIs: Duas consultas públicas sobre a introdução do IVA e um projecto sobre a implementação do IVA concluídos em 2015.		Sector Económico- DG Impostos Unidade SI DN Receitas Domésticas
		Documento de cenário de fundo sobre IVA concluído.	RE: TdR concluídos, grupo de trabalho estabelecido e estudo iniciado KPIs: Produção de documento completo de cenário de fundo até 2015.		Sector Económico- DN Política Económica
		Concretização de 74 milhões de dólares em direitos de importação, imposto sobre o consumo e imposto sobre serviços	RE: Tempo médio de libertação de cargas reduzido para menos de 2,5 dias. KPIs: Tempo médio de libertação de cargas no porto reduzido para 60 horas em 2015.	Situação Actual: 25,4 milhões cobrados até Maio de 2014	Sector Económico- DG Alfândegas
		100% de cobranças e relatórios mensais sobre pagamentos pendentes.	RE: Cobrança melhora em 2014 em comparação com 2013. KPIs: Melhoria da cobrança de impostos para 76 milhões de dólares.		Sector Económico- DG Alfândegas
		Adopção do código HS 2012 até 2014.	RE: Será recebida mais assistência durante a próxima visita da missão da OMA. KPIs: Adopção com sucesso do código HS 2012 em 2015.		Sector Económico- DG Alfândegas
		Como parte da actualização para o ASYCUDA world haverá uma base de dados de avaliações povoada e em uso até 2016.	RE: Contrato referente ao ASYCUDA assinado. Implementação prevista para arrancar. KPIs: Início da base de dados até 2015. Fórum consultivo nacional estabelecido, com primeira reunião realizada em Abril de 2014		Sector Económico- DG Alfândegas
		Fórum consultivo para obter pareceres da indústria sobre alterações / reformas nas Alfândegas.	RE: Procedimentos relativos ao fórum estabelecidos. Primeira reunião realizada. KPIs: Fórum consultivo sobre alfândegas realizado em 2015. Fórum consultivo nacional realizado duas vezes (2x) por ano.		Sector Económico- DG Alfândegas

		Opções aduaneiras relativamente a leilões de bens apreendidos em 2014.	RE: Primeiros leilões preparados e previstos para 2014. KPIs: Realização de leilão em 2015. Até 65 veículos serão desmantelados e vendidos como peças.		Sector Económico- DG Alfândegas
		Associação de despachantes formada e despachantes aduaneiros registados até 2014, com início da formação respectiva em 2014.	RE: Associação já formada. Processo de registo concluído. Currículo de formação preparado. Primeiro curso agendado. KPIs: Curso regular de formação com início na segunda metade de 2014.		Sector Económico- DG Alfândegas
Melhoria do quadro jurídico da disciplina fiscal	Melhoria do Processo e da Disciplina relativos ao Orçamento do Estado	Decreto-Lei sobre normas financeiras. Boletins Fiscais Trimestrais produzidos com boa qualidade todos os anos a partir de 2014. Produção de 4 relatórios trimestrais de execução orçamental.	RE1: Relatório financeiro aprovado pelo CdM e distribuído aos ministérios e instituições operacionais. KPIs1: Normas financeiras passadas a lei e distribuídas aos ministérios operacionais. RE2: 4 boletins fiscais (GFS e TdC) produzidos e publicados trimestralmente em 2015. KPIs2: 4 Boletins Fiscais Trimestrais produzidos com boa qualidade em cada trimestre de 2015. RE3: 4 relatórios trimestrais de execução orçamental produzidos e disseminados a todos os ministérios operacionais e instituições estatais. KPIs3: Produção e disseminação de 4 relatórios trimestrais de execução orçamental de boa qualidade em 2015.		Sector Económico- DGT - DN Contabilidade e Finanças Sector Económico- DN Política Económica DN Orçamento Sector Económico- DN Política Económica DN Orçamento
	As despesas recorrentes não devem aumentar em média mais de 6% ao ano até 2017	Elaboração de Lei do Orçamento Anual para o orçamento de 2016 até 15 de Outubro de 2015.	RE: Lei Orçamental de 2016 elaborada e apresentada ao Parlamento Nacional. KPIs: Elaboração com sucesso da proposta de lei orçamental de 2016 em 2015, dentro do calendário orçamental previsto.	Situação Actual: De 2013 para 2014 o aumento foi de 18%.	Sector Económico- DN Orçamento
Aumento de pelo menos 5% ao ano da formação de capital fixo no sector privado	4.2.2. Condução do estudo de cenário de fundo para desenvolvimento de uma estratégia de diversificação da economia.	Desenvolvimento de um estudo sobre potencial em termos de exportações e de substituição de importações em 2014.	RE: Recomendações políticas sobre diversificação da economia apresentadas e consideradas pelo Governo. KPIs: Relatório sobre diversificação da economia concluído e apresentado em 2015.	Situação Actual: 132 milhões em 2011	Sector Económico- DN Política Económica CESAP

Dotações para todo o Governo

A componente Dotações Todos para o Governo tem um Orçamento de 93,240 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas Dotações para todo o Governo (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	30,950	92,935	93,240	96,969	100,848	104,882	109,077
Recorrentes	30,222	92,690	92,092	95,775	99,606	103,591	107,734
Salários e Vencimentos	-	-	-	-	-	-	-
Bens e Serviços	27,250	44,000	68,751	71,501	74,361	77,335	80,428
Transferências Públicas	2,972	48,691	23,341	24,275	25,246	26,255	27,306
Capital	728	245	1,148	1,194	1,242	1,291	1,343
Capital Minor	269	-	1,148	1,194	1,242	1,291	1,343
Capital Desenvolvimento	459	245	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	30,950	92,935	93,240	96,969	100,848	104,882	109,077
Recorrentes	30,222	92,690	92,092	95,775	99,606	103,591	107,734
Capital	728	245	1,148	1,194	1,242	1,291	1,343

Ministério da Justiça

Papel

O Ministério da Justiça é o departamento do Governo que tem por missão a concepção, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Parlamento Nacional e pelo Governo para as áreas da Justiça e do Direito.

Compete ao Ministério da Justiça no âmbito das suas atribuições, assegurar as relações do Governo com os Tribunais, o Ministério Público, e o Conselho Superior da Magistratura Judicial, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Superior da Defensoria Pública, bem como os demais agentes da área da Justiça e do Direito, designadamente com a entidade representativa dos Advogados.

Orçamento

O Ministério da Justiça tem um Orçamento de 26,291 milhões de dólares para 2015

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Justiça (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	9,835	21,340	26,291	27,342	28,436	29,574	30,756
Recorrentes	9,435	19,369	24,685	25,672	26,699	27,767	28,877
Salários e Vencimentos	2,882	3,379	4,391	4,567	4,749	4,939	5,137
Bens e Serviços	6,405	15,490	19,844	20,637	21,463	22,321	23,214
Transferências Públicas	148	500	450	468	487	506	526
Capital	400	1,971	1,606	1,670	1,737	1,807	1,879
Capital Minor	400	621	258	266	277	288	299
Capital Desenvolvimento	-	1,350	1,350	1,404	1,460	1,519	1,579
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	9,835	21,340	26,291	27,342	28,436	29,574	30,756
Recorrentes	9,435	19,369	24,685	25,672	26,699	27,767	28,877
Capital	400	1,971	1,606	1,670	1,737	1,807	1,879

Perfil de Funcionários

O Ministério da Justiça tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1.219 pessoas, composto por funcionários financiados de 445 funcionários permanentes, 83 cargos de direcção e chefia e 80 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 611 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política. Além disso, o Ministério da Justiça agrega também os funcionários que trabalham nas áreas dos serviços de prisionais (189 pessoas), Unidade de Notariado (7 pessoas), Defensoria Pública (70 pessoas) e Polícia Científica de Investigação Criminal (119 pessoas).

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionários Público Actuais	-	1	1	33	5	38	59	14	73	75	39	114	64	41	105	43	25	68	31	15	46	305	140	445
Escala 1o		1	1	27	4	31	26	8	34	19	21	40	10	8	18	-	9	9	5	4	9	87	55	142
Escala 2o		-	-	4	1	5	18	3	21	34	13	47	23	11	34	43	16	59	19	7	26	141	51	192
Escala 3o		-	-	1	-	1	2	-	2	1	1	2	6	3	9	-	-	2	1	3	3	12	5	17
Escala 4o		-	-	1	-	1	5	1	6	4	-	4	5	5	10	-	-	3	2	5	18	8	8	26
Escala 5o		-	-	-	-	-	8	2	10	17	4	21	20	14	34	-	-	2	1	3	47	21	-	68
Escala 6o		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administrasun Público Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	-	1	1	50	9	59	77	17	94	91	45	136	80	44	124	43	25	68	31	15	46	372	156	528
Vagas em processo de Recrutamento			4			13			18			18			20			4			3			80
Nova Proposta de Vagas 2015		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-		-	-
Total Quadro Pessoal			5			72			112			154			144			72			49			608
Mapa Pessoal 2016			17			64			106			88			152			102			82			611
Mapa Pessoal 2016 - 2018			17			64			106			88			152			102			82			611
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcao e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Director Geral	-	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Inspector Geral	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Director Nacional	-	-	-	5	1	6	2	-	2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	2	9
Director Distrital	-	-	-	-	-	-	8	-	8	8	2	10	8	2	10	-	-	-	-	-	-	24	4	28
Chefe do Departamento	-	-	-	10	2	12	8	3	11	8	3	11	8	1	9	-	-	-	-	-	-	34	9	43
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direção e Chefia	-	-	-	17	4	21	18	3	21	16	6	22	16	3	19	-	-	-	-	-	-	67	16	83

MINISTERIO DA JUSTICA																	
Defensores																	
Categoria Forca de Trabalho	D. Publica Geral			DPG 3o Classe			DPG 2o Classe			DPG 1o Classe			Sub-Total		Total		
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F			
Defensores Publicas	1	-	1	5	3	8	3	2	5	4	2	6	13	7	20		
Defensores Publicas Estagiario	7	3	10										7	3	10		
Total	8	3	11	5	3	8	3	2	5	4	2	6	20	10	30		
Oficial Defensores Publicos																	
Categoria Forca de Trabalho	Sec. Superior			Sec. Distritais			Adj.Esc. do Direto			Oficial Deligencia			Escrivao do Direto		Total		
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F			
Oficial Defensores Publico	2	-	2	5	1	6	2	2	4	4	2	6	3	2	5		
Oficial Def. Publicos	12	5	17			-			-			-			-		
Total	14	5	19	5	1	6	2	2	4	4	2	6	3	2	5		
Categoria	Policia Cientifica de Investigacao Criminal																
Director	1		1			-			-			-			-		
Director Adj.	1		1			-			-			-			-		
Diretor Laboratorio de Policia	1		1			-			-			-			-		
Diretores Departamento	2	1	3						-			-			-		
Chefe de Sector, Leste Oeste	4		4			-			-			-			-		
Coordenador	1		1			-			-			-			-		
Investigador Chefia	7	3	10			-			-			-			-		
Investigador	25	12	37			-			-			-			-		
Investigador Estagiario	8	7	15			-			-			-			-		
Especialista Superior	3	1	4			-			-			-			-		
Especialista	19	8	27			-			-			-			-		
Especialista Estagiario	9	6	15			-			-			-			-		
Total	81	38	119	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Prisao																	
Categoria	Prisao												Sub-Total		Total		
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F			
Guarda Prisao Sub-Chefia Grau D	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2		
Guarda Prisao Oficial Grau E	8	5	13			-			-			-	8	5	13		
Guarda Prisao Grau E	159	17	176			-			-			-	159	17	176		
Total	168	23	191	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168	23	191		
Notario	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1	7	6	1	7		
Total Regime Especial MJ															387		
Vagas em processo de recrutamento	-			-			-			-			-		-		
Nova proposta de vagas de 2015	Defensoria			-			-			-			-		-		

Plano Anual do Ministério da Justiça para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Acesso à Justiça: Sector da Justiça Desenvolvido e com Mecanismos Acessíveis aos Cidadãos.					
Consolidar a administração da justiça, melhorando a capacidade das instituições e a coordenação entre elas (AT 1 – Desenvolvimento Institucional).	Estruturar as reuniões do Conselho de Coordenação (CC) com agendas claras e orientadas.	Coordenar e elaborar as agendas de reuniões do Conselho de Coordenação.	Reuniões do Conselho de Coordenação realizadas; Todos os Órgãos do Sector da Justiça e a PNTL participam.		SEGDI-MJ-GDG
	Realizar as reuniões do Conselho Consultivo do Ministério da Justiça.	Coordenar as actividades e elaborar as agendas de reuniões quinzenais.	Reuniões quinzenais do Conselho Consultivo realizadas; Os dirigentes nacionais e organismos sob tutela do MJ participam.		SEGDI-MJ-GDG
	Realizar as reuniões do Mecanismo de Coordenação do Desenvolvimento Institucional.	Coordenar as reuniões do Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional.	Reuniões do Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional realizadas; As instituições que pertencem ao Sector Estratégico de Governação e Desenvolvimento Institucional participam.		SEGDI-MJ-GDG
	O Ministério da Justiça de Timor-Leste assume o papel de anfitrião e presidência.	Acolher os correspondentes nacionais para dois (2) encontros preparatórios e realização da 14.ª Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP em Díli e encontros extraordinários e preparação da Equipa Técnica integrada na Comissão de Trabalho.	Os correspondentes nacionais são devidamente acolhidos; Equipa técnica preparada; 14.ª Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP é realizada com sucesso.		SEGDI-MJ-GDG
	Apoia a política do 5.º Governo Constitucional nas Estruturas de Pré-Desconcentração Administrativa	Realizar seminários sobre as políticas de Pré-Desconcentração Administrativa.	Seminários sobre política de Pré-Desconcentração Administrativa realizados; 4 seminários realizados (1 na região leste, 1 região central, 1 na região oeste e 1 em Oe-Cusse).		SEGDI-MJ-GDG
	Serviços de Tecnologia Informática e Comunicação (TIC) consolidado para as instituições do sector da justiça	Estabelecer e assegurar a sustentabilidade da implementação do sistema electrónico de gestão de casos (Case Management System).	Planos anuais e orçamentais de TIC aprovados e implementados (indicadores do progresso); 75% do sistema IIMS (Integrated Information Management System) assegurado.		SEGDI-MJ-DNAF
	Descentralização das competências dos serviços do Registo Civil e Notariado	Apoiar a política do 5.º Governo Constitucional para as estruturas de Pré-Desconcentração Administrativa nos Distritos.	Os pontos focais indigitados são competentes e activos para representar o MJ na estrutura de Pré-Desconcentração Administrativa e reforçar os Serviços dos Registos Civil e Notariado nos 13 Distritos.		SEGDI-MJ-DNRN
	Emissão de Certificado de nacionalidade timorense sobre atribuição, aquisição, perda e reacquirição da nacionalidade	Realizar o exame escrito e oral para os cidadãos estrangeiros por casamento e por naturalização nos 13 Distritos.	Atribuída a nacionalidade timorense a 250 cidadãos estrangeiros.		SEGDI-MJ-DNRN
	Autenticação e legalização dos actos notariais	Emissão sobre legitimação dos documentos dos actos notariais.	Legalidade de actos e cópias de forma legal de autenticação constitutivo de cada trimestre 500 pss.		SEGDI-MJ-DNRN
	Determinar a situação jurídica de todos os lotes de terra em Timor-Leste e assegurar a disponibilidade dos serviços em todo país	Regularizar as propriedades do estado, rever contratos de arrendamento dos imóveis, controlo pagamento de rendas.	Propriedades do estado identificadas, contratos de arrendamento dos imóveis e pagamento de rendas regularizados; 500 propriedades do Estado, 200 contractos de arrendamento renovados e 2.300 contractos de arrendamento registados com receitas depositadas.		SEGDI-MJ-DNTPSC
		Acelerar o processo de levantamento cadastral sistemático através do Projecto do Sistema de Cadastro Nacional.	Levantamento cadastral sistemático realizado conforme previsto no contrato com o consórcio GNM – Holding/Arm Apprise.		SEGDI-MJ-DNTPSC
	Desenvolvimento de gestão e informação que permitam à DNTPSC prestar serviços	Estabelecer os pontos de referência cadastral (Ordem IV) para o melhoramento do Sistema	Pontos de referência estabelecidos; 700 parcelas cadastradas e registadas, Levantamento		SEGDI-MJ-DNTPSC

	de uma forma mais rápida, segura, eficaz e acessível aos cidadãos.	Levantamento Cadastral Esporádico.	Cadastral de Terras Comunitárias e socialização de leis realizados nas áreas definidas nos 13 Distritos, 31 sucus.		
		Promover a mediação entre as partes em conflitos de terras.	Mediação entre as partes em conflito de terras promovida; 100 casos de conflitos reduzidos e resolvidos.		SEGDI-MJ-DNTPSC
		Uniformização de nomes Geográficos e Classificação de Uso de Solo (Levantamento de dados de Toponímica, Variação de Uso do Solo, Celebração do dia mundial de GIS e Delineação e densificação de marcos da linha Fronteira).	Nomes geográficos (nomenclatura) no distrito de Bobonaro e Covalima uniformizados; 60 Marcos estabelecidos.		SEGDI-MJ-DNTPSC
	Estatuto GIA em implementação.	Disseminar e socializar o estatuto e as competências do GIA no âmbito do MJ.	4 seminários realizados (Baucau, Manufahi, Bobonaro e Oecusse); 70 pessoas formadas (45 homens e 25 mulheres)		SEGDI-MJ-GIA
	Manual de Procedimento de Inspeção e Auditoria e Código de Conduta do GIA, como base para execução das actividades dos inspectores/auditores	Elaborar e submeter para aprovação o manual de procedimento de inspeção e auditoria e código de conduta do Gabinete de Inspeção e Auditoria.	Manual aprovado.		SEGDI-MJ-GIA
	Política de boa governação e de combate à corrupção adoptada	Realizar pelo menos 2 encontros de coordenação na área da Prevenção e Combate à Corrupção entre instituições relevantes dos Países da CPLP.	2 encontros de Coordenação dos membros da CPLP realizados.		SEGDI-MJ-GIA
	Melhorar a operacionalidade nas áreas de execução das actividades, normas regulamentares, administrativa, financeira, patrimonial, documental e de apoio à gestão e aprovisionamento	Fiscalizar os serviços operacionais de Terras e Propriedades, Registos e Notariado, Defensorias Públicas e Estabelecimentos Prisionais.	Fiscalizações realizadas; 4 inspecções e fiscalizações periódicas nas 13 Repartições DTPS Distritais, 10 Direções Nacionais, 13 Conservatórias Distritais, 4 Cartórios Notariais, 4 Repartições DPG Distritais e 3 Estabelecimentos Prisionais com 43 relatórios das actividades submetidos ao superior hierárquico para tomada de decisões.		SEGDI-MJ-GIA
	Assegurar a natureza disciplinar de funcionários e executar outras ações segundo as ordens determinadas pelo Ministro da Justiça	Realizar ações de investigação e inquéritos às deficiências do sistema de controlo interno, irregularidades financeiras, erros observados, despesas injustificadas e outras irregularidades identificadas.	8 investigações realizadas e 8 relatórios com os resultados das investigações, com conclusões e recomendações submetidos ao superior hierárquico para tomada de decisões.		SEGDI-MJ-GIA
	Garantir e promover os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pelos princípios do estado de direito democrático, assistência jurídica efectiva e de qualidade, em particular aos mais desfavorecidos e direito inviolável de audiência e defesa no acesso à Justiça e tribunais	Prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial integral e gratuita, aos mais necessitados.	Defesa do direito dos assistidos em sede criminal ou civil implementada no âmbito judicial; Actuação judicial em cerca de 2.500 processos judiciais civis e criminais no Tribunal de Recurso, nos 4 Tribunais Distritais e respectivos Centros de Detenção e em 2 Prisões Nacionais.		SEGDI-MJ-DP
		Representação judicial através de plantões diários, atendimento ao público e mediações junto aos Tribunais, Centros de Detenção e Prisões.	Orientação Jurídica da População e solução dos conflitos pela via extrajudicial; Cerca de 3000 famílias atendidas por ano.		SEGDI-MJ-DP
	Reunião dos membros RIPAJ (Reunião Instituições Públicas de Assistência Jurídica dos Países de Língua Portuguesa-CPLP)	Participar na reunião RIPAJ – CPLP e Conferência Internacional.	Competências e conhecimentos sobre a qualidade do acesso à justiça nos países CPLP reforçados; Participação e partilha experiências do MJ nos fóruns da CPLP.		SEGDI-MJ-DP
	Funcionários de CNDC têm bom conhecimento sobre os direitos das crianças	Formação em direitos das crianças, género e enquadramento legal, sistema de monitorização, análise a situação da criança e advocacia aos funcionários CNDC.	Formação realizada; 20 funcionários (13 homens e 7 mulheres) com conhecimentos sobre os direitos das crianças.		SEGDI-MJ-CNDC

	Estabelece a Polícia Científica e de Investigação Criminal (PCIC), na Orgânica do Ministério da Justiça	Estabelecer a Direcção de Polícia Científica de Investigação Criminal, Laboratório Forense, Laboratório de Toxicologia Genética Forense, Balística, Perícia de documentos e notas.	Direcção Geral da Polícia Científica de Investigação Criminal estabelecida na estrutura do MJ; 75% do laboratório forense e de toxicologia estabelecido.		SEGDI-MJ-PCIC
Consolidar e harmonizar o quadro legal do sistema da justiça e do direito (AT 2 – Reforma e Quadro Legal).	Melhorar a coordenação entre as instituições relevantes nas áreas dos serviços de administração e tecnologia, informática e comunicação.	Transformar a Direcção Nacional de Administração e Finanças (DNAF) na Direcção Geral dos Serviços Corporativos (DGSC); Estabelecer as orgânicas da DGSC e da DNTI.	Orgânicas da Direcção Geral dos Serviços Corporativos e da Direcção Nacional de Tecnologia Informática (DNTI) aprovadas; Estruturas de direcção e gestão reforçam a política de pré-desconcentração dos serviços.	Funcionamento da DGSC e DNTI em 2016	SEGDI-MJ-DNAF
	Completar o quadro Legal do sistema de Justiça	Rever, redigir, alterar e aprovar as seguintes leis e estatutos no Parlamento Nacional: Código de Direitos das Crianças, Lei Titular Educativos Menores, Lei de Apoio Judiciário, Lei do Tráfico Humano e de Pessoa, Lei da Mediação e Arbitragem, Lei da Justiça Tradicional/Costumeira, Código de Registo Civil e Lei Sobre Direitos de Autor Propriedade Intelectual.	Leis e estatutos elaborados em 2014 para aprovação pelo PN em 2015.		SEGDI-MJ-DNAJL
		Rever, redigir, alterar e aprovar as seguintes leis e estatutos no Conselho de Ministros como: DL No. 5/2005, sobre Pessoas Colectivas sem Fim Lucrativos, Lei da Organização Judiciária, Código do Registo Predial, Código do Registo Automóvel, Alteração Estatuto Defensoria Pública e Orgânica dos Serviços de Apoio Defensoria Pública	Leis e estatutos aprovados em Conselho de Ministros.		SEGDI-MJ-DNAJL
		Rever, redigir, alterar e aprovar as seguintes leis e estatutos como: Regime Especial para Jovem 16 até 21 anos, Regime Jurídico Contra-ordenações e Alteração ao Código Penal.			SEGDI-MJ-DNAJL
	Desenvolver uma metodologia nacional para rever e redigir legislação.	Desenvolver um guia de boas práticas sobre preparação e redacção legislativa.	Guia de boas práticas para assegurar harmonização na redacção das leis elaborado.		SEGDI-MJ-DNAJL
		Elaboração de pareceres jurídicos e opiniões legais.	Pareceres jurídicos submetidos ao Ministro da Justiça.		SEGDI-MJ-DNAJL
		Fazer pesquisa para elaborar novas leis.	Pesquisa para produção legislativa realizada.		SEGDI-MJ-DNAJL
		Manter um grupo de juristas timorenses especializado na área da redacção legislativa.	Transferência do grupo de juristas timorenses especializados na área da redacção legislativa para permanentes, através de processo de recrutamento. (Proposta separada)		SEGDI-MJ-DNAJL
	Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais	Elaborar o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais. Formar os guardas prisionais e funcionários da DNSPRS no novo Regulamento.	Regulamento Geral elaborado e aprovado pelo Ministro da Justiça; 190 Guardas Prisionais e demais funcionários da DNSPRS devidamente formados sobre os procedimentos do Regulamento Geral.	Em cooperação com o PNUD	SEGDI-MJ-DNSPRS
	Produção Legislativa, Assessoria e Investigação Jurídicas	Rever, redigir, alterar e aprovar as seguintes leis e estatutos no Conselho de Ministros: esboço de alteração da Lei Código Civil No.10/2011, Código Registo Civil e Decreto-Lei da Nacionalidade, Regime Jurídico do Passaporte, Regulamento Emolumentos dos Registos e do Notariado, Diploma Ministerial sobre os modelos	Leis para aprovação pelo Conselho de Ministros e pelo Parlamento Nacional submetidas.		SEGDI-MJ-DNRN

		dos passaportes, Decreto-Lei do Registo Colectivo No. 5/2005, Regulamento Notarial no.25/2009 e Decreto-Lei Passe de Fronteira.			
	Conclusão e aprovação da legislação de apoio à Lei de Terras	Concluir e aprovar o pacote de diplomas legislativos que complementam a Lei das Terras.	6 diplomas legislativos aprovados (Mecanismo de Compensação e Reembolso, Regime Jurídico do Domínio Privado do Estado, Lei de Tributação do Património, Regulamento da Comissão Cadastral, Regime Jurídico do Domínio Público e Regulamentação Cadastral).		SEGDI-MJ-DNTPSC
	Completar o quadro legal da Defensoria Pública	Apresentar uma proposta para a revisão do estatuto da Defensoria Pública e demais quadros legais previstos no Plano Estratégico do Sector da Justiça.	Melhorar o funcionamento da instituição adequada com outras instituições relevantes relativamente aos serviços de assistência jurídica; Revisão do estatuto da Defensoria Pública apreciado e aprovado.		SEGDI-MJ-DP
		Apresentar a proposta do novo Decreto-Lei sobre o quadro de pessoal da carreira dos Defensores Públicos e Alteração do Estatuto Remuneratório dos Magistrados Judiciais do Ministério Público e dos Agentes da Defensoria Pública.	Aquisição do novo Decreto-Lei sobre quadro pessoal da Carreira dos Defensores Públicos; Diploma do quadro pessoal da carreira dos Defensores Públicos preparado e submetido às instituições relevantes para apreciação e aprovação.		SEGDI-MJ-DP
Desenvolver as capacidades e competências dos profissionais do sector da justiça, incluindo dotar as instituições dos recursos humanos necessários e suficientes para prosseguirem os seus mandatos (AT 3 – Desenvolvimento dos Recursos Humanos).	Elevar as capacidades dos funcionários e identificar as pessoas certas para as posições certas nas áreas de administração e gestão, finanças, logística, recursos humanos e liderança.	Formação técnica e Bolsas de Estudo de Mestrado para os funcionários da DNAF.	Formação técnica e bolsas de estudo na área de Tecnologia Informática realizada; 13 funcionários (7 homens e 6 mulheres) participaram na formação técnica e 3 funcionários (2 homens e 1 mulher) iniciaram os estudos na Universidade de BINUS, Jakarta-Indonésia	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-DNAF
	Os funcionários do Ministério da Justiça nos 13 distritos serão capacitados na área da gestão financeira.	Capacitar periodicamente os funcionários da Direcção Distrital de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais, Conservatórias e Cartórios Notariais nos 13 distritos para os regulamentos e procedimentos de gestão financeira.	75 funcionários do Ministério da Justiça nos 13 distritos obtêm conhecimentos sobre os regulamentos e procedimentos de gestão financeira.		SEGDI-MJ-DNAF
	Desenvolver um Programa de Qualificação para os trabalhadores do sector da justiça, que potencie a sua emancipação através da aquisição dos conhecimentos e desenvolvimento das competências requeridas pelas instituições para desempenharem os seus mandatos.	Formação em redacção legislativa, nomeadamente em matéria de Direito das Mulheres e das Crianças.	Duas formações realizadas para 20 participantes, grupo composto por juristas e tradutores; 15 homens e 5 mulheres capacitados na área do Direito das Mulheres e das Crianças.	Em colaboração com UNICEF, UNWOMAN e MJ Japão	SEGDI-MJ-DNAJL
		Recrutar Assessores Nacionais na área de Direitos Humanos	Assessores Nacionais para prestarem assessoria na área de DH recrutados; 2 assessores nacionais (1 homem e 1 mulher) prestam assessoria na área de DH.		SEGDI-MJ-DNDHC
		Promover o conhecimento sobre a igualdade de género com o princípio da não-discriminação.	240 pessoas, designadamente, líderes comunitários, estudantes, PNTL, funcionários de ministérios relevantes, capacitadas em matéria de direitos humanos.		SEGDI-MJ-DNDHC
	Quadro de Carreira dos Guardas Prisionais	Realizar o concurso limitado para os Guardas Prisionais existentes e concurso aberto para os novos guardas prisionais dos estabelecimentos prisionais de Becora, Gleno, Suai e Centro Juvenil.	65 Guardas prisionais passaram no concurso limitado e 85 novos passaram no concurso público colocados nos seus locais de trabalho; Guarda Chefe= 4; Guarda Sub-Chefe= 16; Guarda Prisional Oficial= 45; Suai: 40, Gleno: 15 e Centro Juvenil: 30.		SEGDI-MJ-DNSPRS
	Educação continuada para os funcionários da DNSPRS	Preparar o acordo com a <i>Akademi Ilmu Pemasarakatan</i> – Indonésia.	Acordo assinado pelas duas partes.		SEGDI-MJ-DNSPRS

	Capacitação Técnica para os funcionários	Formação aos técnicos administrativos para os funcionários da DNRN.	9 funcionários capacitados (3 na área do sistema de Passaporte Electrónico na Indonésia e Malásia e 6 funcionários na área do Registo Criminal).		SEGDI-MJ-DNRN
	Estudo Comparativo e Cooperação de Serviços.	Realizar encontro bilateral sobre avaliação e monitorização conjunta da emissão de Passe Fronteira.	Assegurar a viagem da comunidade nas áreas de fronteira.		SEGDI-MJ-DNRN
		Implementar o Registo Civil Vital e Estatístico.	Sistema estatístico (online) e registo dos dados de nascimento e óbito implementado.		SEGDI-MJ-DNRN
		Estudo comparativo sobre o processo da celebração casamento civil.	5 funcionários têm conhecimento sobre a preparação do casamento civil.		SEGDI-MJ-DNRN
	Desenvolver um programa de qualificação para os funcionários da DNTPSC	Desenvolver a capacidade profissional dos funcionários da DNTPSC através de formação técnica, estudos comparativos e bolsas de estudo.	26 funcionários capacitados (20 na área de cadastro e 6 na área de cartografia), 10 funcionários realizam estudos comparativos sobre o registo de título, na Malásia, e sistema informação geoespacial, nas Filipinas, e 3 funcionários iniciam estudos na Universidade (Diploma IV ou Licenciatura na área de Registo e Cadastro Predial, Licenciatura em Geodesia e Geografia e Mestrado na área de Geografia).		SEGDI-MJ-DNTPSC
	Aumento do número e melhoria das competências profissionais dos juizes, procuradores, defensores públicos, advogados, notários/conservadores, oficiais de justiça e funcionários que exercem funções jurídicas nas instituições do Sector da Justiça.	Continuação do 6.º Curso de Formação de Magistrados e Defensores Públicos	Pelo menos 85% dos formandos aptos a iniciar a fase prática. 45 formandos, 20 mulheres e 25 homens – componente escolar	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
		Iniciar o 7.º Curso de formação de Magistrados e Defensores Públicos	7.º curso de formação iniciado; 45 formandos (25 homens e 20 mulheres) aptos a iniciar a fase escolar	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
		Iniciar o 5.º Curso de Formação para Advogados Privados	5º curso de formação iniciado; 45 formandos (20 homens e 25 mulheres) iniciaram a fase escolar.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
		Continuação do 2.º Curso de Formação de Conservadores e Notários	2.º Curso de formação continuado; 15 formandos (M: 11 e M: 4); Pelo menos 85% dos formandos concluem a fase específica e iniciam a fase de estágio.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
		Realizar o Curso de Formação para Oficiais de Justiça dos Tribunais e Defensoria Pública	Formação para oficiais de justiça concluída; 72 formandos (56 de Tribunais e 16 da Defensoria Pública) capacitados no exercício das suas funções profissionais.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
		Realizar o Curso de Formação para Guardas Prisionais (matéria de direito penal).	Formação realizada; 50 formandos (30 homens e 20 mulheres) capacitados em direito penal.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
		Realizar o Curso de Formação de Língua Portuguesa para os Investigadores da Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e Auditores da Câmara de Contas.	Curso de língua portuguesa realizado; 30 formandos da PCIC (15 homens e 15 mulheres) e 15 da Câmara de Contas (10 homens e 5 mulheres) capacitados no domínio da língua portuguesa e aptos a iniciar a formação específica em Portugal.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
		Realizar o Curso de formação na área específica de investigação criminal para investigadores da CAC.	Formação realizada; 25 investigadores da CAC capacitados no exercício das suas funções.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
		Realizar o 2.º Curso de formação pedagógica para os formadores nacionais.	Formações pedagógicas realizadas; 16 formadores nacionais aptos no apoio aos serviços formativos do CFJ.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ

	Melhorar a qualificação dos operadores judiciários e profissionais da Justiça.	Realizar o Curso de formação complementar em matéria de direito comercial e internacional para 6 Magistrados e Defensores Públicos: <i>Judicial Gover</i> , em Macau	Magistrados e Defensores Públicos capacitados e qualificados na carreira profissional.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
		Realizar o Curso complementar em matérias especializadas para Magistrados/Defensores Públicos	50 Magistrados/Defensores Públicos capacitados em matérias específicas relevantes para as respectivas carreiras profissionais.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
	Reforçar e melhorar as actividades formativas do CFJ	Contratar formadores nacionais e internacionais para ministrar formação, a tempo parcial, na área jurídica.	Um corpo de formadores nacionais (8) e internacionais (5) disponíveis para exercer as actividades formativas.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
	Conselho de Gestão e Disciplina da Advocacia (CGDA) em funcionamento	Realizar reuniões regulares do CGDA.	Serviços administrativos do CGDA em funcionamento; 12 reuniões realizadas.	Financiado pelo FDCH	SEGDI-MJ-CFJ
	Processo recrutamento finalizado e vagas preenchidas	Procedimentos de recrutamento dos funcionários	Funcionários recrutados; 13 funcionários (6 homens e 7 mulheres) da GIA, recrutados em acesso limitado; Grau A=1, B=2, C=2, D=2 E=4, F=2		SEGDI-MJ-GIA
	Capacitação dos funcionários do Gabinete de Inspeção e Auditoria (GIA)	Formação especializada na área da auditoria; Preparativos para a graduação em <i>Qualified Internal Audit</i> (QIA) de 9 funcionários do GIA; Propostas para continuação de formação de 13 pessoas em QIA em YPIA, Jakarta – Indonésia.	9 funcionários do GIA graduados (6 homens e 3 mulheres); 13 funcionários continuam formação: - Auditoria, nível básico II, (3 pessoas) - Auditoria, nível intermediário I e II, (5 pessoas) - Auditoria ao nível da gestão, (5 pessoas).		SEGDI-MJ-GIA
	10 funcionários do GIA concluíram a formação na área de auditoria.	Proposta de coordenação e preparativos necessários para participação de funcionários do GIZ em seminários na área de gestão de controlo e <i>fraud audit</i> em YPIA, Jakarta-Indonésia.	10 funcionários (5 homens e 5 mulheres) frequentaram seminários em YAPIA-Jakarta.		SEGDI-MJ-GIA
	Capacitação do quadro de pessoal da Defensoria Pública.	Aperfeiçoamento do Centro de Formação Jurídica e participação profissionais internacional que atuam diretamente no sistema judicial no Curso de Formação dos Defensores Públicos, Juízes e Procuradores Timorenses em Direito Económico, Arbitragem Internacional, Direito Civil Internacional e Direito Marítimo Internacional.	Maior adequação da capacidade dos Defensores Públicos após formação no Centro de Formação Jurídica; Defensores Públicos Timorenses são formados e capacitados.		SEGDI-MJ-DP
		Realização de formações e capacitação através de Intercâmbios com a Defensoria Pública do Brasil.	Aperfeiçoamento técnico-institucional e obtenção de novos conhecimentos em disciplinas jurídicas; 6 Defensores Públicos e oficiais de justiça capacitados após 2 meses de formação no Brasil.	Em cooperação com o Governo do Brasil	SEGDI-MJ-DP
	Polícia Especializada de Investigação Criminal e Capacidades Forenses estabelecidas	Organizar formação contínua e especializada para os juízes, procuradores da república, elementos da polícia de investigação criminal e peritos forenses, nas áreas jurídica, medicina legal, ciências forenses e investigação criminal.	90 elementos da PCIC, dos quais 30 são mulheres, capacitados e a exercerem as suas funções.		SEGDI-MJ-PCIC
Estabelecer as infra-estruturas necessárias para as instituições de justiça em todo o país, designadamente edifícios, residências, transporte, comunicações e Tecnologia Informática e Comunicação (TIC) (AT 4 – Infra-estruturas e TI)	Finalização da construção dos edifícios do Ministério da Justiça, Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e outros edifícios principais do MJ a nível nacional e distrital	Monitorizar a finalização da construção dos edifícios do MJ e da DTPSC Aileu e outros edifícios nos distritos; Iniciar a construção dos edifícios da PCIC e STJ.	Novos edifícios do MJ e DTPSC Aileu finalizados e em funcionamento; Pelo menos 45% das obras de construção dos edifícios da PCIC e STJ já concluídas.	Financiado pelo FI	SEGDI-MJ-DNAF

Aproximar a justiça das pessoas, proporcionando-lhes o acesso à justiça, em particular nos distritos, incluindo o aumento do conhecimento da população sobre as leis e direitos (AT 5 – Acesso à Justiça)	Estabelecimento da Prisão do Suai e do Centro Educativo Juvenil	Continuar a monitorizar o progresso da reabilitação da Prisão do Suai; Iniciar o concurso para a construção do Centro Educativo Juvenil.	75% da obra de reabilitação da Prisão do Suai concluída; 25% da obra de construção do Centro de Educativo Juvenil concluída.	Financiado pelo FI	SEGDI-MJ-DNAF&DN SPRS
	Sistema de preservação, manutenção e reparação de edifícios públicos do Ministério da Justiça melhorado.	Manter e preservar os edifícios públicos em boas condições.	100% dos edifícios principais do Ministério da Justiça estão preservados e limpos.		SE-GDI-MJ-DNAF
		Requisitar viatura com sistema sonoro para apoiar divulgação.	Viatura requisitada e acções de divulgação asseguradas.		SE-GDI-MJ-DNDHC
		Aquisição de fardamento para os novos guardas prisionais.	Uniformes confeccionados e distribuídos a 85 novos guardas prisionais.		SE-GDI-MJ-DNSPRS
		Requalificar os Guardas Prisionais	Recolocação dos guardas prisionais conforme o resultado do processo de requalificação prescrito no Estatuto dos Guardas Prisionais.		SE-GDI-MJ-DNSPRS
	Conservação de dados no sistema, digitalização e publicação no Website do MJ.	Recolher dados e informações sobre a execução das actividades realizadas pelos serviços do Registo Civil e do Notariado.	Dados recolhidos; 75% da população tem acesso a informação sobre o registo civil e actos notariais nos 13 distritos.		SE-GDI-MJ-DNRN
	Facilitar os serviços dos Cartórios Notariais.	Facilitar os serviços dos Cartórios Notariais.	Facilitar os serviços dos Cartórios Notariais em 5 Distritos		SE-GDI-MJ-DNRN
	Produzir brochuras para disponibilizar informações ao público	Produzir, encadernar e divulgar junto das comunidades as leis aprovadas.	Cidadãos têm acesso às Leis; Brochuras das leis são distribuídas às comunidades em todo o território.		SE-GDI-MJ-DNRN
	Reforçar e melhorar os serviços dos Cartórios Notariais.	Produzir e emitir as certidões, declaração de habitação de herdeiros, livros de assento, certificados de registo público, boletim do registo criminal, passaporte e passe de fronteira.	Certificados são produzidos e emitidos; 2,500 certificados de habitação dos herdeiros, 25,000 certidões, 250 livros de assentos, 15,000 cadernetas de passaportes, 2,500 passes de fronteira e 1,000 certificados criminais		SE-GDI-MJ-DNRN
	Produção de Cartão de Bilhete de Identidade	Emitir o Bilhete de Identidade (BI)	Cidadãos timorenses têm acesso ao BI; Nr. de BI emitidos		SE-GDI-MJ-DNRN
	Proposto novo sistema de passaporte electrónico	Criar o novo sistema de Passaporte <i>Microship</i>	Viagens dos cidadãos para o estrangeiro asseguradas		SE-GDI-MJ-DNRN
	Assegurar que os serviços e as instituições do sector da Justiça têm infra-estruturas, equipamentos e meios logísticos e tecnológicos adequados para prestarem os respectivos serviços a nível central e distrital	Estabelecer o centro de informação de Terras e Propriedades para completar a rede distrital de edifícios dos serviços da DNTPSC e instalação da rede de internet nos novos edifícios da DTPSC em 12 distritos.	Centro de Informação de Terras e Propriedades (CITP) estabelecido; Rede de internet estabelecida nos edifícios da DNTPSC e DTPSC.		SE-GDI-MJ-DNTPSC
	Criação das infra-estruturas necessárias às actividades da Defensoria Pública	Construir os novos edifícios e residências para os Defensores Públicos nos Distritos	Ampliação do espaço físico necessário ao adequado desenvolvimento das actividades da DP (3 edifícios e 3 residências); 50% da construção dos novos edifícios e residências nos Distritos de Bobonaro, Ermera e Viqueque concluídos.		SE-GDI-MJ-DP

	Fornecer os equipamentos e a logística necessários para apoiar a PCIC	Identificar e adquirir os equipamentos e meios logísticos necessários para apoiar a PCIC.	100% de equipamentos necessários identificados e adquiridos.		SE-GDI-MJ-PCIC
	Estabelecimento dos mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos, incluindo o reconhecimento dos mecanismos de justiça costumeira.	Apoiar os estudos e análise com vista à implementação de mecanismos alternativos de resolução de conflitos: mediação, justiça tradicional e arbitragem.	Relatório da reforma da Lei elaborado pelo Ministério da Justiça, incluindo versão provisória da lei sobre alternativa resolução de conflito (ADR).		SEGDI-MJ-DNAJL

Aumentar os rendimentos dos Timorenses	Implementar a Política de línguas do Governo no sector da justiça, para facilitar a disponibilização e o acesso aos serviços de Justiça.	Traduzir Projecto do Decreto-Lei Orgânica, Decreto-Lei Combate Tráfico de Pessoas do MJ, Decreto-Lei nº 46/2011 Regime Emolumento dos Registos e Notários, Código Civil e actualizar a tradução de leis para Tétum no Jornal da República.	Diplomas legais traduzidos e publicados no Jornal da República.		SEGDI-MJ-DNAJL
	Promove e protege os Direitos Humanos.	Fazer um estudo fundamental para a elaboração do plano de acção nacional dos direitos humanos e realizar consulta pública.	Estudo para a elaboração do plano de acção nacional dos DH realizado.		SEGDI-MJ-DNDHC
		Actualizar, recolher e elaborar Cammon Core Document (CCD) do Estado Timor-Leste	Actualização da informação sobre demografia e situação económica, social e cultural de Timor-Leste como Estado membro da ONU.		SEGDI-MJ-DNDHC
		Recolher dados e informações sobre a implementação Revisão Universal Periódico (UPR)	Informação sobre a implementação das recomendações sobre Revisão Universal Periódico (UPR) recolhida.		SEGDI-MJ-DNDHC
		Comemorar o dia da Convenção Contra Tortura (26 de Junho) e o dia dos Direitos Humanos (10 de Dezembro)	2 Comemorações realizadas Nr. de participantes		SEGDI-MJ-DNDHC
	Estabelecimento de uma Política de Divulgação, Educação e Informação, para um conhecimento das leis fundamentais, direitos humanos e sistema de justiça, exercício e resolução de conflitos.	Realizar acções de divulgação das Leis: Lei Protecção de Testemunhas No. 2/2009, Lei Registo Civil, Nacionalidade, Passe Fronteira, Lei de Terras e Lei Contra a Violência Doméstica	Acções de divulgação em 10 sub-distritos e 5 sucus realizadas; 3,000 participantes (1.600 homens e 1.400 mulheres)	Em cooperação com o PNUD	SEGDI-MJ-DNDHC
		Produzir a revista do Ministério da Justiça.	4,000 Revistas produzidas e distribuídas.		SEGDI-MJ-DNDHC
	Cursos vocacionais e profissionalizantes para os reclusos	Desenvolver as habilidades e os conhecimentos dos reclusos em Gleno e Becora.	Currículo e necessidades de materiais definidos; 100 reclusos formados, conforme as ofertas de cursos e vagas previamente definidas.		SEGDI-MJ-DNSPRS
	Assistência jurídica, psicológica, médica, alimentação, higiene e vestuário para os reclusos	Garantir a qualidade e o acesso dos reclusos a serviços jurídicos, médicos, enfermagem, bem como a alimentação, vestuário e higiene; Escortar os reclusos para audiências judiciais e tratamentos de saúde.	Relatório sobre as actividades, procedimentos, materiais, recursos humanos e instituições parceiras definido.		SEGDI-MJ-DNSPRS
	Aumentar o conhecimento da população sobre a base legal dos Serviços de Registo e de Notariado	Divulgação das leis aplicáveis nos Distritos e Sub-Distritos.	Cidadãos nas áreas rurais têm conhecimento sobre as leis do Registo Civil e do Notariado.		SE-GDI-MJ-DNRN
	Desconcentração dos serviços de justiça e criação de mecanismos que facilitem o acesso das populações à justiça.	Realização de atendimento itinerante a comunidades onde não haja unidade da DP.	Orientação jurídica e solução de conflitos em comunidades onde não haja unidade da DP instalada; Comunidades nos distritos que não estão cobertas pelo sistema judicial formal são atendidas.		SE-GDI-MJ-DP
		Distribuição e delegação de competências dos serviços para aproximar e facilitar os cidadãos no acesso à Justiça	Os cidadãos têm acesso à Justiça através da descentralização de serviços; Descentralização dos serviços implementada nas 4 áreas de jurisdição onde existe Unidade da Defensoria Pública		SE-GDI-MJ-DP
	Assegurar o direito fundamental das crianças em cooperação com as instituições relevantes	Estabelecer um sistema de monitorização com os Ministérios e Secretarias de Estado: ME, MSS, MNEC, MAE, SEPFOPE, SES, SEJD e SEPI	Sistema de monitorização estabelecido; Até Abril de 2015 o PAN está estabelecido e a funcionar.		SE-GDI-MJ-CNDC
	Promover o conhecimento dos pais e comunidades sobre o enquadramento legal e educação de não-violência	Socializar e sensibilizar sobre o Código de Direito das Crianças, Lei do Código da Criança e Lei da Protecção da Criança.	Socialização e sensibilização realizada nos distritos de Bobonaro, Oe-Cusse, Covalima, Ainaro e Lautém; Cerca de 500 pessoas (250 homens e 250 mulheres) recebem informações nesta área.		SE-GDI-MJ-CNDC
	Promover o conhecimento e participação sobre os direitos das crianças	Seminário Nacional para a comemoração do dia Mundial das Crianças 1 de Junho (Distrito	Seminário nacional realizado; 500 crianças participam (M: 250 e F: 250)		SE-GDI-MJ-CNDC

		Covalima)			
	Rede serviços de crianças nos distritos e a nível nacional	Realizar seminários sobre advocacia básica aos estudantes de escolas secundárias, sociedade civil e autoridades locais nos distritos	Seminários realizados; 360 participantes (M: 210 e F: 150) recebem informações nesta área.		SE-GDI-MJ-CNDC
Aumentar os rendimentos dos Timorenses					
Desenvolvimento do Sector Privado.	Fortalecer a legislação e a administração pública em prol do desenvolvimento do sector privado	A Lei das Terras será adoptada e promulgada até XXXX, a fim de ajudar a garantir títulos de terras para investimentos (o Governo implementará regras justas e equitativas que protejam a posse e a transferência de terras).	Aguardando a aprovação da Lei das Terras pelo Parlamento Nacional.		SEDE-MJ-DNTPSC

Ministério da Saúde

Papel

O Ministério da Saúde é o órgão central do Governo responsável pela concepção, regulamentação, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas da saúde e das actividades farmacêuticas, cabendo-lhe, nomeadamente:

- Propor a política e elaborar os projectos de regulamentação necessários às suas áreas de tutela;
- Garantir o acesso aos cuidados de saúde de todos os cidadãos;
- Coordenar as actividades relativas ao controlo epidemiológico;
- Efectuar o controlo sanitário dos produtos com influência na saúde humana;
- Promover a formação dos profissionais de saúde;
- Contribuir para o sucesso na assistência humanitária, promoção da paz, segurança e desenvolvimento socioeconómico, através de mecanismos de coordenação e de colaboração com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

Orçamento

O Ministério da Saúde tem um Orçamento de 67,849 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Saúde (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	56,266	67,204	67,849	70,563	73,386	76,321	79,374
Recorrentes	50,945	65,127	66,565	69,228	71,997	74,877	77,872
Salários e Vencimentos	20,506	27,283	27,914	29,031	30,192	31,399	32,655
Bens e Serviços	20,251	28,994	28,679	29,826	31,019	32,260	33,550
Transferências Públicas	10,188	8,850	9,972	10,371	10,786	11,217	11,666
Capital	5,321	2,077	1,284	1,335	1,389	1,444	1,502
Capital Minor	5,321	2,077	1,284	1,335	1,389	1,444	1,502
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	56,266	67,204	67,849	70,563	73,386	76,321	79,374
Recorrentes	50,945	65,127	66,565	69,228	71,997	74,877	77,872
Capital	5,321	2,077	1,284	1,335	1,389	1,444	1,502

Perfil de Funcionários

O Ministério da Saúde tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1.863 pessoas, composto por 1.510 funcionários permanentes, 7 vagas em processo de recrutamento e 90 cargos de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 256 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política

Além disso, o Ministério da Saúde ainda tem profissionais de saúde no total 3.388 pessoas que engloba médicos (859 pessoas), pessoal de enfermagem (1.396 pessoas), parteiras (556 pessoas) e TDTSP (437 pessoas) e 140 cargos de direcção e chefia.

Page 183

Cargo de Chefe, Cargos DN e Cargos dos Diretores de Serviço do Ministério da Saúde																					
Cargos de Chefes dos Médicos	Escala																				
	1			2			3			4			5			6			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Médico Principal Júnior	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Médico Geral Sênior	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Médico Geral Júnior	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Júnior	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	3	-	3	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Enfermeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enfermeiro Júnior A	21	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	-	21
Enfermeiro Júnior B	46	-	46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46	-	46
Enfermeiro Básico	-	-	-	1	1	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	1	6
Total	67	-	67	1	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72	-	72
Parceira Chefe da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parceira Júnior A	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Parceira Júnior B	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Total	-	-	-	11	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12
TDISP Chefe da Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TDISP Sênior	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TDISP Júnior A	11	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	11
TDISP Júnior B	2	-	2	2	-	2	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	7
Total TDISP	14	-	14	2	-	2	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	19
Total Cargos de Chefes,	84	16	100	6	1	7	7	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	97	17	114
Diretores de Serviço Médicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médico Principal	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Médico Geral Sênior	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Médico Geral Júnior	1	-	1	1	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	4
Total Diretores de Serviços	4	-	4	1	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	7
Diretores de Serviço Enfermeira	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Enfermeira Júnior A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enfermeira Júnior B	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Enfermeira Básico	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	5	-	5	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Diretores de Serviço Patentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patente Júnior A	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Total	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Diretores de Serviço TDISP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TDISP Júnior A	1	-	1	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
Total TDISP	1	-	1	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3
Total Diretores de Serviços	10	-	10	13	-	13	3	1	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	12	7	19
Médico Principal Sênior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Médico Geral Sênior	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Médico Geral Júnior	2	1	3	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	5
Total Diretores Nacional	4	1	5	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3	7
Total Médicos, E, P, TDI e Cargos	98	22	120	7	5	12	8	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113	27	140
Total Cargos e Profissionais de Saúde																					3.388

Plano Anual do Ministério da Saúde Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
MELHORAR OS MECANISMOS DE GOVERNAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE					
Sistema Nacional de Saúde (SNS) integrado e forte, capaz de curar, controlar e prevenir doenças, assim como promover estilos de vida saudáveis e sustentáveis em Timor-Leste.	Implementar um programa de controlo de qualidade baseado em padrões de qualidade para profissionais, departamentos e serviços de saúde.	Coordenar o desenvolvimento do Conselho Nacional das Associações Profissões de Saúde.	Resultado Esperado: Entendimento entre o Ministério da Saúde e todas as Associações dos Profissionais de Saúde para Estabelecimento do Conselho das Profissões. Indicador de Desempenho: % das Categorias Profissionais de Saúde representados no Memorando de Entendimento.	É importante o consenso entre as Associações Profissionais de Saúde quanto ao estabelecimento de Ordem de Profissionais ou Conselho de Profissionais de Saúde.	Gabinete de Ética e Controlo da Qualidade + Associações Profissionais de Saúde.
		Documentar, reforçar a implementação e actualização dos protocolos clínicos ou guias de tratamento de doenças.	Resultado Esperado: Existência de Guias Padrão de Tratamento as ou STG visível em todos os estabelecimentos de prestação de cuidados de saúde. Indicador de Desempenho: % de Profissionais de Saúde com acesso ao STG.	O STG actual foi desenvolvido em 2009 e está a ser revisto tendo em conta o aumento de número de médicos no país.	Gabinete de Ética e Controlo da Qualidade + Associações Profissionais de Saúde.
		Desenvolver os Procedimentos Operacionais Padrão (SOPs) para de administração e gestão das diferentes unidades de prestação de serviços de saúde.	Resultado Esperado: Existência de SOPs visíveis em cada unidade de serviço de prestação de cuidados de saúde. Indicador de Desempenho: % de Unidades de Serviço Hospitalar, Centros e Postos de Saúde, Clínicas, Farmácias e Laboratórios com acesso aos SOPs.	Não existem SOPs oficialmente aprovados pelo Ministério da Saúde.	Gabinete de Ética e Controlo da Qualidade + Direcção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares + Laboratório Nacional da Saúde
		Definir o Código Ético dos Profissionais de Saúde e coordenação com as respectivas Associações profissionais.	Resultado Esperado: Melhorias na postura e responsabilidade profissional, conhecimento técnico, científico e ético. Indicador de Desempenho: Código Ético Desenvolvido e Publicado.		Gabinete de Ética e Controlo da Qualidade + Associações Profissionais de Saúde.
		Definir a Carta do Utente e/ou Paciente e realizar um inquérito sobre a satisfação dos utentes.	Resultado Esperado: Aumentar a confiança do Utente nos serviços públicos. Indicador de Desempenho: Carta do Utente aprovado e publicado em pelo menos 50% dos estabelecimentos de saúde.		Gabinete de Ética e Controlo da Qualidade + Gabinete Jurídico
		Monitorar a aplicação dos protocolos clínicos e procedimentos operacionais padrões através de um sistema de cuidados de saúde multidisciplinar.	Resultado Esperado: Pelo menos cerca de 70% dos profissionais de saúde seguem os protocolos clínicos existentes para tratamento de doenças. Indicador de Desempenho: % de estabelecimentos de saúde que seguem o STG aprovado oficialmente pelo Ministério da Saúde.	Cerca de 50% dos profissionais de saúde não implementam os STGs, em especial os médicos internacionais.	Gabinete de Ética e Controlo da Qualidade + o Gabinete de Inspecção, Fiscalização e Auditoria.
		Estabelecer e implementar os mecanismos de monitorização e avaliação (M&E) de desempenho do sistema nacional de saúde.	Resultado Esperado: Registo de dados estatísticos obrigatório em todos os estabelecimentos públicos e privados e desenvolvimento de relatórios trimestrais, semestrais e anual da saúde. Indicador de Desempenho: % de estabelecimentos de saúde privado que submetem os relatórios estatísticos segundo o Guia de M&E.	Falta de análise de dados provenientes do sector privado.	Direcção Nacional de Planeamento, Política e Cooperação + Serviços hospitalares e Serviços Distritais de Saúde + Sector
		Definir um plano de acção do quadro jurídico de desenvolvimento do sistema	Resultado Esperado: Assegurar a regulação integrada e sustentável do Sistema Nacional de Saúde.	Cerca de 50% do SNS encontra-se ainda por regular.	Direcção Nacional de Planeamento, Política

		nacional de saúde.	Indicador de Desempenho: Quadro Jurídico do SNS definido.		e Cooperação + Gabinete Jurídico
		Regular o licenciamento e a acreditação dos estabelecimentos de prestação dos serviços de saúde (público e privado).	Resultado Esperado: Claridade na definição das responsabilidades e áreas de actuação entre os diferentes serviços de saúde. Indicador de Desempenho: % de Hospitais, Centros e Postos de Saúde dos Serviço Nacional de Saúde, Clínicas privadas, Farmácias Privadas e Laboratórios privados licenciados e devidamente acreditados.		Gabinete de Ética e Controlo da Qualidade + Gabinete Jurídico
		Estabelecer a Autoridade Reguladora de Medicamentos e Equipamentos Médicos.	Resultado Esperado: Existência de uma Entidade autónoma responsável pela regulação, inspecção e fiscalização de medicamentos e equipamentos médicos autorizados no país. Indicador de Desempenho: Aprovado o Decreto-Lei que estabelece a Autoridade Reguladora de Medicamentos e Equipamentos Médicos.	Memorando de Entendimento celebrado com o Ministério da Saúde para cooperação nesta área.	Direcção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares + Gabinete Jurídico
		Regular e encorajar a Parceria Pública Privada em Saúde.	Resultado Esperado: Parceria Pública Privada para a prestação de serviços de diagnóstico e de manutenção de equipamentos médicos. Indicador de Desempenho: Nº de PPPs aprovados em saúde.	Discussão técnica com a Corporação Financeira Internacional (IFC) para facilitar este processo	Direcção Nacional de Planeamento, Política e Cooperação + HNGV
		Gerir os contractos de fornecimento de bens e serviços, equipamentos e materiais essenciais à prestação de serviços de saúde.	Resultado Esperado: Assegurar o aprovisionamento atempado e transparente. Indicador de Desempenho: % de Concursos concluídos; e % de contractos geridos segundo os procedimentos definidos.	Contratação de Gestor de Projectos.	Direcção Nacional de Gestão Financeira e Aprovisionamento.
PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE					
Acesso e melhor qualidade de cuidados de saúde primária à Comunidade	Redefinir a visão do Ministério da Saúde para a Saúde Primária.	Finalizar os guias de implementação da nova Política Nacional de Cuidados de Saúde Primária (CSP) tendo em atenção a necessidade de prestar serviços integrados e compreensivos dos Centros de Saúde, Clínicas e Postos de Saúde.	Resultado Esperado: Empoderar a Saúde Primária para ser o focus principal da prestação de saúde em Timor-Leste. Indicador de Desempenho: % de Profissionais de Saúde com acesso à Política Nacional de Cuidados de Saúde Primária.	A CSP finalizada e aprovada em 2014.	Direcção Nacional de Saúde Pública + Direcção Nacional de Planeament, Política e Cooperação
		Desenvolver programa de formação para a implementação do CSP.	Resultado Esperado: Disseminação do Guia de Implementação do CSP (roll-out). Indicador de Desempenho: % de Profissionais de Saúde colocados nos Serviços Distritais de Saúde treinados e que implementam o CSP.		Direcção Nacional de Saúde Pública
		Realizar visitas domiciliárias e serviços de apoio a grupos vulneráveis tais como idosos e pacientes com deficiência motora.	Resultado Esperado: Plano de visitas domiciliária e actividades de SISCa definido mensalmente. Indicador de Desempenho: Nº de visitas e SISCa realizadas.	Programas pilotos de visitas domiciliárias inicaidas em 2014.	Centros e Postos de Saúde
	Implementar os planos estratégicos dos programas chaves de saúde pública.	Implementar a estratégia da Saúde Materna e da Criança.	Resultado Esperado: Redução do número de mortes materna, infantil e de crianças menores de 5 anos. Indicador de Desempenho: % de mulhres que atendem a Cuidados Ante-Natais pelo menos 4 visitas durante a gravidez; % de Partos Assistidos por profissional da saúde; % de mulhres que atendem a Cuidados Pós-Natal; % de crianças imunizadas.	Novo Estudo Demográfico de Saúde (DHS) a ser realizado em 2015 para actualização das taxas de mortalidade e morbilidade.	Serviços Distritais de Saúde, Centros e Postos de Saúde
		Incrementar o acesso aos programas de nutrição nos estabelecimentos de saúde e na comunidade.	Resultado Esperado: Reduzir a malnutrição infantil e entre crianças com idade inferior a 5 anos. Indicador de Desempenho:	Novo Plano Estratégico de Combate à Malnutrição desenvolvido em 2013.	Serviços Distritais de Saúde, Centros e Postos de Saúde

			% cobertura de vitamina A entre crianças de 6 a 59 meses; % de tratamento de malnutrição aguda; % de crianças que seguiram o controlo regular de desenvolvimento/crescimento.		
		Tratamento eficaz da malária; Distribuição de Rede Mosquiteira Tratada com Inseticidas de Longa Duração (LLINs); e Controlo de vectores transmissores da malária e dengue através de acções de fumigação e abatização.	Resultado Esperado: Controlo da malária e dengue Indicador de Desempenho: Incidência da malária	Timor-Leste é recipiente do Fundo Global para Controlo da Malária e existe um Programa da Malária integrado aos serviços de Saúde Primária.	Serviços Distritais de Saúde + Hospitais
		Tratamento eficaz da tuberculose; e Monitorização de casos confirmados, novos casos e abandono de tratamento.	Resultado Esperado: redução da prevalência de TB Indicador de Desempenho: Taxa de prevalência		Serviços Distritais de Saúde + Hospitais
		Tratamento do HIV-SIDA; e Campanhas de sensibilização sobre a transmissão do HIV-SIDA.	Resultado Esperado: Maior visibilidade nas acções de sensibilização sobre o HIV-SIDA Indicador de Desempenho: Nº de testes voluntários realizados; Nº de Grupos vulneráveis que tiveram acesso aos programas de aconselhamento.		Serviços Distritais de Saúde + Hospitais
		Implementação dos modelos de serviços comunitários e visitas domiciliárias para Idosos e para a detecção precoce de deficiência.	Resultado Esperado: Todos os Centros de Saúde Comunitários têm horário de atendimento específico para o Idoso e para pacientes portadores de deficiência. Indicador de Desempenho: % de CHC com horários de visitas estabelecidos para os Idosos e para pacientes portadores de deficiência.		Centros e Postos de Saúde
		Tratamento de pacientes que sofrem de doença mental e epiléptico a nível comunitário.	Resultado Esperado: Profissionais de saúde colocados nos Centros e Postos de Saúde treinados para diagnóstico e tratamento de pacientes que sofrem de doença mental e epilepsia. Indicador de Desempenho: % Profissionais de Saúde colocados nos Serviços Distritais de Saúde treinados.		Centros e Postos de Saúde
		Implementação do programa de controlo de doenças não-contagiosas a nível da atenção primária da saúde.	Resultado Esperado: Reforço dos cuidados continuados a nível da saúde primária Indicador de Desempenho: Doenças não-contagiosas registadas pelos Serviços Distritais de Saúde.		Direcção Nacional de Saúde Pública + Serviços Distritais de Saúde
		Desenvolver e implementar uma estratégia eficaz de educação e promoção da saúde.	Resultado Esperado: material de educação e promoção da saúde desenvolvida para a sensibilização em Cuidados Ante-Natal e Pos-Natal, TB, HIV-SIDA, Nutrição, Cancro e Tabaco. Indicador de Desempenho: % de CHC e Postos de Saúde com folhetos informativos de educação em saúde; Nº de escolas envolvidas em acções de saúde escolar.		Serviços Distritais de Saúde + Centros e Postos de Saúde
Hospitais capazes de responder às necessidades da população para prestação de serviços de saúde secundários e terciários.	Rever as funções dos hospitais regionais e do Hospital Nacional Guido Valadares adaptadas às necessidades actuais.	Estabelecer um Grupo de Trabalho para rever a Política Nacional para a Prestação de Cuidados Secundários e Terciários de Saúde.	Resultado Esperado: Prosposta de política nacional para a prestação de serviços hospitalares finalizada. Indicador de Desempenho: 100% da política nacional para prestação de cuidados secundários de saúde finalizada.		Direcção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares e Conselho de Administração dos Hospitais
		Actualizar o regulamento interno dos hospitais em concordância com a legislação vigente.	Resultado Esperado: todos os hospitais apresentam uma estrutura orgânica adaptada ao regime jurídico dos hospitais do serviço nacional de saúde. Indicador de Desempenho: % de hospitais que actualizaram o		Conselho de Administração dos Hospitais e Gabinete Jurídico

			regulamento interno com base na legislação vigente.		
		Elaborar o plano e desenho da expansão do Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV).	Resultado Esperado: Plano arquitectónico da expansão do HNGV. Indicador de Desempenho: % dos departamentos do HNGV com desenho e plano de infraestrutura completa.		Direcção de Serviço de Administração do Ministério da Saúde e Administração do HNGV
		Cuidados de saúde de mais atento aos pacientes internados nos hospitais.	Resultado Esperado: Reduzir o número mortes durante o internamento. Indicador de Desempenho: Net Death Rate (NDR) Average Length of Stay (ALOS)		Serviços de Internamento de todos os hospitais
		Reforçar os serviços de emergência no hospital nacional e em todos os hospitais de referência.	Resultado Esperado: Reduzir o número de pacientes que morrem dentro de 48 horas após entrada nos serviços de emergência Indicador de Desempenho: Taxa de mortalidade grosso (GDR)		Serviços de Emergência de todos os hospitais e Direcção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares
		Implementação da estratégia para o controlo de doenças não-contagiosas e estabelecimento de centros psiquiátricos em todos os hospitais do país.	Resultado Esperado: Minimizar os efeitos e a propagação das doenças não contagiosas no país. Indicador de Desempenho: N.º Doenças não contagiosas registadas no Sistema de Informação da Saúde Hospitalar % de hospitais que prestam cuidados paliativos a pacientes com doenças mentais.		Direcção Nacional de Saúde Pública e Conselhos de Administração dos Hospitais
		Realizar um seminário para explorar possíveis senários de emergência médica e humanitária.	Resultado Esperado: capacitação dos serviços e departamentos de emergência médica. Indicador de Desempenho: Nº de participantes no seminário.		Direcção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares
		Desenvolver o projecto de Parceria Pública Privada para prestação de serviços de apoio hospitalar.	Resultado Esperado: Estudo de viabilidade para PPPs em saúde. Indicador de Desempenho: Relato sobre o Estudo de viabilidade.		Direcção Nacional de Planeamento, Política e Cooperação
		Monitorar a qualidade dos serviços prestados nos hospitais.	Resultado Esperado: mecanismos de avaliação de desempenho dos serviços hospitalares Indicador de Desempenho: % de hospitais que registam os serviços prestados relatam os indicadores de desempenho.		Gabinete de Ética e Controlo da Qualidade e Direcção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares
		Implementação do Memorando de Entendimento celebrado com o Centro iHeal da Malásia para os Cuidados Cardíacos e Nefrológicos.	Resultado Esperado: 1ª fase do MOE iniciada. Indicador de Desempenho: Actividades realizadas para a preparação da 1ª fase do MOE.		Comité de Apoio à Implementação do MOU com iHealth Medical Center
		Identificação de parceiros para reforçar acções de prevenção de acidentes e atendimento de casos de trauma no HNGV.	Resultado Esperado: Redução de mortes por acidente de aviação. Indicador de Desempenho: Nº de mortes por acidente de viação.		Direcção Nacional de Planeamento, Política e Cooperação
DESENVOLVIMENTO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS RECURSOS HUMANOS					
Recursos Humanos motivados e qualificados em todos os níveis de	Desenvolver os instrumentos de gestão e de desenvolvimento do pessoal	Identificar as funções e responsabilidades de cada estrutura orgânica do Serviço Central, Hospitais e Serviços Distritais de Saúde, tendo	Resultado Esperado: Perfis de Posto definidos para cada Direcção e Gabinetes da Direcção Geral, Serviços Personalizados e Serviços Distritais de Saúde. Indicador de Desempenho:		Gabinete do Director Geral da Saúde e Direcção de Serviços de Recursos

assistência de saúde.		em consideração o exercício de análise funcional.	% de Serviços de Saúde com funções claramente definidos para cada estrutura organizacional.		Humanos
		Estabelecer o Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Plano Estratégico de Recursos Humanos em Saúde	Resultado Esperado: Assegurar a qualidade e o número mínimo de profissionais de saúde necessários no país a curto e médio prazo Indicador de Desempenho: Quadro de pessoal definido N.º de lacunas existentes para cada categoria profissional		Gabinete do Director Geral da Saúde e Direcção de Serviços de Recursos Humanos
		Desenvolver os instrumentos de gestão de pessoal em estreita coordenação com a Comissão da Função Pública.	Resultado Esperado: Assegurar a melhoria de desempenho e ética profissional. Indicador de Desempenho: Manual de Gestão de Recursos Humanos da Saúde finalizado. Nº de casos disciplinares registados.		Direcção de Serviços de Recursos Humanos
		Expandir os programas de desenvolvimento de recursos humanos para áreas de especialidade e tecnologias de saúde.	Resultado Esperado: Atribuição de Bolsas de Estudo de acordo com as prioridades do Governo. Indicador de Desempenho: Nº de Estudantes Bolseiros da área da saúde.		Direcção de Serviços de Recursos Humanos
		Estabelecer parcerias para a formação contínua e treinamento dos funcionários do Ministério da Saúde.	Resultado Esperado: Garantir a qualidade do ensino. Indicador de Desempenho: % de Cursos que seguem o standard/padrão curricular mínimo Garantir a qualidade do ensino. % de Cursos que seguem o standard/padrão curricular mínimo.		Direcção de Serviços de Recursos Humanos e INS Direcção Nacional de Planeamento Política e Cooperação
		Instaurar o sistema informático de gestão da informação de recursos humanos.	Resultado Esperado: actualização regular dos serviços desempenhados pelos funcionários em cada Serviço do Ministério da Saúde. Indicador de Desempenho: % de serviços de saúde que submetem o Relatório de Desempenho de Funcionários.		Direcção de Serviços de Administração e Direcção Nacional de Recursos Humanos
DESENVIMENTO DAS INFRASTRUTURAS BÁSICAS DE SAÚDE					
Acesso a infraestruturas de saúde que funcione, seguro, atractivo e sustentável.	Melhorias das condições físicas e materiais dos estabelecimentos de saúde existentes e investimentos em novos Postos de Saúde.	Desenvolver instrumentos operacionais e de gestão padronizado para os diferentes estabelecimentos de saúde, incluindo os respectivos materiais médicos e não médicos, ambulâncias e material de comunicação.	Resultado Esperado: Assegurar o padrão nacional de qualidade de equipamentos médicos para o país. Indicador de Desempenho: Existência de um Guia de gestão padronizado dos equipamentos médicos necessários em cada unidade de prestação de serviços de saúde.		Direcção de Serviços de Administração
		Desenvolver um plano de infraestruturas a médio-prazo para o Serviço Nacional de Saúde, tendo em consideração a prestação de serviços de saúde primária e hospitalar.	Resultado Esperado: Plano de investimento em Saúde. Indicador de Desempenho: Plano de Reabilitação de Construção de Postos de Saúde finalizada.		Direcção de Serviços de Administração
		Identificar a localização para a construção de novos edifícios de saúde e o desenho da expansão dos existentes.	Resultado Esperado: todos os terrenos para construção de novos Postos de Saúde identificados. Indicador de Desempenho: % de Postos de Saúde para construção cujo terreno é atribuído para uso do Ministério da Saúde.		Direcção de Serviços de Administração e Serviços Distritais de Saúde
		Estabelecer parcerias para o desenvolvimento e manutenção das infraestruturas de saúde.	Resultado Esperado: Assinatura de contracto com o sector privado ou com a comunidade para manutenção das infraestruturas físicas de saúde. Indicador de Desempenho: Serviços com contractos de manutenção de edifício assinados.		Direcção de Serviços de Administração e Direcção Nacional de Planeamento, Política e Cooperação

			% de “facilidades” de saúde cujo contracto de manutenção é atribuído à sociedade civil (associações comunitárias).		
		Desenvolver o manual de gestão dos meios de transporte do MdS (incluindo ambulâncias).	Resultado Esperado: Melhorar o sistema de gestão dos transportes. Indicador de Desempenho: % de veículos que usam o Livro de bordo.		Direcção de Serviços de Administração
		Instalar linhas de comunicação tecnológica que liguem os serviços de saúde entre Postos de Saúde, Centros de Saúde Comunitários e hospitais localizados dentro das áreas de cobertura.	Resultado Esperado: Promover o uso do sistema informático para a partilha de dados estatísticos e comunicação. Indicador de Desempenho: % dos Serviços de Saúde com acesso à rádio comunicação, telefone e internet.		Direcção de Serviços de Administração
		Identificar os recursos necessários para suportar os investimentos em infraestruturas de saúde e para manutenção dos edifícios, equipamentos, transportes, bens e serviços de apoio.	Resultado Esperado: Custo aproximado de cada intervenção programática de saúde % de Quadro de Despesas a Médio Prazo ou MTEF definido Indicador de Desempenho: % de Quadro de Despesas a Médio Prazo ou MTEF definido		Direcção de Serviços de Administração e Departamento de Orçamento
MELHORAR O ACESSO A MEDICAMENTOS, SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO E INFORMAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE					
Capacidade de resposta às necessidades de saúde em termos de medicamento, serviço de diagnóstico, monitoria, avaliação e informação sobre o sistema nacional de saúde.	Assegurar o acesso a medicamentos, serviços de diagnóstico e sistemas de informação da saúde em todas as “facilidades” de saúde	Instalar o sistema de base de dados “M-Supply” logístico nos estabelecimentos de saúde.	Resultado Esperado: promover o registo obrigatório dos itens recebidos e consumidos. Indicador de Desempenho: % de estabelecimentos de saúde com acesso ao sistema de M-Supply; e % de rotura de stock de medicamentos e insumos medicos.		Direcção de Serviços de Administração e SAMES
		Revisão da lista de medicamentos essenciais e insumos médicos, tendo em conta o guia padronizado de tratamento de doenças (STG).	Resultado Esperado: Reduzir a ruptura de stock de medicamentos. Indicador de Desempenho: % de profissionais de saúde com acesso à Lista de Medicamentos Essenciais. % de ruptura de stock de medicamentos e insumos medicos.		Gabinete de ética e Controlo da Qualidade e Direcção Nacional de Apoio a Serviços Hospitalares especialmente Departamento da Farmácia e SAMES
		Realização de exames laboratoriais de qualidade em todos os laboratórios (nacionais, hospitalares e distritais)	Resultado Esperado: Melhorar a qualidade de serviços do laboratório Indicador de Desempenho: % de Erros nos exames laboratoriais; e % de ruptura de stock de reagentes.		Hospitais e Centros de Saúde
		Instituir a inventarização obrigatória do património do Estado afecto ao Ministério da Saúde.	Resultado Esperado: Minimizar desperdícios e perda de capital. Indicador de Desempenho: % de bens devidamente identificados e registados em base de dados.		Gabinete do Director Geral e a Direcção de Serviços de Administração
		Introduzir protocolos de encaminhamento de pacientes entre os diferentes níveis de prestação de serviços de saúde.	Resultado Esperado: assegurar a responsabilização de competências atribuídas a cada nível de cuidados de saúde. Indicador de Desempenho: protocolos de encaminhamento de pacientes disseminados entre todos os profissionais de saúde.		Serviços de Ambulância e de Emergências médicas nos Hospitais e Centros de Saúde
		Implementar o quadro de monitoria e avaliação (M&E) do desempenho do	Resultado Esperado: Controlo sobre a qualidade da estatística de saúde.		Departamento de Plano, Monitorização

		sistema de saúde.	Indicador de Desempenho: % dos serviços de saúde que aplicam os procedimentos de recolha e análise das actividades realizadas		e Avaliação
		Disseminação o Manual de Gestão das Finanças Públicas no Ministério da Saúde.	Resultado Esperado: Orçamento atribuído de acordo com os planos de actividades desenvolvidos para cada serviço de saúde. Indicador de Desempenho: % de orçamento executado.		Direcção Nacional de Gestão Financeira e Aprovisionamento
		Estabelecimento do mecanismo de harmonização de fundos externos de apoio à prestação de serviços de saúde.	Resultado Esperado: Minimizar duplicações de financiamento e falta de transparência na utilização de fundos atribuídos aos responsáveis de programas de saúde pelos diferentes parceiros Indicador de Desempenho: % de fundos externos integrados aos relatórios detalhados do Ministério da Saúde.		Direcção Nacional de Gestão Financeira e Aprovisionamento Direcção Nacional de Gestão Financeira e Aprovisionamento

Ministério da Educação

Papel

De acordo com o Decreto-Lei n.º 41/2012, de 7 de Setembro que aprova a orgânica do V Governo Constitucional, o Ministério da Educação é definido como o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do ensino e da qualificação, assim como para as áreas de ciência e da tecnologia, cabendo-lhe nomeadamente:

- Propor e assegurar as políticas relativas à Educação pré-escolar e escolar, compreendendo os ensinos básico e secundário e integrando as modalidades especiais de educação, para a promoção do ensino recorrente e aprendizagem ao longo da vida;
- Participar na definição e execução das políticas de qualificação e formação profissional;
- Garantir o direito à educação e assegurar a escolaridade obrigatória, de modo a promover a inclusão e a igualdade de oportunidades;
- Reforçar as condições de ensino e aprendizagem, contribuindo para a qualificação da população e melhoria do sucesso escolar e do emprego;
- Definir o currículo nacional nos diversos níveis de ensino e o regime de avaliação dos alunos e aprovar os programas de ensino, bem como as orientações para a sua concretização;
- Promover e gerir o desenvolvimento e a requalificação do parque escolar de estabelecimentos públicos de ensino não superior, bem como apoiar as iniciativas no âmbito do ensino particular e cooperativo;
- Planear e administrar os recursos humanos, em coordenação com a Comissão da Função Pública, bem como os recursos materiais e financeiros afectos ao sistema educativo;
- Conceber as medidas de política nas áreas do ensino superior, ciência e tecnologia, bem como a respectiva organização, financiamento, execução e avaliação;
- Promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior;
- Promover o desenvolvimento, a modernização, a qualidade, a competitividade e o reconhecimento internacional dos sistemas de ensino superior e científico e tecnológico;
- Promover a ligação entre as instituições de ensino superior e científico e tecnológico, e entre estes e o sistema produtivo;
- Desenvolver e implementar uma política de concessão de bolsas de estudo competitiva e transparente;
- Promover a avaliação e inspeção permanentes dos estabelecimentos de ensino superior, científico e tecnológico;
- Promover a avaliação dos profissionais da educação;

Decorrente das exigências impostas pela nova Orgânica do V Governo Constitucional, foi elaborada, aprovada e publicada a nova Orgânica do Ministério da Educação (Decreto-Lei n.º 6/2013, de 15 de Maio) que estabelece uma estrutura organizativa mais funcional, dinâmica e com melhor definição dos seus diferentes serviços, centrais, desconcentrados e descentralizados.

Orçamento

O Orçamento alocado ao Ministério da Educação é de 99,866 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Educação (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	76,776	116,525	99,866	103,860	108,015	112,336	116,829
Recorrentes	74,539	112,467	99,781	103,772	107,923	112,240	116,730
Salários e Vencimentos	44,284	57,026	59,366	61,741	64,210	66,779	69,450
Bens e Serviços	28,125	52,382	34,115	35,480	36,899	38,375	39,910
Transferências Públicas	2,130	3,060	6,300	6,552	6,814	7,087	7,370
Capital	2,237	4,058	85	88	92	96	99
Capital Minor	2,053	4,058	85	88	92	96	99
Capital Desenvolvimento	183	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	76,776	116,525	99,866	103,860	108,015	112,336	116,829
Recorrentes	74,539	112,467	99,781	103,772	107,923	112,240	116,730
Capital	2,237	4,058	85	88	92	96	99

Perfil de Funcionários

O Ministério da Educação tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 2.128 pessoas, composto por 1.115 funcionários permanentes, 299 cargos de direcção e chefia e 310 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 404 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

O Ministério da Educação engloba ainda um conjunto de professores no total 15.641 pessoas, composto por Professores Definitivos e Trazitores (13.446 pessoas) e cargo de direcção e chefia (2.195 pessoas).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (ME)																						
Força de Trabalho	Categoria/Grau																					
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	Total
Funcionarios Publico Actuais	2	-	2	27	1	28	43	19	62	120	67	187	150	109	259	159	46	205	304	68	372	805
Escalão 1o	2	-	2	18	-	18	31	16	47	34	55	89	72	87	159	122	35	157	256	59	315	535
Escalão 2o	-	-	-	1	-	1	3	1	4	23	7	30	38	15	53	28	10	38	46	9	55	139
Escalão 3o	-	-	-	3	-	3	5	-	5	22	2	24	11	1	12	3	-	3	2	-	2	46
Escalão 4o	-	-	-	3	-	3	2	1	3	18	1	19	17	2	19	6	1	7	-	-	-	46
Escalão 5o	-	-	-	2	1	3	2	1	3	23	2	25	12	4	16	-	-	-	-	-	-	39
Escalão 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administrasun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	2	1	3	68	6	74	163	53	216	181	88	269	161	114	275	159	46	205	304	68	372	1,038
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	2	-	-	14	-	-	54	-	-	87	-	-	53	-	-	24	-	-	76	310
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	5	-	-	88	-	-	270	-	-	356	-	-	328	-	-	229	-	-	448	1,724
Mapa Pessoal 2016	-	-	1	-	-	16	-	-	42	-	-	102	-	-	123	-	-	25	-	-	95	404
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	1	-	-	16	-	-	42	-	-	102	-	-	123	-	-	25	-	-	95	404
Detalho Cargo Direcção e Chefias																						
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	Total
Diretor Geral	-	1	1	7	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Inspector Geral	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Diretor Nacional	-	-	-	27	4	31	6	-	6	2	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35
Diretor Distrital	-	-	-	7	-	7	12	2	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	102	32	134	59	20	79	11	5	16	-	-	-	-	-	-	172
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	-	1	1	41	5	46	120	34	154	61	21	82	11	5	16	-	-	-	-	-	-	233

Professores Definitivos e Transitivos																								
Categoria Forca de Trabalho	Escala																					Sub-Total		Total
	1			2			3			4			5			6			7					
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Professor Senior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Professor	3,237	1,870	5,107	779	368	1,147	1,278	613	1,891	321	193	714	46	11	57	-	-	-	-	-	-	5,861	3,055	
Assistente (Voluntario)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Docente/professor Definitivo	3,237	1,870	5,107	779	368	1,147	1,278	613	1,891	321	193	714	46	11	57	-	-	-	-	-	-	5,861	3,055	
Forca de trabalho Carreira Docente Transitorio	Escala																					Sub-Total		Total
	1			2			3			4			5			6			7					
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Tabela salario do Nivel 3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tabela salario do Nivel 2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tabela salario do Nivel 1/Grau D	526	310	836	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	526	310	
Tabela salario do Nivel 1/Grau D (Voluntario)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Tabela salario do Nivel 1/Grau E	2,339	1,355	3,694	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,339	1,355	
Tabela salario do Nivel 1/Grau E (Voluntario)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Docente/professor transitorio	2,865	1,665	4,530	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,865	1,665	
Total Carreira Docente Definitivo & Transitorio	6,102	3,535	9,637	779	368	1,147	1,278	613	1,891	321	193	714	46	11	57	-	-	-	-	-	-	8,726	4,720	
Cargos Direcao dos Professores																								
Forca de trabalho Carreira Docente Transitorio	Escala																					Sub-Total		Total
	1			2			3			4			5			6			7					
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Gab. Apoio Tec. da Escola para Ens.Pre-Escolar (EPE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Gab. Apoio Tec. da Escola para Ens.Basico (EB)	60	6	66	60	5	65	62	4	66	62	5	67	-	-	-	-	-	-	-	-	-	244	20	
Gab. Apoio Tec. da Escola para Ens.Sec. Geral(ESG)	20	-	20	8	1	9	9	-	9	7	-	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	1	
Gab. Apoio Tec. da Escola para Ens.Sec. Tec. Vocacional (ETV)	4	1	5	2	-	2	3	-	3	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1	
Total cargos dosAd. Dir. Ensino EPE, EB, ESG & ETV	84	7	91	70	6	76	74	4	78	73	5	78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	301	22	
Forca de trabalho Carreira Docente Transitorio	Escala																					Sub-Total		Total
	1			2			3			4			5			6			7					
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Coord. Filial da Escola para Ens.Pre-Escolar (EPE)	30	45	75	15	35	50	12	20	32	13	30	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	130	
Coord. Filia da Escola para Ens.Basico (EB)	225	20	245	302	17	319	220	15	235	215	12	227	-	-	-	-	-	-	-	-	-	962	64	
Total cargos Ensino EPE & EB	255	65	320	317	52	369	232	35	267	228	42	270	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,032	194	
Total cargos dos Dir. Ad. Dir. GAT Ensino EPE, EB, ESG & ETV	522	132	579	543	108	601	467	67	423	466	90	424	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,928	267	
Total Professores e Cargos Direcao	6,624	3,667	10,216	1,322	476	1,748	1,745	680	2,314	987	283	1,138	46	11	57	-	-	-	-	-	-	10,654	4,987	

Plano Anual do Ministério da Educação para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERV . ADIC.	SE+RS P
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (EPE) - O povo de Timor-Leste tem oportunidades de aceder a uma educação de qualidade que lhe permita participar no desenvolvimento da nação					
O desenvolvimento de infraestruturas é projetado e implementado, assim como outras medidas que assegurem o acesso e a matrícula com base nas metas de inclusão educativa e social estabelecidas nos documentos estratégicos do sector.	Número suficiente de salas de aula, equipamentos e mobiliário de acordo com o padrão estabelecido para este nível de ensino em todas as áreas geográficas	Atualizar os dados das Pré-Escolas (públicas e privadas): infraestruturas; recursos humanos; mobiliários e materiais didáticos no Sistema de Informação e Gestão da Educação (SIGE), – incluindo mapeamento em plataforma geográfica – tendo sempre presente a análise por género	Resultado Esperado: Atualizados os dados de 282 pré-escolas (100%) no SIGE (155 escolas públicas; 127 escolas privadas incluindo 52 Escolas Católicas). Indicador: N° de pré-escolas com dados atualizados no sistema.		
		Reabilitar pré-escolas já existentes e construir novas pré-escolas de acordo com padrão estabelecido e necessidades identificadas, incluindo eletricidade, água e saneamento, casas de banho alunos/alunas e vedação/muros	Resultado Esperado: Reabilitadas 50 salas de pré-escolas existentes; Construídas 150 novas pré-escolas (prioridade para áreas remotas). Indicador: N° de salas reabilitadas; N° de novas escolas construídas.	Em coordenação com MOP e ADN	
		Adquirir e distribuir mobiliário (mesas, cadeiras, móveis) e demais equipamentos e materiais de acordo com o padrão estabelecido para este nível de ensino	Resultado Esperado: Adquiridos e distribuídos: jogos de cadeiras e mesas (348) para alunos; mesas e cadeiras para professores (564); prateleiras (282); quadros pretos (282); e armários de administração escolar (282). Indicador: N° de mobiliários para alunos, professores e administração distribuídos nas pré-escolas.	Em coordenação com ADN.	
		Adaptar e adequar as infraestruturas escolares deste nível de ensino, de modo a garantir a inclusão de crianças com necessidades especiais.	Resultado Esperado: Realizada adequação nas pré-escolas propostas para reabilitação (50) e para construção (150). Indicador: N° de pré-escolas com facilidades de acesso a crianças com necessidades especiais.	Em coordenação com MOP e ADN	
	Programas de ação social escolar implementados em todas as pré-escolas	Estabelecer fundo especial para execução dos programas de ação social escolar da EPE e do Ensino Básico, nomeadamente a Merenda Escolar e as Concessões Escolares, permitindo execução ininterrupta durante todo o ano letivo	Resultado Esperado: Regulamentado e aprovado o fundo especial; Estabelecido o secretariado técnico do fundo. Indicador: Fundo constituído/não constituído; N° de técnicos que integram o secretariado.	Em coordenação com MF e SEFI	
		Atribuir merenda escolar em todas as pré-escolas, (0,25 usd/estudante/dia escolar), através de fundo especial, segundo padrão nutricional do Ministério da Saúde, fornecimento de arroz pelo MCIA, e recurso a alimentos locais fornecidos por pequenas organizações/grupos comunitários.	Resultado Esperado: 18.000 alunos (100%) beneficiários; Realizada formação para executores do Programa Merenda Escolar (2 dias por trimestre). Indicador: N° de alunos apoiados e pré-escolas abrangidas; N° de dias de formação.	Com apoio de MS, MA, MCIA e SEPI	
		Introduzir, de forma faseada, complementos nutricionais e medicinais específicos para crianças deste nível de ensino	Resultado Esperado: Projeto piloto introduzido em 7 pré-escolas de 2 distritos (Aileu e Ermera). Indicador: N° de pré-escolas abrangidas nos três distritos selecionados.	Com apoio da UNICEF	
		Atribuir concessões escolares em todas as pré-escolas (0,75 usd/criança/mês escolar), através de fundo especial	Resultado Esperado: 282 pré-escolas (100%) beneficiárias; Realizada formação para executores do Programa Concessões Escolares (mínimo de 3 dias/trimestre); Indicador: N° de pré-escolas abrangidas. N° de dias de formação.		
É desenvolvido, implementado e	Nova política e novo currículo para a educação	Disseminar e implementar a nova política de educação pré-escolar.	Resultado Esperado: Realizada Conferência Nacional sobre “Early-Childhood Development” no 2º trimestre de 2015.		

monitorizado um novo enquadramento político e curricular na Educação Pré-Escolar e são disponibilizados programas de professores, materiais de ensino e aprendizagem de qualidade.	pré-escolar elaborado, aprovado e implementado	Elaborar, imprimir e distribuir manuais oficiais nas duas línguas oficiais e materiais didáticos de apoio à implementação do currículo para estudantes e professores	Indicador: Nº de participantes na Conferência. Resultado Esperado: Impressos e distribuídos nas duas línguas oficiais por 100% das pré-escolas: 8 livros para cada um dos 267 professores (incluindo currículo, planos de aula e guias dos professores);75 livros de histórias infantis (120 cópias por cada pré-escola);Materiais didáticos de apoio por pré-escola (incluindo 27 panfletos/"flash cards"); 20.000 cadernetas e 15.000 certificados. Indicador: Nº de manuais/materiais distribuídos.		
		Realizar socialização/formação intensiva de professores nos novos conteúdos curriculares	Resultado Esperado: Realizada formação de uma semana no início de cada trimestre para 267 professores (100%). Indicador: Nº de professores que frequentam a formação referida. Nº de dias de formação.		
		Monitorizar, acompanhar e avaliar a implementação do currículo em todas as pré-escolas.	Resultado Esperado: Realizada, trimestralmente, monitorização em 20% das pré-escolas através de 26 inspetores escolares; Estabelecido programa de avaliação específico para a EPE. Indicador: Nº de pré-escolas monitorizadas por trimestre; Nº de pré-escolas abrangidas por programa de avaliação.	Com o apoio da NZ Aid	
		Elaborar e distribuir publicações educativas complementares ao currículo nacional	Resultado Esperado: Distribuídas publicações educativas (<i>Lafaek Kiik</i>) para 18.000 alunos (100%) deste nível de ensino. Indicador: Nº de alunos e professores abrangidos.	Com apoio da NZAid	
	Novos programas de formação inicial e contínua de professores estabelecidos	Realizar formação complementar e intensiva aos docentes voluntários/contratados para efeitos de ingresso na carreira docente	Resultado Esperado: Realizada formação intensiva para 300 professores a fim de serem recrutados e integrados nas 150 novas pré-escolas. Indicador: Nº de professores formados e recrutados.		
		Realizar cursos de formação inicial de professores da Educação Pré-Escolar e proceder ao seu recrutamento	Resultado Esperado: Estabelecida parceria com UNTL para a realização de cursos de formação inicial da EPE. Indicador: Nº de alunos que frequentam curso de formação inicial.		
		Realizar ações de formação contínua de professores no sistema, adotando nova metodologia centrada no aluno	Resultado Esperado: 267 professores no regime de carreira (100%) recebem formação contínua centralizada no novo currículo. Indicador: Nº de professores abrangidos.		
Implementado um novo sistema de gestão escolar que aumenta a participação, assegura a relação custo/eficácia assim como o sucesso da aprendizagem.	Sistemas para a gestão e acreditação da educação pré-escolar desenvolvidos e implementados com base no padrão nacional de qualidade	Regulamentar o sistema de gestão da Educação Pré-Escolar, em coerência com novo enquadramento político e curricular, e estabelecer os procedimentos operacionais da administração escolar	Resultado esperado: Regulamentado o sistema de gestão da EPE. Elaborado manual de procedimentos da administração EPE. Indicador: Regulamento e manual aprovados /não aprovados.	Com o apoio da UNICEF	
		Realizar cursos de formação inicial e ações de formação contínua aos quadros da administração escolar, direções distritais, superintendentes e inspetores escolares (foco nas competências de gestão, organização administrativa e financeira)	Resultado Esperado: Recrutados e formados 26 inspetores escolares da EPE (2 por distrito).Realizados, trimestralmente, encontros de trabalho, a nível distrito/subdistrito, para diretores e professores da EPE. Indicador: Nº de inspetores escolares recrutados e formados; Nº de encontros de trabalho realizados.	Com apoio de NZAid	
		Rever e regulamentar o regime de acreditação existente, em coerência com novo enquadramento político e curricular, e implementar, através da Inspeção Geral da Educação (IGE), sistemas de acreditação de todas as pré-escolas privadas garantindo o cumprimento dos padrões nacionais de qualidade e regulando a abertura de novas pré-escolas	Resultado Esperado: Revisto o regime de acreditação; novos sistemas de acreditação implementados em 25% das pré-escolas privadas. Indicador: Nº de pré-escolas privadas alvo de acreditação.	Com o apoio da UNICEF	
ENSINO BÁSICO (EB) - O povo de Timor-Leste tem oportunidades de aceder a uma educação de qualidade que lhe permita participar no desenvolvimento da nação					
O desenvolvimento de infraestruturas é projetado e	Número suficiente de salas de aula, equipamentos e	Atualizar os dados das Escolas Básicas (públicas e privadas): infraestruturas; recursos humanos; mobiliários e materiais didáticos no Sistema de Informação e Gestão da Educação (SIGE), – incluindo	Resultado Esperado: Atualizados os dados de 1.262 escolas básicas (100%) no SIGE (1.086 escolas públicas e 176 escolas privadas). Indicador: Nº de escolas básicas com dados atualizados no sistema.		

implementado, assim como outras medidas que assegurem o acesso e a matrícula com base nas metas de inclusão educativa e social estabelecidas nos documentos estratégicos do sector.	mobiliário de acordo com o padrão estabelecido para este nível de ensino em todas as áreas geográficas	mapeamento em plataforma geográfica – tendo sempre presente a análise por género			
		Reabilitar escolas básicas já existentes de acordo com padrão estabelecido e necessidades identificadas, incluindo eletricidade, água e saneamento, casas de banho alunos/alunas e vedação/muros	Resultado Esperado: Reabilitadas 40 escolas básicas (23 Escolas Básicas Centrais - EBC - e 17 Escolas Básicas Filiais - EBF) com um total de 297 salas. Indicador: N° de escolas básicas reabilitadas.	Em coordenação com MOP e ADN	
		Adquirir e distribuir mobiliário (mesas, cadeiras, móveis) e demais equipamentos e materiais de acordo com o padrão estabelecido para este nível de ensino	Resultado Esperado: Adquiridos e distribuídos: 202 pacotes de mobiliário de administração para 202 EBCs públicas; 202 motorizadas para 202 Adjuntos de EBC públicas; 38 equipamentos informática para 38 EBCs Católicas. Indicador: N° de mobiliários e equipamentos distribuídos.	Em coordenação com ADN.	
		Construir infraestruturas, equipamentos e materiais complementares em cada escola básica central (bibliotecas; Laboratório informático; Laboratório ciências; Armazém; Residência Professores; Refeitório; facilidades desportivas)	Resultado Esperado: Construídas e equipadas duas residências de professores em cada distrito em escolas básicas muito remotas; Construído e equipado em uma EBC de cada subdistrito (65 EBCs): Laboratório de ciências e informática; Refeitório e armazém; Sala de bibliotecas escolares; Campo multidesportivo. Construídas cisternas em 6 escolas básicas remotas e sem acesso a rede de água (com o apoio do Brasil). Indicador: N° de infraestruturas e equipamentos complementares construídos e equipados.	Em coordenação com MOP e ADN	
		Proceder a pequenas reparações urgentes nas escolas básicas	Resultado Esperado: Realizadas pequenas reparações/intervenções em escolas básicas afetadas por fenómenos climatéricos. Indicador: N° de escolas básicas abrangidas.		
		Adaptar e adequar as infraestruturas escolares deste nível de ensino, de modo a garantir a inclusão de crianças com necessidades especiais.	Resultado Esperado: Realizada adequação nas 40 escolas básicas propostas para reabilitação. Indicador: N° de EBC abrangidas.	Em coordenação com MOP e ADN	
	Introduzidas novas medidas para melhorar o acesso, a inclusão e a equidade social no ensino básico e implementados programas de ação social escolar em todas as escolas básicas	Atribuir merenda escolar em todas as escolas básicas (0,25 usd/estudante/dia escolar), através de fundo especial, segundo padrão nutricional do Ministério da Saúde, fornecimento de arroz pelo MCIA e recurso a alimentos locais fornecidos por pequenas organizações/grupos comunitários.	Resultado Esperado: 352.676 alunos (100%) recebem merenda escolar; Realizada formação para executores do Programa Merenda Escolar (2 dias por trimestre). Indicador: N° de alunos apoiados e escolas abrangidas; N° de dias de formação.	ME em parceria com MS, MCI, MA, SEPI	
		Introduzir, de forma faseada, o projeto da agricultura escolar/horta pedagógica, com o objetivo de reforçar a prática curricular e fornecer produtos para o Programa da Merenda Escolar.	Resultado Esperado: Projeto piloto em 8 Escolas Básicas; Indicador: N° de escolas abrangidas.	Com apoio da Tailândia e Brasil.	
		Atribuir concessões escolares em todas as escolas básicas (1 usd/criança/mês escolar), através de fundo especial	Resultado Esperado: 1.262 escolas básicas (100%) recebem concessões escolares; Realizada formação para executores do Programa Concessões Escolares (2 dias por trimestre); Indicador: N° de escolas abrangidas. N° de dias de formação.		
		Introduzir, de forma gradual, o programa nacional de transporte escolar, priorizando os distritos com maior percentagem de escolas remotas (programa implementado pelas Direções Distritais)	Resultado esperado: Projeto implementado em 3 distritos (Lautem, Ermera e Aileu). Elaborado e aprovado manual operacional do programa transporte escolar. Indicador: N° de escolas abrangidas nos 3 distritos. Manual aprovado/não aprovado.		
		Implementar o Projeto Piloto da Educação Multilingue e realizar mapeamento linguístico para adoção de recomendações do projeto piloto a nível nacional	Resultado Esperado: Projeto implementado em 23 pré-escolas/escolas básicas de 3 distritos (5 em Manatuto, 9 em Lospalos e 9 em Oecussi); Formados 134 professores; Distribuídos manuais (9.552	Com o apoio de UNESC	.

			exemplares);Realizada monitorização trimestral; Realizado mapeamento linguístico em todas as pré-escolas e escolas do 1º ciclo. Indicador: N° de escolas/pré-escolas abrangidas. N° de professores formados. N° de materiais distribuídos. Mapeamento realizado/não realizado.	O e Banco Mundial	
		Regulamentar a matrícula de todas as crianças no primeiro ano do ensino básico, segundo a idade adequada e promovendo a igualdade de género	Resultado Esperado: Regulamentos criados prevendo ligação a mecanismo de concessões escolares; Campanha nacional realizada nos 65 subdistritos. Indicador: Regulamento criado/não criado; N° de subdistritos abrangidos por campanha nacional.		
É desenvolvido, implementado e monitorizado um Currículo relevante e específico ao Ensino Básico e são disponibilizados programas de professores, materiais de ensino e aprendizagem de qualidade.	Novo currículo para o primeiro e segundo ciclos do ensino básico elaborado, aprovado e implementado	Elaborar, imprimir, traduzir e distribuir manuais oficiais e materiais didáticos de apoio à implementação do currículo para estudantes e professores	Resultado Esperado: Impressos e distribuídos nas duas línguas oficiais: Manuais oficiais de aluno e guias de professores (plano curricular e plano de aula),de cada uma das 7 disciplinas, para 250.000 alunos (100%) e 7.044 professores (100%) do 1º e 2º ciclos do Ensino Básico. Distribuídas 250.000 cadernetas (1 por aluno). Indicador: N° de manuais e materiais distribuídos.		
		Realizar socialização/formação intensiva de professores nos novos conteúdos curriculares	Resultado Esperado: 7.044 professores (100%) do 1º e 2º ciclos frequentam formação durante uma semana por trimestre. Indicador: N° de professores que frequentam a formação referida. N° de dias de formação.		
		Implementar o programa de "mentorização" junto das EBCs com o objetivo de reforçar a implementação do novo currículo	Resultado Esperado: Integrado um "mentor" internacional em , no mínimo, 70 EBCs. Indicador: N° de EBCs abrangidas.	Com apoio de parceiro.	
		Monitorizar e acompanhar a implementação do currículo em todas as escolas do 1º e 2º ciclos.	Resultado Esperado: Realizada, trimestralmente, monitorização e avaliação dos resultados da aprendizagem em 25% das escolas do 1º e 2º ciclos. Criadas salas de apoio/estudo acompanhado para estudantes com menor aproveitamento escolar. Indicador: N° de escolas básicas monitorizadas em cada trimestre; N° de escolas que estabelecem salas de apoio/estudo acompanhado.		
		Elaborar e distribuir publicações educativas complementares ao currículo nacional	Resultado Esperado: Distribuídas publicações educativas (<i>Lafaek Kiiik</i>) para alunos do 1º e 2º anos. Indicador: N° de alunos abrangidos.	Com apoio de NZAid	
	Implementado o novo currículo do 3º ciclo do Ensino Básico que considera a igualdade de género enquanto conteúdo transversal	Imprimir e distribuir manuais oficiais bilingues e materiais didático de apoio à implementação do currículo para estudantes e professores após revisão para assegurar coerência com o novo currículo do 1º e 2º ciclos	Resultado Esperado: Impressos e distribuídos: 15.000 manuais de alunos de cada disciplina de 8º e 9º anos e 1.200 guias de professores; manuais de aluno e guias de professor das disciplina de Religião e Moral Tétum, História e Geografia (1 por aluno/professor); manuais SESIM (1 por aluno); 45.000 cadernetas e 22.000 diplomas. Adquiridos e distribuídos: 400 mapas de Timor-Leste, Ásia, CPLP e Mundo; 800 maquetes do corpo humano (400 feminino e 400 masculinos); 600 globos. Indicador: N° de manuais e materiais distribuídos.		
		Monitorizar e avaliar a implementação do currículo em todas as escolas do 3º ciclo através de equipa de especialistas curriculares	Resultado Esperado: Constituída equipa de especialistas curriculares; Realizada, trimestralmente, monitorização e avaliação dos resultados da aprendizagem em 25% das escolas do 3.º ciclo; Criadas salas de apoio/estudo acompanhado para estudantes com menor aproveitamento escolar. Indicador: N° de especialistas que integram equipa curricular. N° de escolas básicas monitorizadas em cada trimestre; N° de escolas que estabelecem salas de apoio/estudo acompanhado.		
		Realizar exames nacionais no Ensino Básico	Resultado Esperado: Realizada formação e monitorização do processo de exames nacionais. Realizados exames nacionais em 100% das escolas básicas.		

			Indicador: Nº de escolas que realizam exames nacionais. Nº de ações de formação e monitorização realizadas.		
	Novos programas de formação inicial e contínua de professores estabelecidos	Realizar formação complementar e intensiva aos docentes voluntários/contratados para efeitos de ingresso na carreira docente	Resultado Esperado: Realizada formação intensiva aos professores contratados que cumprem critérios de seleção. Indicador: Nº de professores abrangidos.		
		Realizar cursos de formação inicial de professores do Ensino Básico e proceder ao seu recrutamento	Resultado Esperado: Estabelecida parceria com UNTL para reforço dos cursos de formação inicial de professores do EB. Indicador: Nº de alunos que frequentam curso de formação inicial.		
		Realizar ações de formação contínua aos professores no sistema	Resultado Esperado: Realizada formação específica aos 7.044 professores do 1º e 2º ciclos nos novos conteúdos curriculares. Realizada formação aos 1.998 professores do 3º ciclo, no âmbito do programa <i>Eskola Foun</i> , <i>SESIM</i> e no domínio das línguas de instrução, pedagogia e conteúdos curriculares. Indicador: Nº de professores que recebem formação.		
		Estabelecer Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE) em cada capital de distrito	Resultado Esperado: 13 CAFEs estabelecidos com 5.516 alunos de 1º e 2º ciclos; Realizado estágio profissional para 90 professores recém-graduados da Faculdade Educação UNTL, Instituto Católico de Baucau e INFORDEPE; Realizadas ações de capacitação/formação contínua junto de EBCs e EBFs; Realizadas atividades para a comunidade educativa (feira do livro; exposições; debates; concursos; cinema e rádio). Indicador: Nº de CAFEs estabelecidos; Nº de alunos; Nº de professores estagiários e nº de professores que beneficiam formação contínua; Nº de atividades realizadas.		
Implementado um novo sistema de gestão escolar que aumenta a participação, assegura a relação custo/eficácia assim como o sucesso da aprendizagem.	Sistemas para a gestão e acreditação do ensino básico desenvolvidos e implementados com base no padrão nacional de qualidade	Avaliar e propor revisão do sistema de gestão do Ensino Básico (Decreto-Lei nº 7/2010) – incluindo regras de funcionamento do Conselho Escolar, Conselho Académico, Associações de Estudantes, Pais e Professores - e estabelecer os procedimentos operacionais e financeiros da administração escolar	Resultado Esperado: Realizada avaliação da implementação do sistema de administração e realizada revisão legislativa; Elaborados, aprovados e disseminados manuais de procedimentos operacionais e financeiros da administração escolar em 1.272 (100%) das EBC e EBF; Associações de estudantes estabelecidas em 100% das EBCs. Indicador: Avaliação e revisão de sistema de gestão realizada/não realizada. Nº de manuais de procedimentos distribuídos. Nº de EBCs com associações de estudantes.		
		Realizar ações de formação contínua aos quadros da administração escolar, direções distritais, superintendentes e inspetores escolares (foco nas competências de gestão, organização administrativa e financeira)	Resultado Esperado: Realizada formação sobre a revisão do sistema de gestão e administração; Realizados dois seminários nacionais para os 202 diretores EBCs sobre “Gestão e Administração Escolar” e “Ética Profissional”. Realizada formação contínua aos funcionários da Inspeção Geral, incluindo 13 Superintendentes e 65 Inspetores Escolares. Indicador: Nº de EBC e EBFs abrangidas. Nº de membros da IGE abrangidos.		
		Disseminar o novo regime de acreditação e implementar, através da IGE, sistemas de acreditação de todas as escolas privadas garantindo o cumprimento dos padrões nacionais de qualidade e regulando a abertura de novas escolas	Resultado Esperado: Revisto o regime de acreditação; novos sistemas de acreditação implementados em 25% das escolas básicas privadas. Indicador: Nº de escolas básicas privadas alvo de acreditação.	Com o apoio da UNICEF	
ENSINO SECUNDÁRIO (ES) - O povo de Timor-Leste tem oportunidades de aceder a uma educação de qualidade que lhe permita participar no desenvolvimento da nação					
Um plano de desenvolvimento de infraestruturas é delineado e implementado assim como outras medidas que assegurem o	Número suficiente de salas de aula, equipamentos e mobiliário de acordo com o padrão estabelecido para o Ensino Secundário Geral (ESG) e Ensino	Atualizar e consolidar os dados das Escolas Secundárias (públicas e privadas): infraestruturas; recursos humanos; mobiliários e materiais didáticos no Sistema de Informação e Gestão da Educação (SIGE) - incluindo o mapeamento virtual em plataforma geográfica -,tendo sempre presente a análise por género	Resultado Esperado: Dados atualizados de 83 escolas ESG (45 públicas e 38 privadas) e 24 escolas ESTV (15 públicas e 9 privadas) no SIGE. Indicador: Nº de escolas ESG e ESTV com dados inseridos no sistema.		
		Reabilitar escolas do ESG e ESTV já existentes e construir novos edifícios/salas de acordo com padrão estabelecido e necessidades identificadas, no	Resultado Esperado: Reabilitados e construídos novos edifícios em 7 escolas do ESG (Liquica, Bobonaro, Suai, Ermera, Lospalos e 2 em	Em coordena	

acesso e a matrícula com base nas metas de inclusão educativa e social.	Secundário Técnico Vocacional (ESTV) em todas as áreas geográficas.	âmbito do Programa Nacional de Reabilitação do Património Comunitário, incluindo eletricidade, água e saneamento, (casas de banho segundo género) e vedação/muros	Dfili); Reabilitados e construídos novos edifícios de 6 escolas ESTV (Dili, Covalima, Aileu, Manufahi, Liquica e Viqueque). Construídos/reabilitados muros em 31 ESG e 11 ESTV. Indicador: Nº de escolas reabilitadas; Nº de muros reabilitados/construídos.	ção com MOP e ADN	
		Implementar plano de construção de novas escolas do ESG e do ESTV	Resultado Esperado: Construídas 2 novas escolas do ESG em Dili (Hera) e Liquiça (Tibar); Construídas 2 novas escolas do ESTV de Agropecuária em Manatuto e Ainaro; Iniciada construção faseada (2015-2017) de nova escola ESTV Dom Bosco de Maliana. Indicador: Nº de novas escolas construídas.	Em coordenação com MOP e ADN	
		Adquirir e distribuir mobiliário (mesas, cadeiras, móveis) e demais equipamentos de acordo com o padrão estabelecido para este nível de ensino	Resultado Esperado: Adquiridos e distribuídos: quadros brancos (100); armários (90); cadeiras e mesas professores (300); computadores (470); equipamentos informáticos administração (90) para escolas ESG; Equipamentos específicos dos 19 cursos para 24 ESTVs; equipamentos de ligação Internet (para 20 ESTV). Indicador: Nº de mobiliários e equipamentos distribuídos.	Em coordenação com ADN	
		Definir e construir infraestruturas, equipamentos e materiais complementares em cada escola secundária (bibliotecas; Laboratório informático; Laboratório ciências e de práticas de ESTV)	Resultado Esperado: Construídos e equipados laboratórios (de 2 salas) em 20 escolas do ESG e 4 escolas do ESTV; Construídas salas de bibliotecas em todas as escolas ESG e ESTV. Indicador: Nº de infraestruturas e equipamentos complementares construídos e equipados.	Em coordenação com MOP e ADN	
		Adaptar/Adequar infraestruturas escolares deste nível de ensino, de modo a garantir a inclusão de crianças com necessidades especiais.	Resultado Esperado: Realizada adequação nas 17 escolas secundárias propostas para reabilitação/construção. Indicador: Nº de escolas secundárias abrangidas.	Em coordenação com MOP e ADN	
	Implementados programas de ação social escolar em todas as escolas secundárias	Atribuir concessões escolares em todas as escolas secundárias através de fundo especial com o objetivo de garantir a equidade na implementação deste programa	Resultado Esperado: Atribuídas concessões escolares em 100% das escolas ESG: ensino público (1 usd/estudante/mês escolar) e privado (0,5usd/estudante/mês escolar); Atribuídas concessões escolares em 100% das escolas ESTV: ensino público (2 usd/estudante/mês escolar) e privado (1 usd/estudante/mês escolar). Realizada formação para executores do Programa Concessões Escolares (2 dias por trimestre); Indicador: Número de escolas abrangidas.		
Introduzida uma mudança de paradigma da qualidade e relevância do Ensino Secundário Geral e Técnico Vocacional permitindo aos alunos a aprendizagem dos aspectos centrais do conhecimento científico-humanístico para a continuação de seus estudos no ensino superior ou	Implementado o novo currículo do Ensino Secundário Geral	Dar continuidade à implementação do novo currículo do ESG	Resultado Esperado: 100% das escolas do ESG implementam o novo currículo do ESG. Indicador: Nº de escolas ESG abrangidas.		
		Introduzir a disciplina de Filosofia no currículo do ESG	Resultado Esperado: Plano curricular ajustado; elaborados e aprovados conteúdos curriculares desta disciplina. Indicador: Realizado/não realizado.		
		Elaborar e distribuir manuais oficiais e materiais didático de apoio à implementação do currículo para estudantes e professores, de acordo com o novo regulamento do material didático para o ESG	Resultado Esperado: Elaborado e aprovado o regulamento do material didático; Impressos e distribuídos: manuais do aluno e guias do professor das disciplinas de Tétum (45.000), Educação Física (35.000) e Religião Moral (1200 livros do professor); manuais de alunos das 14 disciplinas do 10º, 11º e 12º anos (componente geral 5.000 cópias; e componente específicas 3.000 cópias); 10 dicionários e gramáticas de língua portuguesa por cada ESG; manuais de formação do ESG para 790 formandos e 48 formadores; 1.400 Cadernos de presença e livros de		

para ingressar no mercado de trabalho.			registo; Cadernetas (40.000) e diplomas (16.000). Distribuídos: globos (160); mapas de timor, ásia e mundo (300); maquetes do corpo humano (200); esqueletos humanos (100). Indicador: N° de manuais e materiais didáticos distribuídos.		
		Realizar ações de formação de professores nos novos conteúdos curriculares (em particular nas novas disciplinas: Tecnologia Multimédia, Geologia, Temas de Literatura e Cultura).	Resultado Esperado: Realizada formação de 48 formadores nos conteúdos curriculares do ESG; Realizada formação, de 6 a 30 dias, a 790 professores do ESG; Realizada formação a 45 docentes, em Portugal, com duração de 60 dias. Indicador: N° de professores do ESG abrangidos; N° de dias de formação.	FDCH	
		Monitorizar, acompanhar e avaliar a implementação do currículo em todas as escolas do ESG com o apoio de equipa de especialistas curriculares	Resultado Esperado: Constituída equipa de especialistas curriculares. Realizada monitorização em (25%) das escolas do ESG por trimestre. Identificados estudantes com menor aproveitamento escolar e criadas salas de apoio/estudo acompanhado. Indicador: N° de especialistas curriculares. N° de escolas monitorizadas em cada trimestre. N° de escolas que estabelecem salas de apoio/estudo acompanhado.		
		Realizar exames nacionais no Ensino Secundário Geral em conformidade com novo diploma legal	Resultado Esperado: Elaborado e aprovado diploma legal sobre examinação nacional no ESG; Realizado seminário sobre avaliação escolar para 83 diretores e 1.586 dos professores; Elaboradas matrizes e provas de avaliação por 14 professores; Realizada disseminação nas escolas do ESG sobre critérios dos exames nacionais; Realizados exames nacionais em 100 % das ESGs; Monitorização junto de todas as escolas do ESG. Indicador: N° de dias e participantes de seminário e disseminação. N° de ESG que realizam exames nacionais. N° de ESGs monitorizadas.		
	Implementado o novo currículo do Ensino Secundário Técnico Vocacional	Implementar novo modelo e estrutura curricular do ESTV de acordo com calendário estabelecido e que considere a igualdade de género enquanto conteúdo transversal	Resultado Esperado: 100% das escolas do ESTV implementam o novo currículo do 11° ano; Elaborado e aprovado o novo plano e conteúdos curriculares do curso de veterinária para implementação em 8 escolas agrícolas. Indicador: N° de escolas ESTV abrangidas. N° de escolas agrícolas que implementam novo curso.	Em coordenação com o MA	
		Elaborar e distribuir manuais oficiais e materiais didático de apoio à implementação do currículo ESTV para estudantes e professores	Resultado Esperado: Impressos e distribuídos: Manuais de alunos e guias professores do 11° e 12° anos ESTV para 2.329 alunos do 11° e 12° anos e 574 professores; manuais do Programa Sociocultural (28.000 para alunos e 3.000 para professores), do Programa Científico (16.000 para alunos e 2.300 para professores) e do Programa Produtivo (20.000 para alunos e 1.000 para professores); 20 dicionários e gramáticas de língua portuguesa por cada ESTV; cadernetas (6.000) e diplomas (4.000). Indicador: N° de manuais e materiais distribuídos.		
		Realizar ações de formação de professores nos novos conteúdos curriculares, com particular ênfase nas disciplinas do Programa Produtivo e da disciplina de Empreendedorismo do Programa Científico	Resultado Esperado: Realizada formação para 20 professores em países da CPLP (3 meses), e 20 professores em países da ASEAN (3 meses); Realizada formação, em Timor-Leste, para 534 professores do ESTV (100%) durante 14 dias. Indicador: N° de professores abrangidos e n° de dias de formação.	FDCH	
		Monitorizar e avaliar a implementação do currículo em todas as escolas do ESTV	Resultado Esperado: Monitorizado, trimestralmente, a implementação do 11° ano do currículo do ESTV junto de 25% das escolas. Indicador: N° de escolas alvo de monitorização por trimestre.		
		Realizar exames nacionais no ESTV	Resultado Esperado: Elaboradas matrizes e provas de avaliação por 24 professores do ESTV; Realizada disseminação junto das escolas do ESTV sobre critérios dos exames nacionais; Realizados exames		

			nacionais em 100 % das ESTV; Monitorizado o processo de examinação nacional junto de todas as escolas. Indicador: N° de dias e participantes de seminário e disseminação. N° de escolas que realizam exames nacionais. N° de escolas monitorizadas.		
	Novos programas de Formação inicial e contínua de professores estabelecidos	Realizar formação complementar e intensiva a professores contratados para efeitos de ingresso na carreira docente	Resultado Esperado: Realizada formação intensiva, de 3 a 6 meses a 434 professores contratados do ESG e 95 professores contratados do ESTV. Indicador: N° de professores abrangidos	Decorre de atividade realizada em 2014	
		Realizar cursos de formação inicial de professores do ESG e ESTV e proceder ao seu recrutamento, tendo em atenção o desequilíbrio de género no ensino secundário (neste nível de ensino somente 25% dos professores são do sexo feminino).	Resultado Esperado: Estabelecida parceria com UNTL para abrir novos cursos de formação inicial e reforçar atual capacidade da Faculdade da Educação (apoio CPLP). Atribuídas bolsas de estudo: 18 professores ESTV em Artes gráficas (6); Pescas (6); e Petróleo (6); e 28 bolsas de estudo para professores ESG – através do FDCH. Indicador: N° de novos cursos da Faculdade de Educação da UNTL; N° de bolsas atribuídas.	FDCH	
		Realizar ações de formação contínua de professores no sistema (foco no domínio das línguas de instrução, pedagogia, métodos de ensino), através do INFORDEPE	Resultado Esperado: Realizada formação contínua (línguas de instrução, pedagogia) a 1.586 professores do ESG e a 574 professores do ESTV, incluindo ações de formação promovidas pela SEAMEO e SESIM. Indicador: N° de professores formados. N° de escolas abrangidas. N° de dias de formação	Apoio de Portugal e UNESC O	
Até 2017 um novo sistema de gestão do ensino secundário que melhora a participação, relação custo-eficácia do ensino e da aprendizagem será totalmente implementado	Novo sistema para a gestão e acreditação do ESG e ESTV desenvolvidos e implementados com base no padrão nacional de qualidade	Implementar o novo sistema de gestão e administração do ESG e do ESTV	Resultado Esperado: Disseminar a revisão do sistema de gestão escolar do ESG. Nomeados cargos da estrutura administração escolar (45 Diretores, 90 Vice Diretores e 45 técnicos de administração). Revisto o sistema de gestão do ESTV e nomeados chefes de departamento de cada curso. Indicador: Novo sistema disseminado/não disseminado; N° de novos cargos nomeados.	Decorre de atividade iniciada em 2014.	
		Realizar cursos de formação inicial e ações de formação contínua aos quadros da administração escolar, direções distritais, superintendentes e inspetores escolares	Resultado Esperado: Realizada formação a 135 quadros da administração escolar do ESG e 72 quadros da administração escolar do ESTV. Indicador: N° de quadros formados. N° de dias de formação.		
		Rever e regulamentar o regime de acreditação existente, e implementar, através da IGE, sistemas de acreditação de todas as escolas secundárias privadas, regulando a abertura de novas escolas	Resultado Esperado: Revisto o regime de acreditação; Iniciado o processo de acreditação de 25% de escolas ESG privadas; Estabelecida equipa técnica entre ME, SEPFOPE e INDIMO; 100% dos cursos de formação profissional certificados e 100% das ESTV privadas acreditadas. Indicador: N° de cursos certificados e escolas acreditadas.	Em coordena ção com SEPFOPE.	
ENSINO RECORRENTE (ER) - O povo de Timor-Leste tem oportunidades de aceder a uma educação de qualidade que lhe permita participar no desenvolvimento da nação					
O analfabetismo em todas as faixas etárias da população terá sido reduzido e a introdução do Programa Nacional de Equivalência terá sido concluída, permitindo a conclusão acelerada	O programa de alfabetização básica abrange todos os sucos do país	Equipar as salas de aula da 2ª fase da campanha nacional de alfabetização “Alfanamor” de forma a cobrir os 442 sucos do país.	Resultado Esperado: 442 salas equipadas (1 sala por suco) Indicador: N° de salas equipadas por suco.	Continuação de atividade de 2014	
		Implementar o currículo/orientações pedagógicas com adequados materiais de instrução para a 2ª Fase da Campanha Nacional de Alfabetização – programa “Iha Dalan” – reforço da literacia -, com	Resultado Esperado: Currículo implementado nos 442 sucos, para 17.680 alunos inscritos; Impressos e distribuídos 2 manuais por cada aluno. Graduados, no final do ano, 14.144 alunos (80% dos inscritos).	Continuação de atividade de 2014	

do ensino básico para todos os diplomados do ensino recorrente (ER).		especial foco para as pessoas do sexo feminino nas áreas rurais.	Indicador: Nº de alunos inscritos; Nº de alunos graduados; Nº de manuais impressos e distribuídos.		
		Monitorizar e acompanhar a implementação do programa em todos os sucos	Resultado Esperado: Realizado um mínimo de uma visita por trimestre a cada uma das 442 salas. Relatório de monitorização elaborado. Indicador: Nº de salas de aula visitadas por trimestre. Relatório realizado/não realizado.		
	O Programa Nacional de Equivalência (PNE) é implementado em todo o país e permite a inserção no sistema educativo formal, com especial foco para as pessoas do sexo feminino nas áreas rurais.	Equipar as salas do PNE, garantindo cobertura do 1º nível em todos os subdistritos e do 2º nível em todos os distritos	Resultado Esperado: Equipadas 181 salas do 1º nível do PNE (cerca de 14 por distrito): 98 salas (1ª fase PNE); 74 salas (2ª fase PNE); 9 salas (3ª fase PNE). Equipadas 14 salas do 2º nível do PNE (uma por distrito e 2 em Dili). Indicador: Nº de salas do 1º nível e 2º nível equipadas por distrito.		
		Elaborar, testar e aprovar o currículo do Programa Nacional de Equivalência	Resultado Esperado: Implementado o currículo do 1º nível em 181 salas para 3.178 alunos; Implementado currículo do 2º nível em 14 salas para 280 alunos. Indicador: Nº de alunos inscritos.	Com apoio do Banco Mundial	
		Elaborar e distribuir manuais oficiais e materiais didático de apoio à implementação do currículo para estudantes e professores	Resultado Esperado: Distribuídos 10.860 manuais do 1º nível PNE para alunos e professores; Distribuídos 52.640 manuais (11 disciplinas) do 2º nível PNE para professores e alunos. Indicador: Nº de manuais de professores e alunos distribuídos.	Com apoio do Banco Mundial	
		Monitorizar e acompanhar a implementação do currículo do PNE nos 65 subdistritos	Resultado Esperado: Realizado um mínimo de uma visita por trimestre a cada uma das salas do 1º nível e 2º nível do PNE; Relatório de avaliação elaborado anualmente. Indicador: Nº visitas realizadas por trimestre; Relatório elaborado/não elaborado.		
	A Direção Nacional do Ensino Recorrente possui os recursos e a capacidade institucional para implementar os seus programas	Recolher e Integrar os dados sobre os programas do Ensino Recorrente: infraestruturas; recursos humanos; mobiliários e materiais didáticos no Sistema de Informação e Gestão da Educação (SIGE), tendo sempre presente a análise por género	Resultado Esperado: Atualizados os dados do ensino recorrente no SIGE. Indicador: Nº de programas do ER atualizados no SIGE.		
		Estabelecer centros comunitários de aprendizagem (CCA) em todos os distritos para implementação dos programas do ensino recorrente	Resultado Esperado: Realizadas atividades em 11 CCAs, inaugurados em 2012 e 2013, e já em funcionamento (Liquicá, Viqueque e Lautem Baucau; Dili ; Aileu; Ermera); Identificadas necessidades de estabelecimento de novos CCAs. Indicador: Nº de CCAs em funcionamento e estabelecidos. Nº de cursos em funcionamento. Nº de alunos inscritos.	Com o apoio do Banco Mundial e UNESCO	
		Integrar Docentes do Ensino Recorrente no Estatuto da Carreira Docente ou obtenção de grau equivalente	Resultado Esperado: Integrados 100% dos professores do Ensino Recorrente no regime de carreira docente. Indicador: % de professores do Ensino Recorrente abrangidos.		
		Realizar formação específica aos Professores e Monitores do Ensino Recorrente, estimando para o efeito o número de professores necessários para dar resposta à procura e proceder ao recrutamento	Resultado Esperado: Realizada formação a:442 monitores de 2ª fase Campanha Alfabetização; 181 professores do 1º nível (durante um mês); 98 professores do 2º nível do PNE (durante um mês). Recrutados 28 funcionários para apoiar as 14 salas do 2º nível do PNE. Indicador: Nº de professores/funcionários recrutados e formados.		
		Definir um quadro de referência para regular a relação entre os Programas do Ensino Recorrente e o Ensino Formal e introduzir mecanismos de transição entre o Ensino Básico e o PEN, destinado aos alunos com idade superior ou que abandonam o ensino básico	Resultado Esperado: Quadro de referência sobre processo de equivalências elaborado, aprovado e disseminado. Indicador: Realizado/não realizado	Com apoio do Banco Mundial.	
ENSINO SUPERIOR (ESUP)- O povo de Timor-Leste tem oportunidades de aceder a uma educação de qualidade que lhe permita participar no desenvolvimento da nação					

Consolidar a implementação de um sistema do ensino superior abrangente e integrado, regulado por rigorosos padrões de qualidade no que respeita ao funcionamento de instituições públicas e privadas, fornece-se educação técnica e universitária relevante e desenvolvem-se relações sólidas e parcerias com o sector privado e com o mercado de trabalho.	Ensino Superior: Estabelecido um sistema administrativo eficaz para coordenar as intervenções do Governo no Ensino Superior	Recolher, integrar e consolidar os dados do Ensino Superior Público e privado: infraestruturas; recursos humanos; equipamentos e materiais didáticos no Sistema de Informação e Gestão da Educação (SIGE) tendo sempre presente a análise por género e facilitando a constituição de um portal electrónico	Resultado Esperado: Recolhidos e integrados os dados de 14 instituições de ensino superior (100%) no SIGE; Atualizado o portal electrónico da ANAAA. Indicador: N° instituições alvo de recolha de dados; % de dados integrados no SIGE; Portal atualizado/não atualizado.		
		Implementar enquadramento legal que regulamenta o sistema administrativo do Ensino Superior, definindo os mecanismos de financiamento das instituições públicas e privadas do Ensino Superior	Resultado Esperado: Enquadramento legal implementado e disseminado por todas as instituições. Indicador: N° de instituições que cumprem novo enquadramento legal.	Atividade iniciada em 2014	
		Implementar o Fórum do Conselho de Reitores das Instituições de Ensino Superior nacional com o objetivo de melhorar a coordenação das intervenções no sector	Resultado Esperado: Realizadas reuniões trimestrais com representantes de todas as instituições de ensino superior acreditadas. Indicador: N° de reuniões realizadas. N° de participantes.		
		Implementar o subsídio às instituições do Ensino Superior privadas, em conformidade com o manual operacional, com o objetivo de incentivar a formação de docentes em língua portuguesa, a formação académica de docentes em áreas prioritárias, a atribuição de subsídios académico a estudantes e a implementação de sistemas de aprendizagem flexível e à distancia (biblioteca digital)	Resultado Esperado: Atribuído subsídio a 11 Instituições privadas do Ensino Superior. Realizadas ações de formação de Língua Portuguesa para 700 Docentes do Ensino Superior; Integrados 10 docentes nacionais e 10 docentes internacionais no corpo docentes das instituições de ensino superior privadas; Implementada biblioteca digital em 11 instituições privadas; Realizada formação na área pedagógica para 80 docentes; Apoiar, com bolsas de estudo no estrangeiro, a formação académica de 100 docentes de instituições de ensino superior privados; Atribuir, por mérito, subsídios académicos a 1.500 estudantes. Realizada monitorização trimestral da execução do subsídio. Indicador: N° de instituições privadas abrangidas por subsídio.	Com o apoio de Brasil, Portugal e UNTL.	
		Expandir o acesso da Biblioteca digital do Ensino Superior para outras instituições de Ensino Superior públicas	Resultado Esperado: UNTL e Instituto Formação de Professores acedem a biblioteca digital; Indicador: N° de instituições públicas com acesso a biblioteca digital.		
		Implementar modalidades inovadoras de financiamento a estudantes, que incentivem o acesso, a frequência e o bom aproveitamento académico dos alunos dos 13 distritos	Resultado Esperado: Atribuídos subsídios a 200 estudantes. Indicador: N° de estudantes beneficiários.	Com o apoio da Austrália.	
		Implementar o sistema de avaliação de desempenho dos docentes universitários de acordo com o regime da carreira docente universitária	Resultado Esperado: Estabelecido o gabinete de certificação das 12 instituições acreditadas do ensino superior. Realizada avaliação de desempenho de docentes. Indicador: N° de gabinetes de certificação estabelecidos; N° de docentes avaliados.		
		Realizar exames de certificação/equivalência aos graduados de instituições superiores nacionais não acreditadas e de instituições estrangeiras de acordo com novo manual de certificação de exame	Resultado Esperado: Revisto e aprovado manual de certificação de exames. Realizados exames de equivalência/certificação. Indicador: Manual aprovado/não aprovado; N° de exames de certificação realizados.		
		Realizar encontros periódicos com o objetivo de melhorar a coordenação com a UNTL, incluindo a preparação para os exames de acesso dos estudantes a esta instituição	Resultado Esperado: Realizado um encontro por trimestre; Elaborados, impressos e corrigidos os exames nacionais de acesso à UNTL; Publicados os resultados. Indicador: N° de encontros realizados; N° de exames realizados; N° de alunos que acedem à UNTL.		
		Realizar atividades no âmbito do Fórum do Ensino Superior para o diálogo na região da Ásia-Pacífico,	Resultado Esperado: Estabelecidas parcerias com instituições de Ásia Pacífico. Indicador: N° de parcerias estabelecidas.		
	Estabelecimento de um sistema sólido para garantir a qualidade do Ensino Superior	Reestruturar o currículo mínimo do Ensino Superior, definindo os conteúdos elementares dos diferentes ciclos de estudo e respetivas áreas curriculares, com foco transversal na igualdade de género	Resultado Esperado: Elaborados programas de disciplinas (syllabus) de 84 cursos; Impressos e distribuídos os syllabus dos 84 cursos por 14 instituições; Realizadas ações de socialização nas 14 instituições; Realizada monitorização, trimestral, junto de 14 instituições. Indicador: N° de programas elaborados, impressos e distribuídos; N° de	Decorre de atividade de 2014.	

			ações de socialização realizadas, Nº de instituições monitorizadas.		
		Rever, aprovar, disseminar e implementar o diploma legal referente ao Quadro Nacional de Qualificações (QNQ) de forma a garantir o registo de todas as qualificações nacionais, em parceria com INDIMO	Resultado Esperado: QNQ revisto e aprovado. Realizada disseminação por instituições relevantes. Indicador: QNQ revisto/não revisto; Nº de encontros de disseminação realizados.		
		Realizar o processo de acreditação institucional de 2º ciclo para 9 instituições (UNTL, DIT, IOB, ISC, ICR, ICFP, e ETCI), acreditadas em 2008 e realizar o processo de acreditação de 1º ciclo para a Academia da PNTL	Resultado Esperado: Estabelecia parceria com 4 peritos internacionais (Indonésia, Filipinas, Austrália e Portugal); Realizada avaliação das 10 instituições; Elaborado e publicado o relatório de avaliação. Indicador: Nº de instituições avaliadas; Relatório publicado/não publicado.	Decorre de atividade de 2014	
		Implementar o processo de acreditação programática, em coerência com os critérios estabelecidos pela reestruturação do currículo mínimo do ensino superior	Resultado Esperado: Realizada formação técnica para peritos nacionais em 7 áreas programáticas; Elaborado o manual de acreditação específico para cada área de estudo; Socializado o manual de acreditação aprovado através de Seminário Nacional. Indicador: Nº de peritos formados; Nº de grupos de trabalho estabelecidos; Nº de manuais elaborados; Seminário realizado/não realizado.		
		Regularizar a abertura e funcionamento de novos cursos /“classes paralelas” dos estabelecimentos de ensino superior acreditados e de novas instituições localizadas nos 13 distritos, sem autorização prévia do Ministério da Educação/ANAAA.	Resultado Esperado: Identificados e avaliados 100% dos novos cursos e novas instituições; Elaborado e publicado relatório de avaliação; Aplicadas sanções previstas na lei. Indicador: % de cursos novos identificados e avaliados; Relatório elaborado/não elaborado e publicado/não publicado; Sanções aplicadas/não aplicadas.	Decorre de atividade de 2014	
		Implementar o órgão de governação da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação Académicas (ANAAA) em conformidade com o diploma legal respetivo	Resultado Esperado: Constituído o órgão de governação da ANAAA (incluindo Conselho Diretivo, Direção Executiva, Secretariado técnico e administrativo); Indicador: Órgão de governação constituído/não constituído.	Atividade iniciada em 2014.	
		Realizar avaliação do progresso anual das instituições de ensino superior acreditadas	Resultado Esperado: Avaliadas as 12 instituições acreditadas; Elaborado e publicado relatório de avaliação. Indicador: Nº de instituições avaliadas. Relatório elaborado/não elaborado e publicado/não publicado.		
		Reforçar as parcerias com organismos internacionais competentes na área de avaliação e acreditação (AQAN, INQAAHE, APQN).	Resultado Esperado: ME participa em atividades promovidas por estas organizações. Indicador: Nº de atividades em que a ANAAA participa.		
	Estabelecer Institutos Superiores Politécnicos nos sectores industriais estratégicos, incluindo o Politécnico de Engenharia no Suai, um Politécnico para a Indústria de Serviços em Lospalos, Politécnico de Agricultura em Same e Academia de Pescas e Estudos Marinhos em Manatuto	Realizar encontros com equipas de coordenação/supervisão dos três Institutos e da Academia de Pescas em parceria com parceiros públicos e privados	Resultado Esperado: Constituídos 4 grupos de trabalho; Realizada uma reunião por trimestre. Indicador: Nº de comissões constituídas; Nº de reuniões realizadas.		
		Aprovar, Implementar e disseminar o enquadramento legal deste nível de ensino	Resultado Esperado: Aprovado o novo enquadramento legal; Realizadas ações de disseminação do novo enquadramento legal a nível nacional e distrital (Lautem, Manufahi, Manatuto, Covalima); Indicador: Enquadramento legal aprovado/não aprovado; Nº de encontros de disseminação realizados.	Atividade iniciada em 2014.	
		Iniciar a construção faseada dos 3 institutos e academia de acordo com o Plano de Infraestruturas elaborado em parceria com o ITB	Resultado Esperado: Iniciada a construção dos 3 institutos e uma academia. Indicador: Nº de institutos que iniciam construção.	Fundo das Infraestruturas	
		Disseminar os novos currículos para os três institutos politécnicos e uma academia de pescas, alinhado com o processo de reestruturação do currículo mínimo do Ensino Superior	Resultado Esperado: Realizadas ações de disseminação a nível nacional e distrital dos novos currículos. Indicador: Nº de ações de disseminação realizadas.	Atividade iniciada em 2014	
		Elaborar manuais oficiais e materiais didático de apoio à implementação do currículo para estudantes e professores	Resultado Esperado: Elaborados os manuais oficiais para alunos e professores dos 4 anos do programa curricular dos 3 institutos e 1 academia. Indicador: Nº de manuais oficiais elaborados.		

		Realizar cursos de formação inicial de professores para os 3 Institutos e 1 Academia de forma a responder à procura estudantil e respeitar as orientações do Plano Diretor elaborado em parceria com o ITB	Resultado Esperado: Atribuídas bolsas de estudo para 128 docentes dos 3 institutos e 1 academia. Indicador: N° de bolsas atribuídas.	FDCH	
		Realizar cursos de formação inicial dos novos quadros de administração e gestão dos 3 institutos e 1 academia	Resultado Esperado: Atribuídas bolsas de estudo para um mínimo de 2 quadros de administração e gestão por cada instituto. Indicador: N° de bolsas atribuídas.	FDCH	
		Coordenar e promover ligações eficientes e coerentes com o Ensino Secundário Técnico-Vocacional e o SEPFOPE.	Resultado Esperado: Realizada uma reunião de coordenação por semestre. Elaborado mapa de referência que estabelece as ligações entre ESTV, SEPFOPE e Politécnicos. Indicador: N° de reuniões realizados. Mapa elaborado/não elaborado.		
	Criado um Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia (INCT), para desenvolver estudos de investigação e análise de ciências aplicadas.	Implementar e disseminar o enquadramento legal que regula o novo Instituto	Resultado Esperado: Realizadas ações de disseminação do novo do enquadramento legal a nível nacional. Indicador: N° de encontros de disseminação realizados.		
		Elaborar o plano geral para a definição de infraestruturas, equipamentos e conteúdos científicos	Resultado Esperado: Elaborado e aprovado o plano geral. Indicador: Realizado/não realizado.	Fundo das Infraestruturas	
		Recrutar e formar peritos/investigadores nacionais que constituam o quadro de investigadores do INCT	Resultado Esperado: Recrutados e iniciada formação de 10 peritos/investigadores nacionais. Indicador: N° de peritos recrutados e que recebem formação.	Atividade iniciada em 2014.	
	Sistema de atribuição de bolsas melhorado e dirigido para as necessidades reais de formação académica e capacitação profissional de recursos humanos na área da educação, através do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)	Realizar mapeamento/diagnóstico que defina a situação atual dos recursos humanos nacionais e apresente recomendações relativamente às áreas prioritárias de formação e capacitação	Resultado Esperado: Mapeamento/diagnóstico realizado; Relatório elaborado e recomendações publicadas; Estabelecida base de dados. Indicador: Mapeamento realizada/não realizado; relatório elaborado/não elaborado e publicado/não publicado; N° de instituições com acesso a novas base de dados.	FDCH	
		Atribuir bolsas de estudo externas, do ME, no âmbito do FDCH, com inclusão de período de estágio/integração profissional, em áreas consideradas prioritárias para a formação do capital humano, tendo em atenção a equidade social e a igualdade de género.	Resultado Esperados: Assegurar continuidade de 656 bolsas de estudo existentes (35% do sexo feminino). Atribuídas novas 200 bolsas de licenciatura nas áreas exatas (mínimo 30% do sexo feminino). Indicador: N° de bolsas atribuídas.	FDCH	
		Reforçar a aposta na formação-técnica profissional de curto-médio prazo direcionada para o desenvolvimento de competências (<i>skills</i>) relevantes ao desempenho das profissões aos quadros da administração pública do sector da Educação tendo em atenção a equidade social e a igualdade de género.	Resultado Esperado: Atribuídas oportunidades de formação técnica a 216 funcionários do ME (a nível central e distrital). Indicador: N° de quadros do Ministério que frequentam beneficiam de formação técnica.	FDCH e INAP	
		Avaliar e monitorizar o desempenho dos bolseiros	Resultado Esperado: Elaborado relatório trimestral de monitorização pelos adidos da educação. Realizada avaliação anual de renovação/cancelamento de bolsas Indicador: N° de relatórios trimestrais de monitorização elaborados; Avaliação anual realizada/não realizada		
GESTÃO INTERNA DOS SERVIÇOS DO ME - O povo de Timor-Leste tem oportunidades de aceder a uma educação de qualidade que lhe permita participar no desenvolvimento da nação.					
A capacidade de técnica e institucional do Ministério é reforçada com a introdução de um sistema de gestão orientado para os resultados expressos nos documentos estratégicos do sector	Os sistemas de gestão são estabelecidos de forma a promover a eficiência e eficácia das operações a nível central e distrital	Desenvolver Termos de Referência (TdR) para os cargos dirigentes e técnicos do Ministério, em coerência com o enquadramento legal e estratégico do sector	Resultado Esperado: Elaborados e aprovados TdR para 100% dos cargos dirigentes e técnicos. Indicador: N° de cargos dirigentes e técnicos com TdR aprovado.	Decorre de atividade de 2014	
		Elaborar, aprovar e implementar manuais de procedimentos operacionais das unidades orgânicas do Ministério	Resultado Esperado: Elaborados, aprovados, disseminados e implementados os manuais de procedimentos de 100% das unidades orgânicas do Ministério. Indicador: N° de manuais elaborados, aprovados e implementados.	Decorre de atividade de 2014	
		Implementar plano de capacitação de quadros técnicos de cada unidade orgânica do Ministério, a nível nacional e distrital, tendo em consideração estudo organizacional que identifique as atuais necessidades funcionais e de capacitação de cada unidade orgânica	Resultado Esperado: Estudo realizado e elaborado plano de formação por funcionário. 50% dos funcionários técnicos do ME recebem formação. Atribuídas oportunidades de formação técnica a, no mínimo, 3 quadros de cada unidade orgânica do Ministério consoante seu desempenho	Com apoio do INAP e FDCH	

		do Ministério em termos de recursos humanos, com classificação por género	profissional. Indicador: Estudo realizado/não realizado; % de funcionários que recebem formação.		
		Elaborar e atualizar a Carta Educativa de Timor-Leste sobre todos os estabelecimentos de ensino não superior (público e privado)	Resultado Esperado: Carta Educativa elaborada, atualizada e disseminada por todas as unidades orgânicas do ME. Indicador: Realizado/Não realizado.		
		Estabelecer sistema de arquivo digital com mecanismos para preservação de documentos originais	Resultado Esperado: 100% dos documentos do Ministério arquivados e com acesso facilitado pelos cargos de chefia. Indicador: % de documentos arquivados.		
		Estabelecer um sistema de gestão do património do ME, incluindo todos os bens imóveis, duradouros, mas também livros, arroz e equipamentos IT entre outros materiais, para registo e controlo dos equipamentos e bens públicos em todos os estabelecimentos de ensino	Resultado Esperado: Inventariados todos os bens existentes nas unidades orgânicas do Ministério e nos estabelecimentos de ensino. Revisto, aprovado e implementado o novo manual operacional de gestão do património. Monitorizado a distribuição de bens, equipamentos e materiais. Elaborado relatório trimestral de monitorização. Indicador: N° de bens inventariados. Manual implementado/não implementado. N° de relatório elaborados.		
		Desenvolver um Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) para monitorização e avaliação dos resultados educacionais e de gestão em cada unidade orgânica do Ministério	Resultado Esperado: QAD elaborado, aprovado e implementado para monitorização e avaliação de cada unidade orgânica do ME. Indicador: Realizado/não realizado.	Decorre de atividade de 2014.	
		Realizar visitas de inspeção e monitorização aos estabelecimentos de ensino (diferentes níveis de ensino)	Resultado Esperado: Realizada inspeção e monitorização a nível de: 100% das unidades orgânicas do ME centrais e distritais; 100% dos estabelecimentos de ensino; Realizados encontros/seminários e ações de formação para todos funcionários da IGE; Indicador: % de unidades orgânicas e estabelecimentos de ensino abrangidos; N° de encontros/seminários e ações de formação realizadas.		
		Coordenar com a Inspeção Geral do Estado, a Comissão da Função Pública e demais entidades competentes para a resolução de casos com indícios de irregularidades/ilegalidades	Resultado Esperado: Aplicadas sanções previstas na lei para 100% dos casos irregulares/ilegais identificados. Indicador: n° de sanções aplicadas.		
		Preparar a integração progressiva de alguns programas educativos nas futuras estruturas municipais	Resultado Esperado: Iniciada a preparação para integração dos programas da ação social escolar, da educação pré-escolar e do ensino recorrente nas estruturas municipais. Indicador: Realizado/não realizado		
		Requalificar o atual edifício do Ministério e construir/reabilitar infraestruturas e equipamentos adicionais que sirvam as crescentes necessidades funcionais, incluindo direções e gabinete de inspeção distritais	Resultado Esperado: Iniciada construção do novo edifício; Iniciada reabilitação de atuais infraestruturas e equipamentos a nível nacional e distrital. Indicador: Construção de novo edifício realizada não/realizada; n° de unidades orgânicas com infraestruturas e equipamentos reabilitados	Fundo das Infraestruturas	
		Assegurar o bom funcionamento da Unidade de Infraestruturas e Centro de Impressão	Resultado Esperado: Unidade de Infraestruturas e Centro de Impressão em funcionamento. Indicador: realizado/não realizado.		
	Reforçadas as funções de gestão dos Recursos Humanos para a melhoria da qualidade dos serviços educativos	Reforçar a capacidade institucional do Instituto de Formação de Professores, com foco na formação contínua através de 5 pólos existentes (Dili, Same, Oecusse, Baucau e Maliana), incluindo os 10 polos dos Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFEs).	Resultado Esperado: Novo enquadramento legal aprovado. Reabilitados e equipados os 5 centros de formação do Instituto e bibliotecas respetivas. Construídos e equipados 10 CAFEs. Indicador: Enquadramento aprovado/não aprovado; N° de pólos do Instituto reabilitados. N° de CAFEs construídos.	Fundo das Infraestruturas	
		Integrar o Sistema de Informação dos recursos humanos no SIGE e reconciliar com a Comissão da Função Pública e o Ministério das Finanças.	Resultado Esperado: Integrados 100% dos dados da DNRH no SIGE e reconciliados com a Comissão da Função Pública e o Ministério das Finanças (payroll). Indicador: % de dados integrados no SIGE e reconciliados.		

		Finalizar o processo de recrutamento do pessoal administrativo de acordo com necessidades identificadas.	Resultado Esperado: Preenchidas novas vagas. Indicador: Nº de funcionários recrutados.		
		Estabelecer um sistema de colocação de professores, que garanta a colocação anual de professores nos estabelecimentos de ensino de acordo com a sua qualificação e desempenho profissional, respeitando a cobertura equitativa de todo o país e a igualdade de género.	Resultado Esperado: 100% dos professores colocados, anualmente, segundo a sua qualificação nos estabelecimentos de ensino. Indicador: % de professores colocados anualmente nos estabelecimentos de ensino.		
		Proceder à identificação e deslocação de funcionários públicos do ME e professores, para áreas remotas do país, de modo a estender a abrangência dos serviços públicos de acordo com DL n.º 20/2010	Resultado Esperado: Transferidos/Destacados funcionários públicos e docentes de acordo com necessidades identificadas. Indicador: Nº de funcionários e docentes transferidos.	Atividade iniciada em 2014	
		Realizar avaliação especial de docentes	Resultado Esperado: Avaliação realizada com implicação na mudança de escalão dos professores. Indicador: % de docentes abrangidos.	Atividade iniciada em 2014	
		Rever o decreto-lei (DL) do estatuto da Carreira Docente do ensino não superior, de forma a assegurar coerência com novo enquadramento curricular e reforçar o profissionalismo e disciplina dos docentes	Resultado Esperado: Revisto decreto-Lei do estatuto da carreira docente. Indicador: Realizado/Não realizado.		
		Selecionar e Integrar professores voluntários no regime de carreira da função pública e no regime de carreira docente nos casos em que cumpram os requisitos legais	Resultado Esperados: 100% dos professores voluntários identificados e contratados são integrados no regime de carreira da função pública. Realizada seleção para ingresso na carreira docente . Indicador: % de professores voluntários integrados na função pública. Nº de professores que integram o regime da carreira docente.		
		Elaborar manual de Recursos Humanos do Ministério da Educação	Resultado Esperado: elaborado, aprovado impresso e distribuído manual de recursos humanos (1 por cada unidade orgânica). Indicador: Manual aprovado/não aprovado. Nº de manuais distribuídos.		
		Adquirir, de forma faseada, fardas para funcionários do ME	Resultado Esperado: Fardas adquiridas para funcionários do ME. Indicador: Nº de fardas adquiridas		
	Desenvolvidos os Sistemas de Informação e Comunicação eficazes a nível da gestão central, distrital e escolar.	Estabelecer rede de comunicação (intranet) que conecte todas as unidades orgânicas do Ministério, a nível central e distrital	Resultado Esperado: 100% das unidades orgânicas conectadas em rede de comunicação; Recrutados 13 pontos focais distritais de IT; Realizada formação sobre funcionamento da rede de comunicação. Indicador: % de unidades orgânicas abrangidas. Nº de pontos focais recrutados. Nº de participantes na formação.		
		Atualizar os dados do SIGE, numa rede descentralizada, e produzir trimestralmente informação analítica relevante sobre o progresso dos indicadores educativos de todos os níveis de ensino, com detalhe por género	Resultado Esperado: Iniciada a inserção de dados no SIGE pelas direções distritais; Disseminada, trimestralmente, informação sobre progresso de indicadores educativos. Indicador: Nº de distritos abrangidos; Nº de relatórios produzidos.		
		Implementar novos suportes informativos, dirigidos ao público em geral, com informações sobre as atividades do ME (revista e boletim Sapientia), e estabelecimento de portal da educação/website	Resultado Esperado: Elaborado e distribuído, por trimestre, Boletim Sapientia a toda a estrutura do ME, incluindo os estabelecimentos de ensino. Publicada Página Sapientia, semanalmente, nos jornais nacionais. Atualizado o portal da educação. Indicador: Nº de boletins distribuídos; Nº de publicações; Nº de visitas ao portal da educação.		
		Divulgar, junto das escolas e ao público em geral, conteúdos programáticos educativos, em coerência com os currículos em curso nos diferentes níveis de ensino (através da Media Educativa, e admitindo-se a hipótese de celebração de acordos com RTTL para emissão de programas)	Resultado Esperado: Produzidos 6 programas por trimestre; Distribuído pacote educativo de DVDs por 202 EBCs, 83 escolas ESG e 24 escolas ESTV; Emitidos, diariamente, programas educativos da Rádio Sapientia; Emitidos, semanalmente, programas educativos via RTTL. Produzido e distribuído calendário e agenda para cada professor. Indicador: Nº de programas elaborados. Nº de escolas abrangidas. Nº de emissões de rádio e de programas na RTTL. Nº de agendas distribuídas.		
	O ME coordena a harmonização de programas educativos apoiados pelos	Implementar a Ação Conjunta para a Educação em Timor-Leste (ACETL) ao nível nacional e distrital para melhoria da coordenação, eficácia e monitorização dos diferentes programas e	Resultado Esperado: Realizadas atividades de coordenação e monitorização dos programas educativos a nível nacional e distrital. Realizado encontro anual com todos os parceiros do ME.		

Parceiros do Desenvolvimento de acordo com os princípios estabelecidos no "New Deal"	intervenções no sector educativo	Indicador: Nº de atividades realizadas. Encontro Anual realizado/não realizado.		
	Realizar encontros de trabalho, com os Parceiros de Desenvolvimento, tendo em vista o alinhamento dos programas a executar e a apropriação pelo ME-TL.	Resultado Esperado: Alinhadas e integradas no plano anual do Ministério as atividades dos parceiros; Realizado um encontro geral por semestre (mínimo). Indicador: Nº de parceiros que integram as suas atividades no PAA do ME; Nº de encontros realizados por semestre.		
O Ministério da Educação participa e promove iniciativas na área da Educação e Ciência, no âmbito da Presidência da CPLP e da ASEAN (através da SEAMEO - Southeast Asian Ministers of Education Organization)	Estabelecer parcerias com os países da CPLP e da ASEAN no domínio da Educação e Ciência, incluindo formação de professores e quadros técnicos do ME	Resultado Esperado: Formalizadas e implementadas parcerias com países da CPLP e ASEAN; Indicador: Nº de parcerias formalizadas.	Atividade iniciada em 2014	
	Promover diversas iniciativas no âmbito da Presidência de TL da CPLP, na área da Educação e Ciência, apropriadas a cada nível de ensino nos 13 distritos	Resultado Esperado: Diversas iniciativas realizadas abrangendo os 13 distritos, incluindo Conferência Internacional da Educação. Indicador: Nº de iniciativas realizadas.	Atividade iniciada em 2014	
	Implementar o "Centro de Ciências de Díli", para estudo, desenvolvimento e divulgação das ciências, junto das escolas básicas e secundárias	Resultado Esperado: Constituído o Centro das ciências (Física, Química, Biologia, Geologia) que possa servir as escolas do ensino básico e secundário; Realizada formação para os técnicos do centro. Indicador: Centro constituído/não constituído. Nº de técnicos formados	Atividade iniciada em 2014	
	Colaborar na organização das reuniões anuais dos Ministros da CPLP, nos domínios da Educação e da Ciência e Tecnologia	Resultado Esperado: Organizadas reuniões anuais da CPLP; Indicador: Nº de reuniões organizadas		
	Participar nas atividades promovidas pela SEAMEO, cumprindo com o pagamento de quota anual	Resultado Esperado: ME participa em atividades promovidas pelo SEAMEO. Quota anual liquidada. Indicador: Nº de atividades realizadas. Pagamento realizado/não realizado.		
Implementados programas transversais aos diversos níveis de ensino com o objetivo de melhorar o acesso equitativo a educação de qualidade educação em todo o território, através das Direções Distritais da Educação	Implementar a nova Política Nacional da Educação Inclusiva, com foco na equidade social e igualdade de oportunidades de forma a remover as barreiras para acesso à aprendizagem de alunos de ambos os sexos, crianças economicamente desfavorecidas, crianças com necessidades físicas e psicológicas especiais	Resultado esperado: Realizada campanha de sensibilização nos 13 distritos; Reabilitados os centros de recursos de Díli, Aileu e Lautem; Realizado levantamento de dados sobre estudantes com necessidades especiais em 10 distritos; Realizada formação de 3 dias em Díli, Aileu e Lautem para professores do EB, ESG e ESTV. Distribuídos, nas EBCs dos 3 distritos prioritários, manuais para 100% dos professores e 50 manuais de estudantes por cada EBC. Indicador: Nº de centros estabelecidos. Nº de distritos cobertos por campanha. Nº de escolas alvo de recolha de dados; Nº de professores formados. Nº de manuais distribuídos.	Com apoio de Plan Interna 1	
	Realizar encontros de formação dos pontos focais do género nomeados por cada direção distrital e realizar encontros de sensibilização junto da comunidade educativa	Resultado Esperado: Realizada formação trimestral. Realizados encontros de sensibilização nas comunidades. Indicador: Nº de encontros e ações de sensibilização realizadas.	Atividade iniciada em 2014	
	Finalizar estudo sobre causas de abandono escolar, baixa taxa de matrícula e frequência escolar com especial ênfase na questão de género, nos diferentes níveis de ensino	Resultado Esperado: Estudo finalizado e relatório apresentado ao Ministério. Recomendações do estudo introduzidas no Plano e Orçamento de 2016 do Ministério. Indicador: Relatório apresentado/não apresentado; recomendações introduzidas no plano e orçamento anual.	Com apoio de parceiro desenvolvimento.	
	Elaborar padrão para os uniformes escolares no ensino básico e secundário	Resultado Esperado: Elaborado padrão de uniformes escolares para alunos do ensino público. Indicador: Padrão aprovado /não aprovado.		
	Implementar programa nacional de leitura	Resultado Esperado: Programa implementado em escolas básicas e secundárias; Formados professores em técnicas bibliotecárias; Adquiridos e distribuídos livros do programa nacional. Indicador: Nº Escolas abrangidas. Nº de professores formados e nº de dias de formação. Nº de livros distribuídos.		
	Realizar, anualmente, a nível distrital e nacional, certames/concursos, incluindo competição para seleção da escola pública, professor e aluno com melhor desempenho e contributo	Resultado Esperado: Realizada competição a nível distrital e nacional, com a participação de 100 % das escolas básicas e secundárias públicas; Realizadas Olimpíadas do Conhecimento (Matemática, Português,		

		para qualidade da educação (atividade extracurricular)	História, etc.); Publicadas obras de estudo dos alunos premiados. Indicador: N° de escolas que participam em certames a nível distrital e nacional.		
		Implementar a Política de Saúde e Desporto Escolar	Resultado Esperado: Realizada campanha nacional “Loron Escola Saudável” nos 13 distritos (100%); Introduzida a prática de Educação Física no 3º ciclo do EB. Adquiridas e distribuídas para escolas ESG bolas de futebol e vôlei (840); redes (1 por escola). Indicador: N° de distritos abrangidos. N° de escolas abrangidas. N° de eventos realizados.	Com apoio do MS e SEJD	
		Realizar ações de promoção do conhecimento da História e dos Heróis Nacionais promovendo os valores do nacionalismo e da responsabilidade cívica, em coerência com o novo currículo	Resultado Esperado: Realizada, diariamente, sessão de divulgação de factos e eventos históricos, e celebrados dias de carácter histórico e relevantes para cada nível de ensino. Indicador: N° de escolas abrangidas. N° de celebrações realizadas.		

Ministério da Administração Estatal

Papel

O Ministério da Administração Estatal (MAE) é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada pelo Conselho de Ministros, para as áreas do poder local, descentralização administrativa, desenvolvimento local e rural, da organização e execução dos processos eleitorais e referendários, e da preservação dos documentos oficiais, cabendo-lhe nomeadamente:

- a) Promover e executar políticas de desenvolvimento local e rural e de redução das desigualdades económicas e sociais entre as regiões;
- b) Coordenar e distribuir informações internas e externas às estruturas de Administração Local do Estado;
- c) Coordenar e fiscalizar as actividades de administração dos distritos e subdistritos e outros serviços e organismos da administração local;
- d) Coordenar e fiscalizar a actividade dos serviços e organismos da administração regional e local;
- e) Promover e conduzir o processo de descentralização administrativa e criação das municipalidades;
- f) Garantir o adequado apoio técnico aos processos eleitorais e referendários;
- g) Promover a recuperação, a preservação e a guarda adequada dos documentos históricos e oficiais do país, incluindo os da administração pública;
- h) Propor e desenvolver normas e instruções relativas à classificação, tratamento e arquivamento dos documentos históricos e oficiais do país, incluindo os da administração pública;
- i) Estabelecer mecanismos de colaboração e de coordenação com outros órgãos do Governo com tutela sobre áreas conexas.

São delegadas na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Local, a competência prevista nas alíneas a) e b), bem como, a coordenação do programa de desenvolvimento dos sucos, do plano de desenvolvimento integrado distrital e do programa de habitação "MDGs".

São delegadas no Secretario de Estado da Descentralização Administrativa as competências previstas nas alíneas c) e e), bem como a gestão do programa de desenvolvimento descentralizado.

Os órgãos e serviços que compõem o Ministério da Administração Estatal são os definidos na sua lei orgânica.

Orçamento

O Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do território tem um orçamento de 43,747 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Administração Estatal (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	33,037	37,479	43,747	45,497	47,317	49,209	51,177
Recorrentes	21,320	36,497	42,826	44,539	46,321	48,173	50,100
Salários e Vencimentos	4,367	5,712	6,268	6,519	6,779	7,051	7,333
Bens e Serviços	8,339	9,877	11,432	11,889	12,365	12,859	13,374
Transferências Públicas	8,614	20,908	25,126	26,131	27,176	28,263	29,394
Capital	11,717	983	921	958	996	1,036	1,077
Capital Minor	2,957	983	921	958	996	1,036	1,077
Capital Desenvolvimento	8,760	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	33,037	37,479	43,747	45,497	47,317	49,209	51,177
Recorrentes	21,320	36,497	42,826	44,539	46,321	48,173	50,100
Capital	11,717	983	921	958	996	1,036	1,077

Perfil de Funcionários

O Ministério da Administração Estatal tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 2.071 pessoas, composto por 1.378 funcionários permanentes, 121 vagas em processo de recrutamento e 271 de cargos de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 301 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL (MAE)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	51	16	67	238	117	355	109	23	132	252	50	302	141	22	160	332	27	359	1,123	255	1,378
Escalão 1o	-	-	-	49	16	65	205	114	319	83	20	103	141	35	176	102	13	115	309	21	330	889	219	1,108
Escalão 2o	-	-	-	2	-	2	10	2	12	10	2	12	26	10	36	22	4	26	15	4	19	85	22	107
Escalão 3o	-	-	-	-	-	-	16	-	16	9	-	9	59	3	62	5	3	8	3	1	4	92	7	99
Escalão 4o	-	-	-	-	-	-	5	1	6	5	1	6	22	2	24	10	1	11	5	1	6	47	6	53
Escalão 5o	-	-	-	-	-	-	2	-	2	2	-	2	4	-	4	2	1	-	-	-	-	10	1	11
Escalão 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraçao Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	6	1	7	88	21	109	318	129	447	165	29	194	310	58	368	141	23	161	333	27	360	1,361	288	1,649
Vagas em processo de Recrutamento	2			1			74			32			4			6			2			12		
Nova Proposta de Vagas 2015	-			-			-			-			-			-			-			-		
Total Quadro Pessoal	9			110			521			226			372			167			362			1,770		
Mapa Pessoal 2016	3			30			113			67			88			-			-			30		
Mapa Pessoal 2016 - 2018	3			30			113			67			88			-			-			30		
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcao e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total			
Diretor Geral	2		2	3		3	1		1		-		-		-		-		-		6	-	6	
Inspector Geral	1		1	-		-	-		-		-		-		-		-		-		1	-	1	
Diretor Nacional	2	1	3	13	1	14	8	1	9	5		5			-		-		-		28	3	31	
Diretor Distrital			-	12	2	14	16	2	18	6	1	7	2		2		-		-		36	5	41	
Chefe do Departamento	1		1	9	2	11	55	9	64	45	5	50	56	8	64		1	1	1	-	1	167	25	192
Chefe da Secção			-			-			-		-			-		-			-		-	-	-	
Total Cargo de Direção e Chefia	6	1	7	37	5	42	80	12	92	56	6	62	58	8	66	-	1	1	1	-	1	238	33	271

Plano Anual do Ministério da Administração Estatal para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015.	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
A descentralização permite que as funções e serviços governamentais sejam mais eficientes, responsáveis e atentos às necessidades dos cidadãos, sobretudo no que se refere aos cidadãos em situação de pobreza, vulnerabilidade e marginalização					
Implementar políticas de descentralização – estabelecimento de 3 a 5 municípios de acordo com o novo modelo de governo municipal.	Estruturas de Pré-Desconcentração Administrativa criadas e a funcionar em conformidade com o quadro jurídico estabelecido para o efeito	<p>Conceber e aprovar a regulamentação do quadro legal da Pré-Desconcentração Administrativa;</p> <p>Executar o plano de formação dos recursos humanos das Estruturas de Pré-Desconcentração Administrativa;</p> <p>Apoiar as reuniões dos Conselhos Consultivos Locais;</p> <p>Delegação de competências nas Estruturas de Pré-Desconcentração;</p> <p>Destacar funcionários para os distritos;</p> <p>Avaliação das capacidades administrativas locais instaladas e realizar a primeira aferição sobre a viabilidade da instituição de municípios;</p> <p>Conceber, elaborar e aprovar o quadro jurídico do Poder Local;</p> <p>Promover acções de educação cívica sobre a descentralização administrativa e o poder local;</p> <p>Realizar trabalhos de construção ou requalificação de edifícios para os municípios;</p>	<p>Regulamentação da legislação da Pré-Desconcentração Administrativa aprovada;</p> <p>Mais de 50% dos recursos humanos afectos às Estruturas de Pré-desconcentração Administrativa participaram em acções de formação e valorização pessoal;</p> <p>Os Conselhos Consultivos Locais reúnem com a periodicidade legalmente estabelecida e iniciaram o processo de discussão e aprovação das estratégias locais de desenvolvimento local;</p> <p>Processo de destacamento de funcionários para os serviços das Estruturas de Pré-desconcentração Administrativa a decorrer em conformidade com o quadro legal aplicável e 60% das necessidades de recursos humanos das EPDA's estão satisfeitas;</p> <p>Prestação de serviços públicos essenciais, com qualidade e impacto positivo nos indicadores de avaliação de desenvolvimento local;</p> <p>Acções de educação cívica sobre a descentralização administrativa e poder local realizadas em todos os distritos e em, pelo menos, 20% dos subdistritos;</p> <p>Trabalhos de construção ou requalificação de edifícios para os municípios iniciados, assim como as necessidades de tais intervenções tenham sido identificados;</p> <p>Estudo sobre as capacidades administrativas locais instaladas e a viabilidade da instituição em concreto dos municípios elaborado e publicado.</p>	As actividades realizadas têm por objectivo implementar o processo de Pré-Desconcentração e Desconcentração Administrativa.	Sector Boa Governação; Gabinete Ministro DG-DA DNAL SAIM DNPfM
Aumentar os Rendimentos dos Timorenses Através da Criação de Emprego					
Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos - Atribuição de Subvenções públicas às comunidades dos sucus para que possam desenvolver as suas próprias infra-estruturas.	Gestão e implementação do projecto de PNDS	<p>Planear a alocação de fundos aos 442 sucus;</p> <p>Desenvolver o plano detalhado da execução orçamental anual;</p> <p>Dar continuidade à socialização e capacitação dos membros das equipas de suco e da comunidade;</p> <p>Realizar, regularmente, a monitorização e supervisão aos sub-distritos e sucus;</p> <p>Criar o plano de capacitação sobre a construção, gestão e aprovisionamento de projectos;</p> <p>Construção e aprovisionamento aos membros de equipa de implementação dos projectos;</p> <p>Estabelecer uma boa relação e coordenação com instituições relevantes para fornecer apoio às comunidades;</p> <p>Criação de um mecanismo de avaliação sobre o plano de desenvolvimento de sucus;</p> <p>Finalizar e implementar o plano de</p>	<p>Orçamento dos 442 sucus aprovado e alocado;</p> <p>Pelo menos 50% da estrutura de suco compreende bem o papel e responsabilidade sobre execução do seu orçamento;</p> <p>Pelo menos 20% de mulheres e deficientes participam na actividade do programa;</p> <p>75% das infra-estruturas básicas têm qualidade técnica e estão em funcionamento;</p> <p>100% dos Sucos têm o Plano de Desenvolvimento do Suco;</p> <p>Todas as posições preenchidas;</p> <p>Diploma aprovado pelo Ministro;</p> <p>Aprovação política pela Função Pública;</p> <p>90% dos processos aprovados e anexados;</p> <p>Actualização do sistema</p> <p>Sistema de gestão estabelecido e implementado</p> <p>Sistemas estabelecidos e em funcionamento</p>		<p>Sector Económico Gabinete Ministro SEDL DGDL DN-PNDS</p> <p>Sector Económico Gabinete Ministro SEDL DGDN DN-PNDS</p> <p>Sector Económico Gabinete Ministro SEDL</p>

		recrutamento; Finalizar o Diploma Ministerial; Desenvolver a política de gestão e avaliação de desempenho, incluindo a prestação e sanção; Manutenção regular ao sistema de informação e recursos humanos; Finalizar o Desenvolvimento do Sistema de Gestão e Informação e implementar o projecto-piloto a nível nacional e distrital; Experimentar o Sistema de SJI, quer nacional quer distritalmente, com vista a garantir o seu funcionamento; Estabelecer o Sistema de Gestão de queixa.			DGDN DN-PNDS Sector Económico Gabinete Ministro SEDL DGDN DN-PNDS
Melhorar a gestão administrativa e financeira dos sucos.	Estabelecer uma política de gestão administrativa e financeira dos sucos	Prestar formação aos Chefes de Suco (442) e realizar os PAAS (442) nas áreas de Gestão, Administração e Finanças.	No 1º trimestre de 2015, a actividade realiza-se nos distritos de Aileu, Ainaro, Dili Lautem, Viqueque, Baucau e Manatuto. 240 Chefes de Suco capacitados e 240 PAAS realizados; 2º Trimestre de 2015 realiza-se nos Distritos Manufahi, Liquiçá, Ermera, Bobonaro, Oe-Cusse e Covalima. 202 Chefes de Suco capacitados e 202 PAAS realizados; No total 442 chefes de Suco capacitados e 442 PAAS realizados. Elevação da capacitação e conhecimento.		Sector Económico SEDL DGD DNDCAS
		Supervisionar as actividades e desempenho dos Chefes de Suco e PAAS; Monitorizar incentivos MCS/PAAS e Património de Sucos nas 442 Sedes de Suco.	Entre o 2º e o 3º trimestre, 442 Chefes de Suco e PAAS são avaliados sobre o desempenho e é actualizado o registo de património dos Sucos.		Sector Económico SEDL DGD DNDCAS
		Elaborar o esboço da revisão lei n.º 3/2009.	Lei de liderança comunitária e processo das eleições publicada no Jornal da República	Revista lei n.º 3/2009. Em cooperação com <i>The Asia Foundation</i>	Sector Económico SEDL DGD DNDCAS
		Realizar a limpeza e a recolha de lixo nos 21 sucos periodicamente.	21 Sucos urbanos da cidade de Díli limpos e saudáveis.		Sector Económico SEDL DGD DNDCAS
		Sensibilizar as comunidades nas áreas fronteiras e sucos isolados.	Paz e harmonia entre as comunidades dos sucos fronteiriços		Sector Económico SEDL DGD DNDCAS
		Treinamento na área de Gestão, Administração e Financeira e atendimento ao público. Renovar a nota de entendimento entre o MAE e a instituição DEPDAGRI - Indonésia	Programas de capacitação aos chefes de suco, PAAS e funcionários da DNDCAS realizados.		Sector Económico SEDL DGD DNDCAS
	Coordenar com os chefes de suco na mobilização da comunidade para participar nas eleições de liderança comunitária Organizar a tomada de posse dos chefes de suco	Mobilizar a comunidade para participar nas eleições; Realizar a cerimónia da tomada de posse dos chefes de suco eleitos; Imprimir os certificados de reconhecimento.	Máxima participação das comunidades e sucesso na realização das eleições; 442 chefes de suco empossados; Certificados atribuídos aos 442 chefes de suco		Sector Económico SEDL DGD DNDCAS

Plano Desenvolvimento Integrado Distrital. Atribuição do Orçamento de Capital de Desenvolvimento aos distritos para que possam desenvolver as suas próprias infra-estruturas.	Estabelecer um plano para uma melhor implementação do programa de desenvolvimento integrado distrital através da melhoria das infra-estruturas.	Realizar consultas às comunidades para definir as necessidades básicas em termos de infra-estruturas; Dar assistência técnica ao órgão do PDID sobre o processo de planeamento, ao dar especial atenção às prioridades e encontros de coordenação SKDD&SKDN Dar formação aos técnicos de PDID para melhorar o desenho e cálculo do custo do projecto; Coordenar as linhas ministeriais para melhorar o processo de planeamento do PDID; Revisão do decreto de lei nº 4/2012 sobre o processo do PDID; Realizar o processo de pré-qualificação a todas as empresas dos 13 Distritos; Realizar o concurso público para todos os projectos de PDID; Dar assistência técnica ao CDD para monitorizar e supervisionar a implementação de todos os projectos de PDID; Fornecer a assistência técnica pela equipa EVAS em matéria de dados sobre PDID, ao funcionamento do sistema da MIS (sistema de gestão e informação) a nível de Distrital e Nacional; Criar um sistema de gestão de informação do PDID.	100% de prioridades identificadas e que reflectem as necessidades básicas; Órgão de PDID e 13 CDD obtêm conhecimento sobre PDID; 42 Pessoas técnicas dos distritos têm melhor conhecimento sobre a preparação do desenho BoQ; Todos os sectores do distrito envolvidos no processo de planeamento do PDID; Melhoria do processo de implementação de PDID; Três regulamentos e o manual operacional aprovados; 100% das empresas locais, sedeadas em distritos estão qualificadas; Empresas qualificadas são informadas para implementação do PDID; Os projectos implementados baseiam-se nos contratos assinados; Avaliação dos resultados e a melhoria do sistema de gestão e informação de PDID são estabelecidas na Direcção Nacional de Desenvolvimento Distrital; Melhor implementação do PDID nos distritos.	O total orçamento de PDID é de USD 60.000.000	Sector Económico SEDL DGDL DNDD
Eficiência e eficácia na Administração Pública para prestar o atendimento satisfatório ao Ministério e ao público					
Coordenar os programas do ministério	Coordenar e facilitar a Implementação Integrada dos Programas das Direcções Nacionais	Elaborar, acompanhar e coordenar os planos e programas realizados por cada direcção, bem como avaliar o desempenho das mesmas.	Os programas do Ministério são implementados e serão entregues os relatórios de actividades das direcções.		Sector Administrativo e Financeiro Gabinete Ministro DG-AF
Melhorar a execução orçamental do MAE, salvaguardando a documentação do orçamento do Estado	Fortificar e Garantir Uma Boa Gestão de Finanças dentro do Ministério da Administração Estatal (MAE)	Elaborar a proposta de orçamento anual do MAE. - Verificar todas as propostas de execução do orçamento em cada entidade do MAE. - Preparar parecer técnico sobre gestão financeira. - Supervisionar e monitorizar a execução orçamental dentro do MAE. - Preparar os relatórios de execução do orçamento trimestrais e anuais dentro do MAE.	A proposta de orçamento do MAE é submetida ao Ministério das Finanças e aprovada pelo Parlamento Nacional e promulgada pelo Presidente da Republica. - Melhoria na gestão de execução orçamental. - Assegurar os relatórios para inspeccionar as Institucionais relevantes.		Sector Administrativo e Financeiro Gabinete Ministro DNF
Construir o novo Edifício Central do MAE	Melhoria na prestação de serviços e atendimento ao público	Preparar a documentação, nomeadamente: ToR, desenho, BoQ, soil test, terreno, etc.	Os documentos para construção do novo edifício central do MAE são concluídos.	Implementação da construção do edifício central ocorrerá em 2016.	Sector Administrativo e Financeiro DNF
Gestão e garantia de higiene e limpeza dos espaços públicos	Limpar as ruas protocolares	Compras de equipamentos pesados para limpezas.	Cidade Díli livre de lixo.		Gabinete do Ministro DNF
Adequação do mapa de pessoal de acordo com as	Reajustamento do Mapa de Pessoal do Ministério da	Preparação do processo de gestão de recursos Humanos dos Funcionários Públicos para	Preenchimento total das vagas de pessoal de Recursos Humanos do Ministério da Administração Estatal	Em 2015 irá ser feito o processo de recrutamento	Sector Administrativo DNRH

necessidades do Ministério	Administração Estatal	preenchimento de vagas de pessoal existentes.		com o total de 301 vagas. Os mesmos vêm para preencher as vagas disponíveis no Ministério.	
Publicação de documentos	Dar informação ao Público sobre o processo de tenderização	Executar o processo laboral de aprovisionamento.	Maior transparência no serviço de tenderização ao público	Cooperar com STL, RTTL, Timor Post, Incluindo também o sistema Free Balance	Sector Administrativo UAD
Aumentada capacitação dos funcionários da UAD	Aumentar a capacidade e conhecimento do funcionário da UAD sobre o sistema free balance e sistema de gestão administrativa	Dar formação de gestão administrativa e o planeamento aos funcionários da UAD	Melhoria no sistema de serviços de aprovisionamento com maior efectividade e eficiência 4 Funcionários (2 Mulheres e 2 Homens)	Em cooperação com INAP e MOF	Sector Administrativo UAD
Garantir as condições físicas da direcção nacional do aprovisionamento	Garantir o funcionamento das actividades de aprovisionamento	Estabelecer e melhorar as condições físicas do escritório	Aumento de espaço na sala e de equipamentos no escritório		Sector Administrativo UAD
Recrutamento de Funcionários UAD	Abrir vagas ao nível público e interno	Preencher a composição dos serviços de aprovisionamento	Melhoria no Sistema de serviços da UAD	Em cooperação com a Direcção Nacional de Recursos Humanos	Sector Administrativo UAD
Desenvolver um bom sistema de comunicação social e relações públicas	Amplificar o fornecimento de informação ao público através de serviços de tecnologia e informática	Manter e melhorar os serviços de atendimento Tecnológico e Informático; Assegurar o apoio técnico e administrativo com o objectivo de melhorar as condições de Tecnologia e Informática no ministério; Criar ou definir o sistema de comunicação em todas as instituições do Estado, Governo Local e comunidades.	Melhoria no atendimento de serviços informáticos e tecnológicos no ministério		DNPCS (sector tecnológico e informático) Gabinete Ministro DG-AF
Proporcionar uma boa documentação sobre todas actividades oficiais implementadas	Melhorar o sistema de documentação	Desenvolver o sistema de documentação das actividades do MAE para um melhor acesso do público às informações oficiais.	Desenvolvimento do sistema de gestão de comunicação e documentação.		Sector Tecnológico e Informático DNPCS Gabinete Ministro DG-AF
		Coordenar, em parceria com as agências, as actividades do SEDA, SEDL e de todas as direcções no âmbito da implementação das actividades planeadas.	Documentação de todas as actividades implementadas pelo MAE.		Sector Tecnológico e Informático DNPCS
Assegurar apoio técnico-administrativo no domínio protocolar e comunicação Social	Aumento da capacitação do pessoal responsável pelo protocolo e comunicação social	Prestar treinamento técnico aos oficiais do DNPCS no domínio protocolar, comunicação, documentação e relações públicas.	Os funcionários, técnicos, oficiais e protocolares dos distritos bem como os formadores foram capacitados no domínio protocolar, comunicação, documentação e relações públicas		Sector Tecnológico e Informático DNPCS
Desenvolver e organizar os eventos comemorativos da Nação.	Aumento da efectividade e eficácia nas comemorações de dias nacionais	Organizar as comemorações dos eventos nacionais	Boa organização e comemoração de todos os eventos nacionais: 20 de Maio, dia da Restauração da Independência da RDT, 30 de Agosto (dia de Consulta Popular) e 28 de Novembro (dia da Proclamação da Independência da RDTL)		Sector Tecnológico e Informático DNPCS Gabinete Ministro DG-AF
	Aperfeiçoar o funcionamento do sistema de planeamento do MAE	Assegurar o apoio técnico e administrativo ao Ministério no domínio do planeamento	Melhor acompanhamento às entidades do MAE nas áreas de planeamento; Melhoria na elaboração do PAA do ministério	Em cooperação com PNUD	Sector Planeamento DNPAGE
		Capacitação e formação aos funcionários de DNPAGE no domínio do planeamento.	Melhoria na gestão do planeamento do MAE. No segundo e terceiro trimestre de 2015, 6 pessoas irão receber formação: 3 mulheres e 3 homens.		Sector Administrativa DNPAGE

		Garantir a implementação do plano estratégico do Ministério e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado (PEDI)	As actividades anuais do MAE são planeadas em conformidade com os PEDN e PEDM		
Ter um bom funcionamento de sistema de monitorização, avaliação e pesquisa dentro do Ministério Administração Estatal.	Assegurar e controlar o sistema de monitorização de actividades dos serviços que integram o Ministério.	Assistir e relatar todas as actividades do MAE	O MAE tem um sistema de monitorização adequado para uma melhor prestação de serviços na área de monitorização e fiscalização dos programas implementados. Relatórios do MAE serão submetidos segundo o calendário estabelecido.		Sector Administrativo DNPACE
	Elaborar estudos de pesquisa sobre os programas implementados	Realizar pesquisas sobre as áreas temáticas importantes dentro do Ministério; Realizar a pesquisa sobre os censos populacionais de Timor-Leste.	Programas bem implementados; Censos anteriores actualizados.	Em sintonia com ministério das finanças, direcção nacional estatística.	Sector Administrativo e Pesquisa DNPACE
	Definir o enquadramento dos indicadores de avaliação das actividades desenvolvidas por cada serviço no Distrito	Elaborar relatórios distritais.	Avaliação das actividades do distrito é assegurada.		Sector Administrativo DNPACE
	Desenvolver um sistema de MIS para efeitos de planeamento, monitorização e avaliação ao nível distrital	Relatar as actividades do projecto de PDID.	Relatórios elaborados e baseados nas informações recolhidas pelo PDID.	Em cooperação com DNDD	Sector Económico DNPACE
	Garantir a elaboração e publicação dos relatórios mensal, trimestral e anual do MAE	Recolher, compilar e submeter os relatórios de actividades das direcções do MAE aos agentes do MAE e ao Gabinete do Primeiro-Ministro.	Elaborados, imprimidos e publicados os relatórios mensais, trimestrais e anuais do MAE.		Sector administrativo DNPACE
Ter um bom sistema de acções e programas de cooperação e assistência técnica Internacional dentro do MAE.	Elaborar o Diploma Ministerial da Cooperação externa do MAE	Acompanhar e guiar os parceiros de desenvolvimento que prestam apoio ao MAE	Organização das actividades do MAE com o apoio dos parceiros de desenvolvimento Os parceiros de desenvolvimento que apoiam as actividades do MAE estão organizados.		Sector Boa Governação DNPACE
Ter uma direcção de DNPACE fortalecida.	Coordenar, promover e desenvolver acções e programas de cooperação e assistência técnica internacional, no âmbito das atribuições do Ministério.	Apresentar propostas aos parceiros de desenvolvimento sobre as áreas prioritárias do ministério para respectivo investimento e apoio.	Boa coordenação entre o apoio prestado pelos parceiros de desenvolvimento e as necessidades das entidades relevantes do MAE no exercício das suas funções. A assistência dos parceiros de desenvolvimento que integram o MAE está coordenada de maneira a que as entidades relevantes do MAE possam ter apoio suficiente para exercer as suas funções.		Sector administrativo DNPACE Sector administrativo DNPACE
Melhorar a gestão patrimonial do Estado do MAE.	Garantir actualização de base de dados do património existente do MAE	Levantamento e identificação de dados patrimoniais do ministério, tais como viaturas e equipamento de escritório a nível distrital e sub- distrital.	Melhorar a gestão e planeamento na utilização do património do estado.		Sector Logístico DNLI
	Apoiar as instalações/ serviços do MAE.	Responder com rapidez às exigências das zonas isoladas através de visitas regulares dos funcionários logísticos.			Sector Logístico DNLI
		Melhorar as condições e facilidades de serviço através de actividades, tais como: reparar veículos, motorizadas e fornecer combustíveis para apoiar o trabalho do MAE em todo o território.			Sector Logístico DNLI
	Investir na manutenção e melhorar a qualidade do sistema de comunicação,	Melhorar o sistema de internet e novas instalações necessárias.	Providenciar com rapidez as informações e comunicações		Sector Logístico DNLI

	informação e tecnologia				
	Melhorar as condições de trabalho através da manutenção do edifício	Reabilitar dez WCs (edifício central)	Fornecer boas condições higiénicas aos funcionários do MAE e promover a saúde pública.		Sector Logístico DNLI
Promover o aumento da capacitação nas áreas de inspecção e auditoria	Melhoria da capacidade no controlo ou auditoria e inspecção nos 13 Distritos, 65 Sub Distritos e 442 Sucos	Elevação da qualidade dos funcionários técnicos e administrativos do GIGAI.	Os líderes comunitários dos sucos, agentes e funcionários administrativos gerem as suas actividades administrativas de forma mais eficaz e eficiente. Prevenção e redução da má gestão e administração nos DG, DN, AD, ASD e sucos.	GIGAI está a planear recrutar 4 funcionários/agentes técnicos de engenharia/construção civil, 2 funcionários/agentes de contabilidade ao nível do GIGAI do MAE e 13 funcionários para o cargo de director de fiscalização do distrito, bem como 13 funcionários administrativos (O recrutamento tem em consideração o balanço de género)	Sector Administrativo GIGAI
		Elevar a capacidade profissional dos funcionários do GIGAI	Os funcionários estarão aptos e com capacidades e habilidades a desempenharem as suas funções. Os funcionários participam nas formações profissionais, seminários nacionais e internacionais e estudos comparativos.	Todos os funcionários e agentes do GIGAI devem participar nas formações e seminários. Conta-se com o apoio de YPIA Jacarta Indonésia. Os Inspectores-gerais e Sub Inspectores do GIGAI podem participar nos seminários/ conferências ao nível regional e mundial. Aos Auditores conta-se com o apoio do Instituto Internacional Auditor Mundial	Sector Administrativo GIGAI
Conceptualização das tarefas de GIGAI pelo funcionários do MAE.	Aumento de consciência, entendimento e colaboração do funcionamento do GIGAI	Socializar as medidas de intervenção do GIGAI	Os funcionários e agentes do MAE e sucos cooperam e participam nos serviços do GIGAI. Prevenção e redução do número de irregularidades.		Sector Administrativo GIGAI
Garantir o cumprimento da lei/regulamento e qualidade dos programas e projectos.	Aumento de consciência na execução de programas mais credíveis, eficazes e eficientes. Redução do número de irregularidades, má gestão e administração. Aumento de boa execução orçamental segundo as normas financeiras. Aumento de boa gestão com base na eficácia e eficiência económica.	Inspecção e auditoria regulares e averiguação das irregularidades de gestão e má administração.	Todos os programas do MAE são implementados de acordo com a lei e calendário estabelecidos; As obras feitas são boa qualidade; Execução do orçamento segundo as normas financeiras; A gestão do património do estado é realizada com eficácia e eficiência económica; A equipa faz o processo de averiguação e formula as conclusões e recomendações; As irregularidades identificadas são relatadas ao Ministro do MAE.		Sector Administrativo GIGAI Sector Administrativo GIGAI
Promover a melhoria das condições físicas do escritório de GIGAI	Aumento da rede de obra nas áreas de controlo, desde a estrutura central do	Estabelecer e melhorar a condição física dos escritórios sucursais nos 13 Distritos.	Aumento do espaço /sala e do número de equipamentos/materiais de escritório. Condições físicas dos escritórios favoráveis à execução das	Gradualmente no ano fiscal 2015, o GIGAI planeia estabelecer 6 escritórios	Sector Administrativo GIGAI

	MAE até todos os sucus. Melhores condições do escritório com vista a promover a execução das actividades técnicas e administrativas do GIGAI.		funções de auditoria.	sucursais de fiscalização distrital em conformidade com a implementação do programa Pré-Desconcentração	
Facilitar os serviços administrativos.	Aumento da qualidade do atendimento administrativo diário.	Administrar e operar o escritório da inspecção-geral e auditoria interna.	Operação e administração diária eficazes e eficientes ao nível administrativo do escritório		Sector Administrativo GIGAI
Modernizar o Sistema Nacional de Arquivo para Melhor Conservar os Documentos do País					
Assegurar o Sistema Nacional de Arquivos e Zelar pela sua conservação e Preservação.	Obtenção de material de pesquisa para o acesso referente às 3 séries do Fundo da Administração Portuguesa (TP).	Descrever, organizar e inventariar as 3 séries de documentação do fundo da Administração Portuguesa (TP).	As três séries da documentação são descritas, organizadas e inventariadas.		Sector Administrativo DG-AN
	Obtenção de material de pesquisa para o acesso referente às 708 séries de Fundo da Administração da Indonésia (TI).	Descrever, organizar e inventariar as 10 séries de documentação do fundo da Administração da Indonésia (TI).	As dez séries de documentação são descritas, organizadas e inventariadas.		Sector Administrativo DG-AN
	Compor em séries os 280 metros lineares de documentação do fundo da Administração Indonésia.	Separar e seleccionar os 280 metros lineares da documentação para organização de acordo com o sistema de arquivo.	280 metros lineares da documentação são planeados, separados e organizados anualmente.		Sector Administrativo DG-AN
	Preservação digital	Digitalizar 1 série de documentos pertencente ao arquivo permanente de valor histórico.	Documentos digitalizados no sistema de conservação electrónica. Da série programada pelo menos 80 % estará digitalizada.		Sector Administrativo DG-AN
	Capacitação/formação.	Capacitar e dar orientação técnica sobre a gestão e sistema de arquivo pelo pessoal chave dos vários órgãos da Administração Pública.	100 funcionários dos vários órgãos da Administração Pública estão capacitados para apoiar a Implementação do Sistema Nacional de Arquivos.		Sector Administrativo DG-AN
	Capacitação/formação.	Capacitar e dar orientação técnica sobre a gestão e sistema de arquivo em 5 distritos.	Os funcionários técnicos em 5 distritos estão capacitados para apoiar na Implementação do Sistema Nacional de Arquivos da Administração Pública.		Sector Administrativo DG-AN
	Melhorar as infra-estruturas do Arquivo Nacional	Reabilitar o cerco e a instalação sanitária	O cerco e a instalação sanitária são reabilitados; Edifício oferece condições de segurança e de higiene aos seus funcionários.		Sector Administrativo DG-AN
	Cooperação com ANBR na formação dos técnicos do Arquivo	Capacitar os técnicos do arquivo	Os técnicos do arquivo estão capacitados para implementar o sistema nacional de arquivo	ANBR (Arquivo Nacional do Brasil)	Sector Administrativo DG-AN
Garante a Participação Livre da População nos Actos Eleitorais.					
Eleições livres, justas e credíveis ao nível do suco e municipal realizadas, respectivamente, em 2015 e 2016	Preparar os processos para a realização das eleições.	Preparar o plano operacional eleitoral; Proceder à aquisição de bens e serviços necessários à execução do plano operacional eleitoral; Recrutar e formar os oficiais eleitorais; Preparar e executar o plano de educação de eleitores; Instalar e iniciar o funcionamento dos Centros de Votação e Estações de Voto; Apoiar os processos de contagem e apuramento dos resultados eleitorais.	Plano Operacional Eleitoral preparado e pronto a ser executado; Bens e equipamentos necessários para a execução do plano operacional eleitoral adquiridos em conformidade com o quadro legal vigente; Plano de educação de eleitores aprovado e executado; Oficiais eleitorais recrutados e prontos a desempenhar funções; Eleições para as lideranças comunitárias tradicionais realizadas de forma livre, justa e pacífica, de acordo com o quadro legal vigente.	A intervenção ao nível da realização das eleições para as lideranças comunitárias tradicionais depende da evolução do respectivo quadro jurídico	Sector Boa Governação DG-STAE

		Formação académica dos funcionários do STAE a nível nacional e distrital	Melhorar as capacidades dos funcionários a nível eleitoral	A formação realiza-se na UNTL	DG-STAE
		Preparativos para a realização do recenseamento eleitoral no estrangeiro	Identificar os números eleitorais de cidadãos timorenses no estrangeiro		DG-STAE
		Realização de acordos bilaterais.	Realização dos estudos comparativos, capacitação, observação, apoio técnico e material da eleição, etc.	Os parceiros são ANFREL, PIANZEA, AEC	DG-STAE

Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente

Papel

O papel do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente passa pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política definida e aprovada pelo Conselho de Ministros para as áreas das actividades económicas comerciais e industriais, sector cooperativo, micro e pequenas empresas e ambiente.

Orçamento

O Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente tem um Orçamento de 25,316 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	14,302	21,355	25,316	26,328	27,382	28,477	29,616
Recorrentes	13,661	20,802	25,008	26,008	27,049	28,131	29,256
Salários e Vencimentos	1,581	2,339	2,339	2,433	2,530	2,631	2,736
Bens e Serviços	10,518	15,263	17,869	18,584	19,327	20,100	20,904
Transferências Públicas	1,562	3,200	4,800	4,992	5,192	5,399	5,615
Capital	641	553	308	320	333	346	360
Capital Minor	641	553	308	320	333	346	360
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	14,302	21,355	25,316	26,328	27,382	28,477	29,616
Recorrentes	13,661	20,802	25,008	26,008	27,049	28,131	29,256
Capital	641	553	308	320	333	346	360

Perfil de Funcionários

O Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 824 pessoas, composto por 339 funcionários permanentes, 89 cargos de direcção e chefia e 96 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 300 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO COMERCIO INDUSTRIA E AMBIENTE (MCIA)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Funcionarios Publico Actuais	2	-	2	4	1	5	25	5	30	86	33	116	93	46	139	32	2	34	7	3	10	249	90	339
Escala 1o	2	-	2	2	-	2	12	4	16	56	26	82	46	10	56	18	-	18	2	-	2	138	40	178
Escala 2o	-	-	-	1	-	1	11	1	12	25	7	32	43	36	79	12	2	14	5	3	8	97	49	146
Escala 3o	-	-	-	-	1	1	1	1	2	2	-	2	2	-	2	2	-	2	-	-	-	7	1	8
Escala 4o	-	-	-	1	-	1	1	1	2	3	-	3	2	-	2	2	-	2	-	-	-	7	-	7
Escala 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraçao Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	15	-	5	24	2	26	35	14	49	111	41	149	97	47	144	32	2	34	7	3	10	321	107	428
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	2	-	-	7	-	-	21	-	-	25	-	-	30	-	-	10	-	-	1	-	-	96
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	7	-	-	33	-	-	70	-	-	174	-	-	174	-	-	44	-	-	11	-	-	524
Mapa Pessoal 2016	-	-	35	-	-	35	-	-	70	-	-	65	-	-	55	-	-	25	-	-	15	-	-	300
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	35	-	-	35	-	-	70	-	-	65	-	-	55	-	-	25	-	-	15	-	-	300
Detalhe Cargo Direcção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Director Geral	10	-	10	-	-	1	1	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	11	1	12
Inspector Geral	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Director Nacional	1	-	1	12	-	12	3	2	5	5	1	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21	1	22
Director Distrital	-	-	-	8	-	8	1	-	1	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	12
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	6	7	13	16	7	23	4	1	5	-	-	-	-	-	-	26	15	41
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	13	-	3	20	1	21	10	9	19	25	8	33	4	1	5	-	-	-	-	-	-	72	17	89

Plano Anual do Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS+ INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Aumentar a produção agrícola de modo a reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar.					
Assegurar as reservas do stock nacional alimentar optando por medidas preventivas para enfrentar e prevenir possíveis crises alimentares.	Aquisição de produtos alimentares para a reserva nacional e intervenção do mercado e distribuição	Importar arroz para garantir reservas stock alimentar nacional.	Medidas preventivas de reservas alimentares nacionais para enfrentar possíveis crises (importação 15.000 tons de arroz).	Quantidades de importações de arroz irão ser gradualmente reduzidas, dependendo da produção doméstica.	Sector Económico + DGAF
		Intervir no mercado quando for necessário, de acordo com o Decreto-Lei nº 28/2011, sobre o preço justo.	Normalização dos preços e garantia da estabilidade de oferta dos bens essenciais nos mercados nacionais. (Intervenção 10,000 toneladas de arroz / ano).		Sector Económico + FSA / DGAF
	Introdução produtos locais no mercado e aumento gradual de rendimento das comunidades rurais	Comprar produtos locais	4 tipos de produtos: Milho 1500 toneladas; Neli 2500 toneladas; e Farinha de Casava 1500 toneladas; Farinha de Arroz 1500 toneladas.	Quantidade de compras depende da produção doméstica	Sector Económico + FSA / DGAF
	Assegurar o stock de arroz e produtos locais nos distritos	Estabelecer 5 armazéns distritais.	Stock de arroz e produtos locais assegurado. (5 armazéns: Natarbora – Manatuto; Hatu-udo – Ainaro; Uatu Carbau – Viqueque; Suai Vila; Baucau).	Armazéns irão ser construídos perto das áreas de produção agrícola.	Sector Económico + FSA / DGAF
	Loja do Povo	Estabelecer Lojas do Povo nos sub-distritos.	Facilitado o escoamento dos produtos locais e estabilidade de preços. Estabelecimento de 32 Lojas do Povo em 32 sub-distritos. Lojas do povo serão estabelecidas através das cooperativas identificadas	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas. 33 Lojas do Povo já estabelecidas no ano de 2013 e 2014	Sector Económico + DGAF / Gabinete do Ministro
	Centro de Formação	Estabelecer um Centro de Formação do Ministério e Gestão do Centro	Elevadas a capacidade dos agentes económicos. (Um Centro em Ulmera – Liquiça) Desenho preparado, fase de tenderização ADN	Financiado através de Fundo Infra-estrutura (Grandes projectos).	Sector Económico + DGAF / DNRH
	Edifício do Ministério	Construção do novo edifício do Ministério	Alcançada a eficiência e eficácia dos serviços (Um edifício, em Ex. Mercado Comoro – Dili). Desenho preparado, fase de tenderização ADN	Financiado através do Fundo Infra-estrutura (Grandes projectos).	DGAF (MCIA)
Prestação de Assistência na transformação de produtos agrícolas.	Reforçar a capacidade de produção da indústria de transformação de produtos agrícolas	Formação técnica para a introdução de tecnologia mais fácil/aplicável a 10 grupos da indústria alimentar e artesanato.	Formações sobre molho de tomate, produção de doçarias, marmelada, <i>Virgin Coconut Oil</i> , Sorisso, Cestaria/Homan, mobiliário e diversificação do produto Tais realizadas. Apoio dado para o aumento da quantidade e qualidade dos produtos necessários para exportação e consumo interno.		Sector Económico + DNIBC
		Organizar um estudo para identificar os produtos alimentares potenciais em 6 distritos.	Identificar 5 produtos principais para a criação de uma fábrica de processamento de produtos alimentares. Estudo será efectuado nos distritos de Lautem, Baucau, Ainaro, Aileu, Bobonaro e Covalima.	Este programa irá terminar em 2016	Sector Económico + DNIBC e DNPP
		Conceder apoio financeiro para suportar actividades dos grupos da indústria alimentar.	Fortificar o capital de 20 grupos de indústria no processamento de produtos alimentares.	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas	Sector Económico + DNIBC

		Conceder apoio financeiro para suportar a Indústria alimentar nutritiva.	Fortificar o capital de investimento e substituição dos produtos importados	Financiamento através do FT/SP em cooperação com a empresa Timor Global	Sector Económico + DNIBC
		Organizar/mobilizar os grupos da indústria nos 13 distritos para participar nas Expo Nacionais	Promover a produção de micro-indústria. 4 Feiras realizadas por ano, nos dias nacionais. 30 grupos participam em cada Feira		Sector Económico + DNIBC+DNIT
		Avaliar a Cadeia de Valor (<i>value chain assesment</i>) da indústria de Côco.	Melhorar e elevar o valor da indústria de côco. 2 grupos produtores de produtos de fibra e adubo com valor económico.		Sector Económico + DNIT
		Promover Produtos da Indústria Alimentar, através da realização de uma Mini Feira.	Promover a produção da indústria alimentar. (1 vez por ano)		Sector Económico + DNIBC
	Reforçar a capacidade dos grupos industria carpintaria	Prestar assistência técnica / treinamento a grupos de micro e pequenas indústrias de carpintaria.	Elevar a capacidade dos carpinteiros. 10 grupos de micro e pequenas indústrias de carpintaria participam nas formações.		Sector Económico + DNIT
		Fornecer equipamentos adequados às micro indústrias de carpintaria.	Elevar a qualidade de produção através da introdução de equipamentos adequados; 15 micro indústrias de carpintaria beneficiam do apoio.	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas	Sector Económico + DNIT
	Reforçar a capacidade da indústria de latarias/conservas	Apoiar a indústria de latarias/conservas	Fortificar a capital para elevar a produção. (1 empresa da indústria de latarias)	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas	Sector Económico + DNIBC
Aumentar os rendimentos dos timorenses através da criação de emprego					
Promover o Desenvolvimento Rural através de promoção e estabelecimento das Cooperativas, MPEs	Desenvolvimento do sector das cooperativas	Realizar sessões de sensibilização e treinamento básico às comunidades.	1.800 pessoas (800 mulheres e 1,000 homens) obtêm conhecimentos básicos sobre cooperativas.		Sector Económico + DNCMPes
		Formação aos gestores e membros das cooperativas, MPEs na área de cooperativas, gestão da organização, negócio e marketing, contabilidade, empreendedorismo e auditoria.	Melhorada a capacidade dos gestores de cooperativas - 25 programas de formação realizados devidamente - 750 membros (250 mulheres e 500 homens) devidamente formados e orientados		Sector Económico + DNCMPes
		Realizar 25 sessões de acompanhamento e aconselhamento às cooperativas, micro e pequenas empresas.	Prestados serviços de assistência. 25 cooperativas são melhor geridas.		Sector Económico + DNCMPes
		Transferir conhecimento e tecnologia às cooperativas de crédito, cooperativas de produção de bens e serviços.	Melhoria da capacidade das cooperativas. 5 cooperativas de crédito, 5 grupos de cooperativas de produção e 5 cooperativas de bens e serviços.		Sector Económico + DNCMPes
		Disponibilizar um fundo para as Cooperativas, MPEs através da aplicação do Regime Fiscal das Cooperativas.	Apoio financeiro a grupos de cooperativas e Micro e Pequenas Empresas (membros 500 M e 650 H) beneficiários directos e criam 420 postos de auto-emprego. (Assunção)	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas	Sector Económico + DNCMPes
		Apoiar os grupos cooperativos primários e secundários, e micro e pequenas empresas.	Fortificada a existência das cooperativas e grupos MPEs. Apoio financeiro e equipamentos adequados (25 cooperativas primárias e secundárias, e 25 micro e pequenas empresas).	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas	Sector Económico + DNCMPes

		Constituir Cooperativas Primárias.	Organizadas as cooperativas de acordo com os vários ramos de actividade. 26 Cooperativas primárias constituídas. Incluindo Cooperativa de Serviços (Táxi); Cooperativa Habitação; Cooperativa Interesse Público / Cooperativa de Rochas.		Sector Económico + DNCMPes
		Estabelecer a Lei das Cooperativas e Decreto-lei de Micro e Pequenas Empresas.	Regulariza a existência de cooperativas e MPes. 1 Lei da Cooperativa e 1 Decreto-Lei de MPes	Discussão interna	Sector Económico + DGIC
		Promover a produção de actividades das cooperativas, através de Feiras Nacionais e Internacionais	Produção das cooperativas promovida. Feiras realizadas 4 vezes por ano, nos dias Nacionais. Oportunidade para que 5 cooperativas sejam elegíveis para participarem numa Feira Internacional a realizar-se no estrangeiro.		Sector Económico + DNCMPes; DNPM
		Desenvolver os recursos humanos das cooperativas nas áreas de especialização, gestão e auditoria.	Realizar auditorias às cooperativas, micro e pequenas empresas. 10 auditorias feitas sobre 26 cooperativas de sucesso/modelo.		Sector Económico + DNCMPes
		Participar na conferência da AG-OCPLP, AG-ICA noutros países.	Estabelecidas relações de cooperação bilateral.		Sector Económico + DNCMPes
		Comemorar o Dia Nacional / Internacional da Cooperativa.	Valorizado o dia das cooperativas, através da oferta de prémios às cooperativas bem sucedidas.		Sector Económico + DNCMPes
		Estabelecer o Instituto de Seguro Crédito	Assegurado sistema de crédito para Cooperativas, Micro e Pequenas Empresas. (1 Instituto estabelecido em Dili)		Sector Económico + DNCMPes
	Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas	Estabelecer a Associação de Micro e Pequenas Empresas.	Organizar e facilitar micro-empresas		Sector Económico + DNCMPes
		Estabelecer Micro-crédito para Micro e Pequenas Empresas.	Micro e Pequenas Empresas apoiadas.	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas	Sector Económico + DNCMPes
		Consolidar a União de Micro Empresas de Timor-Leste (UNAME)	Fortalecer a UNAME		Sector Económico + DNCMPes
Promover e Desenvolver o Sector Industrial.	Estudo e levantamento de dados e monitorização	Realizar um estudo de viabilidade de zonas industriais para facilitar e acomodar o investimento interno e externo.	Identificados 2 locais para o estabelecimento de 2 zonas industriais	Estimar custo de cada projecto de zona industrial.	Sector Económico + DNIT
		Realizar um estudo para identificar produtos potenciais em 6 distritos.	Identificar 5 produtos principais para criação de uma fábrica de processamento de produtos alimentares como: peixe, carne, farinha de mandioca, pó de milho e hortaliça. Estudo será efectuado em 6 distritos: Lautem, Baucau, Ainaro, Aileu, Bobonaro e Covalima.	Estudo estará terminado em 2016	Sector Económico + DNPP e DNIT + DNIBC
		Levantamento de dados do sector da Indústria	Obter informações sobre o crescimento da industria anualmente. Levantamento de dados efectuada no 3.º trimestre de cada ano		Sector Económico + DNIT e DNIBC

	Reforçar a capacidade dos grupos e empresas industriais	Apoiar e introduzir a tecnologia industrial aplicável aos grupos de micro indústrias através do centro de formação USTIM	Prestação de assistência técnica / formação a 60 pessoas e apoio com equipamentos a 12 grupos. (produção de equipamentos)		Sector Económico + DNIT
		Formação técnica na área de indústria cerâmica, tijolo e indústria de pedras naturais.	Elevar a capacidade da micro- indústria. Formação técnica é dada a 2 grupos para produção de cerâmica, 4 grupos para produção de tijolo e 1 grupo para o mármore.	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas	Sector Económico + DNIT
		Apoio financeiro para a criação de grupos produtivos para promover a indústria de mel orgânico.	Melhorar a qualidade do mel produzido e respectivo empacotamento para satisfazer o mercado internacional. Estabelecer 2 grupos de pequenas indústrias de processamento Mel e Vela orgânicos.	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas	Sector Económico + DNIT
		Transformar fibra de casca de Côco	Matéria-prima para produzir: cadeiras, sofás, vassouras, tapetes, pastas, carteiras, vasos e outros acessórios	Financiamento através do Fundo Transferência / Subvenções Públicas	Sector Económico + DNIT
	Criação de mercados centrais para os produtos da indústria do artesanato	Criar mercados para produtos da indústria de artesanato.	Facilitar e promover a produção da indústria de artesanato. Construir 3 mercados em Maubara, Oecusse e Dili. Desenho e BoQ preparado	Financiamento através do fundo de infraestruturas / PDID	Sector Económico + DNIT e DNIBC
		Realizar curso de formação e treinamento aos grupos da indústria de artesanato.	Melhorar a qualidade do artesanato produzido. Formação a 5 grupos de micro indústria é realizada.		Sector Económico + DNIT
	Centro Indústria de Mármore	3.2.4.1. Criar um Centro de Apoio Técnico da produção da Indústria de Mármore.	1 centro de apoio no Ili-Manu – Manatuto; para capacitar os grupos da indústria de mármore. Foram identificadas ± 2 Ha terreno, em coordenação com Autoridades Locais. Desenho e BoQ preparado	Financiamento através do fundo de infraestruturas / PDID.	Sector Económico + DNIT
	Desenvolvimento do Padrão Nacional de Qualidade para os produtos industriais, aquacultura para importação e exportação	Estudo e desenvolvimento de um padrão nacional de qualidade	Garantia de qualidade da produção industrial de acordo com Padrões Nacionais / Internacionais e qualidade de produtos importados / exportados. Padrão Nacional de Qualidade estabelecido.		Sector Económico + DNIT e DNIBC + DNPP
		Comprar equipamentos para o funcionamento do laboratório.	Laboratório em funcionamento.		Sector Económico + DNIT e DNIBC
		Formação para os operadores de laboratório.	Os operadores são capacitados (5 pessoas).		DNRH - FDCH
Promoção, Desenvolvimento e Apoio aos Agentes Económicos	Estabelecimento Centro Logística Nacional	Estabelecimento de 3 Centros de Logística Nacional	Garantida a capacidade de armazenagem e oferta de bens essenciais. (3 centros em Manatuto, Suai e Maliana).		Sector Económico + DGAF-CLNTL (MCIA)
	Descentralização de Serviços do MCIA	Descentralizar os serviços MCIA.	5 serviços do MCIA descentralizados (emissão de licenças a micro e pequenas empresas; monitorização de preços, registo de dados das empresas industriais, cooperativas, SMEs; Monitorização das actividades da indústria e cooperativas, comércio e ambiente).		Sector Económico + DGAF (MCIA)
	Fortalecer a legislação e a administração pública em prol do desenvolvimento dos agentes económicos	Emissão de Licenciamento de Negócios	Processamentos eficientes para licenciamento de empresas. Prazo de obtenção da licença de negócios ± 3 dias úteis. Actividade rotina		Sector Económico + DNCI
		Autorização para actividades publicitárias e estabelecimento de negócio.	Actividades publicitárias regularizadas e estabelecimento de negócio. Actividade rotina		

		Emissão de Micro ID aos vendedores	Fácil de identificar e fácil para capacitar os negociantes. Fácil para controlar atividade económica e os negociantes tomam conhecimento sobre as suas limitações de uso nas áreas protegidas; Atividade rotina.		
		Emissão de certificados de marcas comerciais.	Marca comercial dos produtos regularizada. Atividade rotina		
		Realizar o cadastro, vistoria e alvará dos estabelecimentos que desenvolvem actividades económicas na aplicação do Decreto-lei no. 24/2011.	Localizados todos os estabelecimentos comerciais e empresariais. Atividade rotina.		Sector Económico + DNCI
		Emitir certificado de origem para exportação do Café Timor.	Garantida a origem e qualidade dos produtos exportados de Timor-Leste. 5% do Café Timor exportado obtém certificado de origem.		Sector Económico + DNCE
	Concepção de financiamento aos agentes económicos	Subvenções Públicas para os grupos da indústria, cooperativas e MPE's .	200 grupos industriais, 90 cooperativas e 100 MPE's recebem apoio para o auto emprego e melhoramento da qualidade dos produtos.	Fundo Subvenções Públicas	Sector Económico + MCIA
		Desenvolvimento de novos produtos através da Loja do Povo.	Dois produtos (maizena e arroz) serão promovidos no mercado doméstico através do programa "Loja do Povo" e aumento do valor acrescentado dos produtos através do programa "Um produto, Um subdistrito".		Sector Económico + DNPM, DNCMPes
	Desenvolvimento da Infra-estrutura de mercados	Estudo e desenhos para o futuro estabelecimento/ construção <i>Duty free Warehouse</i>	Agricultores de 12 distritos poderão beneficiar. Estabelecido 1 <i>Duty free Warehouse</i> em Dili Fase de estudo, desenho e BoQ	Financiamento através do Fundo Infraestrutura (grandes projectos)	Sector Económico + DNCI
		Ampliar 3/ Ha do terreno do actual mercado para construção de um mercado moderno integrado como centro comercial	1. Alargamento do mercado existente para acomodar 3000 vendedores. Financiamento de estudo- desenho e a respectiva construção BOT/PPP. 2. Estudo e desenho para o mercado integrado e moderno de Taibessi (6 Ha)	Financiamento através do Fundo Infraestrutura – BOT / PPP	Sector Económico + DNCI
		. Estudos e desenhos para os futuros mercados municipais.	Realizado o escoamento de produtos distritais locais. (3 Mercados municipais: Liquiça, Ermera e Aileu) Fase de estudo, desenho e BoQ	Financiado através do Fundo Infraestrutura (Grandes projectos).	Sector Económico + DNCI
		Estudo e desenho para o futuro mercado moderno e integrado como centro comercial em Baucau.	Promovida a concentração das actividades comerciais. Desenvolver um mercado em Baucau. Fase de estudo, desenho e BoQ	Financiado através do Fundo Infraestrutura (Grandes projectos).	Sector Económico + DNCI
		Construção IV fase do mercado de Manleuana.	Atividade comerciais concentradas.		Sector Económico + DNCI
		Construção de mercados municipais	Realizado o escoamento de produtos distritais locais (3 Mercados municipais: Manatuto, Maliana e Ainaro) Fase de construção Desenho preparado, fase de tenderização ADN	Financiado através do Fundo Infraestrutura (Grandes projectos).	Sector Económico + DNCI
		Construção do mercado, recreação e terminal de trânsito em Loes / Vatuboro	Instalações criadas para os passageiros entre Dili-Maliana-Kupang e centro de transacções de venda e compra. Fase de construção Desenho preparado, fase de tenderização ADN	Financiado através do Fundo Infraestrutura (Grandes projectos).	Sector Económico + DNCI

		Estudo e desenho para a futura construção “ <i>Sunset Beach Trade</i> ” Bebonuk - Dili	Actividades de comércio na área da praia de Bebonuk promovidas. Fase de estudo, desenho e BoQ.	Financiado através do Fundo Infraestrutura (Grandes projectos).	Sector Económico + DNCI
	Melhorada a capacidade dos agentes económicos	Facilitar a formação para empresários nacionais sobre ‘Gestão de Exportação e Importação’.	Definição de requisitos apropriados para empresas importadoras e exportadoras (5 empresários nacionais)		Sector Económico + DNCE
		Formação de vendedores e de negociantes, no estrangeiro	Capacitar os negociantes a desenvolverem bons negócios. 20 negociantes formados na área de negócios.		Sector Económico + DNCI e DNRH
		Formação em Gestão de Mercados na Indonésia	Formação em gestão de mercados disponibilizada. 13 gestores de mercados são capacitados.		Sector Económico + DNCI e DNRH
Fomentar o ambiente para a diversificação económica					
Promoção e desenvolvimento do sector comercial.	Exploração e promoção produtos potenciais	Realizar estudos de produtos potenciais para a exportação.	Aumento de volume de exportação formal. Aumento do papel das empresas exportadoras. 6 Produtos identificados (kami, kinur, cassava, coco, amendoim, água mineral), produção estimada entre 50 a 500 toneladas.	Cooperação com MAP e sector privado	Sector Económico + DNPM e DNPP
		Promoção dos produtos potenciais que podem ser introduzidos no mercado.	Produtos potenciais promovidos. Realização de seminários (4 vezes / ano) e produção de 1000 brochuras.		Sector Económico + DNPM
		Organização de Feiras Nacionais	Produtos nacionais promovidos. Feiras realizadas nos dias nacionais (20 de maio, 30 de Agosto, 28 de Novembro, Dia da Cooperativa).		Sector Económico + DNPM
		Organização e Participação nas Feiras Internacionais.	Promover os produtos nacionais no mercado internacional. Feira de Milão (café); Feira Macau-China;	Financiamento através do FT/SP	Sector Económico + DNPM e DGIC
		Publicação de Informação sobre o Comércio Interno	Quadro de Avisos criado; Panfletos e Brochuras produzidos; Anúncios/rodapés televisivos produzidos.		Sector Económico + DNCI
		Celebração 500 Anos em Oecusse	Grupos de indústria e cooperativas mobilizadas. (30 grupos de Indústria e 20 cooperativas)		Sector Económico + DGAF
	Protecção dos Consumidores	Controlo e inspecção das actividades comerciais e industriais, bem como da qualidade dos produtos consumíveis.	Assegurada a concorrência leal no mercado e garantida a qualidade dos produtos. Actividade rotina, realizada mensalmente em Díli e trimestralmente nos restantes distritos.		Sector Económico + IAE e DNRC
		Controlo da quantidade de combustíveis através de calibração, medidas / terra para obter medida justa.	Garantida a quantidade de venda dos combustíveis em todas as estações no território nacional. Actividade rotina, realizada mensalmente em Díli e trimestralmente nos distritos		Sector Económico + IAE
		Construção e instalação de equipamentos para efectuar os serviços de calibração de TUM.	Garantir a quantidade de combustível de acordo com padrões legais. (quantidade que está registada na quilometragem do veículos)	Facilitar o staff técnico para fazer o controlo da quantidade de combustíveis	Sector Económico + IAE
		Realizar calibração dos aparelhos de medidas e da qualidade dos produtos empacotados, incluindo a realização de fiscalização constante.	Garantida a quantidade de acordo com os padrões legais. Actividade rotina		Sector Económico + IAE
		Conceder autorização e inspecionar as actividades promocionais e publicitárias (DL. 51/2011).	Garantida a qualidade de informação, minimizando a falsificação de informações. Inspecção às publicitárias para os produtos consumíveis. Actividade rotina, realizada mensalmente em Díli e		Sector Económico + DNCI, DNRC, IAE

	Regulamentar atividade comercial		trimestralmente nos distritos.		
		Desenvolver os padrões nacionais de qualidade e a protecção dos consumidores para os produtos industriais, aquicultura processado e importações e exportações.	Qualidade da produção industrial de acordo com Padrões Nacionais e Internacionais garantida. Compra de equipamentos para o funcionamento do laboratório efectuada. Formação para os operadores (5 pessoas) de laboratório.		Sector Económico + DNIT, DNRC, IAE
		Controlar os stocks alimentares, materiais de construção e combustíveis no mercado.	Garantida a estabilidade do stock, prevenção das manipulações de preços e esvaziamento no mercado. Actividade rotina Controlo efectuado mensalmente, principalmente nas lojas com actividades de importação.		Sector Económico + DNRC e IAE
		Aplicar a Lei nº 4/2011 sobre crimes de açambarcamento e especulação.	Número de infracções diminui permitindo a normalização do fornecimento e dos preços. Actividade rotina	Actividade rotina	Sector Económico + DNRC, IAE
		Implementar o Decreto-lei no. 28/2008 de 13 de Agosto, sobre o abastecimento público de bens essenciais e gestão dos efeitos negativos da inflação.	Assegurada a estabilidade de oferta dos bens essenciais e o controlo atempado dos efeitos negativos de inflação. Actividade rotina Controlo efectuado mensalmente		Sector Económico + DNRC
		Implementar o Decreto do Governo no 13/2008 de 13 de Agosto sobre Regulamento de intervenção no abastecimento público e nos preços.	Assegurada a estabilidade de oferta dos bens essenciais e o controlo atempado dos efeitos negativos de inflação. Actividade rotina Controlo efectuado mensalmente		Sector Económico + DNRC
		Proceder à revisão parcial da Lei Tributária para ser aplicada na taxa de tributação da importação de bebidas alcoólicas e de cigarros.	Fixação de tarifa e taxa através da emissão de selos. Programa rotina, em coordenação com ministério e instituições relevantes		Sector Económico + DNRC e Gabinete Jurídico
		Conter a importação de alguns bens para consumo doméstico.	Incentivada, estimulada e elevada a produção nacional. Produtos nacionais, que são produzidos no interior do País, são protegidos.		Sector Económico + DGC, DGIC
		Disseminar a Lei nr. 29/2009 sobre preço justo.	Consciencialização pública sobre a Lei no Distrito de Covalima		Sector Económico + DNRC
		Estabelecer um padrão nacional de preços e qualidade dos produtos.	Estabelecido um padrão de preços unitários para os bens essenciais e materiais de construção para garantir a qualidade dos produtos importados e produtos nacionais no mercado com um preço razoável.	Cooperação serviço com SUCOFINDO – Indonésia.	Sector Económico + DNPP e DNRC
		. Elaborar um quadro legal para o sector do comércio.	Agentes Económicos operam e estabelecem as suas actividades de negócio nos termos da Lei: Decreto-Lei do Mercado; Decreto-Lei de Licenciamento; Decreto-Lei de Estabelecimento; Decreto-Lei de Pré – Qualificação; Decreto-Lei de Vistoria; Decreto-lei Protecção de Consumidores e Tata Niaga Água Potável;		Sector Económico + DNCI e DNRC
		Elaborar legislação/ regulamentos na área do Comércio Internacional	Leis para actividades de exportação e importação produzidas. Lei para o Certificado de Origem produzida		Sector Económico + DNCE

		Fiscalizar, monitorizar, vistoriar e acompanhar	Actividades do comércio interno devidamente acompanhadas. Atividade rotina		Sector Económico + DNCI
	Reforçar a cooperação comercial internacional (multilateral, regional, bilateral)	Colocar Adidos Comerciais.	Consolidadas as relações de comércio e amizade com países parceiros (Indonésia, Portugal, China, Singapura).	Incluindo sub-Adido em Surabaya- Indonésia	Sector Económico + DNCE
		Participar nas Conferências Internacionais (ASEAN, WTO, ICO, CPLP, SOM Scorecard, SOM CTF, JMC, etc).	Assegura e aumenta a cooperação bilateral, regional e multilateral na área do comércio com países amigos / parceiros.		Sector Económico + DNCE
		Coordenar com países parceiros para assinar memorandos de entendimento (MdE).	Cooperação bilateral com bases legais no sector económico.		Sector Económico + DNCE
	Cooperação Interministerial	Aumentar a viabilidade de circulação de produtos, sejam bens de primeira necessidade, sejam matérias- primas.	Responder às necessidades básicas da sociedade, bem como as necessidades de matérias-primas para a indústria, satisfazendo os requisitos de qualidade, saúde, segurança e meio ambiente.		Sector Económico + DNCE
		Criação de uma equipa conjunta com ministérios relevantes para facilitar as actividades passe fronteira.	Eficiência no controlo da circulação de produtos no mercado fronteira (Oecusse, Bobonaro e Covalima)		Sector Económico + DNCE

As necessidades de desenvolvimento da geração presente em Timor-Leste estão satisfeitas sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Maior capacidade de se adaptar ao impacto das mudanças climáticas	Alteração / Mudanças Climáticas	Estabelecimento de Grupo Coro (<i>multi stakeholder</i>) do Centro Nacional de Alterações Climáticas para análise de recursos, tecnologia, etc.	Conduzidas investigações e observações sobre questões de alteração climática, de modo a assegurar a recolha de dados sobre impactos de alterações climáticas e encorajadas inovações tecnológicas em prol da adaptação e mitigação.	Cooperação com Universidades Nacionais	Sector Social + DNAAIAC
		Capacitar os funcionários sobre as alterações climáticas e a biodiversidade.	Melhoramento do centro de serviços de mudança climática a nível nacional e distrital, base de dados, inventariação, pesquisa e desenvolvimento tecnologia. 4 Funcionários qualificados sobre o desenvolvimento de tecnologia na área da mudança climática.	Orçamento parceria entre o governo e doadores	Sector Social + DNAAIAC
		Implementação do Programa de NAMAS e NAPS	Programa de NAMAS e NAPS implementado	Coordenação com Agências implementadoras.	Sector Social + DNAAIAC
		<i>Second National Communication</i> (SCN), Preparação de Proposta (PIF) no Project Grant submeter para GEF	Propostos programas e actividades do <i>Second National Communication</i>	Financiamento em parceria entre Governo e Agência <i>Global Environmental Facility</i>	Sector Social + DNAAIAC
		Avaliação e acompanhamento dos locais vulneráveis por causa do impacto das mudanças climáticas através da Implementação do Projecto USP (<i>University South Pasific</i>).	Minimizados os riscos do impacto das mudanças climáticas. Realizado no Suco Lako Mesak, Sub Distrito Lacro, Suco Laco Mesak, Sub distrito Laga, e Suco Ulmera, Sub Distrito Bazartete (Projecto reabilitação de facilidades de água potável para as comunidades)	Financiamento da União Europeia	Sector Social + DNAAIAC
		Criar uma Comissão das Alterações Climáticas (Alto Nível).	Obtido o apoio de alto nível para preencher os requerimentos na implementação de convenções.		Sector Social + DNAAIAC

		Formular a Lei e o regulamento das Alterações Climáticas.	Conhecimentos adquiridos sobre alterações climáticas. Leis e regulamentos formulados.		Sector Social + DGMA / DNAAIAC
		Operacionalização dos projetos relevantes como <i>Clean Development Mechanism</i> (CDM) incluindo institucionalização e funcionamento do AND.	Acesso ao crédito do carbono através da implementação do projecto CDM. 2 Projectos obtêm aprovação (ADN)		Sector Social + DNAAIAC
		Operacionalização Coordenação interministerial sobre as alterações climáticas.	Importância das alterações climáticas introduzida nos seus projectos.	Apoiado pelo PNUD	Sector Social + DNAAIAC
	Minimizar os impactos dos desastres naturais	Criar Centros de Atendimento (CDOD) para a prevenção, mitigação e redução dos impactos de desastre naturais.	Prevenção, mitigação e redução dos impactos de desastre naturais 65 famílias nos 13 distritos são atendidas		Sector Social + DNMA
Protecção e Conservação das Floresta, Terras e Mar.	Gestão Floresta (AMB-6)	Criação de Viveiros comunitários	Plantado um milhão de árvores por ano em todo o país, através de apoio aos grupos e organizações interessantes (20 grupos / organizações)	Financiamento através de fundo transferência / subvenções públicas.	Sector Social + DNMA
		Plantação de Bambu para protecção e evitar a degradação das terras (<i>watersheet management</i>)	Redução do risco de desabamento de solos nas margens das ribeiras e estradas.	Financiamento através de fundo transferência / subvenções públicas.	Sector Social + DNMA
		Apoio aos grupos identificados para a implementação do programa de reverdejamento das zonas críticas e áreas protegidas, incluído viveiros e energia alternativa na substituição de consumo de lenha. Apoio às comunidades afectadas por desastres naturais.	Protegido o ambiente através do apoio a 75 grupos.	Financiamento através de fundo transferência / subvenções públicas.	Sector Social + DNMA
		Promover a ligação entre o povo Timorense e o ambiente natural através da realização de cerimónias e práticas tradicionais como o Tara bando.	Implementada e acompanhada a revitalização ambiental e realização dos rituais tradicionais, sabedoria local e o tara bando (realizado em 30 aldeias)	Implementação de actividade através de cooperação com líderes comunitários.	Sector Social + SEMA + DNMA
	. Gestão de recursos das águas costeiras	Desenvolver a política de gestão das bacias hidrográficas das zonas costeiras.	Protecção e conservação das zonas costeiras contra ameaças de inundação e destruição nos Distritos de Dili, Lautem, Bobonaro, Covalima, Baucau, Manufahi, Liquica, Manatuto e Viqueque.	Conforme o plano (UNCBD e (NBSAP) de acordo com a política do Governo	Sector Social + DNPRB
		Proteger o ambiente nas áreas protegidas.	Programa piloto de conservação, monitorização e identificação.	Financiamento através do fundo transferência / subvenções públicas.	Sector Social + DNPRB
		Protecção do Parque Nacional Nino Konis Santana.	Parque Nacional Nino Koni Santana como parque Zoológico e Botânico	Financiamento através de fundo transferência / subvenções públicas.	Sector Social + DNPRB
		Protecção e conservação de zonas (Tilomar, Ramelau, Fatumasin, Ataúro – Manucoco, Matebian, Kablake, Builo, Rio Clere, Lore, Monte Paitchao & Lake Iralalaro, Jaco Island, Monte Diatuto, Be Malae-Atabae, Maubara, Mak Fahik & Monte Sarim, Tasitolu, Costa Areia Branca, Monte Curi & Estuário de Irabere and Iliomar).	9 zonas protegidas e conservadas em 2017 (programa plurianual)	Financiamento através do fundo transferência / subvenções públicas.	Sector Social + DNPRB
		Prevenção de riscos contra ataques de crocodilos	Ribeiras / Lagoa cercados em 4 Distritos (Lautém Viqueque Manufahi, Cova Lima) até 2016	4 ribeiras nos distritos (Lautém Viqueque, Manufahi, Covalima)	Sector Social + DNPRB
Protecção de Biodiversidade.	Zonas Conservação	Conservação da biodiversidade marítima e implementação do Tratado <i>Coral Triangle</i> .	Redução das práticas de pesca ilegal e implementação do Tratado <i>Coral Triangle</i> .		Sector Social + DNPRB
		Organização, Mapeamento e Re - Ordenamento de Tasi-tolu como espaço verde e espaço publico de	Adaptação às mudanças climáticas e conservação de espécies animais		Sector Social + DNPRB e DNMA

		carácter sócio-eonómico e ecológico.			
Redução de Poluição.	Mecanismo do controlo da Poluição	Elaborar o regulamento de controlo da poluição do ar, ruído e solo e poluição atmosférica dos gases emitidos pelos veículos.	Regulamento sobre importação de veículos em segunda-mão.		Sector Social + DGMA
		Organização do sistema de esgotos nos 13 distritos.	Reduzir a poluição ambiental causada por resíduos industriais. Monitorizar regularmente as actividades da indústria que produzem resíduos nos 13 distritos.		Sector Social + DNMA
	Criação da Indústria de Reciclagem	Colocação de eco-pontos (AMB-14).	Valor acrescentado da reciclagem orgânica e não orgânica		Sector Social + DNMA
		Criação de mecanismo para gestão e processamento de lixo.	Estabelecimento de um processamento de lixo em 9 distritos	Fonte de Financiamento através de parceria entre Governo e Investimento externo (Modalidade BOT)	Sector Social + DNMA
	Combate HCFC (<i>Hydrocloro fluoro Carbons</i>).	Disseminação da Lei / Regulamentos ODS para os empresários importadores ODS (<i>Ozone Depleting Substance</i>) e parceiros.	Redução o uso de gases das estufas causadoras da mudança climática. Disseminação realizado em Díli, para os empresarios importadores ODS.		Sector Social + DNAAIAC
		Emissão de certificados de registo e licença aos importadores HCFC.	Importação de HCFC regularizada. 6 importadores obtêm certificados.	Importadores HCFC	Sector Social + DNAAIAC
		Desenvolvimento do programa alternativo ODS das companhias importadoras e consumidoras.	Existe alternativa ODS para as empresas e consumidores	Financiado pela UNEP	Sector Social + DNAAIAC
		Estabelecimento do Centro de Formação HCFC.	Formação aos operadores oficina no melhoramento de HCFC R22. Lugar da formação: Centro de Formação SENAI e Dom Bosco, Comoro.	Financiado pela UNEP	Sector Social + DNAAIAC
		Realizar a pesquisa sobre dados de importação HCFC em Timor-Leste.	Ter informação actualizada sobre HCFC e o seu impacto. Relatório sobre importação anual HCFC produzido para o Secretariado UNEP e Governo.		Sector Social + DNAAIAC
Maior conscientização do público sobre a conservação ambiental.	Consciencialização	Sensibilização ambiental e convenções ambientais em todo território.	Entidades têm conhecimento sobre a importância do meio ambiente em 6 distritos (Manatuto, Lospalos, Ainaro, Same, Aileu, Oecusse), através de informações transmitidas via boletim, brochuras, TVTL, jornal, etc.	Financiamento em parceria entre Governo e doadores (UNEP)	Sector Social + DGMA e DNPRB+DNMA+DNAAIAC
		Comemoração do dia mundial do ambiente, 5 de Junho, dia mundial da Biodiversidade, 22 de Maio, e dia do Ozono, 16 de Setembro.	Valorizar o dia mundial do ambiente. Actividades da comemoração de dias mundiais relacionadas com o ambiente. Comemorações realizadas em 2 distritos.	Financiamento em parceria entre Governo e doadores	Sector Social + DGMA
		Realização da competição do programa nacional de SUCOS SAUDÁVEIS	Comunidades são motivadas para preservar o ambiente saudável. Dili e restantes 12 distritos, com foco mais para regiões	O resultado será anunciado no dia da comemoração mundial do ambiente	Sector Social + DGMA + DNMA
Estabelecimento de relações de cooperação internacional nos sectores do ambiente.	Cooperação técnica na area do meio ambiente	Participar nos encontros e Conferências internacionais sobre a prevenção das alterações climáticas (COPs) em cada ano, Conferências a nível da CPLP e conferência nível regional para UNFCCC quatro vezes/ano, Montreal Protocolo, OZONE quatro vezes/ano e ASEAN.	Ampliada a consciência global (Internacional). Governo de Timor-Leste está representado nos fóruns internacionais; Secretariado informado sobre as convenções ambientais e sobre os programas que TL tem realizado e problemas enfrentados, com base nos requerimentos da convenção.	Timor-Leste ratificou a UNFCCC em 2006, e o Protocolo Montreal em 2009	Sector Social + DNAAIAC e SEMA

		Implementação dos acordos multilaterais ambientais regularmente ratificados.	Actualizadas as convenções internacionais (Convenção RIO e VIENA).		Sector Social + DNAAIAC
Reforço a Capacidade Institucional (MCIA)					
Estudo e Pesquisa.	Desenvolve Estudo e Pesquisa na área de intervenção do Ministério	Estudo e análise das áreas prioritárias do Ministério.	Disponibilização de dados e informação sobre desenvolvimento do sector de comércio, indústria e cooperativa, micro e pequenas empresas.		DNPP
		Estudo e acompanhamento da execução do fundo de transferências / subvenções públicas.	Eficácia da utilização de fundo pelos beneficiários		DNPP + Auditoria Interna
		Actualização e compilação de dados estatísticos.	Publicação de dados estatísticos (livro estatístico do MCIA produzido)		DNPP
Desenvolvimento Recursos Humanos do Ministério.	Recrutamento Novos Funcionários	Recrutamento 24 Novos funcionários para 12 distritos	Serviços do MCIA reforçados ao nível dos distritos e preparação do programa de Pré-Desconcentração / municípios. (Nível-6 : 12 pessoas e Nível-5 : 12 pessoas)		DNRH - DGAF
	Formação e Capacitação dos Funcionários	Capacitação dos funcionários na área do Comércio Internacional	Melhorar a capacidade dos funcionários 6 funcionários especializados na referida área		DNRH
		Cursos de Língua Portuguesa e Inglesa	Melhorar a capacidade dos funcionários 100 funcionários frequentaram os cursos		DNRH
		Curso de Liderança	Melhorar a capacidade dos funcionários 60 funcionários frequentaram o curso		DNRH
		Curso de Inspeção Alimentar	Melhorar a capacidade dos funcionários 22 funcionários frequentaram o curso		DNRH
		Capacitação dos funcionarios (cargo chefia) na área de Gestão de Projectos.	Melhorar a capacidade dos funcionários 20 funcionários participaram no referido curso. (2 semanas)		DNRH
		Capacitação dos funcionários na área da Logística	Melhorar a capacidade dos funcionários 20 funcionários públicos participaram		DNRH
		Bolsa de Estudo para os funcionários na área Jurídica e Gestão	Melhorar a capacidade dos funcionários 16 funcionários.		DNRH
		Curso Indução Funcionários	50 novos Funcionários participaram		DNRH
		Treinamento na área de <i>Database online</i> e <i>Web design</i>	Melhorar a capacidade dos funcionários 10 funcionários capacitados na área de <i>Database online</i> e <i>web-design</i>		DNPP e DNRH
		Treinamento de IT, Liderança e de Administração e Finanças, na Indonésia	Melhorar a capacidade dos funcionários 10 funcionários formados nas referidas áreas.		DNCI e DNRH
		Treinamento sobre Gestão de exportação e importação no BPPI-Jakarta, Indonésia	Melhorar a capacidade dos funcionários 5 funcionários adquirem conhecimentos na área de gestão de exportação e importação		DNCE e DNHR

	Formação Profissional (FDCH)	Formação na área de Estandardização da qualidade dos produtos (funcionamento de laboratório: química, física e biológica), <i>Trade Low</i> e Análise Estatística.	Obter os melhores alunos da Universidade (20 pessoas; 10 F e 10 M) nas áreas requeridas irão receber formação. Obter recursos qualificados como analistas de laboratório, <i>Trade Low</i> e Análise Estatística.	Os formados irão reforçar os serviços de laboratório, planeamento e regras comerciais. Financiamento através de Fundo de Desenvolvimento Capital Humano	DNRH
Seminários.	Realização de Seminários	Disseminação de Leis e Decreto-lei funcionalismo público	Disseminação para todos funcionários do MCIA a nível nacional e distrital.		DNRH
		Seminário para discussão do Plano de Execução Programa Trimestral	Uniformização e calendarização do plano de execução do Ministério		DNPP
		Seminário para discussão do Plano de Acção Anual	Discussão e elaboração do Plano de Acção Anual do Ministério		DNPP
		Seminários para disseminação de Leis e Decreto-Leis do Comércio	Leis e decretos-lei disseminados		DNCI e DNRH
Publicação do Programa e Actividades do Ministério.	Publicação de Informação de serviços do MCIA através dos Media	Pacote do programa Televisão "ITA MOS BELE"	Actividades dos grupos beneficiários do Ministério divulgadas.		Gabinete de Media MCIA
		Programa Radio	Actividades dos grupos beneficiários do Ministério divulgadas.		Gabinete de Media MCIA
		Criação de Aparelhos Digitais (Televisores)	Ordenamento da Cidade e publicidade da informação		Gabinete de Media MCIA
		Anúncios das actividades do MCIA através da Televisão e anúncios.	Publicação das actividades dos grupos beneficiários do Ministério		Gabinete de Media MCIA
		Produção de Buletin 'SERVIR'	Actividades dos grupos beneficiários do Ministério divulgadas.		Gabinete de Media MCIA
		Produção e Publicação sobre o Perfil dos Grupos da Indústria e Cooperativas (Livros).	Perfil dos grupos de indústria e cooperativas em Timor Leste publicado.		Gabinete de Media MCIA

Ministério da Solidariedade Social

Papel

O Ministério da Solidariedade Social é o órgão central do Governo responsável por desenvolver e implementar políticas aprovadas em Conselho de Ministros nas áreas da Segurança Social, Assistência Social, Gestão de Desastres e Combatentes Nacionais. O Decreto-Lei N.º 10/2008, de 30 de Abril, reforça as funções do Ministério de acordo com as suas competências, conforme definidas na sua missão e visão.

Visão – Solidariedade Social, Protecção Social e Justiça Social para todos em Timor-Leste.

Missão:

- Promover a solidariedade social e a assistência para todos;
- Garantir segurança social para todos;
- Garantir justiça social e reintegração de grupos vulneráveis;
- Reconhecer e valorizar antigos Combatentes da Libertação Nacional;
- Garantir a protecção da vida humana, dos bens e do ambiente em relação a desastres;
- Desenvolver a organização através do esforço de construção institucional.

Orçamento

O Ministério da Solidariedade Social tem um Orçamento de 197,165 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Solidariedade Social (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	124,588	147,124	197,165	205,051	213,254	221,784	230,654
Recorrentes	123,477	142,925	194,415	202,191	210,279	218,690	227,437
Salários e Vencimentos	1,421	1,850	1,850	1,924	2,001	2,081	2,164
Bens e Serviços	3,412	3,523	12,945	13,462	14,001	14,561	15,143
Transferências Públicas	118,644	137,552	179,620	186,805	194,277	202,048	210,130
Capital	1,111	4,199	2,750	2,860	2,975	3,094	3,217
Capital Minor	814	1,172	298	310	322	335	349
Capital Desenvolvimento	297	3,027	2,452	2,550	2,652	2,759	2,869
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	124,588	147,124	197,165	205,051	213,254	221,784	230,654
Recorrentes	123,477	142,925	194,415	202,191	210,279	218,690	227,437
Capital	1,111	4,199	2,750	2,860	2,975	3,094	3,217

Perfil de Funcionários

O Ministério da Solidariedade Social tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1.109 pessoas, composto por 535 funcionários permanentes e 61 cargos de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 513 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO SOLIDARIEDADE SOCIAL (MSS)																									
Força de Trabalho	Categoria/Grau																								
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total	
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F		
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	2	-	2	39	12	51	50	37	87	94	75	169	103	41	142	57	25	82	345	190	535	
Escala 1o	-	-	-	2	-	2	28	8	36	25	27	52	29	30	59	26	9	35	14	11	25	124	85	209	
Escala 2o	-	-	-	-	-	-	11	3	14	24	8	32	54	38	92	71	32	103	43	13	56	203	94	297	
Escala 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	1	7	1	-	1	-	1	1	7	2	9	
Escala 4o	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	2	3	4	4	8	3	-	3	-	-	-	8	7	15	
Escala 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3	2	-	-	-	-	-	3	2	5	
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Agente da Administrasaun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total forza de trabalho actuais	1	-	1	10	2	12	55	14	69	64	39	103	109	76	185	103	41	142	57	25	82	399	197	596	
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Quadro Pessoal	-	-	1	-	-	12	-	-	69	-	-	103	-	-	185	-	-	142	-	-	82	-	-	596	
Mapa Pessoal 2016	-	-	3	-	-	10	-	-	48	-	-	83	-	-	228	-	-	90	-	-	51	-	-	513	
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	3	-	-	10	-	-	48	-	-	83	-	-	228	-	-	90	-	-	51	-	-	513	
Detalho Cargo Direção e Chefias																									
Cargo Direcao e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total	
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F		
Diretor Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Inspector Geral	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Diretor Nacional	-	-	-	4	2	6	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	2	9	
Diretor Distrital	-	-	-	2	-	2	4	-	4	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	-	7	
Chefe do Departamento	-	-	-	1	-	1	8	2	10	5	-	5	10	1	11	-	-	-	-	-	-	24	3	27	
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	1	-	1	8	2	10	5	-	5	-	-	-	-	-	-	14	2	16	
Total Cargo de Direção e Chefia	1	-	1	8	2	10	16	2	18	14	2	16	15	1	16	-	-	-	-	-	-	54	7	61	

Plano Anual do Ministério da Solidariedade Social 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ATIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Prevenção Efectiva de Riscos de Desastres e Garantia de Preparação de Forma a Minimizar o impacto de desastres na Vida das Pessoas e nas Propriedades (DNGD)					
Desenvolver o acesso do público e parceiros à informação, através do Website da Gestão de Desastres	Exercício de comunicação de alerta tsunami a nível Nacional e no Distrito.	Comunicação de alerta de tsunami	Os ministérios relevantes conhecem os procedimentos de comunicação, coordenação e operação; 500 Pessoas dos ministérios relevantes. Homens 60%, mulheres 40%; Nacional e 13 Distritos.		MSS
Assegurar um Sistema Efectivo de resposta e recuperação.					
Estabelecer e fortalecer o sistema de apoio, respostas e recuperação a vítimas de Desastres.	Compra de bens alimentares e não alimentares e distribuição de ajuda humanitária a vítimas de desastres naturais.	Apoio alimentar e não - alimentar a vítimas de desastres.	Alívio das dificuldades das vítimas de desastres; Compra de artigos alimentares e não - alimentares às vítimas de desastres para um total de 4.000 famílias; Nos 13 Distritos.		MSS
	Compra de material construção, apoio monetário para mão-de-obra e <i>Ai-kuadrado</i> para implementar atividades de recuperação de casas de vítimas de desastres naturais.	Apoio em material de construção e em dinheiro, para mão-de-obra.	As vítimas de desastres recebem material de construção, dinheiro para " <i>ai-kuadrado</i> " e mão-de-obra, para arranjar as suas casas; 4.000 famílias afetadas pelos desastres recebem apoio para recuperarem as suas casas; 13 Distritos.		MSS
As comunidades preparam-se melhor para elas próprias poderem responder aos problemas relacionados com os desastres com especial atenção ou sensibilidade em relação aos grupos vulneráveis e à proteção ambiental.					
Estabelecer um sistema básico de envolvimento de jovens e comunidades em áreas de risco de desastres	Campanha de Sensibilização e informação sobre risco de desastres a líderes locais e comunidades em áreas de risco.	Campanha de sensibilização e informação.	Os líderes locais e as comunidades nas áreas em risco têm conhecimentos e preparam-se para minimizar o impacto dos desastres naturais; 150 Líderes locais e comunidades. 60% Homens e 40% mulheres têm conhecimentos para minimizar o impacto do risco de desastres; Distritos de Baucau, Lautém, Covalima e Maliana.		MSS
Prevenção e Mitigação em áreas de risco de desastres.	Apoio a grupos na comunidade para mitigação em áreas de risco de desastres, tal como: normalizar ribeiras, limpar valetas.	Mitigação nas áreas de risco de desastres.	Comunidades seguram do risco de desastres; Comunidades de 10 sucros implementam atividades de mitigação de risco de desastres; 10 sucros nos 13 distritos.		MSS
Metas: Assegurar a Provisão de um Sistema de Segurança Social aos Cidadãos de Timor Leste (DNRC-SS)					
Implementar de modo correto o regime de segurança social de transição, de acordo com a lei do regime transitório	Implementação dos procedimentos administrativos necessários nas diferentes fases relativas ao processo, incluindo os requisitos para a realização de pagamentos, certificação de dados sobre os trabalhadores, e validação de pagamento	Deslocação dos funcionários para preenchimento dos formulários dos beneficiários e beneficiados em 12 distritos; Criação de um sistema de pagamento das pensões para o regime transitório de segurança social, em cooperação com MF na utilização do <i>Freebalance</i> .	Respostas atempada às solicitações dos beneficiários (previsto para 500 beneficiários); 363 Pagamentos realizados em tempo útil e de acordo com os critérios previstos na Lei.		MSS
Desenvolver e implementar um regime de segurança social contributiva e sustentável (por meio de contribuições)	Finalização da proposta de lei para o regime de segurança social contributiva e submetê-la ao CdM e ao Parlamento Nacional para aprovação.	Encontro GTI e parceiros sociais. Encargos associados, nomeadamente dos consultores de Portugal, em Timor-Leste. Tradução da Lei do Regime geral de segurança social	Lei do regime geral de segurança social contributiva é aprovada pelo CdM e pelo Parlamento Nacional.		MSS
	Realização de ações de sensibilização e socialização e atividades de educação pública sobre a lei da segurança social (e respectiva regulamentação), envolvendo designadamente os Parceiros Sociais	Deslocação para disseminação da informação ao sector público e privado em 13 distritos; Realização de acções de sensibilização/socialização em 13 distritos;	A Lei do regime geral de Segurança Social é disseminada e os cidadãos em geral compreendem os seus direitos e obrigações (incluindo empregadores e sindicatos).		MSS

		Divulgação de informação através de meios de comunicação electrónicos; Produção de brochuras e panfletos.			
Um sistema efectivo de segurança social não - contributivo para os vulneráveis em Timor-Leste (DNRNC-SS)					
Avaliar o impacto do subsídio para os idosos e inválidos	Realização de um estudo sobre o impacto do subsídio junto dos Idosos e Inválidos para redução da pobreza e a promoção do Bem-Estar; Desenvolvimento e utilização de um quadro de acompanhamento e avaliação do programa	Estudos sobre o impacto do programa a nível de sucros: 442 sucros; Contratação de um técnico internacional para a área da protecção social; Contratação de um Jurista para fazer o acompanhamento do DL N.º 19/2008; Contratação de 9 técnicos nacionais da área de arquivo durante 12 meses. Tradução de documentos.	O aumento da compreensão das realidades sociais e impactos do programa fornece uma base técnica sólida para melhorar o programa. Implementação do quadro de acompanhamento e avaliação tendo em conta os critérios de avaliação e incluindo avaliações de resultados. Todos os dados dos beneficiários estão devidamente registados no MIS.		MSS
Melhorar o sistema e procedimentos de subsídio para os idosos e deficientes, para garantir uma prestação de serviços mais eficiente e eficaz	Garantia de que os dados relativos aos beneficiários estão actualizados e registados no banco/base de dados MIS; Desenvolvimento de critérios de elegibilidade rigorosos predefinidos dos subsídios para os idosos e deficientes; Através de um website, fornecimento de informações a todos os interessados e beneficiários; Melhoria do sistema de pagamento, através do estabelecimento de acordos com BNCTL e MF em relação aos processos de pagamento, e da monitorização de pagamentos, para garantir a transferência rigorosa e responsável dos fundos aos beneficiários.	Contratação de um assessor nacional para a área de informação e tecnologia; Pagamento de quotas; Viagens locais de coordenação, colocação dos editais, acompanhamento e monitorização do processo de pagamento; Publicidade	Todos os dados dos beneficiários estão devidamente registados e actualizados no MIS; Critérios de elegibilidade clara e equitativamente estabelecidos, divulgados e utilizados para os idosos e inválidos; Informação disponível a todos os interessados e beneficiários; Processo de pagamento melhorado, nomeadamente através da utilização de serviços bancários móveis.		MSS
	Pagamento a Idosos e Inválidos	Pagamentos.	O MSS procede ao pagamento aos idosos e inválidos nos 13 Distritos, 65 Subdistritos e 442 Sucos, 97.000 beneficiários.		MSS
Melhorar a capacidade de implementação do Programa	Promoção de formação operacional de todo o processo inerente ao pagamento de pensões e registo de informações na segurança social do Regime Não Contributivo	Curso de formação de informática.	Aumento dos conhecimentos e competências dos funcionários através de formação com objetivo de dar uma resposta eficaz aos beneficiários /contribuintes; +40 horas de Formação dada aos funcionários.		MSS
Proteção de crianças em risco (DNRS)					
Assegurar a reintegração de crianças vítimas de abusos	Apoio social a crianças vítimas de abusos	Apoio social a crianças vítimas de abusos.	As crianças vítimas de abusos são reintegradas. Total crianças vítimas 687 pessoas, masculino: 350 pessoas e feminino: 337 pessoas em 13 Distritos.		MSS
	Monitorização específica de crianças do antigo orfanato FHTO	Monitorização específica.	As crianças do ex -FHTO em Timor Leste e na Malásia têm acesso a assistência social.		MSS
	Alargamento da Rede Protecção de Crianças ao nível do subdistrito	Alargamento da Rede de Protecção de Crianças.	Os serviços de protecção a crianças chegam até às comunidades, para realizar atendimento e dar informação sobre protecção a crianças, em todos os subdistritos	Estas atividades têm apoio orçamental da UNICEF. O montante do referido orçamento ainda não é conhecido pois ainda não foi discutido/acordado entre o MSS-DNRS e a UNICEF	MSS + UNICEF
	Formação dos membros da Rede Protecção de Crianças (RPL) estabelecida em 2014, em todos os subdistritos	Formação a membros da RPL	Aumento da capacitação dos membros da Rede de Protecção de Crianças (RPL), para que a	Estas atividades têm apoio orçamental da	MSS + UNICEF

			informação do serviço de proteção de crianças seja melhor. Em todos os subdistritos, num total de 104 membros. Homens: 40, Mulheres: 64	UNICEF. O montante do referido orçamento ainda não é conhecido pois ainda não foi discutido/acordado entre o MSS-DNRS e a UNICEF	
	Fortalecimento da capacidade dos funcionários de serviço social dos Serviços de Atendimento Social (SAS) para que possam fornecer serviços de protecção a crianças e ajudar a prevenir abuso de crianças	Fortalecer as capacidades do pessoal do Serviço de Atendimento Social (SAS)	Os funcionários do serviço social fornecem serviços de prevenção e proteção a nível de subdistrito e de suco.	Estas atividades têm apoio orçamental da UNICEF. O montante do referido orçamento ainda não é conhecido pois ainda não foi discutido/acordado entre o MSS-DNRS e a UNICEF	MSS + UNICEF
Para assegurar a reintegração de menores e jovens em conflito com a lei	Avaliação da situação socioeconómica de famílias para reintegração de menores em conflito com a lei	Apoiar a reintegração de menores em conflito com a lei	Avaliação social realizada para facilitar processos de reintegração. Total do apoio dado - 135 pessoas em 13 Distritos		MSS
Apoiar e fortalecer a capacidade das instituições de solidariedade social para que possam fornecer cuidados de qualidade a crianças e jovens vítimas de abusos ou em risco	Fortalecimento da cooperação e apoio social com instituições de apoio e solidariedade social que trabalham com crianças e adolescentes	Apoio a Instituições.	As crianças e adolescentes recebem apoio social de reintegração. 15 ONGs recebem apoio do MSS, 1) Holly Spirit, 2) Rede Feto, 3) Fundasaun Alola, 4) Fukupers, 5) Pradet, 6) PCJ, 7) Uma mahon Maria Tapo, 8) Casa Vida, 9) Uma Mahon Lazeiru, 10) Uma Mahon Peduli Wanita Oe-cusse, 11) Uma Mahon Paz Baucau, 12) ACBIT, 13) Ba Futuru, 14) Centro Social Padre Manuel Nunes Formigão, 15) Edukasaun Comunidade Matebian.		MSS + Instituição Solidariedade Social
Proteção e reintegração das mulheres vítimas de violência de género (GBV) e de violência doméstica (DV)					
Fortalecer o quadro legal e alargar os serviços a vítimas de violência de género (GBV) e violência doméstica (DV), inclusive dos que têm necessidades especiais	Construção de abrigos (uma mahon) nos distritos de Lautém, Viqueque, Manufahi, Ainaro, Aileu e Oecusse e apoiar e assegurar o seu bom funcionamento	Construção de uma casa-abrigo nova em Lospalos.	As vítimas de VG e de VD nos distritos de Lautém, Viqueque, Manufahi, Ainaro, Aileu e Oecusse têm acesso melhorado a serviços de protecção e garantia de segurança às vítimas.		MSS
	Apoio de assistência social a vítimas de VG e VD que encontram abrigo junto de amigos ou familiares	Apoio a Vítimas de VG e VD.	Melhoria de serviços prestados a vítimas de VG e de VD que vivam com amigos ou familiares. Total apoia 508 pessoas em 13 Distritos		MSS
As famílias em situação de vulnerabilidade social tornam-se mais resilientes e participam na educação e saúde dos filhos					
Promover o acesso das famílias vulneráveis à Bolsa da Mãe/Bolsa Família programa Conditional Cash Transfer (CCT)	Disseminação de informação sobre o programa Bolsa da Mãe/Bolsa Família e sobre o processo de registo/re-registo de famílias	Disseminação de informação do programa Bolsa da Mãe.	Todas as comunidades têm acesso à informação sobre o Programa Bolsa da Mãe/Bolsa Família e as famílias em situação de vulnerabilidade conhecem o processo de registo. Vai ser realizado em 65 Sub-Distritos		MSS
	Preparação das listas de pagamento, pedidos de pagamento do MF e BNCTL de acordo com os procedimentos de pagamento acordados, monitorização dos pagamentos e assegurar que a informação relativa aos pagamentos está em dia no MIS	Pagamento a beneficiários.	Sistema transparente de pagamento de subsídios da Bolsa da Mãe /Bolsa Família e detalhes precisos registados no MIS. Total beneficiários 50.000 pessoas		MSS, MF e BNCTL
As famílias ou indivíduos com problemas muito específicos e problemas sociais prementes recebem apoio					
Assegurar o acesso a apoio imediato a famílias e indivíduos	Estabelecimento de um programa de assistência imediata a famílias ou indivíduos que enfrentam	Apoio a famílias em situações de urgência.	Critérios de assistência estabelecidos, famílias e indivíduos que cumprem os critérios são		MSS

com problemas específicos e urgentes	situações urgentes de vulnerabilidade específica, inclusive do estabelecimento de critérios de assistência		assistidos e referidos para programas sociais relevantes para mais assistência. Totais 61 beneficiários em 13 Distritos		
Dar apoio social a pacientes vulneráveis evacuados dos hospitais distritais para o hospital nacional Guido Valadares, Hospital Bairro Pité ou ISMAK	Desenvolvimento e implementação de acordos de cooperação com o Hospital Nacional Guido Valadares e o Hospital do Bairro Pité, e ISMAK em relação ao apoio a pacientes vulneráveis vindos dos distritos	Apoio a pacientes vulneráveis evacuados dos distritos.	Existência de uma rede de serviços sociais forte, efectiva e eficiente para pacientes vulneráveis dos distritos. Total pacientes : 900 pessoas, Homens : 500 pessoas e Mulheres 400 pessoas em 13 Distritos.		MSS
Os prisioneiros são reintegrados nas respectivas famílias e comunidades depois de cumprirem pena					
Assegurar a reintegração social dos prisioneiros depois de cumprirem pena	Facilitação de visitas de familiares a prisioneiros, uma ou duas vezes por ano para apoio de assistência social	Facilitação de visitas das famílias de prisioneiros e apoio a prisioneiros.	As famílias de prisioneiros têm acesso a assistência social para o membro da família na prisão. Total famílias prisioneiros 90 pessoas		MSS e MJ
	Apoio ao regresso dos prisioneiros a suas casas		Os prisioneiros têm acesso a apoio social para se reintegrarem nas famílias. Total 60 pessoas, Homens 50 pessoas e Mulheres 10 pessoas		MSS e MJ
Fornecimento de um serviço social de qualidade a nível local através do Serviço de Atendimento Social (SAS) – (CDSS de Díli)					
Garantir um Serviço de Atendimento social (SAS) a toda a população no distrito de Díli	Avaliação da implementação piloto da SAS na CDSS Díli	Avaliação da implementação piloto da SAS.	Avaliação do modelo de atendimento social, de acordo com mudança da situação de vida das famílias ou dos indivíduos vulneráveis. Indicador: 52 modelos são avaliados. Total de 12 instituições parceiras contribuem com as suas ideias sobre partes relevantes para mudança de modelo.		
	Atendimento social à população relativamente a problemas e necessidades por esta apresentados.	Atendimento social.	As famílias e/ou indivíduos com acesso ao Serviço de Atendimento Social. Indicador: 500 famílias em risco recebem atendimento social e resolução de casos de acordo com as necessidades.		MSS
	Disseminação da experiência SAS CDSS Díli aos Centros Distritais e Regionais do MSS	Disseminação da experiência da SAS.	Os técnicos sociais conhecem o SAS e continuam a implementá-lo bem. Indicador: Participam 90 técnicos sociais do MSS nos distritos e nas Regiões.		MSS
	Disseminação da SAS às autoridades locais	Disseminação da SAS.	As autoridades locais compreendem e contribuem para um mecanismo efectivo de atendimento social. Indicador: participam 38 autoridades do subdistrito e sucos na disseminação da SAS.		MSS
A história da luta da libertação nacional é integrada na história nacional (DNACLN)					
Preservar a História Nacional da Libertação	Continuação da identificação de lugares históricos em todo o território	Identificação de lugares históricos, entrevistas e reportagens.	Continuação da identificação dos lugares históricos nos 13 distritos.		MSS
Reconhecimento e valorização dos heróis nacionais e do seu esforço para alcançar a independência					
Reconhecer e reintegrar os ex-FALINTIL na comunidade	Pagamento de pensões aos combatentes e às famílias dos mártires, melhoria do processo de pagamento e assegurar identificações correctas	Pagamento de pensões a antigos combatentes e a famílias de mártires.	Pagamento correto e atempado aos beneficiários que preenchem os critérios, através de transferência bancária em todos os distritos. Cerca de 7.000 prestações pecuniárias e 26.621 pensões.		MSS
	Realização da cerimónia de entrega de medalhas aos CLN já validados e que preencham os requisitos	Cerimónia de entrega de medalhas.	Continuação da entrega de medalhas a todos os CLN que preenchem os requisitos.		MSS
	Recolha dos restos mortais e organização de cerimónias fúnebres com honra	Recolha de restos-mortais.	Recolha de restos mortais e cerimónias fúnebres com honras em todo o território, todos os distritos e alguns subdistritos.		MSS

Proteger o futuro dos filhos dos mártires e dos CLN	Alocação de bolsas de estudo (para cobrir metade dos custos de educação) aos filhos dos mártires e dos CLN já mortos de acordo com os critérios já aprovados	Bolsas de estudo para os filhos dos mártires, para o país e para o estrangeiro.	Decreto-lei aprova que os filhos do CLN que preencham os critérios recebem subsídios, de acordo com as vagas existentes, para terem acesso gratuito a instituições públicas nacionais de educação, bolsas de estudo para 250 pessoas no país e no estrangeiro.		MSS
O bem-estar dos Combatentes da Libertação Nacional (CLN) e das respetivas famílias é atendido no futuro					
Melhorar o bem-estar dos CLN através da Associação de Veteranos	Ajuda ao Conselho dos CLN para promover o bem-estar dos CLN e das famílias dos mártires	Apoio ao Conselho do CLN	Melhoria do CLN e das condições de vida das famílias dos mártires nos 13 distritos.		MSS
Os grupos Vulneráveis recebem assistência social e humanitária (DNACS)					
Assegurar a segurança alimentar das vítimas de desastres, famílias em situação de insegurança alimentar nas áreas remotas, crianças em orfanatos, colégios, centro de formação e deficientes.	Distribuição de alimentos e arroz a Vítimas de desastres	Distribuição de alimentos (inclui todas as despesas de transporte).	Distribuição de 10.000 sacas de arroz a vítimas de desastres. 5.000 pessoas nos 13 distritos.		MSS
	Compra de arroz e de alimentos complementares tal como leite, feijão, foremungo, sal e óleo a Instituições sociais tais como (Orfanatos, Colégios, instituições para deficientes e Centros de Formação)	Compra de arroz e alimentos complementares.	Resposta a instituições sociais e grupos com insegurança alimentar nos 13 distritos. 70.000 sacas de arroz e assistência complementar a 25.607 beneficiários.		MSS
Melhorar qualidade de vida dos grupos vulneráveis através de assistência com casas MDG's	Verificação dos beneficiários	Aluguer transporte, viagem local e cerimónia de entrega de casas MDG's aos beneficiários.	Os beneficiários foram verificados e receberam as casas MDG's em 13 distritos		MSS
Aumentar o conhecimento dos funcionários sobre o manual de procedimentos e assistência alimentar e não-alimentar	Socialização do manual de procedimentos	Socialização o manual de procedimentos	Os Funcionários a nível Nacional Regional e Distrital têm conhecimento sobre os procedimentos e manuais		MSS
	Fumigação de arroz nos Armazéns.	Fumigação a 2000 toneladas de arroz.	2000 toneladas de arroz foram protegidas a nível nacional		SS
Reforçar a Paz e a estabilidade em Timor-Leste bem como a coesão social a nível local e nacional					
Melhorar as relações sociais nas comunidades, diminuir os problemas sociais, fortalecer os laços comunitários e construir a confiança	Cooperação da DHPCS com a PDHJ e o MAE para dar formação em facilitação, diálogo e mediação, sensibilização para conflitos e Direitos Humanos a Líderes Comunitários, juventude, mulheres, RPRK (Rede prevenção e Resolução de Conflitos)	Serviço de cooperação para a realização de formação.	A liderança comunitária tem capacidade e experiência na prevenção e resolução de conflitos locais. 3 Distritos nos quais são identificados potenciais de conflito.		MSS
Promover uma política para conflitos sensíveis, um programa e serviços para a população vulnerável	Formação de Formadores 'Do No Harm' para os funcionários de direção do MSS necessários, em Díli, antes do processo de planeamento anual	Formação de ToT "Do No Harm".	Todos os funcionários do MSS envolvidos no plano compreendem bem o plano de conflitos sensíveis 'Do No Harm'. Participam nesta formação 30 pessoas, 15 homens e 15 mulheres a nível nacional, distrital e regional.	O orçamento para esta atividade tem o apoio do PNUD, através do Projeto de Resiliência e Coesão Social de Timor-Leste, páginas 22 e 29. O montante orçamental será discutido entre MSS-DNACS e o PNUD em 2015	MSS + PNUD
Promover a participação das populações vulneráveis para fortalecer a coesão social	Estabelecimento do ponto-focal para a paz e coesão social nos distritos, para trabalhar com as autoridades locais na implementação do programa de prevenção e resolução de conflitos	Estabelecimento do ponto-focal para a paz e coesão social.	Estabelecimento de 8 pontos-focais da DHPKS em 8 distritos, Lautém, Viqueque, Manatuto, Manufahi, Ainaro, Covalima, Bobonaro e Oecusse, para facilitar a implementação do programa de prevenção e resolução de conflitos de forma mais efetiva.	O orçamento para esta atividade tem o apoio do PNUD, através do Projeto de Resiliência e Coesão Social de Timor-Leste. O montante orçamental será	MSS + PNUD

				discutido entre MSS-DNACS e o PNUD em 2015	
	Aumento do conhecimento e sensibilização da comunidade acerca da prevenção e resolução de conflitos bem como de iniciativas para prevenir e resolver conflitos locais, através de materiais de comunicação social tais como, Livrinho de regras de tarabando no Subdistrito de Atabae e no Suco de Tibar-Liquiçá, quadro boletim, material impresso, imprensa, Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL) e Rádios Comunitárias	Aumento do conhecimento e sensibilização das comunidades para a prevenção e resolução de conflitos.	Aumento da sensibilização e dos conhecimentos das comunidades sobre prevenção e resolução de conflitos nos 13 distritos.	O orçamento para esta atividade tem o apoio do PNUD, através do orçamento adicional do Projeto de Resiliência e Coesão Social de Timor-Leste. O montante orçamental será discutido entre MSS-DNACS e o PNUD em 2015	MSS + PNUD
	Disseminação de informação à comunidade, instituições do Estado, ONGs outras organizações de política de paz e de coesão social	Disseminação de informação política sobre paz e coesão social.	As comunidades, as instituições do Estado e outras organizações conhecem a política nacional de paz e coesão social. As atividades realizam-se nos 13 distritos.	O orçamento para esta atividade tem o apoio do PNUD, através do Projeto de Resiliência e Coesão Social de Timor-Leste. O montante orçamental será discutido entre MSS-DNACS e o PNUD em 2015	MSS + PNUD
Promover o diálogo como uma ferramenta para a coesão social	Consultar e coordenar com autoridade local, liderança comunitária, comunidade para estabelecer mediação de diálogo	Consultar e coordenar diálogos.	Autoridade local, liderança comunitária e comunidade estabelecem diálogos como uma ferramenta que minimiza e previne conflitos em 13 distritos	O orçamento destas actividades está previsto no apoio institucional	MSS
Os deficientes têm acesso a proteção social					
Assegurar a implementação, pelas ONGs e ministérios relevantes, dos programas sobre os deficientes	Monitorização e avaliação dos programas implementados pelas ONGs nos distritos de Díli, Baucau, Manatuto, Manufahi, Liquiçá, Bobonaro, Ermera, Manufahi, Ainaro e Lospalos	Monitorização e avaliação das ONG's.	MSS - DNACS monitoriza e avalia 15 ONGs para saber como está a ser feita a implementação dos programas sociais em 10 distritos.		MSS
	Apoio a instituições nacionais	Apoio a instituições.	14 ONGs recebem apoio do MSS, para responderem a problemas sociais em 10 distritos: 1)- Agape, 2)- Ahisaun, 3)- Alma Sister, 4)- ETBU, 5)- SOTL, 6)- Klibur domin Tibar, 7)- Katilosa, 8)- Pradet, 9)- São Jose de Deus, 10)- HDMTL, 11)- Caritas Díli, 12)- Fuan Nabilan, 13)- Forum Tau Matan, 14)- Centro de dia Baucau Fundasaun São José		
As famílias de defuntos têm acesso a assistência para o funeral					
Fornecer assistência de caixões em todo o território para reduzir as dificuldades enfrentadas pelas famílias dos defuntos.	Identificação e assistência a famílias de defuntos vulneráveis que precisam de assistência de caixões a nível nacional e nos distritos.	Apoio em caixões.	MSS-DNACS apoia as famílias de defuntos vulneráveis que recebem assistência através de 980 caixões distribuídos a nível nacional em 12 distritos, cada Distrito 40 caixões, Nacional 500 caixões		MSS
Melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência através da reabilitação especializada e integrada (CNR)					
Estreitar relações entre o Centro Nacional de Reabilitação e as pessoas com deficiência, suas famílias e parceiros relevantes no sentido de assegurar a participação das pessoas	Socialização sobre a prestação de serviços e sobre os estatutos do CNR, UNCRPD e NDP à comunidade e aos Deficientes.	Socialização sobre a prestação de serviços.	A comunidade compreende e respeita os direitos dos deficientes. Socialização realizada em 4 distritos (Manatuto, Baucau, Viqueque e Lospalos). Total participantes 3.200 pessoas, Homens 2.200 e Mulheres 1.000	Em parceria com autoridades locais e fontes do financiamento do OGE 2015.	MSS
	Socialização do programa do CNR, através dos meios	Socialização do programa do CNR.	Alargamento da socialização do programa do	Através dos meios de	MSS

portadoras de deficiência no processo de desenvolvimento inclusivo.	de comunicação social, para consciencializar o público alargado até ao nível distrital.		CNR à comunidade. Anualmente, \pm 20% dos deficientes e das comunidades têm acesso à prestação de serviços do CNR. Total participantes 5.000 pessoas Homens: 300 pessoas e Mulheres : 200 pessoas	comunicação eletrónicos e jornais.	
	Desenvolvimento de material de formação para cada uma das famílias com deficientes e dar-lhes educação sobre os deficientes que a integram.	Desenvolvimento de material de formação.	As famílias de pessoas portadoras de deficiência participam no processo de continuação do tratamento. \pm 20% dos casos/ano. Total 444 pessoas, Homens: 294 pessoas e Mulheres: 150 pessoas	Trabalho conjunto com as autoridades locais e as famílias dos deficientes.	MSS
Prestação de serviços inclusivos, através do centro de recursos, integrando um sistema efectiva que abrange todas as áreas.	Implementação do desenvolvimento de um guia de descentralização dos serviços de Reabilitação com vista a fornecer todos os detalhes do funcionamento do CNR.	Implementação do desenvolvimento de um guia.	A existência de um guia detalhado sobre o funcionamento dos serviços descentralizados de reabilitação, o modelo de atendimento de reabilitação dos utentes, bem como das atividades desenvolvidas pelos funcionários e a contribuição de vários parceiros, de forma a melhorar os serviços do CNR.		MSS
	Desenvolvimento do livro de progresso de tratamento dos utentes. Formação aos funcionários do CNR, e às famílias em casa, sobre o modo de utilização e manutenção básica do CTPB, de acordo com o instrumento CTPB.	Desenvolvimento do livro de progresso de tratamento.	A existência de um sistema de monitorização para avaliar o progresso dos utentes, através de uma visita às casas CTPB e IMORP e o número de utentes com alta médica, com base na análise IMORP.	Para avaliar o progresso sobre o sucesso de prestação de serviço através do sistema IMORP	MSS
Todas as unidades de serviço do MSS são apoiadas por um sistema interno eficiente, efectivo e transparente (DNFALM)					
Estabelecer políticas, procedimentos, sistemas e competências para um serviço de apoio interno eficiente, efectivo e transparente	A Unidade de Plano e Finanças tem capacidade de fazer um plano forte de monitorização e avaliação da execução do PAA e do Orçamento (trimestralmente no anualmente)	Serviço de monitorização e avaliação.	Bom plano integrado da cada unidade de serviço avaliada na implementação de programas. A nível nacional e junto das direcções distritais/regionais, inclui também as instituições parceiras do MSS.		MSS
	Criação e manutenção de boas práticas através do sistema de revisão do PAA e do Plano orçamental, relatório trimestral e anual	Formação aos pontos focais do plano e finanças e a parceiros que recebam apoio do orçamento do MSS.	Bom plano, processo de relato, bem como de comunicação e coordenação entre o Departamento do Plano e Finanças e cada uma das Direcções do MSS, de forma a contribuir para planos e relatórios de qualidade. A nível nacional, Direcções distritais/regionais, inclui também as instituições parceiras do MSS.		MSS
	Desenvolvimento de um sistema integrado na implementação de atividades do MSS de acordo com os procedimentos legais e as directivas do plano MDG's, G7 +, PSGs, Prioridades SDP e Declaração dos Ministérios Sociais da CPLP	Criar um sistema integrado na implementação.	O MSS pode implementar um sistema integrado na implementação de atividades, de acordo com os procedimentos legais e as directivas do plano MDGs, G7 +, PSGs, Prioridades SDP e Declaração dos Ministérios Sociais da CPLP		MSS
	Desenvolvimento e manutenção de uma base de dados integrada para a gestão logística.	Monitorização e levantamento de dados sobre o património do Estado.	Existência de uma base de dados regularmente actualizada para gestão do inventário e materiais. A nível nacional e de direcções distritais/regionais.		MSS
	Garantia de uma boa disseminação da informação para o público e para as áreas remotas.	Disseminação de informação e dos programas do MSS.	Todos têm acesso a informação sobre os serviços do MSS. A nível nacional e de Direcções distritais/regionais.		MSS
	Estabelecimento e enquadramento da política de aprovisionamento com o sistema e o manual	Estabelecimento e enquadramento da política de aprovisionamento.	Estabelecimento de um sistema de aprovisionamento que obedece à política		MSS

	desenvolvido.		nacional, transparência e que é efectivo para todos, a nível Regional – Distrital e Nacional.		
	Estabelecimento e enquadramento da política de aprovisionamento utilizando o sistema e manual desenvolvido.	Política de aprovisionamento utilizando o sistema.	Regulamento de aprovisionamento claro e sistema estabelecido. MSS- Nacional		MSS
Todas as unidades de serviço do MSS são apoiadas por um sistema interno eficiente, efetivo e transparente (DNARH)					
Estabelecer o enquadramento de apoio para um serviço de atendimento interno efetivo a nível nacional.	Fortificação e implementação da Lei, das políticas e dos regulamentos da Função Pública.	Fortificação e implementação da Lei.	Resultados esperados: Os gestores e funcionários têm conhecimento e consciência do código de ética de forma a mudar atitudes pessoais. Indicadores de desempenho: Mudança de atitude dos funcionários no local de trabalho Resultado das avaliações de desempenho	Coordenação com a SCFP	MSS & SCFP
	Capacitação dos funcionários a todos os níveis com competências técnicas e comportamentos, melhoria das qualificações, educação no estrangeiro, programas de intercâmbio, visitas de estudo, cursos no INAP, entre outros, inclui também a garantia de propostas oportunas de acesso a fundos do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano.	Capacitação de funcionários.	Resultados esperados: Os funcionários podem exercer o seu serviço com profissionalismo nas respectivas áreas de actuação Os funcionários têm conhecimentos e competências produtivas e atitudes correctas para desempenhar o seu serviço Indicadores de desempenho: Avaliação dos resultados de implementação de projectos, programas e atividades levadas a cabo pelos funcionários	Coordenação com o ME, SCFP e parceiros de desenvolvimento	MSS, ME, SCFP e parceiros de desenvolvimento
Garantir um ambiente de serviço transparente na contabilidade do MSS para estabelecer um processo de inspeção e auditoria de acordo com os procedimentos legais existentes (GIA)					
Estabelecer e manter um serviço de inspecção forte e procedimentos de auditoria de acordo com a lei existente	Desenvolvimento e disseminação do manual de procedimentos sobre o processo de inspecção e auditoria.	Desenvolvimento e disseminação do manual de procedimentos.	Todos os funcionários têm conhecimentos sobre o processo de Inspeção e Auditoria, nos Centros Regionais e nos Centros Distritais.		MSS
	Monitorização, Inspeção e Auditoria em áreas relevantes do serviço de atendimento do MSS.	Monitorização, Inspeção e Auditoria.	Transparência e responsabilidade nas funções e operações de serviço dos funcionários do MSS, nos Centros Regionais e nos Centros Distritais		MSS
Criar capacidades e funções de Inspeção e Auditoria forte que assegurem serviços efectivos e com eficiência					
Aumentar a capacidade no gabinete de Inspeção e Auditoria para desenvolver e implementar um bom sistema e procedimentos	Desenvolvimento e coordenação forte entre MF, PDHJ, IGE e CAC.	Desenvolvimento e coordenação.	O Gabinete de Inspeção e Auditoria tem uma boa coordenação e recebe apoio do MF, PDHJ, IGE e CAC		MSS

Ministério das Obras Públicas

Papel

O Ministério das Obras Públicas (MOP) é a entidade central do Governo responsável por desenvolver, executar, coordenar e avaliar políticas definidas e aprovadas em Conselho de Ministros para as áreas das obras públicas, urbanização, distribuição de água, saneamento e electricidade.

Para concretizar a sua missão o MOP irá implementar as seguintes actividades:

- Propor políticas e desenvolver propostas de normas necessárias para a sua área de trabalho;
- Garantir a implementação e a execução do quadro legal, bem como regular todas as outras actividades relacionadas com o Ministério;
- Coordenar e promover a gestão, manutenção e modernização de infra-estruturas rodoviárias;
- Propor e executar políticas e directivas do Ministério nas áreas de urbanização, infra-estruturas, redes rodoviárias, edifícios, habitação e obras públicas;
- Criar e implementar um quadro legal e regular as actividades de construção civil, incluindo a aprovação de licenças e a investigação de materiais de construção;
- Estudar e executar projectos relacionados com trabalhos de protecção, conservação e reparação de pontes, estradas e linhas costeiras (margens de rios e do mar), controlando em especial a subida do nível das águas;
- Promover estudos e implementar um novo sistema de redes de infra-estruturas em termos de distribuição de água e fornecimento de electricidade, incluindo saneamento básico, e monitorizar o seu funcionamento e exploração, tendo presente que este novo sistema irá afectar as restantes organizações nesta área;
- Promover a implementação de trabalhos de construção civil, manutenção e reparação de edifícios públicos, monumentos e instalações especiais;
- Promover a adopção de normas e regulações éticas relativamente a todos os materiais usados na construção civil, bem como desenvolver testes de laboratório para garantir a segurança das construções;
- Aprovação de licenças e monitorização de todas as construções urbanas, em particular no que se refere a entidades públicas ou autónomas, de acordo com legislação aplicável;
- Manter e desenvolver um sistema nacional de informação e supervisão em relação à condição dos trabalhos, sobretudo no que diz respeito a materiais para a construção civil, incluindo os seus impactos sobre as infra-estruturas aquando da subida das águas;
- Preparar e desenvolver, em cooperação com outras obras públicas, a implementação de um plano de auto-estradas em todo o território nacional e de outro planeamento urbano a nível nacional;
- Desenvolver e regular actividades de comunicação, bem como otimizar meios de comunicação;
- Garantir a coordenação no sector dos transportes e estimular os papéis complementares de todos os tipos de transportes, bem como estimular a concorrência entre todos estes meios de transporte, com o objectivo final de satisfazer os utentes;
- Gerir o uso de equipamentos e de maquinaria de grande dimensão;
- Garantir a coordenação no sector da energia e desenvolver o quadro legal e normas relativamente às actividades dos recursos energéticos;
- Desenvolver estudos relativos a capacitação sobre recursos energéticos e energias alternativas;

- Desenvolver um sistema visando os recursos operacionais e energéticos;
- Estabelecer colaboração e coordenação com outras entidades governamentais responsáveis por áreas interligadas;
- Implementar outras funções necessárias de modo a cumprir os objectivos do Ministério.

Com base na Estrutura Orgânica do V Governo Constitucional, o Ministério das Obras Públicas é composto pelas seguintes Secretarias de Estado:

1. Secretaria de Estado das Obras Públicas;
2. Secretaria de Estado da Electricidade;
3. Secretaria de Estado da Água, Saneamento e Urbanização;

Para podermos desenvolver o nosso País e estabelecer uma economia moderna e produtiva, bem como para criar emprego, precisamos de construir infra-estruturas básicas e produtivas. Em face das nossas necessidades, a dimensão e custos das infra-estruturas serão consideráveis. Deste modo o MOP irá planear cuidadosamente os seus programas para 2015 com pressupostos e medições realistas, a fim de os poder implementar com sucesso.

Orçamento

O Ministério das Obras Públicas tem um Orçamento de 157,428 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério das Obras Públicas (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	164,814	156,413	157,428	163,725	170,274	177,085	184,168
Recorrentes	127,670	124,666	133,346	138,680	144,227	149,996	155,996
Salários e Vencimentos	5,324	6,808	5,529	5,750	5,980	6,219	6,488
Bens e Serviços	118,064	118,058	128,317	131,370	136,624	142,089	147,773
Transferências Públicas	4,282	-	1,500	1,560	1,622	1,687	1,755
Capital	37,145	31,747	24,082	25,045	26,047	27,089	28,172
Capital Minor	9,495	1,083	3,475	3,614	3,759	3,909	4,065
Capital Desenvolvimento	27,650	30,664	20,607	21,431	22,288	23,180	24,107
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	164,814	156,413	157,428	163,725	170,274	177,085	184,168
Recorrentes	127,670	124,666	133,346	138,680	144,227	149,996	155,996
Capital	37,145	31,747	24,082	25,045	26,047	27,089	28,172

Perfil de Funcionários

O Ministério das Obras Públicas tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 3.408 pessoas, composto por 1.256 funcionários permanentes, 125 cargos de direcção e chefia, 165 agente da administração publico actuais e 350 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 1.512 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PUBLIC (MOP)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Funcionarios Publico Actuais	2	-	2	4	3	7	63	9	72	185	32	217	368	69	437	310	51	361	148	12	160	1,080	176	1,256
Escalaão 1o	2	-	2	4	3	7	24	4	28	57	9	66	108	34	142	52	9	61	23	3	26	270	62	332
Escalaão 2o	-	-	-				22	3	25	50	15	65	128	23	151	157	39	196	68	8	76	425	88	513
Escalaão 3o	-	-	-				4	1	5	23	4	27	21	1	22	7	1	8	1		1	56	7	63
Escalaão 4o	-	-	-				5	-	5	38	1	39	88	8	96	69	-	69	23		23	223	9	232
Escalaão 5o	-	-	-				8	1	9	17	3	20	23	3	26	25	2	27	33	1	34	106	10	116
Escalaão 6o	-	-	-	-	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraun Publico Actuais	-	-	-			-	2	1	3	16	2	18	122	19	141	3	-	3	-	-	-	143	22	165
Total força de trabalho actuais	4	-	4	8	4	12	119	15	134	239	40	279	502	88	590	316	51	367	148	12	160	1,336	210	1,546
Vagas em processo de Recrutamento	6			27			30			168			118			-			1			350		
Nova Proposta de Vagas 2015	-			-			-			-			-			-			-			-		
Total Quadro Pessoal	10			39			164			447			708			367			161			1,896		
Mapa Pessoal 2016	11			69			332			561			578			203			11			1,512		
Mapa Pessoal 2016 - 2018	11			69			332			561			578			203			11			1,512		
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcao e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Diretor Geral	2	-	2	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretor Nacional			-	2	1	3	12	1	13	1		1			-			-			-	15	2	17
Diretor Distrital			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-
Chefe do Departamento	-		-		-	-	42	4	46	31	6	37	5	-	5	3	-	3	-	-	-	81	10	91
Chefe da Secção			-			-			-	6		6	7		7			-			-	13	-	13
Total Cargo de Direção e Chefia	2	-	2	4	1	5	54	5	59	38	6	44	12	-	12	3	-	3	-	-	-	113	12	125

Plano Anual do Ministério das Obras Públicas para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Aumentar a capacidade de produção e contribuir para elevar o potencial do PIB					
Produzir mais Electricidade	Aumentar a capacidade dos geradores da energia.	Construção da Central Eléctrica	Construção de uma Central Eléctrica com a capacidade de 17 MW em Oecussi		SEI+MOP
	Assegurar em geral o acesso à electricidade durante 24 horas por dia.	Operação e Manutenção das centrais eléctricas de Hera, Betano e Comoro	As centrais de Hera, Betano e de Comoro em condições de operação.		SEI+MOP
		Fornecimento de combustível para centrais de Hera Betano, Comoro e Oecussi.	Garantir a continuidade de fornecimento de energia eléctrica de 24/7		SEI+MOP
		Construção de um novo armazem	Um novo armazem construído		SEI+MOP
		Manutenção dos geradores	25 geradores cummins em condições para serem utilizados quando preciso		SEI+MOP
		Manutenção de rotina dos geradores actualmente a funcionar nas 16 centrais.	Os geradores em condições para garantir a continuidade de fornecimento até fim do mês de Dezembro de 2015		SEI+MOP
		Compras de equipamentos e veículos para apoiar o trabalho na central de Comoro, Oecussi e Atauro	Melhorada a capacidade de atendimento com o aumento de equipamentos e veículos especializados como 1 (uma) unidade de Crane Truck de 3 a 5 toneladas de capacidade e 2 (dois) Forklifts e 3 unidades de viaturas para Comoro, Oecussi e Atauro.		SEI+MOP
Incremento da capacidade de produtiva e aumentar a potência do Produto Interno Bruto/PIB	Modernização ou elevação da capacidade das Estradas Nacionais com um padrão Internacional	Modernização/elevação aa capacidade das estrada nacionais.	207.8 km de estradas nacionais modernizadas e com capacidade de 8 metros de largura.	Co-financiamento pelo Parceiros de Desenvolvimento (BDA, BM, e ACIJ)	SEI + MOP
	A manutenção das redes rodoviárias nacionais	Reabilitação das redes de estradas nacionais.	368 km de estradas nacionais reabilitadas e 1426 km de estradas nacionais conservadas.	Conservação inclui as manutenções periódicas e de rotina.	SEI + MOP
Melhorar o acesso das pessoas aos serviços.					
Garantir o acesso de todos à electricidade 24 horas por dia	Garantir o acesso de todos à electricidade, 24 horas por dia	Extensão de rede da média voltagem de 20 Kv sistema de distribuição.	Extendido um total de 1,448km de linha de voltagem média de 20 Kv em 13 distritos	FI	SEI+MOP
		Manutenção e reabilitação de voltagem media e voltagem baixa.	Manutenção e reabilitação de 355,2 km de voltagem media e de 298 km de voltagem baixa	FI	SEI+MOP
		Recrutamento de pessoal técnico operacional	Recrutamento de 200 técnicos operacionais		SEI+MOP
		Instalação dos Contadores Pré pagos.	40,000 unidades de contadores instalados em Distritos e Sub Distritos.	Atividade não incluído no matrix de MCPD mas é importante para garantir o controlo e a qualidade de atendimento e como meio de cobrança de receitas do Estado	SEI+MOP
		Manutenção da linha de transmissão.	Manutenção de 603,88 km de linha de transmissão de 150 KV e de 9 Sub Estações de 20 kv.		SEI+MOP
Desenvolver Estrada de Acesso às Áreas Rurais.	Manutenção das pontes existentes.	Manutenção das pontes existentes.	1 23 pontes preservadas.	Estão incluídas o controlo de cheias ou a protecção de muros às pontes.	SEI + MOP

	Construção de novas pontes nas rotas principais	Construção de novas pontes nas rotas principais.	Construção/ substituição de 23 novas pontes.	Estão incluídas o controlo de cheias ou a protecção de muros às pontes.	SEI + MOP
	Reabilitação de estradas Distritais.	Reabilitação de estradas Distritais.	33.0 km de estradas distritais reabilitadas.	F.I.	SEI + MOP
	Desenvolver as ligações de estradas rurais.	Reabilitação de 458 kms das prioridades de estradas rurais.	458.0 kms das prioridades de estradas rurais terão sidos reabilitadas e conservadas por companhias locais.	Aust. Government: F.I	SEI + MOP
Desenvolver a ligação das redes interiores das áreas urbanas.	Desenvolver a rede das estradas em Díli.	Desenvolver a ligação das redes de estradas em Díli.	Desenvolver o mapeamento da rede de estradas e formalização da categoria e função das estradas para Timor-Leste (começando com Dili)	F.I	SEI + MOP
	Desenvolver as redes das estradas urbanas.	Reabilitação e modernização de 572 kms de estradas nas zonas urbanas.	14.0 kms de estradas reabilitadas/modernizadas em Díli e 36 kms de estradas reabilitadas nos capitais de distritos.	F.I	SEI + MOP
Melhoria da sustentabilidade.					
Desenvolver a energia renovável	Instalação de sistema de lar individual (SLI) de painéis solares.	Instalação de sistema do lar individual (SLI) de painel solar nas áreas remotas seleccionadas.	4000 agregados familiares nas zonas remotas com acesso à energia.	Para a efectividade na implementação o fundo tem de ser gerido pelo MOP e o projecto plurianual para ser considerado no FI	SEI+MOP
Desenvolver a Energia Eólica	Construções de parques eólicos	Construção de 2 (dois) parques eólicos.	Início da construção de 2 (dois) parques eólicos com capacidade de 51 MW	Estudos de viabilidades concluídas; um projeto purianual para ser considerado no FI	SEI+MOP
Desenvolver usinas hidroeléctricas	Construção de Estações de hidroeléctricas	Construção de uma usina hidroelétrica em Magapu-Atsabe; Os estudos de viabilidade concluíram que 23 MW podem ser produzidos para fornecer as necessidades energéticas de Timor-Leste.	Construída usina hidroeléctrica com a capacidade de 23 MW em Magapu-Atsabe.	Estudos de viabilidades concluídas: um projeto purianual para ser considerado no FI	SEI+MOP
		Manutenção da central da Mini Hídrica de Garivai.	A central Mini Hidrica de Garivai com capacidade de 326 KW em funcionamento.		SEI+MOP
Melhoria do acesso das pessoas aos serviços					
Melhorar e facilitar a mobilidade dos equipamentos pesados	Estabelecimento de brigadas de apoio aos serviços de emergências	Estabelecer 2 (duas) brigadas na parte Oeste da Costa-Norte.	Estabelecido 2 (duas) birgadas de apoio a emergencia com capacidade de 59 pessoas e equipamentos pesados com uma base em Maliana e outra em Lequica	Estas actividades de IGE não estão incluído no Matriz da MCPD mas é importante para facilitar a continuidade de mobilização.	SEI+MOP
Assegurar a continuidade de apoios aos serviços de emergência	Operação e Manutenção de Equipamento Pesados.	Manutenção de rotina e periódica incluindo as operações.	Os equipamentos pesados em boas condições, disponíveis para operações de apoio aos serviços de emergência		SEI+MOP
Edificação da sede do IGE.	Construção da sede do IGE	Construção do novo edifício do IGE.	Construída a primeira fase da sede incluindo o desenho, o acesso da estrada, muro de vedação e aquisição do terreno em Tibar-Liquica.		SEI+MOP
Elevar a capacidade de atendimento e prestação de serviços, e melhorar o desempenho	Recrutamento e promoção de funcionários públicos	Processo de recrutamento, incluindo o orçamento para salários.	196 funcionários promovidos para nível de carreira superior. 253 funcionários recrutados para reforçar serviços das Direcções.	Estas actividades de Serviços Corporativos não estão incluídos na Matriz da MCPD mas é importante para melhorar a capacidade de atendimento e prestações de serviços	SEI+MOP
	Formação dos novos funcionários e melhoramento das capacidades dos novos e actuais funcionários	Formação nas áreas de Administração Pública, jurídicas, gestão, liderança, línguas, gestão de conflitos, MYOB, orçamento e finanças, patrimónios, aprovisionamento, sistema de informação geográfica, técnicas especializadas (estradas, agua e saneamento, electricidade, IGE, e de laboratório), recurso humano, comunicação, logística, incluindo indução de novos funcionários, estudos comparativos. workshops e seminários.	Mais de 1.26 funcionarios capacitados e equipados com conhecimentos administrativos e technicas e de habilitação profissional elevadas.	Estas actividades de Serviços Corperativos não estão incluído no Matriz da MCPD mas é importante para melhorar a capacidade de atendimento e prestações de serviços Nota: os promenores esta na lista do plano operacional/detailhado	SEI+MOP

	Melhoramento da capacidade dos serviços de avaliação, monitorização e coordenação, e do planeamento.	Efectuar a avaliação, monitorização, coordenação e planeamento, incluindo as formas de execução dos programas e projectos	Melhorada a avaliação, monitorização, coordenação e planeamento e elevada a taxa de execução		SEI+MOP
Ordenamento das construções e urbanização	Implementação do decreto de Lei do Regime Controlo de Construção e Urbanização	Desenvolvimento Institucional e Assistência Técnica	Regularização dos edifícios existentes e permissão para novo projeto de construção e controlo das edificações ilegais Desenvolver vários Diplomas Ministeriais (Building Regulation)		
	Plano Nacional Espacial em vigor e respectiva implementação.	Elaboração do Plano Espacial Nacional. Organização de acções de divulgação junto de instituições e comunidades Definição dos principais procedimentos para a aplicação, monitorização e revisão do Plano Espacial Nacional.	Plano Espacial Nacional em vigor e em aplicação até ao fim de 2015. Definição procedimental e divulgação do Plano.	(Não está Incluído na Matriz da MCPD) Elaboração do Plano levado a cabo por consórcio Português – Intersismet – Quartenaire, acompanhado e gerido pela DNHPU.	SEI+MOP
	Master Plan de Díli em vigor e respectiva implementação.	Elaboração do Master Plan de Díli e definição dos mecanismos e ferramentas para a sua aplicação; Organização de acções de divulgação junto de instituições e comunidades. Definição dos principais procedimentos para a aplicação, monitorização e revisão do Plano Espacial Nacional.	Aprovação e envio do Plano para publicação até ao fim de 2015; Início dos trabalhos do plano de urbanização e outros instrumentos de planeamento tendentes à operacionalização da estratégia do Master Plan até ao fim de 2015. - Definição procedimental e divulgação do Plano.		SEI+MOP
	Planos de Urbanização de Díli, Suai, Viqueque e Baucau em vigor respectiva implementação.	Revisão e conclusão dos termos de referência e apoio aos processos de concurso.	Início do Processo dos Planos de Urbanização de Díli, Suai, Viqueque e Baucau.		SEI+MOP
	Lei da habitação e Povoamentos em vigor respectiva implementação.	Elaboração do draft final do quadro legal e apoio ao processo de aprovação. Organização de acções de divulgação junto de instituições e comunidades. Início dos trabalhos relativos a legislação e normativa subsidiária, incluindo programas de apoio e financiamento à promoção de habitação e a processos de reabilitação urbana e de melhoria das edificações habitacionais	Entrada em vigor do quadro legal durante o ano de 2015; Divulgação.	Elaboração do quadro legal levada a cabo por consórcio Português – Intersismet – Quartenaire, acompanhado e gerido pela DNHPU	SEI+MOP
	Lei para o Planeamento Espacial em vigor e respectiva implementação.	- Elaboração do draft final do quadro legal e apoio ao processo de aprovação. Organização de acções de divulgação junto de instituições e comunidades. Início dos trabalhos relativos a legislação e normativa subsidiária.	Entrada em vigor do quadro legal durante o ano de 2015 Divulgação.	Elaboração do quadro legal levada a cabo por consórcio Português – Intersismet – Quartenaire, acompanhado e gerido pela DNHPU	SEI+MOP
	Reabilitação urbana de Díli – projecto-piloto.	Elaboração de Inquéritos e realização de levantamentos arquitectónicos e de redes Infraestruturais. Relatório Inicial do Plano de Pormenor	Elaboração da primeira fase do Plano de Pormenor para a reabilitação do Suco de Caicoli		SEI+MOP
	Valorização da costa de Díli	Lançamento do curso de ideias com elaboração dos termos de referência e promoção de todas as diligências concursais, administrativas e promocionais; Organização do concurso e selecção dos concorrentes; recolha das propostas concorrentes e atribuição dos	Recrutamento de ideias para a valorização da costa de Díli		SEI+MOP

		prémios até ao fim de 2015. Organização de exposição com as propostas concorrentes até ao fim de 2015. Início ainda em 2015 de fóruns de discussão sobre as propostas e ideias formuladas. Assessoria Jurídica 5.000 Diligências e acções promocionais Prémios de concurso			
Apoiar o desenvolvimento e implementação dos códigos e standardização técnicos através do fornecimento de serviços essenciais de teste de materiais de construção para todos os projectos de infraestruturas.					
Controlar a qualidade da construção de todos os projectos.	Assegurar e desenvolver a capacidade na operação	Realizar teste de materiais como a terra, pedra, areia e asfalto no laboratório e no terreno nos 13 distritos. Realizar uma investigação, inspecção e controlo de qualidade a todos os projectos da construção do Governo nos 13 distritos.	Todo o teste de material se efectua no laboratório e cross check da qualidade dos materiais. Implementação conforme o padrão técnico e qualidade assegurada.		SEI+MOP

Ministério do Transportes e Comunicações

Papel

O Ministério dos Transportes e Comunicações, abreviadamente designado por MTC, é o órgão central do Governo responsável pela concepção, execução, coordenação e avaliação da política, definida e aprovada em Conselho de Ministros, para as áreas dos transportes terrestres, marítimos e aéreos de carácter civil e serviços auxiliares, das comunicações, incluindo os serviços postais, telégrafos, telefónicos e de mais telecomunicações, dos serviços meteorológicos e da informática.

Orçamento

O Ministério do Transporte e Comunicações tem um Orçamento de 22,346 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério dos Transportes e Comunicações (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	9,540	19,266	22,346	23,239	24,169	25,136	26,141
Recorrentes	6,994	9,017	6,961	7,239	7,529	7,830	8,143
Salários e Vencimentos	1,342	1,700	1,730	1,800	1,872	1,946	2,024
Bens e Serviços	5,652	7,317	5,231	5,440	5,657	5,884	6,119
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	2,546	10,249	15,385	16,000	16,640	17,306	17,998
Capital Minor	2,103	7,419	12,671	13,178	13,705	14,253	14,823
Capital Desenvolvimento	443	2,830	2,714	2,823	2,935	3,053	3,175
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	9,540	19,266	22,346	23,239	24,169	25,136	26,141
Recorrentes	6,994	9,017	6,961	7,239	7,529	7,830	8,143
Capital	2,546	10,249	15,385	16,000	16,640	17,306	17,998

Perfil de Funcionários

O Ministério do Transportes e Comunicações tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 1.294 pessoas, composto por 396 funcionários permanentes, 71 cargos de direcção e chefia e 148 vagas em processo de recrutamento 14. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 679 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO TRANSPORTES E COMUNICACÕES (MTC)																					
Força de Trabalho	Categoria/Gran																				
	TS Gran A			TS Gran B			TP Gran C			TP Gran D			TA Gran E			Ass Gran F			Ass Gran G		
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionários Público Actuais	1	-	1	4	-	4	11	3	14	31	7	38	105	47	152	113	25	138	42	7	49
Escalação 1o	-	-	-	-	-	-	6	-	6	9	-	9	8	5	13	6	6	12	10	3	13
Escalação 2o	-	-	-	2	-	2	2	1	3	2	1	3	52	25	77	64	15	79	20	1	21
Escalação 3o	-	-	-	-	-	-	1	1	2	6	2	8	12	5	17	18	3	21	1	-	1
Escalação 4o	-	-	-	1	-	1	1	1	2	8	1	9	12	4	16	7	-	7	6	1	7
Escalação 5o	1	-	1	1	-	1	1	-	1	6	3	9	21	8	29	18	1	19	5	2	7
Escalação 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraaun Público Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	2	-	2	8	-	8	30	5	35	53	19	72	113	50	163	113	25	138	42	7	49
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	-	-	-	4	-	-	40	-	-	47	-	-	34	-	-	18	-	-	5
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	2	-	-	12	-	-	75	-	-	119	-	-	197	-	-	156	-	-	54
Mapa Pessoal 2016	-	-	9	-	-	41	-	-	138	-	-	254	-	-	233	-	-	4	-	-	679
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	9	-	-	41	-	-	138	-	-	254	-	-	233	-	-	4	-	-	679
Detalho Cargo Direcção e Chefias																					
Cargo Direcção e Chefias	TS Gran A			TS Gran B			TP Gran C			TP Gran D			TA Gran E			Ass Gran F			Ass Gran G		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Diretor Geral	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Inspector Geral	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Diretor Nacional	-	-	-	1	-	1	8	1	9	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Chefe do Departamento	-	-	-	1	-	1	10	1	11	11	7	18	-	1	1	-	-	-	-	-	22
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	6	4	10	8	2	10	-	-	-	-	-	-	14
Total Cargo de Direcção e Chefia	1	-	1	4	-	4	19	2	21	22	12	34	8	5	11	-	-	-	-	-	54

Plano Anual do Ministério dos Transportes e Comunicações para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS +INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
O plano para o aeroporto IPNL estará concluído, incluindo as instalações do novo terminal e uma pista mais extensa					
Desenvolver os Transportes Aéreos.	Plano de Construção / Modernização de Aeroportos e Aeródromos.	Completar o Aeroporto do IPNL.	Ampliação e modernização do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato com uma pista mais extensa e novo terminal de passageiros, bem como novas instalações para serviços.	OGE Possibilidade para aplicar PPP	FI + Responsável ANATL
Uma autoridade aeroportuária, comercialmente orientada, irá gerir o aeroporto IPNL					
Desenvolver os Transportes Aéreos	Gestão de aeroportos	Estabelecer uma autoridade aeroportuária comercialmente orientada.	Uma autoridade aeroportuária orientada para a gestão empresarial dos aeroportos e aeródromos irá gerir o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato	OGE	FI + Responsável ANATL
O plano de aviação Distrital terá sido completado e os trabalhos de construção e/ou reabilitação terão sido iniciados (Suai, Oecusse, Lospalos, Maliana, Viqueque, Ataúro e Same)					
Desenvolver os Transportes Aéreos	Construção do Aeroporto do Suai já teve início - data de término em 2016.	Acompanhar a execução da construção do aeroporto do Suai.	Continuação da construção do aeroporto de Suai.	OGE	FI + Responsável ANATL
O aeroporto de Baucau terá sido desenvolvido para servir como aeroporto de carga e instalação de uma base aérea militar					
Desenvolver os Transportes Aéreos	Melhorar o funcionamento do aeroporto de Baucau	Preparação de desenho para reabilitação; Instalação de electricidade.	Obter boas condições e facilidades no aeroporto de Baucau e acompanhar a sua execução até ao processo de certificação.	OGE	FI + Responsável ANATL e DNMG
Construção do novo Porto multifunções em Tibar					
Desenvolver o Porto Marítimo	Construção de um novo porto marítimo	Construir o novo Porto Nacional multifunções de Tibar.	Está em processo de tenderização e será construído em 2015.	OGE e PPP	FI + Responsável DNTM
Construção do novo porto marítimo multifunções do Suai e estabelecimento das condições para funcionar como uma base logística para o sector petrolífero					
Desenvolver o Porto Marítimo	Construção de um novo porto no Suai.	Construir um novo porto multifunções no Suai (servirá como base logística de apoio ao sector petrolífero).	Estudo de viabilidade foi realizado pelo MPRN.	OGE	FI + Responsável DNTM e MPRN
Implementação de um programa regional de construção de portos, incluindo as instalações portuárias melhoradas em Com (entre Laga e Lautem), Ataúro, Vemasse (Kairabela), Oecusse Ambeno e um cais de desembarque com instalações de refrigeração em Manatuto					
Desenvolver o Porto Marítimo	Implementação de um Programa Regional de Construção de Portos, incluindo remodelação de instalações portuárias em COM, entre Laga e Lautem, Ataúro, Caerabela (Vemasse), Oecusse Ambeno e um cais de desembarque com instalações de refrigeração em Manatuto.	Construção e supervisão do porto de Caerabela (Vemasse). Reabilitação e supervisão do porto de COM. Construção e supervisão do porto de Ataúro.	Obter boas condições e facilidades portuárias.	OGE	FI + Responsável DNTM
Será fornecida uma cobertura de telefone móvel fiável e acessível a todos os Timorenses					
Serviços de comunicação para todos	Alcançar a cobertura telefónica móvel universal	Fornecer cobertura de telefonia móvel confiável para todos os timorenses.	Cobertura de telefonia móvel confiável e acessível a todos os timorenses; Competição dos três operadores em Timor-Leste para disponibilizarem bons serviços nas telecomunicações móveis;	OGE	FI + Responsável ANC

			Autoridade Nacional das Comunicações (ANC) foi estabelecida para controlar e regular as actividades de comunicações.		
Haverá acesso a uma rede de internet de alta velocidade, fiável, acessível e disponível em todas as capitais de distrito e áreas circundantes					
Desenvolver as Conexões de Rede Governo	Proporcionar o acesso à internet	Actualizar a capacidade de banda-larga da internet.	Aumentar a alta velocidade	OGE	FI + Responsável DNIT
Conectar à internet todas as escolas secundárias e iniciar a conectividade para todas as restantes escolas, postos e clínicas de saúde					
Conectar todos Postos de Saúde e Escolas	Todas as escolas, postos de saúde e clínicas de saúde estarão ligados à internet, a partir de 2015	Fornecer às Escolas e Postos de Saúde e Clínicas o acesso à internet através de Rede de Fibra Óptica.	Instituições governamentais; Todas as escolas, postos de saúde e clínicas de saúde em Díli; Preparando o <i>Fiber Link</i> para conectar todas as escolas e clínicas.	OGE	FI + Responsável DNIT
O quadro regulamentar para gerir um mercado de telecomunicações competitivo estará estabelecido					
Serviços de Comunicações para todos	Melhorar os serviços das comunicações	Estabelecer regulamentos das comunicações da ANC.	Será estabelecido o mercado regulatório para a gestão de um mercado de telecomunicações competitivo; Actividades de comunicações estabelecidas, controladas e reguladas.	OGE	FI + Responsável ANC
Construção de novos edifícios dos correios em 11 distritos					
Desenvolver o atendimento ao público dos serviços postais e correios em 11 distritos	Aumentar novos edifícios dos correios nos Distritos.	Preparação de desenho e BOQ.	Construção de dois novos edifícios, um no Suai e outro em Oecusse; Facilitar/oferecer bom atendimento dos serviços à comunidade nos Distritos.	OGE	FI + Responsável DNSP
Ligação de Timor Leste a fibra óptica terrestre e subaquática numa rede nacional e internacional					
Implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento para ICT	Gestão de acesso ICT	Conectar todas as capitais dos Distritos e Sub-distritos por via fibra óptica; Ligar por fibra óptica subaquática com os países vizinhos, Indonésia e Austrália. Este processo está na fase de discussão.	Instituições governamentais e toda a população terá acesso a internet de alta velocidade; Obter o acesso do portão Internacional	OGE	FI + Responsável DNIT
Construção de infra-estruturas e instalações de apoio aos transportes públicos e privados					
Desenvolver Transportes Terrestres	Aumentar instalações de transportes terrestres.	Construção e reabilitação de terminais tais como; 1. Terminal Taibesi. 2. Terminal Tasi-tolu. 3. Terminal Manleuana.	Continuação da reabilitação do Terminal de Taibesi e de Tasi-tolu e nova construção do Terminal de Manleuana.	OGE	FI + Responsável DNTT
	Criar facilidades para atendimento público	Reabilitação do edifício central de Balide.	Edifício central da DNTT reabilitado e pronto para o atendimento ao público.		
		Reabilitação do edifício onde se realizam exames e emitem as Cartas de Condução, canalização de água, pavimentação e drenagem em Akanuno-Hera.	Edifício reabilitado e pronto para atendimento de exames práticos de condução e emissão de cartas de condução para os examinandos que passarem.		
		Reabilitação do edifício da inspecção de veículos em Comoro.	Edifício reabilitado e pronto para realizar a inspecção de veículos.		

	Montagem de semáforos e marcas nas estradas.	Montagem de semáforos; Marcar estradas.	Montagem de semáforos e energia solar em Díli, na área de Kuluhun, Audian e Cruzamento Delta/Comoro (Elemloi); Marcar estradas de 54 Km na Capital Díli, 32 Km Metinaro-Díli, 23 KM na Capital de Baucau até Venilale.		
		Comprar duas máquinas para marcar estradas incluindo os materiais/tinta.	Máquinas disponíveis para pintar/marcar estradas em situações urgentes.		
Construídos 3 postos de tráfego para melhor serviço de atendimento aos clientes com rotas interurbanas					
Desenvolver Infraestruturas	Criar facilidades para atendimento público	Construção do edifício central e muro no Suai.	Edifício central da DNTT construído, e pronto para atendimento ao público.	OGE	FI + Responsável DNTT
Plano Operacional					
Construção, reabilitação do edifício e melhorar as instalações do MTC	Elevar a eficiência e efectividade dos serviços DNTM e Central MTC	Pavimentação do Armazém de contentores.	Desenvolvimento das obras	OGE	Responsável DNTM
		Reabilitação Terminal de passageiros.	Obter boas condições para atendimento dos passageiros.		
		Reabilitação do edifício Central MTC	Edifício central da MTC reabilitado, e pronto para atendimento público.		
	Melhorar as instalações do cais acostável do porto de Díli	Reinstalação de feças de borracha no cais acostável do porto de Díli.	Garantir e proteger os barcos que encostam no cais acostável do porto de Díli	OGE	Responsável DNTM
	Melhorar a instalação e facilidade do porto em Oecusse	Reabilitação e pavimentação dos antigos edifícios dos portos de Mahata e Oebau; Protecção de ondas marítimas no porto de Mahata com Break Whater.	Obter boas condições do edifício		
	Assistência técnica	Contratar uma equipa consultora técnica.	Dar assistência técnica na análise de todos os projectos físicos do MTC, produzir desenhos e BOQ.		
	Gestão e protecção dos serviços portuários	Melhorar a gestão de protecção e segurança portuária e gestão de controlo de gestão das cargas.	Implementação do plano de segurança de instalação portuária (PFSP), instalação CCTV, Tabuletas/Sinalética, instalação de postes de iluminação, estabelecimento de áreas restritas e reordenamento dos espaços de armazenamento de cargas.		
	Garantir um bom funcionamento da entrada e saída dos Barcos na Baía do Porto de Díli e Ataúro.	Manutenção de rotina às 4 instalações de sinais de ajuda de navegação do Porto de Díli e 4 Bóias de Navegações de Ataúro.	Manter boas instalações referidas		
	Suporta plano ZEEMS	Levantamento técnico, desenho e BOQ para a extensão do Porto de Mahata em Oecusse.	Obter informações e dados necessários para ampliação do porto comercial e multifunções de Mahata para melhor acomodar as embarcações		
	Garantir a eficiência e efectividade dos serviços portuários	Manutenção rotina das instalações portuárias (Armazéns, cais, edifícios, espaços de armazenagem de contentores).	Manter boas condições das instalações portuárias.		
	Garantir o funcionamento de regulamentos e registos nacionais dos navios de Timor-Leste.	Preparativos de estabelecimento e manutenção de registos nacionais dos navios de Timor-Leste.	Actualizar os registos dos navios de Timor-Leste.		
Expansão dos Serviços Postais	Emissão de selos	Emissão de Selos 500 Anos da chegada dos Portugueses em Lifau-Timor Leste.	A história de Timor-Leste será conhecida no mundo através dos serviços Filatélicos.	OGE	Responsável DNSP (Direcção)

	Serviços de remessa	Instalação de serviços de remessa em Díli. Conta Bancária e instalação Software.	Oferecer/facilitar um bom atendimento aos clientes que querem mandar dinheiro dentro do país ou para o exterior, pagamentos para idosos, veteranos, pagamentos de taxas, telefones, etc.		Nacional dos Serviços Postais)
	Pagar a quota como membro da UPU, AICEP e União Postal Ásia-Pacífica (APPU).	Novo membro da UPU, AICEP e União Postal Ásia-Pacífica (APPU).	Obter benefício de apoio nas formações e treinamentos para os funcionários dos quadros técnicos dos serviços postais.		
Promover e Melhorar a Qualidade de Serviços Postais	Manter e melhorar a qualidade de serviço da rede de encaminhamento do correio internacional e nacional.	Distribuição de malas do correio internacional (correio <i>outbound /inbound</i>) e nacional.	Número de pessoas internacionais e nacionais que têm acesso aos serviços postais.		
Operação do Berlin Nakroma	Manter continuidade da viagem do Berlin Nakroma	Despesas operacionais combustíveis.	Assegurar a operação do barco Berlin Nakroma para Oecusse e Ataúro	OGE	Responsável Berlin Nakroma)
	Assegurar e manter boas condições físicas do Berlin Nakroma	Manutenção rotineira e preventiva anual; Seguros para o Berlin Nakroma; Contrato temporário de um barco substituto para três meses; Para os tripulantes profissionais e funcionários casuais do Berlin Nakroma.	Obter boas condições físicas; Assegurar que o Berlin Nakroma atende os passageiros em caso de desastre marítimo; Obter temporariamente um barco de substituição; Assegurar a qualidade da operação.		
	Assegurar as viagens Díli, Oecusse, Ataúro.	Compra de Barco.	Melhorar atendimento de viagem (ida e Volta) dos passageiros de Díli para Oecusse-Díli e de Díli para Atauro-Díli; Completar o pagamento do barco.		
Manutenção dos Equipamentos do MTC	Garantir a segurança, eficácia e qualidade dos serviços.	Manutenção de calibração de quatro máquinas X-Ray e assistência através do contrato de manutenção com uma companhia.	Para dar assistência de manutenção de forma a suportar os serviços operacionais de AVSEC, annex.17 ICAO	OGE	Responsável AACTL e Aportil
		Manutenção de 4 viaturas especial de socorros.	Contratar uma companhia para dar assistência de manutenção de forma a suportar os serviços operacionais, conforme o regulamento traçado pelo ICAO		
		Manutenção de AC no Terminal VIP, e compra de equipamentos de Navegação.	Contratar uma companhia para dar assistência de manutenção de forma a suportar os serviços operacionais durante 24 horas.		
		Manutenção de semáforos.	Semáforos funcionam bem e contribuem para minimizar engarrafamentos e acidentes.	OGE	Responsável DNMG
		Manutenção dos equipamentos Meteorológicos automáticos em Díli e Baucau.	Obter boas condições dos equipamentos Meteorológicos		
		Manutenção de CCTV	Contratar uma companhia para prestar assistência técnica de forma a garantir um bom controle de movimento dos passageiros.	OGE	Responsável ANATL
	Gestão e manutenção dos equipamentos (Upgrade Networks Support Systems, Public Internet Services (PIS), Hardware, Software, Software License, UPS, Fiber Optics Connectivity Project-NCP V, e Rádio VHP)	Manutenção de equipamentos e sistema de rede de controlo.	Obter boas condições de serviços de informação tecnológica e equipamentos.	OGE	Responsável DNIT
	Estabelecer um novo centro nacional de treinamento para ICT	Preparação do módulo e matéria de treinamento; Comprar terreno para construção; Preparar desenho e BOQ.	Construção do edifício do ICT em 2016.		
Segurança na Via Pública	Minimizar acidentes de tráfego, poluição e engarrafamentos conforme declaração Bali “Visão Três Zeros” (Zero Engarrafamento, Zero Poluição e	Socialização e campanha sobre segurança na via pública por meio de filmagem e música. (promoção através de Rádio e Televisão).	Informação sobre a segurança de vida na via pública disponibilizada.	OGE	Responsável DNTT e ACTL

	Zero Acidente)				
	Limpeza geral no Aeroporto IPNL	Contratar uma companhia para limpeza no Aeroporto.	Garantir uma limpeza contínua nos arredores da pista de modo a assegurar boa visibilidade das aeronaves na sua descolagem e aterragem		
	Melhoramento de equipamentos de comunicações	Contratar um alojamento para Rádio Link de companhia Timor Telecom para 5 anos.	Para estender a cobertura de distância da rádio comunicação entre controladores e pilotos.		
Estabelecimento Política da Informação e Tecnologia.	Assistência Técnica	Recrutamento assessores técnicos.	3 Assessores técnicos internacionais na área de redes e Administração, gestão e política da ICT.	OGE	Responsável DNTT, DNIT e ANC
	<i>Bandwidth</i> 100 Mbps	Fornecer a internet, circuito ponto a ponto e aluguer de espaços.	Internet satelit, linha terrestre e aluguer dos espaços em Timor Leste.		
	<i>BlueCoat</i> Software	Renovação a licença de aplicação <i>BlueCoat</i> .	Utilização e Aplicação de <i>BlueCoat</i> para assegurar e proteger a linha de Internet.		
	Server Dell EDGE T420 e UPS APAC 1.5 KVA	Comprar e instalar um novo servidor completo.	Obter informações e assegurar registo e arquivo de dados da DNTT		
Desenvolvimento de Recursos Humanos					
Educação Formal para os funcionários do MTC.	Aumentar capacidades na área de educação formal para os funcionários do MTC	Licenciatura na área de gestão pública, contabilidade, gestão de projectos, administração pública, ICT, tráfego rodoviário, gestão de transportes terrestres, meteorologia, geofísica, gestão portuária, gestão de recursos humanos e informática.	39 Funcionários nas áreas referidas (15 homens e 24 mulheres)	FDCH	Responsável DNRH (Direcção Nacional dos Recursos Humanos)
		Mestrado na área de finanças, contabilidade, gestão de projectos, administração público, gestão de economia, ICT, meteorologia, geofísica, portuária.	26 Funcionários nas áreas referidas (12 homens e 14 mulheres)	FDCH	Responsável DNRH
Educação Não-Formal para os funcionários do MTC.	Aumentar capacidades na área de educação não-formal para os funcionários do MTC	Treinamento sobre gestão do Aeroporto, gestão de finanças, orçamento, planeamento, ATS, operações, Manutenção, socorros e AVSEC, observador de meteorologia, gestão dos serviços marítimo, portuário, futuros tripulantes, gestão de manutenção do porto, gestão de recursos humanos, sistema de arquivo, relatório, gestão de orçamento, gestão património, administração e logística, sistema de atendimento público, gestão de contracto, projecto, estudo comparativo da administração, logística e património, gestão de correios, operações internacionais postais, tecnologia postal, gestão da inovação, bases de dados e servidor Windows, Fibra óptica e comunicações rádio, gestão projectos, certificado cisco.	387 Funcionários nas áreas referidas (150 homens e 237 mulheres)	FDCH	Responsável DNRH
		Treinamento de gestão de liderança.	50 Chefias nas áreas referidas (25 homens e 25 mulheres)	FDCH	Responsável DNRH
		<i>Workshop</i> para disseminação das leis da função pública, perspectiva de género e GPRU.	300 Funcionários MTC participam <i>workshop</i> sobre a lei, género e GPRU	OGE	Responsável DNRH

		Cursos de língua portuguesa, Inglesa e computador.	30 Funcionários participam nos cursos (15 homens e 15 mulheres).	FDCH	Responsável DNRH
Recrutamentos					
Recrutamento no MTC.	Preenchimento de vagas no Ministério dos Transportes e Comunicações	Preenchimento de 349 vagas e melhoramento de nível. Vagas abaixo mencionadas: Grau A= 3 pessoas Grau B= 14 pessoas Grau C= 62 pessoas Grau D= 118 pessoas Grau E= 149 pessoas Grau F= 4 pessoas	349 Pessoas recrutadas; Vagas preenchidas por homens e mulheres.	OGE	Responsável DNRH (Direcção Nacional dos Recursos Humanos)

Ministério da Agricultura e Pescas

Papel

O MAP lidera de forma activa o desenvolvimento sustentável e a gestão de recursos agrícolas, florestas, aquicultura e pescas.

Missão - Prestar serviços à comunidade agrícola de Timor Leste, de modo a:

- Aumentar a produtividade;
- Aumentar as receitas através de exportações a fim de melhorar as condições socioeconómicas em áreas rurais, especialmente ao nível de recursos humanos e financiamento.

Objectivo Geral:

- Alcançar a segurança alimentar;
- Promover o crescimento económico;
- Criar emprego em áreas rurais.

Resultados Esperados:

- Aumento da produção alimentar;
- Aumento da área cultivada, com preparação de 36.000 hectares de terreno;
- Promoção da produção de animais através de projectos-piloto de criação de animais como modelos para serem adoptados pelos agricultores;
- Aumento da capacidade do MAP e dos agricultores;
- Aumento dos lucros por via da adopção de tecnologias de cultivo, do uso de sementes de boa qualidade e do tratamento e exportação de colheitas;
- Aumento das áreas com acesso a sistemas de irrigação;
- Melhoria de áreas degradadas através de reabilitação e protecção de florestas e áreas protegidas;
- Promoção da produção de peixe através da criação de viveiros como modelos para serem adoptados pelos agricultores;
- Melhoria da qualidade e da quantidade da produção de café e intensificação do desenvolvimento da produção de caju;
- Melhoria da prestação de serviços de divulgação agrícola, guardas florestais e veterinários nos sucros;
- Melhoria da qualidade dos serviços de quarentena;
- Fortalecimento da monitorização do sistema de segurança alimentos;
- Melhoria da qualidade do ensino na Escola Técnica Agrícola;
- Alargamento de estudos de adaptação.

Orçamento

O Ministério da Agricultura e Pescas tem um Orçamento de 25,677 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério da Agricultura e Pescas (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	21,493	27,954	25,677	26,704	27,773	28,883	30,038
Recorrentes	18,825	22,340	21,430	22,287	23,179	24,106	25,070
Salários e Vencimentos	5,862	6,504	6,504	6,764	7,035	7,316	7,609
Bens e Serviços	11,979	15,085	14,176	14,743	15,333	15,946	16,584
Transferências Públicas	984	750	750	780	811	844	877
Capital	2,668	5,614	4,247	4,417	4,594	4,777	4,968
Capital Minor	680	2,493	498	518	539	560	583
Capital Desenvolvimento	1,987	3,121	3,749	3,899	4,055	4,217	4,386
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	21,493	27,954	25,677	26,704	27,773	28,883	30,038
Recorrentes	18,825	22,340	21,430	22,287	23,179	24,106	25,070
Capital	2,668	5,614	4,247	4,417	4,594	4,777	4,968

Perfil de Funcionários

O Ministério da Agricultura e Pescas tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 4.147 pessoas, composto por 1.644 funcionários permanentes, 125 cargos de direcção e chefia, 432 agente da administração publico actuais e 39 vagas em processo de recrutamento. Significa que a projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 1.907 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

Além disso, o Ministério da Agricultura e Pescas ainda tem Professores Agrícola na Natar-Bora, Bobonaro, Fuiloro e Oecussi no total 95 pessoas.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PISCAS (MAP)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Funcionarios Publico Actuais	1	1	2	21	1	22	80	17	97	242	53	295	582	111	693	280	144	424	84	27	111	1.290	354	
Escalão 1o	-	1	1	13	-	13	45	10	55	150	25	175	470	95	565	215	137	352	76	24	100	969	292	
Escalão 2o	-	-	-	-	-	-	16	5	21	47	20	67	62	13	75	41	6	47	6	-	6	172	44	
Escalão 3o	1	-	1	4	1	5	7	1	8	16	2	18	18	1	19	23	-	23	2	3	5	71	8	
Escalão 4o	-	-	-	3	-	3	10	1	11	27	6	33	28	2	30	1	1	2	-	-	-	69	10	
Escalão 5o	-	-	-	1	-	1	2	-	2	2	-	2	4	-	4	-	-	-	-	-	-	9	-	
Escalão 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Agente da Administraaun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	2	-	2	37	17	54	11	4	15	328	10	338	17	6	23	395	37	
Total force de trabalho actuais	3	1	4	37	1	38	133	21	154	310	73	383	610	115	725	609	154	763	101	33	134	1.803	398	
Vagas em processo de Recrutamento	-			5			9			14			8			2			1			39		
Nova Proposta de Vagne 2015	-			-			-			-			-			-			-			-		
Total Quadro Pessoal	4			43			163			397			733			765			135			2.240		
Mapa Pessoal 2016	9			280			489			511			278			221			119			1.907		
Mapa Pessoal 2016 - 2018	9			280			489			511			278			221			119			1.907		
Detalho Cargo Direcção e Chefias																								
Cargo Direcáo e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total			
Director Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-		
Inspector Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-		
Director Nacional	-	-	-	6	-	6	6	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-		
Director Distrital	-	-	-	2	-	2	3	-	3	4	-	4	3	-	3	-	-	-	-	-	12	-		
Chefe do Departamento	-	-	-	8	-	8	42	4	46	27	3	30	14	-	14	1	-	1	-	-	92	7		
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Total Cargo de Direcção e Chefia	2	-	2	16	-	16	51	4	55	31	3	34	17	-	17	1	-	1	-	-	118	7		

MAP-RE-Professores Agrícola (Natar-Bora, Bobonaro, Fuiloro e Oecussi)																								
Categoria Força de Trabalho	Escala																					Sub-Total		Total
	1			2			3			4			5			6			7					
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Professor Senior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Professor	19	-	19	3	-	3	8	-	8	40	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70	-	70
Assistente	25	-	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	-	25
Total Professores Agri.	44	-	44	3	-	3	8	-	8	40	-	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	95	-	95

Plano Anual do Ministério da Agricultura e Pescas para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Aumentar a produção agrícola de modo a reduzir a pobreza e melhorar a segurança alimentar					
Aumentar a produção alimentar: Aumentar a quantidade de produção anual das colheitas de 5%. (situação actual: 2% em 2013). Aumento de 35% na produtividade das colheitas em 2018. <i>(situação actual: aumento de 30% entre 2007-2012)</i>	<i>Aumentar a produção de alimentos:</i> 5% de aumento anual na quantidade produzida. <i>(situação actual: 2% em 2013)</i>	Requisição de 50 ton de sementes de arroz introduzida; Requisição de 100 ton de sementes de nelli local e 20 ton de sementes de arroz para área sequeira; Requisição de fertilizantes orgânicos/compos local de 79 ton e fertilizantes an-orgânico de 420 ton; Requisição de 8,400 litros de Bio-orgânico Líquido e 52,500 ton de Bio-orgânico Formula; Fornecimento de combustíveis de 500,000 litros para a operação dos tractores (grande/médio); Requisição e fornecimento de 7,000 litros de pesticidas; Requisição e distribuição de material e equipamentos de protecção das plantas, Requisição de material de laboratório de protecção das plantas.	Área cultivada de arroz irá aumentar até 70,000 ha em 2020. <i>(situação actual: 30,578 ha).</i> Produção de arroz irá aumentar até 85.000 ton em 2020. <i>(situação actual: 52,399 ton em 2013).</i> Produtividade de arroz irá aumentar até 5 t/ha em 2018. <i>(situação actual: 3.1 t/ha).</i> Increase milling recovery até 66% em 2018. <i>(situação actual: 60%).</i> Perdas da produção durante pré e pós colheita irão ser reduzidas até 40% em 2018. <i>(situação actual: estimação 15-20% perda durante pós-colheita).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
		Requisição e distribuição de “drums” para conservação dos sementes de milho.	22,000 drums serem distribuídos aos agricultores em 2017. <i>(situação actual: 8,571 drums distribuídos em 3 de Abril de 2014).</i>	Este projecto é financiado pelo IFAD em cooperação com o MAP	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
		Requisição de 100 ton de sementes de milho local. Estabelecer projecto-piloto demonstração de milho local Sele, Nai nos 6 distritos potenciais (10 ha cada: Ainaro, Bobonaro, Covalima, Lautem, Manufahi e Viqueque); Estabelecer projecto pilotos de demonstração de milho Noi Mutin no distrito de Oecusse de 30 há; Treinamento do uso da tecnologia adequada formas de multiplicar produção de milho e Neli no distrito de Oecusse.	Produção de milho irá aumentar até 275,000 mt/ano em 2018. <i>(situação actual: 100,789 t/2013).</i> Produtividade de milho irá aumentar até 2.5 mt/ha em 2018. <i>(situação actual: 2.4 t/ha).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
			Perda da produção durante pré e pós-colheita irá ser reduzida até 40% em 2018. <i>(situação actual: estimação 15-20% perdas durante pré e pós-colheita).</i>		
		Fornecimento de estacas/stek de batata doce com base nas recomendações do MAP aos agricultores.	Produção de batata doce irá aumentar até 15,000 mt/2018. <i>(situação actual: 10,000 t/ano; área cultivada de 3,000 ha em 2013 irá aumentar até 10,000 ha em 2018. Produtividade 3.2t/ha).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
		Requisição de 25 ton de sementes de soja;	Produtividade de soja irá aumentar até 1.8 t/ha; área cultivada irá aumentar até 3,000 ha com uma produção de 5.4/ha em 2018. <i>(situação actual: produtividade 1.0 t/h; área cultivada 1,500 ha).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
		Requisição e distribuição de 20 ton de sementes de amendoim.	Produção de amendoim irá aumentar até 15,000 t/2018, com uma média de produtividade de 1.5 t/ha; área cultivada 4,000 ha em 2013, irá aumentar até 10,000 ha em 2018. <i>(situação actual: produção 4,000 t/ano com uma média de produtividade de 1.1 t/ha).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
		Requisição de 6 ton de sementes de vegetais e outros vegetais.	Produção de vegetais variedades locais irá aumentar até 15,000 t/ano, com uma média de produtividade de 7.5	Actividade financiada pelo	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)

		Requisição de micro nutriente vegetais de 8,000 ltrs.	t/ha em 2018; área cultivada 2,000 ha. <i>(situação actual: área cultivada 700 ha para dois ciclos de produção; produção 4,620 mt/ha no total de 6,468 mt).</i> Produção de outros vegetais irá aumentar até 21,000 mt em 2018, com uma média de produtividade de 7 mt/ha; área cultivada 4,000 ha. <i>(situação actual: produção 3,300 mt, com uma média de produtividade de 5.5 mt/ha; área cultivada 600 ha).</i>	OGE do MAP 2015	
		Multiplicação e requisição de sementes de cebola, variedade local Requisição de 40 ton de sementes de cebola.	Produção de cebola irá aumentar até 8,000 mt, com uma média de produtividade de 4 mt/ha em 2014; área cultivada 2,000 ha. <i>(situação actual: produção 2,100 mt/ha, com uma média de produtividade de 3.2 mt/ha, área cultivada 674 ha)</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
		Requisição de 35,000 pés/mudas de fruteiras.	Produção de frutas irá aumentar até 53,000 mt, com uma média de produtividade de 10.5 mt/ha em 2018; área cultivada 5,000. <i>(situação actual: produção 18,000 mt/ano, com uma média de produtividade de 9 mt/ha; área cultivada 2,000 ha).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
		Multiplicação de sementes (breeder, fundação e certificado) de arroz variedade nakroma.	Produção de sementes de arroz irá aumentar até 125 mt em 2015. <i>(situação actual: produção de sementes de arroz 100 mt em 2013).</i>	Este projecto é financiado pelo SoL em cooperação com o MAP	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
		Multiplicação de sementes (breeder, fundação e certificado de milho variedade SELE, Noi Mutin e NAI) e arroz variedade Nakroma	250 mt de arroz e 150 mt de milho foram distribuídos e melhoria de sementes de arroz em 2018. <i>(situação actual: 310 ton de arroz inclui arroz importado requisitado; 150 ton de amilho requisitado em 2012).</i>	Este projecto é financiado pelo SoL em cooperação com o MAP	SEE (Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura)
		Continuação implementação do programa de CDCA através do “SIPI” e m cada suco seleccionado com um produto primário, desde preparação do terreno até mercado	Programa de CDCA através do “SIPI” com um produto primário, desde preparação do terreno até mercado implementado em 40 Sucos seleccionados.	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcções Técnicas do MAP)
		Expansão do programa de implementação CDCA através do “SIPI” em 15 sucos seleccionados com um produto primário, desde preparação do terreno até mercado	Implementação do programa de CDCA através do “SIPI” com um produto primário, desde preparação do terreno até mercado implementado em 15 Sucos seleccionados.	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcções Técnicas do MAP)
		Estabelecer projecto-piloto de demonstração nos sucos Capacitação aos agricultores sobre boa prática agricultura (GAP)	50.000 Agricultores adoptam e aplicam 10 módulos de boa prática de produção em 2018. <i>(situação actual: 12.500 agricultores adoptam 2 módulos em 2013).</i>	Este projecto é financiado pelo OGE do MAP 2015 com o apoio de RDP IV, SoL3, ABD, IRCP2 e FAO	SEE (Direcção Nacional de Extensão e Desenvolvimento da Comunidade Agrícola)
		Capacitação básica aos grupos de agricultores	Escola de campo aos agricultores será realizada nos 150 sucos em 2018. <i>(situação actual: farmer field schools realizados nos 25 sucos em 2013).</i>	Este projecto é financiado pelo OGE do MAP 2015 com o apoio de RDP IV, SoL3, ABD, IRCP2 e FAO	SEE (Direcção Nacional de Extensão e Desenvolvimento da Comunidade Agrícola)
	Colheitas comerciais	Produção de 1,000,000 mudas de café;	Plantação de café de 5,000 ha irá reabilitada em 2018.	Actividade	SEE

	<i>(café, côco, etc.):</i> Aumentar a produção de colheitas comerciais até 5%. <i>(situação actual: em 2013, a produção de colheitas comerciais aumentou para 2%).</i>	Produção de 100,000 mudas de árvores de sombreamento; Extensão de plantação de café; Revitalização/reabilitação plantação de café	<i>(situação actual: plantação de café de 500 ha reabilitado em 2013).</i>	financiado pelo OGE do MAP 2015	(Direcção Nacional das Plantas Industriais e do Café)
		Produção de sementes de café 1,5 ton; Produção e distribuição de 1,000,000 mudas de café; Extensão de plantação de café (Preparação terreno)	Novas plantações de café de 500 ha irão ser plantadas em 2018. <i>(situação actual: novas plantações de café de 150 ha plantados em 2013).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Plantas Industriais e do Café)
		Multiplicação de variedades de café superior Catuai Vermelho; Manutenção, reabilitação e expansão de plantação de café.	Produtividade de café irá aumentar até 600 kg/ha em 2018. <i>(situação actual: 250 kg/ha).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Plantas Industriais e do Café)
	Café de 10,000 mt/ano serem exportados em 2018. <i>(situação actual: 6,500 mt/2013).</i>	Compra das máquinas despoldadeira de café; Divulgar e transferir as informações sobre a qualidade de café; Classificar e certificar a qualidade de café.	Café de 10,000 mt/ano serem exportados em 2018. <i>(situação actual: 6,500 mt/2013).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Plantas Industriais e do Café)
		Produção e distribuição mudas de caju variedades alta produção; Estabelecer centro produção de semente superior de caju Austrália; Manutenção de plantação de caju intensivo; Intensifica areal plantação de caju actual de 300 ha	Produção de caju irá aumenta até 750 mt/ano, com uma média de produtividade de 750 kg/ha em 2018. <i>(situação actual: caju de 400 mt, com uma média de produtividade de 0.5 t/ha produzido em 2013).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Plantas Industriais e do Café)
		Produção de sementes de caju 1,5 ton; Produção e distribuição de 30,000 mudas de caju; Extensão de plantação de caju de 75 ha	Novas plantações de caju de 1,500 ha irão ser feitas em 2018. <i>(situação actual: 300 ha plantados em 2013).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Plantas Industriais e do Café)
		Produção de sementes de cacau e côco de 2 ton; Produção e distribuição de 70,000 mudas de cacau e 25,000 mudas de côco; Diversificação de plantação de cacau e coco.	1.500 ha de cacau terá sido diversificado e côco estabelecido, com uma média de produtividade de 1.500 kg de copra e côco em 2018. <i>(situação actual: 250 ha been estabelecido com uma média de produtividade de 500 kg copra e coco em 2013).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Plantas Industriais e do Café)
	<i>Abastecimento de água à agricultura:</i> 50,000 ha de terrenos agrícolas com acesso a água durante o ano inteiro em 2018 <i>(situação actual: 35,000 ha em 2013)</i>	Continuação do estudo de viabilidade de 10 esquemas de Irrigação e estudo preliminar DAM SITE em 15 ribeiras	Estudo viabilidade de Dam completo em 2014. <i>(situação actual: Projeto cancelado de momento pela falta de progresso adequado).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água)
		Abertura de novas vias de acesso as áreas agrícolas para facilitar o acesso de transporte dos produtos agrícolas e lavoura mecanizada com tratores.	Novas vias de acesso de 20 km irão ser construídas em 2018. <i>(situação actual: vias de acesso ainda não construído em 2013, por razão orçamentais).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água)
		Estabelecimento de novas associações de WUA em Oebaba, Raibere e Larisula, e necessidade de alocação orçamental para Operação e Manutenção dos esquemas de irrigação.	27 WUA já estabelecidas e operacionalizadas nos distritos em 2018. <i>(situação actual: 24 WUAs já estabelecidas em 6 distritos).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água)
		Continuação dos projectos de Irrigação de Tono e Larisula	Mais 2,000 ha de várzeas serão recuperadas e cultivadas.	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água)
		Construção segunda fase Caraulun, Oebaba e Raibere	3,500 ha de várzeas serão recuperadas e cultivadas após a construção do canal principal e secundário como construção segunda fase de Caraulun, Oebaba e Raibere	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água)
		Normalização das ribeiras com facilidades de irrigação	Construção de barreiras de protecção em betão e	Actividade	SEE

			barragens para controlo de sedimentação e cheias (Check Dam)-Serviço integrado com Florestas.	financiado pelo OGE do MAP 2015	(Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água)
		Continuação da construção dos esquemas de pequena escala ou comunitários a nível distrito sob a supervisão do Governo Central.	50% dos agricultores são beneficiados com os esquemas reabilitados. <i>(situação actual: 40% dos agricultores são beneficiados com os esquemas reabilitados em 2013).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água)
		Continuação da segunda fase do estudo do plano mestre para finalizar programas de piloto em 2015.	A primeira fase do estudo do plano mestre/inventariação, apoiado pela JICA onde mais de 400 esquemas de irrigação foram identificados por todo o país concluída em 2014. <i>(situação actual: Dos 425 esquemas de irrigação identificados alguns serão prioritarizados como projecto piloto em 2015. A segunda fase está em curso e prolongar-se-á até meados de 2015).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Irrigação e Gestão da Utilização de Água)
Florestas - Manter a Biodiversidade em Timor-Leste: Protecção da integridade e da composição ecológica e biológica de pelo menos de 70% das áreas floresta em 2020. (situação actual: não existe dados disponíveis). Meta do MDG: Cobertura florestal atinge 55% em 2015. Meta do MAP: Mantem a área cobertura das florestas. (situação actual: perdas das áreas florestais por ano atinge 1.7%, estudo do JICS 2013; targeto para a redução, baseando no MTOP só atinge 633 ha/ano).	Produção floresta sustentável: 5,000 ha de floresta geridos de forma sustentável até 2018. <i>(situação actual: 1,500 ha geridos de forma sustentável em 2013).</i>	Identificação e preparação das áreas de cultivo nos sucus; Mapeamento das áreas alvo; Preparação e selecção das sementes; Preparação dos viveiros no distrito, suco e comunidade; Manutenção de plantação.	4,000 ha árvores indigeneas irá plantados em 2018. <i>(situação actual: 10 ha sândalo, 10 ha mahagoni plantado).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Florestas e Gestão das Bacias Hidrograficas)
		Identificação e preparação das áreas de cultivo nos sucus; Mapeamento das áreas alvo; Preparação e selecção das sementes; Manutenção de plantação.	12 ha das árvores (tipo das árvores específico) terá sido plantado anualmente. <i>(situação actual: 6 ha).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Florestas e Gestão das Bacias Hidrograficas)
		Identificação e preparação das áreas de cultivo nos sucus; Mapeamento das áreas alvo; Preparação e selecção das sementes nos viveiros de agro-floresta de 8 distritos; Manutenção de plantação.	Sistema de agro-floresta desenvolvido e implementado em 8 distritos em 2015. <i>(situação actual: sistema de agro-floresta desenvolvido e implementado em 8 distritos).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Florestas e Gestão das Bacias Hidrograficas)
		Identificação e preparação das áreas de cultivo nos sucus alvo; Mapeamento das áreas alvo; Preparação e selecção das sementes nos viveiros de agro-floresta de 8 distritos; Manutenção de plantação.	1,000 Comunidades implementaram o produto de floresta sustentável, utilizando os produtos florestais em 2018. <i>(situação actual: ainda não começou).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Florestas e Gestão das Bacias Hidrograficas)
	Aumentar a produção de bambu: Bambu de 50 ha irão ser plantados em 2018. <i>(situação actual: ainda não realizou por razões orçamentais).</i> Aumentar a produção de mel e a rota: Mel de 4 mt e rota de 6 mt irá produzido em 2018. <i>(situação actual: não existe dados disponíveis).</i>	Desenvolver projecto-piloto de plantação de bambu para usos de indústria de mobiliário. Produção de 17,500 mudas de bambu. Gestão do programa “Apícola Tradicional”. Controlar a qualidade dos produtos agrícolas de mercadoria através de movimentação de exportação e importação. Estabelecimento de 5 grupos produtores de “mel natural”.	Política de mercadoria e comercialização de bambu desenvolvido, aprovado e implementado em 2015. <i>(situação actual: ainda está em esboço).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Florestas e Gestão das Bacias Hidrograficas)
	Aumentar a base de	Integrar o programa de extensão florestal no programa	Melhoramento das informações de floresta regularmente	Actividade	SEE

	<p><i>conhecimentos e o quadro político:</i> Oficial MAP de 13 distritos treinados em formulação do orçamento e plano de acção, baseando no plano operacional médio prazo em 2016. <i>(situação actual: 2 distritos Aileu e Lautem)</i></p>	<p>de rádio na RTTL e rádio comunitária nos distritos; Produção de Hardcopy de materiais para a sensibilização de floresta para os grupos da comunidade. Sensibilização nas áreas alvo (30-50 sucos/ano).</p> <p>Socialização e sensibilização da Lei da gestão de floresta às comunidades. Implementação Lei da Gestão de Floresta.</p>	<p>para diferentes objectivos, e.g indicadores do MDG. <i>(situação actual: Mapa de Floresta Nacional completo em 2013).</i></p> <p>Lei da gestão da floresta aprovada e implementado em 2014. <i>(situação actual: aprovado no conselho de ministros em Março de 2014).</i></p>	<p>financiado pelo OGE do MAP 2015</p> <p>Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015</p>	<p>(Direcção Nacional das Florestas e Gestão das Bacias Hidrográficas)</p> <p>SEE (Direcção Nacional das Florestas e Gestão das Bacias Hidrográficas)</p>
	<p><i>Conservação do património cultural:</i> Garantia da preservação da biodiversidade da floresta nacional através da gestão sustentável de 29 bacias hidrográficas, do Parque Nacional NKS e de 35 áreas protegidas até 2020. <i>(situação actual: bacias hidrográficas: Comoro, Laco, Raumoco. 19 áreas protegidas).</i></p>	<p>Levantamento dos dados de flora e fauna em 50 áreas protegidas; Estabelecimento de demarcação provisória em 50 áreas protegidas (2/ano); Sensibilização nas áreas protegidas, inclui preparação das materiais; Gestão das zonas de Nino Konis Santana e Parque Nacional com base no conceito “Reserva Biosphere”; Estudo detalhado de 4 sítios potenciais para ecoturismo; Desenvolver e promover 12 sítios potenciais para a indústria do turismo. Fornecimento das instalações de “Check Point” da guarda florestal. Construção de 13 edifícios de floresta nos distritos.</p>	<p>50% de zonamento florestas reservas completo em 2020. <i>(situação actual: 5% completo).</i> <i>Baliza para o espaço de parque nacional NKS definido em 2015. (situação actual: baliza PNNKS com espaço de 108 km definido em 2014).</i> Estudo de ecoturismo completo em 2018. <i>(situação actual: survey de 4 PAS: áreas protegidas de Manucoco e Tatamailau e mapa potencial de ecoturismo com a escala de 1: 50,000 produzido).</i> Mantem a situação actual para a preservação de biodiversidade em parque nacional de NKS. <i>(situação actual: está planeado para a colecção em 2017).</i> 13 Edifícios de floresta para apoiarem os serviços de 520 técnicos nos distritos construídos em 2020. <i>(situação actual: ainda não existe nem um edifício para apoiar os serviços dos técnicos).</i></p>	<p>Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015</p>	<p>SEE (Direcção Nacional das Florestas e Gestão das Bacias Hidrográficas)</p>
<p>Pescas- Aumentar a produção de peixe: Aumentar a produção até 1,000 mt/ano em 2018. <i>(situação actual: 130 mt)</i></p>	<p><i>Desenvolvimento Aquicultura nas áreas remotas:</i> 7 demofarm com envolvimento de 250 aquicultores desenvolvido em 2018. <i>(situação actual: implementação do plano de aquicultura desenvolvido em curso, com o apoio de NZ Aid e serem implementado para 5 anos em 2018).</i></p>	<p>Operacionalizar e manutenção do centro de viveiros de caranguejo Operacionalizar os centros de viveiros de peixe (apoio rações de peixe); Reabilitação tanque de viveiros, armazém e edifício do centro de viveiros de peixe; Construção e montagem de máquinas de pellet; Apoio de desenvolvimento de aquicultura água salobra, doce e marinha.</p>	<p>Pelo menos 30 ha das áreas potenciais para o “fishponds” em 7 distritos identificado. <i>(situação actual: mapa nacional de potencialidade de aquacultura está em curso nos 3 distritos: Ermera, Bobonaro e Baucau); 4 unidades de “hatchery” e 1 unidade de “mudcrab hatchery” está em operacionalizar).</i></p>	<p>Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015</p>	<p>SEE (Direcção Nacional das Pescas e Aquicultura)</p>
<p>Aumentar o consumo de peixe de 10 kg/pessoa/ano em 2020. <i>(situação actual: 3.5 kg/capita/ano nas áreas remotas e 6.5 kg/capita/ano nas áreas urbanas).</i></p>	<p><i>Melhoria das tecnologias de criação e preservação de peixe:</i> Produção de peixe nas áreas remotas irá aumentar até 2 mt/ha em 2018; peixe capturado atinge 1,000 mt/ano em 2018. <i>(situação actual: 1% de novo tanque estabelecido; produção de peixe capturado nas áreas remotas 0.2 mt/ha).</i></p>	<p>Instalação de materiais e equipamentos no laboratório de controlo de qualidade de peixe; Instalação de materiais e equipamentos no mercado de peixe; Estudo viabilidade, plano mestre, desenho, detalhe do porto de pesca industrial e alto mar; Construção do porto de pesca de pequena escala e de pesca não-comercial; Estudo viabilidade, plano mestre, desenho, detalhe do porto de pesca de pequena escala e de pesca não-comercial; Formação aos 25 pescadores sobre navegação e manutenção da embarcação e máquina de pesca;</p>	<p>Pelo menos 300 pescadores capacitado em 2018. <i>(situação actual: ainda não começou por razões orçamentais).</i></p>	<p>Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015</p>	<p>SEE (Direcção Nacional das Pescas e Aquicultura)</p>

		Formação no exterior aos 25 pescadores sobre navegação e manutenção da embarcação e máquina de pesca; Formação aos 20 grupos de pescadores na manutenção e pequenas reparações das máquinas de pesca Estabelecer 6 unidades de FAD/rumpon			
	<i>Licenciamento das pescas comerciais:</i> Aumentar a exportação de peixe de 1,000 mt/ano em 2018. <i>(situação actual: 130 mt/ano).</i>	Estabelecimento de 5 unidades de embarcações de pesca com arqueação bruto de 30 GT. Reabilitação e manutenção de 5 centros de viveiros, para assegurar a produção de alevins. Estabelecimento de reprodutor e materiais para garantir a qualidade de alevins.	Pelo menos 5 unidades de “vessels” com a capacidade de 30 GT; 2 unidades de porto de pesca estabelecidas e construídas para aumentarem a captura de peixe até 250 mt/ano e 1,000 mt em 2018. <i>(situação actual: apanha de peixe 130 mt; porto de pesca ainda não construído por razões orçamentais).</i> Melhorar a produção de peixe com o targeto de 3,000 t/ano em 2018. <i>(situação actual: 17 milhões de sementes de peixe-água fresca produzido e distribuído em 2014).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional das Pescas e Aquicultura)
Melhorar a produção de pecuária: Aumentar a produção de carne até 2.5%, ovos 10% e leite 1%/ano em 2018. <i>(situação actual: em processo de desenvolver).</i>	<i>Aumento da produção de pecuária:</i> (Situação actual: produção de carne do búfalo e vaca: 823,440 kg/ano; porco: 175,200 kg/ano. Não existe dados disponíveis sobre carne de ovelhas, cabra e aves).	Socialização, identificação, treinamentos, preparação e construção de corrais, cultivo de forrageiras, rações para alimentação; Continuação de compras de rações e equipamentos para ordenha e produção de leites; Continuação de compras de rações; Aquisição de 10,000 pintainhos de pato marreco.	Pelo menos população da pecuária irá aumentar até 2,5% em 2018. <i>(situação actual: população de búfalo 1.29%, vaca 2.06%, ovelhas 1.48%, cabras 1.96%, porco 3.85% e aves 3.85% em 2013. (situação actual: população animal em 2013: galinhas 820,188; porco 383,243; cabras 68'767; ovelhas 177,897, vacas 176,060 e búfalo 108,806).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pecuária)
	Redução da importação de carne até 1% em 2018. <i>(situação actual: produção de carne nacional atinge 75% do consumo nacional).</i>		<i>Situação actual: importação carne de vacas (689,871 kg/ano); porco (729,101 kg/ano); cabras (58,698 kg/ano); ovelhas (394,866 kg/ano); aves (3,411.027 kg/ano) e ovos (7,926,692 kg/ano).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pecuária)
	<i>Aumento da produção de leite:</i> Produção de leite de 1,600 lt/dia em 2018. <i>(situação actual: introduzir vacas leiteiras em 2013).</i>	Continuação da cultivação de forrageiras. Continuação de compras de rações para o abastecimento aos beneficiários existentes.	300 Cabeças de vacas leiteiras requisitado em 2018. <i>(situação actual: está em processo de aprovisionamento em Junho de 2013).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pecuária)
	<i>Conclusão de novas espécies de vacas leiteiras, porcos, cabras e ovelhas:</i> 150 Sementes de cabras, 300 porcos comerciais requisitados. <i>(situação actual: completo).</i>	Continuação de compras de rações para o abastecimento aos beneficiários existentes.	Pelo menos 300 cabeças de vacas leiteiras; 1,000 ovelhas e 1,000 porcos serem introduzidos. <i>(situação actual: 920 porcos e 220 ovelhas requisitado em 2014).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pecuária)
		Manutenção de cultivos de forrageiras e ervas de boa qualidade, e curais de vaca leiteira Lospalos (Fuiloru) e Ermera (Eraulu).	165 Cabeças de vacas leiteiras requisitados em 2014. <i>(situação actual: 165 cabeças de vacas leiteiras estão em processo de aprovisionamento em 2014).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pecuária)
	<i>Controlo da saúde e prevenção de doenças dos animais:</i> Redução dos incidentes de doenças de animais reportados em 2018. <i>(situação actual: não</i>	Compra de vacinas de suínos; Compra de vacinas termo tolerante de aves com aplicação de 3 vezes por ano; Compra de vacinas de bovinos e bufalinos; Compra de medicamentos e equipamentos veterinário; Compra de 325 unidades aplicadoras de brincos dos animais;	247,837 Doses vacinas CSFP para porcos; 702,474 doses vacinas NCD para aves; 193,603 doses vacinas SE para búfalo/vacas; medicamentos requisitados e jaula de vacinação construída. <i>(situação actual: não existe dados disponíveis).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Veterinária)

	<i>existe dados disponíveis).</i>	Produzir 1,000 exemplares de caderneta de vacinação e tratamento dos animais.			
		Funcionamento das escolas Secundário nas áreas fronteiriças Produção de panfletos, brochuras e sticker de quarentena. Publicação de informações interactiva através de TVTL. Publicação de informações de Quarentena via radio e jornais.	Sistema de SPS estabelecido e pronto para operacional em 2015. <i>(situação actual: 75% em curso).</i> Conduzir uma análise de riscos e uma listagem de pragas em 1 tipo de animais, 1 tipo de plantas e 1 tipo de peixes. <i>(situação actual: estudo entre MAP e DAFF Austrália está em curso).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Quarentena e Bio-segurança)
Melhorar os serviços de apoio à agricultura:	Melhorar os Serviços de Extensão: Pelo menos 50% dos agricultores subsistência têm acesso a serviços de extensão em 2018. (situação actual: em 2013, 30% dos agricultores subsistência têm o acesso de serviços de extensão).	Extensão geral (capacitação e campanha para os expansionistas, utilizando os módulos de serviços.	Pelo menos 400 agentes de extensão participam com sucesso em módulos de formação de serviço até 2017. <i>(situação actual: extensionistas participam com sucesso em módulos de formação de serviço).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Extensão e Desenvolvimento da Comunidade Agrícola)
		Desenvolver o currículo de Agro-Pecuária Elaboração do currículo vocacional, politécnica de agricultura e academia de pescas Preparar e elaborar os pacotes/sebenta da competência de cada matéria de ensino Planificação e programação, mérito diário para avaliação formativa e sumativa semestral/anual	Implementação de currículos adequados e relevantes para escolas vocacionais agrícolas desenvolvido em 2014. <i>(situação actual: currículos de 2008, implementado por MAP para segundo e terceiro ano nas escolas técnicas agrícolas de Natarbora, Moleana, Fuiloro, Oecusse; currículos de 2013 implementados pelo ME em 2014 para todos os anos de escolaridade).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Formação e Treinamento Agrícola)
		Inscrição dos novos estudantes das Escolas Técnica Agrícola Realizar os exames trimestrais e semestrais; Realizar os exames finais (nacional e local); Realizar a graduação dos finalistas Produzir diplomas para os finalistas Produzir os certificados do valor real do exame nacional (VREN) para os finalistas	1,250 alunos concluem os estudos até 2018. <i>(situação actual: 251 graduados em 2013).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Formação e Treinamento Agrícola)
		Produzir os certificados da INDMO/SEFOPE para os finalistas	Até 2018, 30% dos graduados estarão empregados 2 ano(s) após a graduação. <i>(situação actual: não existe dados disponíveis).</i>	Actividade financiado pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Formação e Treinamento Agrícola)
		Vigilância das doenças de animais, plantas e peixes; Estabelecimento da lista de doenças OEPQ/OPTK quarentena; Estabelecimento do sistema de banco de dados de quarentena. Estabelecimento de standardização de procedimentos operacionais quarentena; Estabelecimento de regulamento específico de quarentena; Inspeção activo aos produtos agrícolas exportados e importados; Estabelecimento do custo operacional de quarentena; Observação e identificação activo de standardização ISSO no laboratório de quarentena; Estabelecimento de medidas ou acção de quarentena; Estabelecimento das infra-estruturas de quarentena; Recrutamento aos inspectores de quarentena; Capacitação técnico aos inspectores de quarentena.	Implementação efectivamente protocolo de <i>sanitary e phyto sanitary</i> . Sistema de SPS estabelecido e pronto para operacionalizar em 2016. <i>(situação actual: 6 sítios estabelecidos).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Quarentena e Bio-segurança)
	Padrões de Quarentena e Segurança: Padrões de quarentena e segurança adoptados e implementados de forma efectiva; sistema de SPS estabelecido em 16 sítios em 2016. <i>(situação actual: 6 sítios estabelecidos).</i>	Compra de vacinas, medicamentos e equipamentos veterinário, aplicador de brincos dos animais e caderneta	75% da população dos animais recebem a vacinação regularmente em 2018. <i>(situação actual: mais de 60%</i>	Actividade financiada pelo	SEE (Direcção Nacional de Veterinária

		de vacinação e tratamento dos animais.	<i>em 2013).</i>	OGE do MAP 2015	
Melhorar a investigação agrícola: 2 documentos de pesquisa e análise elaborados e considerados anualmente em 2014. <i>(situação actual: 2 relatórios publicados em 2013).</i>		Recolher e explorar as variedades genéticas locais (arroz, milho batata doce, mandioca, etc.) em todo Território de Timor Leste.	1 instalação de conservação em Betano destinada à conservação de variedades genéticas locais, estabelecida e a ser usada de modo efectivo. <i>(situação actual: estabelecido e funcionara).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pesquisas)
		Continuação das actividades de pesquisa aos comodite de arroz, milho batata-doce feijão, feijão mungo, duhaen, mandioca, terigu e amendoim.	Pelo menos no total de 10 recomendações emitidas e implementadas pelos agricultores em 2018. <i>(situação actual: recomendações de milho espécie Sele e Noi Mutin; amendoim espécie Utamua publicado).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pesquisas)
		Preparação do terreno e equipamentos (materiais de laboratório); Formação de formadores Introduzir parasitóide local; Implementação e observação	Pelo menos 2 estudos de controlo de pragas conduzidos anualmente e serem utilizados no sentido de monitorizar doenças em colheitas alimentares, floresta e animais. <i>(situação actual: não avia progresso devido das limitações orçamentais).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pesquisas)
		Preparação do terreno e equipamentos (materiais de laboratório); Recolha de dados do solo; Análise dos dados do solo no laboratório.	Análise e investigação dos solos conduzida em 5 centros de pesquisa publicada e levada em conta. <i>(situação actual: não avia progresso devido das limitações orçamentais).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pesquisas)
			Estudo do uso de lenha como fontes alternativa da energia conduzido em 2018. <i>(situação actual: não avia progresso devido das limitações orçamentais).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pesquisas)
		Preparação do terreno e equipamentos (materiais de laboratório); Limpeza e esterilização de laboratório; Transplantação de sementes; Observação e publicação do relatório.	Pelo menos 2 sítios de estudo para promover a cultura de tecidos de diósporos conduzido e implementado em 2018. <i>(situação actual: não avia progresso devido das limitações orçamentais).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional de Pesquisas)
Diversificação e Adição de Valor: 80 grupos de agro-comercio produziram e comercializam os produtos agrícolas com os fins de responder o pedido do mercado em 2018. <i>(situação actual: em curso).</i>		Levantamento de dados sobre o preço dos produtos agrícolas seleccionados no mercado; Entrada dos dados, análise, e identificação do preço dos comodites agrícolas; Disseminação das informações sobre o preço dos produtos agrícolas.	Informação do mercado inclui “price trends”, recolhido, analisado e distribuído aos agricultores e grupos dos negociantes de agro-comercio nos 13 distritos em 2018. <i>(situação actual: informação do mercado cobre 5 distritos: Baucau, Bobonaro, Dili, Manufahi e Oecusse).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Direcção Nacional do Agro-Comercio)
		Estabelecimento dos grupos de agro-comercio Apoiar as materiais de processamento dos produtos agrícolas e materiais de embalagem dos produtos e equipamentos Capacitação na área de gestão de administração e finanças aos grupos de Agro-comercio Promoção dos produtos agrícolas no mercado	Grupo agricultores da pequena indústria de côco estabelecido nos 7 distritos com o total de 30 grupos (Baucau, Bobonaro, Covalima, Lautem, Liquiça, Oecusse e Viqueque). <i>Soja</i> nos 6 distritos (60 grupos): Aileu, Ainaro, Bobonaro, Covalima, Manufahi e Viqueque). <i>Banana chips, taro chips, cassava chips</i> nos 6 distritos (60 grupos): (Aileu, Baucau, Bobonaro, Liquica, Manatuto e Viqueque). <i>Milho</i> nos 3 distritos (15 grupos): (Dili, Lautem e Manufahi em 2018. <i>(situação actual: Côco (20 grupos) nos 5 distritos: Baucau, Bobonaro, Covalima, Lautem e Viqueque. Banana Chips (20 grupos) nos 5 distritos: Baucau, Bobonaro, Covalima, Lautem e Viqueque).</i>		

	<i>Capacidade e quadro político e legislativo relativamente à agricultura:</i> Plano Estratégico; Plano Operacional e Investimento Médio Prazo completo em 2014. (situação actual: este plano já está completo).	Coordenar a elaboração da revisão da política de segurança alimentar; Coordenar a elaboração da política de pecuária; Consolidar a elaboração do plano de acção anual e orçamento do Distrito; Socialização do plano operacional médio prazo.	Pelo menos revisão de 1 política serem completo anualmente e serve como informações usados no futuro planeamento. (situação actual: <i>formulação da capacidade do MAP para fortalecer o desempenho, com o apoio de UN-ESCAP-CAPSA</i>).	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Gabinete de Políticas, Planeamento e Monitorização)
		Consolidar “ <i>district action plan and budget planning</i> ” no distrito de Aileu, Bobonaro, Lautem e Oecusse	Base planeamento “ <i>spatial</i> ” Distritos completo nos 13 distritos em 2015. (situação actual: <i>Districts spatial planning completo nos 2 distritos: Aileu e Lautem</i>).	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Gabinete de Políticas, Planeamento e Monitorização)
	<i>Serviços estatísticos agrícolas:</i> Dados e Informações qualitativos e quantitativos fiáveis sobre agricultura e segurança alimentar disponíveis de modo a permitir melhor planeamento e tomada de decisões em 2020. (situação actual: <i>dados melhorados e precisos do censo agrícola</i>).	Preparação dos instrumentos do censo da agricultura. Pre teste do censo da agricultura.	Censo de agricultura terá sido conduzido com sucesso em 2018. (situação actual: <i>esta em coordenação e aproximação com MdF</i>).	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Gabinete de Políticas, Planeamento e Monitorização)
		Capacitação aos oficiais de planeamento distritais; Capacitação aos oficiais de segurança alimentar distritais; Capacitação aos oficiais de banco de dados distritais; Recolher os dados de “ <i>Suco Level Monitoring System</i> ”; Revitalização de estrutura nos Distritos	Base de dados ser unificada, centralizada e estabelecida através de um registo nacional de agricultores em 2014. (situação actual: <i>não existe orçamento adequado no ano fiscal de 2014</i>).	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Gabinete de Políticas, Planeamento e Monitorização)
		Avaliar a produção de arroz na primeira época em 13 distritos, nas áreas maiores de arroz de acordo com zona agro-climática e zonas ou áreas potenciais; Levantamento de dados da produção “ <i>Crop Cutting</i> ” de milho com a informação duma média de produtividade e da produção total; Recolha dos dados nas estações de agrometeorologia.	Segurança Alimentar-NEWS-UNFAO-EU: Base de dados sobre sistemas de colheitas agrícolas desenvolvida e mantendo na utilização em Setembro de 2014. (situação actual: <i>Boletim de Agrometeorologia produzido mensalmente em Março de 2014, e Boletim de Segurança Alimentar produzido trimestralmente em 2014</i>).	Esta actividade financiada pelo OGE do MAP 2015 em cooperação com UNFAO-EU	SEE (Secretariado de Segurança e Soberania Alimentar, Nutricional e Cooperação)
		Colecção dos dados de Agrometeorologia mensalmente. Análise e visualização numa forma de boletins. Manutenção de equipamentos de observatório.	Informações climáticas de 13 Distritos recolhidas, analisadas e disseminadas através de monitorização mensalmente, boletim e outros plataformas de comunicação todos os meses. (situação actual: <i>colecção dos dados regularmente, pequena manutenção aos 21 estações sob o tutela de ALGIS e 22 estações de tempo sob o tutela de SoL, em coordenação com o BKMKG Indonésia na área de calibração de censura</i>).	Este actividade financiada pelo OGE do MAP 2015 em cooperação com UNFAO-EU	SEE (Gabinete de Políticas, Planeamento e Monitorização)
	<i>Informações climáticas e SIG:</i> Issue de agrometeorologia será monitorizado regularmente e serem distribuídos a vários entidades na tomada de decisão tal como a nível nacional, distrito e suco. (situação actual: <i>Boletim de agromet produzido regularmente 12 vezes/mês</i>).	Actualizar mapa do uso da terra para agricultura (SLM 2010).	Mapa do uso da terra para agricultura, será actualizado três em três anos em 2018. (situação actual: <i>programa de preservação da floresta através do apoio da JICS completo em Março de 2013</i>).	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Gabinete de Políticas, Planeamento e Monitorização)
		Colecção dos dados sobre a situação de segurança alimentar a nível suco. Análise dos dados e publicação do relatório Publicação dos boletins de segurança alimentar.	Boletins produzidos trimestralmente. (situação actual: <i>boletins finalizado trimestralmente em 2014</i>).	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Secretariado de Segurança e Soberania Alimentar, Nutricional e Cooperação)

	<i>todo ano).</i>				
Reorganizar o MAP: Reorganização completa em Junho de 2014. <i>(situação actual: decisão final em meados de Junho de 2014).</i>	<i>Apoiar a conclusão da reorganização do MAP:</i> A nova estrutura do MAP terá feito em Junho de 2014. <i>(situação actual: decisão final em meados de Junho de 2014).</i>	Capacitação aos funcionários sobre a formulação da estratégia do MAP. <i>On Job Training</i> aos funcionários do MAP. Estudo comparativo aos funcionários do MAP.	2,240 Funcionários do MAP capazes de executar os seus TdR de forma adequada. <i>(situação actual: UN-ESCAP através de CAPSA estão a desenvolver a formulação da estratégia do MAP na área de capacitação dos funcionários).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Gabinete de Políticas, Planeamento e Monitorização)
		Capacitação aos funcionários sobre a formulação da estratégia do MAP. <i>On Job Training</i> aos funcionários do MAP. Estudo comparativo aos funcionários do MAP.	Capacidades dos funcionários do MAP na área de planeamento, serem elevados. <i>(situação actual: Banco Mundial através do fundo de IDf têm o compromisso para apoiar \$500,000 no sentido de suportar a reforma e transformação na área de capacitação de GPPM).</i>	Actividade financiada pelo OGE do MAP 2015	SEE (Gabinete de Políticas, Planeamento e Monitorização)

Ministério do Turismo

Papel

VISÃO - Tendo em conta a modesta base de desenvolvimento das infra-estruturas para o Turismo e as metas e objectivos definidos no Plano de Desenvolvimento do Turismo em Timor-Leste, a visão sobre o turismo, devidamente contemplada no processo de planificação estratégica (PEDN), deverá reflectir a natureza ambiciosa desses objectivos, cujas metas só poderão ser realisticamente fixadas e alcançadas a médio e longo prazo.

Assim, considera-se o ano de 2015 como um ano de consolidação e fortalecimento na implementação dos programas que tiveram início em 2013 com alguns efeitos práticos já visíveis.

MISSÃO :

- 1) Promover e desenvolver uma economia estável baseada na produtividade, garantido o bem-estar do povo.
- 2) Definir as políticas para o desenvolvimento do sector turístico.
- 3) Incentivar e apoiar o sector empresarial nacional no crescimento de negócios, no aumento da competitividade e na capacidade de actuar numa economia globalizada.
- 4) Desenvolver e promover o sector Turístico sustentável (ecológico, social, cultural etc.).
- 5) Promover o desenvolvimento no sector Turístico como alternativa a médio e longo prazo como uma das fontes de receitas para os cofres do Estado.
- 6) Orientar o desenvolvimento Turístico com base nos programas já contemplados no Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN).

Orçamento

O Ministério do Turismo tem um Orçamento de 7,172 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério do Turismo (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	5,682	7,378	7,172	7,459	7,757	8,068	8,390
Recorrentes	5,404	5,867	6,395	6,651	6,917	7,194	7,481
Salários e Vencimentos	652	944	860	894	930	967	1,006
Bens e Serviços	3,446	3,143	4,535	4,716	4,905	5,101	5,305
Transferências Públicas	1,306	1,780	1,000	1,040	1,082	1,125	1,170
Capital	278	1,511	777	808	840	874	909
Capital Minor	263	261	9	9	10	10	11
Capital Desenvolvimento	15	1,250	768	799	831	864	898
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	5,682	7,378	7,172	7,459	7,757	8,068	8,390
Recorrentes	5,404	5,867	6,395	6,651	6,917	7,194	7,481
Capital	278	1,511	777	808	840	874	909

Perfil de Funcionários

O Ministério do Turismo tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 538 pessoas, composto por 85 funcionários permanentes, 59 cargos de direcção e chefia e 58 vagas em

processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 336 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO TURISMO (MT)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	F
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	3	-	3	9	8	17	9	19	28	14	13	27	5	1	6	2	2	4	42	43	85
Escalaço 1o	-	-	-	2	-	2	8	7	15	5	12	17	8	6	14	1	1	2	-	-	-	24	26	50
Escalaço 2o	-	-	-	1	-	1	1	1	2	2	7	9	6	7	13	4	-	4	2	2	4	16	17	33
Escalaço 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Escalaço 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escalaço 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escalaço 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraçao Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	2	-	2	15	3	18	20	10	30	21	28	49	17	18	35	5	1	6	2	2	4	82	62	144
Vagas em processo de Recrutamento	2			5			14			17			19			1			-			58		
Nova Proposta de Vagas 2015	-			-			-			-			-			-			-			-		
Total Quadro Pessoal	4			23			44			66			54			7			4			202		
Mapa Pessoal 2016	17			33			66			88			96			27			9			336		
Mapa Pessoal 2016 - 2018	17			33			66			88			96			27			9			336		
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Diretor Geral	1	-	1	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3
Inspector Geral	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Diretor Nacional	-	-	-	7	1	8	4	-	4	1	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	3	15
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	2	-	2	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	4
Chefe do Departamento	-	-	-	3	1	4	5	2	7	1	3	4	3	3	6	-	-	-	-	-	-	12	9	21
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	3	12	-	2	2	-	-	-	-	-	-	9	5	14
Total Cargo de Direção e Chefia	2	-	2	12	3	15	11	2	13	12	9	21	3	5	8	-	-	-	-	-	-	40	19	59

Plano Anual do Ministério do Turismo para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS+ INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Aumentar os rendimentos dos timorenses através da criação de emprego. Desenvolvimento e revitalização de zonas de lazer e de atração turística.					
Desenvolver o sector do Turismo como alternativa ao sector não petrolífero.	Desenvolvimento da infra-estrutura turística .	Projecto de reabilitação da zona circundante altar São Paulo, Tasi Tolu, Díli; Projecto de levantamento dados terreno, elaboração da planta/desenho BoQ e implementação projecto.	Melhorias e Aumento de facilidades turísticas Para atrair e promover o crescimento de visitantes.		Sector Económico +DGT (Direcção Geral do Turismo), (DNPDT) Direcção Nacional de Planeamento + MOP.
		Projecto reabilitação praia Behau, Manatuto, desenho feito; Projecto Centro Informação de Turismo, Dili, desenho feito; Reabilitação projecto Lagoa Soloí Kraik, Aileu, desenho feito.	Melhorias e aumento de facilidades turísticas; Atrair e promover o aumento do nr. de visitantes.	PDID	SE+DGT, DNPDT + MOP
		Revitalização da praia de Watabou, Baucau; Revitalização da praia dos Coqueiros, Dili; Levantamentos de dados do terreno, elaboração da planta/desenho BoQ e implementação projectam	Melhorias e aumento de facilidades turísticas Atrair e promover o aumento do nr. de visitantes.		SE+DGT, DNPDT + MOP.
		Levantamento de dados no terreno, elaboração da planta/desenho, BoQ e implementação novos projectos: Águas Termais, de We-Luli, Viqueque; Parque Nino Konis Santana, Lospalos; Águas Termais de Marobo, Bobonaro; Lagoa Maubara, Liquiça; Marina Square, Díli; Jardim Praia de Oecusse; Centro Turismo e Cultura Oecusse; Monumento Lifau Oecusse.	Melhorias e aumento de facilidades turísticas Atrair e promover o aumento do nr. de visitantes.		SE+DGT, DNPDT + MOP
		Manutenção e limpeza das zonas de turismo (enclave de Oecusse, Jardins Palácio do Governo, 12 de Novembro, Colmera, Monumento Tugu Pramuka, jardim 5 de Maio, Jardim em frente ao Tiger Fuel, Farol Lecidere, Cristo Rei, Areia Branca, Foot Courts Bekari, zona Marginal da cidade de Díli com início Estátua João Paulo II, Tasi Tolu até Cristo Rei) e do Edifício do Centro de Convenções de Díli (CCD).	Manter asseado os espaços públicos de recreação para elevar a qualidade do ambiente turístico; Assegurar a prestação de serviços no CCD com qualidade e profissionalismo.		SE+DGT, DNPDT + MOP
	Recrutamento e Capacitação dos Funcionários do Ministério do Turismo.	Recrutamento pessoal para reforçar os serviços do Ministério a nível nacional, proporcionando a cobertura nos serviços exigidos. Total 132 pessoas.	Grau A = 3, Grau B= 11, Grau C=14, Grau D=48, Grau E=35, Grau F=16 e Grau G=5; Total=132 pessoas (M= 66, F= 66)		DNARH – MT +CFP
		Capacitação dos funcionários: Formação na área de Administração (Gestão de arquivos para 6 funcionários) Formação em Língua Portuguesa e Inglesa realizado pela INAP; Formação com participação de todos os funcionários.	Proporcionar serviços com qualidade, elevando os conhecimentos dos funcionários.	Orçamento proveniente de SFP	DNARH+GMT- MT
		Formação e capacitação profissional dos funcionários do CCD nas áreas de Liderança, Administração, Finanças, Marketing, IT, Línguas (Inglês e Português)	Assegurar o bom funcionamento e garantir a qualidade do atendimento ao público (Utentes)		CCD-MT
		Elaboração de programa/proposta de candidatura ao Fundo de Desenvolvimento Capital Humano na área de Formação: Formação na área de Pesquisa do Turismo e Cultura e	Proporcionar serviços com qualidade, elevando o conhecimento dos funcionários	Elaboração de programas e candidatar ao FDCH	MT-DNARH + FDCH

	Metodologia para 12 pessoas, (23 dias de formação); Formação na área de base de dados sobre Estatística do Turismo, Tourism Satellite Account (TSA) para 8 pessoas (23 dias de formação); Formação para elaboração de Master Plan do Turismo Arte e Cultura para 18 Pessoas (21 dias de formação); Formação na área de Marketing, Convenções e Exposições, para 2 pessoas; Formação na área de DCN para 1 pessoa; Formação sobre Sound System para 1 pessoa; Formação em Organização de Eventos e Convenções para 2 pessoas.			
	Coordenação de formação com parceiros; Elevar a qualidade de serviço dos funcionários para assegurar o funcionamento das instituições com profissionalismo garantindo produtividade e desenvolvimento Nacional.	Proporcionar serviços com qualidade, elevando o conhecimento dos funcionários.	Fundo proveniente do Ministério Turismo e Parceiros Internacionais	MT+JICA+MACAU+INDONÉSIA+THAILANDIA
	Formação na área de Auditoria Financeira a realizar em Bandung-Indonésia para 4 funcionários.			GIA
	Treinamento para duas pessoas sobre sector informação Austrália/Macau/Indonésia			DNMT-MT
	Estudo Comparativo na Indonésia, Jakarta, sobre Estatística e planeamento para 5 funcionários (21 dias)		Fundo proveniente do MT	DNPDT-MT
	Treinamento para 2 pessoas na área de gestão do Centro de Informação Turismo a realizar na Austrália/Macau/Indonésia			
	Formação na área de Gestão Financeira Contabilidade e <i>MYOB Accounting</i>			DNAGF-MT
	Treinamento nas áreas de Pesquisa e Análise de dados a realizar em Jogjakarta - Indonésia.			DNPD-MT
	Treinamento na área do plano de desenvolvimento sectorial, dados e estatísticas e normalização, a realizar Jogjakarta - Indonésia - 5 funcionários.	Proporcionar serviços com qualidade, elevando o conhecimento dos funcionários		IGJ-MT TL + IGJ Macau.
	Formação coordenada com IGJ de Macau para formação de funcionários da IGJ de TL em relação a Jogos de Fortuna e Azar. 4 pessoas X 2 semanas.	Proporcionar serviços com qualidade, elevando o conhecimento dos funcionários. Regulamentação da actividade dos Jogos, combate aos jogos ilegais, inserir as receitas dos jogos na economia legal.		
	Formação e capacitação de funcionários na área de media/comunicação. Multimédia e Desenho Gráfico, Formação a ser feita na Indonésia para 2 funcionários.	Proporcionar serviços com qualidade, elevando o conhecimento dos funcionários		Media - MT
	Formação nas áreas consideradas indispensáveis para promover qualidade de serviço: Controlo de qualidade; Administração e gestão de orçamento; Cooperação internacional; Contactos com países de destino para Formação, Indonésia, Macau e Austrália Seleção dos funcionários. Contacto com entidade formadora. Formação para 12 pessoas.	Proporcionar serviços com qualidade, elevando o conhecimento dos funcionários.		DG Turismo- MT
	Treinamento e capacitação para Directores do Ministério como medida para elevar o desempenho individual e Análise posição (<i>Job Evaluation and Job Grading</i>) - 3 dias de formação.	Aumentar o conhecimento sobre as suas funções e responsabilidades de forma a contribuir com profissionalismo para se alcançar os objectivos traçados pelo MT.		DG Admi.Financas - T
	Treinamento nas áreas de Hospitalidade, <i>House Keeping</i> e	Promover conhecimento ao sector privado que actua na		DNEAPT-MT

		Recepcionista.	actividade económica do Turismo		
		Realização de workshop nas áreas de atendimento e higiene na culinária; Realização de workshop nas áreas de atendimento e hospitalidade, Estabelecimento do programa piloto homestay em Ataúro, Maubara, Com e Maubisse.	Priorização nas matérias de formação segundo necessidades emergentes de cada região para o desenvolvimento do setor turístico, com formadores vindos da Malásia.		DNEAPT-MT
		Workshop para oficiais das finanças a nível nacional, regional; Realização de seminários sobre o planeamento de orçamentos, normas legais e execução de orçamento; Realizar reuniões dos pontos focais do orçamento.	Ajustar o conhecimento dos participantes em relação às suas funções no trabalho.		DNGF-MT
	Promoção do Turismo.	Estabelecer Centros de Informações Turísticas; Abertura do centro de Informação do Turismo em Dili; Estabelecimento do Centro de Informação em Dili, Aeroporto NL, Fronteira Balibo.	Disponibilizar informações aos turistas		DNMT-MT
		Sinalização/marcação dos locais turísticos no território nacional; Preparação do material informativo, colocação dos sinais nos locais já selecionados, preparação de materiais e programação da acção de formação dos guias.	Facilitar o acesso aos locais turísticos.		DNMT -MT
		Organização de eventos anuais: Carnaval – Fevereiro Fase de preparação: Registo dos participantes, calendarização de reuniões de preparação, traçar o percurso do desfile, coordenação de segurança com PNTL, coordenação com Ministério da Saúde e serviços de Bombeiros para prevenir acidentes, preparação dos processos de financiamento e outras actividades relacionadas com o evento.	Actividade única na Ásia utilizada como produto turístico.		DNEAPT-MT
		Feira Lokraik Duração 3 meses – Agosto <i>Sunset fairy</i> , divulgação de produtos de carácter cultural e animação musical.	Actividade promocional para atracção turística.		DNEAPT-MT
		Festival de Culinária - Junho Divulgação de Gastronomia Nacional.	Qualificação de Gastronomia de cada região.		DNEAPT-MT
		Caravana Artística - Julho. Divulgação de Culturas e tradição Timorense como produto de atracção turística.	Preservar e divulgar a cultura e tradição timorense como produto de atracção turística.		DNEAPT-MT
		Regata (Darwin- Dili (yacht Rally) - Julho Coordenação de serviços entre Ministérios, e o Governo do Território do Norte em Darwin. Trabalhos de divulgação do evento.	Regata Darwin-Dili, como instrumento de promoção turística.		DNEAPT-MT
		Corrida de Cavalos - Junho Actividade com participação internacional, usado como meio de promoção para Turismo.	Promover Timor Leste como destino turístico.		DNEAPT-MT
		Intercâmbio Cultural com Austrália, Indonésia e Singapura - Setembro Promoção e divulgação da cultura de Timor-Leste.	Divulgação da Cultura como produto turístico.		DNEAPT-MT
		Tour de Timor - Setembro Corrida de Bicicleta com participação Internacional.	Promover Timor-Leste através de eventos desportivos com participação Internacional.		DNEAPT-MT
		Maratona de Díli - Agosto Corrida de médio e longo alcance, com participação Internacional.			DNEAPT-MT

		Festival Cultura Fronteira Acção de promoção Cultural em conjunto com culturas da nação vizinha (NTT- Ind) junto à fronteira.	Promover troca de conhecimentos culturais entre povos que habitam junto à linha de fronteira.		DNEAPT-MT
		Atribuição de prémios de qualidade para hotéis e restaurantes, etc. nas categorias nacional e internacional Prémio de Incentivo para melhorar a qualidade de serviços – Agosto.	Promover a qualidade na prestação de serviços das empresas que actuam na área do turismo; Melhoria dos serviços turísticos.		DNEAPT-MT
		Miss Turismo Timor Leste.	Promover e divulgar o Turismo		DNEAPT-MT
		Realização de consulta com população, anciões tradicionais, autoridades locais e académicos para determinar conceitos de ecoturismo em Ataúro, Lagoa Maubara e Bee malae.	Evitar concepção de conceitos inadequados ao ecoturismo, preservar a cultura local em futuros locais de ecoturismo.		DNMT+DNPDT-MT
		Realização de <i>Fam Trip</i> aos Jornalistas para Timor-Leste.	Promoção de Timor-Leste através da Media		DNMT-MT
		Campanhas publicitárias a nível do Turismo			
		Sensibilização sobre Turismo para as comunidades locais nas áreas turísticas. (Realização de workshop)	Consciencialização do desenvolvimento Turístico e o seu meio envolvente.		DNPDT-MT
		Turismo Comunitário Realização de estudos aos locais previamente seleccionados como potenciais destinos turísticos na fase inicial, criação de condições para definição de novos destinos para o programa do TC, avaliação (contínua) sobre crescimento das infra-estruturas básicas para atrair os visitantes, definição da inclusão do local no programa de apoio ao TC.	Crescimento e desenvolvimento da economia Local, melhorar as infraestruturas e prestação de serviços turísticos.		DNPDT-MT
		Produção de materiais de promoção do Turismo em Timor-Leste para turismo comunitário, eco turismo, turismo montanha, etc.	Materiais de promoção para uso na divulgação de Timor-Leste como destino turístico.		DNMT-MT
	Estratégia de marketing turístico internacional	Participação de Timor-Leste na Expo Mundial em Milão. WTM Expo Travel Mart Expo (Londres – Novembro) Participação nos eventos Internacionais. <i>Adventure Travel Expo</i> (Melbourne – Fev. e Março). Participação nos eventos Internacionais ADEX – Ásia Dave Expo Adex Expo (Singapura - Março) Participação nos eventos Internacionais PATA Expo (Setembro) Participação nos eventos Internacionais NATAS Expo 5 (Singapura - Fev.) Participação nos eventos Internacionais Expo 6 (Itália - Outubro)	Divulgar e promover TL como destino Turístico.		DNMT
	Estabelecimento de zonas Turísticas	Desenvolvimento de zonas turísticas; Estudo viabilidade das 3 zonas -pesquisa e análise de dados turísticos.	Recomendações primeira zona central e informações das potencialidades de praias, locais históricos, combatentes resistência culturais e religiosas.		
		Levantamento de dados sobre turistas, rendimento dos hotéis, restaurantes, etc.	Identifica actividade Turismo no território para 13 Distritos.		
	Alargamento da Estrutura do Ministério do Turismo. Criação de Direcções Regionais.	Criação de estruturas regionais do Ministério do Turismo em 5 regiões: Região I (Manatuto, Baucau Viqueque e Lospalos) Região II (Díli. Liquiça, Aileu), III (Ainaro, Same e Suai), Região IV (Maliana e Ermera) com Região V (Região Especial do enclave de Oecusse).	Melhorar o desenvolvimento dos programas do Ministério do Turismo nos locais seleccionados como potenciais na área do Turismo.	Orçamento do Ministério do Turismo	Ministério Turismo

		Alargamento da Estrutura da Inspeção Geral dos Jogos através da fixação de 3 Inspectores em 3 Distritos: Baucau, Oecusse e Same.	Redução de actividades ilegais através de supervisão directa nos Locais. Prevenir o aumento de actividades económicas ilegais e branqueamento de capitais.		IGJ-MT
A indústria criativa em Timor-Leste será vibrante e contribuirá para a economia e para o nosso sentido de identidade nacional.					
Promover a criação de instituições culturais que façam do Sector da Cultura um dos pilares do desenvolvimento do país.	O Museu e Centro Cultural de Timor-Leste estarão operacionais.	Participação dos funcionários da Direcção Nacional de Museus em conferências e workshops nas várias áreas técnicas relacionadas com gestão de museus (ICOMOS, UNESCO, SPAFA-SEAMEO)	Os funcionários da DNM adquirem os conhecimentos técnicos necessários ao objectivo de criar o futuro Museu e Centro Cultural. Dois funcionários participam conferências e workshops sobre museus na Tailândia e Austrália.		Sector Social -DGAC
		Contratação de especialista em museus durante 2 meses, para desenvolver os documentos legais e técnicos de enquadramento da instituição	Preparação dos seguintes documentos: Lei Orgânica do Museu e Centro Cultural; Plano de Recursos Humanos; Plano Educativo e Cultural; Plano de Aquisições, Armazenamento e Desenvolvimento de Colecções.		SS-DNM
		Participação em exposição na Suíça sobre objectos culturais de Timor-Leste e sua possível repatriação para Timor-Leste	A participação de dois funcionários da DNM na exposição permitirá negociar a repatriação de uma importante colecção para Timor-Leste. Viagens adquiridas, participação de 2 técnicos da DNM na exposição e objectos identificados, repatriados para Timor-Leste e inseridos em base de dados.		SS-DGAC
		Aquisição de material técnico para conservação e exposições das Colecções do futuro Museu	As Colecções e os objectos culturais do futuro Museu e Centro Cultural são mantidas em boas condições de conservação e preservadas para as gerações futuras. Materiais técnicos de conservação adquiridos e objectos conservados.		SS-DNM
		Manutenção e actualização da Base de dados do Museu	A Base de Dados do Museu é mantida e actualizada por uma companhia especializada, de forma a corresponder às necessidades de gestão das Colecções do Museu. Contrato com companhia assinado e manutenção e actualização realizadas.		SS-DNM
		Manutenção do edifício da SEAC onde estão guardadas as Colecções do futuro Museu	As Colecções e os objectos culturais do futuro Museu e Centro Cultural são mantidas em boas condições de conservação e preservadas para as gerações futuras. Desenho realizado, contrato com empresa construtora assinado e trabalhos de manutenção realizados.		SS-DGAC
		Aquisição de viaturas e de material informático para apoiar os trabalhos sensibilização da DNM nos distritos	Melhoria das condições logísticas para implementação das actividades previstas no Plano Anual. Viaturas, motorizadas e material informático adquiridos e Plano Anual devidamente implementado.	Capital Menor	SS-DNM
		Participação funcionários da Direcção Nacional de Bibliotecas em conferências e workshops no estrangeiro (ex. CONSAL, CDNLAO, CPLP, KPDI, IFLA), relacionadas com bibliotecas	Os funcionários da DNB adquirem os conhecimentos técnicos necessários ao objectivo de criar a futura Biblioteca Nacional. 5 funcionários participam em conferências e workshops sobre bibliotecas no estrangeiro.		SS-DGAC
		Estágio profissional (3 meses) para 5 funcionários da DNB na Biblioteca Nacional de Portugal	Funcionários da futura Biblioteca Nacional de Timor-Leste aprendem sobre o que é trabalhar numa Biblioteca Nacional. Estágios profissionais realizados e 5 funcionários com conhecimentos adquiridos.	A SEAC tem, desde 2010, um Protocolo de Colaboração assinado com a Biblioteca Nacional de Portugal, sendo que os estágios	SS-Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)

				profissionais são gratuitos.	
		Acções de formação sobre bibliotecas para os professores e responsáveis de bibliotecas nas escolas do ensino básicos nos distritos de Baucau, Suai e Maliana, e recolha de informação sobre bibliotecas nesses distritos	Professores e responsáveis de bibliotecas escolares mais sensibilizados para a importância da futura Biblioteca Nacional e informação sobre bibliotecas públicas e escolares recolhida, que permitirá criar uma rede nacional de bibliotecas. Campanhas de sensibilização realizadas em 3 distritos e informação recolhida e inserida em base de dados		SS - DNB
	A Biblioteca Nacional e Arquivo de Timor-Leste estará operacional.	Impressão de manual de bibliotecas e dicionários para serem distribuídos nos distritos	Disponibilização de livros nas línguas oficiais e nacionais nas escolas e comunidades, como forma de combater a iliteracia em Timor-Leste. 2.000 livros e dicionários impressos e distribuídos nas escolas e comunidades.		SS-DNB
		Compensação monetária a 11 famílias que ocupam os terrenos da futura Biblioteca Nacional, em Hudi Laran, e manutenção da vedação do terreno da futura Biblioteca	O terreno da futura Biblioteca Nacional é libertado e as obras da futura Biblioteca Nacional podem ter início. As 11 famílias recebem compensações monetárias e libertam os terrenos da futura Biblioteca Nacional. A vedação do terreno da futura Biblioteca é mantida por mais um ano e evita que haja acidentes durante a fase de construção.	A Biblioteca Nacional será suportada pela companhia ENI, ao abrigo do acordo de responsabilidade social estabelecido no âmbito de um projecto de exploração petrolífera de Kitan. Coordenar com a Secretaria de Estado de terras e Propriedades (MJ).	SS-DNB
		Aquisição de viaturas, material informático e de escritório para apoiar os trabalhos de levantamentos culturais e sensibilização das comunidades	Melhoria das condições logísticas para implementação das actividades previstas no Plano Anual. Viaturas, material informático e material de escritório adquiridos e Plano Anual devidamente implementado.		SS-DNB
		Dotação orçamental para a Unidade de Implementação da Unidade de Implementação da Academia	O orçamento permitirá que a Unidade de Implementação, através da contratação de um conjunto de consultores nacionais e internacionais, leve a cabo os trabalhos previstos, de criação de um Plano de Gestão, definição de áreas de estudo e programas curriculares, levantamentos e produção de materiais. Consultores nacionais e internacionais contratados, documentos de enquadramento da instituição produzidos, materiais informáticos e de escritório adquiridos e materiais produzidos.	O Programa do V Governo prevê a criação, até 2015, da Academia, aprovada pela Resolução do Governo N° 12/2012, de 9 de Maio. Este orçamento foi aprovado por S.E. o Sr. Primeiro-Ministro a 23 de Junho de 2014.	SS-DGAC
		Actividades culturais no âmbito da presidência de Timor-Leste da CPLP	Transporte de cenário e pagamento a grupo cultural (ballet) de Portugal, para a comemoração dos 500 Anos da Chegada dos Portugueses a Timor. Pagamento ao grupo de teatro e apresentações culturais realizadas em Dili e Oecusse.		SS-DNACICC
		Participação de artistas timorenses no Festival Timoresia (TL – NTT)	Os grupos culturais que participam neste evento ganham experiência e conhecem outras realidades culturais, enriquecendo-se como artistas. Cerca de 30 artista participam no Festival na fronteira.		SS-DNACICC

A Academia de Artes e Indústrias Criativas Culturais de Timor-Leste estará operacional, incluindo o planeamento dos futuros Teatro Nacional e Companhia de Dança	Festival do Ramelau – Festival Anual de Artes e Cultura Tradicionais	A população nacional e estrangeira fica a conhecer a cultura tradicional timorense dos distritos e o Ramelau é projectado como destino turístico e cultural. 390 pessoas dos distritos participam num festival anual de cultura em Hatubuilico, Ramelau; produção de uma publicação com a programação do festival.		SS-Transferências Públicas
	Apoiar grupos culturais no âmbito do dia nacional do 30 de Agosto	A população nacional e estrangeira fica a conhecer a cultura tradicional e indústrias criativas timorense e o dia 30 de Agosto (Referendo) é celebrado condignamente. Apoios monetários a grupos culturais atribuídos e actividades culturais realizadas.		SS-DNACICC
	Levantamento de tais no distrito de Bobonaro e de música/dança no distrito de Manatuto	Algumas das actividades que farão parte do currículo da Academia de Artes são inventariadas e investigadas, produzindo-se materiais de apoio. Levantamentos realizados e inseridos em base de dados e guardados.	Colaboração com a Timor Aid e o Grupo Santo António	SS-DNACICC
	Abertura de concurso e atribuição de bolsas de estudo para Cuba em áreas relevantes à Academia (a ter início em 2015)	15 estudantes recebem bolsas de estudo para a Escola de Artes de Cuba em áreas relevantes ao desenvolvimento da Academia. 15 bolsas de estudo atribuídas para terem início em 2015 na Academia de Artes de Cuba (música, dança e belas artes).	FDCH	SS-Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)
	Participação funcionários da Direcção Nacional de Arte, Cultura e Indústrias Criativas Culturais em conferências e workshops no estrangeiro, nas várias áreas técnicas relacionadas com a Academia	Os funcionários da DNACICC adquirem os conhecimentos técnicos necessários ao objectivo de criar a futura Academia. 2 funcionários participam em estágios profissionais sobre a Academia no estrangeiro.		SS-DGAC
	Apoio a grupos culturais nos distritos	Grupos culturais em todo o país apoiados financeiramente, e informação sobre os mesmos levantada e registada em base de dados. Apoios atribuídos, de acordo com as regras estabelecidas pela DNACICC e informação recolhida e inserida em base de dados.		SS-DNACICC
	Conferências de Maio: conferências de literatura para sensibilizar jovens, estudantes e a população em geral para os benefícios da leitura	Jovens, estudantes e a população em geral participam em debates com escritores nacionais e estrangeiros sobre a importância do livro e são sensibilizados para as vantagens da leitura. Conferências realizadas em Ataúro, Lautém, Viqueque, Ainaro e Bobonaro.		SS-DNACICC
	Acções de sensibilização sobre a Legislação dos Direitos de Autor	Os artistas e autores recebem informação sobre a legislação criada e sobre os seus direitos enquanto artistas e autores. Acções de sensibilização realizadas em 3 regiões.	Actividade em parceria com a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA).	SS-DNACICC
	Impressão de publicações sobre tais de Covalima e Lautém	Disponibilizar às comunidades e estudantes informação sobre aspectos da cultura tradicional do país, para que esta não se perca. 2 catálogos (2,000 exemplares) impressos e distribuídos nas escolas e comunidades.	Os catálogos foram preparados com o orçamento anual de 2014, estando prontos para imprimir.	SS-DNACICC
	Aquisição de viaturas, material informático e de escritório para apoiar os trabalhos de levantamentos culturais e sensibilização das comunidades	Melhoria das condições logísticas para implementação das actividades previstas no Plano Anual. Viaturas, material informático e material de escritório adquiridos e Plano Anual devidamente implementado.		SS-DNACICC

		Contratação de Assessor Sênior para políticas culturais, gestão patrimonial e processo de descentralização do acesso à Cultura	Apoio político e assessoria técnica à gestão cultural da SEAC e DGAC, transversal a todos os projectos do Sector da Cultura, elaboração de Enquadramentos Legais, Planos, Relatórios, Projectos em parceria com instituições académicas internacionais e angariação de fundos para projectos na área da Cultura. Assessor contratado e a trabalhar. Enquadramentos Legais, Planos, Relatórios, Projectos e angariação de fundos realizados e entregues.		SS-DGAC
		Projecto de Arquitectura para recuperação de imóvel do tempo português do Distrito de Ermera, e sua adaptação a Centro Cultural daquele distrito	O projecto de arquitectura e respectivos documentos permitirão apresentar a proposta à Unidade de Grandes Projectos em 2016. Estudo prévio, projecto de execução (tender), caderno de encargos (BoQ), caderno de especificações (<i>specification book</i>) e preço unitário (<i>unit price</i>) do futuro Centro Cultural de Ermera prontos e entregues à DGAC.		SS-DGAC
		Aquisição de motorizadas, equipamentos e materiais informáticos e de escritório para o Centro Cultural de Lautém	O Centro Cultural de Oecusse é dotado de equipamentos que permitem o desenvolvimento de actividades culturais. Motorizadas, equipamentos e materiais adquiridos e plano de actividades do Centro realizado.		SS-DGAC
	Estabelecimento de Centros Culturais em cada distrito que permitam uma descentralização do acesso à cultura e a sua melhor gestão	Levantamentos culturais e realização de um festival cultural no distrito de Lautém	Dotação orçamental do Centro Cultural de Lautém para realização de actividades culturais. Levantamentos culturais realizados e informação inserida em base de dados. Festival cultural realizado.		SS-DGAC
		Construção do Centro Cultural do distrito de Liquiçá + 1ª Fase do Museu de Aipelo, Museu Local de Dair e Forte de Laga	Desenvolvimento de infraestruturas culturais nos distritos, para apoio ao processo de descentralização do acesso à cultura. Orçamento atribuído e projectos iniciados.	Estes projectos foram candidatados ao Fundo de Infraestrutura (Grandes Projectos).	SS-DGAC
		Contratação de um Arquitecto como assessor internacional	O Arquitecto dará apoio ao levantamento, estudo e protecção do património cultural imóvel, bem como aos desenhos de arquitectura da SEAC. As actividades previstas de estudo e protecção do património cultural imóvel são implementadas, e os desenhos de arquitectura previstos são realizados.	Em 2015, a SEAC continuará a desenvolver o projecto da recuperação do Forte de Bagaia e apresentou 3 novas propostas à Unidade de Grandes Projectos.	SS-DNPC
		Projecto de Arquitectura da 2ª Fase do Museu do Aipelo (recuperação das ruínas, paisagismo, jardim botânico e iluminação)	O projecto de arquitectura e respectivos documentos permitirão apresentar a proposta à Unidade de Grandes Projectos em 2016. Estudo prévio, projecto de execução (<i>tender</i>), caderno de encargos (BoQ), caderno de especificações (<i>specification book</i>) e preço unitário (<i>unit price</i>) do futuro Centro Cultural de Ermera prontos e entregues à DGAC.	A 1ª Fase (construção) do Museu do Aipelo foi um dos projectos da SEAC apresentados em 2015 à Unidade de Grandes Projectos	SS-DGAC
		Sinalização do património arquitectónico de origem portuguesa do distrito de Díli e produção de uma brochura e de um livro sobre o mesmo	Os edifícios históricos e patrimoniais da cidade de Díli são valorizados e protegidos, e é fornecida informação histórica à população. Sinalização dos principais edifícios históricos e patrimoniais da cidade de Díli produzida e instalada; brochura e livro sobre esse património desenhados, impressos e distribuídos.		SS-DNPC
Promover o estudo, a protecção e a divulgação do património cultural do país enquanto	Estudo, protecção e divulgação do Património Cultural Imóvel	Levantamento do património arquitectónico de origem portuguesa dos distritos de Ermera e Maliana.	Os edifícios históricos e patrimoniais dos distritos de Ermera e Maliana são identificados, valorizados e protegidos. Edifícios identificados e inseridos em base de dados.		SS-DNPC
		Abertura de concurso e atribuição de bolsas de estudo para	5 estudantes recebem bolsas de estudo para a Escola Nacional		SS-Fundo de

elemento de identidade nacional e cultural.		Portugal em áreas relevantes à gestão do Património Cultural (a ter início em 2015)	de Arqueologia em áreas relevantes à gestão do Património Cultural. 5 bolsas de estudo atribuídas para terem início em 2015 na Escola Profissional de Arqueologia (Arqueologia, Conservação e Restauro, Sistemas de Informação Geográfica e Recuperação do Património)		Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)
		Implementação da 1ª fase do projecto “Património Mundial, Turismo Cultural e Desenvolvimento Comunitário Sustentável no Parque Nacional Nino Konis Santana: Trabalhar para a implementação das convenções Cultura da UNESCO em Timor-Leste”	O património cultural do Parque Nacional Nino Konis Santana é estudado, protegido e proposto a classificação como Património Mundial da UNESCO, criando oportunidades de emprego e melhorando a vida das comunidades. Contrato assinado com a UNESCO, actividades realizadas e relatórios de actividades e financeiros apresentados.	Projecto a implementar em estreita parceria com a UNESCO, mediante a assinatura de um contrato e a transferência do orçamento ao abrigo do Mecanismo de Transferências Públicas	SS-Transferências Públicas
		Contratação de um antropólogo para proceder ao levantamento e estudo das Casas Sagradas do distrito de Ermera, dos objectos aí guardados e produção de um livro com os resultados obtidos	As Casas Sagradas do distrito de Ermera são identificadas, valorizadas e protegidas. Casas Sagradas do distrito de Ermera identificadas e estudadas, objectos aí guardados identificados e fotografados e livro produzido e preparado para imprimir.		SS-DNPC
		Apoio à reconstrução (início ou conclusão) de 15 Casas Sagradas e levantamento das respectivas histórias tradicionais	15 Casas Sagradas em todo o país apoiadas financeiramente, e informação histórica sobre as mesmas levantada e registada em base de dados. Apoios atribuídos (de acordo com as regras estabelecidas pela DNPC) e Casas Sagradas iniciadas ou concluídas; informação histórica recolhida e inserida em base de dados		SS-DNPC
		Levantamento da literatura popular de tradição oral do distrito de Ainaro e produção de um livro sobre o mesmo	A literatura popular de tradição oral do distrito de Ainaro é identificada, valorizada e protegida, e é fornecida informação histórica à população sobre a mesma. Histórias tradicionais do distrito de Ainaro identificadas e recolhidas, e livro produzido e preparado para imprimir.		SS-DNPC
	Estudo, protecção e divulgação do Património Cultural Móvel	Impressão de brochuras e sensibilização sobre o património imaterial e levantamento de informação nas escolas e comunidades dos distritos de Ermera, Suai e Ainaro	Comunidades e escolas de 3 distritos sensibilizadas para a importância do seu próprio património imaterial e informação patrimonial recolhida. 3 acções de sensibilização realizadas em Ermera, Suai e Ainaro (para 900 pessoas) e 1.500 brochuras impressas e distribuídas		SS-DNPC
		Participação em conferências internacionais e workshops para formação em áreas técnicas relevantes, promovidas pela UNESCO	Melhoria da capacidade dos funcionários da DNPC em áreas técnicas relevantes. 6 funcionários participam nas conferências e workshops de formação.	Todos os anos, a UNESCO e outras organizações internacionais convidam técnicos da SEAC para participar nestes eventos.	SS-DGAC
	Estudo, protecção e divulgação do Património Cultural Imaterial	Aquisição de viaturas, material informático e de escritório para apoiar os trabalhos de levantamentos culturais e sensibilização das comunidades	Melhoria das condições logísticas para implementação das actividades previstas no PA Viaturas, material informático e de escritório adquiridos e Plano Anual devidamente implementado.		SS-DNPC

Ministério do Petróleo e Recursos Minerais

Papel

O Ministério do Petróleo e Recursos Naturais é a entidade governamental encarregue de gerir o sector do petróleo e o sector dos recursos minerais, com destaque para a produção de gás em Bayu Undan e Kitan, a qual constitui uma fonte de receita importante para Timor-Leste.

Orçamento

O Ministério do Petróleo e Recursos Minerais tem um Orçamento de 13,909 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	9,060	11,900	13,909	14,465	15,044	15,646	16,272
Recorrentes	8,960	11,796	13,900	14,456	15,034	15,636	16,261
Salários e Vencimentos	193	253	253	263	274	285	296
Bens e Serviços	1,767	1,843	2,147	2,233	2,322	2,415	2,512
Transferências Públicas	7,000	9,700	11,500	11,960	12,438	12,936	13,453
Capital	100	104	9	9	10	10	11
Capital Minor	100	104	9	9	10	10	11
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	9,060	11,900	13,909	14,465	15,044	15,646	16,272
Recorrentes	8,960	11,796	13,900	14,456	15,034	15,636	16,261
Capital	100	104	9	9	10	10	11

Perfil de Funcionários

O Ministério do Petróleo e Recursos Minerais tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 89 pessoas, composto por 32 funcionários permanentes, 10 cargos de direcção e chefia e 26 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 21 pessoas. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

MINISTÉRIO DO PETRÓLEO E RECURSOS MENERAIS (MPRM)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	F
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	2	-	2	1	-	1	2	-	2	12	8	20	4	1	5	1	1	2	22	10	32
Escala 1o	-	-	-	1	-	1	1	-	1	-	-	-	2	7	9	-	-	-	-	-	-	4	7	11
Escala 2o	-	-	-	1	-	1	-	-	-	2	-	2	10	1	11	4	1	5	1	1	2	18	3	21
Escala 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administrasaun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total forza de trabalho actuais	-	-	-	2	2	4	7	2	9	2	-	2	12	8	20	4	1	5	1	1	2	28	14	42
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	1	-	-	3	-	-	3	-	-	10	-	-	7	-	-	2	-	-	-	-	-	26
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	1	-	-	7	-	-	12	-	-	12	-	-	27	-	-	7	-	-	2	-	-	68
Mapa Pessoal 2016	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	4	-	-	10	-	-	3	-	-	1	-	-	21
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	4	-	-	10	-	-	3	-	-	1	-	-	21
Detalhe Cargo Direcção e Chefias																								
Cargo Direcao e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Diretor Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretor Nacional	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	6	2	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	2	8
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	-	-	-	-	-	2	2	6	2	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	4	10

Plano Anual do Ministério do Petróleo e Recursos Minerais para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
O Sector de Recursos Naturais Desenvolvido para dar Base a Transformação Económica Estrutural					
Gestão das receitas petrolíferas.	Gestão das receitas petrolíferas de forma transparente, incluindo adesão rigorosa a mecanismos internacionais de transparência tais como a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva - ITIE	Finalização de TdR, contrato e processo de licitação para um Administrador Independente; Envolvimento de Reconciliador Independente; Assegurar a Produção do 7.º Relatório TL-ITIE	No primeiro trimestre a publicação do concurso ao público.	Financiado pelo MPRM	Sector Económico Secretariado TL-ITIE
	Disseminação interna do relatório TL-ITIE	Mobilização dos participantes de outros Distritos e concentram-se num distrito.	1000 Participantes foram informados sobre o relatório TL- ITIE através da disseminação nos 13 distritos	Disseminação irá ser realizada directamente através MSG com apoio do MPRM-Secretariado TL-ITIE.	Sector Económico Secretariado TL-ITIE
	Desenvolvimento de Capacidades	Capacitação da sociedade civil, governo e setor privado	A capacitação das entidades relevantes principalmente instituições ou agências que monitorizam os rendimentos dos recursos naturais.		Sector Económico Secretariado TL-ITIE
	Validação	Envolver um avaliador Independente para avaliar o 7.º Relatório do IETI para assegurar Timor-Leste como uma nação cumpridora.	No primeiro trimestre a publicação do concurso ao público		Sector Económico Secretariado TL-ITIE
	Disseminação externa do Relatório ITIE	Participar no encontro conselho do ITIE, coordenador nacional participa no seminário.	Atrair outras nações para aderir ao ITIE. Atrair os investidores a investir em Timor-Leste		Sector Económico Secretariado TL-ITIE
Desenvolvimento de Recursos Humanos.	Instrução, formação e experiência de trabalho	Cursos intensivos, formação contínua e treino no local de trabalho, através de Cursos de Língua Inglesa; Formação na área de gestão; Formação na área de Finanças; Formação na área da Informática, aprovisionamento e logística e Formação na área de fiscalização.	Envolver todos os funcionários do MPRM no programa de treino e/ou formação para melhorar os seus conhecimentos sobre as áreas específicas de trabalho. Segundo trimestre Continuação enviar 20 funcionários para ter o curso língua inglesa, mineral, administração e finanças, informática e logístico com duração de (1) e (2) meses no local e Indonésia	É um programa básico e fundamental para o Ministério que continuará ao longo de todo o ano.	Direcção Nacional de Administração e Finanças
		Programa 'Bolsas de Estudo' <i>Graduate Skill Development Program</i> a) <i>Language Skill Development</i> - Aumentar a capacidade da língua Inglesa para engenheiros no setor de recursos naturais de pós-graduação. b) <i>Graduate Internship & Work Experience Program</i> Dar estágio e experiência de trabalho aos graduados por através da oportunidade de trabalhar com a ANP, Timor Gap, IPG e o MPRM por 3 a 12 meses c) <i>Graduate Short Training Program</i> – Oferece oportunidade para graduados para participar em cursos de curto prazo especializado na área dos recursos naturais.	Em 2014, 42 graduados concluíram um curso intensivo de Inglês na Índia. Em 2015, 50 alunos vão participar neste mesmo curso Intensivo de Inglês na Índia por 10 meses. Um total de 15 formandos participou em estágio ou experiência de trabalho com a ANP, Timor Gap, IPG e MPRM por 3 a 12 meses, em 2014. Este número deverá aumentar para 35 em 2015. MPRM em cooperação com a Schlumberger que forneceu um curso de curto prazo para engenheiro de petróleo na especialidade de cimentação. Temos planos para mais cursos de curto prazo a serem realizados em 2015.	A expectativa é de aumentar mais cursos de curto prazo em 2015, devido à formação de mais estudantes na Indonésia e na Austrália. O curso de língua Inglesa será realizado em Mangalore e Udupi na Índia.	BELI / MPRM ANP, Timor Gap e IPG
		Tasi Mane <i>Skill Development Program</i> a) Curso de língua Inglesa e aulas de condução para membros da comunidade afetada no Suai.	A cerca de 2500 membros da comunidade beneficiaram deste programa em 2014. Um número igual e maior de membros da	Este treinamento é dirigido para as comunidades na área onde o projeto SSB e o	SOLS e a MPRM

		b) Formação Avançada em Inglês e formação na área de operações de <i>Supply Base</i> para os membros afetados da comunidade no Suai.	comunidade deve continuar com o mesmo treinamento em 2015.	aeroporto estão sendo construídos no Suai.	
		<i>Aviation Technical Program</i> - Pilotos de Helicópteros e de asa fixa e Mecânicos.	4 pilotos de helicóptero vão começar em 2015.	Pilotos de asa fixa estão a estudar no Aero Flyer Institute em Jacarta e com Basair Academia em NSW Austrália. Os pilotos de helicóptero estão a estudar na Malásia.	Aero Flyer Institute, Basair, Gap MHS and MPRM
		4. <i>SSI (SERN Scholarships in Indonesia)</i> Para dar oportunidade a candidatos para formação através de bolsas de estudo a nível Bacharelato (S1), Mestrado (S2) em várias universidades na Indonésia.	Em 2014, 20 alunos formaram-se em universidades na Indonésia e 39 ainda estão em curso. A partir do número de alunos atuais, 5 estão em formação para Mestres (S2).	Estudantes nas áreas de Engenharia de Petróleo, Engenharia Geológica, Engenheiro de Minas, Geofísica, Geociências, Engenheiro Ambiental e Engenheiro Químico.	- UGM - UNPAD - UPN - ITB - ITN
		5. <i>SSA (SERN Scholarships in Australia)</i> Para dar oportunidade a candidatos para formação através de bolsas a nível Bacharelato (S1), Mestrado (S2) e PhD (S3) em várias universidades na Austrália.	Em 2014, 12 alunos completaram os estudos em varias Universidades na Austrália, alguns deles estão a continuar com o seu mestrado. Actualmente, 9 alunos ainda estão a estudar na Austrália, quatro em bacharelado, 4 em mestrado e um em doutoramento (PhD).	Estudantes nas áreas de Engenharia de Petróleo, Geologia Engenheiro, Ciências Ambientais. Um aluno está numa secção da Universidade de Curtin em Sarawak, na Malásia.	- UNSW, Sydney - UWA, Perth - Curtin Univ, Perth - Newcastle Univ, Sydney - Adelaide Univ - Curtin Sarawak, Malaysia
		6. Bolsas de Estudo Estratégicas Funcionários de MPRM, Timor Gap, ANP e a IPG frequentam licenciaturas e mestrados nas áreas de Finanças, <i>Accountability</i> (gestão e prestação de contas), Informática, Petróleo e Geologia.		FDCH Este programa teve início em 2009 e continuará até 2017.	
Administrar o processo de execução do orçamento e a administração geral que suporta o Ministério no seu trabalho diário.	Criação de três Grupos de Trabalhos (Taskforce) no MPRM 1. Grupo de Trabalho (Taskforce) de Diversificação Económica 2. Grupo de Trabalho (Taskforce) para a Participação Comunitária 3. Grupo de Trabalho (Taskforce) para Participação dos Veteranos	Desenvolver ao longo do ano todas as atividades necessárias e prestar o apoio (Back Office) logístico, financeiro, administrativo e de comunicação aos departamentos, Direcções e Instituições Tutelas do Ministério que prestam serviço directamente ao público; Identificar as atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos e processos diretamente coordenados pelo MPRM ou sob a forma delegada pelas organizações que tutela, que possam contribuir para a diversificação da Economia; Assegurar a participação e contribuição das comunidades locais sujeitas a impactos sócio-económicos resultantes dos projetos MPRM nas soluções propostas pelo Ministério; Participação dos veteranos - identificará as atividades do Ministério relacionadas com os projectos que vem desenvolvendo e que requerem o apoio e participação dos veteranos.	Melhorar o apoio à execução do orçamento. Melhorar o apoio administrativo a todo o Ministério. Melhorar o apoio logístico a todo o Ministério, incluindo o sistema de informática. Promover toda a informação sobre o programa de trabalho do Ministério junto dos funcionários e do público. Para melhor apoiar a implementação dos programas /projetos de duração limitada ligados ao setor do Petróleo e Recursos Minerais.		MPRM/GM,DNAF & Timor Gap
	DNM Criação do Grupo de Trabalho	Preparar o enquadramento legal, políticas internas e recursos humanos para o futuro		A preparação tem envolvido o GIPs, EIPA, Funcionários	MPRM-DNM

	(Taskforce) da Companhia Nacional dos Minerais	companhia		Públicos e Assessoria.	
O desenvolvimento de dados geológicos e pôr em mapa a área prospectiva dos recursos minerais em todos distritos		Desenvolver os dados e produzir o mapa indicado para a potência dos recursos minerais	No terceiro trimestre o início dos coletivos dados acerca das potências recursos minerais. No quarto trimestre lançamento do mapa através dos quatro distritos: Manatuto, Baucau, Viqueque e Lospalos	Juntamente com IPG/instituto de pesquisa para desenvolver o mapeamento nos distritos	MPRM-DNM & IPG
Timor Gap Infra-Estruturas de Apoio em Terra (Onshore)	Projecto da Base Logística de Suai	Início da construção da Base Logística de Suai	20% do trabalho geral está concluído. Os trabalhos incluem: - Quebra-Mar - Trabalho de dragagem - Desenvolvimento do Território - Instalações Onshore		SE (MPRM E TIMOR GAP)
	Aeroporto de Suai (actualmente o Projecto está sob a gestão do Ministério dos Transportes e Comunicações)				SE (a partir de 2015 o projecto será transferido do MPRM para o MTC)
	Complexo Industrial de Suai.	Promoção da área aos investidores e alguns estudos de viabilidade para investimentos específicos.	Definição de áreas específicas para diversos investimentos.		SE (MPRM E TIMOR GAP)
	Construção da Auto-Estrada de Suai - Beço	Início da primeira fase da construção da auto-estrada de Suai – Beço (Secção 1: Suai – Zumalai; 33 Km).	20% do trabalho geral está concluído.	MOP, MPRM e TIMOR GAP assinaram o protocolo de trabalho para a gestão do projecto.	SE (MPRM, MOP E TIMOR GAP)
	Zonas Comerciais e Residenciais de Nova Suai, Nova Betano, Nova Viqueque e Nova Beço.	Promoção das zonas para investidores do sector imobiliário para construir e financiar os projectos.	Vários investidores demonstraram interesse em investir.		SE (MPRM E TIMOR GAP)
Infra-Estruturas Onshore de Processamento e Distribuição	Complexo Industrial Petroquímico de Betano	Início da primeira fase do projecto da refinaria em 2015 – Decisão Final de Investimento (FID - <i>Final Investment Decision</i>) e Mobilização Financeira dos Investidores.	O FID e os Investidores Financeiros estão assegurados.		SE, MPRM (TIMOR GAP e o Parceiro de JV, PTT Tailândia).
	Planta de GNL (Gás Natural Liquefeito) de Timor em Beço (Gasoduto do Greater Sunrise até Beço)	Finalizar o estudo de Pré-FEED para a Planta de GNL	Pré-FEED concluído.	Os estudos dos projectos serão pagos pelo Governo mas no final o investimento para o projecto do gasoduto e da planta de GNL será através do financiamento de projectos.	SE (MPRM E TIMOR GAP)
	Postos de Abastecimento de Combustível nos Distritos	Postos de Abastecimento de Combustíveis a ser construídos nos distritos.	4 Postos de Abastecimento em 4 distritos	Financiado pela TIMOR GAP através do financiamento de projectos	SE, TIMOR GAP
	Parque de reservatórios para Reservas Nacionais de Combustível	Promoção do projecto para potenciais investidores ou discussão com as principais partes intervenientes: o Governo e o Parlamento Nacional para possível financiamento directo do Estado.			SE (MPRM E TIMOR GAP)
Exploração e Desenvolvimento de Potenciais Novos Recursos de Petróleo/Gás	Aumento da Participação Nacional	TIMOR GAP deverá ter pelo menos mais 2 blocos.	Um bloco <i>onshore</i> e um bloco <i>offshore</i> .		SE, MPRM, TIMOR GAP e Parceiros de JV

ANP Realizar a segunda ronda de licitação e concessão dos blocos para TLEA offshore e a primeira vez a ser feita para onshore.		Pré-Qualificação; Ronda de licitações Organizar <i>Road Show</i> / Conferências Internacionais	Fase pré-qualificação Efectuar ronda de licitação Implementar e organizar promoção “ <i>Road Show</i> ”	Esta atividade foi adiada para 2015 devido à demora do processo de finalização de estruturas legais. A licitação da TLEA <i>offshore</i> só terá lugar no fim do ano. Portanto, avaliação das propostas será feita apenas em 2015. Apesar das indicações acima, o início da licitação será sujeita à aprovação do regulamento TLEA <i>offshore</i> e modelos PSC pelo conselho de ministros no segundo semestre de 2014.	ANP/MPRM
Aquisição de dados Geofísicos por multi- clientes	Procurar possíveis interessadas companhias para adquirir dados geofísicos aéreos.		A companhia interessada envolvida - Pesquisa realizada e os dados adquiridos	A natureza deste compromisso será por base de multi-clientes (Projeto será financiado pelas partes envolvidas)	ANP
Continuar a inspeção da qualidade do combustível, instalação e operação de postos de abastecimento de combustível	Bombas de combustível nos distritos	Desenvolver um plano de inspeção; Alargar o plano de inspeção a nível distritos; Apresentar o plano de inspeção para aprovação; Fazer as inspeções	- Plano de inspeção desenvolvido; Inspeção estendida a nível distrital; Plano de controlo aprovado; Inspeção realizada		ANP
Continuar emissão de licenças para novos e existentes postos de abastecimento de combustível		Avaliar os documentos submetidos; Fiscalizar os postos de abastecimento; Atribuição de licenças	- Documentos avaliados - Posto de abastecimentos inspecionados - Licenças atribuídas		ANP
Emissão de licença para comércio de fornecimento e armazenamento de combustível		Avaliar os documentos submetidos; Fiscalizar a atividade de armazenamento de combustível; Atribuição das licenças.	Documento avaliados Armazenamento de combustível inspeccionado Licença atribuída		ANP
Regular as áreas de minerais	ANP acumular a funções reguladoras para o sector minerais no caso de cumprir requisitos legais para este efeito.	Criar o ANPM			ANP
Financiar a parte operacional da TL na JPDA.		Gerir as actividades reguladoras na JPDA	Cumprir o <i>workplan</i> de 2015.		ANP
IPG Infra-Estruturas de Apoio em Terra (Onshore)	Complexo de IPG e Casa do Petróleo (<i>Petroleum House</i>)	Estabelecimento do conceito de desenho e a construção do complexo IPG e Casa do Petróleo. A Casa do Petróleo está a ser considerada para PPP.	1 trimestre - obtenção de conceito de desenho do edifício de IPG. Preparação de documentos técnicos de submeter ao MPS de modo a obter aprovação de orçamento para a construção dos edifícios de IPG,	O orçamento para o desenvolvimento de conceito de desenho e a construção vem do Fundo de Infraestrutura Em 2013, MPS através de Worley Parson aprovou o conceito e a viabilidade do dos edifícios de IPG, recomendando a	SE, MPRM, IPG

				estabelecimento de conceito de desenho e construção dos edifícios de IPG	
Administração e Operação da IPG		Gestão e sustentabilidade de IPG e o seu pessoal	Instituto de investigação e produção de informação geológica		SE, MPRM, IPG
Desenvolvimento nos Sectores de Minerais	Desenvolvimento de dados substantivos para os sectores de Minerais:	Levantamento de Mapas Geológico e Tectónico de Oecusse e Bobonaro Mapa Geológico e Tectónico nas zonas estratégicas com escala de 1:50.000 e 1:25.000; Mapa de Distribuição de Recursos Minerais com escala de 1:250.000 até 1:25.000; Informação de Hidrocarbonetos no território; Mapa de Riscos Geológicos com escala de 1:250.000 até 1:25.000; Mapa de Hidrogeologia com escala de 1:250.000 até 1:25.000	<i>1 trimestre de 2015, segunda fase de estudo de campo do Mapa Geologia de Oecusse, verificação dos dados no campo, estudo contínuo de análise de Laboratório</i> <i>2 trimestre de 2015, construção e produção de draft do Mapa Geológico de Oecusse e o Relatório do Mapa. Finalização de estudo de Laboratório.</i> <i>Iniciação de recolha de dados para o levantamento de Mapa Geológico de Bobonaro</i> <i>Estudo de Campo na área de Bobonaro.</i>	O levantamento de mapa geológico de Oecusse é feito com a colaboração de Serviços Geológicos de Indonésia (Badang Geologi Indonesia)	SE, MPRM, IPG
		Produção de Mapa de Distribuição dos Recursos Minerais de Bobonaro, Manatuto e outras zonas estratégicas.	1 trimestre - continuação da identificação de recursos minerais metálicos (óxidos de ferro, chromite e magnetitos) em Manatuto, especialmente nas áreas de Lacro. Relatório final dos estudos de viabilidade dos minerais não metálicos (calcários e argilas) para a fábrica de Cimento nas áreas identificadas de Baucau 2 trimestre - iniciação de estudos de identificação dos recursos minerais metálicos e não metálicos em Bobonaro, especialmente nas fronteiras entre Timor e Indonésia Relatório preliminar do estudo feito	O levantamento de mapa dos minerais e relatórios relevantes é um estudo contínuo	SE, MPRM, IPG
		Estudo de Petróleo e Gás no Território de Timor-Leste.	1 trimestre - finalização de estudo de campo para o desenvolvimento de corte geológico para a identificação da estrutura geológica que controla a acumulação do Petróleo e Gás no <i>onshore</i> ; Recolha de dados para o estudo mais detalhado sobre a existência dos hidrocarbonetos no <i>onshore</i> ; 2 trimestre - estudo de laboratório dos materiais que contem os elementos de hidrocarbonetos. Comparação dos dados de laboratório com os dados existentes no território, tanto de <i>offshore</i> como no <i>onshore</i> .		SE, MPRM, IPG, ANP, TIMOR GAP
		Produção de Mapa de Riscos Geológicos nas zonas urbanas e áreas habitadas	1 trimestre - monitorização contínua dos dados de sismómetro plantados no <i>onshore</i> . Produção de relatório relativa a terramotos através de dados registados nos sismómetros. Identificação de escorregamento dos terrenos nas zonas mais habitadas Levantamento de dados de campo relativamente a inundações nas zonas mais habitadas, i.é, Dfili. Levantamento de dados de campo relativamente à erosão costeira especialmente na costa sul	Colaboração com Ministério de Solidariedade, especialmente com a direcção de gestão dos desastres naturais. Colaboração com Universidade de Califórnia, na monitorização e tratamento dos dados.	SE, MPRM, IPG

			2 trimestre - continuação de estudo e produção de relatório e mapas		
		Elaborar Mapa de Hidrogeologia Identificar recursos hídricos nas áreas mais habitadas, começando pela capital; Desenvolver o relatório sobre as águas contaminadas e não contaminadas com base em poços e perfurações Mapa preliminar dos recursos hídricos de zonas mais habitadas.	1 trimestre - identificação de recursos hídricos nas áreas mais habitadas, começando pela capital; Relatórios elaborados; Mapas preliminares elaborados.	Colaboração com Direcção Nacional de Controlo e qualidade de água de modo a recolher os dados de precipitação de água	SE, MPRM, IPG

Tribunais

Papel

Desenvolver o Sistema de Justiça

Competências - Nos termos da Constituição da República Democrática de Timor-Leste:

- Os Tribunais são órgãos de soberania com competência para administrar a Justiça em nome do povo (art. 118, n.º 1). A função jurisdicional é exercida exclusivamente por Juizes investidos nos termos da lei (art. 121, n.º 1).
- Está previsto existirem (a) Supremo Tribunal de Justiça e outros Tribunais Judiciais, (b) Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de contas e Tribunais administrativos de primeira instância, e (c) Tribunais Militares (art. 123 da CRDTL).
- Neste momento o Tribunal de Recurso e os Tribunais Distritais exercem todas as competências dos Tribunais que ainda não foram criados.
- O Conselho Superior da Magistratura Judicial faz a gestão e disciplina dos Magistrados Judiciais (art. 128 da CRDTL).
- A Lei N.º 9/2011, de 17 de Agosto criou a Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de Contas, que provisoriamente fica integrada no Tribunal de Recurso.
- O Decreto-Lei N.º 34/2012, de 18 de Julho criou os Serviços de Apoio dos Tribunais, que presta apoio a todos os Tribunais e Conselho Superior da Magistratura Judicial.

Orçamento

Os Tribunais têm um Orçamento de 5,393 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Tribunais (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	2,989	8,115	5,393	5,609	5,833	6,066	6,309
Recorrentes	2,725	4,401	4,703	4,891	5,087	5,290	5,502
Salários e Vencimentos	757	1,014	1,534	1,595	1,659	1,726	1,795
Bens e Serviços	1,969	3,387	3,169	3,296	3,428	3,565	3,707
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	264	3,715	690	718	746	776	807
Capital Minor	176	1,395	440	458	476	495	515
Capital Desenvolvimento	88	2,320	250	260	270	281	292
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	2,989	8,115	5,393	5,609	5,833	6,066	6,309
Recorrentes	2,725	4,401	4,703	4,891	5,087	5,290	5,502
Capital	264	3,715	690	718	746	776	807

Perfil de Funcionários

O Tribunal de Recursos tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 256 pessoas, composto por 54 funcionários permanentes, 43 vagas em processo de recrutamento e 15 cargos de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 144 pessoas. Para além disso, o Tribunal de Recurso tem mais cerca de 60 oficiais de justice, 34 Juizes e 30 Auditores Camara de Contas.

Tribunal Recurso																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	2	-	2	6	1	7	8	3	11	2	3	5	10	-	10	10	9	19	38	16	54
Escala 1o	-	-	-	2	-	2	6	1	7	8	3	11	2	3	5	7	-	7	4	4	8	29	11	40
Escala 2o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	2	-	2	
Escala 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3	7	4	3	7	
Escala 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2	2	4	3	2	5	
Escala 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Agente da Administrasun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total força de trabalho actuais	1	-	1	4	-	4	11	1	12	13	5	18	2	3	5	10	-	10	10	9	19	51	18	69
Vagas em processo de Recrutamento	2			2			2			16			14			6			1			43		
Nova Proposta de Vagas 2015	-			-			-			-			-			-			-			-		
Total Quadro Pessoal	3			6			14			34			19			16			20			112		
Mapa Pessoal 2016	36			4			30			18			6			26			24			144		
Mapa Pessoal 2016 - 2018	36			4			30			18			6			26			24			144		
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	
Diretor Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diretor Nacional	-	-	-	2	-	2	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4	
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	3	-	3	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	5	
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	5	
Total Cargo de Direcção e Chefia	1	-	1	2	-	2	5	-	5	5	2	7	-	-	-	-	-	-	-	-	13	2	15	

TRIBUNAL RECURSO																				
Força de Trabalho	Categoria																			
	Sec. Superior			Secretario			Escrevao do Direito			Adj. Escrevao			Oficial Diligencia			Sub-Total				
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total		
Official Justica de Tribunais	1	-	1	4	-	4	6	3	9	6	2	8	20	18	38	37	23	60		
Juizes Tribunais																				
Juizes-Concelheiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Juizes de Diretor 1o Classe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Juizes- 2o Classe	3	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	5		
Juizes- 3o Classe	11	6	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	6	17		
Juizes de Estagiario	12		12			-										12	-	12		
Total	26	8	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	8	34		
																			Total	
Auditores Camara de Contas	Aud. Cor. Geral			Aud. Chefia			Aud. - 1o Classe			Aud. - 2o Classe			Aud. - 3o Classe			Aud. Estagiario		M	F	
	-		-	-		-	-		-	-		-		12	3	15	15		15	27
Vagas em processo de recrutamento																				
Nova proposta de vagas 2015	-			-			-			-			-			-				
TotalRE-TR	-			-			-			-			15			-				124

Plano Anual dos Tribunais para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
CSMJ Gestão e disciplina dos Juízes. Inspeção Tribunais.	Organização e inspecção dos Serviços.	Realização de reuniões e deliberações do CSMJ e execução dessas deliberações	Deliberações do CSMJ e sua execução no primeiro trimestre	Melhorar a eficácia do CSMJ, Assessores Internacionais e inspectores Judiciais	Aumentar a eficácia no funcionamento dos Tribunais Resp. Presidente do CSMJ
		Medidas relativas à gestão e disciplina dos juízes	Melhorar o aproveitamento e rentabilidade dos recursos humanos disponíveis, no primeiro trimestre e IV trimestre	Aumentar a eficácia no funcionamento dos Tribunais	
		Tomar as medidas necessárias à correcção das deficiências dos tribunais e avaliação do desempenho dos juízes e oficiais de justiça.	Melhorar o funcionamento dos Tribunais e de desempenho dos juízes e oficiais de justiça, no primeiro trimestre e IV trimestre	Apoio de 2 Juízes Inspectores. Conhecimento do estado, necessidades e deficiências dos tribunais e responsabilizar, de acordo com a lei, os juízes e oficiais de justiça pelo seu desempenho	
Tribunal de Recurso Distribuição e realização das audiências e decisões dos processos pendentes e dos entrados no Tribunal de Recurso em 2014-2015	Aumentar Juízes Qualificados e com competências	Julgamento e decisão dos processos pendentes e entrados no tribunal de Recurso em 2014-2015	Julgar e decidir mais de 80% dos processos pendentes e entrados no tribunal de Recurso	Proferir decisões atempadas e justas dos recursos que sobem ao Tribunal de Recurso. 2 Assessores internacionais	Aumentar a eficácia no funcionamento dos Tribunais Resp. Presidente TR
Redução do número de processos pendentes relativos a arguidos em prisão preventiva	Redução do número de processos pendentes	Dar prioridade e acelerar julgamentos e decisões de processos relativos a arguidos que aguardam julgamento em prisão preventiva	Diminuir o número de arguidos nas prisões a aguardar o julgamento e decisão final	Reduzir ao mínimo o número de arguidos que aguardam julgamento em prisão, bem como o tempo de espera pelo julgamento e decisão final	Juiz Administrador dos Tribunais Distritais
Redução do número de processos pendentes Crime e Cível	Redução do número de processos pendentes	Decidir os processos pendentes crimes e cíveis Custo para 5 Juízes Internacional de cada	Aplicar a Justiça com qualidade e rapidez	1 Juiz assessor Internacional para cível e 4 para o Tribunal de Dili, Suai, Oecusse e Baucau.	Juiz Administrador dos Tribunais Distritais
Estabelecer as instituições da Justiça previstas na Constituição e na Lei, que ainda não foram implementadas.	Criar as instituições previstas na Constituição	Processos de visto prévio, acompanhamento da execução orçamental, Relatório e Parecer sobre a CGE, auditorias concomitantes, auditorias sucessivas e verificação interna de contas	Empresa de consultoria contratada e totalmente operacional Análise da CGE de 2014 finalizada até ao 4º trimestre	Para formação e organização 3 assessores Internacionais	Aumentar a eficácia no controle das contas e projectos do Estado Resp. Presidente do Tribunal de Recurso
	Controle das contas e projectos do Estado	Processos de visto prévio, acompanhamento da execução orçamental, Relatório e Parecer sobre a CGE, auditorias concomitantes, auditorias sucessivas e verificação interna de contas	Processos de visto analisados e decididos; Relatório e Parecer elaborado; Relatórios de auditoria, acompanhamento da execução orçamental, Verificação interna de contas, aprovados		
	Procedimentos instituídos	Elaboração de Regulamento Interno da Câmara de Contas	Processos decididos de acordo com os procedimentos instituídos		Presidente do Tribunal de Recurso
	Divulgação da Câmara de Contas	Site da internet da Câmara de Contas	Criação do Site da internet da Câmara de Contas		Presidente do Tribunal de Recurso
Implementar os Serviços		Formação e afectação de pessoal	Page 291	Formação/Missão da Equipa Técnica no	Resp. Director dos Recursos

de Apoio dos Tribunais aprovado pelo Decreto-Lei 34/2012, de 18 Julho	Formar auditores para câmara de contas	para preencher as vagas do Tribunal de contas		âmbito das OISC da CPLP; Seminários	Humanos
Implementar os Serviços de Apoio dos Tribunais aprovado pelo Decreto-Lei 34/2012, de 18 Julho.	Recrutar e formar pessoal para desempenhar funções administrativas de modo a libertar os Juízes de tais tarefas.	Recrutamento e afectação de pessoal para preencher as vagas dos Serviços de Apoio dos Tribunais	Processo de recrutamento concluído até ao 4º trimestre		Resp. Director dos Recursos Humanos
		Recrutamento e afectação de pessoal para o Tribunal Distrital de Díli	Processo de recrutamento concluído até ao fim do 1º trimestre		
		Recrutamento e afectação de pessoal para o Tribunal Distrital de Baucau	Processo de recrutamento concluído até ao fim do 1º trimestre		
		Recrutamento e afectação de pessoal para o Tribunal Distrital de Suai	Processo de recrutamento concluído até ao fim do 1º trimestre		
		Recrutamento e afectação de pessoal para o Tribunal Distrital de Oecússi.	Processo de recrutamento concluído até ao fim do 1º trimestre		
		Recrutamento para o quadro do pessoal administrativo dos Serviços de Apoio dos Tribunais.	Processo de recrutamento concluído até ao fim do 1º trimestre		
Desenvolver e sedimentar o Sistema de Justiça já existente em Timor-Leste					
Reforçar o número de Juízes, e Oficiais de Justiça	Aumentar a eficácia no funcionamento dos Tribunais	Entrada de 12 Juízes de direito nacionais	12 Juízes estagiários nacionais nos Tribunais no 3º trimestre de 2014, em Díli.	1 Juiz Internacional para cível e os outros para o Tribunal de Díli, Suai, Oecusse e Baucau	Aumentar a eficácia no funcionamento dos Tribunais Resp. Presidente do CSMJ
Desenvolver o Capital Humano.		Entrada de novos Oficiais de justiça	Novos oficiais de justiça no quadro respectivo até ao 3º trimestre	Assessores Internacionais para formação aos novos Oficiais de Justiça	
		Continuação da formação de Oficiais de Justiça em curso	Formação de oficiais de justiça no 3º trimestre	Assessores Internacionais para formação aos novos Oficiais de Justiça	Resp. Director dos Recursos Humanos
		Formação e desenvolvimento de Juízes no País	Formação de Juízes no país concluída até ao 4º trimestre		
	Contacto com sistemas Judiciais mais avançados	Formação e desenvolvimento de Juízes no estrangeiro	Formação de Juízes no estrangeiro concluída até ao 4º trimestre		
	Contacto com sistemas Judiciais mais avançados	Formação e desenvolvimento de funcionários no estrangeiro	Estágio de Funcionários no estrangeiro concluído até ao 4º trimestre		
	Aumentar a eficácia no funcionamento dos Tribunais	Formação e desenvolvimento de funcionários no País	Formação de funcionários no país concluída até ao 4º trimestre	Assessores Internacionais para formação aos novos Oficiais de Justiça	
Melhorar as condições materiais de trabalho nos Tribunais.	Implementação de Tribunal Superior	Construção do Edifício do Supremo Tribunal de Justiça	Reabilitação feita até 3º trimestre		Aumentar a eficácia no controle das contas e projectos do Estado Resp. Presidente do Tribunal de Recurso
	Ampliação do espaço do Tribunal de Recurso pela aquisição de terreno atrás do TR	Aquisição de terreno das traseiras do Tribunal de Recurso para ampliação das instalações.	Ampliar as instalações		Resp. Presidente do Tribunal de Recurso
Aquisição de Equipamentos.	Facilitar as comunicações de transporte e electrónicas.	Para facilitar as notificações e deslocações nos e para os Distritos. Para dar uma resposta mais rápida dentro de sistema de gestão processual Equipamentos informáticos Mobiliários Equipamentos de	Melhorar apoio dos serviços dos Tribunais	18 Carros (novos Juízes) 20 Motas (novos funcionários) 31 <i>desktop</i> , 15 <i>laptop</i> 30 impressoras, 30 UPS, 40 mobiliários e outros equipamentos.	Resp. Juiz Administrador da administração finanças e do património dos Tribunais

		informação, tecnologia e comunicação			
		Elaboração de projecto para construção dos novos edifícios do Tribunal Distrital de Dili e do Tribunal Distrital de Baucau.	Reabilitação feita até ao 3º trimestre		
		Reabilitação do Tribunal distrital de Suai.	Reabilitação feita até ao 3º trimestre		
		Construção de casas de função.	Reabilitação feita até ao 3º trimestre		
Implementar o sistema de gestão informática dos processos.	Implementação de sistema de gestão de casos processuais	Continuação do estabelecimento do sistema de gestão informática dos Tribunais	Funcionamento em pleno do sistema de gestão informática de processos até ao 2º trimestre, em coordenação com o sistema integrado de gestão de informação	Engenheiro informático	Resp. Juiz Administrador dos Recursos humanos
	Partilha de informação com outras instituições. Obtenção de dados estatísticos. Elaboração de Relatórios	Formação do pessoal dos Tribunais para trabalhar com o sistema de gestão informática dos processos.	Formação feita até ao 4º trimestre. Possibilidade e sejam geradas estatística automática entre os Tribunais e as outras Instituições com envio directo para o Ministério da Justiça	Assessores Internacionais para a formação e sincronização e ajustar os dados de Instituições	Resp. Juiz Administrador dos Recursos humanos
	Partilha de informação com outras instituições. Obtenção de dados estatísticos. Elaboração de Relatórios	Formação de todos os oficiais de justiça dos tribunais sobre operacionalidade e procedimentos do sistema informático integrado.	Formação feita até ao 4º trimestre.	Assessores Internacionais para a formação	Resp. Juiz Administrador dos Recursos humanos
Criação de Gabinete de Formação Permanente para oficiais de justiça.	Gabinete para apoio a oficiais de justiça.	Gabinete de Formação Permanente para oficiais de justiça para responder a alterações legislativas e entrada em vigor de novos normativos legais	Criação para o 1º trimestre		Resp. Juiz Administrador dos Recursos humanos
Decidir e finalizar os processos entrados nos Tribunais.	Reduzir a pendência nos Tribunais	Reduzir o nº de processos entrados nos anos anteriores a 2014, a começar pelos que entraram há mais tempo	Reduzido o número de processos despachados entrados antes de 2014 a começar pelos que entraram há mais tempo		Juiz Administrador dos Tribunais
Tribunais Distritais – Distribuição e realização das audiências e decisões dos processos pendentes e dos entrados nos tribunais Distritais em 2014.	Reduzir a pendência nos Tribunais	Julgamento e decisões dos processos pendentes e entrados nos tribunais Distritais em 2014-2015	Julgar e decidir mais de 80% dos processos pendentes e entrados nos Tribunais Distritais	Decidir atempadamente e com justiça conflitos trazidos aos tribunais Distritais através de processos	Juiz Administrador dos Tribunais
Redução do número de processos pendentes relativos a arguidos em prisão preventiva.		Dar prioridade e acelerar julgamentos e decisões de processos relativos a arguidos que aguardam julgamento em prisão	Diminuir o número de arguidos nas prisões a aguardar julgamento e decisão final.	Reduzir ao mínimo o número de processos que aguardam julgamento em prisão, bem como o tempo de espera pelo julgamento e decisão final	Juiz Administrador dos Tribunais
Redução do número de processos pendentes Crime e Cível	Redução do número de processos pendentes.	Decidir os processos pendentes, crimes e cível	Aplicar a Justiça com qualidade e rapidez	1 Juiz Internacional para cível e os outros para o Tribunal de Dili, Suai, Oecusse e Baucau.	Juiz Administrador dos Tribunais

Formação de recursos humanos (Juizes e oficiais de justiça)		<p>A - Formação de 2,5 anos para o acesso a juiz efectivo do Tribunal Distrital seguido de 1,5 anos para acesso a juiz do TR de acordo com o programa de formação do Centro de Formação Jurídica, assegurado por internacionais;</p> <p>B – Formação de Oficiais de Justiça de acordo com o programa de formação do Centro de Formação Jurídica pelo período de 2,5 anos, assegurado por internacionais.</p>	<p>A – Juizes com preparação, ética e técnico-jurídica necessária para exercer com competência as funções nos tribunais de primeira instância (Tribunais Distritais), de acordo com o programa de formação do Centro de Formação Jurídica, pelo período de 2 anos e meio.</p> <p>Necessidade de pelo menos mais um ano depois da formação para a primeira instância, para a formação de juizes para o Tribunal de Recurso.</p> <p>B – Oficiais de Justiça que trabalham na secretaria judicial do Tribunal de Recurso preparados com um melhor desempenho técnico e adaptação às novas leis processuais e do funcionamento dos tribunais</p>	<p>A – Cerca de 5 juizes estagiários ao fim de 1,5 anos.</p> <p>Cerca de 5 juizes efectivos ao fim de 2,5 anos.</p> <p>Dois a cinco juizes no TR ao fim de 4 anos.</p> <p>B – Cinco Administradores judiciais e 25 oficiais de justiça com a preparação ética e técnica adequada a garantir o funcionamento dos tribunais ao fim de 2,5 anos.</p>	<p>Resp. Juiz Administrador dos Recursos humanos</p>
--	--	--	--	---	--

Procuradoria-Geral da República

Papel

O Ministério Público (MP) é um órgão público fiscalizador com autonomia administrativa e financeira em relação aos demais órgãos do Estado, essencial à sua função jurisdicional, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Ministério Público representa o Estado, exerce a acção penal, assegura a defesa dos menores, ausentes e incapazes, defende a legalidade democrática e promove o cumprimento da lei.

Exerce as suas atribuições sujeito a critérios de legalidade, objectividade, isenção e obediência às directivas e ordens previstas na lei e garante que todas as matérias criminais são devidamente investigadas (quer directamente quer através de outros órgãos) e que, nos casos em que as investigações assim o justifiquem, que as matérias são levadas a Tribunal. O Ministério Público é também o responsável em garantir quando o Estado deve recorrer de decisões dos tribunais, caso se considere que estas não estão de acordo com a lei.

Orçamento

A Procuradoria-Geral da República tem um Orçamento de 3,738 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Procuradoria Geral da República (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	3,074	3,716	3,738	3,888	4,043	4,204	4,373
Recorrentes	2,338	3,131	3,142	3,268	3,398	3,534	3,676
Salários e Vencimentos	875	1,422	1,423	1,479	1,539	1,600	1,664
Bens e Serviços	1,462	1,709	1,720	1,788	1,860	1,934	2,012
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	737	584	596	620	645	670	697
Capital Minor	144	348	136	141	147	153	159
Capital Desenvolvimento	592	236	460	478	498	517	538
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	3,074	3,716	3,738	3,888	4,043	4,204	4,373
Recorrentes	2,338	3,131	3,142	3,268	3,398	3,534	3,676
Capital	737	584	596	620	645	670	697

Perfil de Funcionários

A Procuradoria Geral da República tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 134 pessoas, composto por 72 funcionários permanentes, 8 de cargo de direcção e chefia e 9 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 45 pessoas. Além disso, o PGR tem mais cerca de 99 oficiais de justice e 33 Procuradores.

PROCUDORIA GERAL DA REPUBLICA (PGR)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	3	-	3	7	1	8	16	5	21	11	9	20	7	5	12	5	3	8	49	23	72
Escalaço 1o	-	-	-	2	-	2	7	1	8	15	5	20	5	4	9	2	3	5	1	1	2	32	14	46
Escalaço 2o	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	1	2	1	3	4	1	5	4	1	5	12	3	15
Escalaço 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	5	-	-	-	-	1	1	2	4	6
Escalaço 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3	-	1	1	-	-	-	2	2	4
Escalaço 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	1
Escalaço 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraaun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	1	-	1	6	1	7	10	2	12	16	6	22	11	9	20	7	5	12	5	3	8	55	26	81
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	4	-	-	3	-	-	-	-	-	9
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	1	-	-	7	-	-	13	-	-	23	-	-	24	-	-	15	-	-	8	-	-	90
Mapa Pessoal 2016	-	-	4	-	-	5	-	-	14	-	-	9	-	-	10	-	-	3	-	-	-	-	-	45
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	4	-	-	5	-	-	14	-	-	9	-	-	10	-	-	3	-	-	-	-	-	45
Detalho Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcao e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Director Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Director Nacional	-	-	-	1	1	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Director Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe do Departamento	-	-	-	2	-	2	2	1	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	6
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direção e Chefia	1	-	1	3	1	4	3	1	4	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	3	9

PROCURADORIA GERAL REPUBLICA																			
Força de Trabalho	Categoria																		
	Sec. Superior			Secretario			Adj. Escrevao			Escrevao do Direto			Oficial Diligencia			Sub-Total		Total	
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F		
Oficial Jucista PGR	-	-	-	2	2	4	5	4	9	1	3	4	24	12	36	36	17	53	
Oficial Jucista PGR-Estagarios			-			-			-			-	24	22	46	24	22	46	
Total Oficial Justica PGR	-	-	-	2	2	4	5	4	9	1	3	4	48	34	82	60	39	99	
Força de Trabalho Procuradores PGR	1o Classe			2o Classe			3o Classe			Estagiario			Sub-Total		Total				
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F					
Procuradores			0	3	2	5	11	6	17	7	4	11	21	12	33				
Vagas em processo de recrutamento	-			-			-			-			-						
Nova proposta de vagas 2015	-			-			-			-			-						

Plano Anual da Procuradoria-Geral da República Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE*
Desenvolvimento e Gestão Recursos Humanos					
Implementação da Lei Orgânica dos serviços de apoio Técnico Administrativos da PGR (SATA) Implementação do estatuto dos Oficiais de Justiça.	Melhorar os níveis de responsabilidade na PGR	Recrutamento de 16 novos funcionários de forma assegurar o preenchimento do quadro de pessoal previsto para os Serviços de apoio Técnico Administrativo da PGR_ SATA.	Estrutura organizacional completa, para que os serviços possam ter funcionários com qualificações e experiência adequados para a realização das suas competências; Estabelecimento de factores de motivação pessoal dos funcionários com a abertura de concursos internos de promoção; Promoção do mérito profissional através de melhoria e regularidade na avaliação de desempenho para técnicos administrativos e oficiais justiça; Oficiais de justiça colocados em serviços especializados, melhor esclarecidos sobre conteúdo funcional das suas responsabilidades.		Governo
		Nomeação de 46 oficiais de justiça estagiários para oficial justiça diligências do Ministério Público.			
Contribuir para a boa prossecução dos serviços no seio do Ministério.		Desenvolver descrições de funções para todos os funcionários existentes e a recrutar; Planejar e definir necessidades de recrutamento e de vagas a serem criadas; Estabelecer os ficheiros biográficos e disciplinares dos funcionários e mantê-los actualizados.	Todos os funcionários estão esclarecidos e informados relativamente ao conteúdo funcional das suas atribuições no seio do Ministério Público; Quantificadas e pormenorizadas as necessidades de recrutamento de acordo com o planeamento estratégico definido pelo programa do Governo para o sector da justiça _ MP; Processos individuais, com a progressão profissional dos funcionários completos e actualizados.		
Desenvolver as capacidades e conhecimento dos funcionários do MP	Aumentar os conhecimentos e a capacitação de Procuradores, Oficiais de Justiça e Funcionários da Administração nas áreas da liderança e gestão de serviços	Formação dos funcionários com base na descrição de funções e níveis de competências necessárias para uma optimização do desempenho; Planeamento integrado de necessidades de formação; Formação em liderança e Gestão para quadros de chefia; Formação de língua portuguesa e inglesa para capacitar Procuradores, Oficiais de Justiça e Funcionários Administração.	Todos os funcionários (M/H) identificados receberam formação prioritária para o desempenho integral das suas funções; Planos de formação e de capacitação identificados, aprovados e implementados na proporção do preenchimento anual das necessidades de recrutamentos; Todos os Directores e chefes de Departamento possuem conhecimentos relacionados com liderança e gestão de serviços.		
		Implementação de um sistema de gestão de contratos, relacionado com o processo de avaliação de desempenho.	Produção de informações atempadas para a situação jurídico-laboral dos funcionários - renovação de contratos, cancelamentos do processamento dos salários, 100% da informação sobre o desempenho de todos os funcionários disponível no prazo legal (marco de cada ano seguinte).		
		Realização de reuniões mensais do Conselho de Coordenação do MP.	Reuniões do Conselho de Coordenação mensais com a participação de todos os Directores de serviços e Chefes dos serviços centrais para avaliação do progresso e planeamento, das actividades dos serviços. Directores dos serviços e chefes dos serviços centrais participam activamente dos trabalhos e apresentam relatórios parcelares das suas actividades.		
Aumentar a motivação do pessoal e o espírito de equipa	Melhorar as relações entre procuradores, oficiais de	Realização do Natal dos funcionários e magistrados do MP.	Todos os funcionários, oficiais de justiça e magistrados participam do convívio organizativo para a comemoração da época festiva do Natal.		

	justiça e funcionários da administração.				
Transição para uma equipa inteiramente nacional, num período de quatro anos.		Criação de um plano de transição que assegure que a capacidade do pessoal nacional será desenvolvida o suficiente para cumprir todas as funções dentro do MP num período máximo de quatro anos.	Estratégia de transição para que a PGR desempenhe as suas funções com competência com uma equipa totalmente Nacional, num prazo determinado completamente estabelecido. Início do processo de mudança na relação de agentes internacionais para nacionais.		
Instrumentos de Capacitação Humana e Mecanismos de Transparência					
Consolidar a Biblioteca Jurídica e base de pesquisa de dados Jurídicos da PGR.	Melhorar o conhecimento dos valores serviços.	Desenvolvimento e consolidação da Biblioteca Jurídica e da base de pesquisa de dados Jurídicos da PGR para apoiar na pesquisa Jurídica, formação e investigação científica, para utilização por todos os Procuradores da República, oficiais de justiça e pessoal administrativo em todos os Distritos Judiciais.	Qualidade dos instrumentos de pesquisa Jurídica à disposição dos Magistrados, oficiais de justiça e pessoal administrativo; Qualidade melhorada do trabalho dos magistrados e funcionários (M/H). Instrumento de pesquisa jurídica à disposição dos magistrados, oficiais de justiça e funcionários.		
Melhorar a imagem do MP e sua interação com a comunidade.		Manutenção e melhoramento da página web do MP; Publicação semestral da revista do MP, anúncio publicitário sobre o papel do MP (semestral); Memorando de entendimento PGR e a PPATK.	Difusão e disponibilização numa base regular de informações sobre o papel e o funcionamento dos órgãos do MP; O Gabinete de imprensa da PGR estabelecido e completamente funcional; Maior transparência sobre as suas principais actividades, através da publicação de decisões dos Tribunais e dos Magistrados do MP publicação de dados estatísticos e de produtividade e dos comunicados periódicos à comunicação social; Redefinida página web do MP com o seu lançamento em versão bilingue: Tétum/Português; Melhoria da imagem e maior acesso dos cidadãos às competências e ao funcionamento dos serviços do MP por via da publicação semestral de uma revista com as suas principais actividades; Centro de Informação e análise sobre transacções financeiras da República da Indonésia continuará a aprofundar, reforçar e actualizar as relações de amizade e de cooperação com benefícios mútuos para ambas as instituições; Memorando de entendimento entre Procuradoria Geral da República Timor-Leste e a PGR Portuguesa, PGR Cabo-Verdiana e PGR Moçambicana.		
Ação Penal de Investigação dos Crimes mais Graves e Assegurar a Defesa dos Interesses do Estado, dos Menores e dos Incapazes					
Representar o interesse do Estado nos tribunais, dirigir a investigação criminal e assegurar a defesa dos incapazes, dos menores e dos ausentes de forma eficiente e eficaz	Alargar o mapa judiciário aos demais Distritos do país e diversificar a natureza dos serviços prestados pelo MP	Melhorar o conhecimento dos valores e princípios constitucionais aproximando e promovendo os seus mecanismos junto dos cidadãos; Melhorar o acesso à justiça e a socialização das leis em vigor; Melhorar o conhecimento e a compreensão das leis penais com oferta de formação regular para os agentes da investigação criminal da PNTL, da CAC, ONG's e sociedade civil.	População mais esclarecida sobre os seus direitos e sobre as leis em vigor no país, através de campanhas regulares de socialização; Melhoria na prestação dos serviços de justiça, com o estabelecimento de novos serviços do Ministério Público e do atendimento público em todos os Distritos; Redução significativa do número de processos pendentes; Melhoria da qualidade dos inquéritos criminais; Melhoria e redução do tempo de espera na resolução dos processos criminais.		Governo
Garantir a prestação de serviços do Ministério Público em áreas especializadas		Desenvolver a especialização dentro do Ministério Público para aumentar a capacidade de resolver crimes ligados à	Melhoria da coerência na abordagem da investigação criminal especializada, com o estabelecimento de prioridades na investigação criminal; Redução do número de inquéritos concluídos em áreas que exigem uma formação		

		criminalidade organizada, criminalidade financeira, económica e/ou mais complexa ou grave.	especial, ferramentas e habilidades.		
		Aumentar a capacidade de intervenção do Ministério Público na área da protecção da família e dos menores e na área do Contencioso do Estado. Estabelecimento de programas de protecção das testemunhas e das vítimas de violência doméstica, sobretudo junto dos cidadãos socialmente mais vulneráveis.	Diversificação das actividades do Ministério Público para o atendimento e a defesa de casos relacionados com os direitos dos menores e a protecção da família e prestação efectiva de assessoria ao Governo, na área jurídica e do Contencioso do Estado. Curadorias de Menores e serviços do Contencioso do Estado estabelecidos e funcionais em todo o território nacional; Identificado o número de Procuradores da República necessários e as respectivas áreas que exigem uma formação especializada, os instrumentos e as competências: (por exemplo: Na área da corrupção, do branqueamento de capitais, da criminalidade organizada, violenta ou perigosa, da delinquência juvenil, do Contencioso do Estado, etc); Melhoria da qualidade de recolha de provas especialmente depoimentos de testemunhas e provas forenses; Programas de protecção das testemunhas e das vítimas de violência doméstica completamente funcionais e articuladas com as demais instituições; Gabinete investigações do caso de corrupção.		
Criar um novo sistema de arquivo e sua informatização		Expansão dos sistemas de arquivo manual e automático a nível nacional; Desenvolvimento de novas aplicações para os sistemas de arquivo informatizados e formação especializada para manusear os sistemas e as aplicações criadas, a nível nacional; Melhoramento da produção estatística com a apresentação de dados desagregados; Produção de dados estatísticos por tipos de crime, períodos e zonas de incidência, faixa etária e sexo dos intervenientes que permitam a realização de estudos analíticos sobre o perfil criminologias dos Distritos; Estabelecimento do Arquivo Nacional dos Crimes Graves.	Os registos dos processos-crime e a gestão dos arquivos (manual e automático) uniformemente estabelecidos, actualizados e mantidos de forma consistente em todos os distritos; Gestão da carreira dos oficiais de justiça e dos magistrados gerida de forma informatizada; Acções de prevenção criminal organizadas com base em informação analítica das ocorrências criminais por Distrito/Subdistrito/Suco; Divulgação mensal dos dados estatísticos e aperfeiçoamento do sistema de prevenção criminal com base nessas informações; Inauguração das novas instalações do Arquivo Nacional dos Crimes Graves; Gestão informatizada do arquivo de processos e das provas físicas de suporte; Formação especializada para o asseguramento do funcionamento do Arquivo completamente feito por técnicos timorenses		
Melhoria dos serviços e relações com outras instituições.		Estabelecimento de parcerias e melhoramento das comunicações entre o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal na resposta à notícia do crime e, em especial com a Comissão Anti-Corrupção e a PNTL; Apoio no reforço do laboratório do Hospital Nacional Guido Valadares e no estabelecimento do Departamento Forense da PNTL tendo em vista a realização de exames forenses; Estabelecimento de instrumentos de colaboração e de cooperação institucionais com a PDHJ, a Inspeção Geral do Estado e	Organização de acções de formação regulares dirigidas a apoiar e a reforçar a capacidade na investigação dos crimes graves e/ou complexos, mediante o recurso a outros meios de provas, em todo o território nacional; Os mecanismos de protecção às vítimas e às testemunhas estabelecidos e funcionais; Melhores condições de relacionamento institucional, reforço da capacidade de investigação dos crimes financeiros, especialmente os casos de corrupção e, monitorização das denúncias desde a sua origem até à decisão final; Melhoria do inquérito criminal com provas e relatórios forenses mais consistentes. O HNGV e o Departamento Forense da PNTL com capacidade para realizar exames forenses mais correntes e complexos; Protocolos e Memorando de Entendimento estabelecidos com a PDHJ, com a IGE e com a CFP relativamente a casos envolvendo agentes e funcionários do sector público do Estado.		

		a Comissão da Função Pública.			
Melhoria dos Serviços do MP nos Distritos					
Melhorar o acesso à justiça nos distritos.	Melhorar o acesso à justiça nos Distritos	Apoiar plenamente os distritos judiciais de modo a permitir que funcionem de forma completamente autónoma e independente; Continuar e consolidar o processo de desconcentração dos recursos humanos e financeiros a serem alocados aos serviços Distritais.	Capacidade dos Procuradores da República nos Distritos para cumprirem completamente com o mandato constitucional do Ministério Público; Prestação de novos serviços por parte do Ministério Público nos distritos judiciais recém-estabelecidos; População mais esclarecida sobre os seus direitos, deveres e obrigações e melhor servida em termos de <i>timing</i> e de eficiência.		
Desenvolvimentos Institucional					
Completar a reorganização e a reforma do Ministério Público para que possa melhor cumprir o seu mandato constitucional. Desenvolver a capacidade dos serviços para registar e informar sobre todas as suas operações e actividades de forma precisa e oportuna. Desconcentrar a Administração e os Serviços de Finanças.		Implementação da nova estrutura de gestão e de prestação de serviços da Procuradoria-Geral da República; Melhoria da capacidade para planear e executar as actividades planeadas e melhoria do desempenho institucional, como relatado em relatórios institucionais periódicos; Melhoria do apoio legal à menoridade, ao género, às vítimas e às testemunhas; Estabelecimento das secções especializadas de processos; Melhoria dos sistemas de comunicação e controlo hierárquicos; Informatização dos processos criminais e sua gestão automática; Melhoria da execução orçamental e prestação de serviços a nível nacional; Melhor gestão e controlo dos activos, a nível nacional.	Estabelecida a capacidade de planeamento estratégico e do Projecto de Gestão de autoridade hierárquica dentro da PGR para garantir a aplicação eficiente da reorganização e reformas necessárias no âmbito da revisão dos Estatutos do Ministério Público; Planos do projecto claros e detalhados para implementação das reformas e iniciativas de expansão; Tecnologia da informação e sistemas adequados de comunicação funcionais entre todos os serviços do Ministério Público; Operacionalização da Unidade de Apoio às vítimas e às testemunhas. Sistemas de informação e divulgação do papel da testemunha e dos direitos das vítimas criadas e funcionais; Programas de apoio e protecção às vítimas e testemunhas estabelecidas e definidas a sua prioridade; Criadas as secções especializadas nas secretarias do Ministério Público para o acompanhamento dos inquéritos crime, processos da jurisdição de menores e família, processos do Contencioso do Estado. Secções de processo funcionais, equipadas, com pessoal especializado distribuído e actividades bem definidas em todos os Distritos. Completa implementação do sistema integrado de gestão de processos e do sistema de monitorização manual e por via electrónica entre todos os órgãos do Ministério Público e outras instituições do sector da justiça penal; Processos informatizados; Relatórios regulares e precisos, produzidos a partir da gestão de processos e sistema de rastreamento para monitorizar as operações; Maior transparência e responsabilização na gestão dos recursos financeiros, através do desenvolvimento e difusão de procedimentos operacionais internos e de informação; Desconcentração da gestão de activos. Taxa de execução orçamental melhorada e gestão transparente. Inventário geral dos bens estabelecido com precisão e actualizado regularmente através inventário trimestral; Serviços de melhor qualidade com uma resposta mais atempada às necessidades dos Distritos fora de Díli.		
Atribuir condições de trabalho aos novos funcionários 16, Procuradores 11, Director Geral 1, e Oficiais Justiça 46	Aumentar produtividade do serviço MP	Aquisição de equipamento móvel, informático, escritório, mobiliário e outros para apoio serviço administração	Trabalho e actividades do MP facilitados.		

Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça

Papel

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste, no artigo 27.º, prevê a existência do Provedor de Direitos Humanos e Justiça, como um órgão independente que tem por função apreciar e procurar satisfazer as queixas dos cidadãos contra os poderes públicos, podendo verificar a conformidade dos actos com a lei, bem como prevenir e iniciar todo o processo para a reparação das injustiças, e com competência, ainda, para apreciar casos concretos, sem poder decisório, dirigindo recomendações aos órgãos competentes;

A Provedoria de Direitos Humanos e Justiça é um órgão independente nos termos da Lei N.º 7/2004, de 20 de Maio, sobre o Estatuto do Provedor dos Direitos Humanos e Justiça e exerce a função no âmbito das actividades dos poderes públicos como o Governo, a PNTL, os Serviços Prisionais e a F-FDTL.

Compete à Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça realizar investigação da violação de Direitos Humanos, liberdade e garantias fundamentais, situações de abuso de poder, má administração, ilegalidades e injustiças.

Compete ao Provedor dos Direitos humanos e Justiça, no âmbito dos seus poderes de fiscalização:

- Supervisionar o funcionamento dos poderes públicos, nomeadamente do Governo, e dos seus órgãos e das entidades privadas que levem a cabo funções e serviços públicos, podendo abrir inquéritos sobre violações sistemáticas ou generalizadas de direitos humanos ou de má administração;
- Submeter ao Governo, ao Parlamento Nacional ou a qualquer outro organismo competente, numa base consultiva, pareceres, recomendações, propostas e relatórios sobre qualquer matéria relativa à promoção e protecção dos direitos humanos e à boa governação;
- Requerer junto do Supremo Tribunal de Justiça a declaração de inconstitucionalidade de leis, incluindo da inconstitucionalidade por omissão, nos termos dos artigos 150º e 151º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste;
- Fiscalizar e verificar a compatibilidade de qualquer lei, regulamento, despacho administrativo, política e prática em vigor ou de qualquer proposta legislativa com o Direito Internacional costumeiro e os tratados vigentes em matéria de direitos humanos;
- Recomendar a adopção de nova legislação e propor alterações à legislação em vigor e a adopção ou revisão de medidas administrativas.

Orçamento

A Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça tem um Orçamento de 1,095 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,249	1,512	1,095	1,138	1,184	1,232	1,281
Recorrentes	1,216	1,291	985	1,024	1,065	1,108	1,152
Salários e Vencimentos	447	520	520	541	562	585	608
Bens e Serviços	768	771	465	484	503	523	544
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	33	221	110	114	119	124	129
Capital Minor	16	221	110	114	119	124	129
Capital Desenvolvimento	17	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,249	1,512	1,095	1,138	1,184	1,232	1,281
Recorrentes	1,216	1,291	985	1,024	1,065	1,108	1,152
Capital	33	221	110	114	119	124	129

Perfil de Funcionários

A Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 223 pessoas, composto por 65 funcionários permanentes, 25 cargos de direcção e chefia e 13 vagas em processo de recrutamento. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 120 pessoas.

PROVEDORIA DOS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA (PDHJ)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionários Público Actuais	-	-	-	-	-	-	9	5	14	4	12	16	10	11	21	9	1	10	2	2	4	34	31	65
Escala 1o	-	-	-	-	-	-	8	5	13	-	4	4	8	7	15	3	-	3	-	-	-	19	16	35
Escala 2o	-	-	-	-	-	-	1	-	1	4	8	12	2	4	6	6	1	7	2	2	4	15	15	30
Escala 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 4o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administração Pública Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	1	-	1	3	-	3	20	9	29	8	14	22	10	11	21	9	1	10	2	2	4	53	37	90
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	2	-	-	3	-	-	32	-	-	28	-	-	24	-	-	10	-	-	4	-	-	103
Mapa Pessoal 2016	-	-	1	-	-	4	-	-	50	-	-	25	-	-	21	-	-	13	-	-	6	-	-	120
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	1	-	-	4	-	-	50	-	-	25	-	-	21	-	-	13	-	-	6	-	-	120
Detalhe Cargo Direcção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Diretor Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Inspector Geral	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Diretor Nacional	-	-	-	2	-	2	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	4
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	3	-	3	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	4
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	7	3	10	4	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	4	15
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	1	-	1	3	-	3	11	4	15	4	2	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	6	25

Plano Anual de Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE*
As autoridades públicas devem ter perfeito conhecimento dos princípios dos direitos humanos e da boa governação nos quadros das respectivas instituições					
As autoridades públicas têm bom conhecimento dos direitos humanos e boa governação nos seus quadros institucionais.	Assegurar a aplicação da lei e os oficiais de segurança cumprem e respeitam os direitos humanos e a boa governação.	Realizar formação em Direitos Humanos; A formação à PNTL e F-FDTL é feita em coordenação com a Academia da Polícia e o Secretário de Estado de Defesa e formador das F-FDTL. Realizar Formação de Formadores na área dos DH à PNTL.	Antes de 2015, 50 membros da F-FDTL, 100 da PNTL e 25 Guardas Prisionais participam na formação sobre direitos humanos; 75% dos membros das F-FDTL, PNTL e Guardas Prisionais que participam no treinamento aumentam os seus conhecimentos; A percentagem de homens e mulheres que participam no treinamento é proporcional dentro da instituição; O Manual de Treinamento da (PNTL, F-FDTL ou Guardas Prisionais) foi feito/corrigido; Antes de 2015, a PDHJ implementa o programa de formação de formadores (TOT) na área de direitos humanos à PNTL; 5 (cinco) Instrutores e oficiais da Academia da PNTL participam na Formação de Formadores.	Todos os trimestres Parceiros: SES, PNTL, PNTL, F-FDTL, Guardas Prisionais.	
	Na realização do seu trabalho, os funcionários públicos respeitam os princípios de boa governação e direitos humanos.	Integração dos direitos humanos e boa governação na capacitação/treinamento aos funcionários públicos do nível distrital incluindo profissionais de saúde que trabalham na gestão de hospitais.	Desenvolve e implementa o programa de orientação para informar e dar orientação às autoridades/agentes que trabalham na área de saúde no nível distrital e sub-distrital abrangendo o número mínimo de 400 elementos. Percentagem de homens e mulheres que participam no treinamento dentro da instituição é proporcional. Antes do final de 2015, 80% dos Dirigentes do Ministério de Saúde, do nível distrital participam no treinamento de boa governação. O conhecimento dos participantes sobre boa governação aumentou mais do que 60%.	Todos os trimestres Parceiros: Ministério de Saúde	
		A PDHJ organiza e implementa treinamento aos líderes comunitários .	Antes de 2015, realizados 4 treinamentos de direitos humanos e boa governação aos novos líderes comunitários das áreas remotas. O líder comunitário que participa no treinamento promove 20% do seu conhecimento sobre boa governação e direitos humanos.	Chefes dos Sucos e seus Conselhos	
		Desenvolve e implementa formação inicial e desenvolvimento profissional sobre direitos humanos e boa governação em parceria com o INAP ou com o instituto de formação comparável para os funcionários públicos de Timor-Leste.	Antes do final de 2015, o programa/matéria de boa governação é introduzido no currículo do INAP. O funcionário público que participa no treinamento promove 20% do seu conhecimento sobre direitos humanos e boa governação. Todos os novos funcionários públicos participam na formação sobre direitos humanos e princípios de boa governação.	INAP	
	As autoridades públicas têm conhecimento do mandato da PDHJ e dos conceitos de direitos humanos e boa governação.	Desenvolve o programa de realização da educação das autoridades a nível de distrito e subdistrito	No mínimo, 2 Ministérios participam no workshop sobre direitos humanos e boa governação.	Todos os trimestres	
	As autoridades públicas de Timor-Leste incluindo os vulneráveis possuem bom conhecimento do papel da PDHJ e suas atividades, incluindo os seus direitos e responsabilidades além de terem facilidade de acesso aos serviços da PDHJ	Desenvolve e implementa programas e actividades de disseminação geral e lança programas regulares pela televisão, jornal, rádio além de relatar e informar ao público casos resolvidos pela PDHJ.	Anualmente a PDHJ realiza socialização conjunta entre (BG, DH e DAP) e os ministérios MNEC, MCIA, OP, MTK, MDS, MJ, MT, SEPI, SESKOM, SED, SEJD etc. 4 vezes, no mínimo; Antes do final de 2015, 200 pessoas já participaram na socialização conjunta; Antes do final de 2015, a PDHJ realiza 60 sessões de socialização a um total de 3600 participantes em todo o território de TL; O Departamento de Relações Públicas garante que pelo menos 70% de encontros de socialização recorre ao “pacote de socialização”; A PDHJ organiza seminário sobre a questão de direitos humanos/ boa governação	Todos os trimestres MNEC, MCIA, OP, MTK, MDS, MJ, MT, SEPI, SESKOM, SED, SEJD	

			<p>específica com grupos relevantes pela 10.ª vez;</p> <p>A participação feminina é entre 35-50% do total de participantes na sessão de socialização e seminário;</p> <p>Pelo menos 40% dos encontros são realizados nas comunidades das áreas remotas;</p> <p>Pelo menos 70% de atividades educativas e de promoção são registadas na base de dados da PDHJ;</p> <p>Pelo menos 50% de encontros de socialização têm acesso à cobertura do Departamento de Relações Públicas;</p> <p>A PDHJ publica um número mínimo de relatórios públicos, manuais, boletins trimestrais, brochuras, programas de rádio e outros materiais de promoção;</p> <p>Pelo menos 90% dos relatórios públicos (monitorização, plano estratégico, plano de ação anual, etc.) são enviados às ONG relevantes;</p> <p>Pelo menos 60% dos estudantes de grupos e clubes de Direitos Humanos recebem livros e DVD YHR.</p>		
		A PDHJ possui uma página da internet que é acessível para transmitir informações compreensivas e oportunas sobre a PDHJ e o seu papel.	<p>Anualmente, mais de 1000 pessoas têm acesso à página da PDHJ;</p> <p>A PDHJ utiliza outras redes sociais como o <i>facebook</i> e <i>twitter</i> para passar informações das suas actividades.</p>		
		A PDHJ efetua avaliação para medir a compreensão da comunidade sobre o conhecimento do papel da PDHJ, boa governação e direitos humanos	O número dos que compreendem o mandato da PDHJ e têm conhecimento mínimo sobre direitos humanos e boa governação subiu 10% no ano de 2014	Antes do final de 2017 10% da população de Timor-Leste das áreas remotas e 75% das áreas urbanas têm conhecimento do mandato da PDHJ e compreendem os princípios dos direitos humanos e boa governação	
Garantir a Prevenção e Correção à Violação dos Princípios dos Direitos Humanos e da Boa Governação por parte das Autoridades					
Garante que as Autoridades fazem Prevenção e Correção à Violação dos Princípios dos Direitos Humanos e Boa Governação.	A política e ação do Estado cumpre com os padrões de direitos humanos e boa governação e toma ações apropriadas face à violação dos princípios dos direitos humanos e boa governação.	A PDHJ efetua monitorização e recomendação à entidade pública com foco à ação da PNTL, guarda prisional e F-FDTL e funcionários públicos sobre implementação de serviços consoante o dever dos direitos humanos e boa governação	<p>Anualmente a PDHJ entrevista 100 detidos ou prisioneiros</p> <p>Anualmente a PDHJ publica dois relatórios sobre a condição da prisão e da detenção</p> <p>A PDHJ apresenta minimamente, duas recomendações de monitorização prisional e de detenção ao grupo de trabalho “<i>working group</i>” prisional e dá assistência técnica ao <i>working group</i> no sentido de implementar as recomendações.</p>	SESeg Grupo de Trabalho Prisional	
		Na monitorização a PDHJ também depara com progresso na implementação de direito económico, social e cultural (DESC)	<p>O Ministério relevante implementa, no mínimo, 25% de recomendação na área DESC baseado nas atividades e monitorização da PDHJ</p> <p>Minimamente, a PDHJ produz 2 relatórios públicos sobre a questão DESC e realiza 2 encontros públicos relacionados com a monitorização DESC</p> <p>A PDHJ monitoriza a implementação da Estratégia Nacional de Direitos Humanos</p> <p>A PDHJ realiza e implementa o trabalho dos oficiais de advocacia</p> <p>O oficial de Advocacia realiza programa de advocacia sobre a questão dos DESC mais do que em 2015</p>		
		A PDHJ efetua monitorização à implementação do processo de aprovisionamento, desenvolvimento da infra-estruturas, descentralização e atendimento ao público	No mínimo, um Ministério altera/troca a sua política na área de aprovisionamento, desenvolvimento da infra-estruturas, descentralização e atendimento ao público baseado nos resultados da monitorização da boa governação		
	Pessoas que sofrem violação de direitos humanos ou que são vítimas do processo que não	A PDHJ investiga as queixas de violação de direitos humanos e princípios de boa governação;	<p>80% das queixas foram investigadas pela PDHJ no período de notificação oficial;</p> <p>Todos os Investigadores recorrem ao sistema de gestão eletrónica para processar as queixas/casos;</p>		

	corresponde aos princípios de boa governação obtêm justiça para os seus problemas.	A PDHJ recomenda à instituição competente de acordo com as regras e o manual operativo.	O número de queixas apresentadas à PDHJ subiu 10%; O número de queixas sem mandato da PDHJ diminuiu 15%; 50% do número de casos “abertos e referidos” que a PDHJ envia a instituições relevantes são resolvidos; A PDHJ elabora, no mínimo, 80 relatórios de investigação final (sem contar relatórios breves); Pelo menos 25% das recomendações realizadas pelo departamento baseia-se na investigação da PDHJ; De acordo com as recomendações, o Departamento realiza 14 encontros de alto nível.		
		A PDHJ efetua mediação / conciliação a casos apropriados através do departamento de mediação e conciliação; Desenvolve e publica um manual de mediação e conciliação para ser usado na formação de líderes comunitários.	Anualmente 3% de queixas são resolvidas através do departamento de mediação e conciliação; A PDHJ resolve 50% de casos de mediação em menos de 6 meses; O Departamento de Mediação e Conciliação passa informação de mediação e conciliação 12 vezes aos Líderes Comunitários;		
	O regime legal de Timor Leste apoia o processo de implementação dos princípios de boa governação e direitos humanos	Além de estabelecer, o Provedor comenta e revê, segundo necessidades, o esboço das leis no início do processo legislativo relacionado com os direitos humanos e boa governação.	A PDHJ dá, no mínimo, três pareceres legais ao parlamento ou ao governo; O Parlamento considera e implementa 50% dos pareceres legais.		
	A PDHJ colabora efetivamente com OGs, redes regionais e internacionais	A PDHJ contribui para o mecanismo e fórum de direitos humanos como: SEANF, APF, ICC, AOA, POA e outros provedores da CPLP	A PDHJ realiza e publica pelo menos 50% das suas apresentações e participações nas conferências regionais e internacionais; A PDHJ organiza um encontro ao nível da CPLP sobre Direitos Humanos; A PDHJ publica dois relatórios com base no memorando de entendimento entre PDHJ e KOMNAS HAM; Com base na actividade de monitorização, o Estado de Timor-Leste e o Estado da Indonésia deve implementar duas recomendações sobre CVA.		
		Promove/ estreita relações com sociedade civil em Díli Organiza e promove seminário com a Sociedade Civil sobre DH.	A PDHJ colabora pelo menos uma vez com a sociedade civil na elaboração de relatórios sobre as obrigações de Timor-Leste relativas aos tratados; A PDHJ organiza mais de 10 actividades de socialização/seminário sobre questões de direitos humanos relevantes juntamente com a sociedade civil; Antes de a PDHJ publicar o relatório final, envia o esboço do relatório de monitorização às ONGs relevantes para obter os seus comentários/ apreciações.	La'o Hamutuk, HAK, FTM, Belun, etc.	
	Desenvolve e faz boa gestão do conselho consultivo	A PDHJ efetua a revisão do conselho consultivo juntamente com <i>stakeholders</i> da sociedade civil para determinar as futuras funções do conselho.	A PDHJ formaliza o Conselho Consultivo através do TOR e SOP A atividade proveniente do Conselho Consultivo contribui para o programa anual da PDHJ. O Conselho Consultivo realiza 2 encontros.		
Os vulneráveis devem ser protegidos contra os abusos de violação dos direitos humanos e ter fácil acesso aos serviços de atendimento público					
As pessoas vulneráveis têm proteção contra abusos dos direitos humanos e têm acesso a um bom atendimento público.	O regime legal de Timor-Leste dá apoio à implementação do princípio da boa governação e direitos humanos	A PDHJ realiza acções de defesa junto do Estado para a ratificação do Protocolo Opcional da Convenção Internacional já ratificado pelo Estado; A PDHJ e parceiros realizam advocacia ao Estado para ratificar a Convenção de inabilidade; Timor-Leste ratifica o Protocolo	O programa da PDHJ protege e preocupa-se com os desfavorecidos e vulneráveis. O Estado promulga a legislação que protege os vulneráveis como: tráfico humano, lei da justiça juvenil, código de trabalho, convenção às pessoas inabilitadas/sem habilidade.	PDHJ e MJ	

		<p>Facultativo relativo à prevenção de tortura; A PDHJ realiza advocacia e ação para garantir que o Estado implementa, no mínimo, uma recomendação do C-CRC; A PDHJ realiza advocacia e ação para garantir que Timor-Leste implementa, no mínimo, uma recomendação da CEDAW ainda não implementada; A PDHJ realiza acção de advocacia para que o Estado implemente recomendações da Revisão Periódica Universal (UPR) ainda não implementadas.</p>			
		<p>A PDHJ assegura que o seu edifício e os seus serviços sejam acessíveis aos grupos vulneráveis.</p>	<p>Todos os programas, atividades, avaliação da PDHJ incluindo um foco aos grupos vulneráveis, particularmente mulheres e crianças 30% das queixas à PDHJ são apresentadas por mulheres; 10 queixas à PDHJ são apresentadas por crianças anualmente 60% das queixas da PDHJ são apresentadas por pessoas não residentes em Díli.</p>		
Assegurar a capacidade e independência da PDHJ para o bom desempenho do seu mandato					
Assegura capacidade, independência da PDHJ para garantir que pode implementar efectivamente o seu mandato.	Assegurar que os funcionários da PDHJ e sua estrutura têm apoio para implementarem o seu mandato com eficácia	Assegurar que a estrutura da PDHJ é implementada com base na lei orgânica.	<p>Na realização das suas actividades, a PDHJ baseia-se na decisão formal do conselho directivo. O encontro do conselho directivo é mensal Mensalmente, as minutas do conselho directivo são distribuídas a todo o staff técnico.</p>		
		A PDHJ implementa os programas principalmente para promover a mulher baseando-se no mérito e competência e oferece oportunidade para obter educação apropriada.	<p>A perspectiva de género é implementada no plano de atividades de todos os departamentos; A perspectiva de género está reflectida em todos os relatórios trimestrais; A PDHJ implementa a política de género no recrutamento de novos funcionários (mínimo 50% de representação feminina).</p>		
	A PDHJ possui sistema suficiente para fiscalizar e medir o impacto das suas atividades	O Diretor Geral continua a implementar o sistema para desenvolver o plano anual e o plano estratégico e inclui o sistema de avaliação de atividades no plano integrando o género	<p>O plano anual tem como base uma perspectiva baseada em resultados e integra a perspectiva de género; Anualmente a PDHJ avalia o resultado do seu serviço; Anualmente a PDHJ avalia o desempenho profissional de todos os seus funcionários; De acordo com uma abordagem baseada nos direitos humanos, a PDHJ desenvolve o regulamento (orgânico) em cada direcção; A PDHJ avalia e reestrutura o sistema interno antes do final de 2015; Todas as actividades realizadas pela PDHJ são incluídas na base de dados de gestão do conhecimento (<i>knowledge management database</i>);</p>		
		O Inspector-Geral, na realização de inspecção e controlo nas áreas de serviço, orienta-se pelo mandato da PDHJ.	<p>Desenvolve o manual de inspecção como guião de atividades de inspecção. Uma vez por mês a PDHJ, inspeciona o seu organismo de serviço interno para apreciar o resultado dos trabalhos efetuados. Trimestralmente inspeciona e controla as quatro direcções regionais da PDHJ como: Baucau, Maliana, Same e Oecusse. Semestralmente faz relatório interno e apresenta recomendações à autoridade máxima da PDHJ para corrigir os serviços dentro da sua instituição.</p>		
	Os funcionários têm capacidade e habilidade para realizarem as suas funções, e se desenvolverem profissionalmente. Existem treinamentos contínuos,	Os funcionários da PDHJ têm treinamento e podem usar o sistema de gestão de queixas para apoiar os seus serviços de gestão, analisar e implementar as recomendações da	<p>O Departamento de IT da PDHJ tem bom domínio da manutenção do sistema gerente de queixas e realiza mudanças antes do final de 2015; Os funcionários da PDHJ usam com eficiência o sistema electrónico da gestão de queixas</p>		

organizados em fases para não interferir excessivamente nas operações.	investigação da PDHJ.			
	Desenvolve a capacidade dos funcionários da PDHJ para fazerem análise, pesquisa e escrita de relatórios nas áreas dos direitos humanos e boa governação.	Os funcionários da monitorização participam na formação avançada sobre pesquisa e análise; O Provedor, através do sistema de avaliação formal, afirma que 75% do relatório, investigação e monitorização da PDHJ tem boa qualidade; 75% do pessoal técnico da PDHJ possui conhecimentos e materiais para realizar um bom trabalho técnico; O manual de monitorização, investigação e boa governação é desenvolvido antes do final de 2015.		
	A PDHJ assegura a formação e orientação aos novos funcionários.	Todos os novos funcionários da PDHJ participam na formação e orientação.		
	O procedimento Operativo Padrão (SOPs) é desenvolvido e implementado conforme o plano e avaliação regular	Antes do final de 2015 a PDHJ tem SOP específico de atividade e todos os procedimentos		
	A PDHJ possui Departamento Jurídico sustentável	A PDHJ organiza programas de estágio aos estudantes na área jurídica A PDHJ organiza mentores para gerir o Departamento Jurídico O Departamento Jurídico oferece apoio ao Provedor para realizar dois pareceres jurídicos sobre propostas de lei em 2015		
A PDHJ possui orçamento consoante as necessidades e tem independência de gestão das finanças	A PDHJ desenvolve procedimentos e um manual adequado à área de administração e finanças.	Revê, corrige e implementa o manual adequado a administração e das finanças.		
As pessoas que moram nos distritos têm acesso à PDHJ	A PDHJ assegura o serviço regional.	Um funcionário de todas as sedes regionais trabalha na área de monitorização baseado na descrição de serviços; Um funcionário de todas as sedes regionais trabalha na área de assistência pública baseado na descrição de serviços; Os Diretores de todas as sedes regionais elaboram relatórios trimestrais e apresentam os resultados; A Sede regional tem acesso a internet e os breves relatórios e novas queixas são enviados para Díli por e-mail Anualmente todas as Sedes regionais realizam 15 atividades de socialização (40% nas áreas remotas)		
A PDHJ está habilitada para traduzir documentos relevantes como: relatório anual, leis relevantes e comunicados de imprensa	A PDHJ recruta um tradutor de Tétum, Português e Inglês	Antes de Junho de 2015 a PDHJ tem um tradutor de Tétum, Português e Inglês.		

Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL)

Papel

Visão da RTTL Empresa Pública - “Promover a Unidade Nacional, Harmonia Social e Desenvolvimento Nacional”.

Missão da RTTL, E.P.:

- Promover a defesa da difusão das línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.
- Contribuir para a informação e formação do público, promovendo a defesa de valores culturais, identidade nacional e desenvolvimento deste país.
- Defender a formação de forma a desenvolver consciência crítica, estimular a criatividade e liberdade de expressão.
- Assegurar a objectividade da informação e programação
- Garantir a existência de um serviço público de rádio e televisão tendo em vista a protecção e divulgação da cultura e tradição Timorense e garantir a expressão plural de opinião, livre e independente do poder político, económico, religioso, etc.
- Contribuir para informar, criar e promover culturalmente o público em geral, atendendo à diversidade de idades, ocupação profissional e interesses.
- Promover a emissão de programas educativos em formato especial para crianças, jovens e terceira idade, grupos sociais e minorias étnicas e linguísticas.
- Favorecer o conhecimento através da aproximação aos cidadãos Timorenses e estrangeiros promovendo o uso da língua portuguesa e mantendo as cooperações especiais existentes com Timor-Leste, aproximando a comunidade interessada.
- Contribuir para o esclarecimento, formação e participação cívica e política da população.

Orçamento

A RTTL tem um Orçamento de 2,117 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Serviço Público de Radiodifusão, Televisão de Timor-Leste (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	2,975	3,710	2,117	2,202	2,290	2,382	2,477
Recorrentes	2,100	2,654	1,851	1,925	2,002	2,082	2,165
Salários e Vencimentos	736	734	734	763	794	826	859
Bens e Serviços	1,364	1,920	1,117	1,161	1,208	1,256	1,306
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	875	1,056	267	277	288	300	312
Capital Minor	875	1,056	267	277	288	300	312
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	2,975	3,710	2,117	2,202	2,290	2,382	2,477
Recorrentes	2,100	2,654	1,851	1,925	2,002	2,082	2,165
Capital	875	1,056	267	277	288	300	312

Perfil de Funcionários

O Rádio e Televisão de Timor-Leste tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 211 pessoas, composto por 186 funcionários permanentes e 25 cargos de direcção e chefia.

RADIO TELEVISÃO DE TIMOR-LESTE (E.P.R.TTL)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	11	2	13	12	4	16	71	23	94	42	10	52	9	1	10	-	1	1	145	41	186
Escalaço 1o	-	-	-	-	-	-	6	3	9	19	9	28	31	6	37	1	-	1	-	-	-	57	18	75
Escalaço 2o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	2	20	9	4	13	3	-	3	-	1	1	30	7	37
Escalaço 3o	-	-	-	1	-	1	1	1	2	14	6	20	1	-	1	2	-	2	-	-	-	19	7	26
Escalaço 4o	-	-	-	3	-	3	2	-	2	12	4	16	1	-	1	3	1	4	-	-	-	21	5	26
Escalaço 5o	-	-	-	7	2	9	3	-	3	8	2	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	4	22
Escalaço 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administrasum Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total forza de trabalho actuais	-	-	-	23	4	27	17	4	21	77	23	100	42	10	52	9	1	10	-	1	1	168	43	211
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	-	27	-	27	21	-	21	100	-	100	52	-	52	10	-	10	1	-	1	-	-	211
Mapa Pessoal 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Detalho Cargo Direcção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Diretor Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretor Nacional	-	-	-	3	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	4
Diretor Distrital	-	-	-	2	-	2	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Chefe do Departamento	-	-	-	7	1	8	3	-	3	6	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	1	17
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	-	-	-	12	2	14	5	-	5	6	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	2	25

Plano Anual da Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL) para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS+ INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Fortalecimento da Cultura Democrática através de um Sector Publico Responsável e Transparente					
Consolidação Institucional.	Plano Estratégico e Regulamento Interno.	Contratar no primeiro trimestre peritos para a elaboração do Plano Estratégico e Regulamento Interno	RTTL, EP possuirá um guião de gestão de programas de qualidade a fim de promover a unidade nacional harmonia social e desenvolvimento nacional.	Programa a realizar caso a RTTL, EP tenha autorização para fazer uso das suas receitas.	RTTL,EP
	Garantir e melhorar a gestão operacional existente.	Supervisionar os serviços existentes para uma melhor eficiência operacional.	Uma melhor coordenação e supervisão de serviços.	Orçamento proveniente do OGE 2015. Com o orçamento existente, não será possível responder as exigências do público.	RTTL,EP
Expansão de Programas da rádio 24 horas e TV 12 horas/dia.	Garantir e manter a sustentabilidade dos Programas Informativos, educativos e divertimento existentes.	Produção de programas informativos, educativos, divertimento e programas eventuais.	Acesso do público a programas de Rádio e Tv existentes.	Com a limitação orçamental existente não será possível atender com eficiência as exigências do público, e programas do Governo: (Eleições Chefe Suco, pre-desconcentração etc.)	
	Apoio contínuo às actividades operacionais de outras direcções na RTTL, EP.	Manter o funcionamento normal das actividades operacionais diárias da RTTL, E.P.	Normalização das actividades operacionais.	A limitação orçamental existente e o equipamento obsoleto dificultam a implementação das referidas actividades.	

Comissão Nacional de Eleições

Papel

Em virtude de ser uma entidade independente, conforme estabelecido no número 6 do artigo 65.º da Constituição da República, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) atribui grande valor aos critérios de Imparcialidade, Independência e Transparência. O mandato da CNE segundo o programa do V Governo Constitucional consiste em conceptualizar, executar, coordenar e avaliar todas as actividades relacionadas com a supervisão e monitorização de todas as actividades eleitorais, incluindo registo eleitoral, esclarecimento dos objectivos de cada cidadão e auditoria às contas dos partidos políticos, de acordo com a Constituição e o diploma legal da RDTL.

Orçamento

A CNE tem um Orçamento de 8,764 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Comissão Nacional de Eleições (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	6,237	8,972	8,764	9,114	9,479	9,859	10,252
Recorrentes	6,193	7,468	8,727	9,076	9,439	9,817	10,209
Salários e Vencimentos	499	542	542	564	586	610	634
Bens e Serviços	694	926	2,185	2,272	2,363	2,458	2,556
Transferências Públicas	5,000	6,000	6,000	6,240	6,490	6,749	7,019
Capital	44	1,504	37	38	40	42	43
Capital Minor	44	1,504	37	38	40	42	43
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	6,237	8,972	8,764	9,114	9,479	9,859	10,252
Recorrentes	6,193	7,468	8,727	9,076	9,439	9,817	10,209
Capital	44	1,504	37	38	40	42	43

Perfil de Funcionários

A Comissão Nacional de Eleições tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 274 pessoas, composto por 149 funcionários permanentes, 5 vagas em processo de recrutamento e 32 cargos de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 88 pessoas.

COMISSÃO NACIONAL DA ELEIÇÕES (CNE)																										
Força de Trabalho	Categoria/Grav																									
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total		
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	F		
Funcionarios Publico Actuais	1	-		1	1	-		1	6	1	7	33	19	52	25	12	37	20	1	21	19	11	30	105	44	149
Escala 1o	1	-		1	1	-		1	6	1	7	16	3	19	21	1	22	6	-	6	1	1	2	52	6	58
Escala 2o	-	-		-	-		-	-	-	-	-	17	16	33	4	11	15	14	1	15	18	10	28	53	38	91
Escala 3o	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 4o	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 5o	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escala 6o	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administraçaon Publico Actuais	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	1	-		1	1	-		1	11	2	13	51	24	75	27	13	40	20	1	21	19	11	30	130	51	181
Vagas em processo de Recrutamento	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	5
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	1	-		1	-		1	-	13	-	13	76	-	40	-	21	-	34	-	-	34	-	-	186	-	186
Mapa Pessoal 2016	-	-		-	-		2	-	7	-	7	21	-	20	-	10	-	28	-	-	28	-	-	88	-	88
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-		-	-		2	-	7	-	7	21	-	20	-	10	-	28	-	-	28	-	-	88	-	88
Detalho Cargo Direcção e Chefias																										
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	F		
Director Geral	-	-		-	-		1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1		
Inspector Geral	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Director Nacional	-	-		-	-		2	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3		
Director Distrital	-	-		-	-		-	-	-	11	2	13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	2	13		
Chefe do Departamento	-	-		-	-		2	1	3	6	3	9	2	1	3	-	-	15	-	-	10	5	15			
Chefe da Secção	-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Cargo de Direcção e Chefia	-	-		-	-		5	1	6	18	5	23	2	1	3	-	-	28	-	-	25	7	32	-	32	

Plano Anual da Comissão Nacional de Eleições para 2013

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ATIVIDADES + CUSTOS ESTIMADOS \$ (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Hametin kultura demokrasia liu husi setor publiku ne'ebe transparente no responsavel					
Hasa'e taxa partisipasaun eleitoral Timor Leste iha aktus eleitoral sira hotu.	Aumeta Produsaun Alimentus base.	Aproximasaun ho Igreja atu hamosu sistema emisaun sertidaun ida ne'ebe ho efektivu evita duplikasaun no falsifikasaun. Koordinasaun ho STAE MJ,MSS no ME \$	Iha aproximasaun integradu ba rejistu eleitoral hodi hamosu sistema Baze de dadus ne'ebe sinkronizadu ho efektivu		Plenaria CNE. Sub-Komisaun ADB, STAE, Gabinete CNEDistritus, Servisu Apoiu Sub-Komisaun,MJ,MSS no ME
		Koopera ho Eskola Sekundaria hotu-hotu inklui STAE atu halo kartaun eleitoral ba estudante sekundariu sira hotu nebe ho tinan 17/eleitor novisiuTaxa partisipasaun eleitoradu foun aumenta	Estudante Eskola sekundaria hotu-hotu iha Timor Leste ho tinan 16 ba leten hetan rejistu hotu		Plenaria CNE. Sub-Komisaun ADB, STAE, Gabinete CNEDistritus, Servisu Apoiu Sub-Komisaun,MJ,MSS no ME
		Halo Aprovasaun no supervizionamentu ba aktividade STAE iha teritoriu nasional tomak: \$59.900	Aprovasaun regulamentu no kalendaru resenseamentu eleitoral; Vizita ba ESTAE: Enkontru ho lideres comunidade inklui lideres partidu; Konferensia Meza kabuar ho topikus relevantes		Plenaria CNE. Sub-Komisaun ADB, STAE, Gabinete CNEDistritus, Servisu Apoiu Sub-Komisaun,MJ,MSS no ME
	Meta 2: Fortalesimentu ba Partidus Politiku sira	Organiza dezembolsu husi subvensaun publika ba Partidus politiku sira \$ 6.000.000	CNE entroduz mata-dalan ba elaborasaun planu aktividade Partidus Politiku sira nian		Plenaria CNE. Sub-Komisaun ADB, STAE, Gabinete CNEDistritus, Servisu Apoiu Sub-Komisaun, Partidus politikus ho asentu parlamentar, auditoria esterna, ekipa auditoria interna
		Supervizona no efektua auditoria ba ezekusaun subvensaun publika ba partisu politiku sira	Hanosu sistema auditoria bazeia ba rejime juridiku finansiamentu. No efektua ona auditoria interna no esterna ba partidu politiku sira		Plenaria CNE. Sub-Komisaun ADB, STAE, Gabinete CNEDistritus, Servisu Apoiu Sub-Komisaun, Partidus politikus ho asentu parlamentar, auditoria esterna, ekipa auditoria interna
		Halo seguimentu ka aproximasaun sistematiku ba partidus politiku sira liu husi sorumutuk, aktividade auditoria no Meza Kabuar hodi entroduz sistema no mekanizmu melhoramentu jestaun ezekusaun orsamentu.	Hamosu ka entroduz rekomendasaun ba melhoramentu ezekusaunHamosu. Iha ona padarun relatoriu ezekusaun subvensaun publika hodi garante transparensia no responsabilidade.		P, lenaria CNE. Sub-Komisaun ADB, STAE, Gabinete CNEDistritus, Servisu Apoiu Sub-Komisaun, Partidus politikus ho asentu parlamentar, auditoria esterna, ekipa auditoria interna, FORUM MEZA KABUAR CNE
		Programa estudus komparativus no kooperasaun apoiu bolsu estudus ba futuru ofisial auditoria CNE nian.	Tekniku ne'ebe kualifikadu no kompetensia a'as ka kualifikasaun akademika diak no akreditadu iha ona.		Plenaria CNE. Sub-Komisaun ADB, STAE, Gabinete CNEDistritus, Servisu Apoiu Sub-Komisaun, , auditoria esterna, ekipa auditoria interna, INAP
		Efektua kooperasaun foun ho AEC relasiona ho formasaun sistematika ba auditoria, jestaun orsamentu ka gradual ba tekniku kompetente/relevante no mos possibilidade hasai estudus nivel espesializada (mestradu iha area auditoria publika) (Viajen Estranjeirus:\$ 52.200	Tekniku kualifikadu iha ona no intergradu ho nesesidade servisu CNE		Plenaria CNE. Sub-Komisaun ADB, STAE, Gabinete CNEDistritus, Servisu Apoiu Sub-Komisaun, Partidus politikus ho asentu parlamentar, auditoria esterna, ekipa auditoria interna, AEC Australia.
	Sensibilizasaun publika no erradikasaun violensia eleitoral ka insidente irrasionalidade poz eleitoral	Kooperasaun ho Ministeriu Edukasaun inklui Komisaun Parlamentar relevante atu dezenvolve no elabora materia edukasaun sivika	Edukasaun sivika integradu iha kurikulum edukasaun no ensinu nasional		Plenaria, Sub-Komisaun Sensibilizasaun Publika, Komisariu Kompetente, no Kom. Edukasaun Civika, Servisu Apoiu Plenaria no Komisaun, Gabinete Distrital CNE, ME, MJ, Polisia Nasional no Distrital.
		Aprova no estabese Giaun ka matadalan ba programa edukasaun sivika	Programa Edukasaun civika estabese tuir planu no manual treinamentu edukasaun sivika		Plenaria CNE, Sub-Kom. Edukasaun civika, Servisu apoiu Plenaria.

			prepara ona no aprova tuir kategoria espesifika husi alvu ida-idak.		
		Implementasaun programa edukasaun sivika orientadu ba grupu oi-oin iha sosiedade nia laran, liu-liu areas remotas no marjinalizadus no petensiais eleitoradu foun iha eskola sekundaria tomak	Nivel sosiedade hotu-hotu, liu-liu grupu marjinalizadus sira mos hetan konhesimentu adekuadu konaba valor no prinsipius demokrasia nian		Plenaria, Sub-Komisaun Sensibilizasaun Publika, Komisariu Kompetente, no Edukasaun Civika, Servisu Apoio Plenaria no Komisaun, Gabinete Distrital CNE, ME, MJ, Polisia Nasional no Distrital.
		Produsaun no Distribuisaun konstante material edukasaun sivika \$10.000	Prinsipius no valor demokrasia metin no abut iha pratika moris povu Tiimor Leste.		Plenaria, Sub-Komisaun Sensibilizasaun Publika, Komisariu Kompetente, no Edukasaun Civika, Servisu Apoio Plenaria no Komisaun, Gabinete Distrital CNE, ME, MJ, Polisia Nasional no Distrital.
	Komunikasaun no Relasaun Efektiva ho Publiku ho vizaun katak Demokrasia Timor Leste ne'e konsolidadu no integradu iha paz no ba dezvoltamentu estadu	Estabelese Marsa Distrital no Marsa Nasional hodi deklarar paktu Unidade no aktividade relevante sira seluk ne'ebe orientadu ba konsolidasaun demokrasia no estadu. \$442.000 + 15.000	. Seremonia kultural ne'e garante paz, estabilidade no integridade estadu integradu no institucionalizadu iha prosesu eleitoral tomak Timor Leste nian		Plenaria, Sub-Kom Komunikaun no Relasens Publikas. Administrasaun, autoridade no lideres lokal
		Elaborasaun no imprime buletin, panfketus, brushuras CNE	Diseminaun efektiva ba informasaun relevante sira		Plenaria, Direksaun
		Estabelesimentu Sala Konferensia Lalini ka Sala Konferensia Kay-Rala Xanana Gusmao 100.000	Konsagra pasus historiku demokrasia ne'ebe mak estabelese iha jornada Timor Leste ba independensia nudar valor historiku, lisaun no kumprimisu husi jerasaun ba jerasaun		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu
		Estabele estudiu mini CNE hodi efektua debates no konferensia imprensa nasional \$50.000	CNE ne'ebe besik povu no servi povu liu husi fornimentu informasaun edukativu.		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu
		Lansamentu WEBSITE no garante nia kontinuidade diseminaun informasaun \$ 20.000	CNE Timor Leste integradu iha informasaun global		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu
		Halao konferensia inpressa periodiku \$ 600	Mantein publiku informadu		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu
		Organiza peskiza no estudus relevantes inklui nia lansamentu ba publiku 100.000	Garante imparcialidade, independensia, no transparensia liu husi aktividade profesional no akademiku		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu
		Partisipa nudar orservador eleisaun iha nivel rejional no global	CNE nudar insituasaun ne'ebe aktualizadu ho prosesu no eventus global relasiona ho demokrasia.		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu
		Partisipa iha aktividade A-WEB nian, nebe mak Timor Leste sai ona membru no fundador (Association of The World Electoral Bodies).	Solidariedade internasional no CNE Timor Leste ne'ebe kontribui ba prosesu demokratizasaun global		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu
		Estabelese kooperasaun internasional no submisaun ba Orgaun Eleitoral Rejional	Fortalese prezensa instituisaun CNE nudar orgaun eleitoral iha nivel global no rejional		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu
		Kooperasaun ho TVTL no TVSTL inklui Jornal Diariu	Hametin kultura demokrasia no konhesimentu publiku konaba demokrasia ho nia valor sira.		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu
		Organiza debates interativu no KLABIS iha radiu no Televisaun nasional \$ 10.000	Povu siente konaba sira nia dever hodi partisipa aktiva iha vida demokrasia nasaun nian		Plenaria, Sub-Komisaun Relasoens Publikas, Konsehu Administrasaun, Direktor Jeral no Direksaun Aprovizionamentu

	Apoiur Juridiku no dezentvolvimentu institusional	Adaptasaun pratikas diak ka hetan sira ba iha Timor Leste nia sistema eleitoral	CNE nudar instituisaun ne'ebe dezentvolve a'an ba nivel nebe diak liu.		Plenaria, Sub.Kom Apoiur Juridiku, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Rekrutamentu ba asesur legal: \$ 216.000	Lei oganika CNE aprovalu, hamosu esbosu husi serie kuadru legal lubuk ida.		Plenaria, Sub.Kom Apoiur Juridiku, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Elaboarasaun Lei Organika CNE	Instituisaun ne'ebe profesional no forte tamba estrukturalmente organizadu		Plenaria, Sub.Kom Apoiur Juridiku, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
Desentralizasaun ne'ebe permite funsionamentu servisu governamentais atu saai efisiente liu tan, responsavel no responsivu ba nesesidade sidadaun sira nia. Liu-liu ba sidadaun sira ne'ebe moris iha kiak, vulneravel no marjinalizadu	Meta: 6: Eleisaun Lokal: Munispius 3 no Eleisaun suku	Kontribui ba realizasaun eleisaun iha Timor Leste ho susesu: 226.000	Eleisaun Suku no munisipius hala'o ho susesu		Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Mobilizasaun rekursu sufisiente hodi halo supervizaaun ba iha aktus eleitoral: Motorizada 26: 57.200 Kareta operacional munispiu pilotu: 147.000	Monitorizasaun no atendimentu efktivu durante eleisaun		Plenaria, Sub-Kom hotu, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Rekrutamentu ba fiskais no mobilizasaun relursus ba Realizasaun eleisaun ba poder lokal ho susesu	Eleisaun lokal hetan rekursus sufisiente hodi efektua sira nia knar		Plenaria, Sub-Kom hotu, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Superviziona no halo preparasaun ba komunidad sira atu hatene lolos eleisaun suku	Prosesu eleisaun suku no munisipius halao tuir kuadu juridiku demokrasia Timor Leste		Plenaria, Sub-Kom hotu, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Preparasaun ba komunidad hodi hatene importansia no partisipa iha eleisaun munisipius.	Taxa partisipasaun a'as		Plenaria, Sub-Kom hotu, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		CNE hetan ona apoiur sufisiente hodi institusionaliza demokrasia iha Timor Leste	CNE iha kapasidade teknika no rekursus sufisiente atu efektua mobelizasaun		Plenaria, Sub-Kom hotu, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
	Direksaun jeral ne'ebe profesional hodi efektua apoiur efikasie no efisiente ba realizasaun misaun CNE	CNE hetan ona apoiur sufisiente hodi institusionaliza demokrasia iha Timor Leste	mplementa ho regorozu no puntual ba responsabilidade sira ne'ebe simu		Plenaria, Sub-Kom hotu, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Kompleta facilidades sala konferensia Lalini ka Sala Kay Rala Xanana Gusmao ba Demokrasia:	Konklui sala homenajen ba Maun Bo'ot Xanana nia kontribuisaun maarkante hodi institusionaliza prinsipiu xave demokrasia		Plenaria, Sub-Kom hotu, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Implementasaun enkontru semanal, bisemanal funsionariu sira nian	Iha sistema organizasaun servisu ne'ebe klaru tuir jestaun tempu		Plenaria, Sub-Kom hotu, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Organiza avalaisaun nesesidade institusional no pessoal	Oragaun Eleitoral ho vizaun klaru ba futuru ne'ebe integradu ho planu estratejiku no dezentvolvimentu institusional		Plenaria, Sub-Kom hotu, Konseihu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC

		Konsultant tekniku ba Elaborasaun manual prosedimentu hotu-hotu tuir servisu espesifiku ida-idak	Iha manual prosedimentu servisu operasionais sira hotu tuir karakteristika espesifika servisu ida-idak		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Avaliasaun servisu distrital no estabeselese mekanizmu kontrole no relatoriu	Funsonariu iha Gabinete Distritais sira servisu oranizadamente ho responsabilidade no kretividade		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Prepara movimentasaun Operasional ba OFSEO. Organiza no monitoriza servisu gabinete Diretur Jeral; organiza no kordena atividades direktur Jeral; atualizasaun relatoriu ba D.G; fo asesoria ba D.G no enkaminha ba despaixu sira husi D.G; segmentu ba despaisu; rekolha informasaun kona ba informasaun distrital	Direksaun nasional ne'ebe sai orientador ba fornecimentu servisu hotu-hotu ho efektivu, profesional no pontual		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Implementasaun Programa melhoramentu servisu administrasaun. Viajen: 100.000	Introduz melhoramentu efektivu. No Manual prosedimentu operasionais estabesidu		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		superviziona Implementasaun planu aktividade anual	Servisu apoiu administrasaun ne'ebe buka atu konsistente ho planu no reduz ho efektivu espontaneidade.		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		prosesa pagamentu; elaborasaun relatoriu orsamentu (mensal trimestral e anual); atualizasaun despesas no balansu orsamentu ba plenaria; kontrolu exekusaun orsamentu baseia ba narativu; Jere fundu apoiu ba 13 distritos; arquivu dokumentus	Dezenvolve ona manual prosedimentu operasionais relevante iha area ezekusaun no jestaun finansas.		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
	Direksaun Nasional Planeamentu, Administrasaun Finansas no Aprovizionamentu :	Lidera elaboarsaun Planu Anual no jere administrasaun, finansas no patrimoniu lojistikku	Fornese ona servisu apoiu Administrasaun, Finansas, Lojistikku no tekniku ho kualidade no pontual ba komisariu sira atu kumpri sira nia mandatu legal		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Elabora Planu no proposta orsamentu; prosesa CPV; prosesa pagamentu; elabora relatoriu orsamentu (mensal trimestral e anual); atualizasaun despesas no balansu orsamentu ba plenaria; kontrolu exekusaun orsamentu baseia ba narativu; Jere fundu apoiu ba 13 distritos; arquivu dokumentus	Area espesifikas ka relevantes ida-idak iha ona nia manual prosedimeentus servisu		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Ezekuta no superviziona prosesu kontratu: 1) Servisu tradusaun 2) Servisu kontratu menutensaun ba patrimoniu Estadu/CNE 3) Servisu fornecimentu materias eskritoriu. 4) Servisu fornecimentu mobiliarius 5) Servisu de limpeza 6) Enkargus permanetes anuais 7) Kombustivel Total 280.000	Garante ezekusaun depraiz efektivu tuir planu ne'ebe esta belesidu		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Halao Assesment needs; Revizaun ba ToR hotu; Mapa funsonariu Servisu Apoiu; Apresenta ona Planu Jestaun RH; Planu Rekrutamento funcionarios foun: 7296	Planu desenvolvimentu institucional estabesidu.		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Avaliasaun dezempenhu;Realiza numeru formasaun hirak hanesan tuir mai: Formasaun e Kapasitasaun Nasional e Internacional; Kursu Português, Inglês, Informatika,kontabilidade, Jornalismo,Gestaun	Programa kapasitasaun funsonariu estabesidu integralmente iha politika desenvolvimentu institucional		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC

		korespondensia, jestaun arkivu, protokolu, formasaun ba funsionariu foun; Numeru funsionariu nebe hetan bolsus estudus no remata sira nia estudu superior			
		Elaborasaun draft/esbosu kontratu; Fornesimentu kontratu ba fornecedor sanulu (10);Numeru anunsu nebe halo liu husi Publikasaun; Numeru avaliasaun previa no ...nebe halo; Komunikaun hodi halo PR no PO; Dezlokasaun	Kada tipu kontratu ba forneseimentu servisu espefiku ida-idaak estabele iha kontratu ho ToR ne'ebe klaru		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Data base; Avaliasaun ba Data base; Iha ona manual Jestaun armazenamentu; Iha ona Manual Jestaun Manutensaun; Deslokasaun; Jere ona fatin parkir; Iha ona manual JestaunKombustivel; Iha ona manual jestaun veiculus; Numeru delivery order (DO) nebe iha no arkiva; Numeru Termu Entrega nebe iha no arkiva	Politika jestaun patrimoniun estadu estabesidu iha termu operacional ne'ebe simples no klaru ba hotu-hotu.		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Elaborasaun kodigu konduta ba plenaria; Rekrutamentu Asesor Internasional no Nasional;Rejistu no elabora lista Prezensa 15 ba komisari;	Apoiun prosedimentus no deliberaun plenaria ho maksimu no kualidade		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Elaborasaun materia ed.civika; elaborasaun agenda ed.civika; organiza prog. ed.civika ; providensia treinamentu; Atualizasaun base de dados PARPOL no Eleitores; atendeimentu ba keixas no reklamasan	Elaborasaun no aprovasaun modulu edukasaun sivika tuir kategoria ka estratifikasaun sosial grupu ida-idak nian		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		verifika montante subvensaun publiku PARPOL tuir lei; elabora planu atividades auditoria; simu submisaun husi PARPOL,kandidatus PR, no PARPOL asentu parlamentar; efektua auditoria; apresentasaun esbosu no relatoriu auditoria; koordenasan ho auditor externa	Partidu pilitiku sira kumpri ho pontual tempu determinadu ba submisaun relatoriu despezas subvensaun publikas nian. Tekniku auditoria ne'ebe kualifikadu teknika no intelektualmente hodi estabelese autoridade teknika ida perante apresentasaun relatoriu		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		RekrutaonaTekniku IT web designer; Rekruta onaTekniku Server Administrador prepara no elaborasaun planu annual IRPD; Deslokasaun	Komunidade em jeral inteira ho vizaun, misaun no prinsipiu CNE nian.		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Aumenta kapasidade lina internet; mantein funsionamentu lina internet; -manutensaun ekipamentus informatika nasional no distritais; elabora planu aprovisionamentu ekipamentus informatika ba edefisiu foun; Asegura funsionamentu ekuipamentu IT; avaliasaun prazu utulizasaun ba ekipamentus informatika; fo apoiu ba prosesu lelaun ekipamentus IT; atualiza sistema server sentral 33.600	CNE ne'ebe hetan apoiu sufisiente husi Governu no parseiru sira iha nia kanr ba hametin demokrasia		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC
		Organiza arkivu; akumpanha no halo dokumentasaun ba atividades CNE; Jere no organizaBiobliteka; up-loading formasaunba Web Site CNE; Tradutor; designer grafiku; ekipamentus media dokumentasan; ekipamentus ba arkivu no biobliteka (Manual no elektroniku); Apresenta lista livru nebe atu sosa	Iha tekniku ne'ebe profesional hodi lida ho arkivu historiku sira ne'ebe iha		Plenaria, Sub-Kom hotu,Konselhu Administrasaun, Gabinete Prezidente, Direksaun Jeral, PAF, DNIRPD, DNAPSC

Comissão Anti-Corrupção

Papel

A Comissão tem por missão proceder as acções de prevenção, educação e investigação criminal dos crimes de corrupção em qualquer das suas formas, peculato, abuso de poder, tráfico de influências e participação económica em negócio através da recolha e análise das informações relativas às causas, e prevenção da corrupção; realizar acções de sensibilização destinadas a limitar a prática dos actos de corrupção, motivando as pessoas a adoptar precauções ou reduzir os actos e as situações que facilitem a ocorrência de condutas criminosas; aconselhar qualquer instituição ou entidade pública sobre formas de prevenir e combater as condutas de corrupção. Em matéria de investigação criminal, a Comissão tem competência para exercer as atribuições conferidas nos termos da lei aos órgãos de polícia criminal através de investigações de várias formas de práticas e condutas de corrupção.

Orçamento

A Comissão Anti-Corrupção (CAC) tem um Orçamento de 1,481 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Comissão Anti Corrupção (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	1,271	1,793	1,481	1,540	1,601	1,665	1,732
Recorrentes	1,231	1,615	1,317	1,369	1,424	1,481	1,540
Salários e Vencimentos	283	388	388	404	420	436	454
Bens e Serviços	948	1,227	929	966	1,004	1,044	1,086
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	39	178	164	171	177	184	192
Capital Minor	39	178	164	171	177	184	192
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	1,271	1,793	1,481	1,540	1,601	1,665	1,732
Recorrentes	1,231	1,615	1,317	1,369	1,424	1,481	1,540
Capital	39	178	164	171	177	184	192

Perfil de Funcionários

A Comissão Anti-Corrupção tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 36 pessoas, composto por 19 funcionários permanentes, 4 vagas em processo de recrutamento e 13 cargos de direcção e chefia. Este número não inclui funcionários de nomeação política.

COMISSÃO ANTI CORRUPÇÃO (CAC)																								
Força de Trabalho	Categoria/Grau																							
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionários Público Actuais	-	-	-	-	-	-	3	-	3	12	4	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	4	19
Escala 1o			-			-	2	-	2	6	2	8			-			-			-	8	2	10
Escala 2o			-			-	1	-	1	6	2	8			-			-			-	7	2	9
Escala 3o			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-
Escala 4o			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-
Escala 5o			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-
Escala 6o			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-
Agente da Administração Público Actuais	-		-			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	1	-	1	3	1	4	9	2	11	12	4	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	7	32
Vagas em processo de Recrutamento			-			-			-			4			-			-			-			4
Nova Proposta de Vagas 2015			-			-			-			-			-			-			-			-
Total Quadro Pessoal			1			4			11			20			-			-			-			36
Mapa Pessoal 2016																								-
Mapa Pessoal 2016 - 2018			-			-			-			-			-			-			-			-
Detalhe Cargo Direção e Chefias																								
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total		Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Diretor Geral	1	-	1	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretor Nacional	-	-	-	1	1	2	6	2	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	3	10
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe do Departamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	1	-	1	3	1	4	6	2	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	3	13

Plano Anual da Comissão Anti-Corrupção para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ATIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE*
Fortalecer a cultura democrática através de um setor público responsável e transparente.					
Aumentar a capacidade técnica e institucional do pessoal na prevenção e combate à corrupção.	Aplicação do método de prevenção de crimes de corrupção de forma sistemática e eficiente.	Participação em formações técnicas em prevenção da corrupção.	Resultado: Os funcionários adquirem conhecimentos técnicos mais profundos para o combate à corrupção. Indicador: 20 funcionários completam as formações, no país e no estrangeiro, e transitam com boas qualificações.	A UNODC apoia alguns custos de pequenas formações.	Governança e Desenvolvimento Institucional (GDI)
		Participação em formações na área da gestão e auditoria.	Resultado: Os gestores e auditores aumentam os conhecimentos e realizam adequadamente as suas funções nas áreas de gestão e auditoria. Indicador: Um total de 3 Diretores e 13 Chefes de Unidade completam formação na área respectiva.		
		Participação em formações na área de estudo anti-corrupção.	Resultado: Funcionários habilitados com o certificado de pós-graduação na área da corrupção. Indicador 3-5 funcionários terminam o Certificado de Pós-Graduação e regressam ao serviço na CAC.	UNODC (<i>United Nations for Organise Drugs & Crime</i>) dá alguma ajuda.	
		Realização de estudos comparativos sobre instituições anti-corrupção.	Resultado: O Comissário e os Adjuntos, bem como alguns funcionários-chave aumentam os seus conhecimentos e experiências sobre a natureza do serviço de Serviços de Anti-corrupção noutros países. Indicador: Visitas a instituições relevantes como Indonésia, Singapura, Hong Kong e Malásia.	UNODC ajuda em alguns custos.	
		Participação em formações em línguas.	Resultado: 20 funcionários continuam para o nível seguinte da formação em línguas (Inglês e Português). Indicador: Os funcionários compreendem e têm capacidade de comunicar nas referidas línguas.		
		Recrutamento de funcionários de apoio ao serviço da CAC.	Resultado: Enviar propostas de recrutamento para as instituições relevantes e fazer o recrutamento de acordo com a proposta. Indicador: São recrutados 10 investigadores e mais 6 elementos para o pessoal de apoio.		
	Funcionamento efetivo do sistema e dos procedimentos internos da CAC.	Continuação do desenvolvimento dos guias ainda não finalizados.	Resultado: Circulares produzidas de acordo com as exigências da CAC. Indicador: Circulares aprovadas pela estrutura e implementadas no serviço.		GDI
		Avaliação e monitorização da aplicação dos guias.	Resultado: Avaliação regular e anual de acordo com o tempo previsto. Indicador: 3 avaliações regulares e uma avaliação anual no final do ano.		
		Arquivo eletrónico e não eletrónico dos documentos da CAC.	Resultado: Documentos arquivados por categoria e conteúdo. Indicador: Documentos organizados, em segurança e de fácil acesso quando necessário.		
	Iniciar a construção do edifício da CAC com condições de serviço adequadas.	Concurso para a construção e supervisão da obra do edifício da CAC.	Resultado: Identificação do vencedor do concurso para a construção e supervisão do edifício da CAC. Indicador: 1) Concurso para construção e supervisão termina em Julho 2015. 2) O contrato de supervisão é assinado no último mês do terceiro período do ano 2015.		Setor de Infraestruturas.
		Construção	Resultado: Construção física do edifício Indicador: A construção inicia-se no quarto período do ano 2015.		
	Ter os equipamentos adequados ao serviço da CAC.	Procura e compra de equipamentos para satisfazer as necessidades da CAC.	Resultado: Processo de aprovisionamento para os equipamentos de acordo com as propostas. Indicador: Existência de equipamento que é fornecido à CAC de acordo com o contrato. Cada unidade dispõe dos equipamentos suficientes que facilitem o serviço.		Setor de Equipamentos.
		Instalação de equipamentos de acordo com as necessidades.	Resultado: Instalação dos equipamentos necessários de acordo com a natureza de cada unidade.		

			Indicador: Todas as Direções podem realizar o seu serviço de forma eficiente e efetiva.		
	Funcionamento dos equipamentos existentes	Manutenção regular dos equipamentos existentes.	Resultado: Os equipamentos estão prontos a funcionar sempre que necessário. Indicador: O serviço de cada unidade funciona de acordo com os princípios de funcionalidade. Condições favoráveis no local de trabalho que contribui para o aumento qualitativo da prestação de serviço.		Setor de Equipamentos.
Aumentar a capacidade técnica e institucional do pessoal na prevenção e combate à corrupção.	Existência de um sistema de arquivamento seguro.	Criação de uma base de dados de arquivamento eletrónico para os documentos da CAC.	Resultado: Os dirigentes e o pessoal da CAC podem ter facilidade de acesso ao arquivo. Indicador: Os documentos estão arquivados de acordo com a sua natureza e conteúdo.		GDI
		Aumento da segurança nos níveis de sigilo, segredo de Justiça e da facilidade de correspondência intra e interinstitucional.	Resultado: Melhoria das comunicações intra e inter instituições. Indicador: As comunicações intra e inter instituições decorrem de forma mais efetiva e de acordo com a natureza de cada um dos serviços.		
	Correspondência e coordenação efetiva com os parceiros e as instituições estrangeiras.	Facilitação da correspondência e das relações institucionais no país e no estrangeiro.	Resultado: A relação e a coordenação fortalecem o serviço. Indicador: Os programas ou atividades entre a CAC e outras instituições correm bem, atempadamente e são mais efetivos.		GDI
		Fortalecer a coordenação entre a CAC e os Serviços do MNEC.	Resultado: melhor coordenação integrada nos assuntos com o exterior. Indicador: coordenação internacional mais efetiva.		
	Utilização efetiva do Centro de Aprendizagem da CAC.	Identificar e adquirir bibliografia de diversas fontes.	Resultado: Diversidade bibliográfica na biblioteca da CAC Indicador: Aumento da frequência e do número de pessoas que têm acesso à bibliografia.		GDI
		Registo contínuo das novas referências na base de dados.	Resultado: Referências registadas de acordo com o conteúdo. Indicador: Aumento da frequência de empréstimos e da entrega dos livros.		
		Realização de discussões temáticas.	Resultado: Os funcionários da CAC têm acesso a uma diversidade de conhecimentos através das várias discussões realizadas. Indicador: Discussões regulares com especialistas da CAC e estrangeiros e com o próprio pessoal.		
Aumentar a integridade no setor público e privado e promover a cidadania cívica anti-corrupção	Publicação regular do boletim	Reunir informação e escrever notícias (editar)	Resultado: As informações sobre as atividades da CAC são escritas de acordo com os princípios do jornalismo. Indicador: Boletim pronto a ser publicado.		GDI
		Impressão do Boletim	Resultado: Boletins impressos e prontos para distribuir. Indicador: Distribuição de 2000 cópias do boletim da CAC ao público.		
	Atualização de informação no website da CAC.	Introduzir informação relevante sobre as atividades da CAC.	Resultado: O público tem acesso à informação sobre os serviços da CAC. Indicador: Aumento do número de visitantes do website da CAC, no país e no estrangeiro.		GDI
		Reunir informação e escrever notícias (editar).	Resultado: As informações sobre as atividades da CAC são escritas de acordo com os princípios do jornalismo. Indicador: O público tem acesso à informação sobre as atividades da CAC, através dos meios de comunicação online, dos jornais e dos audiovisuais.		
		Envolvimento dos media estrangeiros na cobertura de atividades da CAC.	Resultado: Os meios de comunicação estrangeiros acompanham as atividades da CAC Indicador: Espalham a informação sobre as atividades da CAC através das suas próprias publicações.		
		Realização de comunicados de imprensa.	Resultado: O público tem informações sobre as atividades da CAC. Indicador: As informações referidas são publicadas através de diversos meios de comunicação no país e no estrangeiro.		
		Monitorização dos media e produção de dossiês temáticos (tema - corrupção).	Resultado: As informações recolhidas estão compiladas e relacionadas com a corrupção. Indicador: Existência de dossiês e de outros documentos eletrónicos e não eletrónicos a que os funcionários têm acesso.		
Aumentar a capacidade técnica e institucional do pessoal na prevenção e	Aumento dos conhecimentos e capacidades específicas dos investigadores.	Formação regular específica no país	Resultado: Aumento das técnicas de investigação e reunião de informação criminal. Indicador: Número de funcionários e entidades nas formações.		GDI
		Formação específica no estrangeiro.	Resultado: Aumento dos conhecimentos e capacidades de investigação, cooperação e análise criminal. Indicador: 50% do pessoal de investigação tem oportunidade de formação com sucesso.		

combate à corrupção.		Exercício físico, autodefesa e treino policial.	Resultado: O pessoal tem conhecimentos e capacidades de autodefesa e realizam uma ação operacional. Indicador: Todo o pessoal de investigação adquire benefícios deste exercício.		
Conseguir a articulação de serviços de forma efetiva com as autoridades judiciárias que combatem a corrupção.	Identificação e registo de casos de corrupção e crimes conexos	Ações operacionais de análise.	Resultado: Medidas adequadas tomadas atempadamente. Indicador: O número total de casos com medidas preventivas e medidas repressivas.		GDI
		Atendimento e análise de queixas	Resultado: Identificação de casos de corrupção e crimes conexos Indicador: O número de queixas de crimes de corrupção e de outros crimes.		
	Produção de relatórios de investigação com qualidade e com provas credíveis para que os procuradores possam tomar medidas	Recolha de provas e análise documental de outras provas.	Resultado: Maior conhecimento sobre os casos alegados. Indicador: Identificar as partes envolvidas nos casos.		GDI
		Recolha de depoimentos de testemunhas e de suspeitos	Resultado: Produção de relatórios analíticos que integrem os processos que se seguem. Indicador: O Ministério Público recebe os relatórios de investigação da CAC.		
	Articulação e fortalecimento da coordenação e colaboração institucional efetiva com as autoridades judiciárias e outras instituições relevantes	Coordenação e consultas regulares com o Procurador Titular do caso.	Resultado: Os processos de investigação são realizados de acordo com o conhecimento e a orientação do Procurador titular do caso. Indicador: Frequência de comunicação e coordenação com o procurador titular do caso.		GDI
	Existência de apoio de segurança para o pessoal e para o local de trabalho da CAC.	Coordenação e apoio de segurança com a PNTL.	Resultado: O pessoal ao serviço da CAC realiza o seu trabalho de forma segura. Indicador: Diminuição do número de acontecimentos relacionados com a segurança ou inexistência. Mitigação de riscos.		GDI
		Apoio de segurança no local de trabalho.	Resultado: As atividades de serviço da CAC continuam a realizar-se em segurança. Indicador: Diminuição ou inexistência de acontecimentos que ameacem a segurança.		
Aumentar a integridade no setor público e privado e promover a cidadania cívica anti-corrupção	Participação de ONGs que trabalham na área dos direitos humanos, da justiça, educação cívica e desenvolvimento comunitário no programa de cidadania cívica e social.	Cooperação com ONGs na área da cidadania e apoio social.	Resultado: O público, com um melhor conhecimento sobre assuntos de corrupção, pode ajudar a prevenir a corrupção e a apresentar queixas. Indicador: Diminuição de problemas relacionados com a utilização do orçamento do Estado para assuntos sociais; Aumento da frequência do controlo e monitorização de ONGs.		Setor Social (SS).
	Motivar o envolvimento dos jovens, quadros e militantes de partidos políticos, veteranos, associações de mulheres, líderes comunitários, para comportamentos cívicos e para a prevenção da corrupção.	Formação a associações de jovens.	Resultado: Os jovens têm um bom conhecimento sobre corrupção e mostram ações de prevenção da corrupção. Indicador: Os jovens que tiveram formação podem transmiti-la corretamente ao público e podem mostrar comportamentos contra a corrupção nos 13 Distritos.		SS
		Prevenir a corrupção junto dos líderes dos partidos políticos.	Resultado: Os líderes e militantes têm conhecimento e vontade de prevenir e combater a corrupção e têm poder de controlo efetivo. Indicador: Os quadros dos Partidos políticos com assento parlamentar têm formação na área anti-corrupção.		
		Prevenir a corrupção junto das associações de veteranos.	Resultado: Alargar os conhecimentos sobre tipos de corrupção e os respetivos comportamentos, de forma a prevenir efetivamente a corrupção. Indicador: Os responsáveis dos veteranos em 4 Distritos recebem informação e formação básica na área da corrupção.		
		Prevenir a corrupção junto de associação de mulheres.	Resultado: Aumentar os conhecimentos sobre tipos de corrupção e os respetivos comportamentos para se poderem tornar promotores do combate à corrupção nas comunidades. Indicador: Associações de mulheres em 3 Distritos têm oportunidade de aumentar os conhecimentos em assuntos sobre corrupção.		
		Prevenir a corrupção junto dos líderes comunitários.	Resultado: Os líderes comunitários têm bons conhecimentos e coragem para prevenir e combater a corrupção, de acordo com as suas funções.		

			Indicador: Os chefes de suco e os chefes de aldeia em 30 sucos de 12 distritos têm oportunidade de receber formação na área anti-corrupção.		
	Consciencializar o público sobre o combate à corrupção e a boa-governança na comemoração do dia da CAC, 22 de Fevereiro, 20 de Maio, 30 de Agosto, 28 de Novembro e 9 de Dezembro	Realização de seminários temáticos sobre o tema anti-corrupção.	Resultado: O público tem conhecimento sobre como prevenir e combater a corrupção e promover a boa-governança em Timor-Leste. Indicador: Realização de seminários com a participação das entidades relevantes ao tema. Publicação dos resultados dos seminários públicos através dos meios de comunicação social.	Serviço conjunto com UNDOC	SS
		Produzir mensagens dos governantes em órgãos de soberania através da rádio e da televisão.	Resultado: Lembrar e continuar a pedir ao público cooperação na prevenção e no combate à corrupção. Indicador: Transmissão direta através da rádio e da televisão. Publicação das mensagens nos jornais e outros meios de comunicação.		
		Realizar um concurso de escrita e de discurso temático para estudantes universitários.	Resultado: Os concorrentes apresentam a sua análise escrita e os discursos e os qualificados recebem prémios. Indicador: Os três premiados competem pelo primeiro, segundo e terceiro lugar, do concurso de escrita e de discurso, de acordo com o tema determinado.		
		Realizar um certame para estudantes do ensino secundário sobre ética e assuntos relacionados com corrupção.	Resultado: Os participantes apresentam ao público os seus conhecimentos sobre ética e corrupção. Indicador: Quatro premiados com o primeiro, segundo, terceiro e quarto lugar.		
	Motivar conhecimentos e condutas éticas junto dos estudantes, formadores e administradores escolares sobre prevenção e combate à corrupção.	Realizar formações sobre valores éticos no ensino básico.	Resultado: Os estudantes adquirem conhecimentos sobre valores e ficam motivados para a promoção de condutas éticas nas escolas, em casa e na comunidade. Indicador: Os estudantes das Escolas Básicas de 25 subdistritos nos distritos de Ermera, Viqueque, Baucau, Manufahi têm oportunidade de fazer formação. Fomento de iniciativas voluntárias sobre valores e condutas éticas.		SS
		Formações sobre valores éticos no ensino secundário.	Resultado Os estudantes adquirem conhecimentos sobre valores e ficam motivados para a promoção de condutas éticas nas escolas, em casa e na comunidade. Indicador: Os estudantes das Escolas Secundárias de 25 subdistritos nos Distritos de Ermera, Viqueque, Baucau, Manufahi têm oportunidade de fazer formação. Estímulo de iniciativas voluntárias sobre valores e condutas éticas.		
		Formações sobre valores éticos no ensino superior.	Resultado: Os estudantes têm um bom conhecimento sobre diversos tipos de corrupção e demonstram o seu compromisso na prevenção e combate à corrupção. Indicador: 1) Os grupos de estudantes do ensino superior que em Díli participam nos seminários e <i>workshops</i> temáticos. 2) As iniciativas criadas para a prevenção e combate à corrupção junto do Ensino Superior.		
		Formação de formadores e dos administradores escolares.	Resultado: Os formadores e administradores têm conhecimentos mais alargados sobre corrupção e promovem a educação de valores éticos nas escolas. Indicador: 1) Um máximo de 100 professores recebe formação sobre ética anti-corrupção. 2) Estímulo aos comportamentos éticos nas escolas.		
		Promoção de iniciativas éticas através de seminários nacionais para estudantes e jovens.	Resultado: Os estudantes ou os jovens com capacidade para promover ações de prevenção da corrupção nas escolas, em casa e nas comunidades. Indicador: Existência de grupos de estudantes ou jovens dos 13 Distritos levam a cabo atividades de ética e transmitem-nas aos colegas.		
	Mensagem temática sobre anti-corrupção para o público, quer através dos audiovisuais, quer através de publicações e eventos.	Produção de materiais audiovisuais sobre integridade ética na função pública.	Resultado: Melhoria de comportamentos dos funcionários públicos no local de trabalho e junto do público. Indicador: 1) Discussão sobre os materiais distribuídos às instituições e aos órgãos do Governo. 2) O número de funcionários, que demonstram bons progressos no serviço, aumenta.		SS

		Produção de materiais cômicos contra a corrupção (KoKoHan)	Resultado: Orientar o público para refletir e conhecer práticas de corrupção que surgem na nossa sociedade. Indicador: Distribuição de materiais ao público O público demonstra a sua apreciação em relação aos materiais distribuídos.		
		Produção e publicação de brochuras, livretos, posters, autocolantes, camisolas, cartazes e pastas sobre anti-corrupção.	Resultado: Informar o público sobre assuntos específicos ou chamar a atenção do público. Indicador: Distribuição de materiais ao público; O público demonstra a sua apreciação em relação aos referidos materiais.		
	Existência de documentos que examinam e avaliam a prática ética e o profissionalismo no setor público e privado.	Realização de pesquisas sobre percepção da corrupção em fundos de infraestruturas.	Resultado: Identificação da capacidade de desempenho no serviço e da qualidade do atendimento público. Indicador: Publicação dos relatórios de pesquisas. Recomendações específicas a instituições competentes.	Serviço conjunto com a UNODC	GDI
		Realização de pesquisas a famílias sobre a percepção pública.	Resultado: Identificar as capacidades do público sobre conhecimentos anti-corrupção. Indicador: Publicação de relatórios de pesquisa. Identificar os tipos e nível de capacidade da sociedade em Timor-Leste.	Serviço conjunto com a UNODC	
Aumentar a integridade no setor público e privado e promover a cidadania cívica	Promoção de conhecimentos éticos e profissionalismo dos funcionários públicos de forma a prevenir e combater a corrupção.	Realização de workshops sobre integridade no setor público.	Resultado: Os funcionários têm conhecimentos sobre o conceito de ética e profissionalismo na função pública. Indicador: Realização de workshops ou discussões pelo menos cinco vezes no período de um ano.		GDI
		Realização de planos de ação preventiva junto de instituições do Estado que são alvo.	Resultado: Existência de mecanismos internos para a promoção ética e profissionalismo institucional nos Serviços Públicos e Ministérios-alvo. Indicador: Um total de 5 instituições com mecanismos internos de prevenção da corrupção.		
		Monitorização e avaliação da implementação do plano de ação preventiva em risco de corrupção com 5 instituições-alvo.	Resultado: 5 Instituições alvo da implementação de planos de ação de prevenção da corrupção demonstram progressos de acordo com as medidas planeadas. Indicador: Avaliação efetuada a cinco instituições que implementam o plano de ação de prevenção da corrupção. Ações disciplinares contra funcionários que violem os procedimentos legais. Recomendações às referidas instituições de forma a melhorarem a sua gestão.		
	Promoção da integridade na gestão de recursos do Estado alocados ao setor privado	Realização de <i>workshops</i> sobre integridade no setor privado.	Resultado: Os gestores do setor privado recebem conhecimentos para prevenir a corrupção na utilização de recursos do Estado. Indicador: Workshops, seminários ou discussões realizadas durante o ano.		GDI
		Realização de planos de ação preventiva junto do setor privado que é alvo.	Resultado: Mecanismos internos para promover a ética e o profissionalismo institucional no setor privado alvo. Indicador: Um total de cinco empresas com mecanismos internos de prevenção da corrupção.		
		Monitorização e avaliação da implementação de planos de ação preventiva em risco de corrupção em 5 instituições do setor privado que são alvo.	Resultado: São identificados progressos e desafios relacionados com a implementação de planos de prevenção de risco de corrupção. Indicador: Avaliação de pelo menos 5 empresas que já tenham um plano de ação preventiva de corrupção. Recomendações às empresas referidas de forma a melhorar a gestão das mesmas.		
	Existência de recomendações referentes a lacunas nos diplomas legais e na política do Estado referentes às instituições relevantes.	Realização de estudos, análise, discussão de diplomas legais e políticas do Estado para o bem-estar do povo através da boa gestão financeira.	Resultado: As lacunas detetadas nos diplomas e nas políticas de implementação. Indicador: Durante o ano, a realização de pelo menos cinco discussões com as instituições relevantes. Existência de documentos/recomendações sobre as lacunas.		GDI

		Produção de relatórios com os resultados dos estudos.	Resultado: Documentos justificativos das lacunas. Indicador: Os documentos encaminhados para as instituições relevantes para serem tidos em consideração.		
Realizar parcerias estratégicas (internas e externas) para programas de prevenção de risco de corrupção.	Existência de mecanismos de elaboração da estratégia nacional para o combate à corrupção, incluindo referências às áreas de risco, prioridades e calendarização.	Promoção de discussões entre instituições relevantes.	Resultado: Harmonizar ideias ou reflexões para desenvolver estratégias nacionais de combate à corrupção Indicador: Encontros com instituições congêneres.		GDI
		Realização de seminários/ <i>workshops</i> sobre a estratégia nacional de combate à corrupção.	Resultado: Harmonizar o conceito de estratégia nacional de combate à corrupção. Indicador: Realização de dois workshops com instituições congêneres.		
		Estabelecimento de uma equipa de trabalho para desenvolver a estratégia nacional de combate à corrupção.	Resultado: Elaboração da estratégia nacional de combate à corrupção. Indicador: Esboço da estratégia nacional de combate à corrupção entregue às instituições relevantes.	UNODC ajuda em alguns custos	
		Consulta pública sobre o esboço da estratégia nacional de combate à corrupção.	Resultado: Encontrar ideias e reflexões do público que ajudem a melhorar o esboço. Indicador: <i>Workshop</i> /grupos de discussão sobre o esboço. O público toma parte ativa no workshop ou discussão relacionada com a estratégia nacional de combate à corrupção.	UNODC ajuda em alguns custos	
	Existência de relatórios sobre projectos físicos que usam o OGE.	Recolha e análise de documentos do OGE sobre infraestruturas.	Resultado: Transparência e melhoria do conhecimento sobre a alocação do OGE de instituições relevantes para as infraestruturas, incluindo o aprovisionamento. Indicador: Documentos produzidos com informação sobre o OGE para as infraestruturas de cada ministério.	UNODC ajuda em alguns custos	SI
		Monitorização da afectação dos recursos financeiros do Estado à realização de projetos.	Resultado: Transparência e efectividade no cumprimento dos projetos contratados. Indicador: Procedimentos e dados sobre práticas ilegais e ilícitas em prejuízo dos dinheiros públicos.		
		Realização de inspeções à implementação de projetos físicos que usam o OGE.	Resultado: Conhecimento das irregularidades na implementação de alguns projetos físicos. Indicador: Número e o tipo de irregularidades descobertas e demonstradas pelas instituições congêneres.		

Comissão da Função Pública

Papel

A Comissão da Função Pública tem como papel reforçar a capacidade da função pública através do desenvolvimento de serviços de Governo imparciais, eficientes e eficazes apoiados por elevados padrões de profissionalismo, com vista à melhoria contínua em gestão de recursos humanos e organizacional na Função Pública.

Orçamento

A Comissão da Função Pública tem um Orçamento de 3,211 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Comissão da Função Pública (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	3,546	3,793	3,211	3,339	3,473	3,611	3,756
Recorrentes	3,408	3,793	3,151	3,277	3,408	3,544	3,686
Salários e Vencimentos	803	1,003	1,003	1,043	1,085	1,128	1,173
Bens e Serviços	2,605	2,790	2,148	2,234	2,323	2,416	2,513
Transferências Públicas	-	-	-	-	-	-	-
Capital	138	-	60	62	65	67	70
Capital Minor	138	-	60	62	65	67	70
Capital Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	3,546	3,793	3,211	3,339	3,473	3,611	3,756
Recorrentes	3,408	3,793	3,151	3,277	3,408	3,544	3,686
Capital	138	-	60	62	65	67	70

Perfil de Funcionários

A Comissão da Função Pública tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 342 pessoas, composto por 226 funcionários permanentes e 40 de cargo de direcção e chefia. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 76 pessoas.

COMISSÃO FUNÇÃO PÚBLICA (CFP)																					
Força de Trabalho	Categoria/Grau																				
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G		
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Funcionários Públicos Actuais	3	-	3	13	7	20	26	8	33	20	35	55	31	42	73	18	10	28	8	5	13
Escalão 1o	3	-	3	11	7	18	23	7	30	12	28	40	18	23	41	9	8	17	1	1	2
Escalão 2o	-	-	-	2	-	2	2	1	3	7	5	12	8	17	25	9	2	11	7	4	11
Escalão 3o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	3	3	2	5	-	-	-	-	-	-
Escalão 4o	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-
Escalão 5o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escalão 6o	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agente da Administração Pública Actuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total força de trabalho actuais	9	1	10	25	14	39	28	9	36	21	43	64	32	43	75	18	10	28	8	5	13
Vagas em processo de Recrutamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nova Proposta de Vagas 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Quadro Pessoal	-	-	-	10	-	10	39	-	36	-	-	64	-	-	75	-	-	28	-	-	13
Mapa Pessoal 2016	-	-	-	3	-	3	9	-	7	-	-	18	-	-	21	-	-	20	-	-	1
Mapa Pessoal 2016 - 2018	-	-	-	3	-	3	9	-	7	-	-	18	-	-	21	-	-	20	-	-	1
Detalhe Cargo Direcção e Chefias																					
Cargo Direcção e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G		
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total
Diretor Geral	1	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inspector Geral	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretor Nacional	4	-	4	2	5	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Chefe do Departamento	-	-	-	10	2	12	2	1	3	1	8	9	1	1	2	-	-	-	-	-	-
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Cargo de Direcção e Chefia	6	1	7	12	7	19	2	1	3	1	8	9	1	1	2	-	-	-	-	-	-

Plano Anual da Comissão da Função Pública para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ALCANÇADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Gestão efectiva, eficaz e responsável do sector público; Alvo: Reforçar a capacidade da Função Pública através do desenvolvimento de serviços de Governo imparciais, eficientes e eficazes, apoiados em elevados padrões de profissionalismo, com vistas a melhoria contínua da gestão de RH na Função Pública.					
Liderar a gestão e o desempenho da Função Pública.	Sistema e cultura amplos de gestão de desempenho implementados em toda a Função Pública.	Aumentar a capacidade do sector público através da definição de posições e responsabilidades, instituir procedimentos operacionais padrão (SOP) e melhorar as tecnologias de informação em apoio à prestação de serviços.	A totalidade das instituições dispõe de termos de referência detalhados para seus funcionários e SOP para seus dirigentes.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP
		Concluir, aprovar e disseminar o manual de recursos humanos.	Manual implementado e disseminado em 2015.	DFAT (AUSAID)	CFP e todas as instituições
Melhorar o quadro de gestão do trabalho da Função Pública.	Leis, regulamentos, políticas e práticas de recursos humanos reflectem os objectivos fixados para o plano estratégico de Desenvolvimento de TL 2011-2030.	Rever, desenvolver, implementar e divulgar as leis, regulamentos, políticas, directrizes, práticas e orientações para as actividades administrativas e de gestão de recursos humanos.	Os regulamentos são alterados, aprovados e disseminados na Função Pública até fim de 2015. Funcionários públicos bem qualificados e formados, capazes de executar as políticas e prioridades do Governo.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP
		Rever o sistema remuneratório da Função Pública para assegurar consistência entre as carreiras do regime geral e regimes especiais.	Executar o estudo e submeter as conclusões e recomendações ao Governo até o fim de 2015. As carreiras do regime geral e dos regimes especiais têm componentes remuneratórias diferentes porem harmónicos.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP
		Em colaboração com o MSS assegurar a implementação do regime único de segurança social aos trabalhadores Função Pública e garantir a sua harmonização com o regime transitório de segurança social.	Regime de segurança social submetido ao Parlamento Nacional para aprovação e implementação até 2015	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP e MSS
	Sistema Informático de Gestão de Pessoal em funcionamento em todas as instituições públicas.	Concluir os módulos e desenvolver um plano de implementação do SINGAP em uso em todas as instituições do Estado.	Implementar e formar operadores para os módulos: Central, Avaliação de Desempenho, Licenças e Faltas, Pensão, Salário, e Gestão documental até o fim de 2015 Desenvolver novos módulos para: Contabilidade da Função Pública, Portal Web, Portal FAQ, Gestão Interna e Manual Online, até o fim de 2015	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP e todas as instituições públicas
		Garantir a protecção dos dados do módulo central da administração pública.	Redigir legislação adequada para a protecção de dados. Submeter a legislação para aprovação. Implementar a legislação aprovada.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP
	Crescimento planeado da força de trabalho da Função Pública.	Coordenar com linhas ministeriais sobre o mapa de vagas e pessoal seguindo o planeamento da força do trabalho.	Os dirigentes de RH de cada instituição coordenam com a CFP a elaboração de mapa pessoal de acordo com a lei orgânica e as necessidades da instituição.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP e todas as instituições
	Plano de gestão de Recursos Humanos dos ministérios alinhado com os objectivos e prioridades organizacionais.	Concluir o recrutamento de diretores de recursos humanos dos ministérios e apoiar as direcções de recursos humanos a elaborar o plano de gestão de recursos humanos.	Os dirigentes de recursos humanos das instituições elaboram e enviam à CFP o plano de recrutamento, com base no mapa pessoal aprovado no OGE.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP e todas as instituições
	Diretrizes abrangentes para o recrutamento, nomeação e promoção com base no mérito.	Reformar o processo de recrutamento com o propósito de garantir maior celeridade e igualdade de condições ao processo e regulamentar o processo de promoção na carreira.	Desenvolver, aprovar e implementar a regulamentação para a promoção na função Pública	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP e todas as instituições

	Garantir que as reclamações dos funcionários e as questões disciplinares são tratadas de forma justa, oportuna e transparente	Promover e instaurar procedimentos adequados a fim garantir o preceituado no código e ética.	As queixas e reclamações recebidas dos funcionários ou das instituições são registadas e investigadas. Todos os processos disciplinares instaurados são investigados, relatados e julgados no ano a que respeitam.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP
Desenvolver e sustentar a capacidade dos funcionários públicos.	Formação de qualidade para a Administração Pública em Timor-Leste	Promover a reestruturação institucional do INAP, com o estabelecimento de objectivos de formação e desenvolvimento.	A estrutura orgânica do INAP é revista e adequada às novas necessidades das instituições. São estabelecidos objectivos de formação e desenvolvimento e um plano nacional de formação consolidado pelo INAP até o fim de 2015.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP, INAP e todas as instituições
	Melhoria contínua e uma cultura de aprendizagem implementada no âmbito da administração pública	Capacitar o INAP como instituição acreditadora da formação de pessoal.	Os formadores têm preparação adequada, os cursos ministrados estão de acordo com as necessidades da administração pública.	Orçamento do Governo de Timor-Leste através do FDCH	CFP e INAP
		Desenvolver e implementar ações de formação sistemáticas alinhadas com os objetivos das organizações.	As formações são desenhadas especificamente e sistematicamente alinhadas para as necessidades das instituições.	Orçamento do Governo de Timor-Leste através do FDCH	CFP e INAP
	Capacidades de gestão e liderança da Função Pública reforçadas	Assegurar a formação dos ocupantes e candidatos a cargos de direção e chefia na Administração Pública.	São planeadas e implementadas as ações de formação para gestores e líderes.	Orçamento do Governo de Timor-Leste através do FDCH	CFP e todas as instituições
		Programa de formação executiva em vigor para os quadros superiores.	Ações de suporte e apoio ao desenvolvimento académico são implementadas. Criação e implementação de um programa de formação executiva.	Orçamento do Governo de Timor-Leste através do FDCH	CFP, INAP e FDCH
		Organizar o primeiro congresso da Administração Pública	Congresso da Administração Pública realizado a nível nacional com participação de especialistas nacionais e internacionais.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP
		Realizar estudos comparativos para funcionários públicos do INAP e CFP.	Estudos comparativos relevantes realizados, assegurando aos funcionários uma visão sobre a gestão eficiente dos recursos humanos.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP - INAP
		Participar nos Colóquios dos Serviços Públicos dos Países da CPLP.	Participação nos colóquios realizados com vista a representar a Função Pública de TL em Países da CPLP.	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP
		Formação Internacional em Alta Gestão da Administração Pública para funcionários públicos no INA Lisboa.	Proporcionar formação de alto nível para os funcionários seniores que demonstram habilidades para assumir cargos de gestão na Função Pública	Orçamento do Governo de Timor-Leste	CFP - INAP

Universidade Nacional de Timor-Leste

Papel

O Decreto-Lei nº 16/2010 de 12 de Outubro, aprova o estatuto da UNTL e confere-lhe poderes para evoluir como uma instituição de ensino superior, nacional, de alto nível. Esta Directiva nacional confere à UNTL autonomia estatutária para conduzir transacções científicas, educacionais, administrativas, financeiras, disciplinares e de propriedade, sujeitas às fronteiras delimitadas pelas leis do Estado.

Este regulamento-chave autoriza a UNTL a possuir a sua própria identidade e missão, criar estruturas e operações, conceber e fornecer serviços de ensino e investigação, preparar políticas de recrutamento, gerir assuntos económicos e financeiros, e beneficiar dos poderes finais e transicionais pelo Reitor e sob as Directivas do Conselho Geral, Conselho de Administração e Conselho Disciplinar.

Adicionalmente, este estatuto permite à UNTL conferir Graduações e Títulos aos estudantes que atinjam critérios de avaliação, e desenvolver independentemente relações internacionais com outros países e organismos educativos, para educação mútua e interesses de investigação mútuos, para criar o seu próprio mecanismo interno de auto-avaliação, Tutela e Supervisão, e candidatar-se a Acreditação Nacional e Internacional.

A Universidade, sob as provisões deste Decreto-Lei, pode criar a sua própria identidade, através do design e aplicação do seu Lema, Símbolo, Bandeira, Hino, Cerimónias e vestes Académicas, e celebrar o Dia da UNTL.

Em paralelo com a sua Visão e Missão, a UNTL irá criar Centros de Excelência, para promover as Línguas Nacionais [INL] e criar o Centro Nacional de Investigação Científica [CNIC], estabelecer e reforçar várias faculdades e departamentos como necessário, incluindo o Instituto de Medicina e Ciências da Saúde e o Instituto de Engenharia e Tecnologia.

Visão - Centro de Excelência para o Ensino Superior em Timor-Leste.

Missão - Até 2020, a UNTL irá :

- Alcançar a excelência, através de serviços Académicos, de Investigação e Comunitários, competitivos, adoptando práticas de nível mundial no Ensino Superior;
- Fazer da Qualidade uma forma de vida e de cultura apelativa;
- Promover a Identidade Nacional e os valores humanos, através da propagação da língua e cultura Timorenses;
- Acelerar actividades Científicas, criando sinergias multilaterais em campos contemporâneos;
- Desenvolver o bem-estar geral dos seus membros, através de intervenções físicas, psicológicas e espirituais;
- Desenvolver todas as capacidades para providenciar uma administração transparente e capaz, através de boas práticas de governação.

Orçamento

A Universidade Nacional de Timor-Leste tem um Orçamento de 14,485 milhões de dólares para 2015.

Orçamento Fontes Combinadas
Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (\$'000)

	2013 Actual	2014 Orçamento	2015 Orçamento	2016 Projeção	2017 Projeção	2018 Projeção	2019 Projeção
Orçamento Geral do Estado	9,589	14,890	14,485	15,064	15,667	16,294	16,945
Recorrentes	9,439	14,136	13,611	14,155	14,722	15,311	15,923
Salários e Vencimentos	6,713	6,697	6,697	6,965	7,243	7,533	7,835
Bens e Serviços	2,726	5,233	2,940	3,058	3,180	3,307	3,439
Transferências Públicas	-	2,205	3,974	4,133	4,298	4,470	4,649
Capital	150	754	874	909	945	983	1,022
Capital Minor	150	254	174	181	188	196	204
Capital Desenvolvimento	-	500	700	728	757	787	819
Fundos Confirmados de Outros do Fontes	-	-	-	-	-	-	-
Recorrentes	-	-	-	-	-	-	-
Capital	-	-	-	-	-	-	-
Fontes Combinadas do Orçamento	9,589	14,890	14,485	15,064	15,667	16,294	16,945
Recorrentes	9,439	14,136	13,611	14,155	14,722	15,311	15,923
Capital	150	754	874	909	945	983	1,022

Perfil de Funcionários

A Universidade Nacional de Timor-Leste tem apresentado para 2015 uma estimativa de força de trabalho de cerca de 538 pessoas, composto por 361 funcionários permanentes, 41 cargos de direcção e chefia e 21 agente da administração pública. A projecção para o período de 2016-2018 é de cerca de 115 pessoas. Além disso, a Universidade Nacional de Timor-Leste tem actualmente cerca de 418 trabalhadores, composto por 326 docentes actuais, 92 cargos de docente.

UNIVERSIDADE NACIONAL TIMOR-LOROSA'E (UNTL)																									
Força de Trabalho	Categoria/Grau																								
	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total			Total
Sexo	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	F	
Funcionarios Publico Actuais	-	-	-	2	-	2	27	16	43	67	51	118	59	37	96	42	9	51	49	2	51	246	115	361	
Escala 10			-	2	-	2	27	16	43	65	51	116	54	37	91	36	9	45	12	2	14	196	115	311	
Escala 20			-						-			-	2	-	2	1	-	1	17	-	17	20	-	20	
Escala 30			-			-	-	-	-			-	2		2	2		2	9	-	9	13	-	13	
Escala 40	-		-			-			-	-		-	-		-	-		-	-	-	-	-	-	-	
Escala 50			-			-			-	-	2	2	1		1	3		3	11		11	17	-	17	
Escala 60			-			-			-			-			-			-			-	-	-	-	
Agente da Administraaun Publico Actuais	-	-	-	-	-	-	1	1	2	1	2	3	10	6	16	-	-	-	-	-	-	12	9	21	
Total força de trabalho actuais	1	-	1	13	3	16	39	24	63	76	53	129	69	43	112	42	9	51	49	2	51	289	134	423	
Vagas em processo de Recrutamento			-			-			-			-			-			-			-			-	
Nova Proposta de Vags 2015			-			-			-			-			-			-			-			-	
Total Quadro Pessoal		1		16		63			129				112		51			51						423	
Mapa Pessoal 2016			-			10			25			30			40			10			-			115	
Mapa Pessoal 2016 - 2018			-			10			25			30			40			10			-			115	
Detalho Cargo Direcção e Chefias																									
Cargo Direcáo e Chefias	TS Grau A			TS Grau B			TP Grau C			TP Grau D			TA Grau E			Ass Grau F			Ass Grau G			Sub-Total			Total
	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F	F	
Diretor Geral	1	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	
Inspector Geral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Diretor Nacional	-	-	-	7	2	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	2	9	
Diretor Distrital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Chefe do Departamento	-	-	-	3	1	4	11	7	18	8	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	8	30	
Chefe da Secção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total Cargo de Direcção e Chefia	1	-	1	11	3	14	11	7	18	8	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	10	41	

Categoria Força de Trabalho actuais Docentes da UNTL				Cargo Docente da UNTL			
Categoria				Categoria			
Sexo	M	F	Total	Sexo	M	F	Total
Professor Catedrático	-	-	-	Reitor	1		1
Professor Associado	-	-	-	Vice Reitor	2		2
Professor Auxiliar	5	-	5	Pro Reitor	3	1	4
Professor Auxiliar Honorario	47	-	47	Diretor INL CNIC	4		4
Mestre Nivel I	36	-	36	Administrador Geral		-	-
Mestre Nivel H	1	-	1	Decano	6	-	6
Mestre Nivel G	8	-	8	Vice Decano (S2)	15	1	16
Mestre Nivel F	-	-	-	Vice Decano (S1)	3		3
Mestre Nivel E	4	-	4	Diretor Departamento Academico	25	4	29
Mestre Nivel D	74	-	74	Vice Diretor Departamento	21	6	27
Assistente Nivel D	43	-	43	Total	80	12	92
Assistente Nivel C	-	-	-				
Assistente Nivel B	4	-	4				
Assistente Nivel A	36	-	36				
Docente Bolso Estdo	68		68				
Total Docentes actuais	326	-	326				
Docente Tempo Integral 2014	-	-	-				
Vagas em processo recrutamento para Docente da UNTL (Mestre Nivel D)	-		-				
Nova proposta de Vagas de 2015 (Mestre Nivel D)	-		-				
Total Geral			418				

Plano Anual da Universidade Nacional de Timor-Leste Para 2015

SUB-METAS (Nível 2)	PRODUTOS E SERVIÇOS (Nível 3)	ACTIVIDADES (Nível 4)	RESULTADOS ESPERADOS + INDICADORES DE DESEMPENHO 2015	OBSERVAÇÕES ADICIONAIS	SE+RSP
Garantir a elevada qualidade da Educação na UNTL, através do reforço eficaz e efectivo das actividades académicas					
Preparação para a abertura de novos pólos universitários (Alas, Betano e Tilomar)	Preparar as necessidades princípios na área académica	Preparação do Curriculum.	Curriculum para novos pólos Universitários (Alas, Betano, Tilomar); Curriculum preparado		Educação+Gab. VR. Académica
	Completar recurso na área ensino da aprendizagem	Recrutamento de docentes	Mais ou menos 50 pessoas Docentes; Actividades recrutamento realizadas		Educação+Gab. VR. Académica
	Elevar capacidade do corpo docente	Treinamento e formação do corpo docente.	Formação e seminários científicos; Actividade de formação e seminários realizados		Educação+Gab. VR. Académica
Aprofundar o conhecimento científico em várias áreas através do ensino, pesquisa e investigação científica no apoio ao desenvolvimento do País e do interesse universal					
Ensino e Investigação	Melhorar actividade de ensino e aprendizagem nos cursos de Pós-Graduação e Mestrados	Realização de actividades de ensino e aprendizagem.	Conclusão dos cursos de Pós-Graduação e Mestrados iniciados em 2012; Conclusão de 4 Cursos de Pós-Graduação, 11 cursos de Mestrado e parte curricular do curso de doutoramento.		Educação+Gab. VR. PPGP
	Estabelecer novos cursos nas áreas de Gestão Sustentável de Recurso Naturais e Ambiente, Enfermagem e Parteiras.	Implementação de novos cursos.	Introdução de novas áreas de estudo; Abertura de um curso de Pós-Graduação e de 2 cursos de mestrado.		Educação+Gab. VR. PPGP
	Fortalecer a qualidade de ensino e aprendizagem.	Investigação científica no âmbito de teses e dissertações	Conclusão de dissertações; Atribuição de 25 bolsas de estudo para Doutoramento Conclusão de 90 dissertações de mestrado.		Educação+Gab. VR. PPGP
	Reforçar qualidade da pesquisa científica	Integração em redes internacionais de ensino e pesquisa científica	Abordar, identificar e debater as novas linhas de pesquisa; Internacionalização do Programa de Pós-Graduação +/- Liderança de 2 projectos de investigação e integração em 3 novos projectos internacionais; Adesão a 2 redes internacionais de pesquisa.		Educação+Gab. VR. PPGP
Produção e Disseminação do Conhecimento	Distribuição de informação de qualidade ao público a nível internacional	Apoio à publicação de artigos científicos em publicações de nível Internacional	Publicação de artigos científicos; Publicação de relatórios e artigos técnicos; Publicação de livros e de capítulos de livros. +/- 10 artigos científicos; 5 Relatórios e artigos técnicos; 2 Livros; 4 Capítulos de livros.		Educação+Gab. VR. PPGP
	Produção de qualidade da Revista científica VERITAS	Desenvolvimento da Revista científica VERITAS	Organização da Revista científica VERITAS, de acordo com padrões Internacionais; +/- 2 números da Revista científica VERITAS com 10 artigos cada número.		Educação+Gab. VR. PPGP
	Distribuir informações sobre os resultados das pesquisas nas áreas das Ciências Exactas, Naturais e Biológicas, Sociais e Humanas	Realização de eventos científicos	Realização de seminários, congressos, ciclos de conferências, jornadas científicas e Workshop; +/- realização 20 seminários; 2 Ciclos de conferências; 2 Workshops/jornadas científicas; 1 Congresso Internacional.		Recursos naturais, Sociais +Gab. VR. PPGP.
	Fortalecer a cooperação para melhorar eficiência e eficácia nos métodos de investigação.	Identificar novas linhas de Investigação, conducentes a apresentação de projectos.	Abordar, identificar e debater as novas linhas de pesquisa; +/- Liderança de 2 projectos de investigação e integração num novo projecto internacional.		Educação+Gab. VR. PPGP

Avaliação do Programa	Criar guião da avaliação de qualidade (eficiência e eficácia)	Desenhar e implementar os mecanismos da avaliação do PPGP.	Desenvolver e executar o processo de Auto-avaliação; Desenvolver e acompanhar o processo da avaliação e de acreditação externa (ANAAA); + - Preparação de dossiers para os processos de avaliação.		Educação+Gab. VR. PPGP
Criar e manter um clima académico saudável no Campus da UNTL que promova o desenvolvimento pessoal dos estudantes com valores de cidadania, integridade e criatividade orientados para o apoio à comunidade e à sociedade em geral e promover o bem-estar geral dos estudantes a nível físico, mental e psicológico					
Elevar e melhorar capacidade dos funcionários administrativos Gab. Vice Reitor Ass. Estudantil	Elevar conhecimento dos funcionários administrativos	Treinamento/Workshop/Seminários, cursos línguas, visitas de estudo e de trabalho.	Actividades de capacitação realizadas; Funcionários do Gab. VR. e Ass. Estudantil capacitados		Educação + Gab. VR. Ass. Estudantil
Apoio programas desportivos	Estabelecer equipas desportivas da UNTL	Estabelecimento clube modalidade de desporto e associação desportiva da UNTL	Para organizar actividade de desporto efectivo e eficaz + Modalidade de desporto e associação desportiva da UNTL estabelecido		Desporto + Gab.VR Ass. Estudantil
	Completar facilidade de desporto	Melhorar os recursos para as modalidades de desporto (criar campo multi funções, equipamentos desportivos e recursos humanos).	Para facilitar actividade de desporto da UNTL + Recursos fornecido		Desporto + Gab.VR Ass. Estudantil
	Elevar capacidade dos recursos humanos	Organizar e realizar treinamento sobre arbitragem para a modalidade futebol	Para melhorar os conhecimentos de arbitragem para modalidade futebol; Actividade treinamento realizada		Educação + VR. Ass. Estudantil
Apoio às actividades de Protocolo, Media e Comunicação	Disseminar informação ao público	Disseminação de informações da UNTL às escolas do ensino secundário.	Para público ter acesso a informação da UNTL; Actividade disseminação realizada.		Telecomunicação + Gab. VR. Ass. Estudantil
		Introduzir os serviços de Rádio Académica FM e expandir o alcance radiofónico até aos 10 Km, numa perspectiva progressiva de radiodifusão a todo o território nacional.	Partilha de informação para os estudantes e comunidade estudantil, académica e staff da UNTL; Estudantes da UNTL, funcionários e comunidade informados.		Telecomunicação + Gab. VR. Ass. Estudantil
		Estabelecimento centro de protocolo, rádio e TV on-line; Secção relação internacional para média e comunicação, com recursos humanos com experiência em Jornalismo, Edição, Apresentação, etc.	Para facilitar actividade de Protocolo e media de comunicação + Centro Protocolo, Rádio e TV on-line; Secção relação internacional estabelecida.		Telecomunicação + Gab. VR. Ass. Estudantil
	Elevar capacidade dos funcionários	Organizar e realizar treinamento para funcionários do Departamento Protocolo e media, comunicação; Estudantes na área Protocolo e Media Comunicação	Para elevar conhecimento dos funcionários na área Protocolo e media comunicação; Actividade treinamento realizada.		Educação + Gab.VR. Ass. Estudantil
Apoio às actividades de Arte e Cultura	Melhorar as condições do Centro da Cultura	Reforçar os recursos do Centro da Cultura	Para facilitar actividade do desporto da UNTL; Recursos fornecidos		Cultura + Gab. VR. Ass. Estudantil
	Implementar actividades nas áreas da Arte e Cultura	Estabelecer míni estúdio, Banda musica, clube <i>Marching Band</i> , e classe extra para estudantes com facilidade	Para o desenvolvimento de actividades - Míni Estúdio, Banda Música, clube <i>Marching Band</i> , e classe extra para estudantes estabelecidos		Cultura + Gab. VR. Ass. Estudantil
	Dinamização dos estudantes na organização de eventos	Organizar e participar em eventos culturais, exposições e competições, a nível nacional e internacional	A colaboração activa dos estudantes na organização dos eventos da UNTL; Estudantes e funcionários da UNTL colaboram.		Cultura + Gab. VR. Ass. Estudantil
Apoio às actividades estudantes, Alumni e Empregabilidade	Implementar actividades estudantil	Estabelecer centro estudantil, centro treinamento liderança (sobre <i>Toastmaster</i> , <i>Orasio</i> Público, e Debate Científico), e rede de parceria com empresas publicas e privadas sobre empregabilidade	Para facilitar actividade estudantil, capacitação; Actividade estudantil realizado		Recursos Humanos + Gab. VR. Ass. Estudantil
	Elevar capacidade dos Estudantes	Organizar e realizar Treinamento/Workshop para estudantes sobre Liderança, etc.	Elevar conhecimento dos estudantes; Estudantes capacitados		Recursos Humanos + Gab.VR. Ass.

					Estudantil
Apoio às actividades de Desenvolvimento Comunitário e Acção Social	Implementar actividades desenvolvimento comunitário e acção social	Estabelecer centro prática e pesquisa, aprendizagem comunitária, grupos agricultores, turismo comunitário, centro académico, Task Force para responder a desastres naturais, Cooperativas das Comunidades.	Para facilitar actividades de apoio ao desenvolvimento comunitário e acção social; Centro prática e pesquisa estabelecido.		Social + Gab. VR. Ass. Estudantil
	Elevar conhecimentos da Comunidade	Organizar e realizar treinamento sobre TOT para a comunidade	Elevar conhecimento da Comunidade; Comunidades capacitado		Educação + Gab. VR. Ass. Estudantil
Contribuir para a construção de excelência na UNTL nas áreas da Educação, Pesquisa e Extensão, garantindo o desenvolvimento de cooperação nacional e internacional entre pessoas, instituições e países.					
Estabelecer e reforçar redes de cooperação, criando relações nacionais e internacionais mutuamente benéficas.	Fortalecer os recursos dos Assuntos da Cooperação	Capacitação dos Assuntos da Cooperação	Facilitar actividades de cooperação nas áreas de acção da UNTL, com instituições nacionais e internacionais; Identificar as disciplinas e áreas científicas a desenvolver; Identificar a necessidade de contratação de docentes internacionais; Identificar a possibilidade de recepção de estudantes internacionais; Identificar candidatos para bolsas de estudo no estrangeiro; Publicação de um mapa e calendário de actividades a desenvolver (mínimo 50 actividades); Publicação de um mapa das disciplinas e áreas a desenvolver; Consolidação do sistema de base de dados; Consolidação de mecanismos padronizados de cooperação; Actualização e impressão dos documentos “Guia do Candidato” e “Guia do Bolseiro” (mínimo 100 exemplares).		Educação + Gab. PR. Cooperação
	Reforçar a cooperação entre UNTL e Universidades estrangeiras	Procura de contactos nacionais e internacionais	Identificar continuamente todas as linhas de cooperação em áreas, instituições e países, de modo a estimular e intensificar a internacionalização da UNTL; Criar e manter redes de cooperação mutuamente benéficas com instituições e universidades estrangeiras; Realização de visitas exploratórias a 7 Universidades; Participação em 3 mostras/feiras/conferências internacionais; Organização de 10 seminários/reuniões internacionais com parceiros estratégicos; Participação em 5 novos consórcios internacionais de universidades no âmbito de programas de financiamento; Participação numa nova rede de universidades (FORGES).		Educação + Gab. PR. Cooperação
	Produz qualidade de procedimentos legais internos, preparação e implementação MdE.	Contribuir para o desenvolvimento de procedimentos legais para o estabelecimento de parcerias formais.	Contribuir para o desenvolvimento e padronização de processos legais para a preparação de Memorandos de Entendimento (MdE) com várias instituições; Implementar os MdE eficazmente, de modo a assegurar a implementação dos projectos, as boas relações com as instituições envolvidas e o alargamento de oportunidades de formação e intercâmbio; Estabelecer mecanismos para desenvolver um vínculo que promova um período mínimo de desenvolvimento de actividades na UNTL, por parte de quem beneficiou de um período de formação no estrangeiro; Consolidação dos mecanismos para preparação de MdE, em conformidade com as práticas internacionais; Aumentar, em pelo menos, 5%, o número de MdE; Publicação da estratégia de avaliação da implementação de MdE; Publicação de uma base de dados actualizada dos MdE da UNTL (10 cópias);		Educação + Gab. PR. Cooperação

			Disseminação dos contratos de bolsas de estudo a todos os bolseiros da UNTL; Designar tutores para acompanhar a execução dos planos de estudo de cada bolseiro no estrangeiro.		
	Distribuir informações sobre a UNTL em todos os canais	Publicação e construção de Imagem	Publicar sistematicamente informação sobre a UNTL em todos os canais dos meios de comunicação, de modo a criar uma imagem positiva da UNTL; Gestão da presença da UNTL na comunicação social; Recolha diária de notícias sobre a UNTL nos meios de comunicação social; Produção de material de <i>merchandising</i> da UNTL (mínimo 5000 cópias); Estudos Portugueses e Estudos Romanceais na UNTL; Promoção da UNTL nas escolas secundárias e técnico-profissionais; Gerir as páginas de <i>Facebook</i> e <i>Twitter</i> dos Assuntos da Cooperação; Publicação trimestral de notícias sobre a UNTL, nomeadamente através de uma <i>newsletter</i> (mínimo 1000 cópias/newsletter)		Educação + Gab. PR. Cooperação
Aumentar as capacidades do pessoal académico e administrativo facilitando a aprendizagem com instituições externas.	Produz qualidade dos recursos humanos para garantir a qualidade do ensino e aprendizagem e serviços administrativos efectivos e eficazes	Melhoria da qualificação do pessoal académico e administrativo	Criar e actualizar uma base de dados com todo o pessoal docente da UNTL, de modo a desenvolver um Plano de Melhoria de Qualificações; Identificar cursos de Mestrado e Doutoramento no estrangeiro e explorar oportunidades inscrever pessoal académico e administrativo; Publicação de um Plano de Melhoria de Qualificações; Publicação de um Plano de Oportunidades.		Educação + Gab. PR. Cooperação
	Elevar a capacidade e talento dos académicos	Programas de formação e intercâmbio	Identificar e enviar pessoal académico para programas de formação disponíveis no estrangeiro, para melhorar as suas competências; Definir programas de formação baseados nas necessidades em instituições de elevada reputação em vários campos, e enviar pessoal docente e não docente; Lançar programas de intercâmbio para o pessoal docente de modo a melhorar a sua experiência de ensino e investigação; Publicação de um mapa de programas dos disponíveis e de uma lista de resultados, de modo a garantir a transparência do processo.		Educação + Gab. PR. Cooperação
	Desenvolver capacidades linguísticas dos Docentes, Funcionários Administrativos e Estudantes	Melhorar as aptidões linguísticas dos docentes, administrativos e estudantes	Promover e implementar cursos intensivos de língua portuguesa e de outras línguas relevantes para desenvolver as competências linguísticas do pessoal docente, administrativo e estudantil; Realização de 20 cursos intensivos mensais.		Educação + Gab. PR. Cooperação
	Elevar conhecimento dos académicos	Estudos comparativos	Conduzir estudos comparativos com instituições estrangeiras em todos os campos de acção dos Assuntos da Cooperação, adaptando as boas práticas identificadas; Realização de 2 estudos comparativos.		Educação + Gab. PR. Cooperação
Transformar a UNTL numa Instituição com os mais elevados padrões de Qualidade, regidos por normas internacionais, através de práticas de Gestão de Qualidade Total (<i>Total Quality Management</i>)					
Certificação ISO	Produz qualidade de serviço dos Docentes e dos Funcionários Administrativos	Realização de actividade Seminários/Workshop sobre de Sistema de Gestão de Qualidade e Procedimentos Operacionais Standard [SOPs]	Elevar capacidade dos Docentes e dos Funcionários; Seminários/Workshop realizados		Educação + Gab. PR. IAQ
	Elevar conhecimento dos Funcionários Administrativos na área de investigação/Auditoria.	Estudos comparativos e iniciativas de intercâmbio no âmbito das actividades de IAQ em instituições internacionais.	Funcionários Capacitados por cada unidade; 6 Pessoas (F:2, M:4) Funcionários capacitados.		Educação + Gab. PR. IAQ
Reforçar o serviço de inspecção, avaliação, controlo	Regularizar serviço efectivo e eficaz dos estudantes	Monitorização do trabalho dos funcionários e docentes da UNTL.	Trabalho dos Docentes e Funcionários da UNTL monitorizados; Prevenção das práticas de irregularidades nos serviços da UNTL.		Educação + Gab. PR. IAQ

de qualidade das actividades de docentes, funcionários e estudantes da UNTL fora de Díli	estagiários, docentes orientadores, serviço de recrutamento funcionários para Pólos Universitários.				
Estabelecer os serviços de Provedoria na UNTL, promover o bem-estar geral da comunidade Universitária, incluindo estudantes, pessoal e famílias envolvidas, e através dos serviços de aconselhamento. Ajudar os necessitados a encontrar solução, alívio e esperança					
Funcionamento de serviços de Provedoria e Aconselhamento	Redução do nr. de pessoas que enfrentam problemas.	Oferecer serviços de provedoria e aconselhamento eficazes a todos os necessitados, de acordo com o procedimento de aconselhamento, e manter registos e histórias dos casos	Redução em 50% de pessoas que enfrentam problemas; Serviços de Provedoria e Aconselhamento estabelecidos a nível local, nacional e internacional para resolver os casos; Problemas apresentados devidamente resolvidos.		Sociais + Gab. PR. Provedoria e Aconselhamento
	Contribuição no apoio de cariz social em situações emergências	Associar-se com várias instituições, como a Igreja, a sociedade civil, na oferta de apoio específico em casos especiais.	Diocese de Díli, sociedade civil no apoio de solidariedade em situações de luto ou morte de algum membro da família da UNTL.		Sociais + Gab. PR. Provedoria e Aconselhamento
	Elevar o conhecimento do pessoal da UNTL nos seus deveres e direitos.	Conduzir sessões de formação a todo o pessoal da UNTL	Promover o bem-estar geral da comunidade Universitária; 2 Seminários sobre deveres e direitos realizados.		Educação + Gab. PR. Provedoria e Aconselhamento
Capacitação das funções de Provedoria e Aconselhamento	Elevar conhecimento em métodos e técnicas de resolução de problemas.	Reforçar as relações de todas as unidades orgânicas com o serviço de identificação das necessidades através da provedoria e do aconselhamento para encontrar solução, alívio e esperança.	A comunidade académica recebe apoio na resolução dos seus problemas pessoais e institucionais; 2 workshops sobre métodos e técnicas de resolução de problemas.		Educação + Gab. PR. Provedoria e Aconselhamento
Garantir a alta qualidade das infra-estruturas de edifícios da UNTL a um padrão global					
Completar o campus de Hera com instalações necessárias	Desenvolver desenho e estudo de pormenor do edifício das Faculdades de Medicina, Ciências da Saúde, Economia e Gestão	Criar o desenho de estudo de pormenor, infra-estrutura sector 2 (Edifício Faculdade Medicina e Economia)	Para completar necessidades básicas das infra-estruturas académicas; 3 Desenhos de estudo de pormenor preparados.		Infraestrutura + Gab. PR. Grande Projecto
	Preparar e desenvolver infra-estruturas básicas	Construção dos edifícios das Faculdades de Agricultura e Engenharia em Hera	Edifício da Faculdade Agricultura e da Faculdade Engenharia construídos	FI	Infraestrutura + Gab. PR. Grande Projecto
		Criar o desenho detalhado dos edifícios da escola politécnica de Agricultura em Tilomar, Suai	Desenho detalhado do edifício da Escola Pólo Universitário preparado		Infraestrutura + Gab. PR. Grande Projecto
		Identificar e construir paredes dos edifícios do Pólo de Medicina da UNTL em 12 Distritos	12 paredes dos edifícios construídas.		Infraestrutura + Gab. PR. Grande Projecto
Socialização Plano Cidade Universitária Hera	Disseminação informação sobre construção infraestruturas Cidade Universitária	Disseminação informação	Mais ou menos 250 famílias afectadas plano Cidade Universitária Hera informadas; Construção da Cidade Universitária Hera realizada.		Infra-estrutura + Gab. PR. Grande Projecto
	Recolher e analisar os dados	Levantamento de dados terras e propriedades em Hera	Terras e propriedades identificadas; Levantamento de dados concretos e justos realizado.		Infra-estrutura + Gab. PR. Grande Projecto
	Preparar e desenvolver infra-estrutura básica	Reabilitação do edifício do Laboratório de Medicina em Lahane	Reabilitação realizada	FI	Infra-estrutura + Gab. PR. Grande Projecto
Estudos Capacitação	Melhorar capacidade dos funcionários Administrativos	Estudo de trabalho sobre infra-estrutura em Universidades da Indonésia, Portugal e Brasil	Elevar os conhecimentos dos Funcionários Administrativos 4 pessoas (M: 3, F:1) Funcionários capacitados		Infra-estrutura + Gab. PR. Grande Projecto
Reforçar serviço técnico construção edifício da UNTL	Controlo e Recolha informações sobre implementação programas na área das infraestruturas	Estudo e monitorização de todas as infra-estruturas da UNTL.	Controlar serviços técnicos; Estudo e monitorização realizados.		Infra-estrutura + Gab. PR. Grande Projecto

Apoio eficiente para as funções de Administração da UNTL e assegurar apoio eficaz e eficiente à função de Administração dos serviços de cuidado Académico e Biblioteca da UNTL					
Melhoria da eficiência da Função Financeira e Gráfica	Melhorar procedimentos do tesouro, planeamento, etc.	Facilitar, executar e responder às necessidades das Faculdades e Unidades da UNTL	Actividades das Faculdades e Unidades realizadas de forma efectiva e eficiente; 28 Unidades apoiadas	Serviço cooperação entre UNTL e UKSW	Educação + DNPF
	Fortalecer recursos humanos, etc.	Fortalecer recursos humanos afectos à Gráfica e área financeira da UNTL	Pessoal capacitado para as suas funções.		Educação + DNPF
Introduzir sistema de aprovisionamento com gestão efectiva	Sistema do processo de pagamento, concursos, etc.	Facilitar trabalho da Direcção Nacional Aprovisionamento para executar o orçamento do estado da UNTL	Responder necessidades Faculdades e Unidades; 28 Unidades apoiadas.		Educação + DNA
Desenvolvimento do sistema de Recursos Humanos	Melhoria sistema de recrutamento dos funcionários, contratação, pagamento salarial, etc.	Gerir, fortalecer e melhorar a gestão de recursos humanos através de: sistema recrutamento, contratação, sistema de salário, avaliação de desempenho, regulamentos de serviços, horas extraordinárias, etc	Sistema de recrutamento, contratação, salário, avaliação de desempenho, etc; Gestão do serviço da DNJRH melhorado		Educação + DNGRH
	Criar mapeamento de competências de liderança e organização da UNTL	Melhorar e criar mapa de competências da liderança e organização da UNTL.	1 Mapa da liderança da estrutura académica e administrativa; Mapa de competências da liderança criado.		Educação + DNGRH
Melhora e Desenvolve Formação para Pessoal Administrativo UNTL	Melhorar capacidade dos funcionários nas áreas Gestão de Arquivo, contabilidade, planeamento, etc.	Apoiar e melhorar as capacidades dos funcionários com estudos comparativos, capacitação interna e externa.	Mais ou menos 50 pessoas participam em formação interna; 20 pessoas participam em formação externa; Funcionários capacitados.		Educação + DNGRH
Medidas de Bem-estar dos Recursos Humanos	Valorizar prestação de serviço dos funcionários e uniformiza Bem-estar dos Recursos Humanos	Organizar e valorizar serviço dos funcionários, prepara uniformes para funcionários e chefia, jornal da república e media comunicações, imprimir banner, estrutura, relatórios (livros), mapa biografia	Valorizam serviço dos funcionários; 28 Pessoas		Educação + DNGRH
Desenvolvimento da eficiência da função Logística	Desenvolver base de dados para gestão de património da UNTL	Criar e manter uma base de dados integrada de processos ou bens na posse da UNTL para apoiar os superiores na criação de políticas e planeamento	Modernizar o sistema de base de dados serviço logística principal serviço de inventariação; Sistema e dados bens móveis e imóveis preparados.		Educação +DNTL
	Criar e estabelecer desconcentração serviço de Logística na Faculdades e Unidades	Descentralização de Logísticas em duas partes: um Centro para equipamentos de maior controlo - As faculdades administrarão bens e serviços -A logística organizará a reparação e manutenção de equipamentos.	Destacamento 7 pessoas responsável serviço Logística nomeado + 7 Faculdade		Educação +DNTL
	Melhorar o sistema de manutenção edifícios e instalação material e equipamentos eléctricos	Melhoramento do sistema de gestão de manutenção e instalações de equipamentos e edifícios.	Sistema de manutenção bem organizado + 14 edifícios (Edifícios Central, Recende, Edifício na Liceu, Edifícios na Caicoli, Edifícios na Hera, Edifícios na Lahane, Balide, e Pólo Medicina na 8 Distrito)		Educação +DNTL
	Melhoria da capacidade nas áreas da gestão do património	Melhorar capacidades dos funcionários da logística	Formação realizada 10 funcionários capacitados (3 = M, 7 = H)		Educação +DNTL
Melhoria dos serviços na área das Tecnologias de Informação	Estabelece uma equipa composta de responsável serviço tradução, produção áudio, vídeo; Actualiza informações no sistema ou site	Promover o uso da informação pelos organismos e serviços da UNTL, e promover a sua disponibilidade no site da UNTL	Para promover informação sobre situação na UNTL; Equipa de redacção estabelecido		Educação + DNIT
	Completar material e equipamentos informáticos	Procura regular de bens e serviços informáticos necessários, para suportar a actividade dos serviços da Universidade	Material informático necessário; Material informático fornecido		Educação + DNIT

	Capacitar os funcionários DNIT nas áreas sistema informação e networking	Capacitar funcionários DNIT Oferecer apoio técnico e operacional a todos os utilizadores de informática da Universidade.	Workshop sobre mudanças ICT realizado (informação comunicação e Tecnologia, sistema de informação e networking); 12 funcionários capacitados (8=H, 4=M).		Educação + DNIT
Serviços da Biblioteca reforçados	Formação sobre Catalogação, circulação, classificação, inventariação e referência	Oferecer formação técnica na área das bibliotecas para todas as faculdades da Universidade	30 Formações realizadas; Funcionários DNGB capacitados.		Educação +DNGB
Serviços de Apoio Académico Eficazes	Criar/ Publicar / Distribuir brochuras aos estudantes	Criar/ Publicar / Distribuir brochuras	Mais ou menos 3.500 brochuras distribuídas Regular os estudantes e manter a qualidade da universidade.		Educação + DNAE
	Produz relatório do resultado análise sobre dados dos estudantes activos e não activos	Organizar e analisar dados dos estudantes	Dar informação ao público e aumentar nível da acreditação; 10.024 estudantes activos e 8.595 inactivos		Educação + DNAE
	Produz relatório dos estudantes finalistas e diplomas académicos	Organizar eventos académicos, tais como a Cerimónia de Graduação e outros eventos académicos	Eventos académicos realizados; Mais ou menos 1.500 estudantes graduados;		Educação + DNAE
	Eleva conhecimento dos funcionários	Organizar e participar na formação intensivo sobre sistema SIRA	Para facilitar os funcionários para operacionalizar o sistema; 19 pessoas capacitadas (M=5, H=14)		Tecnologia + DNAE
Desenvolver o Centro de Excelência da Educação a fim de iniciar e continuar a melhorar a teoria e a prática das áreas cruciais que vão ao encontro dos interesses de Timor-Leste e, ao mesmo tempo promover um Centro de Excelência de formação de docentes para iniciar e continuar a aperfeiçoar a teoria e a prática de ensino em estreita conformidade com aqueles que são os interesses estratégicos de Timor - Leste					
Melhoria do profissionalismo dos professores e dos estudantes	Preparar futuros professores qualificados	Realização do estágio pedagógico	Professores qualificados no ensino básico e secundário; Reciclagem e prática pedagógica.		Educação+FEAH
	Eleva os conhecimentos científicos dos professores e dos alunos.	Realização de trabalhos de campo e jornadas científicas	Serem profissionais na área de ciências; Trabalhos de campo realizados.		Educação+FEAH
	Eleva capacidade dos estudantes	Realização do concurso académico a nível dos estudantes	Ter conhecimento prático e hábito sobre concurso académico; Concurso académico dos estudantes		Educação+FEAH
	Promover arte e cultura e talento desportivo	Realização da Semana das Artes e Culturas e competições desportivas	Ter espírito estético, artístico e ético <i>in corpore sano</i> + <i>Concorrência e competição</i>		Educação+FEAH
Melhoria da qualidade dos docentes pesquisadores ao promover e desenvolver as ciências e tecnologias	Eleva o conhecimento dos docentes investigadores.	Formação dos docentes sobre a Metodologia de Pesquisa Qualitativa e Quantitativa	Docentes têm conhecimentos adequados como pesquisadores.		Formação e Investistigação+FEAH
	Desenvolver ciências e tecnologias em várias áreas científicas.	Docentes realizam pesquisa/investigação em ciência, educação e línguas.	Investigações e pesquisas realizadas; Melhoria e aumento conhecimento científico na UNTL.		Formação e Investistigação+FEAH
	Disseminar resultados de investigação	Realização de conferências sobre: 1. Progresso e desafio da educação em Timor-Leste; 2. Meio ambiente; 3. Evolução da ciência e Tecnologia; 4. Formação de professores.	Ter os conhecimentos científicos nas várias áreas; Desenvolvimento área educação e ciência tecnologia sociedade e ambiente (CTSA).		Educação+FEAH
	Capacitar técnicos e gestores laboratoriais	Realização de <i>Workshop</i> sobre gestão dos laboratórios	Ter técnicos qualificados; <i>Workshop</i> em gestão de laboratório realizado.		Educação+FEAH
	Enriquecer os conhecimentos dos docentes e estudantes	Participação em conferências internacionais e estudos comparativos.	Novos conhecimentos adquiridos; Conferências e estudos comparativos participados.		Educação+FEAH
Desenvolvimento de vários manuais e atualizações de sistemas académicos	Elaborar e atualizar dossier das unidades curriculares	Elaboração do <i>dossier</i> das respectivas unidades curriculares e implementá-las nas salas de aula	<i>Dossiers</i> de várias disciplinas elaborados;		Educação+FEAH
	Actualizar os guiões de monografia e manual do estágio pedagógico e laboratórios	Elaboração e tradução de guiões de orientação da monografia e manual do estágio pedagógico e de laboratórios.	Ter a uniformização de guias e manuais de orientação da monografia e manual do estágio pedagógico e laboratórios.		Educação+FEAH

	Atualizar o currículo do Departamento de Tétum	Atualização do currículo do departamento de Tétum	Ter um currículo atualizado; Atualização do currículo realizada.		Educação+FEAH
	Graduar os finalistas ao nível faculdade.	Realização de judicium	Atribuir grau académico aos finalistas; Cerimónia de judicium.		Educação+FEAH
Garantir a qualidade de ensino, pesquisa e trabalho comunitário na Faculdade da Agricultura através das actividades académicas					
Desenvolver o Regulamento Académico ao nível da Faculdade	Desenvolver facilidades práticas dos estudantes	Desenvolvimento <i>grading pattern</i> , avaliação de critério, <i>adicional fees</i> (laboratório, <i>Field trip</i> , <i>Field work</i> , etc.)	Para apoio qualidade ensino e aprendizagem; <i>Grading pattern</i> , avaliação de critério, adicional fees desenvolvido		Educação +FAGRI
	Desenvolver ciências e tecnologias em várias áreas e preparar futuros professores qualificados	Organizar actividades pesquisa (estudos de doenças animais, sistema produção animal, Agrícola), estágio e outras actividades – estudos práticos	49 Pesquisadores (F: 8, M : 41) e 450 (F:140, M:310) estagiários; Actividades de pesquisa e estágio realizadas		Educação +FAGRI
Desenvolvimento de Talento Académico	Melhoria qualidade de ensino	Realização de programas de tutoria e guia aos docentes e estudantes	Guiões os docentes e Estudantes + Programa realizado		Educação +FAGRI
	Disseminar informações de cariz científico ao público	Publicação obrigatória de trabalhos académicos nos jornais nacionais e internacionais pelos docentes	Resultados de pesquisas obtidos; Resultados de pesquisas publicados		Educação +FAGRI
Formação e Capacitação Docentes, técnicos laboratórios, estudantes e funcionários	Elevar conhecimentos dos Estudantes, Docentes e Funcionários	Realização formação sobre metodologia, pesquisas, línguas, análises química laboratórios, estudo comparativos, gestão da administração	Elevar capacidade dos Docentes, técnicos laboratórios, estudantes, e Funcionários + 69 Docentes, 3 pessoas lab., 15 pessoas, 4 pessoal adm.		Educação +FAGRI
Capacitar os docentes e promover a qualidade de ensino e aprendizagem para os estudantes					
Formação e capacitação	Preparar os recursos humanos	Capacitação, intercâmbio e workshop para funcionários, docentes e estudantes ao nível nacional e internacional.	Qualidade dos funcionários (9 pessoas), docentes (20 pessoas)e estudantes (de certo numero de pessoas) melhorada; Estudantes, Docentes, e Funcionários capacitados		Educação + Fac. De Direito
Implementação do currículo da faculdade	Preparar e implementar o currículo na área do ensino de Direito.	Implementação e avaliação do currículo do curso definitivo e uniformizado do sistema de crédito-valorização.	Um currículo do curso da faculdade de Direito elaborado; Currículo do curso da faculdade implementado.		Educação + Fac. De Direito
Estudos e investigação Jurídica	Estabelecer as necessidades na área de estudos e investigação jurídica.	Realização de estudos comparativos, realização investigação científica, e elaboração dos resultados de estudos e investigação jurídica.	Um boletim jurídico produzido; Manual de Direito melhorado;		Educação + Fac. De Direito
Enquadramento institucional, Capacitação de Administração e Gestão e Qualidade de Ensino na Faculdade de Engenharia da UNTL					
Melhoramento do processo de ensino aprendizagem e desenvolvimento do talento académico	Garantir qualidade de atendimento e ensino	Estabelecer regulamento interno, preparação dossier resultados.	Docentes e funcionários implementam as actividades de acordo com o regulamento; Regulamento interno criado.		Educação + Fac. Engenharia
	Desenvolver ciências e tecnologias em várias áreas e preparar futuros professores qualificados	Organizar actividades pesquisa (Sobre Mecânica, Civil, electrotécnica, Informática, e Geologia e Petróleo), estágio e outras actividades exemplo actividade judicio (judicium, desporto da Associação dos Estudantes, e outras actividades estudantes) dos graduados.	Resultado as actividades da cooperação faculdade e departamentos mais elevado no seu ensino + Mais ou menos 75 (F:5, M:70) pesquisadores, 45 orientadores, 30 Supervisores, e 300 (F:50, M:300) estagiários		Educação + Fac. Engenharia
Capacitação Docentes e Funcionários	Elevar conhecimentos dos Docentes e Estudantes	Formação/seminários/Conferencia Nacional (resultado do trabalho laboratório e pesquisa de experimento, etc) no Internacional	Melhoramento da capacidade dos docentes e dos estudantes + 75 Docentes e 21 Funcionários (F: 2, M:19) Capacitado	Cooperação com JICA	Educação + Fac. Engenharia
Promove a faculdade de Ciências Sociais como uma instituição de alta competitividade no contexto do ensino					
Articulação de Teoria e Prática	Desenvolver ciências e tecnologias em várias áreas e Preparar futuros professores	Actividades de 18 tópico de pesquisa (sobre descentralização desenvolvimento comunitário, relação entre TL e indonésia,	Adquirir conhecimentos adequados nas vertentes áreas.+ 40 Docentes (F:8,M:32) realizar de pesquisa		Educação + Fac. Ciências Sociais

	qualificados	base de dados e analisa e dos graduados, etc.)			
	Elevar os conhecimentos científicos dos professores e dos alunos.	Organizar e realizar actividades de estágio e trabalho de campo/ estudo dirigido para estudantes, e estagio curricular supervisionado.	Serem profissionais na área de ciências + 300 (F:140, M:160) estudantes estagiários - Prática real do campo realizada		Educação + Fac. Ciências Sociais
Melhorar a qualidade de gerenciamento académico e administrativo da Faculdade	Actualizar os guiões de manual	Actualização periódica dos guiões, elaborar Manual de elaboração de Trabalhos Científicos	Facilitar os professores e estudantes no ensino e aprendizagem e na orientação dos Trabalhos Académicos (Monografias) + periódica dos guiões e Manual de elaboração de Trabalhos Científicos actualizado e elaborado.		Educação + Fac. Ciências Sociais
	Desenvolver pesquisa, estudo Administração e outro serviço	Estabelecimento Centro pesquisa, Centro do estudo Administração e Município, centro desenvolvimento comunitário, e estabelecer um jornal semanal, estabelecer Jornal académica, Radio Académica, Centro estudo recursos, grupo focal, e Estabelecimento Mini Estúdio da TV da Faculdade Ciências Sociais	Para facilitar as actividades com função para cada centro que estabelece + Centros estabelecido		Educação + Fac. Ciências Sociais
Promover o talento desportivo, artístico e cultural dos estudantes	Promover talento desportivo e arte cultura	Actividades extracurriculares (desporto, arte e cultura, debates, competição trabalho científico, etc.)	Para desenvolver talento dos estudantes; Actividades desportivas e culturais realizadas.		Desporto + Fac. Ciências Sociais
Capacitação Docentes e Funcionários Administrativos	Aumentar conhecimento dos Docentes e Funcionários	Seminários/Formação/Palestra Científica/Curso/Estudo comparativo e capacitação sobre Científico/ conferencia (ASEAN), Pedagogia do ensino, Regulamento interno, Gestão Administrativa, licenciatura em desenvolvimento comunitário e desenvolvimento.	Docentes e funcionários da Faculdade Ciências Sociais capacitados		Educação + Fac. Ciências Sociais
Garantir a alta qualidade de ensino na faculdade de Economia e gestão da UNTL					
Desenvolver o talento académico	Desenvolver sistema de Qualificação de ensino e continuação de estudos	Desenvolver o sistema de qualificação de ensino e continuação de estudos	Mais ou menos 4 docentes e funcionários Administrativos; Formação no estrangeiro realizada		Educação + Fac. Economia e Gestão
	Elaborar e atualizar dossier das unidades curriculares	Ajuda de peritos nacionais e internacionais para o desenvolvimento do currículo, programa e conhecimento	Currículo e Programa desenvolvido		Educação + Fac. Economia e Gestão
	Desenvolver ciências e tecnologias em várias áreas científicas.	Acompanhar programas de ensino excelente com ensino profissional, boas práticas de ensino, metodologias de ensino para adultos e desenvolvimento da personalidade, etc.	36 Docentes Pesquisadores + Actividade de pesquisa realizado		Educação + Fac. Economia e Gestão
Programa de Desenvolvimento Comunitário	Elevar o conhecimento dos docentes investigadores e desenvolver ciências e tecnologias em várias áreas científicas.	Organizar atividades pesquisa, estagio e outras.	40 Docentes pesquisadores e 250 estagiários; Actividades de pesquisa e estágio realizadas		Educação + Fac. Economia e Gestão
Garante a qualidade de ensino e reforça as atividades académicas					
Atingir um nível académico elevado nas Escolas Superiores de Enfermagem, Parteiras, Medicina geral e Tecnologias de Saúde, munidos de relevante competência em	Para procura novos estudantes qualificado	Conjuntamente com a Direcção Geral Académica da UNTL definir e estabelecer critérios relevantes para a admissão de novos estudantes candidatos a FMCS, inclusive o estabelecimento do número estudantes adequado a cada ano académico.	280 novos estudantes; Critérios relevantes de admissão de novos estudantes estabelecidos.		Educação + FMCS

cada área de especialidade.	Promover instituição para ao Universidades estrangeiros	Reforçar a cooperação com a Fundação Gulbenkian e a AUSAid	6 pessoal + Cooperação com a Fundação Gulbenkian e a AUSAid realizadas.		Educação + FMCS
	Avaliar a a implementação do tronco comum relevante a cada currículo	Rever e avaliar a implementação do tronco comum relevante a cada currículo de licenciatura da ESE, ESP e ETS	Aumentar conhecimento os Docentes + Actividades seminários realizadas		Educação + FMCS
Aumentar e actualizar a qualidade académica do corpo docente na FMCS, para estes contribuírem para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem na UNTL.	Elevar o conhecimento dos docentes	Participar em formações informais - visitas de estudo comparativo aos países que cooperam com FMCS-UNTL como Portugal, Cuba, Austrália e Indonésia.	Mais ou menos 6 pessoas; Estudos comparativos realizados.		Educação + FMCS
	Para divulgar informações aos Docentes e Estudantes	Ter um centro de informação credível e ordenado, especialmente ao que se refere a área académica da Faculdade; Assegurar também as actividades estudantis nas escolas ESE, ESP, ESM, ETS	Centro de informação credível e organizado estabelecido.		Educação + FMCS
	Preparar futuros profissionais da Saúde qualificados	Organizar atividade de estágio da Faculdade ciências da saúde	Profissionais da Saúde qualificados no Hospital e Centros de Saúde; Actividades estágio realizadas (280 estudantes estagiários e 36 docentes orientadores).		Saúde +FMCS
Criar e fomentar a investigação científica e actualizar os conhecimentos da comunidade científica em Timor Leste, nomeadamente docentes e investigadores da UNTL					
Produzir conhecimentos fundamentais e aplicada através de pesquisas, capaz de responder à comunidade/governo/demandas do mercado	Desenvolver sector Agricultura através utilizar resultado pesquisa para a formação dos Agricultores	Desenvolver os projectos de investigação fundamentais e aplicadas, quer individualmente, quer em cooperação com outras instituições nacional e internacional	Os resultados de pesquisas serão recomendados aos ministérios relevantes ou seja em alguns casos os resultados serão utilizados para a formação dos agricultores + 6 pesquisas produzidas		Sector Agricultura + CNIC
	Desenvolver o conhecimento os investigadores do CNIC	Realização seminários de resultado de pesquisa	Organizado pelo CNIC, com intuito de criar condições para os investigadores do CNIC apresentarem os seus trabalhos de investigação; 6 Seminários ao longo do ano (uma palestra por mês) realizados		Educação + CNIC
Promover a discussão científica sobre temas contemporâneas correspondentes às prioridades da política científica da UNTL, do governo e outras de actualidade e de interesse nacional com relevância para a comunidade.	Promover jornada científica e debates com temas actuais relacionado com o desenvolvimento do País	Realização de palestra ou seminários e III jornada científica	Organizado pelo CNIC- com intuito de criar condições para os docentes e investigadores apresentarem os seus trabalhos de investigação, além de debates com temas actuais relacionados com o desenvolvimento do País; 1 Jornada científica e 12 debates no longo do ano.		Educação + CNIC
	Aumentar dos conhecimentos dos investigadores	Explorar oportunidades para a participação/apresentação de papers/resultados de pesquisas nos congressos nacionais/internacional para a melhoria dos conhecimentos dos investigadores	Os investigadores do CNIC terão oportunidade de apresentar os resultados de pesquisa; 6 artigos para apresentar em congressos nacionais preparado		Educação + CNIC
Criação de um Centro de Documentação	Melhorar a gestão e acesso ao arquivo sobre livros, relatórios, artigos científicos pelos pesquisadores	Pesquisar/Recolher trabalhos científicos publicados sobre Timor Leste por docentes, investigadores Timorenses ou estrangeiros para a criação de uma base de dados.	Como repositório do CNIC e UNTL – os docentes investigadores da UNTL e público terão acesso aos artigos científicos.+ Livros/relatórios/artigos científicos pelos pesquisadores do CNIC recolhido e produzido		Educação + CNIC
	Melhorar a gestão do arquivo	Encadernação dos artigos ou documentos recolhidos e criação de base de dados.	Documentos para o repositório do CNIC-UNTL; Relatórios/artigos científicos recolhidos encadernados.		Sociais, Saúde, Educação, etc. + CNIC
Tornar o INL numa instituição de referência no domínio da Linguística na arena internacional, produzir e exportar especialistas Timorenses em Linguística, transmitir o conhecimento do Tétum correto a todos os funcionários públicos, e professores, para que se tornem utilizadores fluentes da língua, e contribuirá grandemente no sentido da consolidação da parceria mútua entre as duas línguas oficiais como pilares da identidade nacional					
Melhoria de recursos do INL	Aumentar produção de material didáctico e publicação de livros manuais de tétum	Fortalecer as competências do INL para emergir como uma Instituição de Referência para o Ensino, Investigação e Publicação em Linguística Nacional.	Aumento de capacidades teóricas e profissionalismo no ensino, investigação e publicação e O pessoal do INL fica mais competente para a realização das actividades + Produção de material didáctico e publicação de livros manuais de tétum.		Educação + INL

			-1 Dicionário de tétum oficial (nova edição) -1 Livro sobre tétum oral de Fohorém -1 Livro sobre linguagem oral de Mambae Ainaro -1 Livro sobre regras de construção frase Mambae Ainaro -1 Manual do Curso de tétum (Mais ou menos 400 exemplares)		
Criar capacidades de Tétum nos sectores formais, com carácter de urgência	Fortalece e consolida os recursos do INL	Conduzir extensivamente Programas de Certificação em Tétum a todas as pessoas no Sector Público, no âmbito da Política Nacional da Língua do Governo.	Melhorar o desempenho do INL e toda a equipa para alcançar o objectivo determinado e Melhorar na utilização do tétum pelo sector público; Edifício do INL estabelecido e Relatório sobre actividades de ensino e aprendizagem de tétum e Relatório sobre a proficiência em tétum do sector público.		Público + INL
Serviços de línguas oficiais e nacionais, a pedido, para necessidades internacionais	Elevar capacidade dos funcionários do INL nas áreas criação relatórios, ensino aprendizagem, compilação dados, etc.	Conduzir estudos comparativos com universidades como Leiden para observar e implementar as suas melhores práticas	Aumentar conhecimento dos funcionários do INL através formação sobre criação Relatórios, ensino aprendizagem, compilação dados - 4 funcionários (1=M e 4=H) do INL capacitados.		Educação + INL
	Elevar capacidade dos docentes e estudantes universitários ns utilização da língua tétum.	Realização seminário sobre utilização da língua tétum.	Aumentar conhecimento dos docentes e estudantes; Seminário realizado		Educação + INL
Integração das temáticas do Género e Desenvolvimento no currículo através 3 actividades principais no Ensino Superior					
Capacitação para actualizar a disciplina de Género e Desenvolvimento em todos Departamentos, Faculdades e programas Pós-Graduação; Estabelecer um programa Pós-Graduação na área Género e Desenvolvimento	Desenvolver conteúdos para a disciplina Género e Desenvolvimento	Organizar e realizar workshop sobre Género para todas as Faculdades.	Para produzir guião módulo para disciplina Género e Desenvolvimento; Workshop Realizado		Educação, Política, Agricultura e Economia + Centro Estudo Género
	Reforçar capacidade dos docentes nas áreas Género e Desenvolvimento	Treinamento continuação para Docentes nas Faculdade/Departamento	Para elevar conhecimento dos docentes; Formação realizada		Educação, Política, Agricultura e Economia + Centro Estudo Género
	Criar e actualizar currículo	Realizar visitas de estudo a Universidades estrangeiras (Indonésia e Universidade Balarat-Merlbourne)	Para elevar conhecimento dos docentes principalmente nas áreas Pós-Graduação; Visitas de estudo realizadas.	Cooperação com UN Women e UI	Educação, Política, Agricultura e Economia + Centro Estudo Género
Capacitar recursos humanos e assegurar o processo de ensino aprendizagem na Escola Superior de Filosofia					
Melhoramento e capacitação pedagógica e das actividades curriculares dos professores da ESF	Capacita e melhora o conhecimento pedagógico	Organizar e realizar um estudo comparativo na Universidade do Minho, Portugal.	Professores da ESF conseguem implementar os resultados do estudo; 2 docentes capacitados.		Educação + Escola Superior Filosofia
	Melhora o plano e actividades curriculares da ESF	Organizar e realizar formação aos professores da ESF sobre plano curricular e realização do plano académico.	Plano académico, fichas de disciplinas e guiões preparados e implementados; 20 docentes capacitados.		Educação + Escola Superior Filosofia
Afirmação da existência da ESF	Afirmar a existência e importância da ESF UNTL	Realizar e coordenar pesquisa sobre existência e importância da ESF na UNTL	Para os beneficiários que são alvos de pesquisa; Resultados da pesquisa elaborados e apresentados.		Educação + Escola Superior Filosofia

Preparado para o Governo da República Democrática de Timor-Leste pelo Ministério das Finanças



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Edifício 5, 1.º Andar, Palácio do Governo, Díli, Timor-Leste

Phone - +670 3339510 Fax - +670 3331204

Website - www.mof.gov.tl